

**Corregedoria-Geral
da Justiça Federal**

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Tribunal Regional Federal da
1ª REGIÃO

2019



Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Corregedora-Geral da Justiça Federal

ELABORAÇÃO

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

REVISÃO

CENTRO DE REVISÃO DE DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES - CERREVI

SUMÁRIO

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	5
B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	6
C. OBSERVAÇÕES GERAIS	9
D. UNIDADES JURISDICIONAIS	37
I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO	37
Presidência: Desembargador Federal CARLOS EDUARDO MOREIRA ALVES	37
Vice-Presidência: Desembargador Federal KASSIO MARQUES	56
Corregedoria Regional: Desembargadora Federal MARIA DO CARMO CARDOSO-	69
II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS	80
GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA	80
Desembargadora Federal GILDA SIGMARINGA SEIXAS	80
Desembargador Federal JAMIL DE JESUS OLIVEIRA	99
Desembargador Federal WILSON ALVES DE SOUZA	112
GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA	129
Desembargador Federal FRANCISCO NEVES DA CUNHA	129
Desembargador Federal FRANCISCO DE ASSIS BETTI	143
Desembargador Federal JOÃO LUIZ DE SOUSA	159
GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA	172
Desembargador Federal NEY BELLO	172
Desembargadora Federal MÔNICA SIFUENTES	190
Desembargador Federal HILTON QUEIROZ	207
GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA	223
Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO	223
Desembargador Federal OLINDO MENEZES	237
Desembargador Federal NÉVITON GUEDES	254
GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA	271
Desembargadora Federal DANIELE MARANHÃO	271
Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE	288
Desembargador Federal CARLOS PIRES BRANDÃO	308
GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA	324
Desembargador Federal JOÃO BATISTA MOREIRA	324
Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN	338
Desembargador Federal DANIEL PAES RIBEIRO	358

GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA -----	373
Desembargador Federal HERCULES FAJOS -----	373
Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO -----	387
Desembargadora Federal ÂNGELA CATÃO -----	408
GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA -----	425
Desembargador Federal ÍTALO MENDES -----	425
Desembargador Federal NOVÉLY VILANOVA -----	439
Desembargador Federal MARCOS AUGUSTO DE SOUSA -----	459
III – CÂMARAS REGIONAIS PREVIDENCIÁRIAS -----	473
- 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA -----	473
Juiz Federal ÁVIO MOZAR JOSÉ FERRAZ DE NOVAES -----	473
Juiz Federal POMPEU DE SOUZA BRASIL -----	478
Juiz Federal SAULO JOSÉ CASALI BAHIA -----	492
- 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS -----	506
Juiz Federal MURILO FERNANDES DE ALMEIDA -----	506
Juiz Federal RODRIGO RIGAMONTE FONSECA -----	518
Juíza Federal LUCIANA PINHEIRO COSTA -----	529
- 2ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS -----	542
Juiz Federal HENRIQUE GOUVEIA DA CUNHA -----	542
Juiz Federal DANIEL CASTELO BRANCO RAMOS -----	554
Juiz Federal GRIGÓRIO CARLOS DOS SANTOS -----	567
- 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA -----	578
Juiz Federal LEANDRO SAON DA CONCEIÇÃO BIANCO -----	578
Juiz Federal MARCELO MOTTA DE OLIVEIRA -----	590
Juiz Federal UBIRAJARA TEIXEIRA -----	602
E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO -----	615
Secretaria Judiciária-----	615
Coordenadoria de Registros e Informações Processuais-----	618
Coordenadoria da Corte Especial, das Seções e de Feitos da Presidência-----	626
Coordenadoria da 1ª Turma-----	633
Coordenadoria da 2ª Turma-----	645
Coordenadoria da 3ª Turma-----	656
Coordenadoria da 4ª Turma-----	665
Coordenadoria da 5ª Turma-----	675
Coordenadoria da 6ª Turma-----	686
Coordenadoria da 7ª Turma-----	697
Coordenadoria da 8ª Turma-----	707

F. UNIDADES ESPECIAIS -----	718
Coordenação dos Juizados Especiais Federais -----	718
Coordenação do Sistema de Conciliação da 1ª Região -----	723
Escola de Magistratura Federal da 1ª Região -----	733
Coordenadoria de Execução Judicial (Precatórios)-----	736
Estatística -----	741
Sistemas Judiciais Eletrônicos -----	746
G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO -----	766
H. ANEXOS -----	767

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento 1/2009 e da Portaria n. 191-CJF, todos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corregedora-Geral, determinou a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, abrangendo as seguintes áreas: unidades jurisdicionais, unidades processantes e órgãos de apoio jurisdicional.

A inspeção foi realizada no período de 6 a 17 de maio de 2019, tendo sido designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais Luis Carlos Hiroki Muta (TRF da 3ª Região) e Mairan Gonçalves Maia Júnior (TRF da 3ª Região) e Cid Marconi Gurgel de Souza (TRF da 5ª Região); e o Juiz Federal Auxiliar desta Corregedoria-Geral, Daniel Marchionatti Barbosa.

Foram designados, para auxiliar na inspeção, os servidores Adriana Vila Nova Araújo, Adriano Turri Carolino, Andrea Viana Ferreira Becker, Divailton Teixeira Machado, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Felipe de Proença Cury, Gláucio Southier, Joelmir Rodrigues da Silva, Kleb Amancio e Silva da Gama, Marco Antônio Teixeira de Lucena, Maria de Fátima Sarinho Maciel, Paulo José Saffioti Júnior, Paulo Martins Inocêncio, Renato de Oliveira Paes, Renato Solimar Alves, Rosa Miriam Farias Prysthon e Salaheddin Hussein Hassan.

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos Desembargadores Federais e às unidades processantes, bem como a listagem dos processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela internet para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente *web*, os questionários e a lista de processos previamente enviados pela Corregedoria-Geral, que foram preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as devidas comunicações e os devidos convites à Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao Ministério Público Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccionais do Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF da 1ª Região prosseguissem normalmente.

B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

As inspeções nos Tribunais Regionais Federais sofreram evolução desde a edição da Lei n. 11.798, de 29/10/2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das Cortes federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e para corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando ao máximo os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos Tribunais Regionais Federais, com continuidade nas autoinspeções. Destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários, entrevistas, visitas nas inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativo-processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição, permitindo formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, de forma a nivelar e democratizar o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros, de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção, gerando relatórios com uma gama de informações das unidades jurisdicionais, que são analisados pela Corregedoria-Geral, servindo de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da nova inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no tribunal, a partir da análise, um a um, de processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, considerando importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no tribunal.

A partir da análise de processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade

de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes. Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, no tocante especialmente à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do tribunal, a título de “Observações Gerais”, informando acerca de dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 1ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas Seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, que devem ser consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos, bem como para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separam-se os gabinetes do corpo diretivo, com atribuições muito específicas, dos demais gabinetes vinculados às Seções e Turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete, dentro da respectiva seção e Turma, para permitir uma análise baseada em condições semelhantes de trabalho, com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, relativamente a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando um exame fundado em critérios homogêneos de aferição.

Os dados funcionais do magistrado são levantados com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete, Turma e seção; dados administrativos da unidade, em particular, os atinentes ao quadro funcional; e os relativos à atividade-fim, que são analisados sob as perspectivas estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual, com o intuito de arrolar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório seguiu um padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando, inclusive, a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos Tribunais Regionais Federais. Nesse espaço de atuação, a Corregedoria-Geral tem trabalhado constantemente objetivando o aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis, não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado, que ora se apresenta, retrata as informações e os dados colhidos na verificação de aproximadamente 2.600 processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, buscando fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

C. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília - DF, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 6 a 17 de maio de 2019. A Corte é composta por 27 desembargadores federais, funcionando com Tribunal Pleno, Órgão Especial, quatro seções e oito turmas, da seguinte forma:

Mesa Diretora

- Desembargador Federal CARLOS EDUARDO MOREIRA ALVES, Presidente;
- Desembargador Federal KASSIO MARQUES, Vice-Presidente;
- Desembargadora Federal MARIA DO CARMO CARDOSO, Corregedora Regional.

Corte Especial

Titulares

- Desembargador Federal CARLOS MOREIRA ALVES- Presidente;
- Desembargador Federal KASSIO MARQUES – Vice-Presidente;
- Desembargadora Federal MARIA DO CARMO CARDOSO Corregedora Regional;
- Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN;
- Desembargador Federal OLINDO MENEZES;
- Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO;
- Desembargador Federal HILTON QUEIROZ;
- Desembargador Federal DANIEL PAES RIBEIRO;
- Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO;
- Desembargador Federal ITALO MENDES;
- Desembargador Federal JAMIL DE JESUS OLIVEIRA;
- Desembargador Federal HERCULES FAJOSSES;
- Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE;
- Desembargadora Federal DANIELE MARANHÃO;
- Desembargador Federal JOÃO BATISTA MOREIRA;
- Desembargadora Federal MÔNICA SIFUENTES;
- Desembargadora Federal ÂNGELA CATÃO;
- Desembargador Federal FRANCISCO DE ASSIS BETTI.

1ª SEÇÃO – especializada em servidores públicos civis e militares, exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra seção; e em benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

Composição

- Desembargador Federal FRANCISCO DE ASSIS BETTI
- Desembargador Federal JOÃO LUIZ DE SOUSA
- Desembargadora Federal GILDA SIGMARINGA SEIXAS
- Desembargador Federal JAMIL DE JESUS OLIVEIRA
- Desembargador Federal FRANCISCO NEVES DA CUNHA
- Desembargador Federal WILSON ALVES DE SOUZA

2ª SEÇÃO – especializada em matéria penal em geral, improbidade administrativa e desapropriação direta e indireta.

Composição

- Desembargador Federal OLINDO MENEZES
- Desembargadora Federal MÔNICA SIFUENTES
- Desembargador Federal NEY BELLO
- Desembargador Federal CÂNDIDO RIBEIRO
- Desembargador Federal NÉVITON GUEDES
- Desembargador Federal HILTON QUEIROZ

3ª SEÇÃO – especializada em licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; Direito Ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Composição

- Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN
- Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE
- Desembargador Federal DANIEL PAES RIBEIRO
- Desembargadora Federal DANIELE MARANHÃO
- Desembargador Federal JOÃO BATISTA MOREIRA
- Desembargador Federal CARLOS PIRES BRANDÃO

4ª SEÇÃO - especializada em inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos e questões de direito financeiro.

Composição

- Desembargador Federal NOVÉLY VILANOVA
- Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO

- Desembargadora Federal ÂNGELA CATÃO
- Desembargador Federal MARCOS AUGUSTO DE SOUSA
- Desembargador Federal HERCULES FAJOSSES
- Desembargador Federal ÍTALO MENDES

CÂMARAS REGIONAIS PREVIDENCIÁRIAS – Além dessas estruturas, há quatro Câmaras Regionais Previdenciárias (CRPs): em Belo Horizonte (duas), Juiz de Fora e Salvador, compostas por três juízes federais cada e presididas por um desembargador federal. Duas dessas Câmaras foram criadas pela Resolução Presi 23, de 1º de dezembro de 2014. Sucessivas resoluções alteraram a estrutura jurídica e deram o atual formato aos órgãos (Resolução Presi 5, de 27 de janeiro de 2015, Resolução Presi 11, de 23 de março de 2015, Resolução Presi 41, de 6 de novembro de 2015, e Resolução Presi 7547292, de 31, de janeiro de 2019).

Cada Câmara tem por “finalidade a apreciação e o julgamento do acervo previdenciário pendente de julgamento no Tribunal”.

Os processos são atribuídos aos juízes federais integrantes das CRPs, mantendo-se a distribuição ao gabinete do desembargador federal relator. A produção da CRP é computada, na estatística geral, ao desembargador federal relator.

Composição

1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA

- Juiz Federal Ávio Mozar José Ferraz de Novaes
- Juiz Federal Pompeu de Souza Brasil
- Juiz Federal Saulo José Casali Bahia

1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS

- Juiz Federal Murilo Fernandes De Almeida
- Juiz Federal Rodrigo Rigamonte Fonseca
- Juíza Federal Luciana Pinheiro Costa

2ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS

- Juiz Federal Henrique Gouveia da Cunha
- Juiz Federal Daniel Castelo Branco Ramos
- Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos

1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA

- Juiz Federal Leandro Saon da Conceição Bianco
- Juiz Federal Marcelo Motta de Oliveira
- Juiz Federal Ubirajara Teixeira

Foram inspecionadas e/ou visitadas a presidência, a vice-presidência, a Corregedoria Regional, 12 gabinetes dentre os 24 que compõem o tribunal, um gabinete de juiz federal que compõe Câmara Regional Previdenciária, a Secretaria Judiciária, a Coordenadoria de Registros e Informações Processuais, a Coordenadoria da Corte Especial, das Seções e de Feitos da Presidência, as Coordenadorias das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Turmas, a Coordenadoria de Execução Judicial, a Coordenação dos Juizados Especiais Federais, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, a Coordenação do Sistema de Conciliação da 1ª Região, além das unidades de Estatística e de Sistemas Judiciais Eletrônicos.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos das seções especializadas da Corte.

A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados aproximadamente 2.600 processos nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas cujo exame físico ou eletrônico coube às equipes formadas por um magistrado e dois servidores.

Os resultados da avaliação concreta de cada acervo constam dos relatórios individuais das unidades, nos quais se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão dos processos e de pessoal, boas práticas, observações gerais e recomendações.

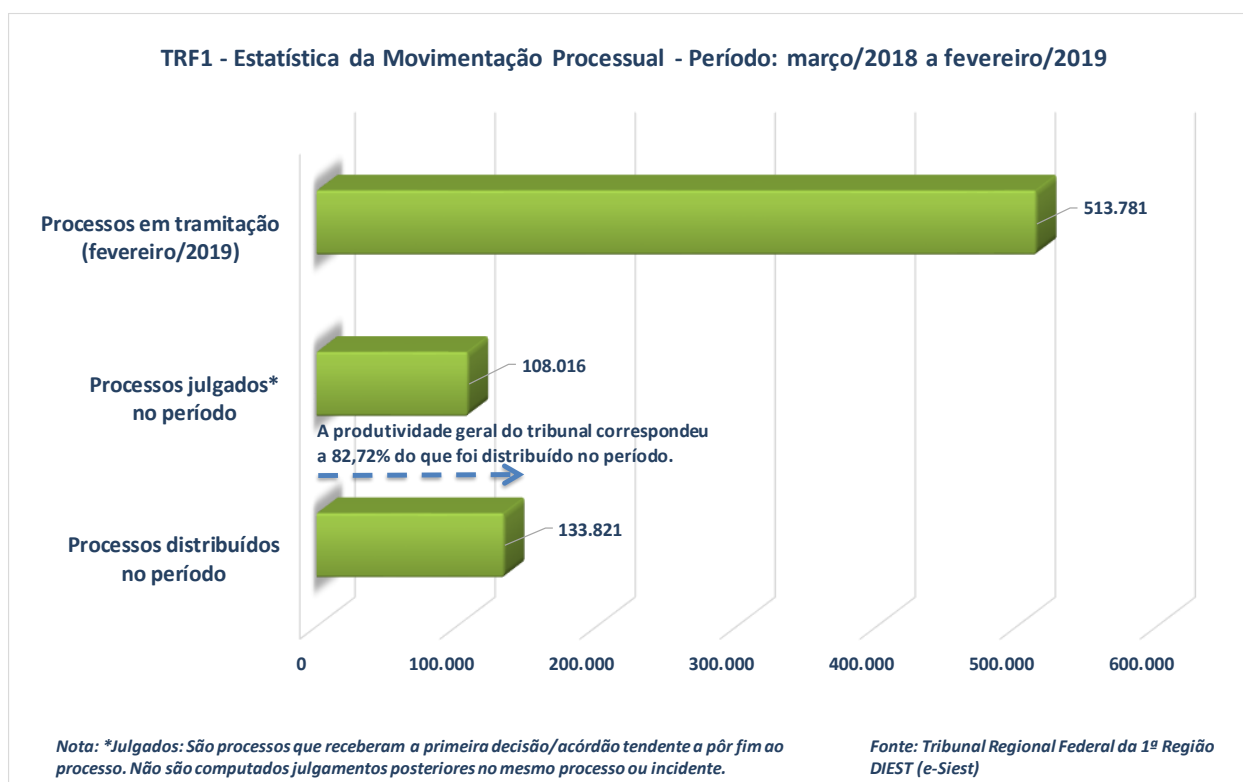
A avaliação conjunta da equipe da Corregedoria-Geral, por meio de reuniões e troca de experiências durante e após a inspeção, buscou identificar o perfil médio do referido tribunal pelas respectivas turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das unidades.

Numa primeira vertente, o trabalho de inspeção consistiu em diagnosticar os indicadores de distribuição, produtividade, tramitação ajustada, conclusão dos feitos junto à Corte e das metas processuais do CNJ. Para isso, nos termos do glossário da Resolução n. 398/2004, do Conselho da Justiça Federal, compreende-se como distribuição o total de processos protocolados no tribunal, por meio automatizado ou manual, de forma ordinária ou por dependência, em determinado período. Por produtividade define-se a quantidade de processos julgados na Corte, excluindo-se os embargos de declaração e os agravos internos ou regimentais. Por tramitação ajustada considera-se o número de processos em estoque, descontados os processos suspensos/sobrestados. Finalmente, por conclusão, o total de processos estocados em gabinete prontos para julgamento.

Nesses termos, para a aferição dos indicadores das unidades inspecionadas, adotou-se como referencial o período de março/2018 a fevereiro/2019, ou seja, os doze meses anteriores à etapa inicial da inspeção ocorrida em março de 2019, sendo considerado como dados oficiais aqueles fornecidos pela Divisão de Estatística - DIEST,

subordinada à Secretaria de Governança Estratégica e Inovação - SECGE, que por sua vez está vinculada à Diretoria Geral - DIGES. Isso considerado, registrou-se que a Corte recebeu 133.821 ações judiciais, que foram distribuídas entre as oito turmas e as quatro seções especializadas. A divisão da distribuição processual entre as turmas da mesma seção foi equânime com remessa de aproximadamente 10.354 feitos para aquelas que compõem a 1ª Seção, 1.657 para as que compõem a 2ª Seção, 5.694 para as que compõem a 3ª Seção, e 4.599 para as que compõem a 4ª Seção.

Quanto à produtividade, no mesmo período, o TRF da 1ª Região julgou globalmente o total de 108.016 processos, o que induz a um percentual de produtividade média de 80,72%. Vale dizer, a Corte julgou número de feitos menor que os distribuídos no mesmo período, com um índice correlato de acúmulo de 19,28%, como graficamente descrito na forma a seguir:



O detalhamento desses números permite a obtenção também da produtividade setorial do tribunal, ou seja, razão entre o número de processos julgados e distribuídos por turma especializada, nos seguintes percentuais:

1ª Turma: produtividade de 86%, com 30.936 distribuídos e 26.665 julgados;

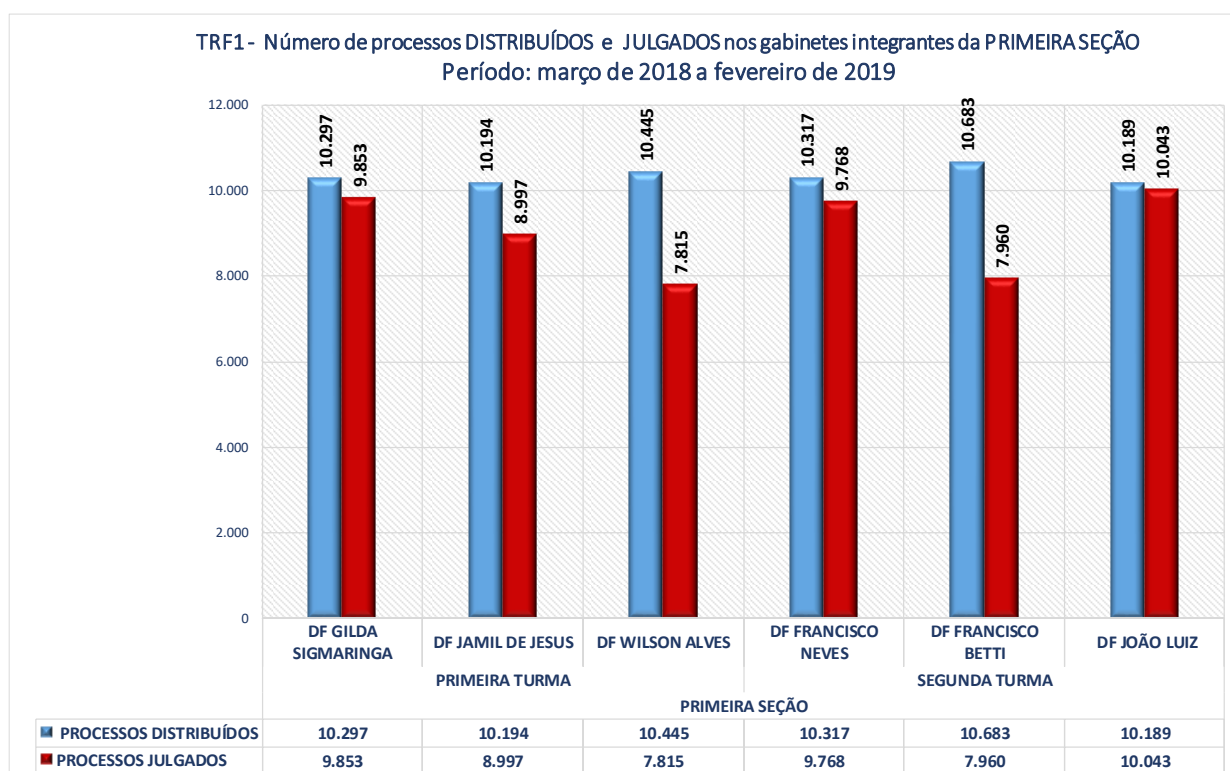
2ª Turma: produtividade de 89%, com 31.189 distribuídos e 27.771 julgados;

3ª Turma: produtividade de 82%, com 5.018 distribuídos e 4.118 julgados;

- 4ª Turma: produtividade de 54%, com 4.921 distribuídos e 2.643 julgados;
- 5ª Turma: produtividade de 59%, com 16.980 distribuídos e 9.950 julgados;
- 6ª Turma: produtividade de 45%, com 17.182 distribuídos e 7.697 julgados;
- 7ª Turma: produtividade de 80%, com 13.775 distribuídos e 11.052 julgados;
- 8ª Turma: produtividade de 61%, com 13.820 distribuídos e 8.412 julgados;

A relação entre a distribuição e o julgamento nas oito turmas do tribunal está visualmente representada nos gráficos a seguir:

- **Distribuidos e julgados da 1ª Seção;**

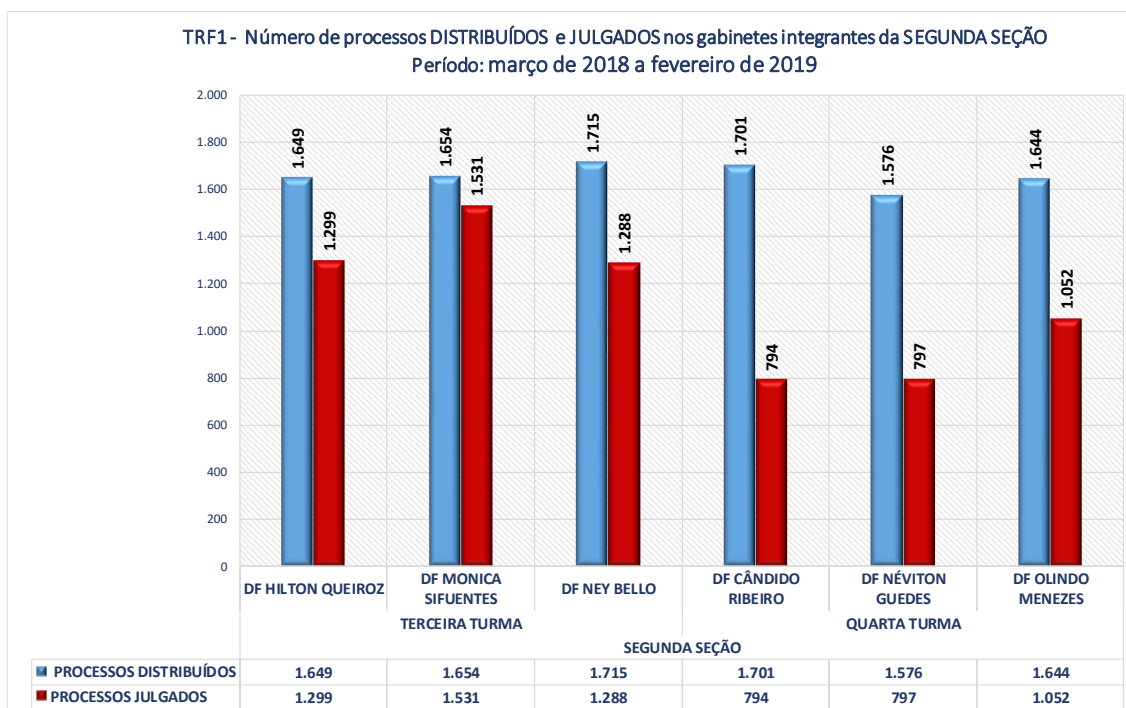


Os quantitativos de processos julgados pelos gabinetes da primeira seção, representado no gráfico acima, não incluem as decisões proferidas pelas Câmaras Regionais Previdenciárias, que para o período analisado totalizaram 9.708 feitos julgados, conforme visto na tabela abaixo.

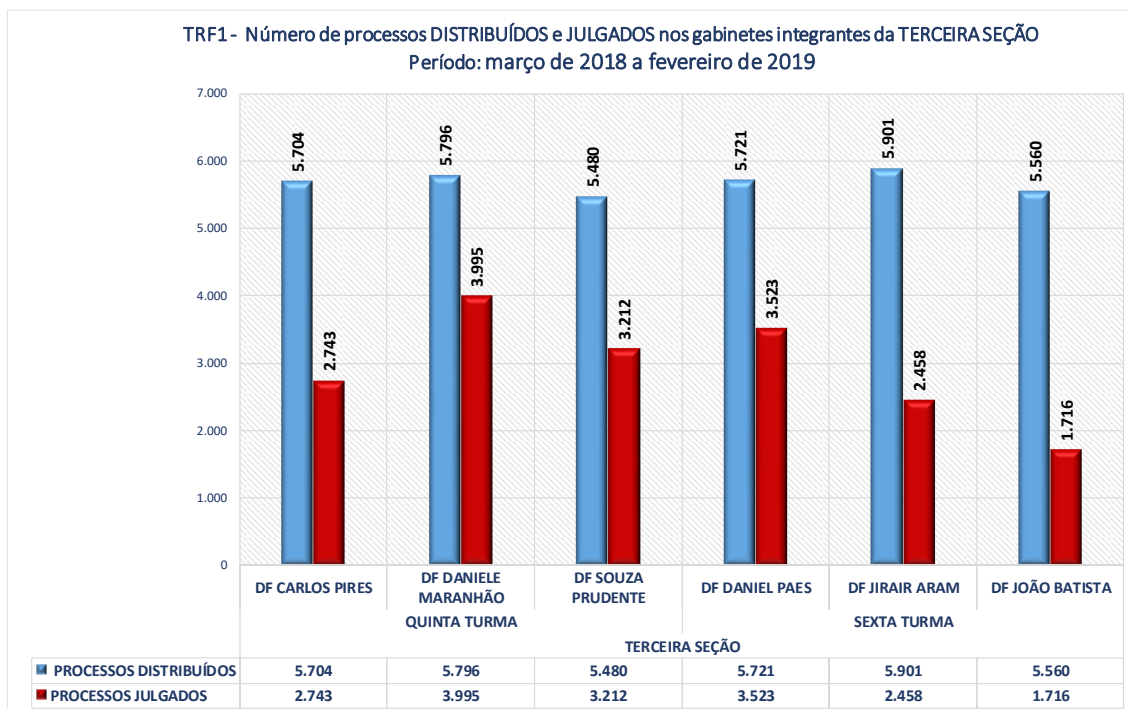
PROCESSOS JULGADOS NAS CÂMARAS REGIONAIS PREVIDENCIÁRIAS NO PERÍODO DE MAR/2018 A
 FEV/2019

Julgados	Magistrado - Assunção	TOTAL JULGADOS NO PERÍODO
1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA	ÁVIO MOZAR JOSÉ FERRAZ DE NOVAES - <u>Fev/2019</u>	-
	POMPEU DE SOUSA BRASIL - <u>Ago/2016</u>	949
	SAULO JOSÉ CASALI BAHIA - <u>Ago/2015</u>	2.035
	TOTAL	2.984
1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA	LEANDRO SAON DA CONCEIÇÃO BIANCO - <u>Abr/2018</u>	371
	MARCELO MOTTA DE OLIVEIRA - <u>Jul/2015</u>	558
	UBIRAJARA TEIXEIRA - <u>Jun/2016</u>	877
	TOTAL	1.806
1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS	LUCIANA PINHEIRO COSTA - <u>Mai/2016</u>	856
	MURILO FERNANDES DE ALMEIDA - <u>Fev/2015</u>	1.023
	RODRIGO RIGAMONTE FONSECA - <u>Fev/2015</u>	583
	TOTAL	2.462
2ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS	DANIEL CASTELO BRANCO RAMOS - <u>Abr/2018</u>	443
	GRIGÓRIO CARLOS DOS SANTOS - <u>Ago/2016</u>	1.084
	HENRIQUE GOUVEIA DA CUNHA - <u>Mai/2017</u>	929
	TOTAL	2.456
TOTAL		9.708

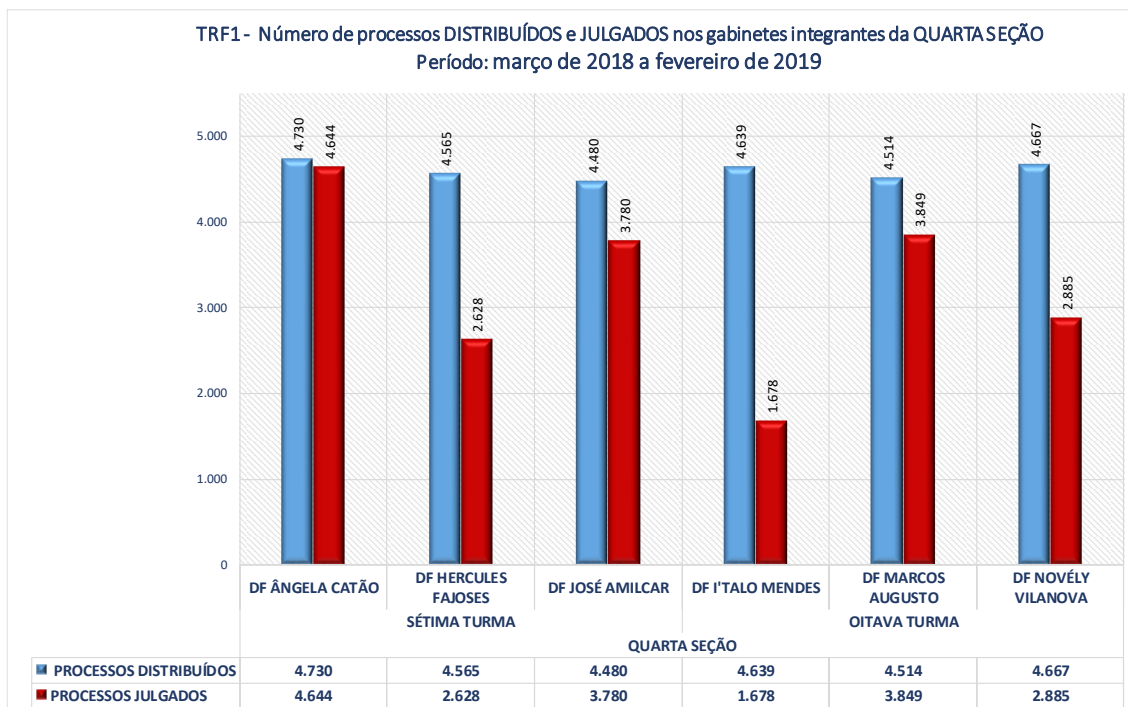
• Distribuidos e julgados da 2ª Seção;



• **Distribuidos e julgados da 3ª Seção;**



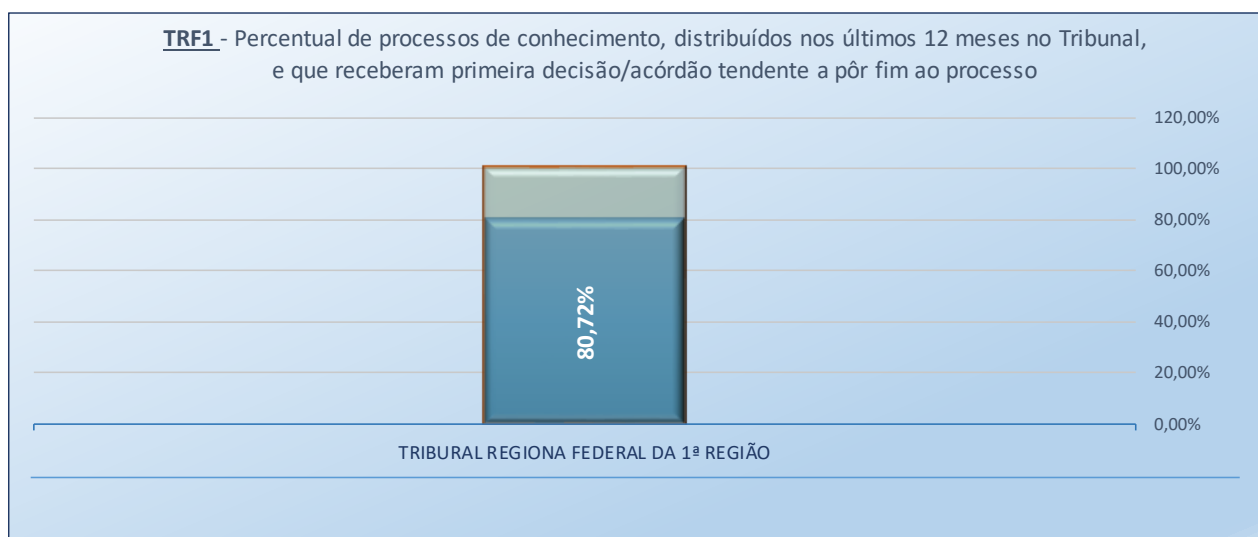
• **Distribuidos e julgados da 4ª Seção;**



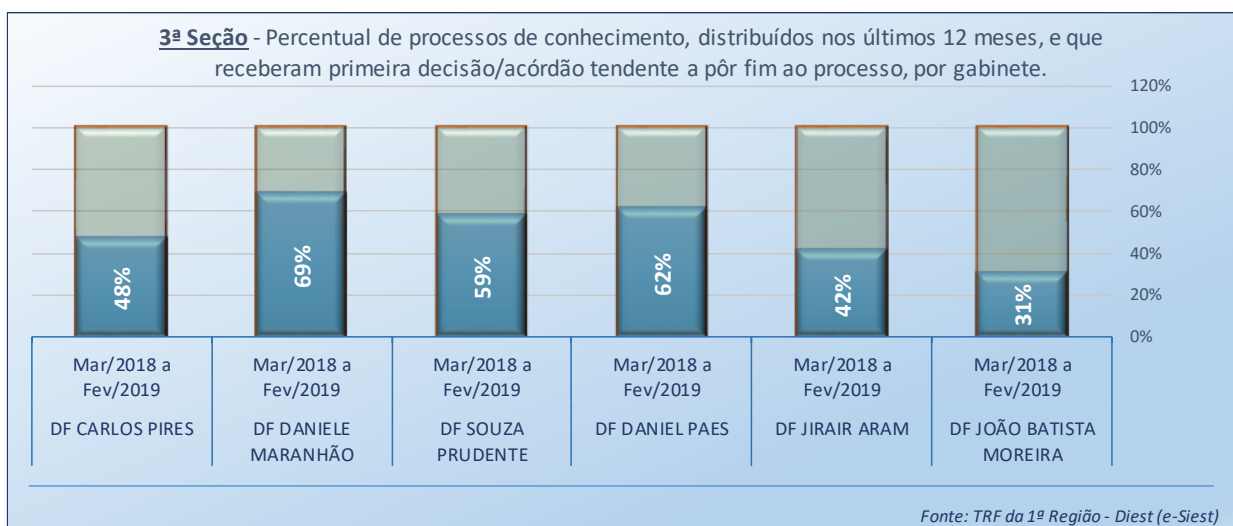
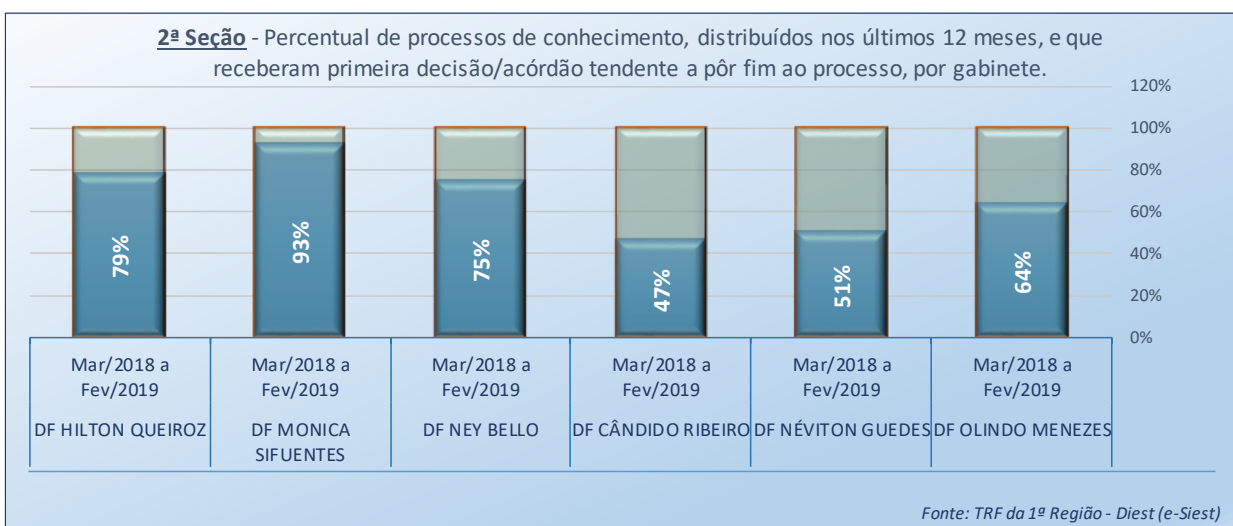
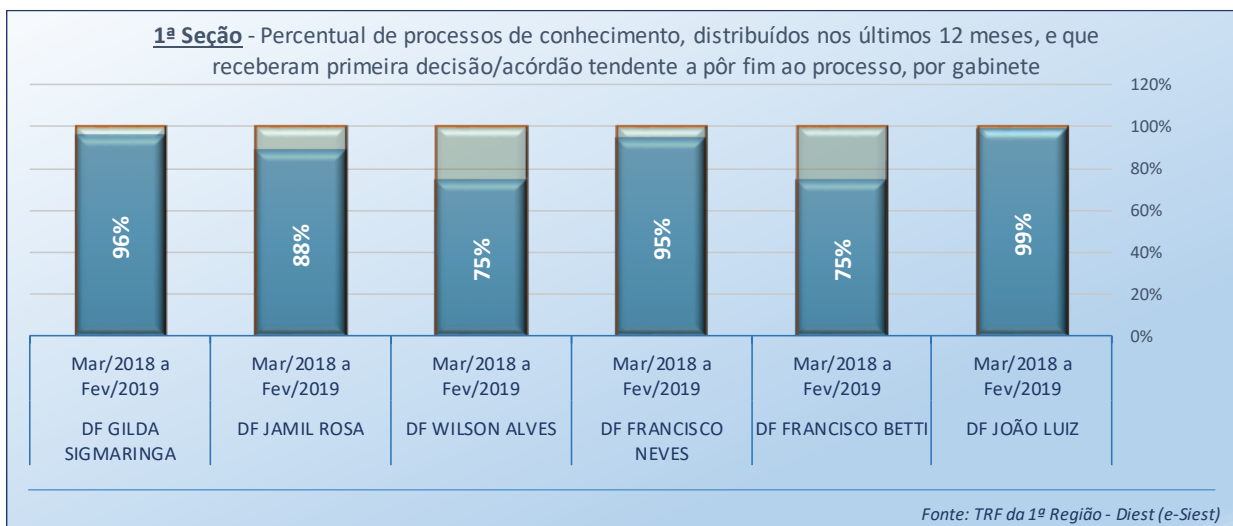
Ainda quanto à produtividade, se comparados com os números verificados na inspeção anterior, em 2017, quando a produção do tribunal era inferior ao número de processos distribuídos em 16.969 feitos¹, verifica-se que o desempenho da Corte permanece na mesma tendência de não cumprimento do que determina a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

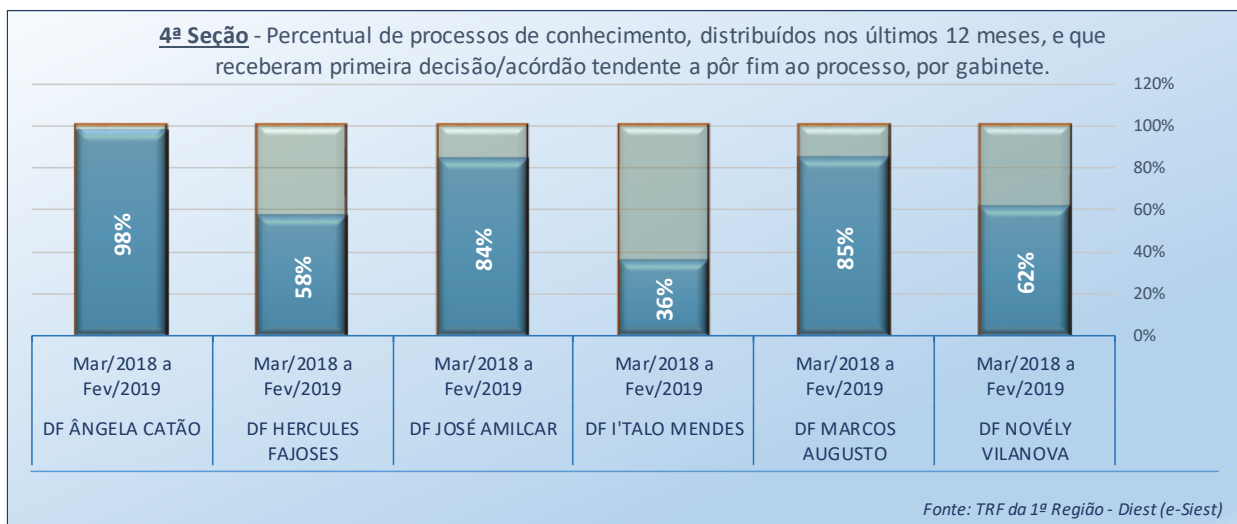
Com efeito, nos últimos doze meses inspecionados, foram julgados na corte 108.016 processos contra 133.821 distribuídos, contribuindo para o acúmulo de 25.805 feitos sem primeiro julgamento no acervo processual. Essa produtividade inferior à distribuição, em 19,28%, quando comparada ao volume de processos em tramitação, conduz a prognósticos preocupantes quanto à possibilidade de redução do acervo, se mantida a situação atual da Corte.

Os gráficos a seguir retratam o percentual, por unidade, de processos julgados em relação aos que foram distribuídos no período de março de 2018 a fevereiro de 2019.

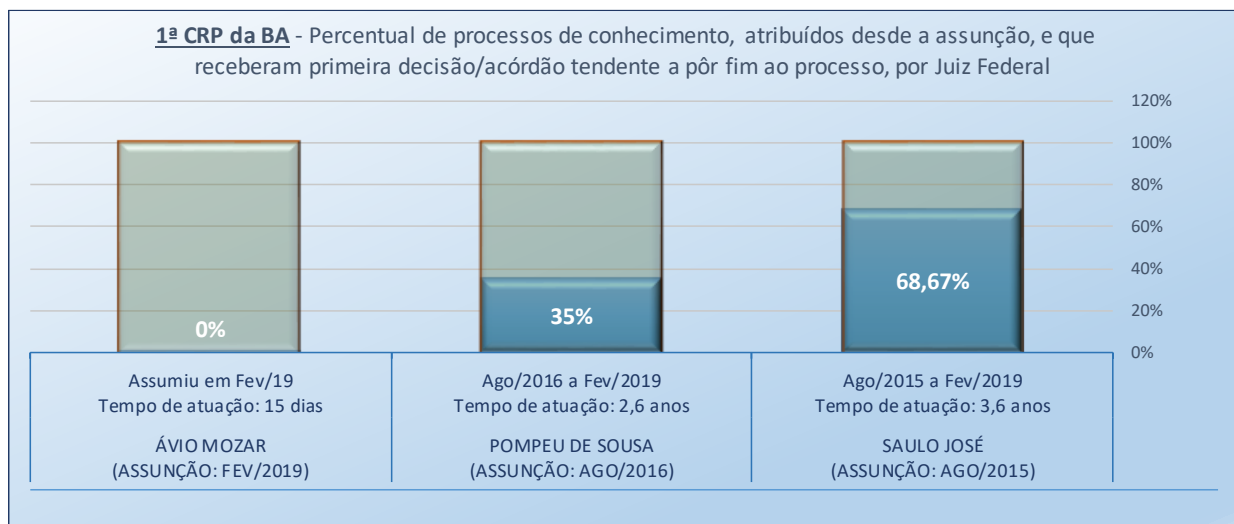


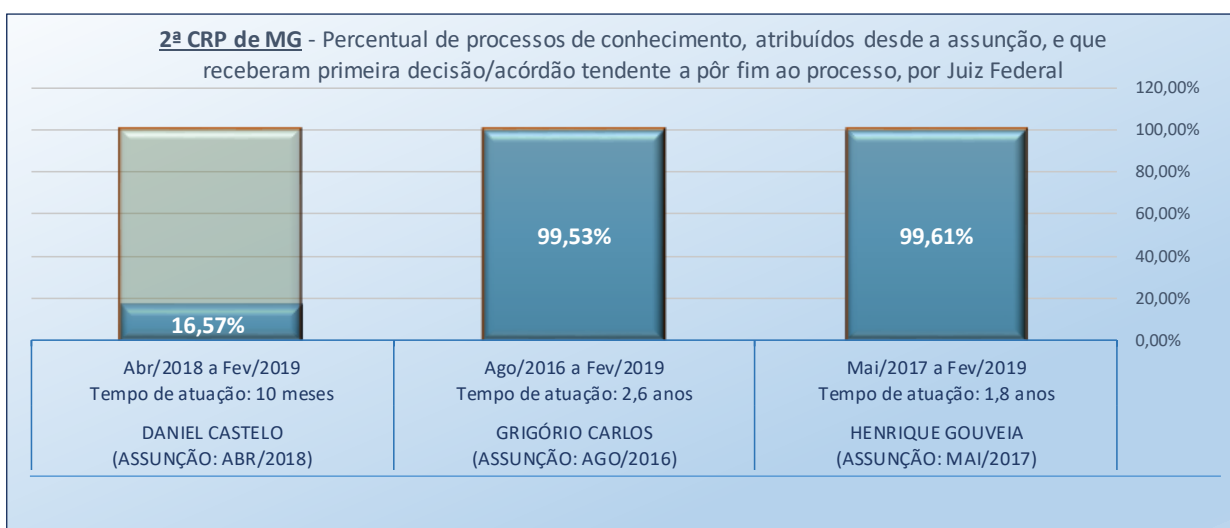
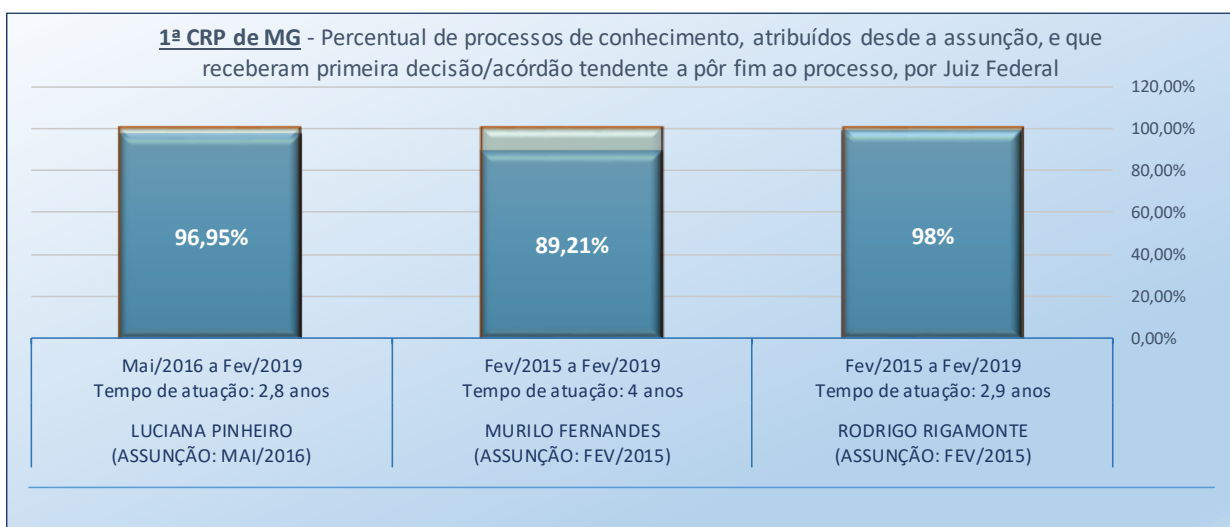
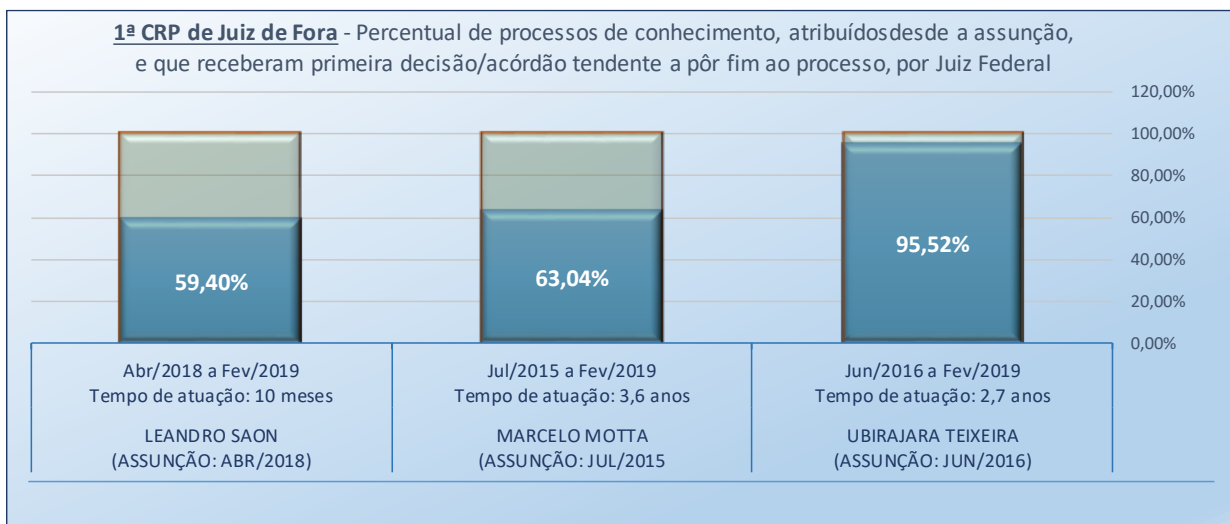
¹ Ou seja, ingressaram naquele período avaliado (2016/2017) 140.933 processos e foram julgados 123.964 processos.





Quanto à produtividade das câmaras regionais previdenciárias (CRPs), que funcionam junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região desde fevereiro de 2015 e recebem todo mês, por atribuição, volume significativo de processos da 1ª Seção, utilizou-se o mesmo conceito dos gráficos acima, porém parametrizado com a variável “processos atribuídos”. Tendo em vista que as remessas processuais são irregulares entre os meses e apresentam maior concentração no início do período da assunção do magistrado, com grandes lotes enviados de uma só vez, essa análise da produção estender-se-á a todo o período de atuação do juiz federal, com descrição do tempo em que cada magistrado atua como convocado.





O terceiro indicador inspecionado, para a obtenção de um diagnóstico adequado da gestão processual no tribunal, refere-se à análise do volume de feitos em tramitação

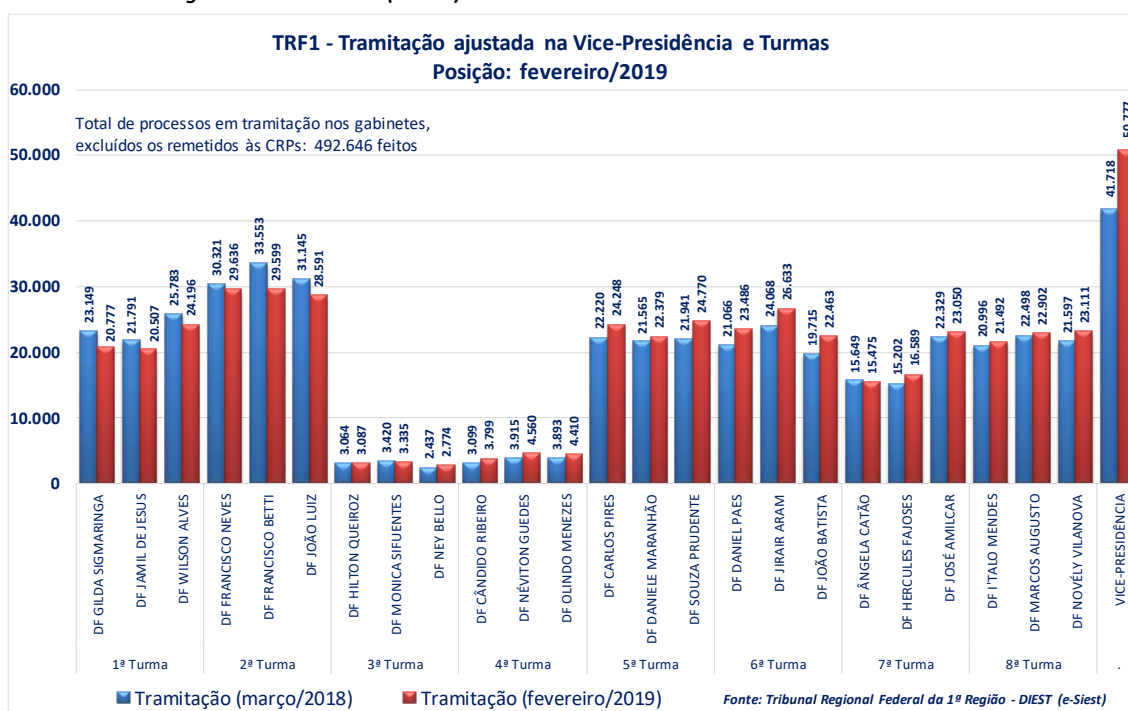
ajustada na Corte em seus distintos órgãos jurisdicionais, ou seja, em cada uma de suas turmas e na vice-presidência, tendo em vista a competência desta última para encaminhar os feitos a tribunais superiores, devolvê-los à origem após o trânsito em julgado, ou sobrestá-los.

Nesses termos, apurou-se a existência de 513.781 processos em tramitação no TRF da 1ª Região, conforme se vê a seguir:

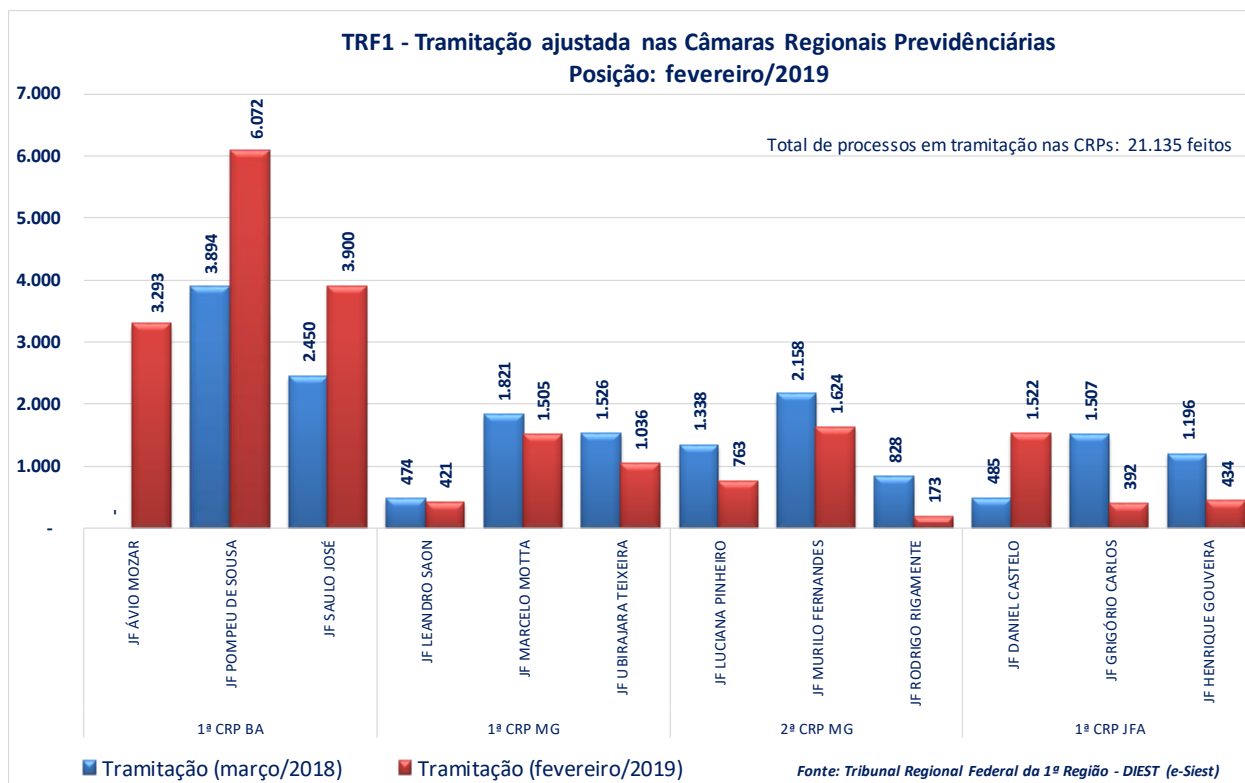
Processos em tramitação ajustada, por unidade, no TRF da 1ª Região
 Posição: Fevereiro/2019

Órgãos		Tramitação Ajustada	% de processos em relação ao total
Vice-Presidência		50.777	9,88%
1ª Seção	1ª Turma	65.480	12,74%
	2ª Turma	87.826	17,09%
2ª Seção	3ª Turma	9.196	1,79%
	4ª Turma	12.769	2,49%
3ª Seção	5ª Turma	71.397	13,90%
	6ª Turma	72.582	14,13%
4ª Seção	7ª Turma	55.114	10,73%
	8ª Turma	67.505	13,14%
CRPS - Câmaras Regionais Previdenciárias	1ª CRP BA	13.265	2,58%
	1ª CRP MG	2.962	0,58%
	2ª CRP MG	2.560	0,50%
	1ª CRP JFA	2.348	0,46%
Total no TRF da 1ª Região		513.781	-

Fonte: Tribunal Regional Federal - Diest (e-Siest).



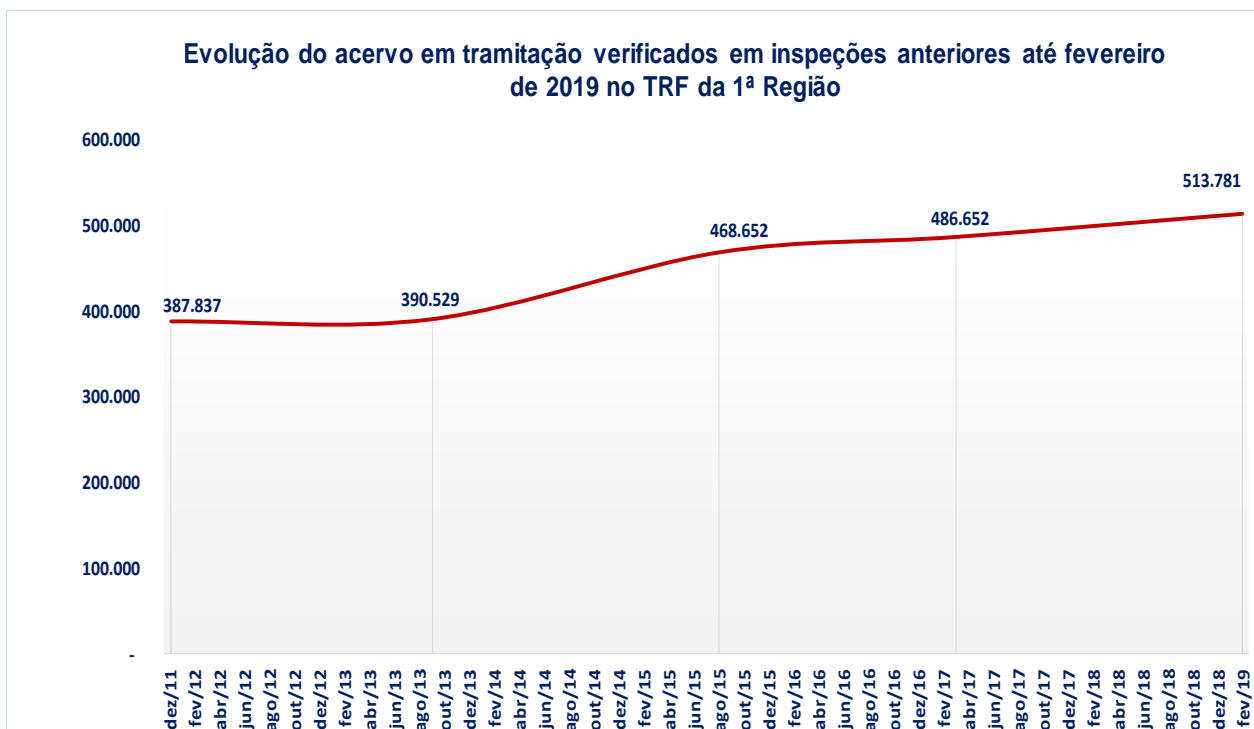
O resultado apresentado no gráfico acima demonstra que o Tribunal registrou, em relação à maioria dos órgãos julgadores, no período de março/2018 a fevereiro/2019, elevação do acervo. A 1ª Seção foi a única a registrar queda na tramitação para todos os gabinetes. Tal situação pode ser explicada, em parte, pela remessa de feitos previdenciários para as câmaras regionais previdenciárias, que atualmente acumulam 21.135 processos em andamento, conforme visto no gráfico a seguir.



No total, o tribunal possui 513.781 processos ativos, percebendo aumento de 4,2% no número de feitos em tramitação nos últimos 12 meses (elevação de 20.582).

Obtidos os indicadores de distribuição, produtividade e tramitação relativos ao período de março de 2018 a fevereiro de 2019, quando teve lugar a inspeção, passa-se a cotejá-los com a série histórica iniciada na inspeção de 2011 a fim de se constatar a evolução ou involução da Corte em relação a sua eficiência.

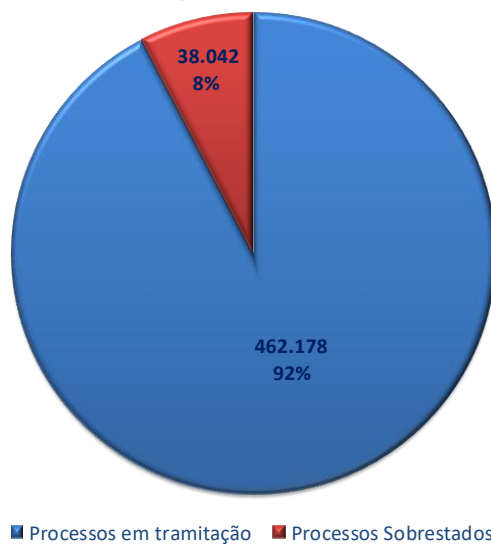
Nesse contexto, observa-se que o acervo do TRF da 1ª Região é predominantemente crescente em todo o período. Em 2011 havia 390.529 processos em tramitação, em 2015 aumentou para 468.652 feitos, em 2017 para 486.652, e por fim, em fevereiro de 2019, 513.781 processos. O gráfico abaixo demonstra tal realidade.



Ressalte-se que para esses dados de tramitação ajustada, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os feitos suspensos ou sobrestados.

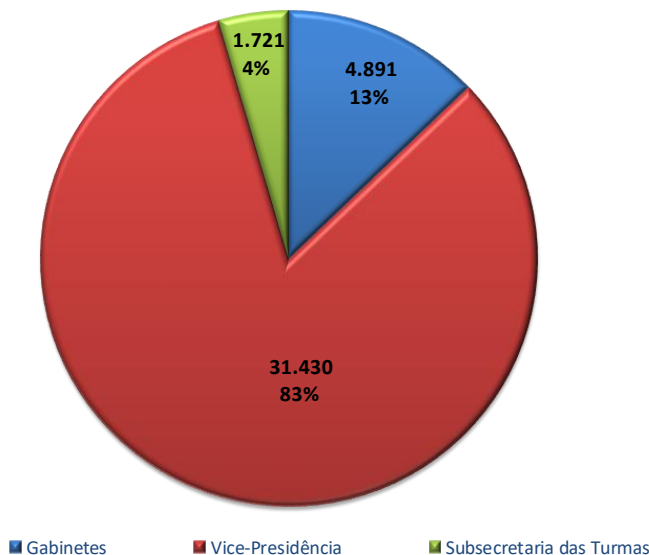
O tribunal possui, de fato, 551.823 processos em tramitação, dos quais 38.042 (6,89%) estão suspensos/sobrestados.

TRF1 - Processos em tramitação e sobrestados no tribunal
Posição: fevereiro/2019



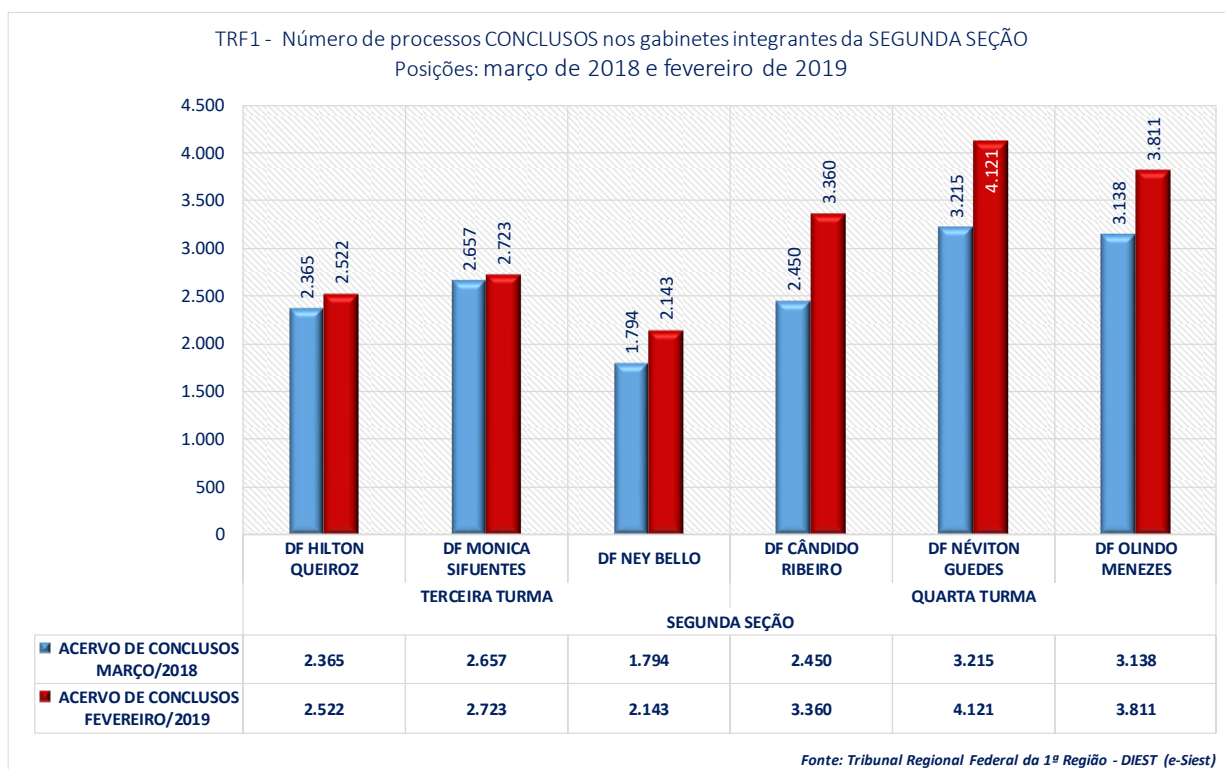
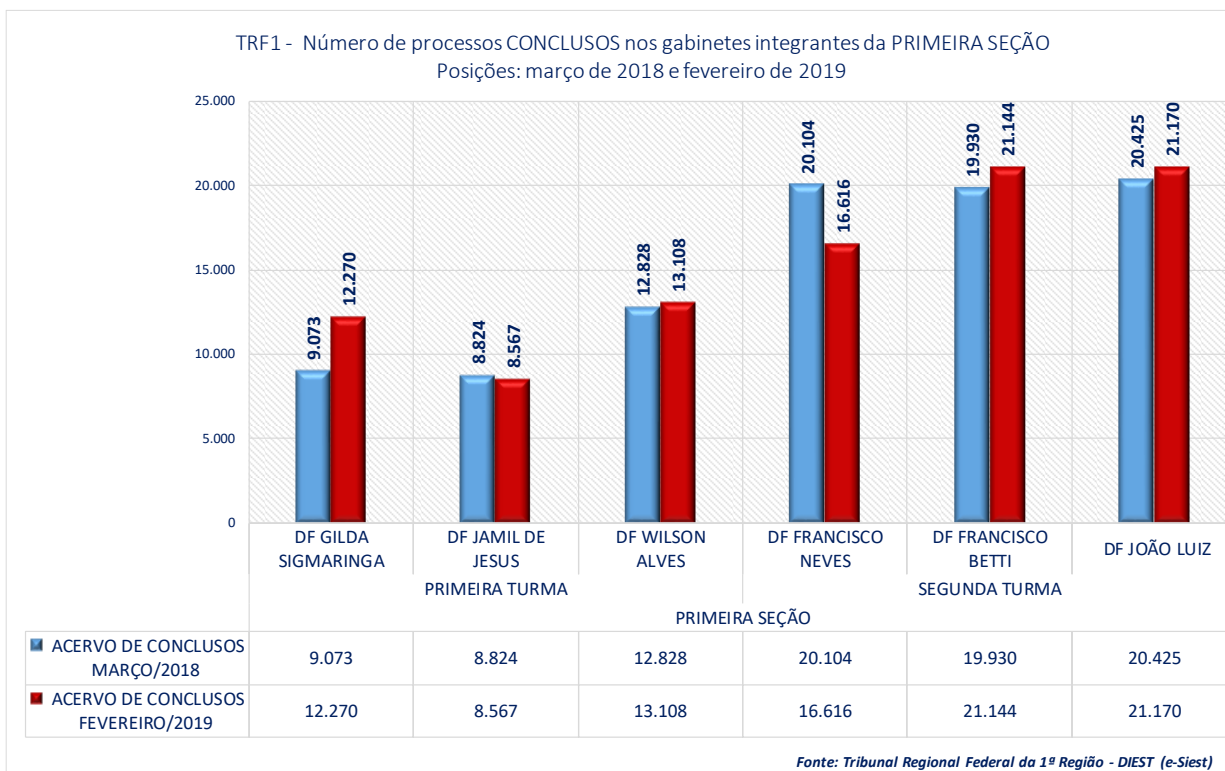
Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 5% (1.721) estão localizados nas subsecretarias das turmas, 13%, nos gabinetes dos desembargadores (4.891) e 83%, na vice-presidência (31.430).

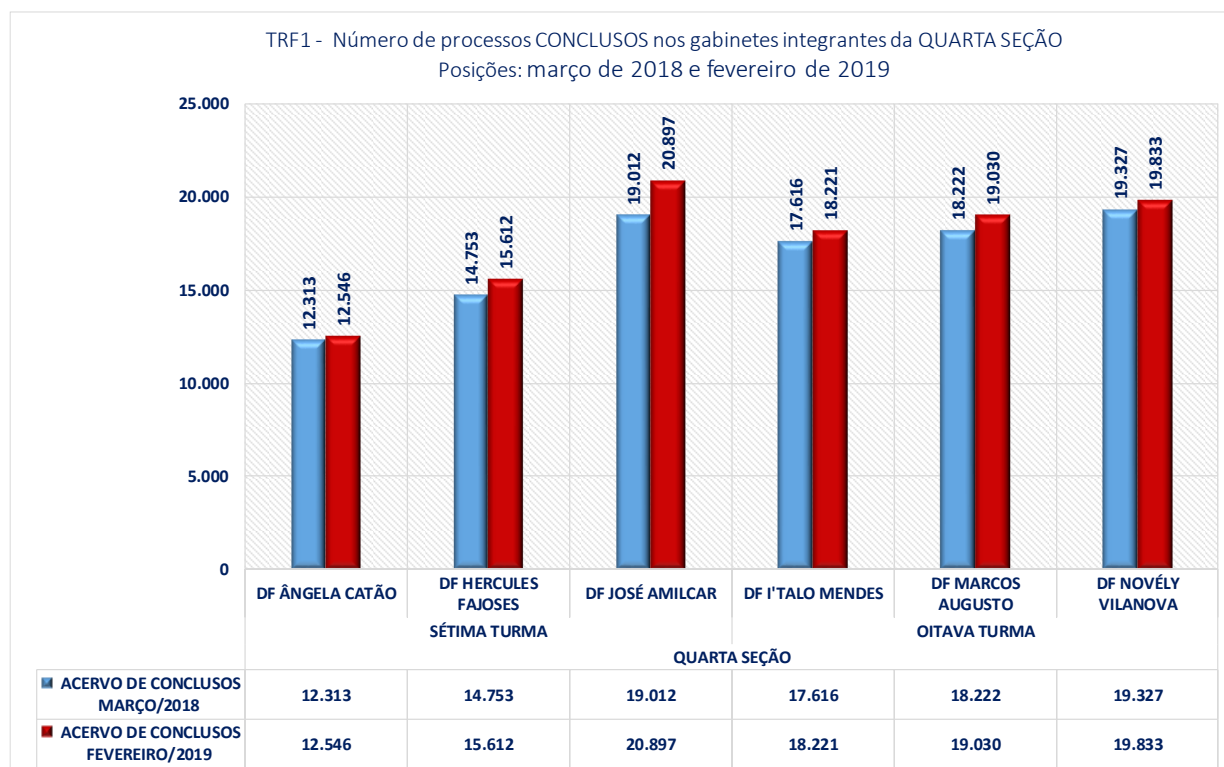
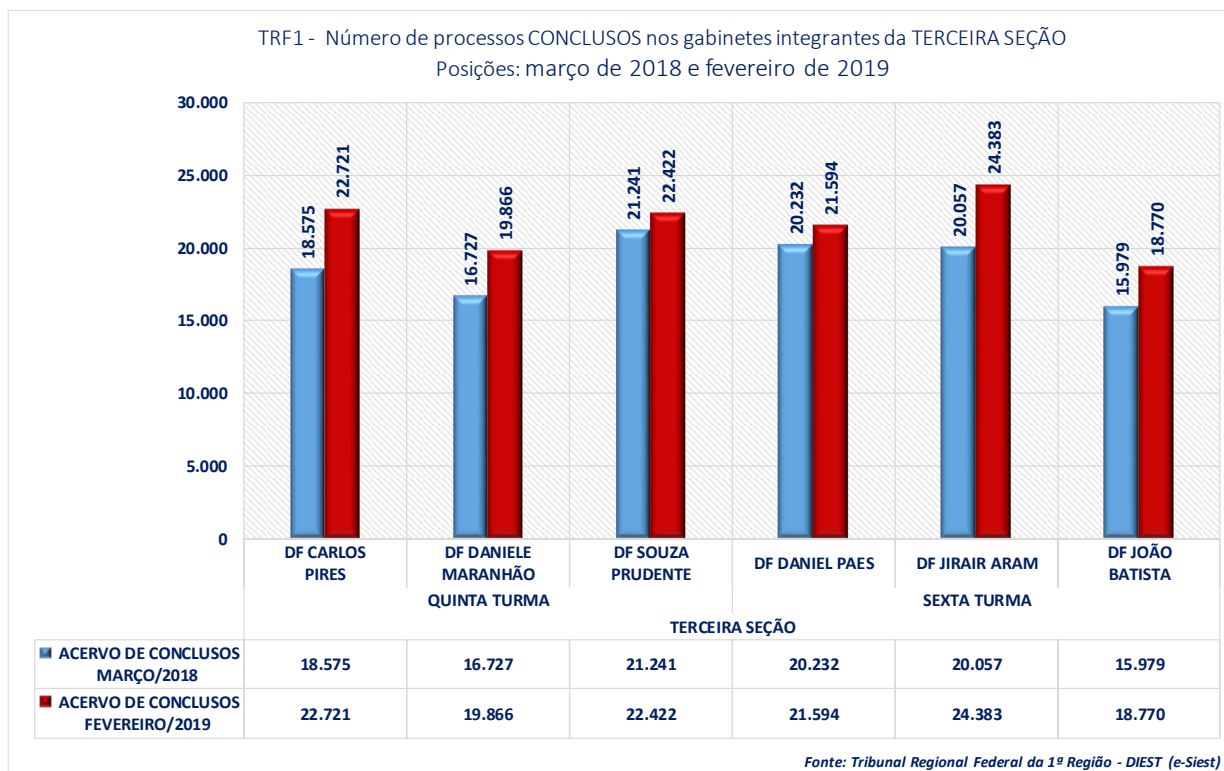
TRF1 - Processos sobrestados nos gabinetes, na Vice-Presidência e nas Turmas
Posição: fevereiro/2019



O quarto indicador trata da análise comparada dos processos concluídos para julgamento nos gabinetes dos desembargadores federais.

Para fins comparativos, seguem os gráficos que ilustram a situação do acervo de processos concluídos por gabinete, nas posições de março/2018 e fevereiro/2019, com a respectiva razão de aumento ou diminuição, destacando-se que, na média, o tribunal apresenta 18.265 processos concluídos por gabinete cível, e 3.113 por gabinete criminal, excluindo-se, aqui, os acervos dos desembargadores federais presidente e vice-presidente, considerando que possuem dinâmica diferente de julgamento:

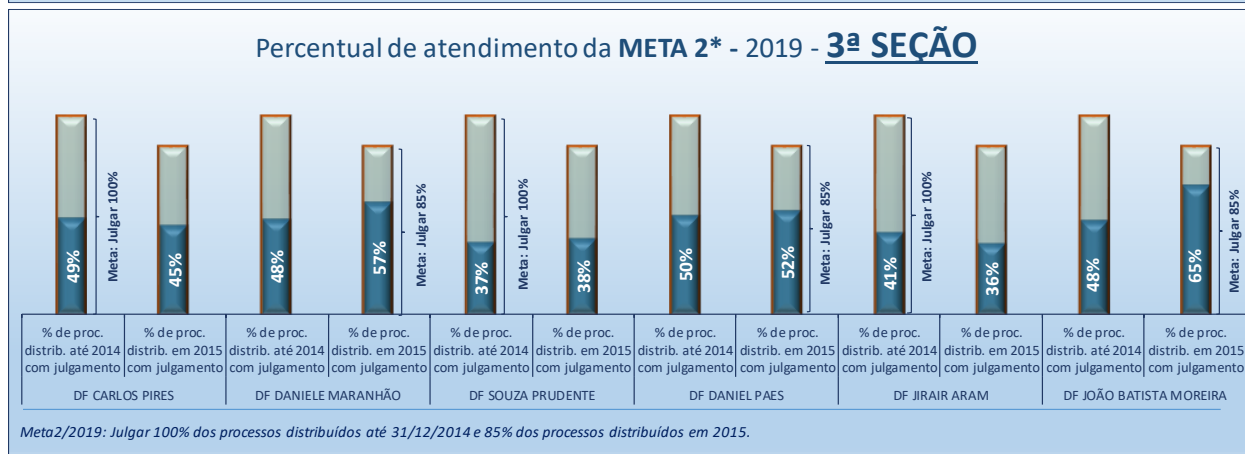
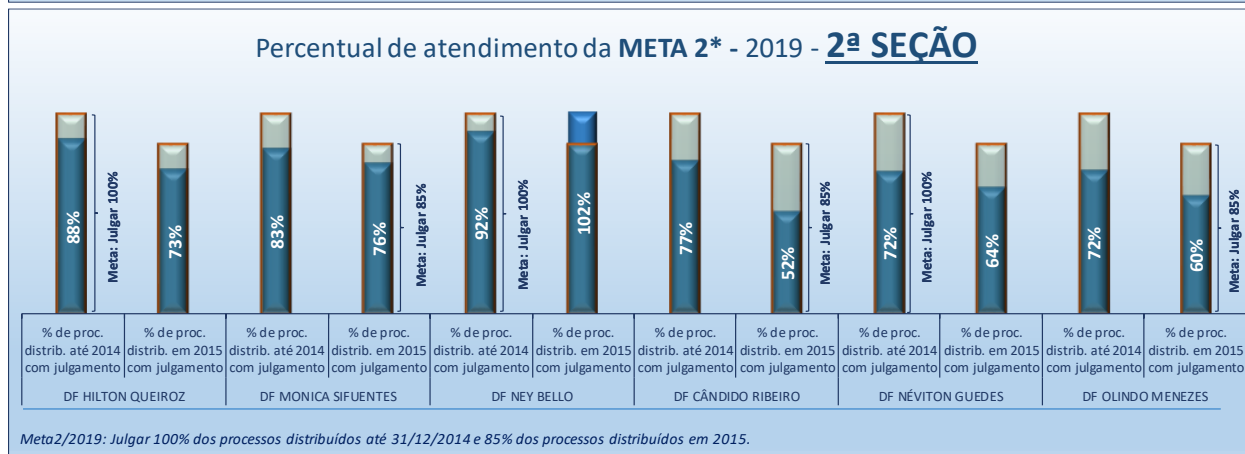
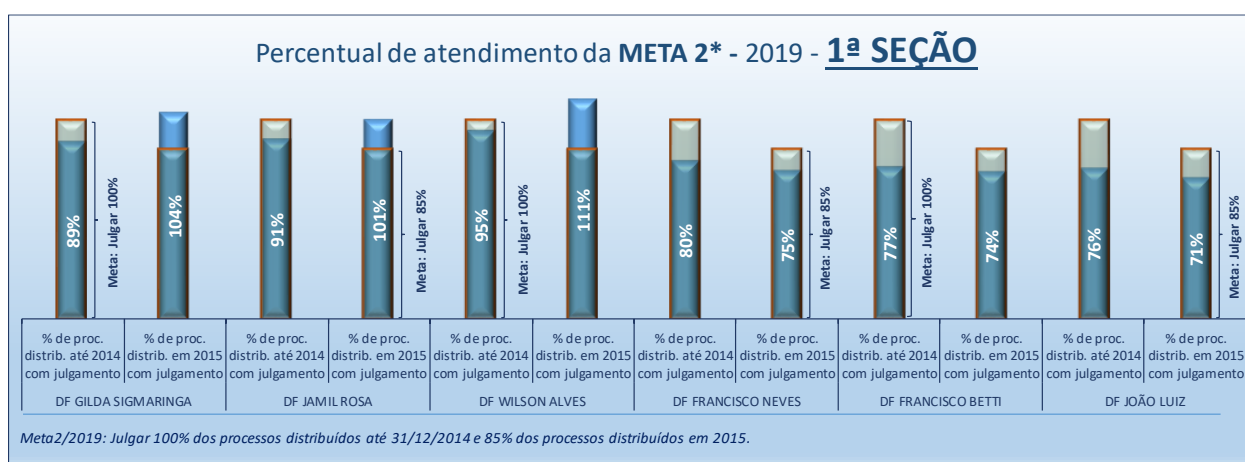


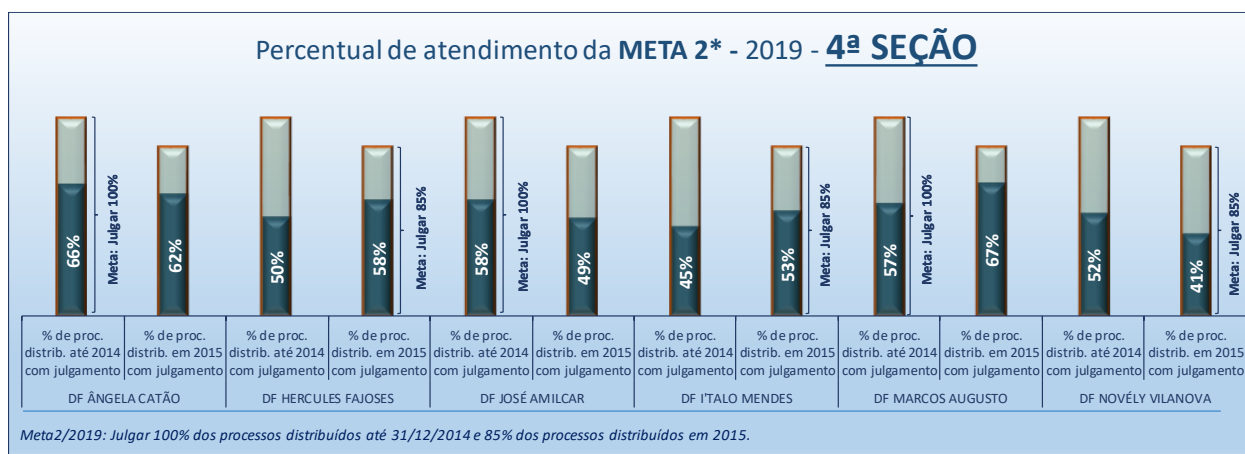


Oportuno mencionar, para fins de acompanhamento da gestão processual, o perfil geral do acervo por tempo de tramitação, em que é considerada a data de distribuição originária no tribunal. O dado mais importante diz respeito a feitos da Meta 2/2019 do CNJ (processos em tramitação, distribuídos até 31/12/2014 e sem primeiro julgamento),

que, em fevereiro de 2019, somavam 112.596 em tramitação, o que corresponde a 22% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados.

Os gráficos abaixo demonstram o nível de cumprimento da Meta 2/2019, por gabinete, onde a primeira coluna, do respectivo gabinete, corresponde ao percentual de processos com distribuição até 2014 e que foram julgados até a presente data, e a segunda coluna o percentual de processos com distribuição em 2015 e que já receberam o primeiro julgamento.





Por fim, ainda sobre os indicadores de produção, deve-se mencionar que em relação à Meta 3/2019 do CNJ, cujo objetivo para o Judiciário é fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% de processos conciliados em relação aos feitos distribuídos, a Corte Regional está empenhada, pois conciliou 5.669 feitos, ou seja, 4% dos distribuídos no tribunal.

Outro número que demonstra a dificuldade do tribunal é o alto índice de agravos de instrumento e de *habeas corpus* que são decididos por decisão unipessoal e não são levados à confirmação do Colegiado. Na última inspeção, o CJF apontara como fator para o crescente acervo a “falta de controle dos feitos que tiveram apreciação de tutela, porém não foram levados ao Colegiado”; e a “concentração de agravos de instrumentos que ficam aguardando o julgamento da apelação”. Essa parece ser uma estratégia da Corte para gerir o acervo – não levar a tutela de urgência ao Colegiado. Usa-se o expediente de analisar as medidas liminares, por decisão unipessoal, e aguardar a sentença, para decretar a perda do objeto do recurso/incidente. Recentemente, o TRF1 desenvolveu um sistema destinado a verificar o julgamento em primeira instância dos processos incidentes, com o intuito de eliminar esses recursos pendentes.

Percebe-se que o TRF1 não atende satisfatoriamente à demanda. De acordo com o “Justiça em Números” do CNJ de 2018, apresenta a maior taxa de congestionamento dentre os tribunais do Brasil (82%).²

O mencionado tribunal é o que tem uma maior carga de trabalho por magistrado (26.175 processos contra, em média, 13.944 dos demais tribunais regionais federais), e por servidor da área judiciária (1.035 contra, em média, 558 nos tribunais regionais federais).³

² Dados referentes ao ano de 2017.

³ Dados referentes ao ano de 2017. A média é calculada pelo CNJ com base no número de membro do Tribunal. No caso do TRF1, além dos 27 membros, há 12 membros convocados para a atividade jurisdicional – 12 juízes federais integrantes das 4 CRPs. Considerando os 39 magistrados, temos 18.121 processos por magistrado.

Também é o tribunal com o mais largo tempo médio de julgamento de causas – 2 anos e 5 meses contra, em média, de 1 ano e 11 meses dos Tribunais Regionais Federais.⁴ Praticamente todas as representações por excesso de prazo que aportam à Corregedoria-Geral da Justiça Federal decorrem de demora no julgamento de apelações pelo TRF1.

Em parte, as dificuldades do tribunal decorrem do alto ingresso de ações. O TRF1 foi o segundo tribunal do País em número de casos novos por magistrado – 4.502, superado apenas pelo TRF4, com 5.206. O número de processos distribuídos ficou bem acima da média dos outros tribunais regionais federais, 3.312.⁵

A produtividade do tribunal é, em números absolutos, grande. Trata-se do segundo tribunal mais produtivo. Seu Índice de Produtividade dos Magistrados - IPM foi 4.046 – superado apenas pelo TRF4, com 5.484, e bem acima da média dos demais tribunais regionais federais, 3.522.⁶ Mesmo com esses esforços, a produtividade está aquém da demanda.

O gigantesco acervo – maior do Brasil –, em constante crescimento, certamente é um dos fatores que contribuem com a dificuldade de atender à demanda. Isso se reflete num dos índices de recorribilidade externa mais baixos dentre os tribunais do Brasil – 5%, contra uma média de 23% dentre os tribunais regionais federais.⁷ Percebe-se que o TRF1 apresenta um acervo envelhecido, pelo que muitas das controvérsias jurídicas tratadas em seus autos já foram superadas.

Outra dificuldade enfrentada é o baixo índice de informatização. A maior parte do acervo ainda é em papel. O TRF1 conta com apenas 33,6% do acervo em autos eletrônicos. Por ocasião da inspeção, estavam em tramitação 341.151 processos em papel.

A parca informatização é um dos fatores de ineficiência, especialmente para as áreas de apoio à prestação jurisdicional. Grande número de servidores, estagiários e terceirizados estão envolvidos em tarefas processuais burocráticas e repetitivas – juntada de documentos, transporte de autos, publicação de decisões em diário eletrônico, certificação de decurso de prazo etc. Com isso, o uso de mão de obra em atividades de apoio à prestação jurisdicional é intenso. São 130 servidores – mais

⁴ Dados referentes ao ano de 2017.

⁵ Dados referentes ao ano de 2017. Considerados os 12 juízes federais integrantes das 4 CRPs, temos 3.116 casos novos por magistrado.

⁶ Dados referentes ao ano de 2017. Considerados os 12 juízes federais integrantes das 4 CRPs, temos 3.116 casos novos por magistrado.

⁷ Dados referentes ao ano de 2017.

estagiários e terceirizados – que atuam nas coordenadorias de registro e dos órgãos julgadores, secretariando o Pleno, a Corte Especial, as Seções e as Turmas. No TRF4 – 100% informatizado –, 32 servidores e 6 estagiários cuidam do serviço equivalente.

Para atender a demanda, historicamente o tribunal recorre a mutirões e a regimes de auxílio.

Além de convocações de juízes para substituições, há duas iniciativas de auxílio que tendem à permanência: as Câmaras Regionais Previdenciárias - CRPs e os juízes auxiliares ligados aos gabinetes.

As CRPs são quatro, conforme mencionado. Cada Câmara tem por “finalidade a apreciação e o julgamento do acervo previdenciário pendente de julgamento no Tribunal”.

Os processos são atribuídos aos juízes federais integrantes das CRPs, mantendo-se a distribuição ao gabinete do desembargador federal relator. A produção da CRP é computada, na estatística geral, ao desembargador federal relator.

Cada Câmara é composta por três juízes federais. Cada juiz traz dois servidores do gabinete de sua Vara e ainda cede um servidor de sua Vara para atuar na secretaria da CRP. As convocações são semestrais.

A Secretaria da Câmara funciona com três servidores, todos sem função comissionada, e faz a tramitação dos processos, desde que recebida a atribuição. Publica e organiza pauta, despachos e acórdãos. Os processos são devolvidos ao TRF1 apenas após o trânsito em julgado.

Os critérios de atribuição de processos constam da portaria de instalação. Em princípio, são os mais antigos do local, mas essa triagem é realizada pelo TRF, sem controle pela CRP. Mesmo ações coletivas são atribuídas aos juízes federais.

Atualmente, a "competência territorial" das Câmaras Regionais de Belo Horizonte é quanto aos processos previdenciários oriundos da Seção Judiciária de Belo Horizonte; da Câmara Regional de Juiz de Fora, do interior de Minas Gerais; da Câmara Regional de Salvador, Bahia, Rondônia, Mato Grosso e Goiás.

As sessões de julgamento são quinzenais, sob a presidência de um desembargador – não necessariamente componente da Seção de Direito Previdenciário do TRF.

O regime é muito oneroso para o juiz e para a secretaria da Vara Federal respectiva. Alguns dos integrantes atuam com prejuízo da jurisdição, outros cumulam a primeira instância.

Embora teoricamente as CRPs devam seguir a jurisprudência do respectivo tribunal, é intuitivo que sua existência é um fator a mais a dificultar a execução do dever de manter a jurisprudência estável, íntegra e coerente (art. 926 do CPC). A participação de um desembargador parece relevante, mas nem sempre vai assegurar o diálogo com a jurisprudência da Corte.

Em outra iniciativa, a Resolução Presi 36/2017 estabeleceu regime de auxílio de julgamento para a atuação de magistrados do 1º grau nos feitos em tramitação no tribunal, pendentes de cumprimento de metas estratégicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.⁸

Cada desembargador tem a prerrogativa de convocar um juiz federal em regime de auxílio. Esse juiz federal recebe a atribuição dos processos selecionados pelo desembargador – via de regra, os processos constantes da Meta 2 do CNJ. A atuação ocorre sem prejuízo à jurisdição em primeira instância. Se não estão em Brasília, os juízes participam das sessões de julgamento por videoconferência.

Essas iniciativas são medidas importantes, mas parecem rumar para um esgotamento. Não é possível aumentar indefinidamente a participação de juízes de primeira instância nos julgamentos em segundo grau.

Para que o tribunal avance sobre o acervo, não resta outra alternativa além de aumentar a eficiência.

Uma das frentes para aumento da eficiência é a informatização. A direção do TRF1 vem fazendo louváveis esforços. Recentemente, a Corte foi pioneira em adotar o módulo criminal do PJe.

Sobre o PJe, ainda precisa de vários aperfeiçoamentos, na direção de automatizar as rotinas. Destacam-se as seguintes faltas do sistema:

- a) não oferece estatísticas processuais ou permite a geração de relatórios;
- b) possibilidade de lançamento de fases processuais em bloco ou lote: o PJe não permite que lançamentos idênticos sejam realizados em um conjunto de processos. Cada um dos processos precisa ser movimentado separadamente;
- c) módulo de produção e tratamento de documentos: o editor de texto não permite a pesquisa e o compartilhamento de minutas;
- d) módulo de sessão de julgamento: não há aplicativo que permita o controle das sessões de julgamento e o compartilhamento prévio de relatórios, votos e ementas.

No entanto, o sistema foi adotado pelo CNJ e está em constante aperfeiçoamento. O ingresso de ações em ações em papel, no atual momento histórico, deve ser evitado ao máximo.

Por isso, o esforço de informatização do TRF1 deve priorizar o ingresso de processos em meio eletrônico dos casos novos. Iniciativas de digitalização do acervo que se encontra no tribunal não devem ser desprezadas, mas os autos em papel que hoje ingressam na primeira instância aportarão no TRF no futuro. Reconhece-se que a Primeira Região é aquela que mais apresenta dificuldades de acesso à internet,

⁸ A Resolução Presi – 8442373, de julho de 2019, prorrogou o regime até o final do ano de 2019.

contribuindo com a demora da informatização. Ainda assim, é necessário priorizar o esforço para que todos os ingressos de processos novos ocorram pela via eletrônica.

Na última inspeção, fora determinado que o Presidente envidasse esforços para aumentar os servidores envolvidos com a prestação jurisdicional, “mediante estratégias de redimensionamento dos quadros da área-meio e fim do próprio Tribunal.” De fato, é necessário esforço para envolver a força de trabalho na prestação jurisdicional.

O tribunal informou contar com 690 servidores na área-fim e 450 na área meio. Ou seja, em teoria, 60% da força de trabalho está na área-fim.

O conceito de área-fim adotado pelo TRF1 é bem amplo, pois classifica como fim áreas de apoio e outras que sequer são diretamente envolvidas na prestação da jurisdição. Por exemplo: coordenadoria de taquigrafia, divisão de cálculos, divisão de gestão da informação e biblioteca, núcleo regional de apoio ao processo judicial eletrônico, divisão de análise temática e jurisprudência, divisão de pesquisa e correlatos, seção de consolidação de informações, seção de apoio à revista, núcleo de processamento de requisições de pagamento.

No setor de taquigrafia, há 31 servidores, que realizam um trabalho muito competente e eficaz. No entanto, os tribunais vêm substituindo os registros taquigráficos por outras formas de registro, como a redação pelo próprio vogal ou registro em áudio. Alguns dos profissionais que atuam no TRF1 migraram do STJ, após a recente extinção da área no Tribunal Superior. A eliminação abrupta da taquigrafia não é recomendável, tendo em vista a dificuldade em readaptar os servidores a outras tarefas. No entanto, o movimento nessa direção precisa ser iniciado.

Chama a atenção o fato de que o chefe da seção de taquigrafia é um servidor com formação jurídica, deslocado para essa finalidade. Vejo aí uma desvalorização das profissionais da taquigrafia e uma demonstração de que os esforços para priorizar a área-fim são medidos.

Propriamente trabalhando com a pesquisa jurídica e a minuta de decisões judiciais há menos do que a metade dos servidores classificados como área-fim. Conforme os números fornecidos nas entrevistas com as equipes, há 355 servidores nos gabinetes jurisdicionais – pouco mais da metade dos servidores da área-fim. Além desses, há 73 servidores nos gabinetes da Direção. Ocorre que vários servidores lotados em gabinetes são envolvidos em tarefas de apoio, tarefas de secretariado, como o recebimento e a remessa de processos e de documentos, além da assessoria do magistrado para as sessões de julgamento.

Conforme reportado, o grande número de servidores trabalhando em tarefas de apoio à prestação jurisdicional é, em parte, uma necessidade decorrente do baixo índice de informatização – 130 servidores que trabalham em coordenarias de apoio à prestação.

Dentre as áreas administrativas, é notável o número de servidores em algumas delas. Há 9 servidores em uma Divisão de Modernização Administrativa e Produção Editorial; 3 servidores no núcleo de copa, limpeza e conservação (serviços terceirizados); 11 servidores no núcleo de serviços gráficos.

Na Seção de Transporte, há 21 agentes de segurança do quadro do tribunal e 10 servidores requisitados de outros órgãos. No total, a Seção conta com 35 servidores.

Além disso, há seções de suporte administrativo na Bahia e em Minas Gerais. Cada uma conta com 3 servidores requisitados, com uma FC-5 e duas FC-3. Não resta clara a utilidade deste órgão – além de transportar desembargadores, quando em visita a estes Estados. Note-se que o tribunal não dotou as secretarias das Câmaras Regionais Previdenciárias de funções comissionadas, mas o fez para o suporte administrativo.

Por parte dos membros, falta colaboração para a agilização de decisões. A otimização da elaboração e o compartilhamento de minutas de decisão já era uma preocupação do relatório de inspeção anterior, no qual foi determinada a adoção de “sistema informatizado para minutas de votos e decisões integrado com a informatização da sessão de julgamento”, a criação de “catálogo de minutas padronizadas e de pautas temáticas”, a disponibilização de votos “aos demais gabinetes que integram a Turma e a Seção, anteriormente às sessões de julgamento, contribuindo, assim, para que elas possam transcorrer com maior fluidez”, a adoção de “fórmulas mais simples, diretas, pontuais e resumidas nos votos-revisão em que o revisor, conquanto concorde com o voto do relator, opta pela apresentação do voto escrito”, o estudo da “viabilidade de se encaminhar os processos ao revisor com o relatório juntado aos autos, bem como com a minuta de voto”.

A despeito do que foi recomendado, o sistema de compartilhamento de votos ainda é precário e sequer é praticado por todos os membros.

A 1ª Região ressenete-se da falta da deficiência de seu sistema de informático de gestão dos documentos judiciais. Em primeira e segunda instância, os documentos são editados em *software* não preparado para o trabalho de grandes equipes. A edição, o compartilhamento, a pesquisa, a assinatura e arquivamento de decisões e demais documentos judiciais acaba atomizada na unidade e não está complementada automatizada. O mais preocupante é que uma unidade não pode acessar a produção das demais, dificultando a pesquisa e a troca de conhecimento.

No âmbito do Tribunal, isso implica que os membros dos colegiados não têm acesso aos votos dos demais diretamente no sistema. A prática é que, às vésperas da sessão, o gabinete do relator disponibilize “sinopse” – breve relatório e ementa. Esse material é impresso e enviado aos demais vogais e à taquigrafia. A elaboração desses ementários demanda tempo dos servidores, material de impressão e não permite verificar o conteúdo integral dos casos.

Há inúmeras soluções de gestão de documentos que permitiram maior racionalização desse trabalho.

A dificuldade, no entanto, não é apenas de infraestrutura de informática.

Alguns dos membros do tribunal recusam-se a compartilhar antecipadamente as minutas de seus votos com os membros do Colegiado. Ao que apurei, é o caso dos Desembargadores Jamil de Jesus Oliveira, Wilson Alves de Souza e Souza Prudente. Com isso, as sessões de julgamento prolongam-se pela noite e a eficiência dos julgamentos fica comprometida. Um Tribunal de segunda instância, com o volume de casos que o TRF1, tem por primeira missão a solução dos casos em tempo razoável. Os debates são essenciais, mas devem ser eficientes.

A amostra indica que alguns membros gastam tempo precioso em debates repetitivos. Em várias matérias com precedente do mesmo colegiado, a discussão é repisada, com reiteração de votos – muitos deles vogais, a demandar da seção de taquigrafia e da ulterior revisão pelo gabinete. Não parece que essas discussões valorizem o dever de estabilidade da jurisprudência (art. 926 do CPC) ou a economia processual.

Sobre as manifestações vogais, percebe-se uma demora muito grande, imputável aos magistrados, na conferência e assinatura das notas taquigráficas. Embora a taquigrafia disponibilize os textos em tempo breve, eles são encaminhados aos gabinetes antes de serem incorporados ao processo. Atualmente, o prazo para a revisão das notas é de cinco dias – art. 204, § 5º, do Regimento Interno. Não há notícia, no entanto, de que o prazo seja observado. Se é o caso de manter o registro por taquigrafia, a incorporação das notas ao processo deveria ser automática.

Na análise do acervo, foi verificado que processos sobre a repatriação de criança ou adolescente, os quais são prioritários, na forma do art. 7º da Resolução CNJ n. 257/2018, tramitavam, sem solução, nas Turmas ou na Vice-Presidência, por tempo não razoável.

No campo estatístico, a evolução dos relatórios de controle de acervo gerados a partir da ferramenta de *Business Intelligence* tem contribuído para que gabinetes e unidades processantes identifiquem problemas de gestão. Porém, sua utilização ainda é pequena, seja pelo elevado grau de desconfiança na consistência dos dados oriundos do sistema físico processual do tribunal (Juris), seja pelo desconhecimento na utilização da ferramenta. Para isso, a DIEST precisa do apoio conjunto e continuado da Secretaria Judiciária e da Secretaria de Tecnologia da Informação para superar as barreiras relacionadas a temas que estão além da sua competência ou do seu poder de decisão.

Os dados gerais expostos a respeito da prestação jurisdicional, independentemente da análise da situação de cada unidade, confirmam, em regra, as conclusões firmadas em inspeções anteriores pelo Conselho da Justiça Federal. Mesmo sendo possível identificar melhorias, sobretudo em gabinetes que adotaram novas técnicas e

procedimentos de gestão processual, ainda subsistem deficiências, algumas graves, que devem ser enfatizadas para orientar as ações específicas de planejamento, de execução, e de controle e fiscalização.

A inspeção, contudo, não se destina simplesmente a apontar indicadores estatísticos de produção, dificuldades ou problemas, busca igualmente elaborar um diagnóstico amplo de cada corte regional.

Assim, além da “radiografia” da eficiência do tribunal, medida por números e gráficos evolutivos, a equipe de trabalho da inspeção procura também identificar diversas experiências na obtenção de boas práticas para uma gestão adequada dos processos com sua posterior disseminação para os demais órgãos da Justiça Federal.

Nesse sentido, é de se registrar o esforço e o esmero do Tribunal Regional Federal da 1ª Região nas seguintes áreas de interesse:

Presidência

- Criação da unidade de Inteligência Artificial, que atua no projeto piloto, realizado conjuntamente com o CNJ/CJF, desenvolvido no gabinete da Desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas para digitalização de aproximadamente 4.000 processos físicos.

Corregedoria Regional

- Utilização do estudo de dados de corregedorias de outros tribunais (TRFs e TJs) a fim de subsidiar a adoção de procedimentos de padronização de rotinas de trabalho, processamento e julgamento dos feitos, no âmbito da 1ª instância da Justiça Federal da 1ª Região, que permitam imprimir maior celeridade e, conseqüentemente, elevar a efetividade da prestação jurisdicional;

- Apresentação de projeto piloto na 21ª Vara da SJ/DF, utilizando os arquivos digitalizados da Advocacia-Geral da União - AGU, de modo que a totalidade do acervo possa tramitar, desde já, no sistema PJe, sem que o TRF tenha custo com a digitalização dos feitos;

- Implantação do projeto piloto de adoção do fluxo do PJe para os feitos de Execução Fiscal (TRF5) na 5ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas;

- Expansão do PJe nos juizados especiais federais, em substituição ao sistema JEF Virtual.

Coordenação do Sistema de Conciliação da 1ª Região

- Implementação de conciliações semanais. Nas sextas-feiras são feitos mutirões para homologação de acordo. O orçamento do Núcleo Central de Conciliação - NUCON passou a ser destinado para o implemento do curso de formação de conciliadores e

mediadores voluntários, em periodicidade mensal, nas 28 unidades de conciliação da 1ª Região. Em algumas unidades, o NUCON está apoiando a formação de práticas de justiça restaurativa, a exemplo do Centro Judiciário de Conciliação - CEJUC, em Uberaba - MG.

- Realização de encontros circulares mensais, ferramenta utilizada da justiça restaurativa com os servidores e demais integrantes do NUCON a fim de trabalhar as relações interpessoais e institucionais, fato que aumentou a produtividade e desenvolveu melhor cooperação entre todos.

Por outro lado, foram elaboradas recomendações específicas nas diversas áreas inspecionadas, objetivando ajustar os procedimentos a parâmetros normativos e aprimorar a prestação jurisdicional e o serviço administrativo de apoio.

Determinações

Sem prejuízo das recomendações contidas nos relatórios feitos por unidade, a Corregedoria-Geral propõe ao Tribunal Regional Federal:

- 1) a devolução dos servidores requisitados para a área de transportes, no prazo de 90 dias, a contar da homologação deste relatório;
- 2) a extinção das seções de suporte administrativo na Bahia e em Minas Gerais, no prazo de 90 dias, a contar da homologação deste relatório;
- 3) a adoção de sistema de gestão documental que permita a elaboração e o compartilhamento de minutas de decisões entre os membros dos colegiados;
- 4) o compartilhamento antecipado de decisões, por todos os membros de colegiados do Tribunal, com antecedência, salvo casos urgentes;
- 5) a adoção de esforço para que os ingressos de processos novos, em primeira e segunda instância, ocorram pela via eletrônica;
- 6) a priorização das ações sobre a repatriação de criança ou adolescente, na forma da Resolução CNJ n. 257/2018, que dispõe sobre a aplicação da Convenção de Haia sobre os aspectos civis de sequestro internacional de menores;
- 7) a realocação dos servidores da coordenadoria da taquigrafia que não são da área especialidade "Taquigrafia" para realizar atividade-fim do Tribunal;
- 8) a incorporação automática das notas taquigráficas ao processo, dispensando a revisão.

D. UNIDADES JURISDICIONAIS

I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS EDUARDO MOREIRA ALVES

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Presidência e unidades a ela vinculadas: Secretaria-Geral - SEGEP; Gabinete da Presidência - GAPRE; Assessoria de Comunicação Social - ASCOM; Assessoria de Representação - ASREP; Assessoria Jurídica e de Recursos Especiais e Extraordinário - ASRET; Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP; Assessoria Especial da Presidência - ASESP; e Coordenadoria Técnica e Núcleo de Inteligência - COTEC-NUINT.

2.2 Turma

O presidente não compõe Turma, somente o Plenário, a Corte Especial, a Corte Especial Administrativa e o Conselho de Administração do Tribunal. Integra, ainda, e o preside, o Conselho Deliberativo do Pró-Social.

2.3 Competência

As atribuições do presidente do tribunal são as arroladas no artigo 21, incisos I a XLIX, do Regimento Interno do TRF da 1ª Região. Com base no art. 22, inciso III, do Regimento Interno do TRF 1ª Região, foi delegada ao vice-presidente a atribuição de decidir sobre a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, bem como os pedidos de efeitos suspensivos a eles relativos (Portaria Presi 5928240), em razão disso a estrutura da ASRET foi colocada à disposição da Vice-Presidência.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Carlos Eduardo Maul Moreira Alves

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

O Desembargador Federal deixou a Quinta Turma da Terceira Seção do tribunal para assumir a Presidência do tribunal em 18 de abril de 2018. Acervo deixado da Quinta Turma e Terceira Seção, conforme relatório da última autoinspeção: Turma: 16460; Terceira Seção: 91; Corte Especial: 8; Plenário: 2. Acervo assumido na Presidência: Processos em tramitação 24.315; Processos suspensos/sobrestados 18.337; Processos conclusos 4.450. Sem os Processos para exame de admissibilidade de REsp e RE, o Presidente tem conclusos 9 Suspensões de Segurança; 55 Agravos Internos em Suspensão de Segurança; 1 Reclamação; 25 Restauração de autos; e 1 Petição.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não há. No entanto, encontram-se designados, em auxílio à Presidência, os Juízes Federais: Rodrigo Navarro de Oliveira - Ato Presi 564875, em auxílio à Presidência nas questões administrativas; Denise Dias Dutra Drumond - Ato Presi 5803273, em auxílio à Presidência em questões administrativas. O Juiz Federal Rodrigo de Godoy Mendes - Ato Presi 5554851 - encontra-se designado em auxílio ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), a partir de 13/10/2016 (Resolução CNJ 235, de 13/7/2016).

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Secretário-Geral da Presidência - Marcio Lucio Marques.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	39, incluindo Gapre; Segep; Ascom; Asrep; Aresp; Asret; Nugep; e Cotec-Nuint
Servidores sem vínculo	2 contando Gapre; Segep; Ascom; Asrep; Aresp; Asret; Nugep; e Cotec-Nuint
Estagiários de nível médio	3
Estagiários de nível superior	15
Outros	39 servidores terceirizados; 7 servidores requisitados de outros órgãos públicos

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo	
Processos conclusos	4.450 com processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
Processos conclusos com réu preso	0
Processos conclusos com prioridades legais	0
Processos suspensos/sobrestados	18.337 com processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.

4.2 Evolução do acervo* no último ano	
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	4.743 com processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	13.757 com processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	18.921 com processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	23.680 com processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.

4.3 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	9 SLAT, sem processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidos ao exame do colegiado.	55 Agravos Internos em SLAT, sem processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.

4.4 Processos conclusos por última conclusão	
Ano atual	3 AI/SLAT, sem processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
Ano anterior	20 AI/SLAT, em processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
2º ano anterior	15 AI/SLAT, sem processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
3º ano anterior	13 AI/SLAT, sem processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
4º ano anterior	4 AI/SLAT, sem processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
5º ano anterior ou mais antigo	2 AI/SLAT, sem processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.

4.5 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Acervo (início do 12º mês anterior à inspeção)	19.740, com processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
Total de processos conclusos (último dia mês anterior)	4.743, com processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.

Total de processos despachados	544 despachos em RHC, RMS, SLAT, processos diversos no plantão judicial, sem processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
--------------------------------	--

4.6 Fluxo processual RE/RESP nos últimos 12 meses	
Admitidos - art. 1.030, inciso V, CPC	Processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
Negado seguimento - art. 1.030, inciso I, CPC	Processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
Encaminhados para retratação - art. 1.030, inciso II, CPC	Processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.
Sobrestados - art. 1.030, inciso III, CPC	Processos para exame de admissibilidade REsp e RE delegados ao vice-presidente.

4.7 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	115
Total de feitos não regularizados	nenhum
Total de feitos verificados na inspeção anterior	254
Total de feitos não regularizados	03 - AIRE 0025008-77.2001.4.01.0000; IVC 0025395-87.2004.4.01.0000; e AgRg SLAT 0042576-18.2015.4.01.0000

5 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Realizar triagem mais apurada quanto aos casos de prioridades; b) continuar apoiando a estruturação do NUGEP; c) avaliar a possibilidade de destinação de uma CJ para a ASRET para o desempenho das funções de chefe de gabinete; d) providenciar: a realização de estatísticas mensais a fim de localizar eventuais atrasos no julgamento de embargos de declaração, agravos regimentais e outras conclusões mais antigas; a adequação entre os sistemas informatizados do tribunal e o utilizado pelo STF para remessa dos processos àquele órgão; estudos para desenvolver/adotar sistemas processuais eletrônicos compatíveis com a demanda de trabalho; e) instituir sistema de comunicação interna; f) tomar providências para que: a atribuição referente à admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais seja cometida exclusivamente à Vice-Presidência; seja promovida a divisão dos plantões fora do período de recesso entre todos os gabinetes de desembargadores. Ver item 6.1 deste relatório.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Está sendo realizada triagem conforme especificado no item "a". Providenciou-se um técnico de informática para o NUGEP para auxiliá-lo. A administração entendeu não se justificar a recomendação "c" não se justificava, tendo em vista não haver necessidade de chefia de gabinete em assessoria. A Divisão de Estatística implantou programa eletrônico que fornece dados sobre a quantidade e o número de apelações ou embargos e regimentais aguardando julgamento. Adequou-se o sistema informatizado do TRF ao do STF e regularizou-se a remessa dos processos para àquele órgão. Adotou-se definitivamente o PJe como programa de processo eletrônico e está se desenvolvendo ação para digitalizar todo o acervo físico. Adotou-se e está em implantação sistema de comunicação interna PAe/Sei e ferramenta de

eletrônica *Drive one*. Foi delegada ao vice-presidente toda a admissibilidade de recursos especiais e extraordinários. Há proposta no CJF de aumento de desembargadores.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não foi regularizado o feito relacionado no item "a" - da Análise de Processos da Amostra (item 3 do relatório anterior), trata-se de um incidente de impugnação ao valor da causa, que se encontra apenso a ação rescisória (principal) e esta foi encaminhada digitalizada para o STJ com REsp. Quando retornar serão - a rescisória e seu apenso IVC - arquivados após a eventual execução. O item "d" foi regularizado com encaminhamento ao relator e, após, foram os autos novamente encaminhados à Asret. Foi admitido o REsp e o processo principal encaminhado digitalizado ao STJ. O Agravo de Instrumento no RE está apenso aos autos principais (126197-35.2000.4.01.0000), sobrestado aguardando julgamento REsp. Por fim, quanto à recomendação da divisão dos plantões fora do período de recesso entre todos os gabinetes de desembargadores demanda alteração regimental e proposta para deliberação do Plenário e proposta será encaminhada à Comissão de Regimento, para posterior deliberação do Plenário.

6 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Processo de trabalho voltado, fundamentalmente, para a redução do número de processos físicos existentes, com fortalecimento das ações tendentes a acelerar a implantação total do Sistema PJe e fortalecer a área de tecnologia de informação. Faltam recursos orçamentários e humanos. Estudos para alteração regimental: atribuição à Vice-Presidência o exame de admissibilidade de RE/REsp; Estudos para alteração do RI do TRF da 1ª Região quanto a estrutura e competência do Núcleo de Gestão de Precedentes, visando a dar-lhe mais efetividade. ----- (continuação do item 5.1 - Das recomendações anteriores) g) Regularizar a situação dos feitos relacionados nos itens "a" a "d" da Análise de Processos da Amostra; h) Por fim, desmembrar ou aumentar assentos no Tribunal, observada a autonomia do sodalício na identificação de critérios geográficos e estatísticos, a fim de solucionar a contínua linha de acúmulo de feitos, especialmente diante da crescente distribuição processual.

7 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0012745-85.2007.4.01.3400	25/11/2008	198 – Apelação
Processo sobrestado pela Restauração de Autos 0026617-70.2016.4.01.0000. Esta está com vista à Fazenda Nacional desde 12/2/2019.		
0005428-36.2007.4.01.3400	24/6/2009	198 – Apelação
guardando Restauração de Autos n. 0026610-78.2016.4.01.0000. Nesta foi proferido decisão de 21 de janeiro de 2019: "Retornem os autos à Divisão de Feitos da Presidência, para ordenar as peças processuais conforme sua ordem cronológica, fazendo juntar documentos produzidos nesta Corte, reenumerando".		
0025837-38.2004.4.01.3400	20/6/2011	198 – Apelação

Sobrestado aguardando Restauração de Autos 0026625-47.2016.4.01.0000. Nesta: Retornem os autos à Divisão de Feitos da Presidência, para ordenar as peças processuais conforme sua ordem cronológica, fazendo juntar documentos produzidos nesta Corte, e cópia das respectivas publicações no e-DJF1.		
0030059-15.2005.4.01.3400	4/12/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Sobrestado em razão de Restauração de Autos 0026623-77.2016.4.01.0000. Nesta: Retornem os autos à Divisão de Feitos da Presidência, para ordenar as peças processuais conforme sua ordem cronológica, fazendo juntar documentos produzidos nesta Corte, e cópia das respectivas publicações no e-DJF1.		
0031215-04.2006.4.01.3400	18/9/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Restauração de Autos julgada e transitada em julgado. Despacho proferido em 7/12/2018 determinando intimação resposta ao agravo interno interposto pela Eletrobrás e intimação Fazenda Nacional e a Eletrobrás ofereça resposta ao agravo interno interposto pela Cerâmica União Ltda. e outras. Vista Fazenda Nacional em 13/3/2019.		
0006642-79.2010.4.01.3813	7/4/2014	198 – Apelação
Aguarda Restauração nº 0026613-33.2016.4.01.0000. Nesta. Despacho de abril de 2019 determinando: Retornem os autos à Divisão de Feitos da Presidência, para fazer juntar aos autos, em relação aos documentos produzidos nesta Corte, cópia das respectivas publicações no e-DJF1, com renumeração das folhas.		
0014944-51.2005.4.01.3400	16/7/2009	198 – Apelação
Aguardando Restauração de Autos 0026615-03.2016.4.01.0000. Nesta: Retornem os autos à Divisão de Feitos da Presidência, para ordenar as peças processuais conforme sua ordem cronológica, fazendo juntar documentos produzidos nesta Corte, e cópia das respectivas publicações no e-DJF1, com renumeração.		
0001872-74.2008.4.01.3502	13/10/2011	65 - Ação Civil Pública
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, em 17/9/2014.		
0011735-24.2008.4.01.3900	9/6/2011	65 - Ação Civil Pública
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões.		
0000499-90.2008.4.01.3701	17/1/2013	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: decisão de admissibilidade do REsp encaminhado para DIFEP na data de 14/3/2019, aguardando publicação.		
0000542-34.2007.4.01.4001	12/11/2013	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: processo encaminhado a Vice-Presidência, nos termos da Portaria Presi nº 5928240, que atribuiu ao vice-presidente toda admissibilidade dos REsp e RE, aguardando exame de admissibilidade do REsp.		
0012359-07.2011.4.01.3500	19/8/2011	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões.		
0002864-48.2007.4.01.3800	17/7/2009	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões ao REsp da Fazenda Nacional. Aguarda exame de admissibilidade.		
0029277-23.2010.4.01.3500	10/2/2011	119 - Mandado de Segurança Coletivo

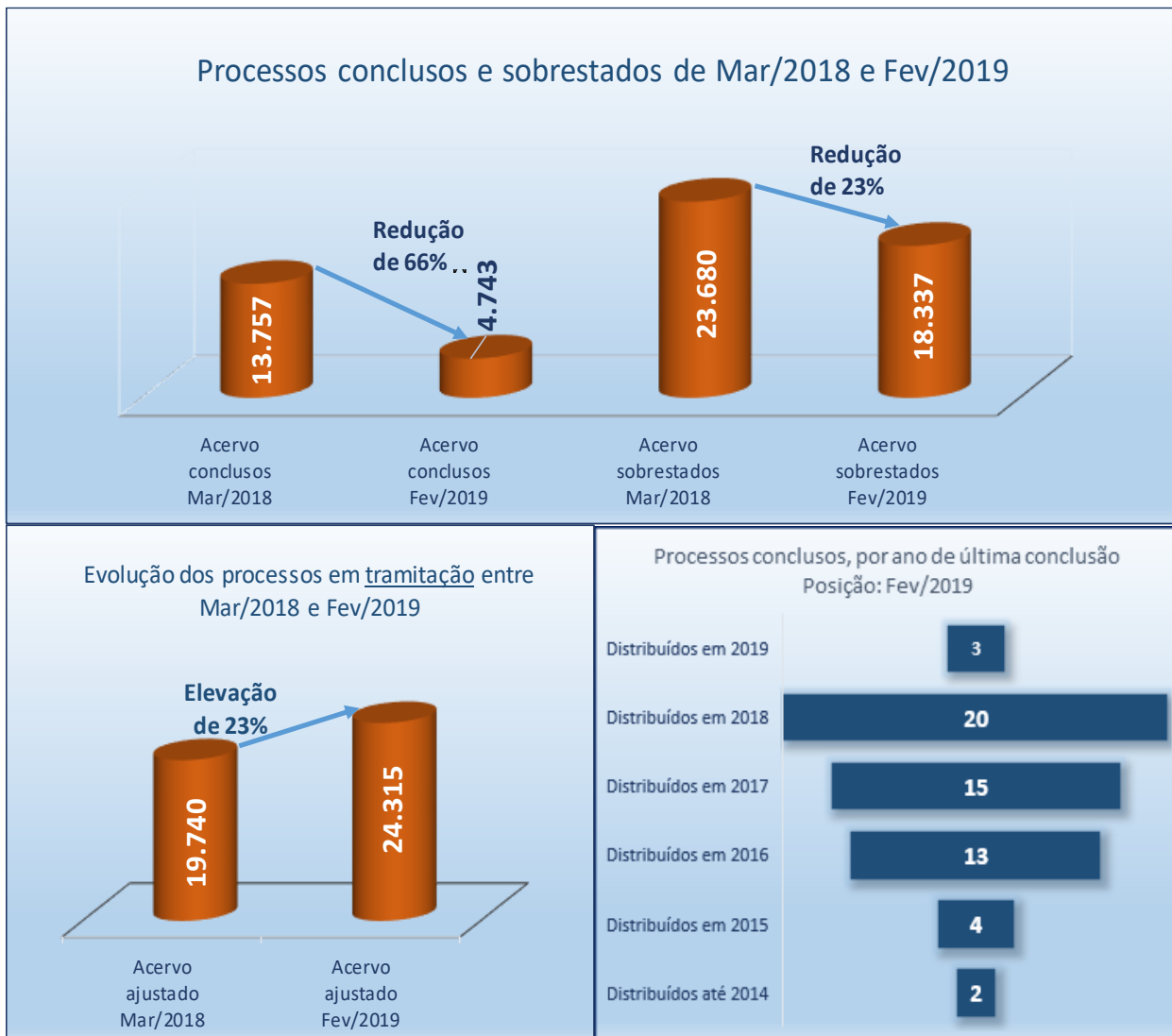
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões.		
0048182-90.2016.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com carga advogado desde 24/8/2017. Será cobrado a devolução pela Secretaria.		
0011992-45.2017.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com vista a Procuradoria Regional Federal desde 2/10/2017. Será cobrada a restituição dos autos pela Secretaria.		
0004917-85.2009.4.01.3200	1/1/2019	-
Processo com carga para AGU para se manifestar sobre proposta de acordo. Será cobrado pela Secretaria sobre sua restituição.		
0000195-23.2014.4.01.3300	1/1/2019	-
Observação/Providência: determinada à Divisão de Feitos da Presidência que cobre os autos da Procuradoria Regional Federal		
0008015-33.2009.4.01.3700	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo retirado pela Fazenda Nacional em 28/9/2018. Processo será cobrado à restituição pela Secretaria.		
0025010-36.2017.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com vista a Procuradoria Regional Federal desde 23/10/2018. Será cobrado à restituição dos autos pela Secretaria.		
0031746-27.2005.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo retirado pelo advogado desde 22/10/2018. Será cobrado pela Secretaria a sua devolução.		
0002078-98.2011.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo retirado pela AGU em 24/10/2018, devolvido em 6/12/2018 com Agravo de decisão denegatória de REsp aguardando juntada aos autos.		
0003276-02.2013.4.01.3304	1/1/2019	-
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após juntada em 10/12/2018 de Agravo Interno interposto contra inadmissão RE e REsp.		
0003795-45.2012.4.01.3810	1/1/2019	-
Aguarda juntada de Agravo Interno interposto na data de 10/12/2018 contra decisão de inadmissão do REsp da União.		
0023306-66.2010.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo aguardando publicação de decisão proferida de admissibilidade de recurso REsp e RE na DIFEP.		
0007632-52.2013.4.01.3300	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo na DIFEP aguardando publicação da decisão de admissibilidade dos recursos REsp e RE desde 8/2/2019.		
0000316-57.2005.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: juntada em 5/2/2019 as petições: 4626759 de 22/11/2018 - Agravo (nominado/legal/interno) da FUB contra decisão que negou seguimento REsp. 4626760, de 22/11/2018 - Agravo (nominado/legal/interno) da FUB contra decisão que negou seguimento RE.		

0052563-49.2013.4.01.0000	1/1/2019	-
Não admitido o recurso especial quanto à questão relativa à dissolução irregular da empresa e determinado o seu sobrestamento, conforme o art. 543-C, § 1º, do CPC, até o pronunciamento definitivo do STJ sobre o tema objeto do REsp 1.201.993/SP.		
0000698-85.2012.4.01.3503	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo encaminhado a DIFEP em 14/12/2018 para publicar-se decisão de admissibilidade do REsp e RE.		
0055207-33.2011.4.01.0000	15/9/2011	202 - Agravo de Instrumento
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões aos embargos de declaração opostos a decisão de inadmissibilidade RE.		
0059586-80.2012.4.01.0000	27/9/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo aguardando publicação de decisão de admissibilidade de REsp ou RE na DIFEP.		
0024036-75.2009.4.01.3800	24/11/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Embargos de declaração julgados em 4/10/2018: Ante o exposto, dou provimentos aos embargos de declaração para anular a decisão de fls. 250/252 e, ..., determino o sobrestamento do presente recurso especial até o pronunciamento definitivo sobre o tema (Tema 966). Aguarda publicação.		
0000922-67.2015.4.01.3810	13/6/2016	198 – Apelação
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões aos embargos de declaração opostos contra a decisão na data de 21/3/2019		
0022008-79.1995.4.01.0000	19/9/1995	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: processo remetido ao STJ na data de 9/7/2007, por ser tratar de Agravo de Instrumento de inadmissão de REsp.		
0025269-27.2001.4.01.3400	23/6/2003	198 – Apelação
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões.		
0062988-77.2009.4.01.0000	23/10/2009	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após julgamento de paradigma na instância superior.		
0025591-40.2003.4.01.3800	17/2/2004	198 – Apelação
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões.		
0027391-71.2005.4.01.3400	5/5/2009	198 – Apelação
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões.		
0028009-26.2008.4.01.0000	16/6/2008	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: aguarda publicação decisão de admissibilidade de recursos REsp e RE na DIFEP, desde 15/3/2019.		
0051782-37.2007.4.01.0000	14/11/2007	202 - Agravo de Instrumento
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões.		
0004003-47.2003.4.01.4100	3/6/2004	199 - Reexame Necessário
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões os recursos.		
0013706-55.2008.4.01.9199	17/3/2008	208 - Embargos Infringentes
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões.		
0001502-14.2003.4.01.4200	28/5/2004	199 - Reexame Necessário
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, na data de 18/7/2014.		
0019006-13.2009.4.01.0000	7/4/2009	183 - Cautelar Inominada
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões.		
1002717-75.2015.4.01.0000	4/12/2015	11556 - Suspensão de Segurança
Observação/Providência: Processo baixado para o primeiro grau de jurisdição na data de 26/1/2016. Não se trata de suspensão de segurança, mas sim de Ação Cautelar Preparatória. decisão transitada em julgado.		
0041171-44.2015.4.01.0000	30/7/2015	221 - Conflito de competência
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões.		
0072179-10.2013.4.01.0000	26/11/2013	120 - Mandado de Segurança
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões.		
1000903-91.2016.4.01.0000	1/3/2016	11556 - Suspensão de Segurança
Observação/Providência: agravo interno com relatório e voto prontos para serem incluídos em pauta de julgamento.		
0018094-06.2015.4.01.0000	15/4/2015	144 - Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões. Juntado na data 26/6/2018 cópia sentença proferida nos autos originários.		
1002784-06.2016.4.01.0000	24/6/2016	144 - Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela

Observação/Providência: agravo interno contra deferimento suspensão em julgamento desde 5/10/2017, aguardando vista da Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso.		
1003352-22.2016.4.01.0000	3/8/2016	144 - Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Observação/Providência: agravo interno contra decisão que deferiu a suspensão com relatório e voto prontos para ser incluído em pauta de julgamento.		
0003920-65.2010.4.01.0000	23/2/2010	46 - Restauração de Autos
Despacho proferido em 2/4: intime-se o Banco Central do Brasil para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a alegação posta na contestação da requerida de que o AI que se pretende restaurar foi encaminhado ao STF e lá julgado, tendo transitado em julgado.		
0042655-31.2014.4.01.0000	31/7/2014	46 - Restauração de Autos
Já tendo sido julgada a restauração dos autos e transitada em julgada a decisão, remetam-se os autos à Corip para reautuar o feito com o número originário (0002171-49.2002.4.01.3700 2002.37.00.002216-1/MA), dando-se baixa na distribuição da presente restituição. Retornem os autos para exame REsp.		
0002858-53.2011.4.01.0000	20/1/2011	172 - Embargos à Execução
Processo encaminhado ao vice-presidente, nos termos da Portaria Presi 5928240, que delegou ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente desta Corte, competência para decidir sobre os REsp e RE, após apresentação de contrarrazões REsp. Aguarda exame de admissibilidade.		
1003513-61.2018.4.01.0000	9/2/2018	145 - Suspensão de Execução de Sentença
Observação/Providência: agravo regimental contra decisão que deferiu suspensão de segurança com relatório e voto prontos para ser incluído em pauta.		

8 HISTÓRICO DO ACERVO DA PRESIDÊNCIA



9 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 56 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Desses, 52 físicos e 4 eletrônicos. Dentre os físicos, 4 foram inspecionados na unidade; os demais, com base no extrato de andamento processual.

Os autos físicos, localizados na unidade, não estavam identificados com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) julgar, no prazo de 60 dias:

1000903-91.2016.4.01.0000	1003352-22.2016.4.01.0000	1003513-61.2018.4.01.0000
---------------------------	---------------------------	---------------------------

- b) publicar decisão, no prazo de 20 dias: 0024036-75.2009.4.01.3800.
- c) regularizar imediatamente a fase processual no sistema, a fim de que conste a prolação das decisões de admissibilidade: 0059586-80.2012.4.01.0000.
- d) regularizar imediatamente a fase processual no sistema, a fim de que conste a remessa dos autos à Vice-Presidência, nos termos da portaria Presi 5928240:

0001872-74.2008.4.01.3502	0011735-24.2008.4.01.3900	0000542-34.2007.4.01.4001
0012359-07.2011.4.01.3500	0002864-48.2007.4.01.3800	0029277-23.2010.4.01.3500
0055207-33.2011.4.01.0000	0025269-27.2001.4.01.3400	0062988-77.2009.4.01.0000
0025591-40.2003.4.01.3800	0027391-71.2005.4.01.3400	0051782-37.2007.4.01.0000
0004003-47.2003.4.01.4100	0013706-55.2008.4.01.9199	0001502-14.2003.4.01.4200
0019006-13.2009.4.01.0000	0041171-44.2015.4.01.0000	0072179-10.2013.4.01.0000
0018094-06.2015.4.01.0000	0002858-53.2011.4.01.0000	

- e) proceder à baixa no sistema processual, em face do teor do despacho proferido em 29/11/2015, o qual determinou a remessa dos autos à diretoria-geral para as providências cabíveis: 0029992-02.2004.4.01.0000.

10 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Entrevista realizada com o desembargador presidente, Desembargador Federal Carlos Eduardo Maul Moreira Alves, em 13/5/2019, das 10h05 às 12h10 e das 14h40 às 16h.

O mencionado desembargador encontra-se em exercício no TRF há 21 anos.

- 1) As dificuldades apontadas pelo presidente na administração do TRF da 1ª Região apresentam como principal causa a continentalidade da área de jurisdição do tribunal e podem ser sintetizadas em dois aspectos:
 - a) dificuldade de provimento de magistrados e servidores nas Seções e Subseções judiciárias mais distantes, em particular na região Norte do país;
 - b) estrutura administrativa e organizacional, em relação:
 - b.1) ao TRF;
 - b.2) às Subseções Judiciárias.
- 2) Em relação ao item 1, alínea “a”, as causas apontadas são:
 - a) Os magistrados não querem permanecer nas lotações em regiões mais distantes e, na primeira oportunidade, solicitam remoção ou buscam de alguma forma afastar-se do exercício da jurisdição, requerendo, por exemplo, licenças para realização de cursos de aperfeiçoamento, como mestrado ou doutorado. Em regra, esses requerimentos são deferidos pelo TRF, sem haver a ponderação da conveniência e oportunidade do afastamento. O deferimento da licença sobrecarrega o juiz que permanece na seção e acarreta ônus

financeiro para a Administração, a qual deve proceder à designação de substitutos, nem sempre disponíveis. Prejudica, ademais, a prestação jurisdicional, na medida em que os cargos nas Seções mais longínquas permanecem vagos por períodos consideráveis;

- b) Quanto aos servidores, a situação é similar, e raramente permanecem quando lotados em Subseções distantes. Nesse aspecto, a forma como é realizada a remoção pelo SINAR agrava o problema, em virtude de a remoção do servidor bloquear a vara de origem, por ser considerada redistribuição.
- 3) Em relação ao item 1, b.1), os problemas decorrem principalmente da estrutura arcaica do TRF da 1ª Região.

Segundo informado, o presidente pretende reformular a estrutura administrativa do TRF na segunda parte de seu mandato e focar na racionalização administrativa e na informatização, setor em que está dando ênfase.

Com a informatização, pretende-se aumentar a produtividade sem perder a qualidade da decisão judicial. A fim de possibilitar a eficácia do processo de informatização, foram aumentados em 34 os servidores da informática. Há, igualmente, preocupação com a segurança da informação.

Em relação a este tópico, não descreveu as medidas e os cuidados específicos adotados com vistas a aumentar a segurança da informação em ambiente virtual.

Outro ponto de atuação específica objetivando a informatização processual refere-se à digitalização de processos físicos.

Com essa finalidade, foi contratada empresa para proceder à digitalização de processos físicos. Existe, também, convênio celebrado com o STJ para que o referido tribunal superior ajude o TRF no processo de digitalização de feitos processuais. Atualmente existem entre 300.000 e 400.000 processos físicos a serem digitalizados. A meta é que sejam digitalizados, até o final do mandato do presidente do tribunal, entre 15% e 20% desse acervo.

Incluem-se nesse percentual os processos objeto de projeto-piloto realizado conjuntamente com o CNJ/CJF no gabinete da Desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas, a abranger universo de aproximadamente 4.000 processos.

- 4) Foi citado como exemplo de boas práticas a criação da unidade de Inteligência Artificial, que atua no projeto-piloto desenvolvido no gabinete da Desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas, mencionado no item anterior.
- 5) Em relação ao item 1. b.2), a questão decorre:

- a) da localização de varas em áreas em que não há demanda a justificar a sua instalação;
- b) da padronização das varas com número de lotação definido, sem considerar as necessidades da situação concreta;

A fim de diminuir os efeitos negativos dessas situações, o TRF estuda a realocação de varas em outras Subseções, bem como a instituição de Unidades Avançadas de Atendimento - UAA, com base no disposto na Resolução 219/CNJ. Citou, como exemplo, a criação dessa Unidade em Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, realizada sem custos para o TRF da 1ª Região, em virtude da cessão de espaço e instalações pela Universidade Estadual local. Está em estudos, também, a instalação da Unidade Avançada de Atendimento de Tangará da Serra - MT. Nessas unidades há designação de um servidor, e o magistrado federal visita periodicamente, no mínimo uma vez por mês, a unidade.

As medidas adotadas pretendem, segundo o presidente, a racionalização dos custos e o aumento de eficiência das unidades jurisdicionais.

- 6) Não existe quadro próprio de servidores da Presidência. Os servidores do gabinete do presidente desempenham as funções e ocupam os cargos e funções comissionadas disponíveis.
- 7) Quanto à segurança dos magistrados da região, informou que atualmente há adoção de procedimentos destinados a investigar a ameaça contra uma juíza da Seção Judiciária do DF. As ocorrências são levadas ao conhecimento do Presidente da Comissão de Segurança, que analisa e determina as providências de acordo com o caso concreto.
- 8) O Núcleo de Segurança Interna - NUINT do TRF é integrado por uma pessoa, policial civil cedido pelo DF. A ele incumbe o planejamento e a adoção de medidas de segurança institucional. Existem, atualmente, em curso no TRF, 4 processos de reformulação da segurança do TRF. Segundo o presidente, há a necessidade de separar os setores de segurança e transporte.
- 9) Os plantões do tribunal continuam a ser realizados somente pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo corregedor regional.
- 10) Existem, atualmente, na Presidência três juízes auxiliares designados, os Drs. Rodrigo Navarro de Oliveira, Denise Dias Dutra Drumond e Rodrigo de Godoy Mendes.

Os Juízes Federais. Rodrigo Navarro e Denise Drumond auxiliam, efetivamente, a Presidência, na designação de juízes e em questões referentes a magistrados, suspensão de prazos processuais, preparação de minutas de atos normativos, matérias relativas a atos e procedimentos judiciais, bem assim dão apoio às

políticas da Presidência e desenvolvem atribuições similares relacionadas às atividades administrativas da Presidência.

O Juiz Federal Rodrigo Godoy Mendes atua junto ao NUGEP, que presta serviços para Vice-Presidência, apesar de vinculado formalmente à Presidência, pois convocado em função de auxílio para esta finalidade.

11 RECOMENDAÇÕES

- 1) Recomendações pendentes:
 - a) Não foi promovida a divisão dos plantões fora de período de recesso entre todos os gabinetes de desembargadores, como recomendado na letra f, inciso II, do relatório de inspeção anterior;
 - b) Vide itens 5.2 e 5.3.
- 2) As principais dificuldades apontadas decorrem da política de recursos humanos relativas a juízes e servidores, o que compromete o preenchimento das respectivas vagas nas Subseções Judiciárias mais distantes. Assim, recomenda-se:
 - a) priorizar a remoção e promoção para as referidas varas;
 - b) evitar deslocar os juízes dessas Subseções para outras funções, como participar de comissões ou convocações;
 - c) restringir os afastamentos para licenças para aperfeiçoamentos quando não for conveniente e oportuno para a administração da jurisdição;
 - d) não bloquear os cargos vagos em decorrência da remoção voluntária de servidores, a qualquer título;
 - e) condicionar a remoção voluntária de servidores ao efetivo preenchimento da vaga por outro servidor, de modo a não comprometer a prestação jurisdicional;
 - f) reduzir o número de juízes federais convocados no tribunal;
 - g) condicionar a convocação de juízes federais para atuar em funções de auxílio no TRF ao não comprometimento da prestação jurisdicional na subseção.
- 3) Reavaliar o número de varas em cada subseção judiciária, de modo a adequar sua compatibilidade com a necessidade local ou regional;
- 4) Avaliar o resultado, de forma objetiva, das instalações das Unidades Avançadas de Atendimento, de modo a mensurar a economia obtida e, se positivo o resultado, priorizar a instalação dessas Unidades ao invés de varas federais, destinando estas últimas às situações em que, efetivamente, sejam necessárias;

- 5) Proceder à imediata reestruturação administrativa do TRF da 1ª Região, de modo a eliminar as unidades administrativas desnecessárias e racionalizar as atribuições e funções administrativas, a partir da definição do fluxo de tarefas e procedimentos, evitando-se superposições de competências indevidas, e destinar a força de trabalho para a área-fim.
- 6) A estrutura organizacional do TRF da 1ª Região, como revela seu organograma, é anacrônica e disfuncional, necessitando de urgente revisão, principalmente quando considerada a realidade atual de racionalização de gastos e carência de recursos materiais, humanos e financeiros.

A título de exemplo, mencione-se a existência de 12 Seções destinadas a diversas espécies de auditoria, inclusive a Seção de Auditoria Temática, subordinadas a duas divisões e a uma Secretaria de Auditoria Interna. Outro exemplo a ser citado é a existência de excessivo número de Seções vinculadas à realização de obras. Subordinadas à Divisão de Engenharia e Manutenção, existem sete Seções incumbidas de obras e manutenções diversas, e subordinadas à Divisão de Obras existem duas outras Seções destinadas ao planejamento e acompanhamento de obras.

- 7) A falta de agrupamento geográfico das unidades administrativas em função das limitações físicas do TRF compromete, também, a eficácia do serviço. Por essa razão, devem ser adotadas medidas, considerando-se as limitações existenciais, de modo a agrupar as unidades que desempenhem atividades similares e conexas.
- 8) A existência de número excessivo de Seções de natureza administrativa produz os seguintes efeitos negativos:
 - a) desvia indevidamente a força de trabalho da área-fim para área-meio;
 - b) acarreta conflitos de atribuições e tarefas;
 - c) estimula a prática de atos desnecessários;
 - d) não racionaliza a força de trabalho;
 - e) gera gasto desnecessário com a criação e o pagamento de cargos e funções comissionadas;
 - f) compromete o controle da eficácia da unidade administrativa e dificulta a cobrança e fiscalização de tarefas;
 - g) prejudica a utilização do carente espaço do Edifício do TRF, com a existência de unidades administrativas desnecessárias.
- 9) Quanto aos cargos comissionados, 14% do total de cargos dessa natureza é ocupado por pessoas sem vínculo com a administração pública. O percentual é

bem superior ao constatado nos outros Tribunais Regionais Federais, razão pela qual deve o tribunal adotar providências para reduzir esse número.

- 10) Dotar a Presidência de estrutura mínima de servidores, de modo manter a memória da unidade.
- 11) Desenvolver política de segurança institucional, dotando a unidade de segurança institucional de maiores recursos.
- 12) Definir melhor as atribuições e funções dos juízes convocados em função de auxílio à Presidência, vinculando a atuação destes, exclusivamente, às funções para as quais foram convocados.
- 13) Rever a necessidade da presença de juiz auxiliar da Presidência junto ao NUGEP.
- 14) Considerando o desempenho das funções relacionadas à admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, transferir para a Vice-Presidência as unidades administrativas vinculadas às funções delegadas à Vice-Presidência, de modo a adequar a estrutura organizacional formal do TRF à realidade vivenciada pelo órgão. Recomenda-se, todavia, a manutenção do arquivamento físico dos feitos sobrestados na Divisão de Sobrestamento e Arquivo Judicial – DISAR -, unidade que demonstrou ser bem gerida e organizada, apresentando, ademais, adequada estrutura física.
- 15) Redefinir as atribuições do NUGEP de modo a concentrar na unidade o gerenciamento e processamento dos feitos sobrestados e suspensos em função de decisões proferidas em sede de repercussão geral e recursos repetitivos.
- 16) Redefinir as unidades administrativas subordinadas à Presidência, a fim de racionalizar o fluxo de tarefas e procedimentos.
- 17) Atualizar o art. 21, entre outros, do Regimento Interno do TRF da 1ª. Região , para adequar as funções e atribuições do presidente ao exercício da Presidência, excluindo as atribuições de natureza jurisdicional que não sejam de sua competência, como, por exemplo, a restauração de autos, pedidos de livramento condicional, pedidos de assistência judiciária gratuita etc.
- 18) Melhorar o sistema de estatística do TRF de modo a diminuir as ausências, inconsistências e falhas de informações dos sistemas de informática utilizados pelo tribunal.
- 19) Maior rigor no controle dos processos em carga nas unidades processantes, procedendo-se à cobrança mais efetiva nos casos em que não devolvidos os autos no prazo devido.
- 20) Implementar o registro da fase “baixa” nos autos, após o lançamento da fase “autos eliminados” em todo o acervo nessa situação, por meio da TI, com base

na Resolução n. 12/2012 (que regulamenta o trânsito e o arquivamento dos agravos de instrumento);

- 21) Firmar grupo permanente de trabalho com representantes da área judiciária, de tecnologia, planejamento estratégico e estatística com o objetivo de solucionar os principais pontos identificados para a elaboração de estatísticas confiáveis (e convergentes com os interesses dos gabinetes e demais unidades), quais sejam:
 - a) ausência de mecanismos no sistema processual físico (Juris) que permitam coletar as estatísticas de processos com tutela provisória e ainda não levados para exame do Colegiado, bem como os processos conclusos para exame da tutela provisória;
 - b) divergência entre as estatísticas apuradas pelas unidades julgadoras e aquelas apresentadas pela Divisão de Estatística;
 - c) falta de comunicação entre área-fim e área-meio com o objetivo de ratificar as estatísticas produzidas pela Diest.
- 22) Proibir a prática de lançamentos retroativos de movimentação processual, seja para ajustar erros aleatórios de curto ou médio prazos, seja para apagar conteúdo de um registro processual, como o caso identificado de exclusão de petição. A correção de eventos equivocados deve ocorrer com o lançamento de um novo movimento e não com ajustes em lançamentos já homologados no sistema;
- 23) Criar grupos de discussão mistos, formados por usuários finais e técnicos de TI, estratificados por áreas de atuação e/ou sistemas, com mediadores que encaminhem propostas ao Comitê Gestor de TI no que se refere à adoção, implantação e atualização de sistemas, de acordo com o art. 7º, parágrafo único, da Resolução CNJ 211/2015;
- 24) Atentar para as falhas apontadas nos testes de distribuição, notadamente na possibilidade de exclusão de relatores impedidos e de nome de partes, após a distribuição;
- 25) Dar maior transparência aos parâmetros de distribuição, fazendo constar nas atas e nos termos de distribuição, assim como nas consultas processuais disponíveis na Internet;
- 26) Aplicar a Política de Gestão de Risco de Segurança da Informação, Portaria CJF-POR-2014/0093, de 2014, que define a necessidade de mapear e formalizar os processos críticos de negócio, inventariar os ativos de informação que os suportam, identificar e avaliar os riscos a que tais ativos estão sujeitos e elaborar Plano de Tratamento dos Riscos;

- 27) Estender a aplicação das diretrizes de segurança previstas na Política de Segurança para Desenvolvimento, Aquisição e Manutenção de Sistemas, Portaria CJF-POR-2015/0104, a todos sistemas que estejam em produção;
- 28) Normatizar os Documentos Acessórios Diferenciados: Política de Segurança de Acesso Físico, Política Permanente de Conscientização e Treinamento, Política de Controle de Acesso Lógico, Política de Classificação de Informações e o Plano de Continuidade de Negócios, previstos na Resolução CJF 6/2008;
- 29) Atualizar a composição da Comissão Local de Segurança da Informação/CLSI e da Comissão Local de Resposta à Incidentes de Segurança da Informação/CLRI; e promover reuniões das comissões, regularmente, para deliberar sobre temas relativos a segurança da informação pendentes de regulamentação; e
- 30) Criar na estrutura da instituição uma área responsável pela segurança de informação, conforme proposto no manual Boas Práticas em Segurança da Informação do Tribunal de Contas da União – TCU, para atuar frente a todas as dimensões de segurança da informação, não apenas na TI. Tal área poderá coordenar a aplicação da política de segurança da Informação e as ações de segurança no âmbito das Seções judiciárias da 1ª Região.
- 31) Acompanhar e cumprir, sempre que possível, as recomendações listadas em inspeções anteriores, ainda que os problemas e as inconsistências tenham origem em gestões passadas.
- 32) Deverá a Presidência do TRF, por meio da TI, com base na Resolução n. 12/2012 (que regulamenta o trânsito e o arquivamento dos agravos de instrumento) implementar o registro da fase 'baixa' nos autos, após o lançamento da fase "autos eliminados" em todo o acervo nessa situação.

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO MARQUES**

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Vice-Presidência

2.2 Turma

1ª a 8ª

2.3 Competência

Admissibilidade de RE e RESP advindos de todas as Seções/Turmas.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Kassio Nunes Marques

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

3ª Seção para VIPRE

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Eduardo Morais da Rocha - desde 16/4/2018 até a presente data - Régis de Souza Araújo - desde 16/4/2018 até a presente data - Rodrigo de Godoy Mendes - desde 16/4/2018 até a presente data - Newton Ramos Neto - desde 28/8/2018 até a presente data.

O Dr. Rodrigo de Godoy Mendes é convocado pela Presidência, mas atua junto ao NUGEP.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Carlos Orlando Pinto - chefe de assessoria; Bethania Pereira Pires Peres Soares, chefe de gabinete; Marcelo Pereira Pitella - assessor chefe ASRET.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	23
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	3
Estagiários de nível superior	1
Outros	sem vínculo - 1; requisitados - 4; terceirizados - 13

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo

Processos concluídos	33.351
Processos concluídos com réu preso	61
Processos suspensos/sobrestados	13.093

4.2 Evolução do acervo* no último ano

Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	33.351
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	63.928
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	23.215
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	13.093

4.3 Processos com tutela provisória pendente

Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1
---	---

4.4 Processos conclusos por última conclusão

Ano atual	4
Ano anterior	1.078
2º ano anterior	3.728
3º ano anterior	3.744
4º ano anterior	2.283

5º ano anterior ou mais antigo	11.953
--------------------------------	--------

4.5 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos despachados	74.485

4.6 Fluxo processual RE/RESP nos últimos 12 meses	
Admitidos - art. 1.030, inciso V, CPC	1.938
Negado seguimento - art. 1.030, inciso I, CPC	27.271

4.7 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	180
Total de feitos não regularizados	30
Total de feitos verificados na inspeção anterior	266
Total de feitos não regularizados	251

5 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?																				
<p>Sim. a) Proceder a baixa no sistema dos autos 341708120014013400; f) priorizar o processo 7885-3719994010000; g) priorizar o processo 292318720124010000; j) julgar prioritariamente Ag REg: dos 7 indicados apenas 3 (358046820084013400, 117813420124010000, 238280620044013400 não foram julgados. Dos 192 autos constantes da alínea “k”, que recomendava proferir decisão em 30 dias. Apenas os seguintes não foram decididos:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td>132849520004013400</td> <td>51816520104010000</td> <td>62612920084013300</td> <td>292318720124010000</td> </tr> <tr> <td>679373720154010000</td> <td>602520114013200</td> <td>26217420114013700</td> <td>281450919974010000</td> </tr> <tr> <td>332933420074013400</td> <td>390100320024013400</td> <td>399027720094010000</td> <td>40103920024013400</td> </tr> <tr> <td>41259120064013603</td> <td>77858020034013803</td> <td>92113020034013803</td> <td>100709020094013300</td> </tr> <tr> <td>576974720094019199</td> <td>604638820104010000</td> <td>658972920084010000</td> <td>659979520094019199</td> </tr> </table> <p>Item 6, alínea “a” recomendou triagem do acervo - está sendo feito diariamente; b) diagnóstico da unidade: d) unificação dos espaços ainda não foi possível.</p>	132849520004013400	51816520104010000	62612920084013300	292318720124010000	679373720154010000	602520114013200	26217420114013700	281450919974010000	332933420074013400	390100320024013400	399027720094010000	40103920024013400	41259120064013603	77858020034013803	92113020034013803	100709020094013300	576974720094019199	604638820104010000	658972920084010000	659979520094019199
132849520004013400	51816520104010000	62612920084013300	292318720124010000																	
679373720154010000	602520114013200	26217420114013700	281450919974010000																	
332933420074013400	390100320024013400	399027720094010000	40103920024013400																	
41259120064013603	77858020034013803	92113020034013803	100709020094013300																	
576974720094019199	604638820104010000	658972920084010000	659979520094019199																	

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
<p>Tendo em vista que as providências foram tomadas pelo vice-presidente anterior, não temos como informar quais as providências adotadas por ele, à época, uma vez que todo o grupo de servidores é trocado a cada gestão e cada equipe adota esquemas próprios de trabalho.</p>

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Após a posse do Desembargador Kassio (abril de 2018), foram criados núcleos especializados e foi iniciado processo de triagem do acervo que é feita diariamente em cada núcleo de trabalho, tendo em vista que nessa gestão toda a admissibilidade está sendo feita pela VIPRE. Dos 192 autos constantes da alínea K, que recomendava proferir decisão em 30 dias, apenas 22 ainda estão pendentes e serão analisados para providências com a maior brevidade possível, respeitando-se os casos de sobrestamento.

6 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

O Desembargador Kassio Marques, desde a posse dele, movimentou 84.380 processos, proferindo 90.908 decisões, 3.597 despachos e 3.584 acórdãos e 2 votos-vista, totalizando uma produção decisória de 98.091, nos últimos 12 meses. Isso foi possível graças à formação de equipes especializadas e de um núcleo avançado para situações repetitivas. Após a posse dos novos dirigentes, em abril de 2018, a admissibilidade foi delegada em sua totalidade para a VIPRE, passando parte da equipe da assessoria da Presidência a compor as equipes de trabalho, o que trouxe uma produtividade inédita ao TRF.

7 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data da Distribuição	Classe do Processo
0075238-74.2011.4.01.0000	12/1/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: aguardando análise para inclusão em pauta		
0006499-15.2003.4.01.3400	19/7/2005	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: analisado. Recurso especial não admitido		
0012873-40.2005.4.01.3800	9/7/2008	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: RE e RESP inadmitidos		
0016615-41.2007.4.01.3400	17/10/2008	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade de RESP		
0000240-98.2007.4.01.3000	17/9/2007	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Analisar admissibilidade RE e RESP		
0000227-10.2000.4.01.3400	8/8/2001	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: analisar admissibilidade de RE e RESP		
0003582-62.2014.4.01.4200	10/9/2015	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: analisar admissibilidade		

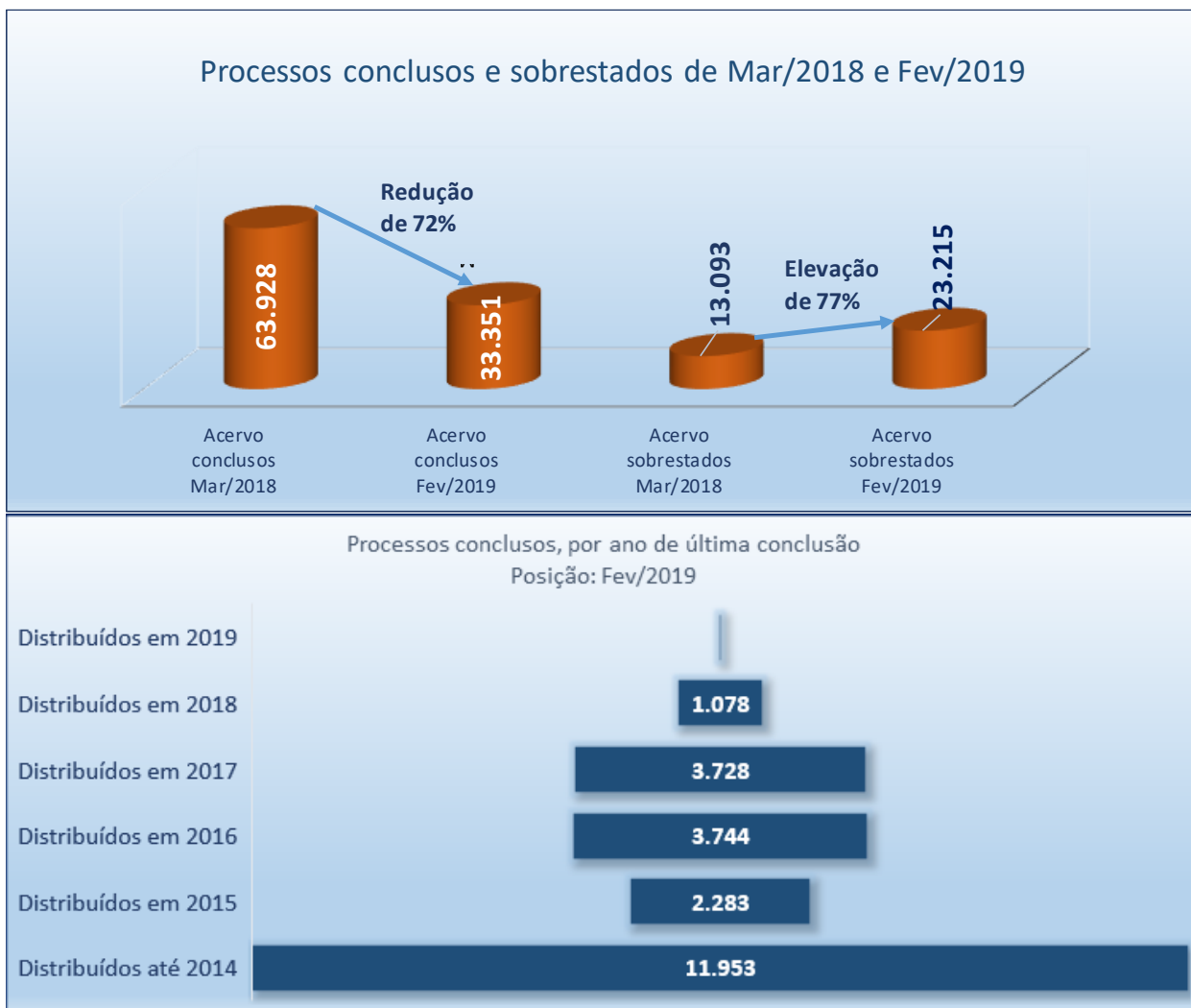
0034021-05.2008.4.01.3800	4/5/2011	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: decisão minutada		
0028507-75.2011.4.01.3700	29/4/2013	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: analisar alegação da AAPC de que pediu a desistência		
0023828-06.2004.4.01.3400	21/3/2006	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: decisão minutada		
0027550-14.2005.4.01.3400	25/4/2006	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade RES e RE		
0007222-36.2005.4.01.3700	30/10/2008	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade de RE e RESP		
0018215-19.2015.4.01.3400	25/4/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: decisão determinando sobrestamento		
0025885-36.2000.4.01.3400	26/7/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade RES e RE		
0007282-89.2012.4.01.3400	21/11/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: para elaborar voto vista da Turma ampliada		
0042936-55.2003.4.01.3400	14/7/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: embargos de declaração minutado aguardando inclusão em pauta		
0035761-15.2000.4.01.3400	7/11/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: retorno à relatora - Dra. Maria do Carmo		
0042371-67.2007.4.01.0000	17/9/2007	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: para apreciar decisão que se negou seguimento ao RESP (com agravo Interno)		
0000266-14.1999.4.01.3700	15/12/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: pesquisar os conflitos da jurisprudência modelo de CM, aguardar julgamento		
0033500-07.2001.4.01.3800	21/11/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: despacho/baixa/arquivar		
0001033-42.2004.4.01.3000	8//2005	198 - Apelação
Observação/Providência: aguardando inclusão em pauta. Agravo Regimental minutado		
0038031-94.2009.4.01.3400	30/8/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade de RE		
0040412-95.2006.4.01.0000	19/10/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: decisão minutada		
0001637-74.2007.4.01.0000	22/1/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: analisar admissibilidade		
0043014-59.2006.4.01.0000	14/11/2006	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: admissibilidade de RE e RESP		

0027816-35.2003.4.01.9199	2/12/2003	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: para admissibilidade de REsp (Embargos à Execução Fiscal)		
0040651-02.2006.4.01.0000	19/10/2006	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: para admissibilidade REsp		
0022482-59.2009.4.01.0000	24/4/2009	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Para juízo de admissibilidade de RESP		
0015998-38.2003.4.01.0000	7/7/2003	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade de RE e RESP		
0080798-38.2014.4.01.3800	22/10/2015	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: aguardando análise		
0117040-38.2000.4.01.0000	22/11/2000	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: aguardando análise		
0055927-24.2016.4.01.0000	20/9/2016	230 - Impugnação ao Pedido de Assistência Litisconsorcial ou Simples
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade de Re e REsp e apreciação da Pet. De fls.645/702		
0009145-44.2011.4.01.3100	3/11/2011	1230 - Exceção de Impedimento
Observação/Providência: decisão minutada		
0008205-87.1999.4.01.0000	2/3/1999	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade de RE e RESP		
0059433-38.1998.4.01.0000	14/9/1998	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: em análise Edna Maria REsp: 3578 Re: 3595/ Jucirene REsp: 3719 Re: 3620/ Sindicato - REsp:3769 Re:3786/ UF: Re 3966		
0089000-17.1998.4.01.0000	3/12/1998	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: para admissibilidade de RESP		
0001168-28.2007.4.01.0000	18/1/2007	231 - Impugnação ao Valor da Causa
Observação/Providência: analisar RE e RESP		
0005855-67.2007.4.01.4100	23/10/2008	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: decisão minutada		
0000096-88.2008.4.01.4100	27/11/2008	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: juízo de admissibilidade em RE e RESP aguardando assinatura		
0031590-47.1998.4.01.3800	7/8/2007	1004 - Agravo de Petição
Observação/Providência: analisar decadência apontada em RE		
0041349-42.2005.4.01.0000	16/12/2005	231 - Impugnação ao Valor da Causa
Observação/Providência: para julgar o agravo em recurso especial com Agravo Interno, conforme STJ, fls.403		
0000345-44.2005.4.01.3809	21/11/2006	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: analisar Re e REsp		
0024462-12.2007.4.01.0000	21/6/2007	1004 - Agravo de Petição

Observação/Providência: para fazer decisão como determinado pelo STF a fls.1007		
0023920-09.1998.4.01.0000	7/4/1998	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: Para juízo de Admissibilidade de RE e RESP		
0038383-67.2009.4.01.0000	8/7/2009	1004 - Agravo de Petição
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade de RESP		
0027207-57.2001.4.01.3400	1/4/2005	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: julgado 21/3/2019 Corte Especial		
0036857-41.2004.4.01.0000	7/1/2005	175 - Processo Cautelar
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade de RESP		
0008072-41.2001.4.01.3600	23/9/2002	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: DIFEP com decisão 15/3/2019		
0024352-23.2001.4.01.0000	12/6/2001	156 - Cumprimento de Sentença
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade de RE e RESP		
0048179-38.2016.4.01.0000	23/8/2016	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: admissibilidade de RE e RESP		
0048183-75.2016.4.01.0000	23/8/2016	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: em análise		
0048184-60.2016.4.01.0000	23/8/2016	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: em análise		
0048192-37.2016.4.01.0000	23/8/2016	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: em análise		
0068298-64.2009.4.01.0000	18/11/2009	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: aguardando análise		
0005518-73.2018.4.01.0000	28/2/2018	324 - Exceção da Verdade
Observação/Providência: analisar admissibilidade RE e RESP		
0004831-90.2005.4.01.3900	10/7/2013	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: analisar admissibilidade RE e RESP		
0007159-09.2012.4.01.0000	28/2/2012	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: para juízo de admissibilidade de RE e RESP		
0068067-90.2016.4.01.0000	21/11/2016	307 - habeas corpus
Observação/Providência: processo na Secretaria-Geral da Presidência		
0062035-69.2016.4.01.0000	18/10/2016	307 - habeas corpus
Observação/Providência: em análise		
0070961-39.2016.4.01.0000	6/12/2016	307 - habeas corpus
Observação/Providência: aguardando análise		
0069443-48.2015.4.01.0000	11/12/2015	291 - Restauração de Autos
Observação/Providência: aguardando análise		
0033655-08.1994.4.01.0000	25/11/1994	1730 - Recurso Ordinário

Observação/Providência: representativo julgado pelo STJ, analisar se é retratação ou negativa de seguimento		
0053626-07.2016.4.01.0000	9/9/2016	307 - <i>habeas corpus</i>
Observação/Providência: processo encontra-se na Secretaria-Geral da Presidência		
0018652-22.2008.4.01.0000	14/4/2008	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: para juízo de Admissibilidade de RESP		
0045535-30.2013.4.01.0000	7/8/2013	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Admissibilidade de RE e RESP		
0049548-33.2017.4.01.0000	2/10/2017	319 - Exceção de Incompetência de Juízo
Observação/Providência: em análise		

8 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



9 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Todos os 74 processos selecionados para inspeção foram inspecionados. Não houve a seleção de processos eletrônicos.

44 processos foram inspecionados fisicamente na unidade. Os demais foram inspecionados com base no sistema de andamento processual por não estarem mais na unidade.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados, sendo que 20 não estavam com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) certificar o trânsito e proceder à baixa no sistema: 0067585-50.2013.4.01.0000;

b) julgar, no prazo de 60 dias:

0041349-42.2005.4.01.0000	0045535-30.2013.4.01.0000
---------------------------	---------------------------

c) julgar, no prazo de 30 dias:

0075238-74.2011.4.01.0000	0003582-62.2014.4.01.4200	0028507-75.2011.4.01.3700
0023828-06.2004.4.01.3400	0027550-14.2005.4.01.3400	0007222-36.2005.4.01.3700
0007282-89.2012.4.01.3400	0042371-67.2007.4.01.0000	0040651-02.2006.4.01.0000
0008205-87.1999.4.01.0000	0059433-38.1998.4.01.0000	0089000-17.1998.4.01.0000
0001168-28.2007.4.01.0000	0031590-47.1998.4.01.3800	0000345-44.2005.4.01.3809
0024462-12.2007.4.01.0000	0023920-09.1998.4.01.0000	0038383-67.2009.4.01.0000
0036857-41.2004.4.01.0000	0024352-23.2001.4.01.0000	0068298-64.2009.4.01.0000
0007159-09.2012.4.01.0000	0062035-69.2016.4.01.0000	0070961-39.2016.4.01.0000
0069443-48.2015.4.01.0000	0018652-22.2008.4.01.0000	0049548-33.2017.4.01.0000
0010283-96.2009.4.01.3300	0016861-08.2014.4.01.0000	

d) regularizar a data de conclusão no sistema e julgar em 30 dias:

0000227-10.2000.4.01.3400	0035761-15.2000.4.01.3400	0001637-74.2007.4.01.0000
0022482-59.2009.4.01.0000	0117040-38.2000.4.01.0000	0004831-90.2005.4.01.3900
0027331-35.2004.4.01.3400		

e) regularizar a fase processual no sistema para que conste do andamento a prolação de decisões de admissibilidade:

0006499-15.2003.4.01.3400	0012873-40.2005.4.01.3800	0016615-41.2007.4.01.3400
0018215-19.2015.4.01.3400	0000266-14.1999.4.01.3700	0038031-94.2009.4.01.3400
0040412-95.2006.4.01.0000	0043014-59.2006.4.01.0000	0027816-35.2003.4.01.9199
0015998-38.2003.4.01.0000	0080798-38.2014.4.01.3800	0009145-44.2011.4.01.3100
0025300-81.2009.4.01.0000		

f) regularizar a fase processual no sistema para que conste a prolação de despacho: 0033500-07.2001.4.01.3800.

g) promover o andamento em 20 dias:

0000240-98.2007.4.01.3000;	0048179-38.2016.4.01.0000;	0048184-60.2016.4.01.0000
0048192-37.2016.4.01.0000	0005518-73.2018.4.01.0000.	0048183-75.2016.4.01.0000

10 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Entrevista realizada com o vice-presidente, Desembargador Federal Kassio Marques, em 14/5/2019, das 10h50 às 12h05. Após a entrevista foram visitados os espaços físicos destinados à Vice-Presidência.

A entrevista pode ser dividida em dois blocos: 1) dificuldades vivenciadas no exercício da Vice-Presidência; 2) apresentação da forma de organização dos trabalhos.

As dificuldades apontadas foram:

- 1) Ausência de estrutura material e administrativa destinada à Vice-Presidência;
- 2) ausência de quadro próprio de pessoal da Vice-Presidência. As necessidades da Vice-Presidência são atendidas pelos servidores vinculados ao gabinete do

vice-presidente. A ASRET (Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários) constitui unidade vinculada à Presidência.

- 3) falta de espaço adequado no TRF para as funções e atividades da Vice-Presidência;
- 4) falta de suporte na estrutura organizacional do tribunal para as atividades da Vice-Presidência;
- 5) excesso de agravos internos pendentes de julgamento, remanescentes das anteriores administrações.

Quanto à forma de organização dos trabalhos, foram dadas as seguintes informações pelo vice-presidente:

- 1) A fase de juízo de admissibilidade de Recursos Especiais e Extraordinários foi dividida em seis núcleos internos: previdenciário; servidor público; penal; tributário; administrativo; repetitivos. Os núcleos são coordenados por servidores;
- 2) a triagem dos processos é feita pela ASRET, por prestador de serviços orientado por servidor, e pelo Núcleo Especializado Previdenciário – NEP.
- 3) o exame e o preparo de minutas de decisões a serem proferidas nos agravos internos interpostos das decisões denegatórias de REsp e RE serão realizados pelos juízes federais convocados em função de auxílio junto à Vice-Presidência. A adoção dessa medida possibilitou zerar o arquivo de agravos internos existentes. Hoje são julgados os agravos internos interpostos das decisões da atual Vice-Presidência.

Em visita às instalações destinadas ao uso da Vice-Presidência, merece destaque o órgão incumbido do arquivamento dos feitos sobrestados, Divisão de Sobrestamento e Arquivo Judicial - DISAR.

A Vice-Presidência possui uma equipe instalada fisicamente, o que agiliza o processamento dos feitos sobrestados, tendo em vista a atual estrutura física do tribunal.

A equipe foi recebida pela atual diretora Ana Claudia Cordeiro Correia Lima, a qual apresentou o sistema de arquivamento e as instalações, demonstrando excelente capacidade de gestão e organização. Os processos são arquivados conforme o tema de sobrestamento em prateleiras específicas (armários deslizantes), separados dos feitos que não tramitam na Vice-Presidência.

11 RECOMENDAÇÕES

- 1) Recomendações da inspeção anterior não atendidas:
 - a) não unificação dos espaços destinados à Vice-Presidência. A providência, todavia, não depende, exclusivamente, da Vice-Presidência;
- 2) A ausência de Secretaria Judicial destinada ao processamento dos Recursos Especiais e Extraordinários compromete o andamento dos processos, acarreta a prática de atos desnecessários e torna necessária a constante triagem de processos.

Os processos são triados na fase inicial, na ocasião da remessa para o juízo de admissibilidade, e depois de proferida decisão, seja admitindo ou inadmitindo recursos, ou negando-lhes seguimento. Em função do excesso do número de agravos internos interpostos de decisões negativas de seguimento pendentes de julgamento, os agravos foram, e estão sendo, triados pelos juízes federais convocados em função de auxílio.

A situação, de certo modo, é paradoxal, já que, como informado no relatório anterior, a triagem inicial, mais complexa, era realizada por estagiário e, atualmente, por funcionário terceirizado, sob orientação de servidor. Note-se que a melhoria do processo de triagem consistiu recomendação feita na inspeção anterior.

Recomenda-se, portanto, a criação de Secretaria Judicial vinculada à Vice-Presidência, que seja incumbida do processamento dos recursos especiais e extraordinários interpostos, unificando os fluxos processuais, racionalizando a prática de atos processuais e procedimentais, evitando as constantes idas e vindas de processos por unidades distintas do TRF;

- 3) Os espaços físicos destinados à Vice-Presidência são dispersos e dificultam o transporte, a tramitação processual e o controle sobre as funções processuais realizadas. Recomenda-se, por essa razão, a adoção de medidas destinadas a unificar os espaços vinculados às atividades da Vice-Presidência, ainda que consideradas as limitações espaciais dos prédios do TRF da 1ª Região. A unificação dos espaços físicos também já foi objeto de recomendação na Inspeção anterior e não foi atendida.
- 4) A falta de quadro próprio de servidores da Vice-Presidência prejudica o cumprimento das tarefas relativas ao juízo de admissibilidade dos Recursos Especiais e Extraordinários. Por esta razão, as unidades administrativas vinculadas ao juízo de admissibilidade de Recursos Especiais e Extraordinários devem ser formalmente vinculadas à Vice-Presidência, como, por exemplo, a ASRET e o NUGEP.

- 5) No tocante aos processos sobrestados, recomenda-se a manutenção do arquivamento físico dos processos sobrestados na DISAR, consideradas as boas condições de organização e instalação, atribuindo-se ao NUGEP o gerenciamento e processamento dos feitos sobrestados e suspensos em função de decisões proferidas em sede de repercussão geral e recursos repetitivos.
- 6) Priorizar os processos penais com réu preso.
- 7) Identificar os prazos de prescrição nos processos penais e dar prioridade aos processos com data de prescrição próxima.
- 8) Priorizar os processos mais antigos ainda pendentes de juízo de admissibilidade, bem como as ações de improbidade, ações populares, ações civis públicas e repatriação de criança ou adolescente.
- 9) Vincular o trabalho dos juízes federais convocados em função de auxílio na Vice-Presidência, exclusivamente, para as funções que justificaram suas convocações.
- 10) Acompanhar e cumprir, sempre que possível, as recomendações listadas em inspeções anteriores, ainda que os problemas e as inconsistências tenham origem em gestões passadas.

**GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO**

1 DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1 Corregedora Regional: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

1.2 Órgãos de atuação: Plenário, Corte Especial, Conselho de Administração e Ouvidoria

1.3 Tempo de atuação: desde abril/2018

Há quatro Juizes Federais em auxílio à Corregedoria:

JUIZ FEDERAL	VARA – ORIGEM	CONVOCAÇÃO	PERÍODO
Bruno Cesar Bandeira Apolinário	3ª Relatoria da Turma Recursal de Tocantins – SJ/TO	ATO Presi - 5937767	A partir de 16/4/2018
Cristiano Miranda de Santana	15ª Vara Federal - SJBA	ATO Presi - 6613148	13/8/2018
Maria Cecília de Marco Rocha.	3ª Vara Federal – SJ/DF	ATO Presi - 5604190	A partir de 19/2/2018
Rafael Leite Paulo	5ª Vara Federal – SJ/AM	ATO Presi – 7678509	A partir de 19/2/2019

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Corregedora Regional, pelos juizes federais em auxílio à Corregedoria Regional e pela assessora adjunta VI.

1.4 Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Corregedoria	Gabinete Des. Federal	TOTAL
Servidores efetivos	8	8	16
Servidores sem vínculo	-	1	1
Servidores requisitados	-	5	5
Servidores prestando serviços em outros setores	-	-	-
Terceirizados	3	1	4
Vagas não ocupadas	-	-	-
Estagiários	4	1	5
TOTAL	15	16	31
Servidores em área-fim	-	4	

1.4.1 Cargos e funções comissionadas em atividade: 19, assim distribuídas:

	CJ-3	CJ-2	CJ-1	FC-6	FC-5	FC-4	FC-3	FC-2	FC-1
Corregedoria	-	1	-	1	3	4	-	-	-
Gabinete do Desembargador Federal	1	1	-	5	3	-	-	-	-
Total	1	2	-	6	6	4	-	-	-

2 ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS

A corregedora atua nos feitos administrativos da Corregedoria e do Conselho de Administração do Tribunal. Atua, ainda, em processos jurisdicionais, como membro da Corte Especial do Tribunal e Presidente da Câmara Regional Previdenciária de Belo Horizonte - MG.

A unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições distribuídas entre Assessoria da Corregedoria (Ascor), Gabinete da Corregedoria (Gager) e Ouvidoria Judicial (Seouj).

A distribuição interna das atividades ocorre por setores, que realizam trabalhos específicos sob a coordenação dos juízes auxiliares, assim distribuídas:

Juiz Federal Cristiano Miranda de Santana
Processos Disciplinares
Férias magistrados
Magistério e Atividades incompatíveis
Reclamações em decorrência de excesso de prazo
Juiz Federal Bruno Cesar Bandeira Apolinário
Alvará de Levantamento (Envio de formulários, controle trimestral etc.)
Armas e bens apreendidos
Correições Ordinárias e Extraordinárias
Inspeções
Prisões (Controle trimestral) / Audiência de custódia
Uniformização dos procedimentos nas seccionais referentes às homologações de acordos judiciais no âmbito das Cejucs e suas respectivas estatísticas
Vitalicamento
Juíza Federal Maria Cecília de Marco Rocha
Cartas precatórias
Comitê Gestor de Planejamento Estratégico
Tabelas processuais Coretab/Cogetab - tabelas processuais CNJ (De/Para).
Correição Parcial
Estatística processual – membros do TRE

Exclusão de nome de réu do rol dos culpados do sistema processual da Justiça Federal
Impedimentos e suspeições
Interceptações telefônicas e quebra de sigilo (do Sistema do CNJ)
Lotação / Substituição / Designação / Auxílio / Mutirão / Esforço concentrado
Metas CNJ e TRF
Plantões (1ª instância)
Promoção / Remoção / Permuta / Prorrogação de Jurisdição
Redistribuição de novas varas (Planejamento Estratégico)
Suspensão de prazos processuais e expediente forense
Juiz Federal Rafael Leite Paulo
CGTI
Comitê Regional Gestor do PJe
Processo digital / e-Proc / e-Cint / e-CVD
Sistemas processuais (consultas e demais procedimentos)

COMPETÊNCIA COMUM A TODOS OS JUÍZES

Provimentos, Circulares, Portarias, Orientações Normativas e Recomendações (revisão)
Recomendação CNJ n. 51 (Utilização do Bacenjud, Renajud e Infojud) – Asmag dá permissão)
Relatório anual de atividades da Corregedoria

O critério para organização do acervo e controle de movimentação interna é feito por uma equipe de triagem que fez redefinições das unidades GAGER e ASCOR no SEI, deixando somente a unidade GAGER em uso, a fim de facilitar o controle dos processos no SEI e da triagem e evitar o retrabalho.

Além disso, foi feita uma padronização pela equipe de triagem dos tipos, assuntos e classificação dos processos, alterando, inclusive, a que foi feita inicialmente, quando necessário. Após essa triagem os processos são distribuídos às equipes responsáveis.

Uma grande dificuldade no Sistema Eletrônico de Informações - SEI refere-se à tabela de classificação que mistura o tipo de processo com assunto e classe, o que dificulta a pesquisa e conseqüentemente o controle estatístico.

Os processos administrativos de competência da Corregedoria tramitam integralmente de forma digital no SEI.

Os procedimentos administrativos pertinentes às atividades correcionais em curso encontram-se cadastrados eletronicamente no SEI, que controla os prazos de sua tramitação, verificando eventuais extrapolações. Não há processos físicos na Corregedoria.

O controle estatístico da unidade é feito regularmente.

Em relação às inspeções nas unidades jurisdicionais, estas são realizadas obedecendo aos seguintes critérios:

I. Na área administrativa, quanto:

- a) aos processos em tramitação: a encadernação, guarda e conservação dos autos, livros e papéis findos ou em andamento; a regularidade da distribuição e do processamento; o cumprimento do disposto no art. 41 da Lei n. 5.010/1966, dos atos, despachos e das recomendações dos juizes do tribunal e da corregedoria regional; e se os dados dos processos estão atualizados (natureza da ação, partes e representantes e juízo responsável);
- b) aos atos praticados na secretaria: se estão sendo cumpridos os prazos previstos para os servidores, MPF e partes; se há demora injustificada no cumprimento das cartas precatórias e dos mandados expedidos; se há o devido controle das cargas e das devoluções dos feitos; se as publicações dos expedientes da unidade estão regulares; se há cópia da guia de custas e se a respectiva cobrança está de acordo com a regulamentação própria; e se são verificados, no ato das baixas dos processos devolvidos e sentenciados, a regularidade da numeração das folhas e se as certidões e termos lavrados estão devidamente subscritos;
- c) aos bens e valores em depósito sob a responsabilidade do juízo: do controle das contas judiciais, em especial, as com valores remanescentes de depósitos já levantados e as referentes a feitos já extintos, para as providências jurisdicionais cabíveis; da adoção de medidas para evitar perecimento, dano ou deterioração de bens custodiados e se são realizados levantamentos periódicos para o controle desses bens; da regularidade do cadastro de bens apreendidos;
- d) aos servidores: se há omissões e prática de erros ou abusos, nos termos da lei; se estão cumprindo a jornada de trabalho; se estão usando diariamente o crachá de identificação; e se estão atualizados os respectivos assentamentos funcionais;
- e) aos móveis, utensílios, equipamentos, maquinário e veículos: se estão em bom estado de conservação e devidamente cadastrados e tombados pelo patrimônio; e
- f) aos livros e pastas de uso obrigatório e aqueles que facultativamente sejam utilizados pela secretaria: a regular abertura, numeração, escrituração e encerramento, bem como a guarda e conservação e arquivamento dos livros e se os documentos obrigatórios estão sendo registrados no catalogador virtual por ordem cronológica dos atos praticados;

- g) nas unidades com jurisdição criminal, o magistrado deverá se atentar também às questões dispostas no § 2º do art. 122: se os inquéritos estão paralisados; se estão sendo observadas as preferências do art. 429 do CPP e dos prazos para instrução criminal; se há regular intimação dos réus; se na apreensão há correta destinação provisória de coisas; da observância da prioridade de tramitação do IPL ou de processo criminal em que figure como indiciado, acusado, vítima ou réu colaborador protegido pelos programas especiais de proteção de pessoas ameaçadas; e a existência e a forma de registro e de controle da prescrição;
- II. Na área processual: a seleção dos processos a serem inspecionados observam os seguintes critérios:
- a) no máximo 10% do número total de processos em tramitação na unidade (acervo total), de todas as classes, contempladas de forma equitativa, observado o limite mínimo de 200 e o máximo de 600 processos (art. 1º da Orientação Normativa Coger 1/2018);
- b) para selecionar os processos dentro dos quantitativos mínimos e máximos, serão considerados aqueles sem movimentação há mais tempo na unidade, contando-se em dias corridos. Esse período leva em conta o acervo total da unidade: com até 5.000 processos – sem movimentação há 60 dias ou mais; e se superior a 5.000 processos – sem movimentação há 90 dias ou mais;
- c) poderão ser excluídos dessa relação os processos que se encontrem nas hipóteses do § 1º do art. 122 do Provimento Coger 129/2016 deste tribunal;
- d) todos os processos criminais com réus presos devem ser inspecionados, uma vez que as regras de 10% e de exclusão do supramencionado § 1º do art. 122 não os abarcam.

Há formulários padronizados, os quais se encontram disponíveis no *banner* desta Corregedoria, como o modelo de Relatório Anual de Inspeção a ser utilizado pelas unidades (atualizado pela Orientação Normativa Coger 1/2016), e consta expressamente que deve ser informado pelo juízo se é realizada a alienação antecipada de bens apreendidos, sujeitos à pena de perdimento (item XXII).

Em relação às metas determinadas pelo CJF e CNJ, a maioria dos magistrados já informa os respectivos cumprimentos, ou não, nos relatórios de inspeção, ainda que não conste determinação expressa de tal informação atualmente. Além disso, há estudo nesta Corregedoria para que esse item seja incluído na atualização do Provimento Coger 129, de 8 de abril de 2016.

Não há outros critérios a serem observados.

Quanto às correções nas unidades jurisdicionais, são realizadas obedecendo ao disposto nos artigos 19 a 45 do Provimento COGER 129/2016 desta Corte, no intervalo previsto em lei. Além disso,

- a) a execução dos trabalhos obedece às mesmas regras, no que couber, previstas para a inspeção (art. 37 do Provimento);
- b) o exame dos processos é feito por amostragem. Esta Corregedoria indica, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, 50 (cinquenta) processos a serem separados para análise;
- c) a seleção dos processos é feita com o critério de tempo de paralisação do feito; das metas do CNJ; e, tanto quanto possível, da classe das ações — ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa e ações relacionadas a interesses metaindividuais;
- d) além dos 50 (cinquenta) processos citados, todos os processos com réu preso devem ser correicionados.

As principais queixas dos juízes federais de 1º grau identificadas quando da realização de correição são:

- a escassez de recursos humanos e de cargos e funções em relação à necessidade da unidade;
- a falta de representação da União (AGU e MPF) em algumas Subseções judiciária, fato que tem dificultado o cumprimento das decisões urgentes pois não há como realizar a intimação com a remessa dos autos de forma rápida, já que os diversos órgãos que atuam perante a justiça federal estão situados apenas na capital;
- os imóveis na maioria são locados, construções antigas e não atendem às necessidades da Justiça Federal, em algumas Subseções apresenta graves problemas estruturais de infiltração, ambientes sem ventilação natural, mofo etc. Além disso, a relação custo-benefício é manifestamente negativa;
- a falta de segurança dos magistrados no tocante à disponibilização de infraestrutura (armas, viaturas, agentes de segurança) para enfrentar situações de ameaças concretas feitas por facções criminosas existentes em vários estados;
- ausência de local apropriado destinado a acomodar o arquivo judicial das Seções e Subseções que estão com suas capacidades esgotadas, em algumas localidades existem processos depositados em copas, banheiros e garagens.

Quanto ao sistema de processos eletrônicos, as principais queixas verificadas são:

- recorrente inconsistência dos sistemas judiciais informatizados e da *web*, com interrupção, quedas, acessos negados, falhas ao emitir relatórios estatísticos e inexistência de funcionalidades e rotinas que contribuem para a lentidão da prestação jurisdicional;

- problemas recorrentes com o sistema de gravação de audiências que com frequência estão sendo gravadas com uso dos celulares dos próprios magistrados;
- quanto ao PJe: falta de treinamento e equipamentos de informática; falta de relatórios gerenciais, produtividade e de fluxos operacionais eficazes; problemas na distribuição de processos; falta de pesquisa conjugada entre os assuntos das tabelas do CNJ; ausência de ferramentas de controle dos processos repetitivos e sobrestados; automatização e regularização das tarefas; dificuldades na visualização integral de peças e decisões entre 1ª e 2ª instância, bem como entre outros tribunais diferentes, considerando a limitação de acesso como “usuário externo”, o que acarreta dificuldade de acompanhar o andamento de *habeas corpus* e cartas precatórias.

A unidade informou que existem 13 processos administrativos em curso que apuram responsabilidade de juízes de 1º grau.

QUANTO ÀS BOAS PRÁTICAS

- I. Atualização e adequação do Provimento da Corregedoria - Processo SEI 0002640-03.2019.4.01.8000.
- II. Atualização da Tabela Processual Unificada de Classes e Assuntos do CNJ, com maior detalhamento de algumas matérias, a fim de adequá-las à realidade processual e permitir uma classificação mais pormenorizada, facilitando a rápida identificação das principais questões tratadas nos autos – Processo SEI 0009509-79.2019.4.01.8000.
- III. A par disso, realização de trabalho de divulgação e de utilização correta do procedimento de classificação/reclassificação dos assuntos dos processos/recursos, bem como de conscientização das áreas acerca da importância da manutenção dessa informação no campo correto (no sistema), uma vez que é de onde são extraídos os dados estatísticos para diversas finalidades, incluindo o fato de que essa informação (se inserida no campo correto) acompanhará o processo até o seu arquivamento.
- IV. Projeto incluído no Comitê Institucional de Planejamento Estratégico CIPE: Evolução do cadastro e da prevenção no PJe de primeiro e segundo graus. Objetivo: Implementar melhorias nos fluxos do PJe da 1ª instância para que se viabilize a automatização do máximo de ações possíveis, bem como o aproveitamento de dados de forma racional entre o primeiro e segundo graus – Processo SEI 00026465-10.2018.4.01.8000.

- V. Utilização do estudo de dados de corregedorias de outros tribunais (TRFs e TJs) a fim de subsidiar a adoção de procedimentos de padronização de rotinas de trabalho, processamento e julgamento dos feitos, no âmbito da 1ª instância da justiça federal da 1ª Região, que permitam imprimir maior celeridade e, conseqüentemente, elevar a efetividade da prestação jurisdicional.
- VI. Migração dos processos em autos físicos para meio digital, após implementação das condições necessárias.
- VII. A apresentação de projeto piloto na 21ª Vara da SJDF, utilizando os arquivos digitalizados da AGU, de modo que a totalidade do acervo possa tramitar, desde já, no sistema PJe, sem que esta Corte tenha nenhum custo com a digitalização dos feitos.
- VIII. Implantação do projeto piloto de adoção do fluxo do PJe para os feitos de Execução Fiscal (TRF5) na 5ª vara da Seção Judiciária do Amazonas.
- IX. Expansão do PJe nos Juizados Especiais Federais, em substituição ao sistema JEF Virtual.
- X. Continuação dos estudos de redistribuição das competências de varas, a fim de adequá-las à realidade local (custo/benefício/acervo).
- XI. Edição da Instrução Normativa Coger 1/2019 que dispõe sobre os depósitos judiciais em processos findos e baixados com depósito, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
- XII. Tentativa, junto à Presidência desta Corte, para celebrar convênios com os órgãos de direção dos diversos entes (AGU, PFN, MPF, DPU, Polícia Federal e outros) para que, em casos urgentes, as intimações possam ser feitas por correio eletrônico, com envio de peças digitalizadas, se for preciso, sem a necessidade de remessa física dos autos. Isso quando a movimentação do processo levaria dias, em razão da distância entre as cidades, e a remessa dos autos possa implicar a perda de objeto do pedido urgente.
- XIII. A implementação do projeto de replicação de boas práticas identificadas pela Corregedoria na 5ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Amazonas, especificamente com o intuito de implantar os sistemas informatizados utilizados pela referida unidade no processamento dos feitos de execução fiscal nas varas de mesma competência situadas no Distrito Federal. Em suma, os programas de informática em questão são utilizados na inclusão automática de ordens no sistema BacenJud e na elaboração, em larga escala, de sentenças de reconhecimento de prescrição intercorrente.

Quanto às recomendações elencadas no item 2 do relatório de inspeção CJF 2017 feita na gestão anterior, verifica-se que algumas já foram devidamente atendidas ou estão em andamento, conforme os destaques abaixo:

- a) A necessidade de definição da sistemática de compensação de plantões será regulamentada na atualização do Provimento Coger 129/2016. Ainda precisa conferir o estágio dos julgamentos administrativos sobre a questão;
- b) para racionalizar o custo das correições foi reduzido o número de processos a serem correicionados e maximizado o uso da via eletrônica, com a análise dos processos digitais a distância;
- c) casos concretos previamente detectados são priorizados pela correição extraordinária ou com a implantação de Plano de Gestão Compartilhada da COGER;
- d) atualmente está em andamento a correição extraordinária na 1ª Vara da Seção Judiciária da Bahia — Processo SEI 0009885-65.2019.4.01.8000 — e a execução de Plano de Gestão Compartilhada desta COGER na 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (Decisão 6805699);
- e) quanto à especialização de mais varas federais na área criminal e cível: o tribunal concluiu a especialização das varas criminais das capitais para o julgamento de crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, e os praticados por organizações criminosas, no âmbito da 1ª Região, como preceitua a Resolução do CJF 273/2013 (Resolução Presi 8092227, SEI 23933-34.2016.4.01.8000);
- f) quanto à criação de varas: o monitoramento do equilíbrio de demanda tem sido feito a partir de dados de distribuição anual (Sei 12370-72.2018.4.01.8000), o que já deu azo às seguintes ações:
 - deslocamento de vara cível da Seção Judiciária de Minas Gerais para Sete Lagoas (Sei 13393-53.2018.4.01.8000), já avalizado pelo CJF;
 - deslocamento das varas de Oiapoque - AP, Laranjal do Jari - AP, Tefé - AM e Guajará-Mirim - RO para Brasília (duas varas cíveis), para Manaus (uma vara cível) e para Porto Velho (uma vara criminal, para dividir as atribuições da vara vinculada ao Presídio Federal - SEI 26468-96.2017.4.01.8000), nos termos preceituados pela Resolução n. 184/2013; o ato foi submetido ao CJF;
 - deslocamento da Turma Recursal do Acre para o Piauí (SEI 3204-80.2018.4.01.8011);
 - realização de estudos para avaliar as Seções judiciárias que apresentam distorções na distribuição do último triênio (11499-30.2018.4.01.8004, 21717-32.2018.4.01.8000, 21712-10.2018.4.01.8000, 21714-77.2018.4.01.8000, 21771-25.2018.4.01.8000, 0008558-85.2019.4.01.8000). Os processos estão em andamento, a maior parte na SECGE.

- g) os processos em andamento no CJF, para a criação de varas, foram devolvidos ao TRF em razão da vedação atual de criação de novas despesas. Os processos serão devolvidos pela Corregedoria às Seções judiciárias de origem.
- h) atualmente as atribuições correccionais relacionadas às unidades que compõem a estrutura dos juizados especiais federais estão bem definidas. A correição é da competência absoluta da Corregedoria e, durante as correições, a COJEF tem trabalhado em parceria com a nossa equipe;
- i) houve adequação da quantidade de juízes auxiliares da Corregedoria Regional, com a distribuição racional de funções internas mediante atribuição de processos via PA-SEI, bem como houve a convocação do Juiz Federal Rafael Leite Paulo para atender, exclusivamente, as demandas de sistemas. Além disso, os juízes auxiliares suprem falta de desembargadores em Turmas e Seções, quando necessário;
- j) a criação de curso de juízes tutores está em andamento, com a instituição da comissão de juízes federais destinada à criação do I Curso de Formação de Juízes Formadores para Vitaliciamento (0026577-76.2018.4.01.8000), no momento, o processo está na DIPOR para elaboração de estimativa de custos;
- k) em relação ao sistema de informática, houve um aumento da equipe do Tribunal, mas as seccionais continuam com o quadro reduzido. Foi feita a descentralização da contratação do *link* de dados (internet e rede WAN), que teve como objetivo de melhorar a comunicação concorrente é a possibilidade de as seccionais usarem alternativas locais melhores do que os serviços oferecidos em âmbito regional. Além disso, a ampliação do PJe e a migração de processos físicos para digitais são medidas essenciais para a melhoria dos sistemas de informática da região, pois boa parte dos problemas decorre da coexistência de sistemas antigos com novos, dividindo recursos humanos e materiais. Tal medida é de fundamental importância e precisa do apoio do CJF;
- l) os inquéritos já estão sendo livremente distribuídos perante a Corte Especial e o Presidente encaminhou a nossa provocação à Comissão de Regimento para deixar isso explicitamente disciplinado, corrigindo contradições internas desse ato normativo. Nesse sentido, processos 0010019-92.2019.4.01.8000 e 0009977-43.2019.4.01.8000, que tramitam no SEI.

3 OBSERVAÇÕES

Em consulta ao Processo n. 0068496-67.2010.4.01.0000, a equipe de inspeção constatou:

Os autos referem-se à ação penal originária de competência da Corte Especial. Denúncia recebida em 15/9/2011. Julgamento iniciado, com quatro votos pela

condenação até o momento, interrompido por pedido de vista da Desembargadora Maria do Carmo Cardoso. Possível prescrição, pela pena aplicada, caso o julgamento não venha a ser concluído em breve.

Autos conclusos à vistora apenas em 8/3/2019. Verifico que, em 16/5/2019, o processo foi incluído na pauta de julgamento de 30/5/2019. Não há atraso relevante imputável à vistora.

Anote-se a diligência do Desembargador Kassio Nunes Marques, que recebeu a redistribuição em agosto de 2018 e, já em novembro, determinou a inclusão em pauta.

Há demora importante imputável ao Desembargador Souza Prudente – que recebeu os autos conclusos por redistribuição em 20/2/18 e determinou sua redistribuição, invocando norma regimental, em 7/8/18 –, e ao Desembargador João Luiz de Souza que recebeu os autos conclusos em 4/2/16 e proferiu despacho, em dois parágrafos, na data de 30/10/17.

Verifica-se que o julgamento foi concluído e acórdão foi publicado em 17/6/19.

4 RECOMENDAÇÕES

Não há recomendação a ser feita.

II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas.

2.2 Turma

1ª Turma

2.3 Competência

Matéria previdenciária: Benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos e matéria de servidor público: Servidores Públicos Cíveis e militares, exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra Seção.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe de gabinete: José Habib Fraxes Júnior; chefe de assessoria: Nismeire Aparecida Candido de Medeiros. Os dois são responsáveis pela unidade: Gestão Colaborativa.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	01
Estagiários de nível médio	02
Estagiários de nível superior	01
Outros	3 prestadores de serviço.

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)

Total em tramitação**	20.777
Processos suspensos/sobrestados	66
Processos conclusos	12.270
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	504
Processos em mutirão, Turma Suplementar	179

Notas:

* Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles encaminhados às Câmaras Regionais Previdenciárias, e os feitos atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	18.142
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	20.275
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	11.270
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	9.073
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete

é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar sim ou não.	Sim.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim. Meta 2.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Desembargadora: 12.979 Dr. Ciro (Juiz em Auxílio): 158.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Dado não disponibilizado pela Diest. Dr. Ciro julgou 158 em regime de auxílio - essa é a contribuição para a evolução do acervo.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	448
Mandados de segurança	52
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	32
Reclamações	03
Ações rescisórias	308
Outros	53

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	20.237
Recursos em mandados de segurança coletivos	21
Recursos em ações populares	1

Recursos em ações de improbidade administrativa	18
Recursos em ações civis públicas	18
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	664
Outros	134

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	20.238
Apelações cíveis	17.012
Agravos de instrumento	2.651
Outros	2

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	4
Ações penais	0
Inquéritos	1
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	3

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	14
Outros	1

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0

Outros	0
--------	---

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	1.286
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	978
Agravos legais/regimentais	530
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	487
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	872
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	595

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	1.003
Ano anterior	4.166
2º ano anterior	1.680
3º ano anterior	1.404
4º ano anterior	778
5º ano anterior ou mais antigo	3.239

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	3
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15. Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	3
Total como relator para o acórdão	3

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	10.297
Total de processos julgados*	9.853
Total de processos baixados	14.930
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	444
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-4.633

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	132
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	124

5 METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	10.235
Processos julgados no ano anterior	12.979
Processos distribuídos no ano corrente	2.210
Processos julgados no ano corrente	2.511

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	1.939
Porcentagem de atendimento da meta	91,44%

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	7.751
Porcentagem de atendimento da meta	106,9%

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	2.426
Porcentagem de atendimento da meta	89,31%

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)	
Pendentes	582
Porcentagem de atendimento da meta	104,11%

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	2
Porcentagem de atendimento da meta	138,53%

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	1
Porcentagem de atendimento da meta	140,66%

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Recomendações Inspeção CJF 2017: OF CJF-OFi-2017/3804: item 6.a pág. 80: a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3; b) o tribunal deve aumentar o número de servidores na unidade; c) manter os cursos de capacitação interna; d) Priorizar as preferências legais e processos relacionados às Metas do CNJ; e) manter os julgamentos dos feitos não só pela ordem cronológica das conclusões, mas observar o disposto no art. 12, *caput* e § 2º, do CPC de 2015; f) estabelecer, além das metas gerais para a equipe, metas individuais para os servidores; g) os equipamentos utilizados no trabalho devem ser substituídos por novos; h) os sistemas eletrônicos disponibilizados devem ser aprimorados para otimização do serviço jurisdicional; h) zelar pela realização adequada das movimentações dos feitos presentes no gabinete.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) itens 2 e 3 atendidos; b) o tribunal não aumentou o número de servidores da unidade; c) os cursos de capacitação interna foram mantidos, por meio de compartilhamento de

tutorial e de rotinas e procedimentos; d) Estão sendo priorizadas as preferências legais e processos relacionados às metas do CNJ; f) existem metas para a equipe e para o servidor individualmente, inclusive para os teletrabalhadores; g) os equipamentos de TI foram substituídos por novos; h) os sistemas eletrônicos estão sendo otimizados, particularmente o PJe; i) as movimentações dos feitos presentes no gabinete estão sendo realizadas.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

b) O tribunal deve aumentar o número de servidores na unidade: O gabinete fez a última solicitação em 12/3/2019, através do SEI nº 0006000-43.2019.4.01.8000 para aumentar o número de servidores.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

A unidade atingiu todas as metas do CNJ em 2018- Selo Ouro, embora o TRF ainda não tenha regularizado a premiação para a 2ª Instância até 31/12/2018. Iniciativas adotadas: 1. Solicitação de 4 servidores, a fim de equiparar à lotação dos demais gabinetes. Enquanto temos 12 servidores efetivos e 1 requisitado, os demais gabinetes possuem 16 ou 17 efetivos; 2. Capacitação interna (curso de formação e tutorial) para todos os colaboradores (estagiários, prestadores e servidores). 3. Solicitação de migração de todos os processos para o PJe; 4. Disrupção e desconstrução de barreiras de tecnologia e incentivo à adoção de Inteligência Artificial (IA); 5. Criação e revisão de matrizes de minutas para o PJe e replicá-las para os gabinetes da 1ª Seção.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Dificuldades: Há 4 anos, a desembargadora vem solicitando a exclusão da matéria de servidor dos gabinetes previdenciários, e, infelizmente, não obteve sucesso, apesar das recomendações do CJF e do CNJ. A unidade trabalha com recursos humanos escassos para o número exacerbado de processos. 13 servidores (sendo um requisitado) para 33.000 processos de estoque em 12/2014 e distribuição média de 1.200 ao mês para os demais anos. Total de aproximadamente 90.000 tramitou nesse período (2014 a 2018) e o saldo de processos da relatora é de 13.583 e tramitação ajustada é de 8.971 (em 4/4/2019). O esforço e dedicação da equipe é admirável, mas o cansaço está refletindo na saúde de todos. Boas práticas: Gestão é prioridade nº 1. Os resultados vêm daí. A desembargadora e a chefia procuram motivar a equipe e dinamizar/otimizar as rotinas incansavelmente, em prol do jurisdicionado. O

teletrabalho está sendo fundamental. Implementar premiação por produtividade conf. Portaria n. 1/2015.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

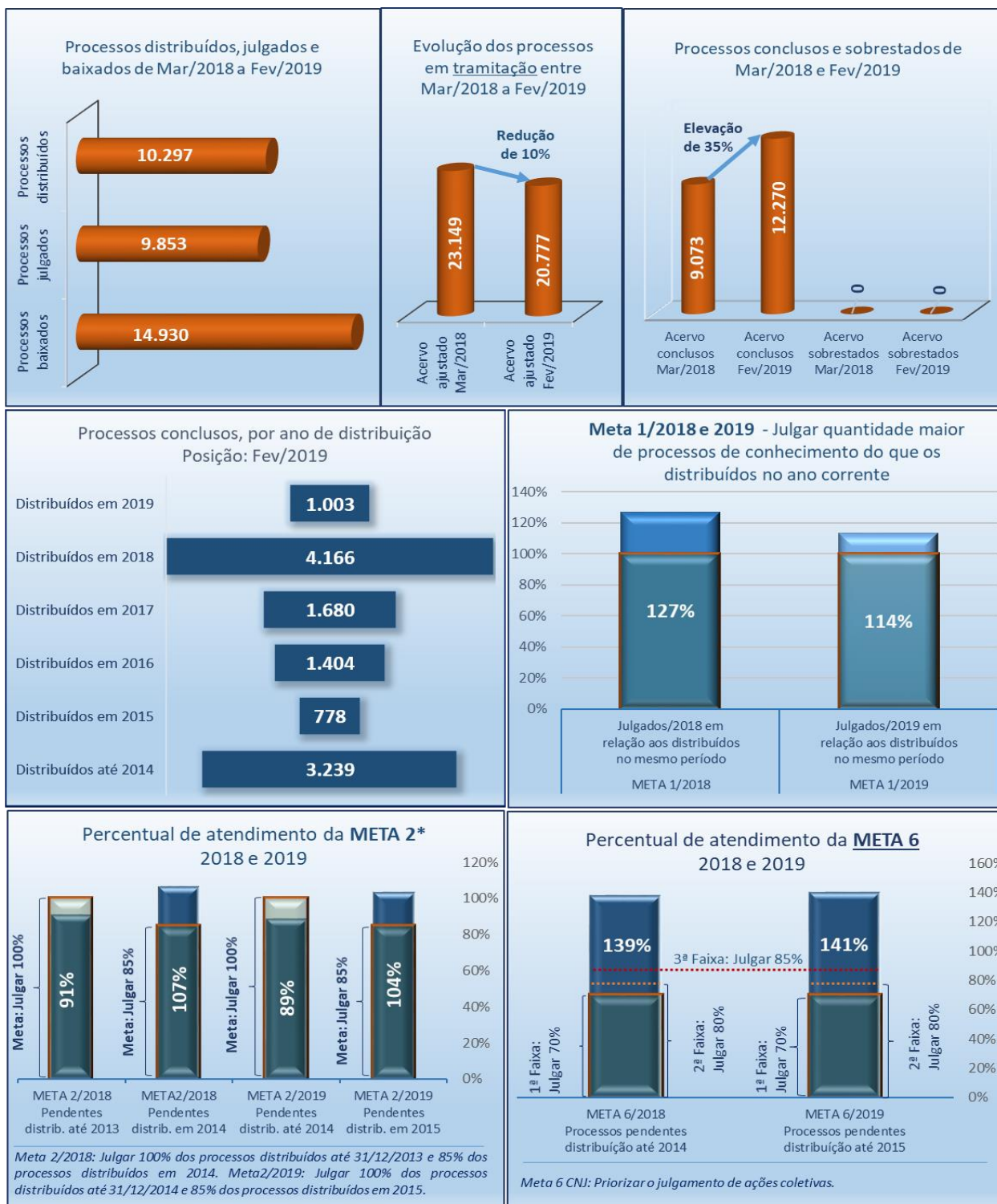
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0013600-05.2009.4.01.3300	18/4/2011	-
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0006506-89.2012.4.01.3400	23/7/2012	-
Observação/Providência: questão de ordem em 13/12/2017. Ata de julgamento da questão de ordem publicada em 1/2/2018. Vista à AGU em 18/4/2018. Concluso para relatório e voto em 24/5/2018. Será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0004227-90.2008.4.01.3200	24/11/2010	-
Observação/Providência: despacho proferido para diligência (vista às partes).		
0006247-44.2010.4.01.3601	11/10/2011	-
Observação/Providência: decisão/despacho publicado em 9/6/2017 e vista à União em 28/6/2017. Processo concluso em 31/7/2017: Será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0004375-64.2015.4.01.4200	3/10/2016	-
Observação/Providência: processo será julgado na sessão de 15/5/2019.		
0061854-56.2012.4.01.3800	26/9/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: Julgado em 30/1/2019		
0009724-38.2015.4.01.0000	4/3/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0000596-91.2015.4.01.0000	9/1/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0032636-29.2015.4.01.0000	18/6/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0065367-78.2015.4.01.0000	26/11/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0072147-17.2014.4.01.3800	10/2/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: incluir em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0020581-80.2014.4.01.0000	15/4/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0019100-61.2010.4.01.3900	1/7/2013	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0027252-85.2006.4.01.3400	17/4/2008	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0001315-94.2015.4.01.3000	27/3/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		

0043436-82.2007.4.01.3400	17/9/2010	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: decisão terminativa em 20/3/2019 - publicada em 29/3/2019.		
0039698-51.2014.4.01.3300	27/10/2016	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0074618-71.2016.4.01.3400	27/10/2017	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: incluir em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0005585-12.2017.4.01.3803	19/7/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: despacho proferido para redistribuir a matéria por incompetência.		
0064159-78.2014.4.01.3400	28/7/2017	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0005280-73.2017.4.01.3400	12/12/2018	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0064815-26.2009.4.01.0000	5/11/2009	231 - Impugnação ao Valor da Causa
Observação/Providência: impugnação ao valor da causa julgado em 6/12/2016 e transitado em julgado em 18/5/2017. Ação Rescisória 2009.01.00045176-4 julgada em 26/2/2019. IVC remetida e recebida na COSEP em 26/3/2019.		
0010990-94.2014.4.01.0000	12/3/2014	241 - Petição
Observação/Providência: incluir em 13/5 - Sessão de 28/5/2019.		
0038415-96.2014.4.01.0000	14/7/2014	172 - Embargos à Execução
Observação/Providência: processo da Corte Especial: incluir 6/5 para sessão de 6/6/2019.		
0032118-15.2010.4.01.0000	2/6/2010	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: será incluído em pauta em 13/5/2019, para ser julgado em 28/5/2019.		
0034322-56.2015.4.01.0000	1/7/2015	241 - Petição
Observação/Providência: será incluído em pauta em 6/5, para ser julgado na sessão de 6/6/2019.		
0028652-76.2011.4.01.0000	27/5/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será julgado na sessão ampliada de 30/4/2019.		
0000515-03.2015.4.01.3700	4/10/2017	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: voto vencido acostado aos autos em 25/2/2019 e aguardando sessão ampliada de 30/4/2019.		
0002772-16.2011.4.01.3902	26/11/2012	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será incluído em pauta 15/4 - para julgamento em 29/5.		
0007743-53.2006.4.01.3600	6/11/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo será julgado em 8/5/2019.		
0004924-93.2009.4.01.4100	20/9/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0004405-54.2013.4.01.3300	13/5/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: será incluído em pauta 15/4, para 29/5.		
0000290-93.2004.4.01.3400	11/12/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		

0000117-33.2004.4.01.3800	26/4/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0007567-58.2016.4.01.0000	16/2/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0047104-83.2011.4.01.3800	16/10/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: incluir em pauta em 15/4/2019 - para julgamento em 29/5/2019.		
0051628-09.2013.4.01.0000	30/8/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado em 30/1/2019.		
0023289-26.2002.4.01.0000	30/7/2002	1728 - Apelação/Reexame Necessário
Observação/Providência: processo julgado em 20/3/2019. Acórdão remetido para publicação 3/4/2019.		
0032361-22.2002.4.01.3400	4/10/2005	198 - Apelação
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0008031-29.2000.4.01.3400	17/3/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0021383-49.2003.4.01.3400	3/6/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: julgado em 3/4/2019.		
0001899-48.2003.4.01.3400	16/3/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0016945-48.2001.4.01.3400	8/3/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
1000911-05.2015.4.01.0000	26/5/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo de relatoria do Desembargador João Luiz.		
1001991-04.2015.4.01.0000	13/10/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo julgado em 13/3/2019.		
0002889-34.2015.4.01.0000	21/1/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0068353-39.2014.4.01.0000	24/11/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: julgado em 30/1/2019.		
0068359-46.2014.4.01.0000	24/11/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: julgado em 30/1/2019.		
0013764-68.2003.4.01.3400	29/7/2003	198 - Apelação
Observação/Providência: será julgado em 15/5/2019.		
0023972-82.2001.4.01.3400	12/2/2003	198 - Apelação
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0055803-46.2013.4.01.0000	16/9/2013	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: incluir em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		
0006135-17.1997.4.01.3800	17/1/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: será incluído em pauta em 15/4/2019, para julgamento em 29/5/2019.		

0043270-60.2010.4.01.0000	16/7/2010	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: incluir em pauta em 6/5/2019 - para sessão em 6/6/2019.		
0009322-98.2008.4.01.0000	4/3/2008	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Ação Rescisória - será incluída em 13/5/2019 para sessão em 28/5/2019.		

10 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Foram inspecionados todos os 54 processos selecionados para inspeção.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar em 60 dias:

0034322-56.2015.4.01.0000	0009322-98.2008.4.01.0000	0004219-72.2016.4.01.3802
1000911-05.2015.4.01.0000		

12 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista.

O gabinete está sediado no 6º andar do edifício-sede II do TRF1, e possui a sala da Desembargadora, um espaço para a assessoria e a secretaria, e conta, ainda, com um anexo no 1º subsolo.

O acervo em tramitação ajustada é de 9.308 processos, conforme o relatório (rel. Diest 10/5/2019). Desse total, 1.509 no e-Jur (digital) e 2.800 (eletrônicos no PJE). Mil processos previdenciários foram digitalizados pelo STJ, no projeto da Ministra Maria Thereza, e migrarão para o PJe também. Serão digitalizados mais três mil, em breve. O restante dos processos cuja matéria se refere a servidor público será alocado no gabinete, e julgado o mais breve possível. Assim o anexo será liberado e os processos serão apenas eletrônicos (PJe).

Ocorre a triagem física e digital/eletrônica diariamente. Classificam-se os processos por matéria/assunto. Analisa-se a maturidade, efetivam-se as diligências e separam-se os conclusos para decisão/voto. No PJe, a classificação é feita por etiqueta, o mais refinado possível, para ganhar tempo na análise e na elaboração da minuta.

Utilizam-se métodos auxiliares de controle do conteúdo e da situação do acervo. É feito planejamento estratégico, mapeamento e acompanhamento/controle dos dados e estatística.

O planejamento das atividades é feito com a colaboração da Desembargadora, das chefias e de toda a equipe. Priorizadas as urgências e preferências legais. Trabalham simultaneamente processos recentes (recursos repetitivos) e antigos (Meta 2).

Para distribuição de atividades entre os servidores analisa-se o perfil de cada um, a especialização e a experiência.

As metas semanais são distribuídas e flexíveis, de acordo com a complexidade da matéria, o perfil do colaborador e a situação em que ele se encontra no momento (saúde, energia, motivação). Dessa forma as metas são individuais, ex. matéria previdenciária:

50 processos por semana (recursos repetitivos), e matéria administrativa (servidor): 30 processos por semana. As variáveis ocorrem nas férias, ausências, licenças dos servidores e demandas diversas que surgem, momento em que as metas passam a ser coletivas.

Há controle periódico de produtividade semanal, e por pauta, para os servidores que exercem o teletrabalho e para os presenciais, simultaneamente.

Ocorre avaliação periódica de resultados das atividades das unidades com frequência, visto que qualquer oscilação no mapeamento das metas ou demandas pontuais que surgirem afetam o resultado semanal, mensal, trimestral ou até mesmo anual.

Há fixação de metas periódicas de produtividade. Caso as metas individuais não estejam sendo alcançadas pelas diversas e pontuais ocorrências, de ordem pessoal ou do grupo, é mais fácil estancar o risco de reduzir demasiadamente a produtividade.

Sempre que necessário, os servidores se reúnem em mutirão, a fim de estancar demandas emergentes.

Autos com prioridade legal ou meta do CNJ recebem tratamento específico. Quanto às metas do CNJ, desde a posse da Desembargadora, o gabinete tem conseguido atingi-las. No último ano, inclusive, conseguiram o Selo Ouro-CNJ.

A consulta aos autos é permitida, desde que o processo não seja sigiloso e não haja restrições regulamentares/regimentais/legislativas.

O controle estatístico ocorre rotineiramente com a extração dos dados do Sistema e-Siest e acompanhamento dos resultados. Para o controle de processos pendentes na unidade de declaração de voto, lavratura de acórdão, existe um relatório de ocorrências das sessões. Assim que termina o julgamento, acertam as eventuais retificações e acompanham os processos divergentes, a fim de otimizar/agilizar o andamento destes.

As movimentações processuais dentro da própria unidade são registradas em sistema, desde a localização até a liberação dos processos para a processante.

No tocante a processos sobrestados que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, estes envolvem diversas matérias, tais como adicional de fronteira; devolução de valores recebidos de boa-fé por servidores ou segurados; e indexadores e juros aplicáveis em execução.

Considerações do gabinete acerca da gestão do Tribunal

- Investir em capacitação, inovação e motivação e replicar as boas práticas. A gestão de um gabinete judiciário requer conhecimento sistêmico e multidisciplinar de gestão de pessoas de administração pública, de TI, de qualificação jurídica adequada, de gestão de resultados (dados e estatística) e de mudança de cultura;

- Proporcionar o autoconhecimento dos desembargadores, gestores do gabinete e colaboradores com vistas a respeitar a equipe (qualidades, diferenças e limitações), desenvolver as habilidades, motivar os talentos, primar pela ética e transparência, incentivar a capacitação, a ascensão na carreira e toda espécie de promoção, valorizar a “prata” da Casa e premiar por produtividade;

- Utilizar de ferramentas de gestão híbrida (Administração Pública e Privada) contemporânea, a partir da organização da unidade (zelar pela limpeza e conservação do ambiente; conhecer profundamente o acervo; triar; classificar; refinar a análise; minutar; revisar; consolidar o entendimento; tudo a fim de otimizar o julgado. A metodologia de trabalho passa pela gestão estratégica e operacional e pontua detalhadamente o fluxo de rotinas, desde a distribuição até a liberação do julgamento para a processante; deve haver preocupação concomitante com a quantidade e a qualidade liberadas. Deve-se criar e replicar modelos de minutas e manter um grupo de revisão destas, a fim de minimizar os erros, consolidar o entendimento e reduzir a taxa de congestionamento dos processos;

- Investir em TI, quebrar resistências e paradigmas, utilizando as funcionalidades mais modernas, tais como o PJe (última versão) e a Inteligência Artificial, a fim de reduzir o acervo e entregar o produto (julgamento) com maior celeridade, qualidade e efetividade;

- Proporcionar qualificação jurídica adequada e constante. Atualização em Direito material e processual, com alto nível de especialização; manter grupo de estudos dentro do gabinete para disseminar conhecimentos e trocar experiências;

- Mapear o acervo e extrair os dados e estatística cotidianamente, a fim de flexibilizar, cumprir as metas do CNJ e alcançar os resultados;

- Implantar a “cultura do ganha-ganha”: ganha o jurisdicionado (celeridade no julgamento); ganha o desembargador (cumprimento de metas e ascensão); ganha o Colegiado (consolidação do entendimento; otimização de tempo e rotinas; maior foco em matérias complexas); ganha o servidor/colaborador (promoção, capacitação); ganha a Administração do Tribunal (aumento da produtividade, redução das taxas de congestionamento e redução de custos) e ganha o Poder Judiciário (efetividade e credibilidade);

Demandas informadas pelo gabinete:

I – Nomeação de dois excedentes recém-convocados do último concurso para compor e equacionar a lotação do gabinete, conforme recomendado pelo CJF na inspeção de 2017, e de acordo com a lotação dos demais gabinetes; e

II - Exclusão da competência administrativa (servidores públicos) dos gabinetes da Primeira Seção, conforme recomendado pelo CJF e pelo CNJ.

Boas práticas relatadas pelo gabinete:

Gestão do Conhecimento: Em 2016 foi criado curso de formação e capacitação (teórico e prático) de estagiários e servidores (tutorial e atualização) elaborado e ministrado pelo (a) chefe de assessoria e por servidores qualificados do gabinete, com foco na elaboração de votos e decisões, primando pela objetividade, sem esquecer o tecnicismo. Esse instrumento qualifica e deixa mais seguro o colaborador, alavanca a produtividade e minimiza os erros.

Gestão de Pessoas: formação do time/equipe, primando pela motivação e promoção de servidores: 1. Incentivo à capacitação pessoal e profissional; 2. Olhar humanizado para todos os integrantes do gabinete, desde os prestadores da limpeza, da copa, até a Desembargadora. Atenção, carinho e alegria renovam. É gratificante trabalhar em um local onde cada as pessoas se preocupam com o bem-estar do outro. 3. Horas extras em 2015; 4. Implantação das 4 FC-6 no gabinete em 2015 sem ônus para a administração e com reflexo nas demais funções: naquela ocasião, todos os servidores ganharam aumento de remuneração. Consequência: ganho de produtividade e redução da rotatividade; 5. Promoção por meritocracia: análise de perfil e critérios objetivos para ascender às FCs-6 ou aos CJs, privilegiando os servidores da casa; 6. Portaria n. 1/2015 - premiar por produtividade - de 3 a 5 dias de folga durante o ano, caso o gabinete alcance as metas estabelecidas, de acordo com critérios objetivos ali determinados. A implantação dessa portaria foi recomendada pelo CJF em inspeção, mas não regulamentada pelo tribunal até o momento; 7. Comemoração e folga de aniversário - dobra-se a meta de um dia e concede-se a folga de aniversário; 8. Incentivo ao teletrabalho: 30% da lotação da Assessoria está no teletrabalho desde julho/2018 e foi feita solicitação de autorização para aumento de 50% de servidores em regime de teletrabalho, a partir de maio de 2019.

Gestão da Unidade e de Processos: 1. Organização do gabinete evita a poluição visual, o processo é trabalhado um de cada vez e são alocados nos armários, as mesas ficam livres, ganhando-se em tempo e em otimização de rotinas; 2. Criação da sala de “descompressão”, para reuniões, comemorações de aniversário, cursos, refeições, e descontração - oxigena o cérebro, revigora e aumenta a produtividade; 3. Organização do acervo físico, digital e eletrônico de forma que todas as rotinas e demandas são cuidadosamente administradas: triagem, classificação, etiquetagem no PJe, diligências, elaboração de minutas, revisão, elaboração de sinopses, consolidação de entendimento, julgamento, liberação para a processante e envio de destaques para a jurisprudência. 4. Criação da pasta Sinopse N, na pasta W, em 2016, para inclusão de sinopses, redução de custos com fotocópia e seleção de processos divergentes para debate na sessão, com reflexo na redução de tempo e desgaste da sessão.

Gestão de projetos: 1. Projeto Revisor/Atualizador: aumentar a qualidade de entrega do julgado (decisões e votos), policiando desde o estilo, a grafia, o tecnicismo,

a doutrina, a legislação e a jurisprudência. Foram criadas essas matrizes e modelos para serem utilizados no PJe. Já existem quase 30 modelos, que poderão ser compartilhadas com os demais gabinetes, onde farão suas adaptações e utilizarão os que lhes convierem, sem demandar energia para aquele caso já elaborado. Num futuro próximo, sob apreciação dos magistrados, será possível alavancar o projeto: cada gabinete poderá criar várias matrizes específicas, de recursos consolidados e compartilhará - isso provocará economia de tempo, redução de custos, aumento da produtividade, gasto de energia com causas mais complexas. Outra utilidade prática dessas peças: indexação no PJe, para uso da Inteligência Artificial - IA. Deve ser levado à apreciação dos desembargadores, para aprovação. 2. Projeto Inteligência Artificial da Ministra do STJ, Maria Thereza de Assis Moura, em parceria com o gabinete da Desembargadora Gilda do TRF1 – digitalização dos processos previdenciários, implantação da inteligência artificial/IA (Enfam - Corpus 927): ganhos diretos e indiretos: STJ e a responsabilidade social: inclusão de deficientes no mercado de trabalho (utilização de mão de obra especial) para digitalizar os documentos; economia para o Tribunal na digitalização de 4.000 processos; aquisição de meta dados fidedignos para o projeto de IA do STJ; economia de espaço físico e de custos de deslocamento; avanço do PJe no tribunal; uso da IA; aumento subsequente da produtividade e baixa do acervo.

Gestão de resultados (dados e estatística): o gabinete é conduzido por meio do mapeamento e controle de dados diuturna e rotineiramente. As informações da divisão de estatística são essenciais: não há como planejar estrategicamente os escassos recursos e as inúmeras demandas, se não tivermos dados fidedignos. A estatística evoluiu muito de 2015 para cá - e esse apoio foi fundamental para o alcance das metas. Esse ano está havendo certo recuo para implantar novos projetos: projeto IA TRF1/STJ, projeto formação/capacitação e projeto Revisor/Atualizador - e os resultados acontecerão a médio prazo.

Ainda como boas práticas a unidade apontou: disponibilização das sinopses 48 horas antes de cada sessão de julgamento; triagem diária no PJe (etiqueta nos processos); processos com precedentes/modelos são julgados com preferências, assim como os mais antigos; estatística semanal do gabinete; e pesquisa periódica de satisfação de atendimento a advogados.

13 RECOMENDAÇÕES

- Cumprir as recomendações constantes do item 11.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL DE JESUS OLIVEIRA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Jamil Rosa de Jesus Oliveira

2.2 Turma

1ª Turma

2.3 Competência

Servidor público, militar - exceto quando a competência estiver prevista na competência de outra Seção; e benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Jamil Rosa de Jesus Oliveira

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Fábio Nunes Sad, chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	14
Estagiários de nível superior	03
Outros	2 servidores requisitados (Exército e GDF) e 3 prestadores de serviço.
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)

Total em tramitação**	20.507
Processos conclusos	8.567
Processos suspensos/sobrestados	265
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1.695
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	351 - Regime de auxílio a distância - Juiz Federal Cesar Augusto Bearsi (Resolução Presi 36/2017)

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles encaminhados às Câmaras Regionais Previdenciárias, e os feitos atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano

Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	9.763
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	8.824
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	198
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	53
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	17.391
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	20.057

Nota: * O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados ou, em caso contrário, é

indicativo de que o desembargador também possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar sim ou não.	Sim. Regime de auxílio a distância (Resolução Presi 36, de 1/9/2017).
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim. Critérios estabelecidos Resolução Presi 36, de 1/9/2017.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	482 processos julgados pelo Juiz Federal em auxílio Cesar Augusto Bearsi (período de janeiro a dezembro/2018).

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	291
Mandados de segurança	19
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	42
Reclamações	2
Ações rescisórias	182
Outros	46

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	20.123
Recursos em mandados de segurança coletivos	21
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	18
Recursos em ações civis públicas	36
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	612

Outros	5
--------	---

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	20.123
Apelações cíveis	16.403
Agravos de instrumento	3.089
Outros	5

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	3
Outros	3

4.8. Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Embargos infringentes e de nulidade	4

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	149

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	669
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	555
Agravos legais/regimentais	209
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	197
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	391
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	327

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	417
Ano anterior	2.028
2º ano anterior	1.186
3º ano anterior	1.138
4º ano anterior	841
5º ano anterior ou mais antigo	2.957

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	8

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	10.194
Total de processos julgados*	8.997
Total de processos baixados	12.999
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	1.197
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-2.805

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	68
Total de feitos não regularizados	18
Total de feitos verificados na inspeção anterior	140
Total de feitos não regularizados	2

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	10.459
Processos julgados no ano anterior	10.714
Processos distribuídos no ano corrente	1.895
Processos julgados no ano corrente	2.179

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013

Pendentes em 31/12/2018	1.487
Porcentagem de atendimento da meta	92,87%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	990
Porcentagem de atendimento da meta	103,84%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes	2.288
Porcentagem de atendimento da meta	90,85%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes	964
Porcentagem de atendimento da meta	100,56%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2018	1
Porcentagem de atendimento da meta	1

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes	1
Porcentagem de atendimento da meta	1

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica.

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	6
Porcentagem de atendimento da meta	130,95%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	9
Porcentagem de atendimento da meta	127,18%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes	Não se aplica.

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim. Julgar os processos de inspeção e autoinspeção. O gabinete deve estabelecer metas individuais e gerais para a equipe. Manter o julgamento dos feitos não só pela ordem cronológica das conclusões. Porém, observar o disposto no art. 12, <i>caput</i> e § 2º, do CPC/2015. Implementar o teletrabalho.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Os processos de inspeção e autoinspeção estão sempre como prioridades para julgamento. Permanecem estabelecidas apenas metas gerais para a equipe. Tem-se tentado observar, na medida do possível, manter o julgamento pela ordem cronológica das conclusões e observar o disposto no art. 12, *caput* e § 2º do CPC/2015. O teletrabalho foi implementado. O servidor que está nesse regime de trabalho tem metas individuais.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Das recomendações pendentes, apenas os julgamentos de alguns processos ainda não ocorreram. Há determinação para que sejam julgados o mais rápido possível. Há, também, determinação para cumprimento de todas as metas do CNJ até o final do ano.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim. Meta 2/2018 - Prioridade para cumprir até o fim do ano.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

A Meta 1 do CNJ é prioridade o que viabilizar a diminuição do acervo. As outras metas e prioridades legal são atendidas dentro das possibilidades do gabinete. A cada seis meses o gabinete verifica se os agravos já triados perderam objeto. Os processos são remetidos ao Setor de Conciliação quando solicitados. Os pedidos de preferência dos processos antigos são sempre atendidos. As metas são fixadas pelo desembargador com a participação dos servidores. Todos os servidores têm livre acesso ao desembargador para esclarecimento de dúvidas processuais.

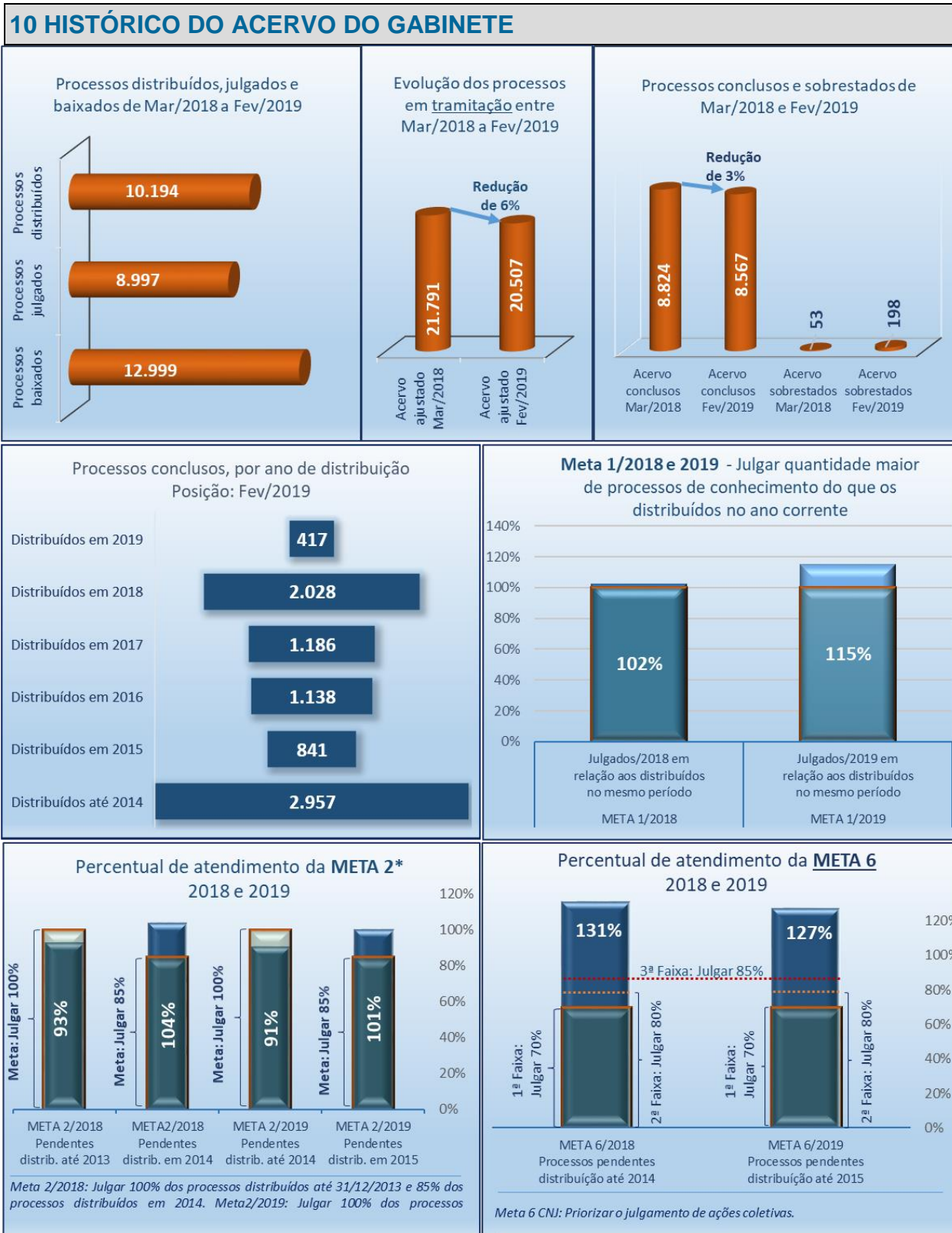
9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0008358-51.2012.4.01.3400	13/6/2013	-
Observação/Providência: voto divergente juntado aos autos em 27/3/2019.		
0052710-22.2011.4.01.3500	19/12/2012	-
Observação/Providência: voto divergente juntado aos autos em 27/3/2019.		
0000498-91.2002.4.01.4000	12/4/2011	-
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 15/5/2019.		
0002566-97.2013.4.01.0000	16/1/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0065167-13.2011.4.01.0000	18/11/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de inclusão em pauta de julgamento do mês de maio/2019.		
0039935-81.2011.4.01.3400	15/3/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de inclusão em pauta de julgamento do mês de maio/2019.		
0009548-20.2010.4.01.3400	23/10/2013	1728 - Apelação/Reexame Necessário
Observação/Providência: proferido despacho remetendo os autos ao Desembargador Federal Jirair Aram Megueriam para exame de possível prevenção com a apelação n. 0036725-90.2009.4.01.3400.		
0066807-46.2014.4.01.0000	17/11/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: analisar tipo de decisão a proferir.		
0001292-92.2013.4.01.3300	3/11/2014	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: incluir em pauta o mais rápido possível		
0031041-87.2009.4.01.3400	9/1/2013	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível		
0007866-72.2015.4.01.3200	1/12/2015	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0026947-18.2003.4.01.3300	13/2/2004	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0008246-09.2017.4.01.3400	14/11/2017	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: previsão de inclusão em pauta de julgamento em maio/2019.		
0009821-10.2012.4.01.3600	23/4/2013	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: previsão de inclusão em pauta de julgamento do mês de maio/2019.		
0035166-06.2015.4.01.0000	1/7/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: preferida decisão extinguindo o processo sem resolução do mérito.		
0007051-72.2015.4.01.0000	13/2/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0064391-22.2015.4.01.9199	11/12/2015	1231 - Exceção de Suspeição

Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0043245-37.2016.4.01.0000	29/7/2016	241 - Petição
Observação/Providência: proferir despacho.		
0000676-46.2001.4.01.0000	11/1/2001	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Proferir despacho.		
0015477-58.2014.4.01.9199	25/3/2014	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: o processo será incluído na pauta de julgamento do dia 29/5/2019.		
0011474-75.2015.4.01.0000	11/3/2015	241 - Petição
Observação/Providência: previsão de inclusão em pauta de julgamento do mês de maio/2019.		
1003042-11.2019.4.01.0000	6/2/2019	244 - Reclamação
Observação/Providência: proferir decisão.		
0044256-67.2017.4.01.0000	1/9/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: encaminhado para a 1ª Turma para publicar decisão de perda de objeto.		
0015099-26.2011.4.01.3600	23/11/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0002022-26.2007.4.01.3814	20/8/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0001184-44.2011.4.01.3814	22/1/2014	1728 - Apelação/Reexame Necessário
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0034588-33.2012.4.01.3400	6/12/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0015405-28.2011.4.01.0000	18/3/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferida decisão julgando prejudicado o recurso.		
0008185-23.2009.4.01.3500	12/7/2010	1728 - Apelação/Reexame Necessário
Observação/Providência: previsão de inclusão em pauta de julgamento do mês de maio/2019.		
0008432-81.2007.4.01.3400	26/2/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0008242-69.2013.4.01.3801	6/10/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de inclusão em pauta de julgamento em maio/2019.		
0023528-63.2012.4.01.3400	7/10/2014	1728 - Apelação/Reexame Necessário
Observação/Providência: previsão de inclusão em pauta de julgamento em maio/2019.		
0000989-62.2006.4.01.3805	22/1/2009	1728 - Apelação/Reexame Necessário
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0002723-07.2012.4.01.0000	25/1/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: proferido despacho.		
0002554-26.2008.4.01.3600	10/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0005599-85.2006.4.01.3801	22/4/2008	198 - Apelação

Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0000547-16.2007.4.01.3400	24/1/2013	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: previsão de inclusão em pauta de julgamento em maio/2019.		
0003212-19.2009.4.01.3502	11/11/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído na pauta do dia 29/5/2019.		
0001722-60.2007.4.01.0000	17/1/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0002099-21.2013.4.01.0000	14/1/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0004421-81.2008.4.01.3300	20/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de inclusão em pauta de julgamento em maio/2019.		
0005381-23.1997.4.01.3300	5/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de inclusão em pauta de julgamento em maio/2019.		
0037448-12.2009.4.01.3400	5/8/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: recurso julgado em 13/3/2019.		
0047972-08.2004.4.01.3800	7/12/2006	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: proferir despacho.		
0013171-73.2002.4.01.3400	26/9/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0018443-09.2006.4.01.3400	11/6/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0029583-06.2007.4.01.3400	10/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 15/5/2019.		
0003111-28.2004.4.01.3802	27/7/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0038162-06.2008.4.01.3400	17/8/2010	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento do dia 29/5/2019.		
0003129-41.2006.4.01.3200	10/12/2007	1728 - Apelação/Reexame Necessário
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0009728-69.2002.4.01.3900	2/3/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0014422-61.2000.4.01.3800	6/12/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0029307-12.2002.4.01.3800	1/4/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0012933-74.1999.4.01.0000	8/3/1999	1728 - Apelação/Reexame Necessário
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0023859-87.2004.4.01.3800	27/9/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário

Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0009121-33.2004.4.01.3400	17/1/2005	198 - Apelação
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0043654-16.2003.4.01.3800	3/5/2004	1728 - Apelação/Reexame Necessário
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0039986-49.2007.4.01.0000	4/9/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento o mais rápido possível.		
0008023-57.2006.4.01.0000	8/3/2006	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Analisar tipo de decisão a proferir.		



GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL WILSON ALVES DE SOUZA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Wilson Alves de Souza

2.2 Turma

Primeira Turma da Primeira Seção do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

2.3 Competência

Conforme os termos dos artigos 6º e 8º, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a Primeira Turma compõe a Primeira Seção, com competência para o processamento e julgamento dos feitos relativos a: a) servidores públicos civis e militares, exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra Seção; e b) benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Wilson Alves de Souza

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

O Magistrado Wilson Alves de Souza tomou posse como Desembargador Federal no dia 18 de fevereiro de 2019, data em que foi deferido pela Presidência desta Corte (PAe 0023120-36.2018.4.01.8000) o pedido formulado pelo Desembargador Carlos Augusto

Pires Brandão para troca de acervo, passando este gabinete a assumir a Primeira Turma.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe de Assessoria - Andrea Cristina Souza Brito (tr301447) Chefe de Gabinete - Marlene Anjos Oliveira (tr301455)

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	12 servidores: Andréa Cristina Souza Brito, Marlene Anjos Oliveira, Eive Cristine Meneses Sicupira, Adalberto Jorge Vasconcelos, Cleuson Oliveira de Almeida Santos, Delci Pereira Alves, Fabiano Fernandes Gomes, Isabella Cardinalli Antunes Lauriano, Lorena Stephane Martins Bezerra, Paulo Souza da Silva, Renata Helena da Silva, Willer Larry de Oliveira Pereira.
Estagiários de nível médio	1 estagiário: Carlos Alexandre Moura
Estagiários de nível superior	2 estagiárias: Ana Rosa Ferreira Rufino Costa e Natane Jennifer Medeiros
Servidores sem vínculo	2: Claudiney Basílio dos Santos e Eraldo Macedo dos Santos (motorista)
Outros	ND

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo <u>do gabinete*</u> (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	24.196
Processos suspensos/sobrestados	194
Processos conclusos	13.108
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1.785
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	37

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles encaminhados às Câmaras Regionais Previdenciárias, e os feitos atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	21.459
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	22.902
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	13.214
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	12.828
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar sim ou não	Sim.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim. Meta 2 e 6 do CNJ.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Dados não disponíveis, eis que assumimos o acervo em 18/2/2019.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar n. na data anterior e n. na data posterior.	Dados não disponíveis, eis que assumimos o acervo em 18/2/2019.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	O Des. Wilson Alves de Souza assumiu o acervo da 1ª Turma no dia da sua posse, em 18/2/2019.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	O Des. Wilson Alves de Souza assumiu o acervo da 1ª Turma no dia da sua posse, em 18/2/2019.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	651
Mandados de segurança	57
IRDR	0

IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	149
Reclamações	8
Ações rescisórias	353
Outros	85

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	24.324
Recursos em mandados de segurança coletivos	36
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	26
Recursos em ações civis públicas	50
Recursos em ações com preferência legal	830
Outros	120
Recursos em ações de desapropriação	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	24.324
Apelações cíveis	19.894
Agravos de instrumento	3.723
Outros	7

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1 - Processo 0009355-30.2004.4.01.0000 classificado no Juris como previdenciário e encaminhado para o STF desde 27/9/2005.
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	1 - Processo 0009355-30.2004.4.01.0000 classificado no Juris como previdenciário e encaminhado para o STF desde 27/9/2005.

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	14 - conforme informação do relatório, não são processos criminais.
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR	0
Por Incidente de Assunção de Competência - IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	1.097
Embargos de declaração que estão conclusos há mais de 30 dias	73
Agravos legais/regimentais	242
Agravos legais/regimentais que estão conclusos há mais de 30 dias	25
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	625
Recurso Extraordinário ou Especial que estão conclusos há mais de 30 dias	49

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	333
Ano anterior	2.398
2º ano anterior	1.718
3º ano anterior	1.736
4º ano anterior	1.003
5º ano anterior ou mais antigo	4.851

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	1

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	10.445
Total de processos julgados*	7.815
Total de processos baixados	13.362
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	2.630
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-2.917

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não temos acesso às informações da última inspeção, já que o Des. Wilson Alves de Souza tomou posse em 18/2/2019.

Total de feitos não regularizados	Não temos acesso às informações da última inspeção, já que o Des. Wilson Alves de Souza tomou posse em 18/2/2019.
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Não temos acesso às informações da última inspeção, já que o Des. Wilson Alves de Souza tomou posse em 18/2/2019.
Total de feitos não regularizados	Não temos acesso às informações da última inspeção, já que o Des. Wilson Alves de Souza tomou posse em 18/2/2019.

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	10.170
Processos julgados no ano anterior	9.550
Processos distribuídos no ano corrente	1.554
Processos julgados no ano corrente	325

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013

Pendentes em 31/12/2018	3.144
Porcentagem de atendimento da meta	89,55%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	1.516
Porcentagem de atendimento da meta	93,19%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes	1.111
Porcentagem de atendimento da meta	93,91%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes	344
Porcentagem de atendimento da meta	108,32%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não consta do Relatório de Metas 2019.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não consta do Relatório de Metas 2019.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não consta do Relatório de Metas 2019.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não consta do Relatório de Metas 2019.

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	18
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	3
Porcentagem de atendimento da meta	133,12%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica.
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica.

Processos baixados no ano corrente	Não se aplica.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não temos acesso às informações da última inspeção, já que o Desembargador Wilson Alves de Souza tomou posse em 18/2/2019.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não temos acesso às informações da última inspeção, já que o Desembargador Wilson Alves de Souza tomou posse no dia 18/2/2019.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não temos acesso às informações da última inspeção, já que o Des. Wilson Alves de Souza tomou posse no dia 18/2/2019.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Meta 1 - 97,28% Meta 2 - distribuídos até 2013 - 89,55% Meta 2 - distribuídos até 2014 - 93,19% Meta 3 - 233,38% Meta 6 - 100% As iniciativas que estamos implementando, para cumprimento das metas do CNJ, consistem em: 1) estreitar o relacionamento com as procuradorias regionais federais, para viabilização de acordo, principalmente nos

embargos de devedor, que são processos urgentes, em razão da demora na efetiva prestação jurisdicional; 2) fazer uma triagem minuciosa dos processos, com formulários na capa dos autos, para viabilizar uma maior celeridade no julgamento dos feitos; 3) cadastrar os agravos de instrumento na informática com sistema "push", para recebermos alerta, via *e-mail*, da prolação de sentença, para imediata extinção por perda do objeto; 4) utilizar a via da decisão monocrática terminativa, na forma do Código de Processo Civil, para evitar demoras desnecessárias.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

O Desembargador Wilson Alves de Souza, recém-empossado, requisitou três servidoras da Bahia para assumir os cargos em comissão. Os servidores que estavam lotados no gabinete que ele assumiu não tinham qualquer experiência com o Direito Processual Civil e/ou Direito Previdenciário, pois trabalhavam com matéria criminal. Ademais, nenhum servidor sabia utilizar o sistema JURIS (lançamento de processos e inclusão em pauta de julgamento) e o sistema G-DOC (editor de texto que viabiliza assinatura digital dos processos físicos e digitalizados), tendo esta chefia que buscar auxílio em outros gabinetes. Diante dessa situação, como boas práticas, para tentar aproveitar a mesma equipe, a unidade se dispõe a ministrar pequenos cursos diários sobre o Direito Processual Civil, bem como Direito Previdenciário, Servidor e Militar, a fim de investir na melhoria da qualidade do trabalho da assessoria.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0002435-07.2004.4.01.3600	14/9/2006	-
Observação/Providência: anulação do julgamento anterior e determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0005967-07.2004.4.01.3400	28/3/2006	-
Observação/Providência: anulação do julgamento anterior e determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0011485-70.2007.4.01.3400	25/5/2012	-
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0054475-37.2010.4.01.9199	13/9/2010	-
Observação/Providência: determinação no sentido de dar prosseguimento ao feito, com remessa dos autos à Coordenadoria da 1ª Turma para publicação do acórdão.		
0073015-85.2010.4.01.0000	10/12/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: determinação para intimar parte contrária para manifestar-se sobre agravo interno.		
0001254-53.2013.4.01.3600	30/10/2014	198 - Apelação

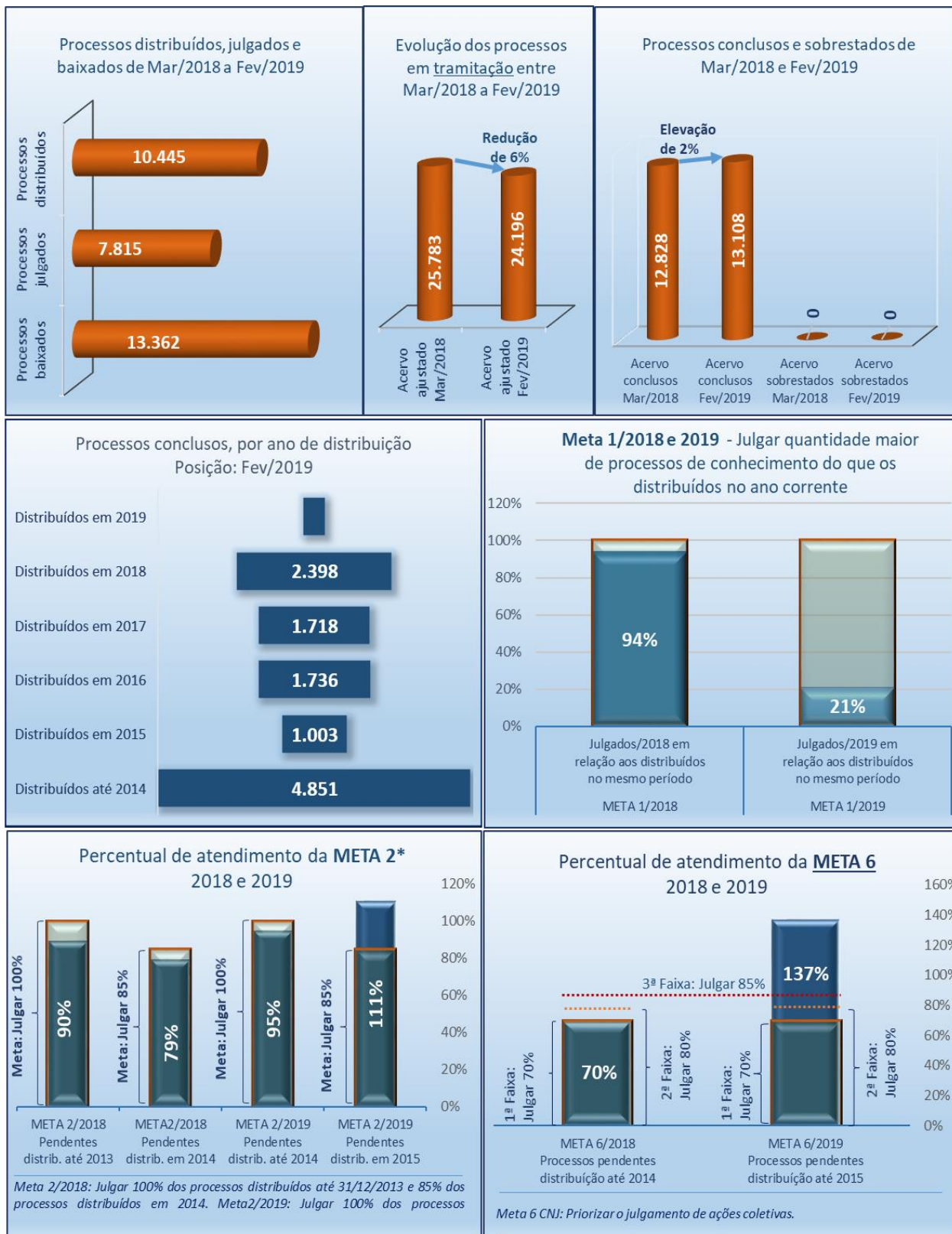
Observação/Providência: determinação no sentido priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0012432-70.2006.4.01.3300	1/9/2010	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0034218-88.2011.4.01.3400	10/3/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0065194-78.2011.4.01.3400	11/3/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0030991-37.2004.4.01.3400	23/6/2006	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0060746-21.2014.4.01.3800	6/12/2018	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0075534-08.2016.4.01.3400	1/6/2018	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0005750-84.2016.4.01.4000	24/10/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0003681-67.2016.4.01.4101	4/12/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0009527-38.2006.4.01.3900	13/3/2014	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0025378-48.2014.4.01.3800	3/7/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: determinação para parte contrária, querendo, apresentar contrarrazões aos embargos declaratórios.		
0022125-35.2016.4.01.0000	26/4/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo já julgado.		
0054114-73.2017.4.01.9199	30/10/2017	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0000989-13.2017.4.01.3826	5/6/2018	198 - Apelação
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0035320-36.2016.4.01.3800	21/6/2018	198 - Apelação
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		

0063654-63.2009.4.01.3400	11/5/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento (julgamento embargos declaratórios).		
0019893-89.2003.4.01.3400	15/7/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0072958-04.2009.4.01.0000	11/12/2009	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: Vistos em inspeção. Nada a prover, apenso aos autos n. 19893-89.2003.4.01.3400.		
0035107-52.2014.4.01.0000	7/7/2014	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: Processo já julgado, empreender prosseguimento.		
0003489-93.2014.4.01.3814	2/3/2015	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo já julgado. determinação para empreender prosseguimento ao feito.		
0038841-91.2013.4.01.3800	25/8/2014	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo já julgado. Determinação para empreender prosseguimento ao feito.		
0020867-39.2006.4.01.0000	13/6/2006	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento (julgamento embargos declaratórios).		
0016993-75.2008.4.01.0000	8/4/2008	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0018297-46.2007.4.01.0000	17/5/2007	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Julgamento convertido em diligência.		
0003063-29.2005.4.01.3804	28/2/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0004352-84.2002.4.01.4100	20/9/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0006434-83.2005.4.01.4100	28/6/2006	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0007214-10.2001.4.01.3600	19/9/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0000040-27.2000.4.01.4200	6/6/2001	198 - Apelação
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0001709-29.2001.4.01.3700	17/7/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		

0004802-21.1997.4.01.3900	13/7/2000	198 - Apelação
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0004828-88.2003.4.01.4100	13/4/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0009063-58.1999.4.01.3900	15/8/2001	198 - Apelação
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0012790-02.2001.4.01.3400	17/9/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0006389-08.2010.4.01.3000	9/5/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar na inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0006985-58.2007.4.01.3400	20/2/2009	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0007441-26.2008.4.01.3900	1/2/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0011084-08.2006.4.01.3400	28/4/2009	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0001503-13.2008.4.01.0000	23/1/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0003406-83.2008.4.01.0000	11/1/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0003436-21.2008.4.01.0000	7/1/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0004463-39.2008.4.01.0000	29/1/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0022632-74.2008.4.01.0000	14/5/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo já foi julgado. Determinação para certificar o trânsito em julgado, arquivando-se os autos com baixa na distribuição.		
0069414-95.2015.4.01.0000	11/12/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0022256-78.2014.4.01.0000	8/5/2014	221 - Conflito de competência

Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0043669-50.2014.4.01.0000	18/8/2014	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0053264-73.2014.4.01.0000	18/9/2014	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0054397-53.2014.4.01.0000	9/10/2014	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: deferimento do pleito formulado pelo Ministério Público Federal, no sentido de oficiar ao juízo suscitante solicitando cópias de documentos.		
0045380-84.2014.4.01.3300	4/8/2015	1232 - Exceção de Incompetência
Observação/Providência: determinação para redistribuição do feito, em razão do impedimento deste Desembargador para processamento e julgamento.		
0030205-95.2010.4.01.0000	6/7/2010	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0030210-20.2010.4.01.0000	5/7/2010	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0042776-64.2011.4.01.0000	27/7/2011	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		
0058296-64.2011.4.01.0000	13/10/2011	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: determinação no sentido de priorizar a inclusão do processo em pauta de julgamento.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 58 processos selecionados para inspeção, todos eram físicos, sendo que 56 foram inspecionados e dois estavam com pedido de vista à Procuradoria.

Os autos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0002435-07.2004.4.01.3600	0005967-07.2004.4.01.3400	0011485-70.2007.4.01.3400
0073015-85.2010.4.01.0000	0060746-21.2014.4.01.3800	0009527-38.2006.4.01.3900
0019893-89.2003.4.01.3400	0018297-46.2007.4.01.0000	0004352-84.2002.4.01.4100
0001709-29.2001.4.01.3700	0004802-21.1997.4.01.3900	0004828-88.2003.4.01.4100
0009063-58.1999.4.01.3900	0006985-58.2007.4.01.3400	0001503-13.2008.4.01.0000
0003406-83.2008.4.01.0000	0004463-39.2008.4.01.0000	0054397-53.2014.4.01.0000

b) retificar acórdão em 60 dias: 0022125-35.2016.4.01.0000.

12 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista.

A equipe está integrada e interessada em diminuir o acervo, observando as metas, inclusive mediante convocação de juiz em auxílio. Adotou medidas para realização de uma triagem mais detalhada objetivando o julgamento monocrático, bem como a realização de acordos. Estão trabalhando com pautas temáticas visando ao aprofundamento do conhecimento dos servidores na área previdenciária, eis que atuavam na área criminal, para que, posteriormente, possa haver uma distribuição por matéria específica, a depender da afinidade e produtividade do servidor. Os processos ficam nos armários do gabinete e no depósito judicial, com localização física no armário correspondente à matéria. Há controle de produtividade semanal e avaliação periódica dos resultados pelo desembargador mensalmente. Os processos sobrestados vieram do gabinete anterior apenas com o lançamento interno.

13 RECOMENDAÇÕES

1. Cumprir as recomendações do item 11;
2. Lançar movimentação externa nos processos sobrestados com o respectivo tema afetado;
3. Julgar em 30 dias os seguintes feitos recomendados na inspeção anterior:

0004359-37.2014.4.01.0000	017891-78.2004.4.01.9199	0063746-85.2011.4.01.0000
---------------------------	--------------------------	---------------------------

4. Cumprir as Metas 1 e 2 do CNJ;
5. Manter a fixação de metas individuais e gerais para a equipe;

6. Acompanhar as metas planejadas;
7. Realizar uma triagem minuciosa dos processos, com formulários na capa dos autos, para viabilizar uma maior celeridade no julgamento dos feitos;
8. Continuar com a boa prática de cadastrar os agravos de instrumento na informática com sistema "push";
9. Preparar um cronograma de acompanhamento mensal.

GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Francisco Neves da Cunha

2.2 Turma

Segunda Turma

2.3 Competência

Servidores públicos civis e militares e benefícios assistenciais e previdenciários

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Francisco Neves da Cunha

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Nenhum.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Ângela Maria de Abreu Rocha (Chefe da Assessoria - 25/3/2019)

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	01
Estagiários de nível superior	3
Outros	3 - Prestadores
Estagiários de nível médio	00

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (28/2/2019)

Total em tramitação**	29.636
Processos suspensos/sobrestados	154
Processos conclusos	16.616
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	2.042
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	132

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles encaminhados às Câmaras Regionais Previdenciárias, e os feitos atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	23.713
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)	27.698
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	17.482
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	20.104
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete

é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não.	Sim - regime de auxílio de julgamento a distância
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim - por antiguidade (data de distribuição no Tribunal)
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Foram julgados pelo Juiz Federal José Geraldo Amaral Fonseca Júnior, em auxílio, 451 processos.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	27.698, na data anterior, e 24.762, na data posterior, tendo sido julgados 451 processos pelo juiz em auxílio, no período.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	604
Mandados de segurança	65
IRDR	01
IAC	00
Arguição de inconstitucionalidade	00
Conflitos de competência	82
Reclamações	08
Ações rescisórias	366
Outros	82

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	29.062
Recursos em mandados de segurança coletivos	30

Recursos em ações populares	07
Recursos em ações de improbidade administrativa	29
Recursos em ações civis públicas	27
Recursos em ações de desapropriação	00
Recursos em ações com preferência legal	926
Outros	106

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	29.062
Apelações cíveis	24.620
Agravos de instrumento	4.154
Outros	4

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	2
Ações penais	00
Inquéritos	1
<i>habeas corpus</i>	00
Revisões criminais	00
Outros	1

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	00
Apelações	00
Recursos em Sentido Estrito	00
Recursos em <i>habeas corpus</i>	00
Recursos em Mandado de Segurança	00
Embargos infringentes e de nulidade	48
Outros	00

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	01
Apelações	00
Ações penais	00
Inquéritos	00

<i>habeas corpus</i>	00
Outros	01

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	00
Por IRDR	00
Por IAC	00
Por Arguição de Inconstitucionalidade	00
Por Recurso Especial	00
Por Recurso Extraordinário	00

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	1.355
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	900
Agravos legais/regimentais	400
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	384
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	838
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	482

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	00
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	00

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	378
Ano anterior	2.349
2º ano anterior	2.910
3º ano anterior	2.541
4º ano anterior	1.427
5º ano anterior ou mais antigo	7.011

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	3

Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	00
--	----

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	4
Total como relator para o acórdão	4

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	10.317
Total de processos julgados*	9.768
Total de processos baixados	12.780
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	549
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-2.463

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	158
Total de feitos não regularizados	27
Total de feitos verificados na inspeção anterior	141
Total de feitos não regularizados	9

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	9.987
Processos julgados no ano anterior	11.477
Processos distribuídos no ano corrente	1.987
Processos julgados no ano corrente	2.026

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	5.122
Porcentagem de atendimento da meta	81,09%

5.3. META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	1.846

Porcentagem de atendimento da meta	95,47%
------------------------------------	--------

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes	6.499
Porcentagem de atendimento da meta	79,80%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes	1.815
Porcentagem de atendimento da meta	88,39%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2018	00
Porcentagem de atendimento da meta	142,86

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes	00
Porcentagem de atendimento da meta	142,86

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	00
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	00
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	00
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	00

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	10
Porcentagem de atendimento da meta	115,90%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes	9
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	00
Processos baixados no ano anterior	00
Processos julgados no ano anterior	00
Processos distribuídos no ano corrente	00
Processos baixados no ano corrente	00
Processos julgados no ano corrente	00

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018	00
Porcentagem de atendimento da meta	00

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes	00
Porcentagem de atendimento da meta	00

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Julgar, no prazo de 10 dias (9 processos), no prazo de 30 dias (36 processos) e, no prazo de 90 dias (86 processos), enumerados no relatório.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Foram separados os processos para julgamento, tendo sido integralmente cumpridas as determinações de julgamento dos feitos listados para os prazos de 10 e 30 dias. No tocante aos processos com prazo de 90 dias para julgamento, 9 não foram julgados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Os 9 processos que não foram julgados serão preparados para julgamento até 8.5.2019 (data da próxima pauta disponível para inclusão de feitos).

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim. As metas 2-2018 e 6-2018. Desde o início do ano em curso, foram destacados 3 servidores para minutarem exclusivamente processos relativos ao cumprimento das metas em questão, tendo em vista, inclusive, que o Desembargador Federal titular da unidade pretende alcançar o selo prata em 2019.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

A Primeira Seção desta Corte Regional Federal possui apenas 2 Turmas com 3 Desembargadores cada, com competência para julgamento de processos previdenciários do RGPS e assistenciais, além de feitos relativos a servidores públicos. Em inspeções passadas, foi recomendado que fossem adotados procedimentos para reduzir a competência das Turmas da Primeira Seção para que pudessem concentrar-se exclusivamente em matéria previdenciária do RGPS e assistencial, o que não foi adotado até o presente momento. Sem prejuízo da atenção à matéria previdenciária e assistencial, que possui enorme distribuição mensal de feitos, foram destacados servidores para atuarem com mais afinco na matéria relativa a servidor público, com triagem refinada, a fim de possibilitar o julgamento temático em bloco.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

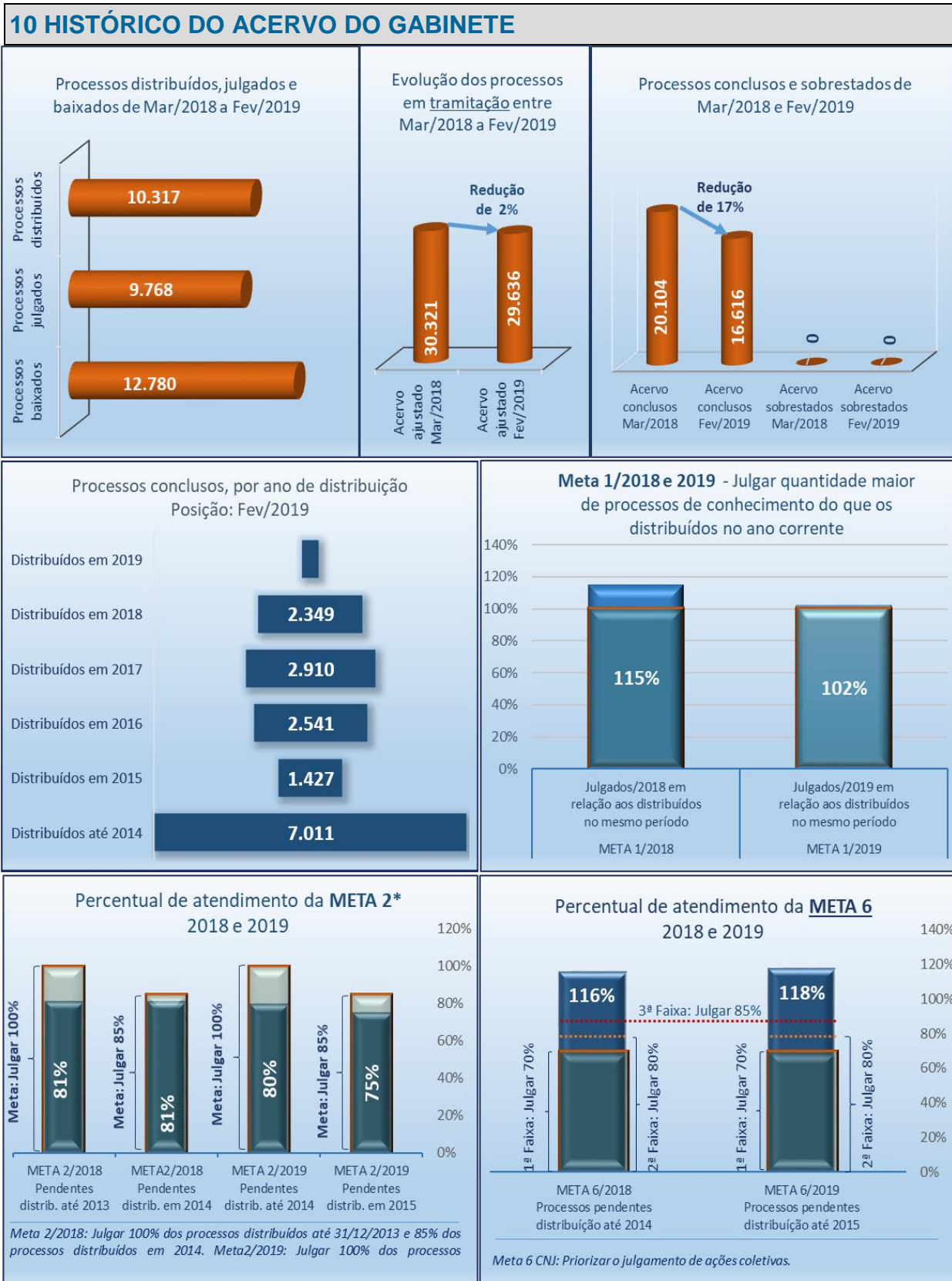
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0042636-79.2001.4.01.0000	19/12/2001	-
A decisão que rejeitou os embargos de declaração, opostos contra a decisão que anulou todas as citações realizadas por edital, foi devidamente publicada. Despacho determinando a citação dos prováveis filhos da parte, nos endereços indicados, conforme requerido pela autarquia.		
0012862-42.2007.4.01.9199	16/4/2007	-
Observação: Processo de Relatoria do Desembargador Francisco Betti. No andamento processual, há notícia de que os autos foram remetidos a este gabinete. Contudo, não há lançamento de recebimento. Serão tomadas providências para localização do feito e, se o caso, remessa imediata ao relator natural.		
0031941-49.2014.4.01.3803	22/7/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0009168-36.2015.4.01.0000	27/2/2015	202 - Agravo de Instrumento
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0001236-94.2015.4.01.0000	12/1/2015	202 - Agravo de Instrumento

O processo foi julgado pela Segunda Turma no dia 27/3/2019. Remessa para Turma para publicação do acórdão.		
0057882-80.2013.4.01.3400	2/7/2014	198 - Apelação
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0060134-22.2014.4.01.3400	25/10/2016	199 - Reexame Necessário
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0016610-28.2007.4.01.3300	24/6/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0016517-94.2009.4.01.3300	21/9/2010	119 - Mandado de Segurança Coletivo
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0003458-44.2012.4.01.3814	3/8/2016	119 - Mandado de Segurança Coletivo
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0008742-03.2011.4.01.3900	22/11/2011	65 - Ação Civil Pública
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0029839-70.2012.4.01.3400	1/9/2014	65 - Ação Civil Pública
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0052438-25.2016.4.01.3800	3/7/2017	66 - Ação Popular
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0012825-77.2015.4.01.3300	18/7/2017	65 - Ação Civil Pública
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0033237-43.2013.4.01.3900	18/1/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0012360-59.2015.4.01.3400	16/4/2018	63 - Ação Civil Coletiva
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0036120-57.2012.4.01.0000	13/6/2012	183 - Cautelar Inominada
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0044023-46.2012.4.01.0000	16/7/2012	120 - Mandado de Segurança
Trata-se de petição encaminhada equivocadamente a este tribunal, pela rotina e-Proc, uma vez que endereçada a juízo de primeiro grau. Distribuição a esta Corte em razão de impossibilidade de reencaminhamento via sistema informatizado ao juízo competente. Despacho: regularização determinada.		
0045647-33.2012.4.01.0000	1/8/2012	120 - Mandado de Segurança
Trata-se de petição encaminhada equivocadamente a este Tribunal, pela rotina e-Proc, uma vez que endereçada a juízo de primeiro grau. Distribuição a esta Corte em razão de impossibilidade de reencaminhamento via sistema informatizado ao juízo competente. Despacho: regularização determinada.		

0025408-71.2013.4.01.0000	8/5/2013	183 - Cautelar Inominada
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0000986-80.2015.4.01.4003	19/11/2015	1231 - Exceção de Suspeição
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0006738-77.2016.4.01.0000	11/2/2016	241 - Petição
Trata-se de petição encaminhada equivocadamente a este tribunal, pela rotina e-Proc, uma vez que endereçada a juízo de primeiro grau. Distribuição a esta Corte em razão de impossibilidade de reencaminhamento via sistema informatizado ao juízo competente. Despacho: regularização determinada.		
0006855-68.2016.4.01.0000	11/2/2016	241 - Petição
Trata-se de petição encaminhada equivocadamente a este tribunal, pela rotina e-Proc, uma vez que endereçada a juízo de primeiro grau. Distribuição a esta Corte em razão de impossibilidade de reencaminhamento via sistema informatizado ao juízo competente. Despacho: regularização determinada.		
0061589-66.2016.4.01.0000	14/10/2016	46 - Restauração de Autos
Diante da ausência de resposta do juízo de primeiro grau, será reiterado o ofício à fls. 6, assim como elaborado despacho para intimação das partes para apresentação dos documentos cabíveis.		
0031578-20.2017.4.01.0000	26/6/2017	244 - Reclamação
Determinada análise do pedido de imediata suspensão do ato impugnado.		
0072037-35.2015.4.01.0000	7/1/2016	183 - Cautelar Inominada
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0012713-54.2014.4.01.3200	25/5/2018	198 - Apelação
Será encaminhado para Turma para publicação de acórdão no dia 26/4/2019.		
0003313-76.2015.4.01.0000	30/1/2015	202 - Agravo de Instrumento
Processo foi julgado no dia 17/10/2018. Encaminhamento de acórdão para publicação.		
0017407-29.2015.4.01.0000	17/4/2015	202 - Agravo de Instrumento
Trata-se de feito digital. O acórdão liberado para assinatura do Desembargador. Após, será encaminhado imediatamente para a Turma para publicação.		
0017934-78.2015.4.01.0000	23/4/2015	202 - Agravo de Instrumento
Acórdão liberado para assinatura do Desembargador. Após, será imediatamente encaminhado para a Turma para publicação.		
0000844-90.2012.4.01.4000	17/9/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0011303-74.2013.4.01.3400	3/7/2013	198 - Apelação
Despacho: intimação da parte contrária para contrarrazoar embargos de declaração.		
0011317-53.2015.4.01.9199	12/3/2015	198 - Apelação
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0011790-39.2015.4.01.9199	13/3/2015	198 - Apelação
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		

0057419-56.2013.4.01.0000	24/9/2013	120 - Mandado de Segurança
Despacho determinando vista ao MPF		
0000343-39.1984.4.01.3800	22/8/2014	1004 - Agravo de Petição
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0031259-16.2008.4.01.3800	25/3/2014	1004 - Agravo de Petição
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0000113-25.2005.4.01.3100	19/5/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0000488-85.2004.4.01.3803	25/11/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0057890-72.2013.4.01.0000	25/9/2013	183 - Cautelar Inominada
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0023168-10.2003.4.01.3800	18/3/2005	198 - Apelação
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0026842-32.2003.4.01.3400	15/3/2005	198 - Apelação
Preliminarmente, será efetuado despacho dando vista à União acerca do pedido de habilitação de herdeiros. Com a regularização do polo ativo, serão apreciados os embargos de declaração.		
0064132-76.2015.4.01.0000	20/11/2015	221 - Conflito de competência
Processo Julgado na sessão de 26/2/2019. O processo será disponibilizado para o Desembargador que inaugurou a divergência lavrar o acórdão.		
0000561-05.2005.4.01.4100	12/12/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0010019-13.2013.4.01.3600	19/11/2014	208 - Embargos Infringentes
Trata-se de processo de competência da Primeira Seção desta Corte Regional Federal, que possui 1 (uma) sessão de julgamento mensal. Considerando que a pauta do corrente mês já está fechada, sem possibilidade de aditamento, o feito será pautado para o dia 28/5/2019.		
0006071-04.2001.4.01.3400	13/6/2005	198 - Apelação
Elaborado despacho de encaminhamento dos autos ao Gabinete do Relator natural João Luiz de Sousa.		
0058751-92.2012.4.01.0000	20/9/2012	120 - Mandado de Segurança
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0018502-41.1999.4.01.3400	21/8/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0045440-92.2016.4.01.0000	9/8/2016	244 - Reclamação

Será proferida decisão de indeferimento do pedido de cumprimento antecipado de sentença, tendo em vista que, em juízo de retratação, foi julgado improcedente o pedido de desaposentação (Autos 0009645-67.2013.4.01.3803).		
0025977-09.2003.4.01.3400	27/10/2004	198 - Apelação
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0071541-69.2016.4.01.0000	18/1/2017	244 - Reclamação
Determinada análise do pedido de imediata suspensão do ato impugnado.		
0000075-54.2008.4.01.3311	1/6/2011	208 - Embargos Infringentes
Trata-se de processo de competência da Primeira Seção desta Corte Regional Federal, que possui 1 (uma) sessão de julgamento mensal. Considerando que a pauta do corrente mês já está fechada, sem possibilidade de aditamento, o feito será pautado para o dia 28/5/2019.		
0024832-77.2010.4.01.3300	11/7/2011	208 - Embargos Infringentes
Trata-se de processo de competência da Primeira Seção desta Corte Regional Federal, que possui uma sessão de julgamento mensal. Considerando que a pauta do corrente mês já está fechada, sem possibilidade de aditamento, o feito será pautado para o dia 28/5/2019.		
0031631-79.2000.4.01.3400	15/4/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0038377-60.2000.4.01.3400	15/4/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		
0015465-44.2014.4.01.9199	27/3/2014	1231 - Exceção de Suspeição
No dia 25/4/2019, o processo será remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0072870-92.2011.4.01.0000	9/12/2011	46 - Restauração de Autos
Despacho determinado o cumprimento da parte final do despacho acostado à fl. 70, quanto ao cadastramento de todos os advogados e a intimação da parte para apresentar petição inicial, certidões dos atos e cópias dos requerimentos e documentos que facilitem a restauração.		
0041678-78.2010.4.01.0000	12/7/2010	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
O AI, interposto contra decisão que não admitiu RE, foi encaminhado a este Gabinete apensado aos autos nº 00138772620064013300, que se encontram conclusos para eventual exercício de juízo de retratação. A providência será adotada no processo principal que será pautado para julgamento no dia 15/5.		
0055453-29.2011.4.01.0000	27/9/2011	231 - Impugnação ao Valor da Causa
Processo incluído na pauta de julgamento de 30/4/2019.		
0055118-29.2009.4.01.9199	24/9/2009	199 - Reexame Necessário
Processo remetido para a Turma para inclusão na pauta de julgamento de 8/5/2019.		



GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Francisco de Assis Betti

2.2 Turma

2ª Turma e 1ª Seção.

2.3 Competência

Previdenciário, servidor público civil e militar.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Francisco de Assis Betti.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não. O Desembargador Federal Francisco de Assis Betti esteve afastado por determinação do STJ desde 9/12/2011. Retornou às atividades em 30/8/2018 conforme decisão do STJ.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Juiz Federal César Jatahy Fonseca esteve convocado em substituição ao Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, até o retorno do magistrado em 30/8/2018.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Adriana Monteiro de Paula - chefe de gabinete e Leila Alves dos Santos Ribeiro - chefe da assessoria.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	2
Outros	3 prestadores de serviço.

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo <u>do gabinete*</u> (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	29.599
Processos suspensos/sobrestados	147
Processos conclusos	21.144
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1.984
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	96

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculado ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles encaminhados às Câmaras Regionais Previdenciárias, e os feitos atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	27.046
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	27.519
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	21.626
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	19.930
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não.	Sim. CRP e juiz em auxílio a distância.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Sim. CRP (processos dos estados de GO, MT, BA, RO e MG). Juiz em auxílio a distância (processos de Meta 2).
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Dado não disponibilizado.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Dado não disponibilizado

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	401
Mandados de segurança	18
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	31
Reclamações	7
Ações rescisórias	295
Outros	50

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Recursos em mandados de segurança coletivos	24
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	28
Recursos em ações civis públicas	43

Total de feitos recursais cíveis	29.084
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	729
Outros	100

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	29.084
Apelações cíveis	22.870
Agravos de instrumento	5.408
Outros	2

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	10
Por IRDR	10
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	1.708
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	1.277
Agravos legais/regimentais	1.438
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	1.398
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	760
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	478

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos concluídos, por ano de distribuição	
Ano atual	745
Ano anterior	4.830
2º ano anterior	2.997
3º ano anterior	2.523
4º ano anterior	1.467
5º ano anterior ou mais antigo	8.582

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	10.683
Total de processos julgados*	7.960
Total de processos baixados	13.037
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	2.723
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	2.354

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	148
Total de feitos verificados na inspeção anterior	150
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	0

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	10.864
Processos julgados no ano anterior	11.036
Processos distribuídos no ano corrente	2.476
Processos julgados no ano corrente	1.769

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	5.779
Porcentagem de atendimento da meta	79,66%

5.3. META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	1.811
Porcentagem de atendimento da meta	91,74%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes	7.229
Porcentagem de atendimento da meta	76,8%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuído de 1/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes	1.676
Porcentagem de atendimento da meta	87,3%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	14
Porcentagem de atendimento da meta	113,45%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	27
Porcentagem de atendimento da meta	86,13%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

1) Redução da competência das Turmas da 1ª Seção. 2) Maior uso de decisões monocráticas. 3) Identificação dos reexames necessários na vigência do NCPC. 4) Priorizar julgamento das ações coletivas. 5) Priorizar julgamento dos processos da Meta 2. 6) Priorizar exame das liminares pendentes em agravo de instrumento. 7) Criação de rotina de sobrestamento de processos no gabinete. 8) Ampliação do espaço físico. 9) Cumprimento das recomendações lançadas no processos inspecionados. 10) Criação de identificação visual das matérias. 11) Realização de *workshops*. 12) Incremento da conciliação. 13) Informatização das sessões (GEDPRO). 14) Priorização do julgamento dos embargos de declaração e agravos regimentais. 15) Flexibilização do horário de trabalho.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

O gabinete buscou o atendimento das recomendações que lhe são inerentes: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 14 e 15.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

As recomendações: 1, 8, 10, 11, 12 e 13 são inerentes à administração. As demais recomendações já faziam parte da rotina de trabalho do gabinete. Em relação aos processos inspecionados, o gabinete trabalha dentro do prazo fixado para a solução proposta à época da inspeção, entretanto, remanescem 94 processos das inspeções anteriores, em razão da logística adotada visando ao atendimento das metas possíveis (Meta 1, 2 e 6) além das demais prioridades: representações por excesso de prazo CNJ e CJF, preferências legais, liminares e tutelas de urgência

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Remanescem 94 processos das inspeções anteriores, em razão da logística adotada visando ao atendimento das metas possíveis (Meta 1, 2 e 6) além das demais prioridades: representações por excesso de prazo CNJ e CJF, preferências legais, liminares e tutelas de urgência. A assessoria conta hoje com 9 servidores na preparação das minutas de votos, sendo: um servidor exclusivamente nos agravos de instrumento; um servidor exclusivamente nos processos originários, preferenciais e representações por excesso de prazo; um servidor exclusivamente na Meta 2, inspeção e preferenciais; os demais na produção das pautas ordinárias com cotas semanais de processos. O gabinete trabalha com uma produção média de 250 processos por semana, sendo que a secretaria contribui com a preparação dos embargos de declaração rejeitados, juízo de retratação e julgamentos em lote de processos padrão.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

O número sempre crescente de novas demandas tem levado esta unidade jurisdicional ao esgotamento de recursos humanos e físicos, uma vez que a capacidade de tratar e julgar os processos mantém-se a mesma, desde a última ampliação do TRF1 em 1999. O resultado é o congestionamento de processos nesta instância de julgamento. O gabinete trabalha no limite da capacidade há muito tempo. O pleno atendimento das Metas impostas ao Judiciário necessita de uma solução estrutural, seja aumentando os gabinetes previdenciários, seja descentralizando a unidade jurisdicional. O gabinete aderiu ao teletrabalho em meados de setembro, ainda não temos parâmetros para avaliar o efeito na produtividade. A criação das Câmaras Previdenciárias, contribuiu sobremaneira no julgamento dos feitos previdenciários.

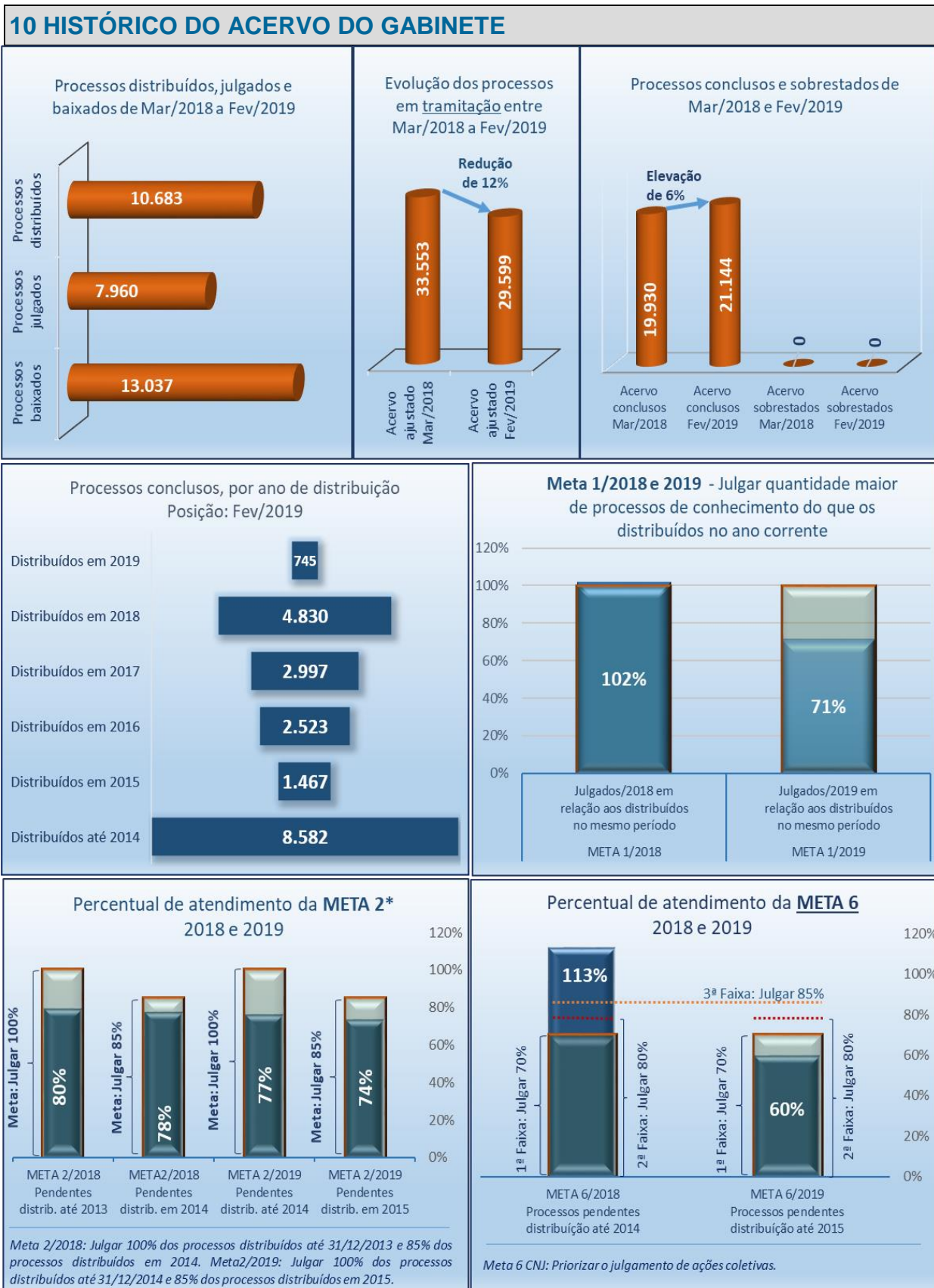
9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0032724-09.2011.4.01.0000	20/6/2011	-
Observação/Providência: O acórdão precisou ser retificado, o desembargador estava afastado, o Juiz Federal convocado corrigiu o erro de autuação e determinou a republicação do acórdão em razão da retificação, determinando a intimação das partes para ciência em 3/4/2012. Aguarda julgamento de embargos de declaração.		
0044398-52.2009.4.01.0000	7/8/2009	-
Observação/Providência: autuado em 7/8/2009. Julgado em 16/11/2011. Recebido por redistribuição do gabinete do Des. Francisco Neves em 18/5/2017. Aguardando julgamento em juízo de retratação.		
0013094-30.2003.4.01.3400	4/2/2005	-
Observação/Providência: processo julgado pelo mutirão Judiciário em Dia. Retorno de atribuição ao Desembargador em 24/1/2013. Processo aguardando julgamento dos embargos de declaração.		
0069279-39.2012.4.01.9199	8/11/2012	-
Observação/Providência: autuado em 3/12/2018 aguardando julgamento. Houve restauração de baixa.		
0046990-69.2009.4.01.0000	18/8/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluído na pauta da 2ª Turma do dia 1/8/2019.		
0054600-88.2009.4.01.0000	17/9/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluído na pauta da 2ª Turma do dia 24/4/2019		
0063533-50.2009.4.01.0000	23/10/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluído na pauta da 2ª Turma do dia 24/4/2019.		
0065175-58.2009.4.01.0000	3/11/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluído na pauta da 2ª Turma do dia 24/4/2019.		
0035407-33.2013.4.01.3400	20/1/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: incluído na pauta da 2ª Turma de 24/4/2019.		
0005706-16.2012.4.01.3803	29/1/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: incluído na pauta do dia 1/8/19.		
0005086-49.2012.4.01.3400	24/3/2014	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: concluso em 24/3/2014 - aguardando inclusão em pauta.		
0031594-84.2012.4.01.3900	15/9/2014	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: autuado em 15/9/2014 - aguardando julgamento.		
0046210-75.2013.4.01.3400	24/4/2014	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: autuado em 24/4/2014 - aguardando julgamento.		
0004973-23.2012.4.01.4200	20/10/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: incluído na pauta do dia 24/4/19		
0007046-42.2013.4.01.3000	26/1/2015	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: autuado em 26/1/2015 aguardando julgamento.		

0015102-14.2011.4.01.0000	18/3/2011	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: incluído na pauta da 1ª Seção do dia 30/4/2019		
0002340-92.2013.4.01.0000	15/1/2013	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: incluído na pauta da 1ª Seção do dia 30/4/2019.		
0033110-34.2014.4.01.0000	13/6/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: autuado em 13/6/2014 - aguardando julgamento do agravo regimental.		
0060995-57.2013.4.01.0000	10/10/2013	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: autuado em 10/10/2013 - aguardando julgamento.		
0005498-58.2013.4.01.0000	30/1/2013	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: concluso em 11/5/2015 - aguardando julgamento.		
0004926-06.2012.4.01.3600	19/4/2013	241 - Petição
Observação/Providência: concluso em 9/3/2016 - aguardando inclusão em pauta.		
0051346-63.2016.4.01.0000	31/8/2016	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: incluído na pauta da 1ª Seção do dia 30/4/2019.		
0071992-31.2015.4.01.0000	7/1/2016	1702 - Impugnação de Assistência Judiciária
Observação/Providência: autuado em 28/12/2015 - aguardando julgamento.		
0006274-62.2013.4.01.3814	8/9/2014	241 - Petição
Observação/Providência: autuado em 27/9/16 - aguardando julgamento.		
0022769-22.2009.4.01.0000	22/4/2009	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: autuado em 2/6/2017 - aguardando julgamento.		
0061246-94.2011.4.01.9199	21/10/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: remetido para a 2ª Turma para publicação em 29/3/2018.		
0010248-29.2015.4.01.3300	9/8/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: remetido para 2ª Turma com inteiro teor para publicação. Processo apresentou erro na geração do PDF para assinatura.		
0020958-05.2011.4.01.3800	22/8/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: julgado. Acórdão publicado em 4/4/2019.		
0060018-70.2010.4.01.0000	8/10/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autuado em 8/10/2010 - aguardando julgamento dos embargos de declaração.		
0037843-82.2010.4.01.0000	20/7/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autuado em 20/7/2010 - aguardando julgamento dos embargos de declaração.		
0070887-92.2010.4.01.0000	1/12/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autuado em 1/12/2010 - aguardando julgamento dos embargos de declaração.		
0064243-36.2010.4.01.0000	25/10/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autuado em 25/10/2010. Aguardando julgamento dos embargos de declaração		
0004343-64.1997.4.01.3400	30/6/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: concluso em 29/4/2010 - aguardando inclusão em pauta para julgamento.		
0003883-47.2001.4.01.3300	26/9/2001	198 - Apelação

Observação/Providência: concluso em 14/7/2010 - aguardando inclusão em pauta.		
0004950-90.2000.4.01.3200	25/11/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: concluso em 18/11/2010 - aguardando inclusão em pauta.		
0003715-70.2001.4.01.4100	31/3/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: concluso em 25/4/2011 - aguardando inclusão em pauta.		
0029360-29.2002.4.01.3400	26/5/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado no mutirão Judiciário em Dia. Retorno de atribuição em 13/3/2013. Aguardando julgamento dos embargos de declaração.		
0035885-27.2002.4.01.3400	21/9/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: autuado 22/9/2010 - aguardando julgamento.		
0013888-39.2008.4.01.3800	8/5/2015	1004 - Agravo de Petição
Observação/Providência: Autuado em 8/5/2015 - aguardando julgamento. Digitalizado em 6/2/2019 e migrado para o PJe.		
0015004-46.2009.4.01.3800	11/5/2015	1004 - Agravo de Petição
Observação/Providência: autuado em 8/5/2015 - aguardando julgamento. Digitalizado em 2/4/2019 e migrado para o PJe.		
0024442-21.1998.4.01.3400	22/9/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: autuado em 22/9/2004. Julgado pelo mutirão Judiciário em Dia em 23/5/2012. Retorno de atribuição em 8/7/2015 para novo julgamento em juízo de retratação.		
0013744-31.2009.4.01.3800	2/6/2015	1004 - Agravo de Petição
Observação/Providência: autuado em 2/6/2015 - aguardando julgamento. Digitalizado em 2/4/2019 e migrado para o PJe.		
0000702-25.1998.4.01.3500	13/11/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluído na pauta da 2ª Turma do dia 5/5/2019.		
1002068-13.2015.4.01.0000	21/10/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: autuado em 21/10/2015 - aguardando julgamento.		
0026128-62.2009.4.01.3400	2/5/2011	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: incluído na pauta da 1ª Seção do dia 30/4/2019		
0001344-36.2000.4.01.3400	25/10/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluído na pauta da 2ª Turma do dia 1/8/2019.		
0004231-37.2002.4.01.0000	18/2/2002	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluído na pauta da 2ª Turma do dia 1/8/2019.		
0027703-69.2009.4.01.3800	28/3/2016	1004 - Agravo de Petição
Observação/Providência: autuado em 18/3/2016 - aguardando julgamento. Digitalizado e Migrado para o PJe em 2/4/2019.		
0028185-05.1999.4.01.3400	19/3/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: Incluído na pauta da 2ª Turma do dia 1/8/2019.		
0032027-13.1996.4.01.0000	16/8/1996	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluído na pauta da 2ª Turma do dia 24/4/2019.		
0044262-55.2000.4.01.3400	26/11/2002	198 - Apelação

Observação/Providência: atuado em 26/11/2002 - aguardando julgamento em juízo de retratação.		
0080172-61.2000.4.01.0000	31/7/2000	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: atuado em 31/7/2000. Julgado em 15/5/2013. Retorno de atribuição para novo julgamento em juízo de retratação em 13/6/2016.		
0002691-12.1997.4.01.3400	7/4/2011	1004 - Agravo de Petição
Observação/Providência: concluso em 29/6/2016 - aguardando inclusão em pauta.		
0000106-79.2015.4.01.4200	1/12/2015	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: incluído na pauta da 1ª seção do dia 30/4/2019		
0005400-76.2000.4.01.3800	12/3/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluído na pauta do dia 1/8/2019.		
0000554-13.2005.4.01.4100	24/4/2006	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluído na pauta da 2ª Turma do dia 24/4/19.		
0014169-75.2001.4.01.3400	18/7/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluído na pauta do dia 1/8/2019.		
0079461-07.2010.4.01.0000	15/12/2010	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: atuado em 15/12/2010. Retorno de atribuição em 6/9/2017 para rejuízo em juízo de retratação.		
0015060-17.2015.4.01.3300	12/6/2015	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: incluído na pauta da 2ª Turma dia 1/8/2019.		



11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 60 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 59 físicos e um eletrônico.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0032724-09.2011.4.01.0000	0044398-52.2009.4.01.0000	0013094-30.2003.4.01.3400
0069279-39.2012.4.01.9199	0005706-16.2012.4.01.3803	0005086-49.2012.4.01.3400
0031594-84.2012.4.01.3900	0046210-75.2013.4.01.3400	0007046-42.2013.4.01.3000
0033110-34.2014.4.01.0000	0060995-57.2013.4.01.0000	0005498-58.2013.4.01.0000
0004926-06.2012.4.01.3600	0071992-31.2015.4.01.0000	0006274-62.2013.4.01.3814
0060018-70.2010.4.01.0000	0037843-82.2010.4.01.0000	0070887-92.2010.4.01.0000
0064243-36.2010.4.01.0000	0004343-64.1997.4.01.3400	0003883-47.2001.4.01.3300
0004950-90.2000.4.01.3200	0003715-70.2001.4.01.4100	0029360-29.2002.4.01.3400
0035885-27.2002.4.01.3400	0013888-39.2008.4.01.3800	0015004-46.2009.4.01.3800
0024442-21.1998.4.01.3400	0013744-31.2009.4.01.3800	0027703-69.2009.4.01.3800
0044262-55.2000.4.01.3400	0080172-61.2000.4.01.0000	0002691-12.1997.4.01.3400
0005400-76.2000.4.01.3800	0079461-07.2010.4.01.0000	0052002-78.2011.4.01.3400

12 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O gabinete encontra-se organizado em assessoria e secretaria. O acervo está alocado fisicamente no próprio gabinete e em duas salas localizadas em outros edifícios. Os processos são organizados em armários e recebem localização no sistema Juris (código da matéria conforme tabela interna do gabinete, sala, armário, prateleira, pilha). O acervo do gabinete está sendo digitalizado e migrado para o PJe. O processo é triado e recebe um código interno referente à tabela de deslocamento do gabinete, que o identifica conforme a classe e a matéria. Os agravos com pedido de efeito suspensivo e os processos originários, com pedido de liminar, são encaminhados para preparação de minuta de decisão pela assessoria e remetidos ao magistrado para aprovação e assinatura. A unidade utiliza os sistemas Juris e e-Siest para auxiliar no controle do conteúdo e situação do acervo.

O planejamento das atividades é feito com o objetivo de julgar o maior número de processos possível, com preferência aos mais antigos (Meta 2), aos pedidos de urgência, processos de prioridade e aos benefícios de salário mínimo. Os servidores lotados na assessoria cumprem meta semanal de produtividade. O controle de produtividade é realizado mensalmente em que é verificado o atendimento da meta por meio da estatística.

Houve neste ano mutirão, pois o gabinete recebeu aproximadamente 3.000 processos para juízo de retratação do tema desaposentação, nesse caso, assessoria e secretaria trabalharam juntas para dar vazão ao grande volume de processos.

Considerando a competência em razão da matéria em que quase todo o acervo é prioritário, o gabinete informou que procura seguir prioritariamente a ordem cronológica de distribuição dos processos, observando-se também alguns critérios como idade muito avançada e portadores de doenças graves. Foi afirmado, ainda, que os processos incluídos em Meta do CNJ são trabalhados prioritariamente. Ressalvados os casos de urgência, os advogados e as partes, acompanhadas de seus advogados são atendidos pelo magistrado, mediante prévio agendamento. Os controles estatísticos da unidade são realizados por meio de relatórios e-Siest. Já o controle de processos pendentes na unidade de declaração de voto, lavratura de acórdão é feito mediante a identificação da fase e o encaminhamento para as providências cabíveis como prioridade. As movimentações processuais dentro da própria unidade são registradas nos sistemas JURIS e GPD.

13 RECOMENDAÇÕES

1. Cumprir as recomendações do item 11.
2. Cumprir as Metas 1 e 2 do CNJ.
3. Priorizar em 30 dias o julgamento/andamento de todos os processos recomendados em inspeções anteriores:

0005498-58.2013.4.01.0000	0017876-51.2001.4.01.3400	0021739-15.2001.4.01.3400
0000166-04.2005.4.01.4200	0003715-70.2001.4.01.4100	0003883-47.2001.4.01.3300
0004343-64.1997.4.01.3400	0004950-90.2000.4.01.3200	0019888-04.2011.4.01.0000
0043188-86.2011.4.01.3300	0045720-34.2014.4.01.0000	0046248-68.2014.4.01.0000

4. Realizar um controle semanal de produtividade, buscando adequar a equipe à meta estabelecida.
5. Realizar uma triagem detalhada por tema, objetivando julgar um maior número de processos com modelos padrão.
6. Manter a fixação de metas individuais e gerais para a equipe.
7. Acompanhar as medidas planejadas.
8. Cadastrar os agravos de instrumento na informática com sistema "push".
9. Recomenda-se a inclusão da unidade jurisdicional em sistema permanente de acompanhamento de metas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal João Luiz de Sousa

2.2 Turma

2ª Turma (1ª Seção)

2.3 Competência

Direito Previdenciário e Servidor Público Civil e Militar

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal João Luiz de Sousa.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não houve.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe de gabinete: Ayala Santana Torres. Chefe de assessoria: Juliano Coelho Carmo

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	5 requisitados.

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	28.591
Processos suspensos/sobrestados	121
Processos conclusos	21.170
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	2.011
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	53

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles encaminhados às Câmaras Regionais Previdenciárias, e os feitos atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	26.428
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	29.565
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	20.426
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	20.425
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim.

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Sim, processos previdenciários de certas localidades e processos da Meta 2 do CNJ.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	105 julgados pela Juíza Federal Cristiane Miranda Botelho e 30 julgados pelo Juiz Federal Regivano Fiorindo
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: Informar n. na data anterior e n. na data posterior.	134 processos atribuídos à Juíza Federal Cristiane Miranda Botelho; 55 retornos de atribuição e 79 em tramitação em 3/2019 - 115 processos atribuídos ao Juiz Federal Regivano Fiorindo; 92 retornos de atribuição e 4 em tramitação em fevereiro de 2019

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	577
Mandados de segurança	46
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	67
Reclamações	2
Ações rescisórias	407
Outros	54

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

Total de feitos recursais cíveis	27.893
Recursos em mandados de segurança coletivos	23
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	25
Recursos em ações civis públicas	55
Recursos em ações de desapropriação	0

Recursos em ações com preferência legal	815
Outros	116

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	27.893
Apelações cíveis	22.169
Agravos de instrumento	5.214
Outros	1

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	44
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	74
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	1.126
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	632
Agravos legais/regimentais	289
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	280
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	954
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	545

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	1.027
Ano anterior	6.286
2º ano anterior	3.126
3º ano anterior	2.328
4º ano anterior	1.424
5º ano anterior ou mais antigo	6.979

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	1
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	1

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	10.189
Total de processos julgados*	10.043
Total de processos baixados	13.666
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	146
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-3.477

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	154
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	132
Total de feitos não regularizados	0

5 METAS

5.1 Meta 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	9.855
Processos julgados no ano anterior	12.636
Processos distribuídos no ano corrente	2.278
Processos julgados no ano corrente	2.501

5.2 Meta 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	4.993
Porcentagem de atendimento da meta	73,11%

5.3. Meta 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	2.029
Porcentagem de atendimento da meta	91,62%

5.4. Meta 2/2019 CNJ Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes	6.098
Porcentagem de atendimento da meta	75,89%

5.5 Meta 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes	1.961
Porcentagem de atendimento da meta	82,51%

5.6 Meta 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.7 Meta 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.8 Meta 5/CNJ - Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 Meta 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	6
Porcentagem de atendimento da meta	135,59%

5.10 Meta 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	4
Porcentagem de atendimento da meta	137,14%

5.11 Meta específica 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica.
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica.
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica.

5.12 Meta específica 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.13 Meta específica 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim. Julgar processos pendentes. Maior uso de decisões monocráticas terminativas. Priorizar ações coletivas. Priorizar Meta 2. Plano para exame de pedidos de liminar. Rotina para sobrestamento de processos em temas de repercussão geral e repetitivos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
Com relação ao julgamento dos processos pendentes, todos foram julgados ou redistribuídos. As metas do CNJ são sempre priorizadas com atenção especial. As liminares são todas analisadas seguindo a ordem cronológica, com exceção de eventual urgência. O sobrestamento das ações, via de regra, é realizado por setor próprio no tribunal, antes de chegarem nos gabinetes.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não há pendências.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim, apenas em relação à Meta 2 dos processos distribuídos até 31/12/2013, em que é exigido 100% e atingimos o percentual de 73,11%. Quanto às demais Metas CNJ, todas foram cumpridas, conforme números abaixo. Foi alcançado o selo bronze. Meta 1 = 134,04%; Meta 2 até 2013 = 73,11%; Meta 2 até 2014 = 91,61%; Meta 3 = 284,27%; Meta 4 = 142,86%; Meta 6 = 135,59%.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Pelos percentuais de cumprimento das Metas CNJ, vemos que houve melhora sensível no desempenho e resultados da equipe do gabinete. Há de se destacar a valorosa contribuição dada pelas Câmaras Regionais Previdenciárias e o Auxílio a Distância, haja vista que não houve, ainda, o cumprimento por parte da direção do tribunal, da recomendação de separar as competências acumuladas pelas Turmas da 1ª Seção, que acumulam feitos de natureza previdenciária e de servidores públicos civis e militares.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

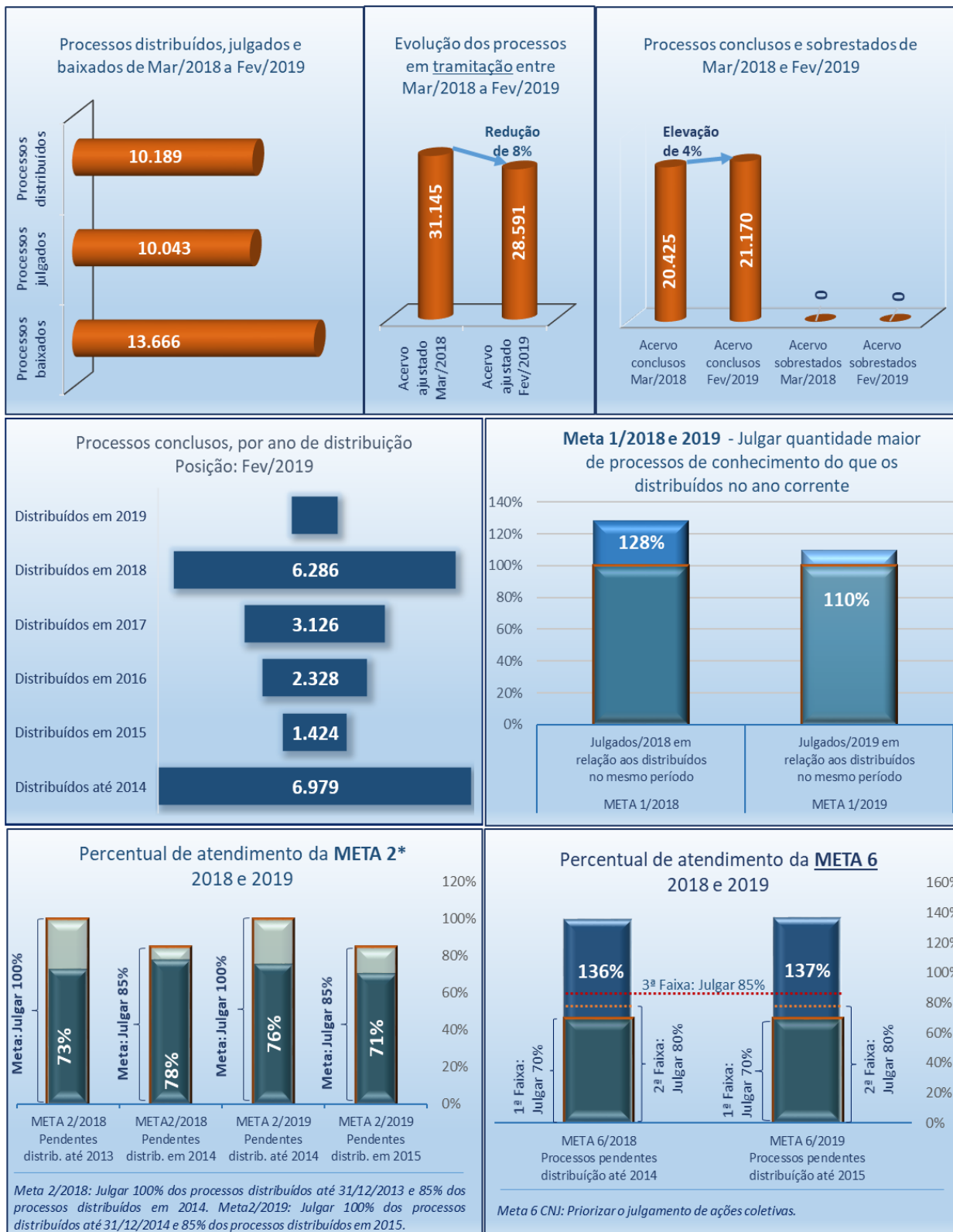
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0030685-92.2009.4.01.3400	25/4/2011	-
Processo julgado em 13/3/2019. Embargos declaratórios.		
0002423-79.2011.4.01.0000	1/2/2011	-
Proferido despacho em 28/3/2019, solicitando informações ao suscitado.		
0031881-44.2011.4.01.0000	10/6/2011	202 - Agravo de Instrumento
Será julgado até junho de 2019.		
0011950-55.2011.4.01.0000	18/3/2011	202 - Agravo de Instrumento
Despacho proferido em 29/3/2019, concedendo vista ao agravado (agravo interno).		
0053514-14.2011.4.01.0000	21/9/2011	202 - Agravo de Instrumento

Despacho proferido em 29/3/2019, concedendo vista à parte agravada (agravo interno).		
0039344-08.2014.4.01.3500	12/1/2016	65 - Ação Civil Pública
Processo incluído na pauta de julgamento da sessão de 10/4/2019.		
0000604-96.2014.4.01.3300	27/7/2016	65 - Ação Civil Pública
O processo está com voto pronto e deve ser pautado para julgamento na sessão de 24/4/2019, da 2ª Turma.		
0000420-21.2012.4.01.3815	28/3/2016	65 - Ação Civil Pública
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0000602-29.2014.4.01.3300	14/9/2016	65 - Ação Civil Pública
O processo está com voto pronto e deve ser pautado para julgamento na sessão de 24/4/2019, da 2ª Turma.		
0057388-55.2012.4.01.3400	14/7/2014	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Será julgado até junho de 2019.		
0004249-66.2013.4.01.3300	24/11/2016	65 - Ação Civil Pública
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0024679-40.2007.4.01.3400	21/5/2008	119 - Mandado de Segurança Coletivo
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0022763-73.2013.4.01.0000	24/4/2013	120 - Mandado de Segurança
Houve impulso judicial. Foi proferido despacho determinando vista ao agravado (agravo interno), nos termos do § 2º do art. 1.021 do CPC.		
0018322-15.2014.4.01.0000	2/4/2014	120 - Mandado de Segurança
Foi proferida decisão monocrática de perda do objeto em 28/3/2019.		
0047351-13.2014.4.01.0000	22/8/2014	120 - Mandado de Segurança
Foi proferida decisão monocrática de perda do objeto em 28/3/2019.		
0056713-39.2014.4.01.0000	8/10/2014	120 - Mandado de Segurança
Foi proferida decisão monocrática de perda do objeto em 28/3/2019.		
0035688-31.2005.4.01.3800	17/1/2008	233 - Incidente de Uniformização de Jurisprudência
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0045399-38.2010.4.01.0000	28/7/2010	221 - Conflito de competência
Voto pronto. Será levado em mesa na sessão de 30/4/2019, da 1ª Seção.		
1002054-29.2015.4.01.0000	20/10/2015	120 - Mandado de Segurança
Processo incluído na pauta de julgamento do dia 28/5/2019, da 1ª Seção.		
1000910-20.2015.4.01.0000	26/5/2015	120 - Mandado de Segurança
Processo incluído na pauta de julgamento de 28/5/2019, da 1ª Seção.		
0053740-43.2016.4.01.0000	12/9/2016	244 - Reclamação
Reclamação. Foi proferido despacho, em 27/3/2019, concedendo vista ao MPF.		
0014204-44.2014.4.01.9199	20/3/2014	1231 - Exceção de Suspeição
O processo será julgado até junho do corrente ano.		

0007120-50.2005.4.01.3300	18/1/2007	233 - Incidente de Uniformização de Jurisprudência
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0068426-64.2011.4.01.9199	29/11/2011	198 - Apelação
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0010779-44.2008.4.01.3500	1/4/2011	198 - Apelação
Aguardando voto-vista (rel. originário dr. Francisco Neves). Será incluído na pauta do dia 8/5/2019.		
0000551-08.2007.4.01.3900	27/11/2012	198 - Apelação
O processo será julgado até junho de 2019.		
0016826-33.2013.4.01.9199	25/3/2013	198 - Apelação
O acórdão será lavrado até 30/4/2019.		
0005927-30.2010.4.01.0000	3/3/2010	202 - Agravo de Instrumento
Minuta pronta. Processo remetido para inclusão na pauta de 24/4/2019.		
0018958-49.2012.4.01.0000	13/4/2012	202 - Agravo de Instrumento
Minuta pronta. Remetido para inclusão na pauta de 24/4/2019.		
0000952-66.2010.4.01.3814	20/6/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0003938-19.2011.4.01.3600	5/12/2012	198 - Apelação
O processo teve impulso judicial em 27/3/2019. Será julgado até junho do corrente ano.		
0056534-18.2008.4.01.0000	22/10/2008	202 - Agravo de Instrumento
Processo julgado em 27/3/2019.		
0028478-62.2014.4.01.0000	26/5/2014	120 - Mandado de Segurança
Foi proferida decisão monocrática terminativa em 14/3/2019.		
0025106-08.2005.4.01.3400	21/2/2008	208 - Embargos Infringentes
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0000650-04.2008.4.01.0000	8/1/2008	202 - Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de julgamento do dia 24/4/2019, da 2ª Turma. Voto pronto.		
0002612-70.2006.4.01.3803	7/12/2006	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo julgado em 27/3/2019.		
0019991-16.2008.4.01.0000	18/4/2008	202 - Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de julgamento do dia 24/4/2019, da 2ª Turma. Voto pronto.		
0041329-02.2015.4.01.0000	29/7/2015	183 - Cautelar Inominada
O processo já está relatado e será julgado juntamente com a apelação da ação principal até junho de 2019.		
0040180-68.2015.4.01.0000	24/7/2015	183 - Cautelar Inominada
O processo já está relatado e será julgado juntamente com a apelação da ação principal até junho de 2019.		
0014653-76.1999.4.01.0000	8/3/1999	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo pautado para julgamento na sessão de 10/4/2019.		

0011699-61.2016.4.01.0000	7/3/2016	221 - Conflito de competência
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0001170-11.2002.4.01.3900	24/9/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo com voto pronto, remetido para inclusão na pauta de julgamento do dia 24/4/2019.		
0021249-51.2005.4.01.3400	30/10/2008	208 - Embargos Infringentes
Houve impulso judicial em 27/3/2019. Foi proferido despacho concedendo vista pelo prazo de 5 dias a associação que não é parte, nos termos do CPC. Aguarda julgamento de embargos infringentes.		
0000031-98.2005.4.01.4100	2/12/2005	198 - Apelação
Processo julgado em 27/3/2019.		
0035186-65.2004.4.01.3400	13/10/2006	198 - Apelação
Processo com voto pronto, Remetido para inclusão na pauta de julgamento do dia 24/4/2019.		
0004796-78.2005.4.01.3400	28/6/2007	208 - Embargos Infringentes
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0026885-42.2007.4.01.0000	11/7/2007	202 - Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de julgamento do dia 24/4/2019, da 2ª Turma. Voto pronto.		
0007026-93.2004.4.01.9199	8/3/2004	198 - Apelação
Processo com voto pronto, remetido para inclusão na pauta de julgamento do dia 24/4/2019.		
0037643-46.2008.4.01.0000	6/8/2008	202 - Agravo de Instrumento
Minuta de voto pronta. Deverá ser pautado para julgamento no dia 24/4/2019.		
0029931-97.2011.4.01.0000	2/6/2011	119 - Mandado de Segurança Coletivo
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0032230-52.2008.4.01.0000	2/7/2008	202 - Agravo de Instrumento
Processo com voto pronto, Remetido para inclusão na pauta de julgamento do dia 24/4/2019.		
0009437-04.1999.4.01.3600	2/3/2006	198 - Apelação
Processo incluído na pauta de julgamento do dia 24/4/2019, da 2ª Turma.		
0038566-96.2004.4.01.3400	10/10/2006	208 - Embargos Infringentes
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0028895-81.2002.4.01.3800	18/2/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0075021-60.2013.4.01.0000	9/12/2013	172 - Embargos à Execução
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0044294-35.2014.4.01.9199	12/8/2014	1231 - Exceção de Suspeição
O processo será julgado até junho do corrente ano.		
0032739-22.2004.4.01.0000	24/11/2004	120 - Mandado de Segurança
Houve impulso judicial em 27/3/2019. Despacho concedendo prazo requerido pela parte, para cumprir determinação judicial. Houve decisão em 18/2/2019.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Ney Bello

2.2 Turma

3ª Turma e 2ª Seção

2.3 Competência

Segundo o § 2º do art. 8º do Regimento Interno do TRF/1ª Região, compete à 2ª Seção o julgamento dos processos relativos à: matéria penal em geral; improbidade administrativa e desapropriação direta e indireta.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Ney Bello.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Shirlene Suely Rocha Corrêa, chefe de gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Outros	Prestadores de serviço terceirizados: 3
Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo <u>do gabinete*</u> - (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	2.774
Processos suspensos/sobrestados	69
Processos conclusos	2.143
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	24

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	2.403
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	2.211
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	2.133
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.794
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar se sim ou não.	Sim.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim. O regime de julgamento a distância tem por finalidade acelerar o julgamento dos processos de metas estratégicas estabelecidas pelo CNJ. A relação de processos passíveis de inclusão no regime de auxílio foi fornecida pela Divisão de Estatística, através do sistema e-Siest, observando-se as metas 2, 4, 6 e 8 do CNJ e a ordem cronológica dos feitos, do mais antigo para o mais recente.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Desembargador 66 e juiz 41.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Anterior 2.285 e posterior 2.396.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	38
Mandados de segurança	19
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	7
Reclamações	3
Ações rescisórias	3
Outros	5

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	689
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	295
Recursos em ações civis públicas	332
Recursos em ações de desapropriação	43
Recursos em ações com preferência legal	4
Outros	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	2.369
Apelações cíveis	447
Agravos de instrumento	221
Outros	9

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	342
Ações penais	37
Inquéritos	72
<i>habeas corpus</i>	154
Revisões criminais	17
Outros	62

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1.680
Apelações	1.574
Recursos em Sentido Estrito	90
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	4
Outros	16

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	93

Apelações	88
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	3
Outros	5

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	45
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	35
Agravos legais/regimentais	20
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	8
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	6
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	4

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	175
Ano anterior	1.116
2º ano anterior	429
3º ano anterior	233
4º ano anterior	69
5º ano anterior ou mais antigo	121

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	2
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	1.715
Total de processos julgados*	1.288
Total de processos baixados	1.657
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	427
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	58

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	117
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	43
Total de feitos não regularizados	0

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	2.632
Processos julgados no ano anterior	1.963
Processos distribuídos no ano corrente	830
Processos julgados no ano corrente	349

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	70
Porcentagem de atendimento da meta	94,89%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	82
Porcentagem de atendimento da meta	103,67%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes	123
Porcentagem de atendimento da meta	91,71%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes	89
Porcentagem de atendimento da meta	101,78%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2018	158
Porcentagem de atendimento da meta	117,03%

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes	293
Porcentagem de atendimento da meta	101,74%

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	1
Porcentagem de atendimento da meta	107,14%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	1.123
Processos baixados no ano anterior	913
Processos julgados no ano anterior	Dados não informados pela estatística deste tribunal.
Processos distribuídos no ano corrente	358
Processos julgados no ano corrente	Dados não informados pela estatística deste tribunal.
Processos baixados no ano corrente	261

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018	4
Porcentagem de atendimento da meta	178,57%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes	8
Porcentagem de atendimento da meta	88,44%

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) processos recebidos para revisão há mais de 30 dias. Recomendação: movimentar em 60 dias; b) conferir prioridade de tramitação e julgamento aos processos gravados com preferências legais (especialmente aqueles com distribuição pretérita no órgão e aqueles relacionados como metas do CNJ e do CJF); c) destinar, de modo permanente, o maior número possível de servidores à sua atividade-fim, que demanda esforços; d) avaliar a possibilidade de disponibilização das minutas de votos-revisão, votos-vista e votos divergentes aos demais gabinetes que integram a Turma e a Seção

anteriormente à sessões de julgamento, contribuindo, assim, para que elas possam transcorrer com maior fluidez.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) os processos recebidos para revisão são imediatamente preparados e incluídos para próxima pauta disponível, em prazo não superior a 30 dias; b) processos com preferências legais como idosos e réu preso têm prioridade no preparo de minuta de voto. As metas do CNJ, inclusive a relativa a julgamentos de processos mais antigos, são priorizadas no gabinete, bem como os processos indicados pelo CJF. Os autos recebem etiquetas de identificação de meta para facilitar o acompanhamento e dar celeridade na tramitação; c) foi realizada uma reestruturação administrativa nas funções do gabinete, transferindo-se do organograma da secretaria para a assessoria três servidores que já exerciam atividades inerentes à área-fim; d) a sinopse de pauta e as minutas dos votos de sessão de julgamento são encaminhadas com antecedência aos outros gabinetes que compõem o órgão julgador.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

As recomendações foram observadas e implantadas nas rotinas do gabinete.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

No ano anterior, o gabinete atendeu às metas estabelecidas pelo CNJ. Com relação às metas correspondentes ao ano em curso: apesar do número reduzido de servidores e do aumento da distribuição de processos, o gabinete realiza um planejamento para atender às metas estabelecidas, utilizando-se de várias formas de trabalho, visando julgar os processos mais antigos, sem prejuízo das preferências legais como idoso e réu preso. Observam-se as matérias indicadas nas metas específicas. Mantém-se o controle dos processos criminais pela prescrição. Os embargos de declaração têm sua apreciação quando recebidos na unidade.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

A organização do acervo é criteriosa. A triagem é realizada assim que o processo chega no gabinete. Despachos e decisões são preparados para que a instrução processual seja concluída o mais breve possível, com objetivo de possibilitar o julgamento do mérito com celeridade. As movimentações processuais dentro do gabinete são

registradas em sistema informatizado, visando manter o acervo organizado e de imediata localização. Mensalmente é elaborada estatística interna com feitos atribuídos ao Desembargador titular da unidade, apresentando os processos por ordem de distribuição, por classe, por assunto, se trata de réu preso e/ou idoso, com vistas a possibilitar o planejamento das ações na unidade. Há controle de produtividade, com avaliação periódica de resultados das atividades da unidade e alinhamento dos objetivos a serem alcançados, em especial em relação às metas do CNJ e os processos indicados pela inspeção - CJF.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

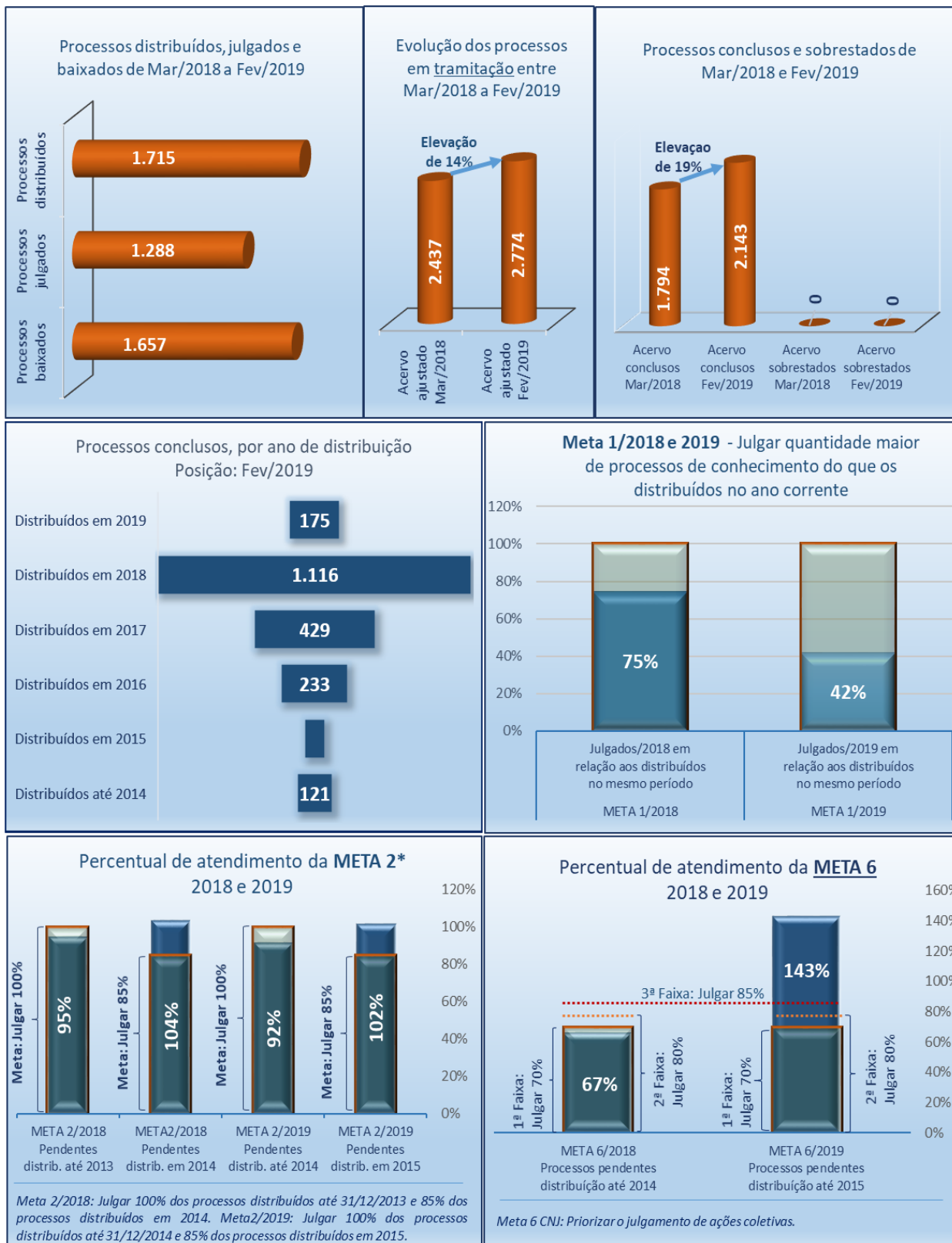
Número do processo	Data de distribuição	Classe do processo
0002191-42.2008.4.01.3502	25/11/2009	-
Assinado e remetido para publicação		
0008460-93.2010.4.01.3901	24/6/2013	-
Será preparado voto divergente e posterior inclusão em pauta em 30 dias		
0017345-18.2008.4.01.3400	25/3/2011	-
Assinado e remetido para publicação		
0002926-04.2006.4.01.3807	2/9/2016	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Em 4/4/2019: em instrução. remetido para 3ª Turma com despacho		
0006197-09.2014.4.01.3300	9/9/2016	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 30 dias		
0000890-92.2015.4.01.3800	21/6/2016	65 - Ação Civil Pública
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 30 dias		
0041188-90.2014.4.01.3500	10/8/2017	65 - Ação Civil Pública
Em 18/3/2019 - redistribuição automática ao Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro		
0063650-26.2009.4.01.3400	18/10/2017	65 - Ação Civil Pública
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 30 dias		
0003694-24.2010.4.01.3601	4/6/2018	65 - Ação Civil Pública
será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
0014203-06.2017.4.01.0000	28/3/2017	1710 - Mandado de Segurança
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
1014468-88.2017.4.01.0000	15/12/2017	307 - Habeas corpus
Julgado pela 3ª Turma em 10/4/2018. trânsito em julgado em 25/5/2018.		
0026498-51.2012.4.01.0000	7/5/2012	283 - Ação Penal - procedimento ordinário
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
1011767-23.2018.4.01.0000	29/4/2018	307 - Habeas corpus
Processo com pedido de vista da Desembargadora Federal Mônica Sifuentes		
1008702-54.2017.4.01.0000	20/10/2017	120 - Mandado de Segurança

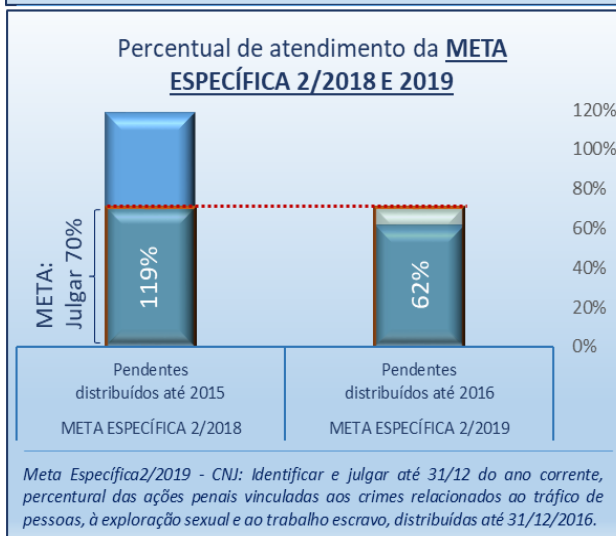
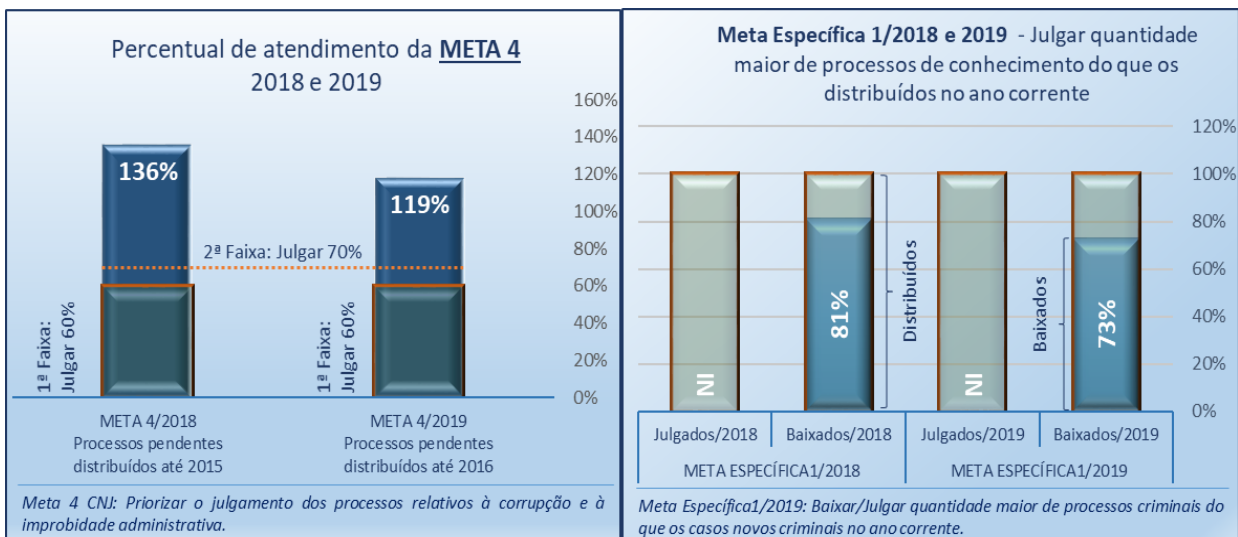
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
1009883-90.2017.4.01.0000	6/11/2017	1710 - Mandado de Segurança
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
0073576-58.2010.4.01.3800	27/2/2012	417 - Apelação
Os autos de n. 0073576-59.2010.4.013800 apresentam atribuição ao presidente da 3ª Turma, entretanto o feito está apensado à RCV 0020575-39.2015.4.01.0000 com relatoria do Des. Federal Néviton Guedes. Foi solicitada ao gabinete do mencionado desembargador a regularização.		
0000381-11.2017.4.01.3601	7/7/2017	417 - Apelação
Em 19/3/2019: processo remetido para o gabinete do Desembargador Hilton Queiroz para revisão.		
0000212-31.2015.4.01.3201	25/4/2017	417 - Apelação
Será preparado voto e posterior remessa ao revisor		
0038002-10.2010.4.01.3400	25/9/2017	417 - Apelação
Em 3/4/2019: processo remetido para o gabinete do Desembargador Hilton Queiroz para revisão.		
0001663-29.2013.4.01.3600	26/8/2015	417 - Apelação
Em instrução. intimação para apresentar razões de Apelação por carta rogatória		
0016703-60.1999.4.01.3400	20/5/2013	198 - Apelação
Será pautado em 30 dias		
0014229-18.2005.4.01.3300	2/4/2014	198 - Apelação
Assinado e remetido para publicação		
0002300-46.2005.4.01.3701	10/11/2016	1728 - Apelação / reexame necessário
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
0054907-61.2017.4.01.0000	6/11/2017	428 - revisão criminal
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
0003594-61.2014.4.01.4302	24/3/2017	417 - Apelação
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
0037985-71.2010.4.01.3400	24/3/2017	417 - Apelação
Em 2/4/2019: remetido para 3ª Turma com despacho		
0001091-02.2006.4.01.3800	31/3/2014	417 - Apelação
Em 3/4/2019: processo remetido para o gabinete do Desembargador Federal Hilton Queiroz para revisão		
0001274-53.2009.4.01.3901	26/1/2015	417 - Apelação
em 19/3/2019: processo remetido para o gabinete do Desembargador Federal Hilton Queiroz para revisão		
0012997-06.2012.4.01.3500	28/1/2015	417 - Apelação
Em 19/3/2019: processo remetido para o gabinete do Desembargador Federal Hilton Queirzo para revisão		
0007132-71.2013.4.01.3304	31/5/2016	1728 - Apelação / reexame necessário
Julgado em 26/3/2019. acórdão remetido para publicação		
0071363-28.2013.4.01.0000	2/12/2013	1710 - Mandado de Segurança
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		

0000440-04.2009.4.01.3302	11/3/2013	198 - Apelação
Em 3/9/2014: trânsito em julgado do acórdão. Em 5/9/2019: baixa definitiva a origem. em 10/1/2018: foi novamente recebido no TRF1. Em 16/1/2018: distribuição por dependência ao Desembargador Federal Ney Bello. Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 30 dias.		
1011221-02.2017.4.01.0000	21/11/2017	307 - Habeas corpus
Em 5/2/2018: despacho consultando. Em 8/2/2018: aceitou a prevenção. Encontra-se no gabinete do Desembargador Federal Néviton Guedes		
1000600-43.2017.4.01.0000	15/2/2017	120 - Mandado de Segurança
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
1001348-94.2017.4.01.4100	16/2/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
1010578-44.2017.4.01.0000	13/11/2017	120 - Mandado de Segurança
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
1005055-51.2017.4.01.0000	7/8/2017	120 - Mandado de Segurança
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
1004458-82.2017.4.01.0000	25/7/2017	120 - Mandado de Segurança
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
0004868-10.2011.4.01.3803	8/7/2013	426 - Recurso em Sentido Estrito
Em 23/1/2017: trânsito em julgado do acórdão em 10/1/2017. em 24/1/2017: baixa definitiva a origem. em 9/3/2018: foi novamente recebido no TRF1. Em 23/3/2018: distribuição por dependência ao Desembargador Federal Ney Bello. 4/4/2019: Em instrução. remetido para 3ª Turma com despacho.		
1000252-10.2018.4.01.4100	27/3/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
0003288-48.2001.4.01.3300	6/3/2003	198 - Apelação
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
1012740-12.2017.4.01.0000	29/11/2017	307 - Habeas corpus
Remetido para 3ª Turma com decisão sobre pedido de extensão		
0027394-55.2016.4.01.0000	19/5/2016	428 - Revisão criminal
Em 3/4/2019: remetido para COSEP - com despacho		
0049036-84.2016.4.01.0000	24/8/2016	428 - Revisão criminal
Em 3/4/2019: remetido para COSEP - com despacho		
0009598-85.2015.4.01.0000	5/3/2015	283 - Ação Penal - procedimento ordinário
Instruída, aguarda definição quanto à competência para julgamento da ação penal 0019436-52.2015.4.01.0000. nesta última, na questão de ordem na ação penal n. 937, foi reconhecida a incompetência desta Corte, com remessa à primeira instância. Aguardando julgamento do agravo regimental interposto.		
0031870-39.2016.4.01.0000	10/6/2016	283 - Ação penal - procedimento ordinário
Em 5/4/2019: remetido para COSEP com despacho.		
0028458-42.2012.4.01.0000	14/5/2012	283 - Ação penal - procedimento ordinário
Julgado em 3/4/2019. acórdão remetido para publicação		
0010758-05.2002.4.01.0000	18/4/2002	202 - Agravo de Instrumento

Na sessão de julgamento de 2/4/2019 foi deliberado que, em face de documentos juntados pelo agravante naquela data, autos seriam remetidos à Procuradoria Regional em 4/4/2019: remessa à Procuradoria Regional.		
0015444-40.2002.4.01.0000	25/4/2002	202 - Agravo de Instrumento
Será preparado voto e posterior inclusão em pauta em 60 dias		
0030125-97.2011.4.01.0000	31/5/2011	283 - Ação Penal - procedimento ordinário
Em 14/3/2019: remetido para COSEP com despacho. em 22/3/2019: publicação de despacho. em 28/3/2019: processo retirado pelo advogado		
0000812-28.2010.4.01.3201	11/7/2012	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Em 20/3/2019: julgado na seção, que por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração. Acórdão publicado.		
0020210-88.2011.4.01.3600	29/10/2014	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Em 11/3/2019: atuado como embargos infringentes de nulidade e distribuído a Desembargador Federal Ney Bello. Será preparado voto e posterior remessa deste ao revisor.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





Nota: NI – Não informado.

11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 52 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- julgar, no prazo de 30 dias: 0000212-31.2015.4.01.3201, 0001663-29.2013.4.01.3600.

12 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista.

A assessoria conta com oito oficiais de gabinete (FC-5) e dois assessores (CJ-3 e CJ-2) que trabalham na confecção das minutas de votos e decisões. Também conta com a colaboração de um estagiário e um servidor sem gratificação para elaboração de relatórios. A secretaria é composta por um chefe de gabinete (CJ-2), um supervisor (FC-5), um servidor com função comissionada – FC-4, três prestadores de serviço e dois estagiários, sendo responsável pela classificação e arrumação dos feitos, elaboração de minutas de despachos, inclusão de processos em pauta, confecção de sinopse de pauta, transporte dos autos físicos para as coordenadorias, controle da prescrição e estatística de processos.

Os processos físicos estão organizados em armários, localizados dentro do Gabinete. Não há uso de depósitos de processos em locais externos.

O acervo físico está dividido em processos criminais por tipo de crime. Os processos com datas de prescrição mais próximas são alocados em armário específico, separados por mês, de forma a serem priorizados. Os casos de réu preso também têm localização em armário próprio, organizado por ordem cronológica de distribuição no TRF. Os processos originários, de 2ª Seção, são também organizados em armário próprio, em razão da instrução ser uma prioridade. No caso dos feitos cíveis, os autos são separados pela matéria - desapropriação ou improbidade - e organizados seguindo a ordem cronológica de distribuição no TRF.

No controle do conteúdo e situação do acervo, a unidade usa planilhas desenvolvidas pelo gabinete em Excel: 1) planilha de acompanhamento dos processos com pedido de vista, adiados, para lavratura de acórdão; 2) planilha ordenada por data de prescrição dos processos criminais; 3) planilha por ordem cronológica, separada em processos criminais, processos de improbidade e de desapropriação; 4) processos criminais remetidos ao gabinete do desembargador-revisor.

No planejamento das atividades da unidade, a cada mês é elaborada uma estatística interna, com informações detalhadas a respeito dos feitos distribuídos ao Desembargador Ney Bello: total de processos em tramitação, total dentro do gabinete, total de feitos criminais (especificando-se número com réus presos, *habeas corpus*, prescrição próxima) e cível (improbidade e desapropriação), total de processos de Seção e de Corte etc. Desse modo, é possível visualizar as prioridades nos julgamentos. Também é executado o relatório referente às Metas CNJ/CJF, visando manter a prioridade de tramitação dos feitos indicados.

Quanto à distribuição de atividades entre os servidores, mensalmente, o Desembargador reúne-se com as chefias da assessoria e da secretaria para traçarem as metas a serem seguidas, considerando a estatística interna detalhada.

Em relação a metas individuais de produtividade, os servidores da assessoria têm cota semanal de processos para confecção dos relatórios/votos/ementas e decisões. Os da secretaria fazem os despachos necessários nos feitos à medida que chegam ao

gabinete. Os servidores que realizam teletrabalho têm metas 10% maior que do trabalho presencial.

Para o controle periódico de produtividade, a assessora chefe entrega a cada servidor da assessoria os processos a serem trabalhados na semana e, ao serem entregues para correção das minutas, são listados por ela em uma planilha. A chefe de gabinete faz o controle dos trabalhos da secretaria.

A avaliação periódica de resultados das atividades ocorre a cada dois meses, com reunião entre o Desembargador e os assessores e chefe de gabinete para avaliar o desenvolvimento dos trabalhos e necessidades de mudanças. Também, cada chefia se reúne com os servidores e ela subordinados para falar dos objetivos alcançados e próxima meta estabelecida. As estatísticas processuais são sempre relatadas.

Há fixação de metas periódicas de produtividade, cada servidor tem uma cota semanal. Outra rotina implantada é não deixar acumular embargos de declaração, os quais são colocados na mesa do servidor que analisou o recurso de apelação tão logo dão entrada na unidade, visando dar agilidade ao trâmite e aproveitar a análise do servidor que trabalhou com o processo anteriormente.

A adoção de mutirão entre os servidores para atividades internas, dependendo da necessidade, ocorre para fazer a triagem dos processos e a classificação. Verificandose o aumento no número de processos considerados prioritários - decisões de HC, MS e AI; réu preso; com prescrição próxima etc. - todos são convocados ao trabalho.

É dada prioridade legal para processos de idoso e de portador de deficiência. Os feitos que se enquadram nas metas estabelecidas pelo CNJ são identificados na capa dos autos, com etiqueta, para terem prioridade na confecção de minuta de voto.

Partes e advogados são atendidos no balcão. Os pedidos de vista são encaminhados à respectiva coordenadoria processante, que junta certidão de vista/cópia, dado que a matéria criminal possui vários processos com sigredo de justiça e/ou sigiloso decretado nos autos.

Para controle estatístico e acompanhamento do acervo, são mensalmente executados os relatórios disponíveis no menu Transparência. São preparadas planilhas em Excel para acompanhar as metas do CNJ; observância da ordem cronológica de julgamento do NCPC - área cível e demais rotinas do planejamento.

O controle de processos pendentes de declaração de voto/lavratura de acórdão é feito em planilha em excel, que é atualizada após cada sessão de julgamento.

As movimentações processuais dentro da própria unidade são lançadas no sistema JURIS, conforme as localizações internas no gabinete, que indicam o local preciso de cada feito.

No tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, as principais são: **1) Tema 126:** REsp

1.111.829/SP. Tese firmada: Nas ações de desapropriação, os juros compensatórios incidentes após a Medida Provisória n. 1.577, de 11/6/1997, devem ser fixados em 6% ao ano até 13/9/2001 e, a partir de então, em 12% ao ano, na forma da Súmula n. 618/STF; **2) Tema 157:** REsp 1.112.748/TO. Tese firmada: Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda.

As dificuldades apontadas pela unidade foram: 1) o PJe não disponibiliza relatório estatístico; 2) as estatísticas fornecidas pelo Tribunal não correspondem à do próprio gabinete; e 3) o cumprimento de metas do CNJ de julgar processos antigos, tendo em vista a prescrição.

Como boas práticas, o gabinete relatou que: 1) ocorre julgamento por tema, o que auxilia no cumprimento de metas do CNJ; 2) o interrogatório dos processos originários é feito pelo próprio desembargador, pessoalmente e/ou por videoconferência; 3) é dada prioridade para HC e réu preso; 4) implantação do teletrabalho; e 5) expedição de mais de 400 guias de execução provisória.

OBSERVAÇÕES DA EQUIPE DE INSPEÇÃO

Aos processos relacionados na inspeção é dado andamento célere, estando a maioria deles já incluída em pauta, encaminhada ao revisor ou já julgada.

A unidade elaborou um plano de trabalho que procura conciliar as prioridades legais, as metas estabelecidas pelos diversos órgãos do Poder Judiciário e o propósito de redução constante do acervo; neste sentido, por exemplo, a par da atenção às prioridades e às metas antes referidas, faz-se a preparação dos processos para julgamento por tema.

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, conforme informado no período da inspeção, consta a liberação de 240 processos para revisão, dos quais 102 se encontram com o revisor e 138 já foram incluídos em pauta nos meses de outubro e novembro do ano em curso, quais sejam, 0000381-11.2017.4.01.3601 e 0001062-12.2012.4.01.4100, respectivamente.

O desembargador, comumente, compartilha o inteiro conteúdo do voto (relatório, voto e ementa), com antecedência entre os magistrados que irão participar da sessão, e, na ausência, com os juízes substitutos, fazendo constar da sinopse de julgamento.

13 RECOMENDAÇÕES

- Cumprir as recomendações constantes do item 11.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Mônica Jacqueline Sifuentes.

2.2 Turma

Terceira Turma (2ª Seção) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

2.3 Competência

3ª Turma: Competência penal, improbidade administrativa e desapropriação direta e indireta; 2ª Seção: competência para processar e julgar embargos infringentes, conflitos de competência, incidentes de uniformização de jurisprudência, mandados de segurança, ações rescisórias, questões incidentes, suspeições, revisões criminais e ações de improbidade administrativa de competência originária desta Corte.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Assumiu este acervo em 31/8/2012.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Bene-Zaete Galdino Freitas - chefe de assessoria; Mônica dos Santos Costa Moraes e Silva - chefe de gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	12 (doze) servidores do quadro de pessoal do tribunal e 01 (uma) servidora requisitada da Seção Judiciária do Distrito Federal
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3 (três)
Outros	2 (dois) servidores requisitados de outros órgãos

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)

Total em tramitação**	3.335
Processos suspensos/sobrestados	58
Processos conclusos	2.723
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	55

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.075
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	3.209
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	2.784
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.657
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim. Regime de Auxílio a distância.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Sim. Listagem estabelecida em razão das metas do CNJ.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Juiz Federal José Alexandre Franco - Regime de Auxílio a distância nos feitos incluídos em METAS e de competência apenas da Turma - julgou 256 processos no período de 1/10/2017 - 11/4/2019.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	O acervo do gabinete nos últimos 2 anos está diminuindo - quanto à competência da 3ª Turma (alcançada pelo Auxílio) o acervo era de 3.151 em 30/9/2017 e está em 2.714 em 28/2/2019.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	41
Mandados de segurança	10
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	8
Reclamações	1
Ações rescisórias	17
Outros	5

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	957
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	2

Recursos em ações de improbidade administrativa	441
Recursos em ações civis públicas	499
Recursos em ações de desapropriação	110
Recursos em ações com preferência legal	7
Outros	1

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.048
Apelações cíveis	759
Agravos de instrumento	173
Outros	8

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	311
Ações penais	29
Inquéritos	46
<i>habeas corpus</i>	151
Revisões criminais	16
Outros	69

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	2.091
Apelações	2.020
Recursos em Sentido Estrito	50
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	1
Embargos infringentes e de nulidade	7
Outros	21

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	116
Apelações	111
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	4

Outros	4
--------	---

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	19
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	29
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	19
Agravos legais/regimentais	16
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	11
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	21
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	13

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	184
Ano anterior	957
2º ano anterior	589
3º ano anterior	388
4º ano anterior	183
5º ano anterior ou mais antigo	398

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	4
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	8
Total como relator para o acórdão	8

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	1.654
Total de Processos julgados*	1.531
Total de Processos baixados	1.935
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	123
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-281

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	117 processos em outubro de 2018
Total de feitos verificados na inspeção anterior	130 processos em março de 2017
Total de feitos não regularizados	11 processos, sendo: 6 sobrestados aguardando julgamento de outras ações, 3 em tramitação nas Coordenadorias processantes e 2 conclusos para julgamento ainda no 1º semestre de 2019.
Total de feitos não regularizados	01 processo (Ap 0000004-35.2006.4.01.3307 - sobrestado aguardando julgamento do REsp 1.328-993)

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	2.652
Processos julgados no ano anterior	2.913
Processos distribuídos no ano corrente	713
Processos julgados no ano corrente	665

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	214
Porcentagem de atendimento da meta	89,82%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	246
Porcentagem de atendimento da meta	84,42%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes	394
Porcentagem de atendimento da meta	83,22%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes	178
Porcentagem de atendimento da meta	89,54%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2018	448
Porcentagem de atendimento da meta	97,88%

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes	678
Porcentagem de atendimento da meta	82,06%

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Dados não obtidos no sistema
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Dados não obtidos no sistema
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Dados não obtidos no sistema
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Dados não obtidos no sistema

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	6
Porcentagem de atendimento da meta	111,11%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes	7
Porcentagem de atendimento da meta	105,82%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	1.127
Processos baixados no ano anterior	1.152
Processos distribuídos no ano corrente	310
Processos baixados no ano corrente	355
Processos julgados no ano anterior	Dados não obtidos no sistema
Processos julgados no ano corrente	Dados não obtidos no sistema

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018	12
Porcentagem de atendimento da meta	115,83%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes	22
Porcentagem de atendimento da meta	69,77%

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, foram indicadas 17 recomendações: a) julgar os feitos apontados (itens 2 e 3); b) agilidade na lavratura de acórdãos e publicação; c) priorizar julgamento de feitos em Metas (CNJ e CJF); d) priorizar julgamento de feitos antigos; e) conferir celeridade no julgamento dos Embargos de Declaração e Agravos Regimentais; f) pedir dia para julgamento dos votos em revisão no prazo máximo de 90 dias; g) apresentar votos-vista em sessão próxima; h) avaliar o risco de prescrição na seleção de prioridades de julgamento; i) julgar processos de inspeções anteriores; j) atribuição à estagiários de confecção de minutas de menor complexidade; k) definir cronograma para julgamento dos processos apontados na inspeção; l) cumprimento das recomendações anteriores; m) disponibilização de minutas aos demais gabinetes antes das sessões; n) atender recomendações inspeções anteriores; o) atender recomendações específicas; p) aumentar os servidores da área fim; q) prioridade aos feitos com preferências.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Medidas adotadas após a última inspeção/2017 para atender às recomendações apontadas : - Todos os feitos indicados foram julgados, exceto 1 que está com movimentação sobrestada aguardando julgamento de REsp no STJ - alíneas "a", "i", "k", "l" e "n"; - A triagem foi refinada para classificar imediatamente a entrada de processos para lavratura de acórdãos, embargos de declaração, agravos regimentais e voto-vista, com vista a atribuição imediata de assessor para as providências, conferindo celeridade no processo - alíneas "b", "e" e "g"; - Controle por relatórios e tabelas, e distribuição por cotas, dos processos incluídos em METAS, feitos antigos e com proximidade de prescrição - alíneas "c", "d" e "h"; - Simplificação de modelos de votos revisores - alínea "f"; - Atribuição aos estagiários de minutas de menor complexidade, sob a supervisão de um servidor - alínea "j"; - Os gabinetes integrantes da 3ª Turma disponibilizam semanalmente as minutas dos processos pautados - alínea "m".

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não foi possível o aumento do número de servidores da área fim, houve, inclusive, a redução do número de estagiários de nível superior nos gabinetes, por razões orçamentárias. Quanto às METAS, a análise será feita no próximo tópico.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim. - META 2/2018 - STJ - julgar os processos antigos distribuídos até 31/12/2013 - os processos foram localizados e separados fisicamente, com atribuição de prazos e cotas aos assessores. - META 3/2018 - STJ - aumentar os casos solucionados por conciliação - foram encaminhados 39 processos (apelações em embargos à execução) ao Núcleo de Conciliação, entretanto, todos retornaram sem acordo entre as partes.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

1) Triagem mais refinada dos processos; 2) Adoção de minutas simplificadas para os votos revisores após detida análise dos autos; 3) Distribuição dos processos referentes a réus presos, prescrição, metas, improbidade para maior quantidade de servidores, conciliando a especialização de cada um; 4) Minutas de menor complexidade para os estagiários; 5) Inclusão de maior quantidade de processos sem revisão nas pautas, incluindo incidentes processuais, embargos de declaração e agravos regimentais; 6) Força-tarefa nos processos de competência originária; 7) Acompanhamento escrito da produtividade dos servidores, mensalmente; 8) Estratégia de trabalho elaborada de acordo com os dados fornecidos pelo Sistema de Estatística.

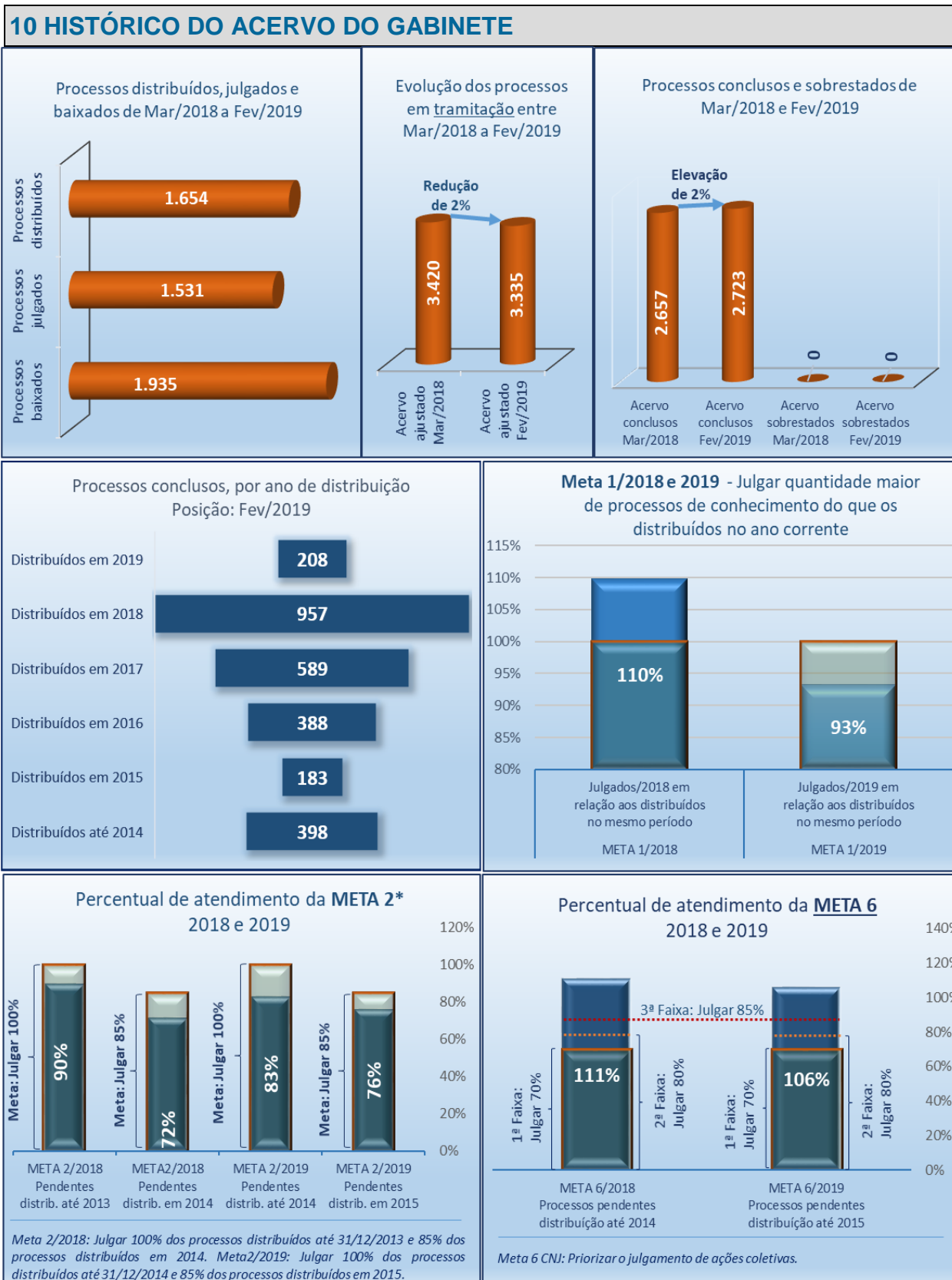
9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

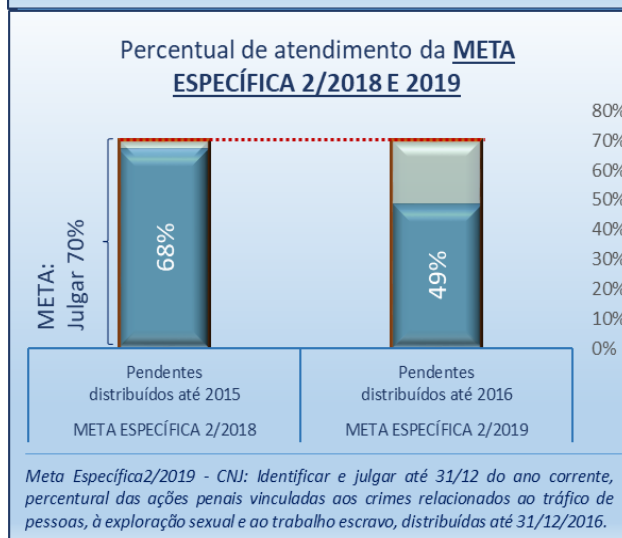
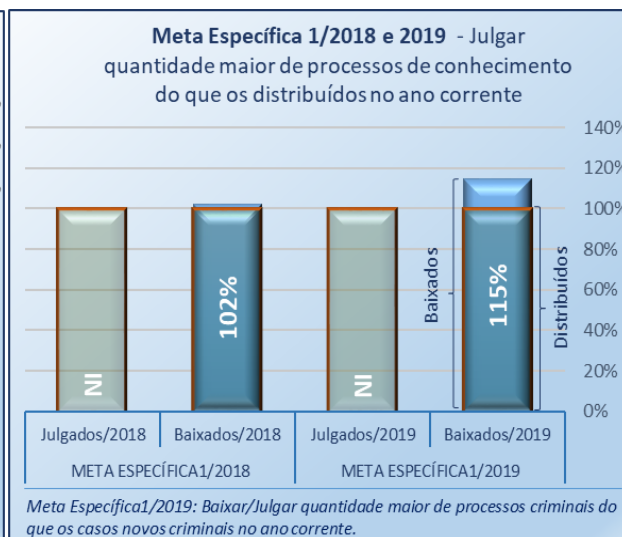
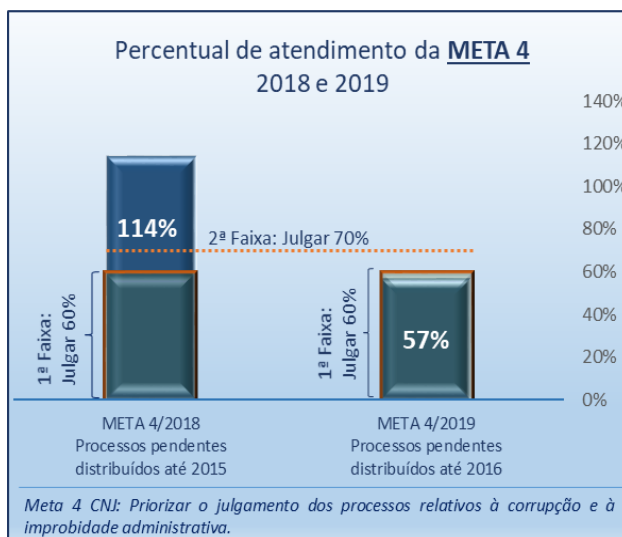
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0034775-22.2013.4.01.0000	20/6/2013	-
Não houve acórdão neste processo. Foi proferida decisão de declínio de competência contra a qual foi interposto agravo interno que está incluído na pauta de julgamentos da 2ª Seção de 15/5/2019.		
0036713-42.2010.4.01.3400	27/2/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Processo separado e com indicação de inclusão em pauta no mês de maio/2019		
0000717-02.2009.4.01.3308	27/6/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Processo com previsão de julgamento no mês de junho/2019.		
0006342-23.2009.4.01.3306	23/7/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Processo com previsão de julgamento no mês de maio/2019.		
0002725-54.2006.4.01.3308	22/8/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Incluído na pauta do dia 24/4/2019.		
0001249-70.2009.4.01.3309	20/2/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa

Processo incluído na pauta de julgamentos da 3ª Turma de 30/4/2019.		
0000381-44.2009.4.01.4101	25/9/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Proferido despacho intimando para apresentação de contrarrazões, tão logo retorne será incluído em pauta.		
0002641-36.2008.4.01.3000	6/10/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Julgado pela 3ª Turma em 10/4/2019.		
0005512-81.2010.4.01.3901	1/12/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Julgado pela 3ª Turma em 9/4/2019.		
0002155-26.2005.4.01.3301	8/8/2016	65 - Ação Civil Pública
Incluído na pauta de julgamentos do dia 30/4/2019.		
0008603-19.2009.4.01.3901	11/1/2017	65 - Ação Civil Pública
Processo separado e com provável indicação de pauta para o mês de maio/2019		
0043975-48.2016.4.01.0000	2/8/2016	1710 - Mandado de Segurança
Processo separado e com indicação de pauta para o mês de junho/2019.		
1006124-84.2018.4.01.0000	5/3/2018	307 - Habeas corpus
Processo incluído na pauta de julgamentos da 3ª Turma de 9/4/2019.		
0007412-84.2018.4.01.0000	16/3/2018	428 - Revisão Criminal
Encaminhado com relatório para o gabinete do Revisor em 19/3/2019.		
1008647-69.2018.4.01.0000	26/3/2018	307 - Habeas corpus
Processo incluído na pauta de julgamentos da 3ª Turma de 10/4/2019.		
1003765-64.2018.4.01.0000	14/2/2018	307 - Habeas corpus
Processo atribuído a assessor para confecção de minuta e julgamento no mês de maio/2019.		
0030461-09.2008.4.01.0000	27/6/2008	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Processo baixado à primeira instância por declínio de competência, em razão de perda do foro privilegiado.		
0001924-25.2012.4.01.3601	25/4/2017	417 - Apelação
Processo separado para preparar minuta e ser encaminhado ao revisor até o mês de maio/2019.		
0028164-75.2008.4.01.3800	10/2/2017	417 - Apelação
Processo separado para preparar minuta e ser encaminhado ao revisor até o mês de maio/2019.		
0002701-90.2015.4.01.3702	26/5/2017	417 - Apelação
Processo separado para preparar minuta e ser encaminhado ao revisor até o mês de maio/2019.		
0000922-78.2016.4.01.3601	5/10/2017	417 - Apelação
Incluído na pauta de 7/5/2019.		
0002470-41.2016.4.01.3601	23/10/2017	417 - Apelação
Processo separado para preparar minuta e ser encaminhado ao revisor até o mês de maio/2019.		
0049022-66.2017.4.01.0000	27/9/2017	307 - Habeas corpus
Processo julgado em 3/4/2018, atualmente atribuído ao vice-presidente para exame de admissibilidade de REsp desde 20/8/2018.		
0013943-26.2017.4.01.0000	24/3/2017	307 - Habeas corpus

Processo julgado em 25/5/2018, atualmente atribuído ao vice-presidente para exame de admissibilidade de REsp desde 21/8/2018.		
0013902-50.2008.4.01.3500	27/1/2014	198 - Apelação
Voto-vista será levado na sessão do dia 23/4/2019.		
0073519-73.2015.4.01.3700	27/10/2016	417 - Apelação
O processo já teve lavratura de acórdão encaminhado à Coordenadoria processante em 20/3/2019 e publicado em 29/3/2019.		
0000274-82.2009.4.01.4300	27/5/2010	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Processo já incluído na pauta de julgamentos da 2ª Seção do dia 15/5/2019.		
0001058-80.2018.4.01.3900	30/8/2018	417 - Apelação
Será levado a julgamento no mês de maio/2019.		
0029620-43.2001.4.01.3400	13/7/2007	198 - Apelação
Processo da Relatoria do Desembargador Federal Francisco Neves da Cunha com indicação de restauração de autos.		
0000869-77.2004.4.01.3000	28/9/2009	198 - Apelação
Processo aguarda julgamento do 0000715-59.2004.4.013000 pela Corte Especial, quanto à questão da competência entre Seções do Tribunal.		
0001674-30.2004.4.01.3000	29/9/2009	198 - Apelação
Processo aguarda julgamento do 0000715-59.2004.4.013000 pela Corte Especial, quanto à questão da competência entre Seções do Tribunal.		
0001860-53.2004.4.01.3000	29/9/2009	198 - Apelação
Processo aguarda julgamento do 0000715-59.2004.4.013000 pela Corte Especial, quanto à questão da competência entre Seções do Tribunal.		
0000397-96.1993.4.01.3700	24/5/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Proferido despacho encaminhando ao MPF sobre possível suspensão do feito nos termos da determinação do STJ no REsp 1.328.993-CE (art. 1.037, II, do CPC)		
0003926-73.2009.4.01.3600	5/8/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Incluído na pauta do dia 30/4/2019.		
0000278-89.2008.4.01.3901	23/8/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Proferido despacho recebendo apelação da FUNASA não recebida no juízo de origem e abrindo vista para apresentação de contrarrazões. Será incluído em pauta tão logo retorne com manifestação.		
0018657-92.2010.4.01.4100	7/7/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Incluído na pauta de 30/4/2019.		
1001011-86.2017.4.01.0000	13/3/2017	120 - Mandado de Segurança
Processo julgado pela 2ª Seção em 13/9/2019. Atualmente está concluso ao Presidente com Recurso Ordinário.		
1006154-56.2017.4.01.0000	29/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Processo de competência da 3ª Seção - redistribuído em 2017.		
1011156-07.2017.4.01.0000	20/11/2017	202 - Agravo de Instrumento
Processo com prevenção do Desembargador Federal Néviton Guedes. Redistribuído em 2017.		
0000743-16.2008.4.01.3702	25/7/2013	198 - Apelação

Processo julgado pela 3ª Turma em 19/3/2019.		
0000908-30.2011.4.01.3000	20/10/2017	199 - Reexame Necessário
Incluído na pauta de 5/6/2019, tendo em vista a existência de Município no polo ativo com necessidade de intimação pessoal.		
1001132-36.2017.4.01.4100	6/2/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Processo julgado pela 3ª Turma em 6/11/2018 e baixado à origem em 8/2/2019.		
1001440-72.2017.4.01.4100	6/2/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Processo julgado pela 3ª Turma em 6/11/2018 e baixado à origem em 8/3/2019.		
1002155-61.2018.4.01.0000	29/1/2018	307 - Habeas corpus
Processo atribuído a assessor para confecção de minuta e julgamento no mês de maio/2019.		
1000918-89.2018.4.01.0000	18/1/2018	307 - Habeas corpus
Processo atribuído a assessor para confecção de minuta e julgamento no mês de maio/2019.		
1000516-27.2018.4.01.4100	21/3/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Processo incluído na pauta de julgamentos da 3ª Turma do dia 16/4/2019.		
1009180-28.2018.4.01.0000	2/4/2018	307 - Habeas corpus
Processo julgado pela 3ª Turma em 13/2/2019 e arquivado em 13/3/2019.		
1014237-61.2017.4.01.0000	14/12/2017	307 - Habeas corpus
Processo atribuído a assessor para confecção de minuta e julgamento no mês de maio/2019.		
0067296-49.2015.4.01.0000	3/12/2015	428 - Revisão Criminal
Processo separado e com indicação de pauta para o mês de junho/2019.		
0045733-96.2015.4.01.0000	21/8/2015	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Processo incluído na pauta de julgamentos da 2ª Seção do dia 15/5/2019.		
0004365-44.2014.4.01.0000	30/1/2014	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Processo incluído na pauta de julgamentos da 2ª Seção de 15/5/2019.		
0003828-05.2006.4.01.3500	4/3/2011	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Julgado pela 2ª Seção em 3/4/2019.		
0059174-76.2017.4.01.0000	14/12/2017	313 - Pedido de Prisão Preventiva
Processo com remessa à Procuradoria Regional da República para manifestação		
0056513-03.2012.4.01.0000	3/10/2012	156 - Cumprimento de sentença
Processo remetido à Contadoria para conferência dos cálculos apresentados.		





Nota: NI – Não informado.

11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 54 processos selecionados para inspeção, 53 foram inspecionados, 01 não foi localizado. Destes, 41 físicos e 13 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0000278-89.2008.4.01.3901	1002155-61.2018.4.01.0000	1014237-61.2017.4.01.0000
---------------------------	---------------------------	---------------------------

b) regularizar a fase processual no sistema:

1001011-86.2017.4.01.0000	1006154-56.2017.4.01.0000	1011156-07.2017.4.01.0000
1001132-36.2017.4.01.4100	1001440-72.2017.4.01.4100	

- c) localizar os autos do Processo 0029620-43.2001.4.01.3400, promover a restauração dos autos, se for o caso, e regularizar a movimentação processual.

12 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O gabinete é composto de assessoria e secretaria. Os processos, depois de triados, são classificados na movimentação interna com lançamento de código da matéria/crime e colocados em armários específicos. No sistema processual também são lançados os dados do cálculo prescricional e das prioridades de julgamento (réu preso, preferências legais, metas do CNJ). O controle do acervo é feito por relatório mensal gerado no e-Siest. É realizado, ainda, um controle individual da produtividade do servidor. Há controle, por planilhas, dos processos de embargos de declaração, agravos regimentais e votos-vista. Em face das tabelas de classificação geradas, são programadas reuniões periódicas para se discutir novas estratégias, objetivando identificar processos acumulados e acelerar a produção de determinada matéria, com eventuais mutirões internos. Atualmente os servidores da assessoria possuem uma “competência” específica (matéria/ tipo de ação), mas trabalham em regime de mutirão, com as matérias colocadas em determinada meta. Existem metas individuais, visando atingir um objetivo específico, quando os processos são divididos entre um grupo de servidores e é indicada uma data final para cumprimento da programação proposta. O controle periódico de produtividade é feito através de tabelas individuais contendo os processos minutados diariamente e, ao final do mês, os dados são consolidados pela Chefe de Assessoria e encaminhados para a desembargadora. É feita avaliação mensal pela chefia, em função do lançamento da produtividade de cada servidor. Os resultados são analisados em função dos objetivos atingidos e as metas e mutirões são revistos periodicamente conforme a necessidade. A desembargadora atende advogados mediante agenda prévia. O gabinete controla mensalmente os dados estatísticos, a partir dos relatórios recebidos das coordenadorias processantes, os quais são confrontados com os dados dos relatórios internos do Sistema Processual e com aqueles gerados pelo sistema e-Siest. O controle de processos pendentes na Unidade de declaração de voto/lavratura de acórdão é feito com o lançamento de movimentação processual interna. Atualmente o maior volume de sobrestamento é das ações que tratam da taxa de juros compensatórios aplicável às ações de desapropriação.

13 RECOMENDAÇÕES

1. Cumprir as recomendações do item 11;
2. Analisar mensalmente os resultados obtidos em função das metas estabelecidas, revendo as necessidades e fazendo as devidas adaptações;
3. Regularizar a movimentação processual em relação ao processo 0029620-43.2001.4.01.3400, apontado na inspeção anterior;

4. Priorizar o julgamento dos processos com réu preso, preferências legais e metas do CNJ;
5. Permanecer lançando no sistema processual dados do cálculo prescricional e das prioridades de julgamento.
6. Cumprir as Metas 1 e 2 do CNJ.

Recomenda-se a inclusão da Unidade Jurisdicional em sistema permanente de acompanhamento de metas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da Federal 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Hilton Queiroz.

2.2 Turma

3ª Turma.

2.3 Competência

Penal e Cível: improbidade administrativa e desapropriação.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Sim.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Sim. Originou-se da 5ª Turma, deixando-se um acervo de 18 mil processos. Assumiu a 3ª Turma, em 5/11/2018, com um acervo de 2.800 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe de gabinete: Ramiz Flávio Rocha

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	3
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	2
Outros	0

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	3.087
Processos suspensos/sobrestados	260
Processos conclusos	2.522
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	2.916
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	2.862
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	2.562
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.365
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	57
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	10

Nota: * O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não houve mutirão ou auxílio.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior).	0
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	38
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	8
Reclamações	1
Ações rescisórias	6
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.150
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	700
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	250
Recursos em ações com preferência legal	600
Outros	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	2.800
Apelações cíveis	900
Agravos de instrumento	200
Outros	Criminais: 1.500

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	25
Ações penais	6
Inquéritos	12
<i>habeas corpus</i>	55
Revisões criminais	3
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1.500
Apelações	1.470
Recursos em Sentido Estrito	25
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	5
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	400
Apelações	400
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	55
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	260
Por IRDR	0

Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	50
Por Recurso Extraordinário	210

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	25
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	15
Agravos legais/regimentais	5
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	5
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	3
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	0

4.13 Processos concluídos, por ano de distribuição	
Ano atual	188
Ano anterior	745
2º ano anterior	624
3º ano anterior	435
4º ano anterior	227
5º ano anterior ou mais antigo	303

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	900
Total de Processos julgados*	1.335
Total de Processos baixados	85
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	435
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	815

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	138
Total de feitos não regularizados	138
Total de feitos verificados na inspeção anterior	84
Total de feitos não regularizados	84

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	138
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	106
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes	160
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes	210
Porcentagem de atendimento da meta	85%

5.6 META 4/2018 CNJ Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2018	280
Porcentagem de atendimento da meta	70%

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes	315
Porcentagem de atendimento da meta	65%

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	1.560
Processos baixados no ano anterior	260

Processos julgados no ano anterior	890
Processos distribuídos no ano corrente	125
Processos baixados no ano corrente	36
Processos julgados no ano corrente	480

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018	64
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes	38
Porcentagem de atendimento da meta	100%

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não foram feitas recomendações ao Desembargador Federal Hilton Queiroz, uma vez que Sua Excelência passou a responder pelo acervo em 5/11/2018.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

No que concerne às medidas a serem adotadas, a ordem do Desembargador Federal Hilton Queiroz é julgar os processos cronologicamente mais antigos e que estejam inseridos nas Metas do CNJ. Entretanto, de uma forma geral, pretende-se julgar o maior número de processos possíveis até que possa haver correspondência direta entre os processos distribuídos e os julgados. Portanto, a pretensão é zerar os processos pendentes de julgamento a ponto de se trabalhar com os contemporâneos. Tal qual se fez quando Sua Excelência integrou a 4ª Turma Criminal deste tribunal.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

No que concerne às medidas a serem adotadas, a ordem do Desembargador Federal Hilton Queiroz é julgar os processos cronologicamente mais antigos e que estejam inseridos nas Metas do CNJ. Entretanto, de uma forma geral, pretende-se julgar o maior número de processos possíveis até que possa haver correspondência direta entre os processos distribuídos e os julgados. Portanto, a pretensão é zerar os processos

pendentes de julgamento a ponto de se trabalhar com os contemporâneos. Tal qual se fez quando Sua Excelência integrou a 4ª Turma Criminal deste tribunal.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

No que concerne às medidas a serem adotadas, a ordem do Desembargador Federal Hilton Queiroz é julgar os processos cronologicamente mais antigos e que estejam inseridos nas metas do CNJ. Entretanto, de uma forma geral, pretende-se julgar o maior número de processos possíveis até que possa haver correspondência direta entre os processos distribuídos e os julgados. Portanto, a pretensão é zerar os processos pendentes de julgamento a ponto de se trabalhar com os contemporâneos. Tal qual se fez quando Sua Excelência integrou a 4ª Turma Criminal deste tribunal.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

De fato, o gabinete do Desembargador Federal Hilton Queiroz, agora compondo a 3ª Turma, será inspecionado pela primeira vez, tendo em vista ter Sua Excelência assumido o acervo do Desembargador Federal Mário César Ribeiro, em 5/11/2018. O objetivo principal é colocar em dia os processos pendentes de julgamento. Embora o gabinete se divida em duas estruturas: Secretaria e Assessoria, o esforço é conjunto: decisões e despachos, minutados na Secretaria pelo chefe de gabinete; mérito das ações, minutados na assessoria, pela chefe de assessoria, o assessor e os oficiais/assessores. Ressalto que os dados apontados foram apresentados segundo a disponibilidade dos mesmos, tendo em vista a recente Relatoria do Desembargador Federal Hilton Queiroz, pelas razões acima explicitadas.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0008920-08.2009.4.01.3904	22/2/2011	-
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0006716-87.2014.4.01.0000	10/2/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgamento previsto para 10/4/2019		
0049913-24.2016.4.01.0000	26/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgamento previsto para 24/4/2019		

0025568-67.2011.4.01.0000	9/5/2011	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0053400-36.2015.4.01.0000	29/9/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgamento previsto para 24/4/2019		
1017037-28.2018.4.01.0000	19/6/2018	307 - <i>habeas corpus</i>
Observação/Providência: processo com assessoria pra minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
1009874-94.2018.4.01.0000	10/4/2018	307 - <i>habeas corpus</i>
Observação/Providência: processo de relatoria da Vice-Presidência.		
1000184-46.2015.4.01.0000	20/2/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: redistribuído por competência exclusiva em razão de sucessão Desembargador Federal João Batista Moreira.		
1001233-25.2015.4.01.0000	9/7/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: redistribuído por competência exclusiva em razão de sucessão Desembargador Federal João Batista Moreira.		
1001855-07.2015.4.01.0000	24/9/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: redistribuído por competência exclusiva em razão de sucessão Desembargador Federal João Batista Moreira.		
1000687-62.2018.4.01.0000	15/1/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: redistribuído por competência exclusiva em razão de sucessão Desembargador Federal João Batista Moreira.		
0060875-19.2010.4.01.0000	4/10/2010	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: baixa por declínio de competência para seção SJ/MA - 18/3/2019		
0051034-87.2016.4.01.0000	30/8/2016	244 - Reclamação
Observação/Providência: julgamento previsto para 23/4/2019		
0014259-26.2014.4.01.3304	25/10/2016	417 - Apelação
Observação/Providência: processo remetido para revisão.		
0002192-86.2016.4.01.4200	24/11/2016	417 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0016967-74.2018.4.01.3800	12/9/2018	417 - Apelação
Observação/Providência: processo remetido para revisão.		
0001026-14.2018.4.01.3500	5/4/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: processo com a assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0016143-06.2017.4.01.0000	5/4/2017	307 - <i>habeas corpus</i>
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0032639-76.2018.4.01.0000	8/1/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		

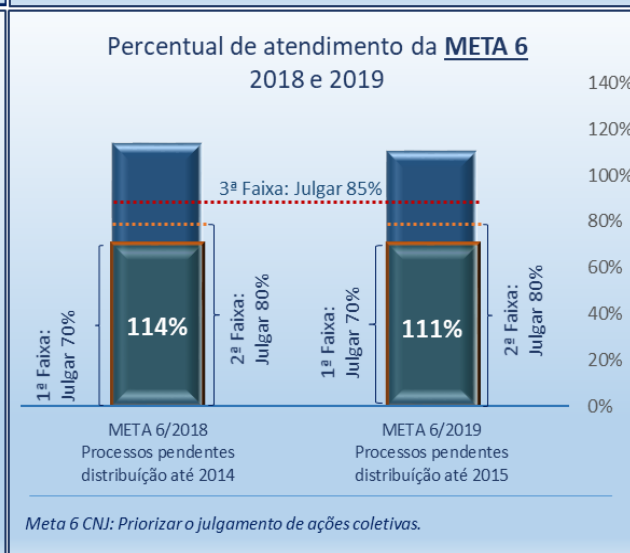
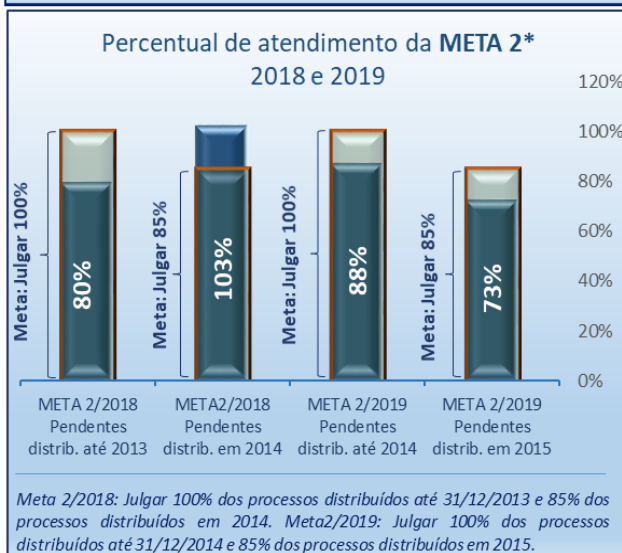
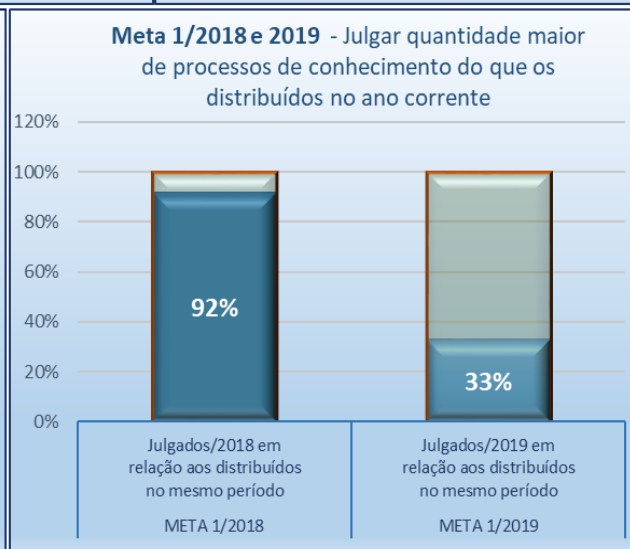
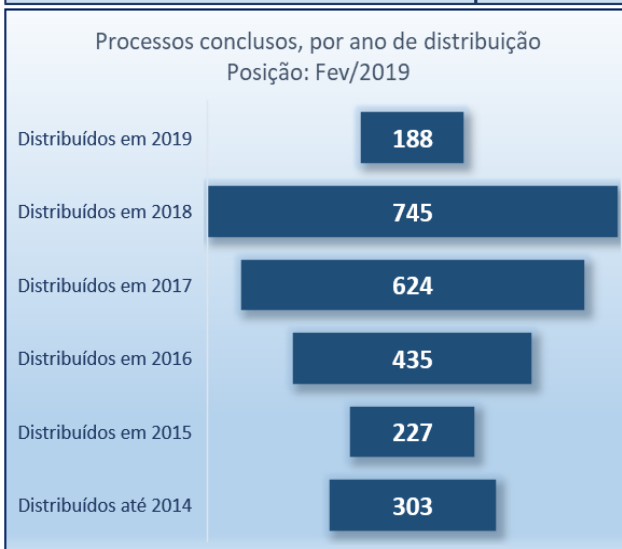
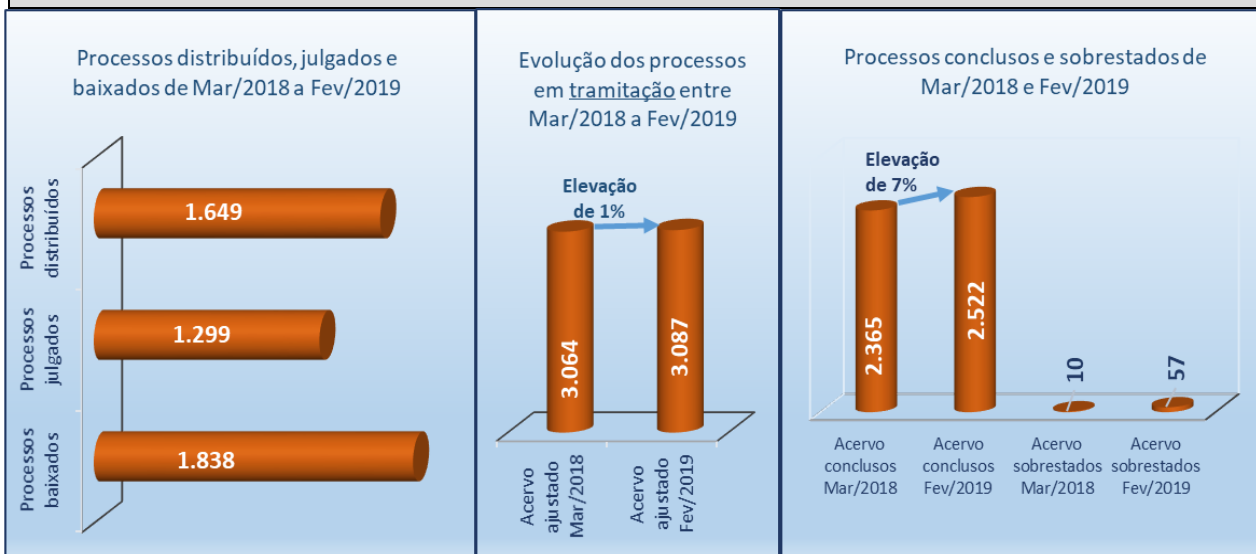
0016604-41.2018.4.01.0000	19/6/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0037966-36.2017.4.01.0000	28/7/2017	307 - habeas corpus
Observação/Providência: julgado em 12/3/2019		
0028540-97.2017.4.01.0000	8/6/2017	307 - habeas corpus
Observação/Providência: julgado em 26/3/2019		
0001986-06.2010.4.01.3902	7/11/2017	417 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0001314-92.2015.4.01.3814	22/3/2017	417 - Apelação
Observação/Providência: processo com a assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0030533-70.2016.4.01.3700	11/9/2017	417 - Apelação
Observação/Providência: julgamento previsto para 22/5/2019		
0002714-88.2017.4.01.3809	2/3/2018	417 - Apelação
Observação/Providência: julgamento previsto para 22/5/2019		
0017146-97.2011.4.01.3300	23/7/2013	417 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0000829-67.2011.4.01.3900	27/5/2014	417 - Apelação
Observação/Providência: julgamento previsto para 2/7/2019.		
0008558-40.2013.4.01.4300	15/9/2014	417 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0012398-68.2006.4.01.3600	17/12/2014	417 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0017542-31.2012.4.01.3400	23/3/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: julgamento previsto para 10/4/2019		
0003962-36.2014.4.01.3311	28/7/2016	417 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
1002550-58.2015.4.01.0000	23/11/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo de relatoria do Desembargador Federal Cândido Ribeiro.		
0000901-04.2004.4.01.3802	27/2/2007	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: julgado em 7/3/2019.		
0004805-62.2009.4.01.3800	21/6/2011	417 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0005590-02.2005.4.01.3400	11/10/2005	417 - Apelação

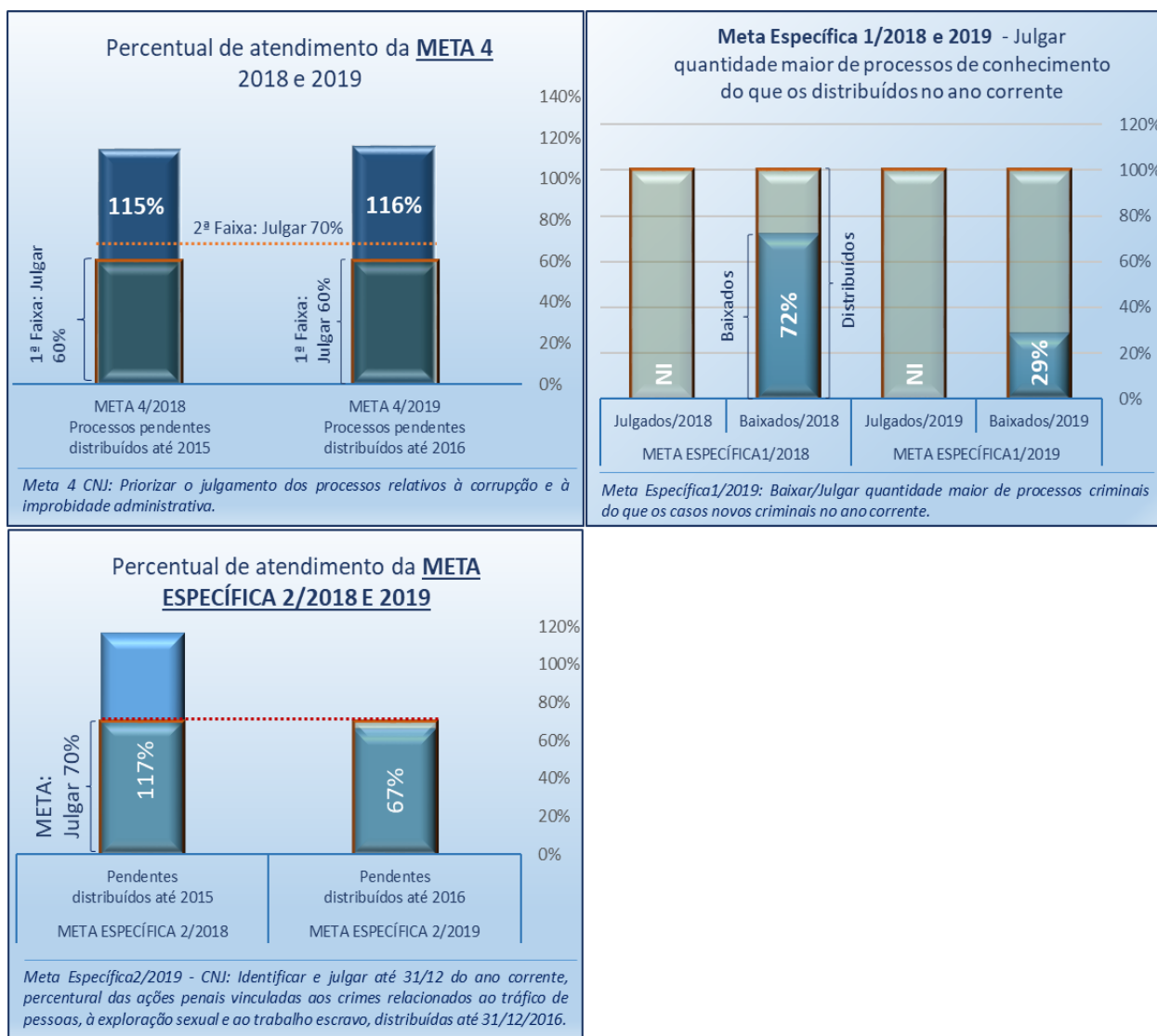
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0003321-24.2013.4.01.0000	24/1/2013	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar despacho.		
0030360-93.2013.4.01.0000	29/5/2013	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0003054-12.2000.4.01.3200	11/10/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0004610-62.2004.4.01.3700	24/3/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0001105-65.2006.4.01.3903	4/6/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com a assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0000156-37.2002.4.01.3400	31/1/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0001442-37.2004.4.01.3802	8/9/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0003519-86.2003.4.01.3500	11/3/2005	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0003849-77.2012.4.01.3400	30/3/2015	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0012346-66.2015.4.01.3500	5/10/2015	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0024005-96.2015.4.01.0000	14/5/2015	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: julgamento previsto para 15/5/2019		
0002642-22.2012.4.01.3601	6/8/2013	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0022044-66.2005.4.01.3300	30/6/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0002012-54.2003.4.01.3803	14/7/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		

0034502-19.2013.4.01.3500	8/5/2015	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0024441-89.2005.4.01.3400	12/3/2012	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0002990-17.2006.4.01.3903	25/4/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: julgamento previsto para 9/4/2019		
0073530-81.2014.4.01.0000	18/12/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado em 19/3/2019		
0001339-24.2009.4.01.4200	23/5/2011	417 - Apelação
Observação/Providência: julgamento previsto para 13/8/2019		
0032815-60.2015.4.01.0000	18/6/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: julgamento previsto para 16/4/2019		
0000155-47.2014.4.01.0000	9/1/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgamento previsto para 24/4/2019.		
0003946-24.2014.4.01.0000	27/1/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgamento previsto para 23/4/2019		
0004683-90.2015.4.01.0000	29/1/2015	307 - Habeas corpus
Observação/Providência: julgado em 26/3/2019		
0010452-75.2003.4.01.3500	23/11/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0008891-07.2003.4.01.3600	10/4/2007	417 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0026618-41.2005.4.01.0000	8/8/2005	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0026616-71.2005.4.01.0000	8/8/2005	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0015749-07.2001.4.01.3800	18/10/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0028660-24.2009.4.01.0000	22/5/2009	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		
0002906-10.2010.4.01.3601	6/4/2011	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: processo com assessoria para minutar inteiro teor e imediata inclusão em pauta.		

0024494-51.2006.4.01.0000	14/7/2006	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo recebido na Coordenadoria da Corte Especial, das Seções e de Feitos da Presidência (COSEP)		

10 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





Nota: NI – Não informado.

OBSERVAÇÕES DA EQUIPE DE INSPEÇÃO

Os dados estatísticos do TRF1 revelam a existência de 240 processos para revisão, oriundos do gabinete do Desembargador Federal Ney Bello. Desse total, 138 foram incluídos em pauta nos meses de outubro e novembro de 2019. Outros 102 aguardam revisão de votos no gabinete do Desembargador Federal Hilton Queiroz. Assim, recomenda-se ao gabinete imprimir maior celeridade na revisão dos feitos criminais e a correspondente inclusão em pauta, em tempo razoável.

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Cândido Ribeiro

2.2 Turma

4ª Turma.

2.3 Competência

Criminal. Desapropriação. Improbidade administrativa.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Quarta Turma, Segunda Seção e Corte Especial judicial.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Werbeth Silva Pereira - chefe de gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	2
Estagiários de nível superior	3
Outros	3 prestadores de serviço
Estagiários de nível médio	-

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	3.799
Processos suspensos/sobrestados	106
Processos conclusos	3.360
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma Suplementar	2

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.643
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	2.948
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	3.310
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.450
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	0
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior).	0
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	1.109
Mandados de segurança	0
IRDR	Não Informado
IAC	Não Informado
Arguição de inconstitucionalidade	Não Informado
Conflitos de competência	Não Informado
Reclamações	Não Informado
Ações rescisórias	Não Informado
Outros	Não Informado

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Recursos em ações populares	3
Recursos em ações de improbidade administrativa	452
Recursos em ações civis públicas	514
Recursos em ações de desapropriação	66
Recursos em ações com preferência legal	6
Outros	0
Total de feitos recursais cíveis	Não Informado
Recursos em mandados de segurança coletivos	Não Informado

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.562
Apelações cíveis	735
Agravos de instrumento	323
Outros	29

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	307
Ações penais	20
Inquéritos	47
<i>habeas corpus</i>	156
Revisões criminais	12
Outros	72

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	2.453
Apelações	2.325
Recursos em Sentido Estrito	103
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	4
Embargos infringentes e de nulidade	5
Outros	25

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	180
Apelações	178
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	7
Outros	7

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	80
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	58
Agravos legais/regimentais	20
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	13
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	22
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	16

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	156
Ano anterior	1.153
2º ano anterior	762
3º ano anterior	561
4º ano anterior	358
5º ano anterior ou mais antigo	370

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	6
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	1.701
Total de processos julgados*	794
Total de processos baixados	1261

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	907
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	440

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	146
Total de feitos não regularizados	2
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	51
Total de feitos não regularizados	14

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	2699
Processos julgados no ano anterior	1.112
Processos distribuídos no ano corrente	762
Processos julgados no ano corrente	302

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	71
Porcentagem de atendimento da meta	92,04

5.3 META 2/2018 CNJ Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	240
Porcentagem de atendimento da meta	82,57

5.4 META 2/2019 CNJ Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes	288
Porcentagem de atendimento da meta	76,9

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes	346
Porcentagem de atendimento da meta	61,5

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2018	488
Porcentagem de atendimento da meta	65,48

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes	863
Porcentagem de atendimento da meta	35,09

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não Informado
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não Informado
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não Informado
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não Informado

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	2
Porcentagem de atendimento da meta	95,24

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	8
Porcentagem de atendimento da meta	28,57

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	1.136
Processos baixados no ano anterior	563
Processos distribuídos no ano corrente	319
Processos baixados no ano corrente	150
Processos julgados no ano anterior	496
Processos julgados no ano corrente	146

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018	5
Porcentagem de atendimento da meta	159,66

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes	7
Porcentagem de atendimento da meta	95,24

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Julgar os processos identificados com pendências.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Todos os esforços foram direcionados para o processamento célere dos processos pendentes.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Todos os processos com pendências estão sob análise prioritária.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim. Meta 1/2018, Meta 2/2018 e Meta 4/2018. Todos os processos com metas tramitam sob análise prioritária.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Esta equipe desenvolve um trabalho conjunto a algum tempo com observância da prescrição, prioridades legais e metas CNJ. O acervo processual físico e o acervo processual eletrônico (Sistemas PJe e GPD) constituem uma grande carga laboral. Contudo, não há a crescente de servidores proporcional.

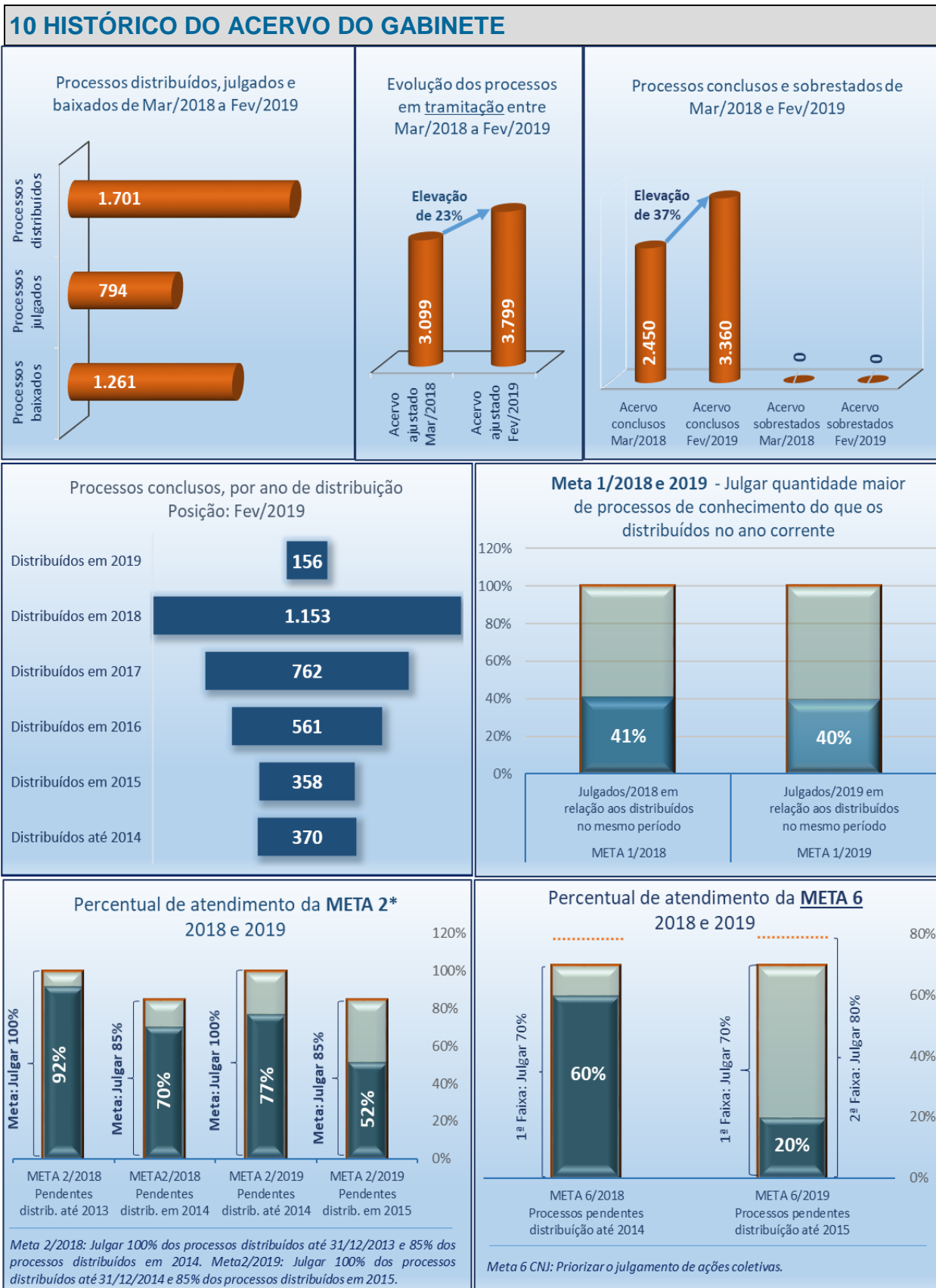
9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

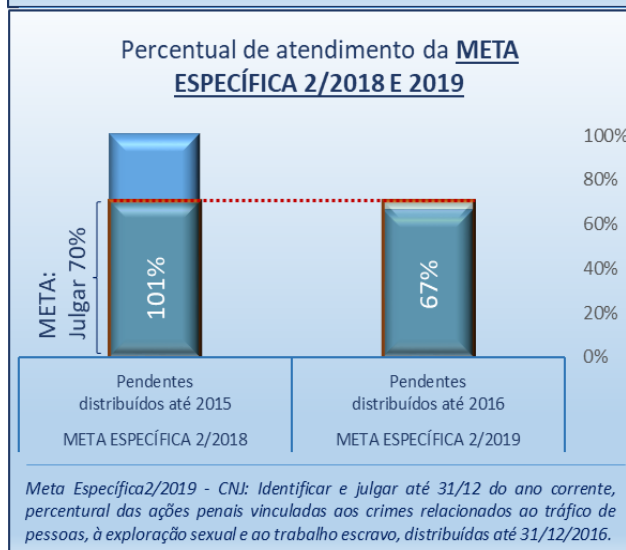
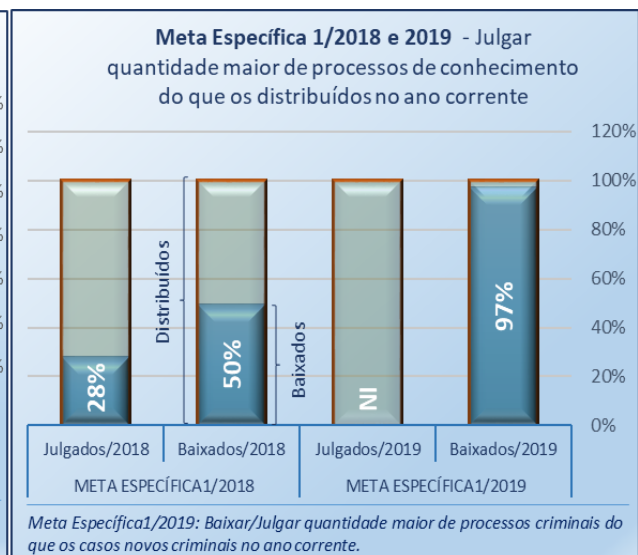
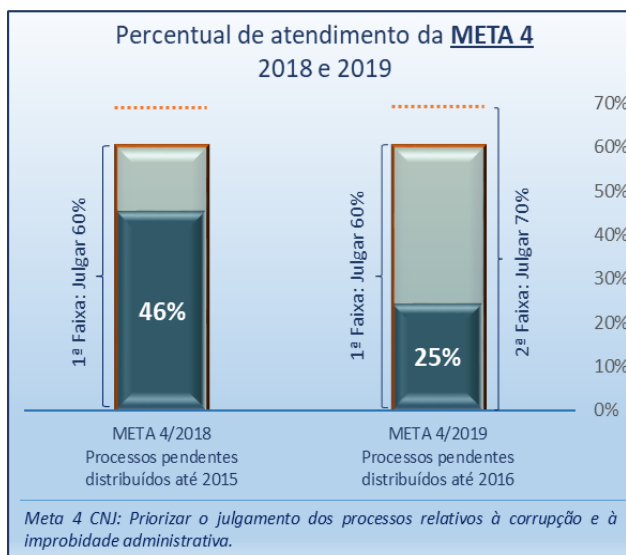
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0003353-16.2011.4.01.3810	11/6/2012	-
Observação/Providência: processo julgado em 25/3/2019, com acórdão publicado em 5/4/2019.		
0012587-63.2012.4.01.3300	15/8/2012	-
Observação/Providência: processo retornou para novo julgamento conforme determinação do STJ. Confeccionar novo voto. Processo incluído em lista de prioridades		
0001334-26.2009.4.01.3901	4/6/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0000005-87.2002.4.01.4300	29/7/2015	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridade.		
0000009-36.2006.4.01.3702	2/10/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridade		
0000456-89.2008.4.01.3302	23/1/2015	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridade.		
0000636-26.2014.4.01.4004	2/2/2016	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridade.		
0000884-87.2013.4.01.3822	27/3/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0002654-85.2007.4.01.3900	9/2/2015	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
1000004-30.2015.4.01.0000	8/1/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: por se tratar de MS criminal, o feito virtual foi materializado e redistribuído sob o nº 0013770-70.2015.4.01.0000/MG, tendo a sua distribuição virtual cancelada em 2015. Em autos físicos, o feito foi julgado e baixado em 10/9/2015.		
0009506-44.2014.4.01.0000	26/2/2014	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo instruído. Apreciar recebimento da denúncia e petições apresentadas. Incluído em lista de prioridades.		
1013813-19.2017.4.01.0000	11/12/2017	307 - Habeas corpus

Observação/Providência: processo julgado em 22/2/2018. Partes intimadas por via eletrônica. Verificar trânsito em julgado e baixa.		
0008126-33.2007.4.01.3200	20/10/2016	417 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0001686-94.2012.4.01.3701	23/7/2013	417 - Apelação
Observação/Providência: processo com embargos de declaração. Incluído em lista de prioridade		
0003456-71.2016.4.01.3802	24/1/2017	417 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0003160-33.2017.4.01.3602	11/5/2018	417 - Apelação
Observação/Providência: determinar desmembramento do feito em relação a um dos delitos, conforme determinação do STJ. Processo incluído em lista de prioridades		
0071503-57.2016.4.01.0000	12/12/2016	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0012578-97.2018.4.01.0000	7/5/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0023430-20.2017.4.01.0000	15/5/2017	307 - Habeas corpus
Observação/Providência: aguardando voto-vista do Desembargador Federal Néviton Guedes		
0026762-58.2018.4.01.0000	5/11/2018	307 - Habeas corpus
Observação/Providência: proferida decisão, em 27/3/2019, reconhecendo a perda de objeto.		
0016825-97.2018.4.01.3500	14/9/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: processo julgado em 25/3/2019		
0000699-30.2017.4.01.3201	15/2/2019	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0000382-55.2006.4.01.3900	1/1/2019	-
Observação/Providência: a data de distribuição do feito na lista de autoinspeção está equivocada. A data correta é 16/9/2015. Processo incluído em lista de prioridade.		
0015183-89.2018.4.01.3500	1/1/2019	-
Observação/Providência: data de distribuição com equívoco na lista da autoinspeção. A data correta é 14/12/2018. Autos conclusos com petição juntada em 24/1/2019. Incluído em lista de prioridades		
0005211-39.2011.4.01.3307	5/2/2016	417 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado em 26/3/2019		
0005090-71.2013.4.01.3814	24/8/2016	417 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado em 26/3/2019.		
0016651-49.2017.4.01.0000	7/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: proferir voto-vista. Processo digital. Incluso em lista de prioridades		
0000408-02.2005.4.01.3702	3/12/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridade.		
0018137-17.2010.4.01.4300	19/3/2014	417 - Apelação
Observação/Providência: abrir vista para contrarrazões ao recurso. Processo incluído em lista de prioridades.		

0065933-44.2013.4.01.3800	15/6/2016	417 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0035105-63.2011.4.01.3500	26/7/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: Embargos de declaração em Desapropriação versando sobre juros compensatórios. Observar a suspensão determinada pelo STJ		
0029381-22.2009.4.01.3800	8/11/2012	417 - Apelação
Observação/Providência: Aguardando voto-revisor		
0001005-19.2006.4.01.3804	6/12/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: Processo remetido para o Juiz Federal Pablo Zuniga Dourado, em regime de auxílio de julgamento a distância, em 19/3/2019.		
0000093-89.1986.4.01.3200	3/12/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: a data de distribuição na lista de autoinspeção está equivocada. A data correta de distribuição da apelação em desapropriação é 20/7/2015. Processo incluído em lista de prioridade.		
0001138-74.2000.4.01.3900	8/2/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades. Houve determinação do STJ para realização de novo julgamento.		
0012248-90.2016.4.01.4100	5/4/2017	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: processo julgado em 26/3/2019.		
0002827-25.2009.4.01.3000	14/3/2017	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0029984-83.2013.4.01.3500	21/10/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0022055-81.2017.4.01.0000	8/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0003482-31.2008.4.01.3000	5/5/2011	417 - Apelação
Observação/Providência: processo remetido para o Revisor em 21/3/2019.		
0017788-65.2015.4.01.4000	26/6/2017	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0042354-16.2016.4.01.0000	22/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo julgado em 25/3/2019.		
0003585-08.2009.4.01.3807	10/9/2012	417 - Apelação
Observação/Providência: processo com novos embargos de declaração, incluído em lista de prioridades.		
0002054-36.2017.4.01.3602	9/8/2017	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: processo julgado em 25/3/2019.		
0037706-56.2017.4.01.0000	27/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
1004623-32.2017.4.01.0000	28/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: reincluir em pauta.		
0005994-15.2013.4.01.3904	29/9/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário

Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0031169-86.2014.4.01.3900	27/7/2015	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo incluído em lista de prioridades		
1010142-85.2017.4.01.0000	8/11/2017	307 - Habeas corpus
Observação/Providência: processo com recurso ordinário em HC na Presidência do TRF1 (art. 313 do Regimento Interno do TRF/1ª Região)		
1014475-80.2017.4.01.0000	15/12/2017	307 - Habeas corpus
Observação/Providência: processo com recurso ordinário remetido ao STJ		
1000026-20.2017.4.01.0000	11/1/2017	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
1009205-75.2017.4.01.0000	26/10/2017	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 2/5/2019.		
1014974-64.2017.4.01.0000	29/12/2017	307 - habeas corpus
Observação/Providência: processo na Presidência do TRF/1ª Região com despacho encaminhando o recurso ordinário interposto nos autos ao STJ		
0024219-56.2017.4.01.3900	27/3/2018	427 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0032416-36.2017.4.01.3500	7/12/2017	318 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0068303-45.2003.4.01.3800	21/11/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
1014763-28.2017.4.01.0000	19/12/2017	1710 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		
0023098-24.2015.4.01.0000	7/5/2015	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: proferida decisão de declinação de competência em 2/4/2019		
0068490-94.2009.4.01.0000	17/11/2009	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo incluído em lista de prioridades		





Nota: NI – Não informado.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Olindo Menezes

2.2 Turma

4ª Turma.

2.3 Competência

Processamento e julgamento dos feitos relativos a matéria penal em geral, improbidade administrativa e desapropriação.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Olindo Menezes.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Sim. Juiz Federal Saulo Casali Bahia. Períodos: 16/7 a 14/8/2018; 20/11 a 19/12/2018; 7/1 a 5/2/2019.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Dimas da Mota Casqueiro - chefe de gabinete desde 25/3/2019.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	2
Estagiários de nível superior	1
Outros	Servidores requisitados (com vínculo com o serviço público): 2

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)

Total em tramitação**	4.410
Processos suspensos/sobrestados	74
Processos conclusos	3.811
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	2

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.105
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	3.738
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	3.773
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.138
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não.	Sim.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim. Os critérios estabelecidos estão dispostos no art. 2º, § 1º da Resolução Presi 36/2017 - Consolidada, que abordam os processos mais antigos (100% dos distribuídos até 2012 e 85% dos distribuídos em 2013).
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não houve.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	No período de 2/2019 a 4/2019 foram julgados 151 processos pelo Desembargador Federal Olindo Menezes, e 04 processos pelo Juiz Federal Saulo Casali Bahia em Regime de Auxílio a distância.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	No mês de 2/2019 constavam conclusos ao Juiz Federal Saulo Casali Bahia 29 processos, em regime de auxílio de julgamento a distância. Até o início do mês de abril de 2019, foram julgados 4 processos. Constam conclusos, atualmente, 25 processos.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não houve.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	61
Mandados de segurança	20
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	12
Reclamações	2
Ações rescisórias	21
Outros	6

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.081
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	446
Recursos em ações civis públicas	513
Recursos em ações de desapropriação	77
Recursos em ações com preferência legal	10
Outros	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.933
Apelações cíveis	718
Agravos de instrumento	318
Outros	25

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	391
Ações penais	15
Inquéritos	53
<i>habeas corpus</i>	194
Revisões criminais	14
Outros	115

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	2.852
Apelações	2.640
Recursos em Sentido Estrito	190
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	1
Embargos infringentes e de nulidade	7
Outros	22

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	161

Apelações	136
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	15
Outros	12

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	46
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	40
Agravos legais/regimentais	33
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	31
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	4
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	4

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos concluídos, por ano de distribuição	
Ano atual	137
Ano anterior	1.022
2º ano anterior	835
3º ano anterior	591
4º ano anterior	341
5º ano anterior ou mais antigo	720

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	5* - Atualmente há somente 2 processos para voto-vista do Desembargador Federal Olindo Menezes, da sessão realizada no dia 9/4/2019.
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1* - Refere-se ao processo 0004719-35.2011.4.01.3505, cujo acórdão já foi publicado em 18/3/2019.
Total como relator para o acórdão	1* - Refere-se ao processo 0004719-35.2011.4.01.3505, cujo acórdão já foi publicado em 18/3/2019.

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	1.644
Total de Processos julgados*	1.052
Total de Processos baixados	1.494
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	592
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	150

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	110
Total de feitos verificados na inspeção anterior	90
Total de feitos não regularizados	7 - Sendo que 5 desses processos já foram julgados, mas retornaram com embargos de declaração/agravo regimental. Somente 2 não foram regularizados ainda.
Total de feitos não regularizados	67 - Sendo que 3 desses processos já foram julgados, mas retornaram com embargos de declaração. 64 ainda pendentes.

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	2.628
Processos julgados no ano anterior	1.613
Processos distribuídos no ano corrente	797
Processos julgados no ano corrente	369

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013

Pendentes em 31/12/2018	355
Porcentagem de atendimento da meta	83,4%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	314
Porcentagem de atendimento da meta	78,01%

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)

Pendentes	640
Porcentagem de atendimento da meta	71,94%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes	327
Porcentagem de atendimento da meta	70,09%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2018	725
Porcentagem de atendimento da meta	68,18%

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes	1.068
Porcentagem de atendimento da meta	48,68%

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Dados não fornecidos pela Divisão de Estatística
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Dados não fornecidos pela Divisão de Estatística
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Dados não fornecidos pela Divisão de Estatística
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Dados não fornecidos pela Divisão de Estatística

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018	
Pendentes em 31/12/2018	3
Porcentagem de atendimento da meta	116,07%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	4
Porcentagem de atendimento da meta	104,76%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Dados não fornecidos pela Divisão de Estatística
Processos baixados no ano anterior	Dados não fornecidos pela Divisão de Estatística
Processos julgados no ano anterior	Dados não fornecidos pela Divisão de Estatística
Processos distribuídos no ano corrente	Dados não fornecidos pela Divisão de Estatística
Processos baixados no ano corrente	Dados não fornecidos pela Divisão de Estatística
Processos julgados no ano corrente	Dados não fornecidos pela Divisão de Estatística

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018	13
Porcentagem de atendimento da meta	104,25%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes	13
Porcentagem de atendimento da meta	101,59%

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. De acordo com os termos do Ofício CJF-OFI-2018/4364, que encaminhou o relatório da inspeção/2017, constaram as seguintes recomendações: a) lista de processos para julgamento no prazo de 90 dias; b) processos para publicação de acórdão no prazo de 10 dias; c) lista de processos para inclusão em pauta no prazo de 30 dias; d) lista de processos para julgamento no prazo de 90 dias (Metas CNJ 18/2013, 4/2014 e 4/2016); e) lista de processos para julgamento no prazo de 90 dias (Meta 2 do CNJ dos anos de 2009 a 2016); f) processo para ser encaminhado ao Ministério Público Federal; g) restauração de autos no prazo de 90 dias.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) todos os processos dessa recomendação foram julgados; b) processos com acordãos já publicados; c) dos três processos constantes da lista, dois já foram julgados (0028765-28.2015.4.01.3900 e 0028764-43.2015.4.01.3900). Com relação ao outro processo, aguarda-se manifestação da União quanto a eventual perda de objeto (0036581-92.2013.4.01.0000); d) todos os processos dessa recomendação foram julgados; e) todos os processos dessa recomendação foram julgados; f) o processo constante da recomendação já está com baixa definitiva à origem, em razão de decisão terminativa; g) à recomendação deste item será dada solução em breve, tendo em vista tratar-se de agravo de instrumento cuja apelação da ação que o originou já foi julgada neste Tribunal, ensejando a perda de objeto do agravo.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

À recomendação tratada no item alínea "g" do item 6.2 será dada solução em breve, tendo em vista tratar-se de agravo de instrumento cuja apelação da ação que o originou já foi julgada neste Tribunal, ensejando a perda de objeto do agravo.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Em parte, sim. No que se refere às Metas 1-2018 (74,37% cumprida); 2-2018 (83,4% cumprida); 4-2018 (68,18% cumprida); 7-2018 (75,48% cumprida), sendo que o menor percentual ficou na faixa de 68,18% (Meta 4-2018 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa). Quanto às metas 6-2018 (Priorizar o julgamento das ações coletivas) e 8-2018 (Julgar no ano corrente, 70% das ações penais vinculadas a improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo), os percentuais chegaram a 116,07% e 104,25%, respectivamente.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

A rotina de trabalho adotada segue a mesma sistemática desde o início dos trabalhos no gabinete em 2012. Em linhas gerais, a área de assessoria (assessores e oficiais de gabinete) elabora as minutas de decisões/despachos e de relatórios e votos, as quais são revisadas pelo desembargador para eventual indicação de inclusão em pauta. A secretaria do gabinete segue com os procedimentos para preparação da pauta da sessão do dia (elaboração de sinopses, organização dos processos, impressão de documentos etc.), que é finalizada após conferência final e liberação para assinatura para encaminhamento à secretaria processante. Realiza, ainda, a triagem de todos os processos que chegam na unidade, com registro de código específico de acordo com a matéria, bem como procede à análise da prescrição dos processos criminais, com registro em planilha própria. A dificuldade para substituir servidores que se aposentam na unidade tem gerado déficit na força de trabalho para o cumprimento das metas.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0008370-56.2012.4.01.3500	27/6/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa

Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0006418-28.2011.4.01.3904	7/8/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0021643-19.2009.4.01.3400	31/7/2015	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do Gabinete.		
0013263-46.2005.4.01.3400	25/10/2006	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0014716-43.2014.4.01.3600	23/1/2015	318 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0073342-20.2016.4.01.0000	19/12/2016	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0055941-08.2016.4.01.0000	21/9/2016	1710 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do Gabinete.		
0011726-10.2017.4.01.0000	14/3/2017	244 - Reclamação
Observação/Providência: processo encaminhado à Quarta Turma com decisão terminativa. Arquivamento.		
0002323-11.2017.4.01.3300	22/3/2017	318 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
1005122-50.2016.4.01.0000	22/11/2016	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0005279-43.2017.4.01.3900	11/4/2017	318 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0005147-46.2017.4.01.0000	6/2/2017	1710 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do Gabinete.		
0003020-90.2013.4.01.3811	14/1/2016	417 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do Gabinete.		
0001581-45.2016.4.01.4100	22/4/2016	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do Gabinete.		
0001093-56.2017.4.01.4100	3/3/2017	413 - Agravo de Execução Penal

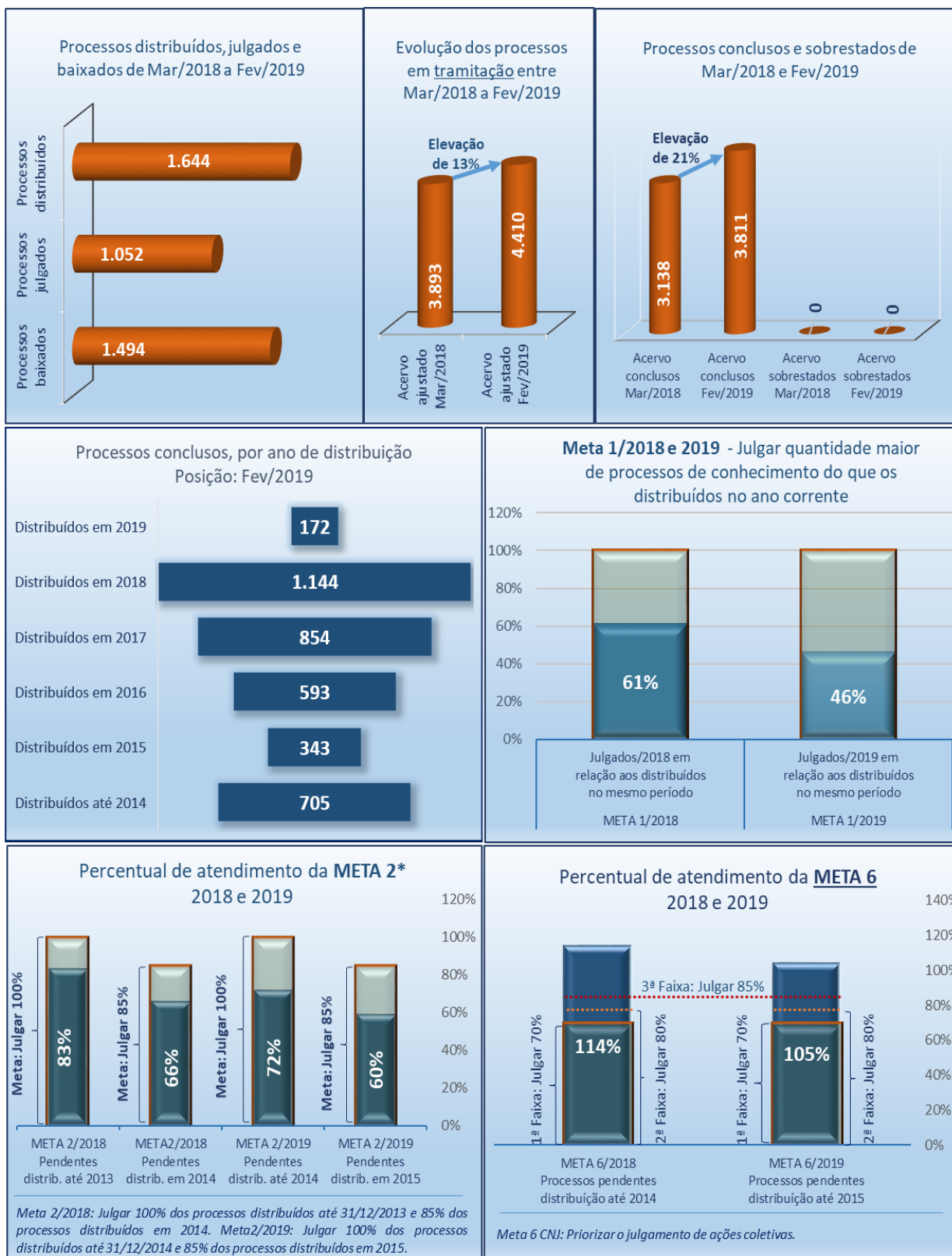
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0047329-47.2017.4.01.0000	19/9/2017	307 - habeas corpus
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0023029-94.2017.4.01.3500	6/12/2017	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0000180-46.2013.4.01.3605	17/6/2014	417 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0000351-22.2011.4.01.3201	27/5/2013	417 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0002729-35.2009.4.01.4101	3/6/2013	417 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamentos do dia 30/4/2019, da Quarta Turma.		
0001915-19.2010.4.01.3800	25/4/2013	417 - Apelação
Observação/Providência: processo como voto-vista em elaboração.		
0056843-58.2016.4.01.0000	28/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo em análise.		
0001767-83.2002.4.01.3801	3/10/2014	417 - Apelação
Observação/Providência: o acórdão será lavrado até o dia 22/4/2019.		
0017065-47.2009.4.01.4100	7/11/2011	417 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0003349-76.2010.4.01.3304	28/6/2011	417 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0042579-87.2013.4.01.3800	20/11/2014	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0017701-47.2007.4.01.3400	7/5/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0004360-24.2012.4.01.3902	9/12/2014	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do Gabinete.		
0000692-44.2009.4.01.3904	30/4/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do Gabinete.		
0000495-62.2012.4.01.3200	11/6/2015	426 - Recurso em Sentido Estrito

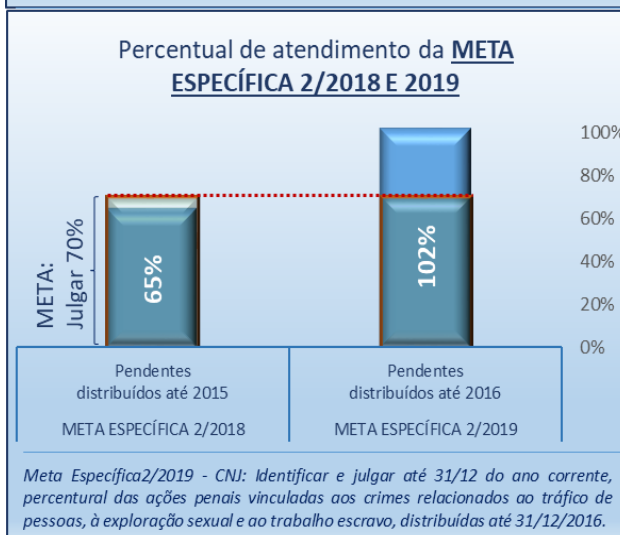
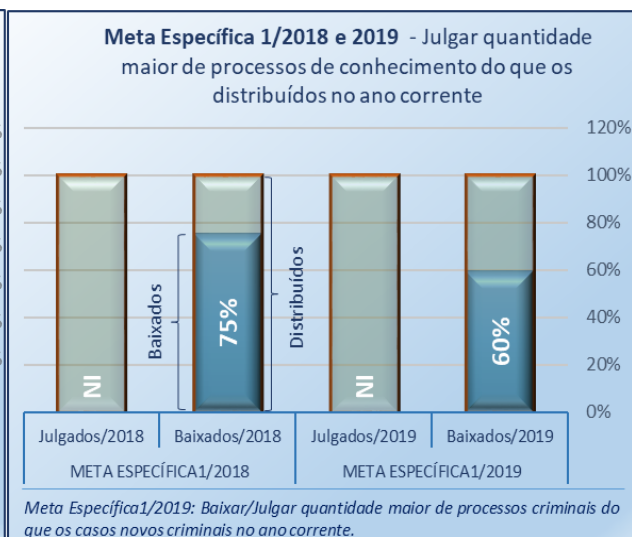
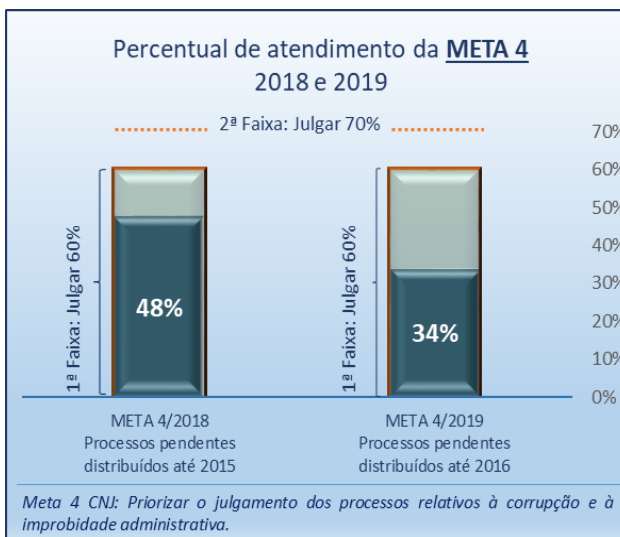
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0000167-50.2004.4.01.3900	14/11/2006	417 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0001702-42.2007.4.01.3307	25/6/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0001135-45.2016.4.01.3905	4/8/2016	323 - Exceção de Impedimento
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0001470-83.2004.4.01.3000	18/12/2006	417 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0008964-49.2003.4.01.3900	24/9/2012	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0064986-07.2014.4.01.0000	25/11/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0000099-07.1998.4.01.3902	12/3/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do Gabinete.		
0002331-05.2006.4.01.3904	22/5/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0003107-37.2017.4.01.3801	10/5/2017	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0026650-65.2004.4.01.3400	31/1/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0036415-21.2017.4.01.0000	24/7/2017	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 26/2/2019, da Quarta Turma.		
0026729-05.2017.4.01.0000	31/5/2017	307 - <i>habeas corpus</i>
Observação/Providência: o processo será levado a julgamento na sessão do dia 16/4/2019, da Quarta Turma.		
0001958-87.2008.4.01.3100	7/11/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0008570-50.2009.4.01.3603	26/5/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		

0002412-51.2006.4.01.3807	2/3/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0054089-12.2017.4.01.0000	25/10/2017	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0058215-08.2017.4.01.0000	6/12/2017	326 - Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0027723-33.2017.4.01.0000	6/6/2017	330 - Arresto / Hipoteca Legal
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0027588-21.2017.4.01.0000	6/6/2017	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0017023-95.2017.4.01.0000	18/4/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0053767-65.2012.4.01.0000	28/8/2012	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo com decisão terminativa de declínio de competência em razão de perda de foro por prerrogativa de função do investigado.		
0058722-13.2010.4.01.0000	21/9/2010	310 - Pedido de quebra de sigilo de dados telefônicos
Observação/Providência: processo concluso para análise.		
1003141-15.2018.4.01.0000	6/2/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 20/2/2019, da Segunda Seção, com trânsito em julgado em 14/3/2019.		
0044885-41.2017.4.01.0000	5/9/2017	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: processo encaminhado à Secretaria Processante, com decisão terminativa.		
0046777-92.2011.4.01.0000	17/8/2011	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0059796-05.2010.4.01.0000	14/10/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamentos do dia 30/4/2019, da Quarta Turma.		
0051335-05.2014.4.01.0000	10/9/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0040193-96.2017.4.01.0000	9/8/2017	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0013840-35.2007.4.01.3600	24/10/2014	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade

Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0066991-65.2015.4.01.0000	1/12/2015	231 - Impugnação ao Valor da Causa
Observação/Providência: Processo concluso para análise de agravo interno interposto.		
0001963-80.2016.4.01.3601	22/3/2017	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0025649-69.2018.4.01.0000	24/9/2018	291 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do Gabinete.		
0000707-88.2009.4.01.3200	27/11/2013	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: processo concluso para relatório e voto. Inserido na programação de julgamento do gabinete.		
0001510-92.2005.4.01.3400	9/6/2006	216 - Arguição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: processo com despacho determinando vista às partes e à União, e encaminhamento ao MPF para parecer. Em processamento.		
0058208-16.2017.4.01.0000	6/12/2017	313 - Pedido de Prisão Preventiva
Observação/Providência: processo encaminhado à Secretaria Processante, com despacho para intimação do requerido e para vista à Procuradoria Regional da República.		
0028871-36.2004.4.01.0000	24/9/2004	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: processo julgado no dia 4/4/2019, na sessão da Corte Especial Judiciária.		

10 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





Nota: NI – Não informado.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL - 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Néviton Guedes.

2.2 Turma

4ª Turma e 2ª Seção.

2.3 Competência

Penal, Improbidade Administrativa e Desapropriação.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Néviton Guedes.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não. O magistrado assumiu este acervo em 20/3/2017.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Angelo de Mendonça Alho Teixeira - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Estagiários de nível superior	3
Servidores efetivos	15

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo <u>do gabinete</u>*(Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	4.560
Processos suspensos/sobrestados	76
Processos conclusos	4.121
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma Suplementar	4

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.341
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	3.763
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	4.073
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.215
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar sim ou não.	Sim. Resolução 36 /TRF1 - Regime de Auxílio.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim. Processos pendentes de cumprimento de metas do CNJ nas Turmas do TRF1.

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Prejudicado - Dados não repassados pela Divisão de Estatísticas.
Indicar a evolução do acervo antes e depois da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar n. na data anterior e n. na data posterior.	Prejudicado - dados não repassados pela Divisão de Estatísticas.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	61
Mandados de segurança	20
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	14
Reclamações	4
Ações rescisórias	18
Outros	6

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.578
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações populares	2
Recursos em ações de improbidade administrativa	525
Recursos em ações civis públicas	607
Recursos em ações de desapropriação	101
Recursos em ações com preferência legal	8
Outros	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.052
Apelações cíveis	897
Agravos de instrumento	644
Outros	10

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	496
Ações penais	22
Inquéritos	117
<i>habeas corpus</i>	215
Revisões criminais	26
Outros	116

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	2.474
Apelações	2.347
Recursos em Sentido Estrito	97
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	1
Embargos infringentes e de nulidade	19
Outros	30

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	209
Apelações	184
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	13
Outros	15

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	99
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	83
Agravos legais/regimentais	63
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	58
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	27
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	16

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	149
Ano anterior	1.143
2º ano anterior	888
3º ano anterior	673
4º ano anterior	381
5º ano anterior ou mais antigo	774

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	4
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	1

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	1.576

Total de processos julgados*	797
Total de processos baixados	1.252
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	779
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	324

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	171
Total de feitos verificados na inspeção anterior	161

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	2.577
Processos julgados no ano anterior	1.422
Processos distribuídos no ano corrente	776
Processos julgados no ano corrente	340

5.2. META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	237
Porcentagem de atendimento da meta	87,1%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	371
Porcentagem de atendimento da meta	75,92%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes	581
Porcentagem de atendimento da meta	71,82%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes	337
Porcentagem de atendimento da meta	75,24%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2018	523
Porcentagem de atendimento da meta	73,42%

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes	860
Porcentagem de atendimento da meta	46,42%

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Prejudicado. Informação não repassada pela Divisão de Estatística.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Prejudicado. Informação não repassada pela Divisão de Estatística.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Prejudicado. Informação não repassada pela Divisão de Estatística.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Prejudicado. Informação não repassada pela Divisão de Estatística.

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	10
Porcentagem de atendimento da meta	67,67%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	17
Porcentagem de atendimento da meta	49,45%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Prejudicado. Informação não repassada pela Divisão de Estatística.
Processos baixados no ano anterior	Prejudicado. Informação não repassada pela Divisão de Estatística.

Processos julgados no ano anterior	Prejudicado. Informação não repassada pela Divisão de Estatística.
Processos distribuídos no ano corrente	Prejudicado. Informação não repassada pela Divisão de Estatística.
Processos baixados no ano corrente	Prejudicado. Informação não repassada pela Divisão de Estatística.
Processos julgados no ano corrente	Prejudicado. Informação não repassada pela Divisão de Estatística.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018	17 - Dados repassados pela Divisão de estatísticas abrange ações penais vinculadas a Improbidade Administrativa, Tráfego de Pessoas e Trabalho Escravo.
Porcentagem de atendimento da meta	111,97% - Dados repassados pela Divisão de estatísticas abrange ações penais vinculadas a Improbidade Administrativa, Tráfego de Pessoas e Trabalho Escravo.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes	23 - Dados repassados pela Divisão de estatísticas abrange ações penais vinculadas a Improb. Adm., Tráf. de Pessoas e Trab. Escravo.
Porcentagem de atendimento da meta	56,39% - Dados repassados pela Divisão de estatísticas abrange ações penais vinculadas a Improb. Adm., Tráf. de Pessoas e Trab. Escravo.

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Devido à limitação de caracteres, não é possível transcrever todas as recomendações, mas destaco que essas constam no Relatório de Inspeção ordinária no Tribunal Regional Federal da 1ª Região - 20 a 29/3/2017.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Os processos listados, foram, em sua maioria, julgados ou receberam a movimentação processual necessária, sendo dada sempre preferência aos casos previstos em lei, réu preso, distribuição mais antiga na origem, risco de prescrição. Processos que constam com réu preso estão devidamente etiquetados, tanto os físicos quanto os digitais. Foi dada atenção à agilidade na lavratura de acórdãos e demais rotinas processuais posteriores ao julgamento. Dados processuais foram atualizados no momento em que a tramitação ocorreu. A instituição de metas coletivas e individuais é prática corrente. A capacitação de servidores é estimulada, tendo essa unidade, inclusive, participado da última reunião com a Seção de Ações Educacionais Virtuais - Seavi visando ao oferecimento de treinamentos aos servidores em áreas específicas do gabinete. A disponibilização das minutas a outros gabinetes dá-se de modo constante, procurando-se fornecê-las com brevidade.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

As recomendações pendentes referem-se apenas ao julgamento de processos, os quais estão sendo priorizados.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim. Metas 2, 4/2019 e 6. Dar prioridade aos processos contidos nessas situações.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

A unidade estimula o intercâmbio de ideias e práticas com outras unidades do tribunal, havendo contato constante com outros gabinetes, visando aprimorar as rotinas e desenvolver novas metodologias de trabalho, em especial no que concerne à expansão dos processos digitais. A maior dificuldade da unidade é relativa à falta de servidores, circunstância essencial para maior produtividade, e, conseqüentemente, maior celeridade no julgamento dos feitos em tramitação.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

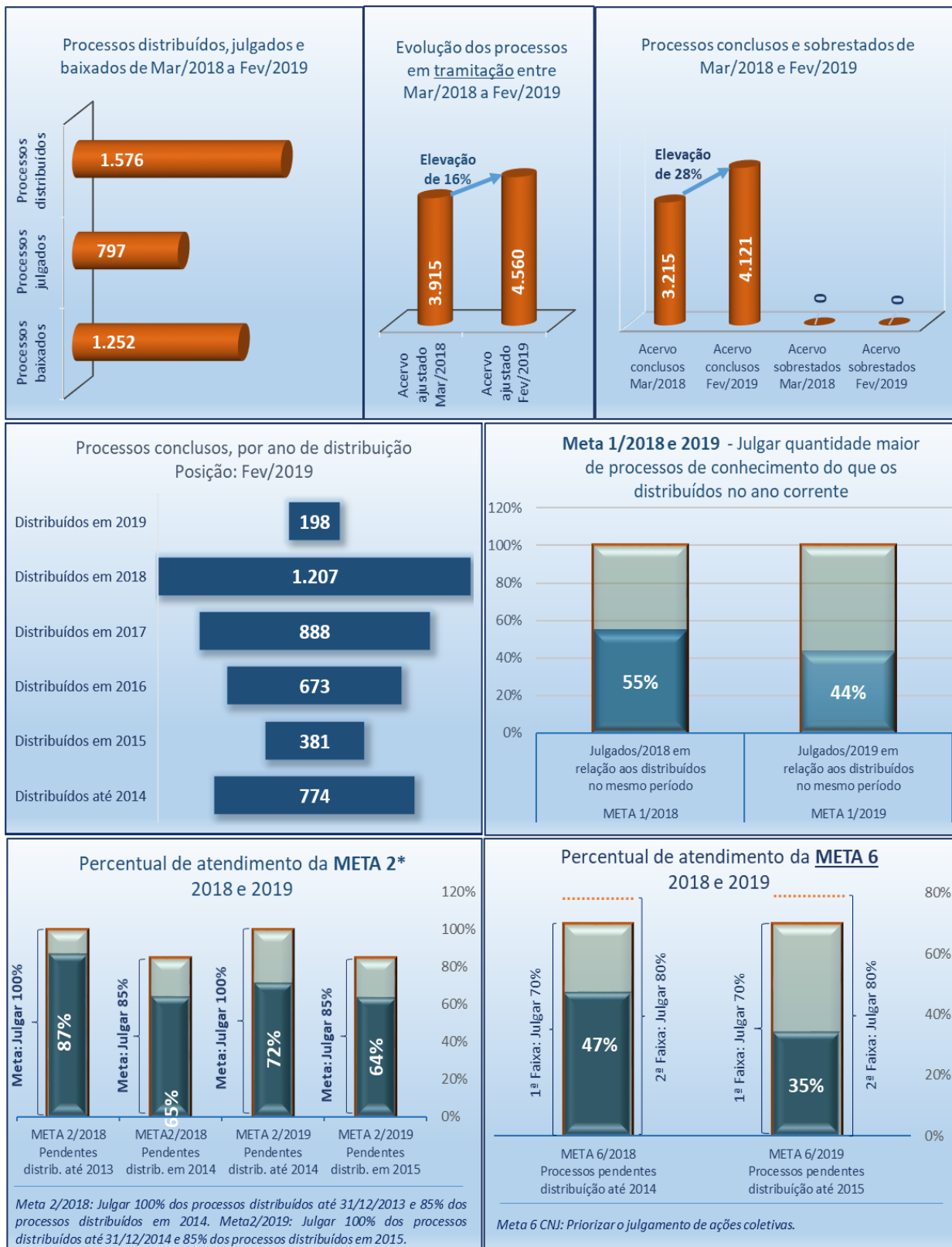
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0023983-38.2015.4.01.0000	12/5/2015	202 - Agravo de Instrumento
Ato ordinatório proferido em 3/ 4/2019 determinou a intimação da parte agravada para que se manifestasse sobre a interposição de agravo interno.		
0057205-94.2015.4.01.0000	16/10/2015	428 - Revisão Criminal
Priorizar apreciação do agravo regimental interposto		
0007251-18.2007.4.01.3700	28/1/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Considerando a oposição de embargos de declaração pelo FNDE, em 3/ 4/2019 foi proferido ato ordinatório determinando a intimação da parte embargada para apresentação de contrarrazões.		
0038184-30.2009.4.01.3400	13/10/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Priorizar julgamento.		
0008653-58.2003.4.01.3900	29/7/2014	65 - Ação Civil Pública
Priorizar julgamento.		
1001737-31.2015.4.01.0000	10/9/2015	120 - Mandado de Segurança
Priorizar julgamento.		
1000021-03.2014.4.01.0000	11/12/2014	120 - Mandado de Segurança
Priorizar decisão nos autos.		
0050040-64.2013.4.01.0000	27/8/2013	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Apresentadas as alegações finais pelas partes, priorizar relatório e inclusão em pauta de julgamento.		
0068713-71.2014.4.01.0000	25/11/2014	1710 - Mandado de Segurança
Priorizar julgamento.		
0064767-42.2015.4.01.3400	1/12/2015	318 - Exceção de Suspeição
Priorizar apreciação da manifestação ministerial, bem como julgamento do recurso.		
0012018-40.2014.4.01.3802	17/12/2015	417 - Apelação
Priorizar decisão, atentando-se à petição da União acostado à fl. 440.		
0003617-54.2016.4.01.3811	17/3/2017	417 - Apelação
Autos encontram-se conclusos desde 27/3/2017. Considerando que a prescrição da pretensão punitiva estatal se concretizará apenas em 18.12.2024, estes não foram priorizados.		
0000062-55.2012.4.01.3201	27/1/2015	417 - Apelação
Priorizar voto relator e encaminhamento ao revisor.		
0020575-39.2015.4.01.0000	23/4/2015	428 - Revisão Criminal
Priorizar voto relator.		
0022816-15.2017.4.01.0000	10/5/2017	313 - Pedido de Prisão Preventiva
Este PePrPr está relacionado à APN 22815-30.2017.4.01.0000. O requerido André Luis Costa Donato figurava dentre os réus daquela APN, porém o feito fora desmembrado e os autos a ele relativos, encaminhados à Primeira Instância. Priorizar decisão.		

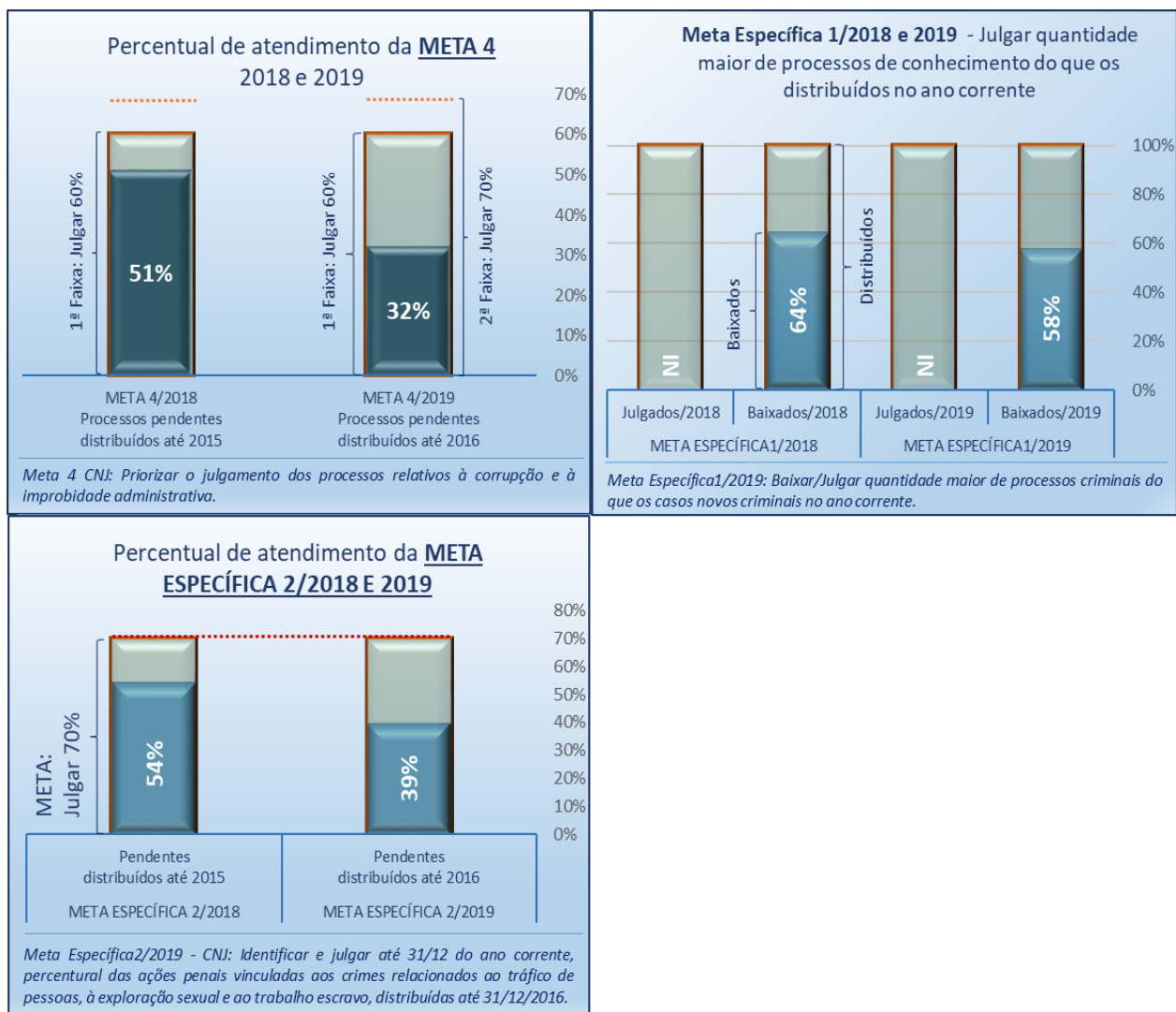
0059659-76.2017.4.01.0000	11/1/2018	307 - Habeas corpus
Priorizar inclusão em pauta de julgamento		
0014164-43.2016.4.01.0000	17/3/2016	307 - Habeas corpus
Priorizar julgamento.		
0058773-77.2017.4.01.0000	12/12/2017	307 - Habeas corpus
Priorizar inclusão em pauta de julgamento.		
0000795-08.2001.4.01.4300	20/9/2012	417 - Apelação
Priorizar voto revisor e inclusão em pauta.		
0003019-56.2013.4.01.3601	4/9/2014	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Priorizar voto revisor e inclusão em pauta de julgamento.		
0061870-22.2016.4.01.0000	17/10/2016	428 - Revisão Criminal
Processo incluído na pauta de julgamentos do dia 03.04.2019.		
0003149-12.2014.4.01.3601	5/2/2016	417 - Apelação
Priorizar voto revisor.		
0055366-51.2013.4.01.3800	25/4/2016	417 - Apelação
Priorizar voto revisor.		
0058212-53.2017.4.01.0000	6/12/2017	428 - Revisão Criminal
Priorizar voto revisor.		
0002299-74.2009.4.01.3813	17/2/2014	198 - Apelação
Voto vista apresentado na sessão de julgamento de 25/3/2019, oportunidade em que a Turma, à unanimidade, deu parcial provimento às apelações, nos termos do voto relator.		
0010280-87.2014.4.01.3811	26/8/2015	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Priorizar lavratura do acórdão.		
1002673-56.2015.4.01.0000	1/12/2015	183 - Cautelar Inominada
O processo atualmente pertence ao acervo da Exma. Desembargadora Federal Daniele Maranhão.		
0027507-56.2010.4.01.3900	30/11/2011	198 - Apelação
Priorizar julgamento.		
0017007-06.2006.4.01.3500	19/12/2011	417 - Apelação
Priorizar julgamento dos embargos declaratórios.		
0018935-98.2006.4.01.3400	26/2/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Priorizar análise da cota ministerial.		
0000134-10.2005.4.01.3000	14/3/2005	198 - Apelação
Autos conclusos ao relator para juízo de retratação. Priorizar o julgamento.		
0005602-27.2008.4.01.4300	17/1/2012	198 - Apelação
Priorizar julgamento.		
0023880-24.2008.4.01.3800	1/3/2012	426 - Recurso em Sentido Estrito
Priorizar julgamento do Recurso em Sentido Estrito, considerando o julgado do REsp e o retorno dos autos a este Tribunal.		

0060444-82.2010.4.01.0000	28/9/2010	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Processo encontra-se na DIFEP, considerando a certidão de sobrestamento acostada à fl. 254, bem como julgamento dos autos principais (1333-02.2004.4.01.4100).		
0000386-77.2005.4.01.3302	30/3/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Priorizar julgamento.		
0001333-02.2004.4.01.4100	18/11/2008	198 - Apelação
Priorizar julgamento.		
0005050-69.2006.4.01.3900	3/12/2013	426 - Recurso em Sentido Estrito
Priorizar julgamento do Recurso em Sentido Estrito.		
0002721-05.2011.4.01.3902	15/9/2014	208 - Embargos Infringentes
Priorizar relatório e encaminhamento ao revisor.		
0003917-30.2008.4.01.3800	22/4/2013	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Priorizar decisão de admissibilidade dos embargos.		
0009013-25.2013.4.01.3000	1/4/2014	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Processo foi encaminhado ao MPF para parecer, nos termos do art. 311, § 4ª do Regimento Interno/TRF1, tendo retornado os autos em 2/4/2019. Priorizar relatório.		
0011714-64.2015.4.01.0000	13/3/2015	428 - Revisão Criminal
Interposto agravo interno, foi determinada a intimação da parte agravada para, querendo, no prazo legal, apresentar manifestação, nos termos do art. 1.021, § 2º/CPC, em 05.04.2019.		
0010714-98.2012.4.01.3600	17/12/2014	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Priorizar julgamento dos embargos infringentes.		
0003910-40.1996.4.01.4000	30/3/2015	427 - Reexame Necessário
Priorizar julgamento.		
0045974-80.2000.4.01.3400	27/6/2014	427 - Reexame Necessário
Processo incluído na pauta de julgamento do dia 22.04.2019.		
0057693-83.2014.4.01.0000	9/10/2014	428 - Revisão Criminal
Priorizar análise do agravo interno interposto.		
0005068-43.2012.4.01.0000	31/1/2012	428 - Revisão Criminal
Priorizar julgamento.		
0067676-43.2013.4.01.0000	11/11/2013	428 - Revisão Criminal
Priorizar voto relator, com posterior encaminhamento ao revisor.		
0066328-53.2014.4.01.0000	14/11/2014	1710 - Mandado de Segurança
Priorizar julgamento.		
0022847-35.2017.4.01.0000	10/5/2017	307 - <i>habeas corpus</i>
Priorizar julgamento.		
0001720-30.2007.4.01.3900	27/7/2011	413 - Agravo de Execução Penal
Processo incluído na pauta de julgamento do dia 22.04.2019.		
0006198-69.1997.4.01.3500	1/2/2006	413 - Agravo de Execução Penal

Processo julgado em 26.03.2019, tendo a 4ª Turma, à unanimidade, negado provimento ao agravo em execução.		
0026480-30.2012.4.01.0000	10/5/2012	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Considerando que as partes já apresentaram alegações finais, priorizar relatório e inclusão em pauta de julgamento.		
1009968-76.2017.4.01.0000	0/11/2017	307 - Habeas corpus
Suscitado conflito de competência em 29/11/2017, os autos encontram-se na Corip, para redistribuição à Corte Especial.		
0000018-03.2008.4.01.4001	23/4/2013	208 - Embargos Infringentes
Notada a ausência de intimação dos embargados quanto à oposição dos embargos infringentes, proferiu-se ato ordinatório com essa finalidade, em 4/4/2019.		
1012848-41.2017.4.01.0000	30/11/2017	307 - Habeas corpus
Processo encontra-se concluso no gabinete da Presidência/TRF1. Sessão de julgamento realizada em 21/2/2018, e acórdão lavrado em 5/ 3/2018, com denegação da ordem.		
0000067-45.2006.4.01.3700	18/12/2008	198 - Apelação
Processo incluído, em 27/ 3/2019, na pauta de julgamento do dia 9/ 4/2019.		
0046858-31.2017.4.01.0000	15/9/2017	307 - Habeas corpus
Embargos de declaração rejeitados pela 4ª Turma, à unanimidade, em julgamento no dia 12/3/2019. Acórdão publicado em 20//3/2019.		
0061827-56.2014.4.01.0000	28/10/2014	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Priorizar decisão sobre o requerimento pericial formulado pelo réu Valter Miotto Ferreira.		
1012839-79.2017.4.01.0000	30/11/2017	307 - Habeas corpus
Julgamento realizado em sessão do dia 1/3/2018, com acórdão lavrado em 5/ 3/2018, denegando a ordem. Em 14/8/2018, os autos foram remetidos, em grau de recurso, ao STJ.		
0030662-83.2017.4.01.0000	21/6/2017	330 - Arresto / Hipoteca Legal
Priorizar julgamento.		
0036089-08.2010.4.01.0000	2/7/2010	202 - Agravo de Instrumento
Incluído na pauta de julgamento do dia 22/4/2019.		
0032101-47.2008.4.01.0000	2/7/2008	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Apreciar manifestação do MPF quanto ao declínio de competência destes autos. Priorizar.		
0015011-17.1994.4.01.0000	15/6/1994	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Priorizar julgamento dos embargos declaratórios opostos.		
0031093-30.2011.4.01.0000	1/6/2011	327 - Embargos de Terceiro
Priorizar decisão.		
0030677-72.2005.4.01.0000	29/8/2005	202 - Agravo de Instrumento
Priorizar novo julgamento dos embargos de declaração opostos, conforme determinado no julgamento do Recurso Especial constante nos autos.		
0005591-73.2018.4.01.4000	28/8/2018	318 - Exceção de Suspeição
Priorizar julgamento.		
0029131-30.2015.4.01.0000	2/6/2015	313 - Pedido de Prisão Preventiva
Priorizar a análise da manifestação do Ministério Público Federal às fls. 1.141/1.142.		

10 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 67 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 61 físicos e 6 eletrônicos.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0023983-38.2015.4.01.0000	0057205-94.2015.4.01.0000	1001737-31.2015.4.01.0000
1000021-03.2014.4.01.0000	0050040-64.2013.4.01.0000	0068713-71.2014.4.01.0000
0000062-55.2012.4.01.3201	0020575-39.2015.4.01.0000	0022816-15.2017.4.01.0000
0003019-56.2013.4.01.3601	0058212-53.2017.4.01.0000	0002721-05.2011.4.01.3902
0003917-30.2008.4.01.3800	0009013-25.2013.4.01.3000	0011714-64.2015.4.01.0000

0010714-98.2012.4.01.3600	0057693-83.2014.4.01.0000	0005068-43.2012.4.01.0000
0067676-43.2013.4.01.0000	0066328-53.2014.4.01.0000	0026480-30.2012.4.01.0000
0000018-03.2008.4.01.4001	0032101-47.2008.4.01.0000	0015011-17.1994.4.01.0000
0031093-30.2011.4.01.0000	0030677-72.2005.4.01.0000	0029131-30.2015.4.01.0000

b) julgar no prazo de 30 dias:

0012018-40.2014.4.01.3802	0003617-54.2016.4.01.3811
---------------------------	---------------------------

c) regularizar a fase processual no sistema: 1002673-56.2015.4.01.0000

d) lavrar acórdão em 30 dias: 0010280-87.2014.4.01.3811

e) apreciar petição em 30 dias: 1012848-41.2017.4.01.0000

12 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O gabinete é composto de secretaria e assessoria. Os autos são localizados em armários e em um depósito onde ficam os processos sem data de prescrição próxima. Os processos são organizados por tema, proximidade da data de prescrição, preferências legais e prioridades constantes em relatórios do CJF/CNJ. Há organização, separadamente, dos processos em que há réu preso. As movimentações internas são realizadas pelo sistema Juris. No PJe os processos são organizados de acordo com a competência e com o ato judicial a ser proferido. Além dos relatórios obtidos no sistema Juris, a Divisão de Estatística – Diest do TRF1, fornece relatórios gerais do acervo. O gabinete controla planilhas de uso interno, analisando a data da prescrição, os processos com voto-vista e os pedidos liminares. Há metas semanais de produtividade por servidor, variando de acordo com as peculiaridades de cada processo. Há controle periódico de produtividade, utilizando-se relatórios repassados pela coordenadoria da 4ª Turma e pela coordenadoria da Corte especial e das Seções. Os resultados são acompanhados pelas chefias, bem como pelo próprio desembargador, que estimula o *feedback* necessário aos colaboradores por parte das chefias, sendo realizadas reuniões visando mostrar a situação do acervo, bem como fomentar melhores resultados, estimulando a produtividade individual. Há, ainda, metas próprias do gabinete, que tratam de crimes específicos, com vistas a agilizar os feitos. Quando necessário, são realizadas mutirões para o alcance de metas específicas. O atendimento aos advogados é realizado por agendamento. Todas as movimentações processuais são registradas no sistema.

13 RECOMENDAÇÕES

- 1) Cumprir as recomendações do item 11;
- 2) cumprir as Metas 1 e 2 do CNJ;
- 3) analisar mensalmente os resultados obtidos em função das metas estabelecidas, revendo as necessidades e fazendo as devidas adaptações;
- 4) regularizar a movimentação processual em relação ao Processo 0029620-43.2001.4.01.3400, apontado na inspeção anterior;

5) priorizar o julgamento dos processos com réu preso, preferências legais, metas do CNJ;

6) lançar no sistema processual dados do cálculo prescricional e das prioridades de julgamento.

Recomenda-se a inclusão da unidade jurisdicional em sistema permanente de acompanhamento de metas.

GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL DANIELE MARANHÃO

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete de Desembargadora Federal Daniele Maranhão Costa

2.2 Turma

5ª Turma.

2.3 Competência

Competência: licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; Direito Ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):

Desembargadora Federal Daniele Maranhão Costa.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe da assessoria – em exercício - Henhoch Montenegro de Alencar Mattos Filho-
TR 56703 - analista judiciário.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	0

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo <u>do gabinete</u> * (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	22.379
Processos suspensos/sobrestados	41
Processos conclusos	19.866
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	35
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	81

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	21.400
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	21.123
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	16.155
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	16.727
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar sim ou não.	Sim.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Estão sendo contemplados os processos físicos e eletrônicos relacionados à Meta 2, priorizada a atribuição de processos distribuídos até 2014, obedecendo o determinado pela Resolução Presi 36, 1/9/2017.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves - de 1/9/2017 a 15/10/2018 - 269 processos julgados - Juíza Federal Renata Mesquita Ribeiro Quadros - de 15/10/2018 até abril de 2019 - 78 processos julgados.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar número na data anterior e número na data posterior)	346 processos julgados
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	453
Mandados de segurança	80
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	94
Reclamações	13
Ações rescisórias	76
Outros	190

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	21.822
Recursos em mandados de segurança coletivos	36
Recursos em ações populares	65
Recursos em ações de improbidade administrativa	88
Recursos em ações civis públicas	791
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	366
Outros	35

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	21.822
Apelações cíveis	14.358
Agravos de instrumento	6.686
Outros	1

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	8
Ações penais	0
Inquéritos	1
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	7

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	28
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	455
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	408
Agravos legais/regimentais	697
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	680
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	49
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	39

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	11
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	358
Ano anterior	1936
2º ano anterior	2667
3º ano anterior	2062

4º ano anterior	1411
5º ano anterior ou mais antigo	7721

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	17
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.796
Total de processos julgados*	3.995
Total de processos baixados	5.571
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	1.801
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	225

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos não regularizados	Dos 135 processos pendentes na última autoinspeção, 107 já foram julgados por decisão monocrática ou colegiada. Um processo (0056620-67.2000.4.01.0000) encontra-se extraviado e não pertence ao acervo deste gabinete, conforme informação constante do item 3.15 do questionário da autoinspeção de 2018, encaminhado ao CJF. 3 processos (0042739-32.2014.4.01.0000/066784-37.2013.4.01.0000 e 0000396-07.2009.4.01.4200) terão decisões exaradas nos próximos 10 dias. 6 processos (0008620-83.2007.4.01.3300/0017524-47.2007.4.01.3800/0038447-31.2006.4.01.3800/0010324-34.2007.4.01.3300/0019093-94.2008.4.01.3300/0010311-17.2007.4.01.3500) tratam de expurgos inflacionários, sobrestados por deliberação

	da 2ª Seção do STJ, na sessão de julgamento de 28/11/2018, em virtude de decisão proferida pelo STF no RE 632.212(DJe 7/11/2018). 13 processos pautados para as seguintes datas: - 15/5/19: 0027953-56.2009.4.01.0000; - 22/5/19: 0058535-05.2010.4.01.0000/0009038-31.2006.4.01.352/0021006-19.2005.4.01.3300/0025503-13.2004.4.01.3300; - 29/5/19: 0001180-40.1997.4.01.3800 e - 21/5/19: 0021182-50.2005.4.01.3800/0004640-28-28.1998.4.01.3500/005301-41.1992.4.01.0000/0039368-17.2001.4.01.0000/0029132-30.2006.4.01.0000/0001180-40.1997.4.01.3800/0020887-69.2002.4.01.0000/0024620-04.2006.4.01.0000. 5 processos remanescentes que estão contemplados na relação de processos da autoinspeção de 2019, com as informações das providências adotadas.
Total de feitos verificados na inspeção anterior	51 processos - a última inspeção ocorrida neste gabinete data de 20 a 29/3/2017, na gestão da Desembargadora Neuza Alves, já aposentada e a inspeção incidiu sobre outro acervo.
Total de feitos não regularizados	O acervo objeto da inspeção de 2017 pertence, desde abril/2017, ao Desembargador Federal Néviton Guedes
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	135 - última autoinspeção: 1/10 a 13/11/2018

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	5.117
Processos julgados no ano anterior	4.913
Processos distribuídos no ano corrente	1.763
Processos julgados no ano corrente	910

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	5.414
Porcentagem de atendimento da meta	46,28%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	1.539
Porcentagem de atendimento da meta	74,17%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes	6.801
Porcentagem de atendimento da meta	48,15%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes	1.306
Porcentagem de atendimento da meta	66,85%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2018	3
Porcentagem de atendimento da meta	0%

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes	4
Porcentagem de atendimento da meta	0%

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	1
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	1

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	277

Porcentagem de atendimento da meta	72,19%
------------------------------------	--------

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes	317
Porcentagem de atendimento da meta	57,73%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Como já informado no item 4.17, a última inspeção ocorrida neste gabinete data de 20 a 29/3/2017, na gestão da Desembargadora Neuza Alves, já aposentada, incidiu sobre o acervo que pertence, desde abril de 2017, ao Desembargador Federal Néviton Guedes.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Prejudicado

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Prejudicado

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim. 2018: - Meta 2: distribuídos até 2013: 46,28% e distribuídos até 2014: 74,17% (itens 5.2 e 5.3); - Meta 6: distribuídos até 2014: 72,19% (itens 5.9). Os processos remanescentes foram separados e estão sendo objeto de especial atenção, com prioridade de inclusão nas pautas do ano em curso.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Há um reforço contínuo na conscientização dos servidores quanto à importância do trabalho realizado, notadamente em razão da matéria que compõe o acervo do gabinete, além do retorno para cada servidor, acerca de sua produtividade em cada ciclo de análise.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0003772-62.2008.4.01.3803	25/9/2008	-
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento do dia 9/4/2019.		
0036308-16.2013.4.01.0000	1/7/2013	-
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de despacho.		
0037951-65.2007.4.01.3800	17/8/2010	-
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, para decisão no prazo de 30 dias.		
0037678-91.2004.4.01.3800	23/2/2011	-
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento do dia 22/5/2019.		

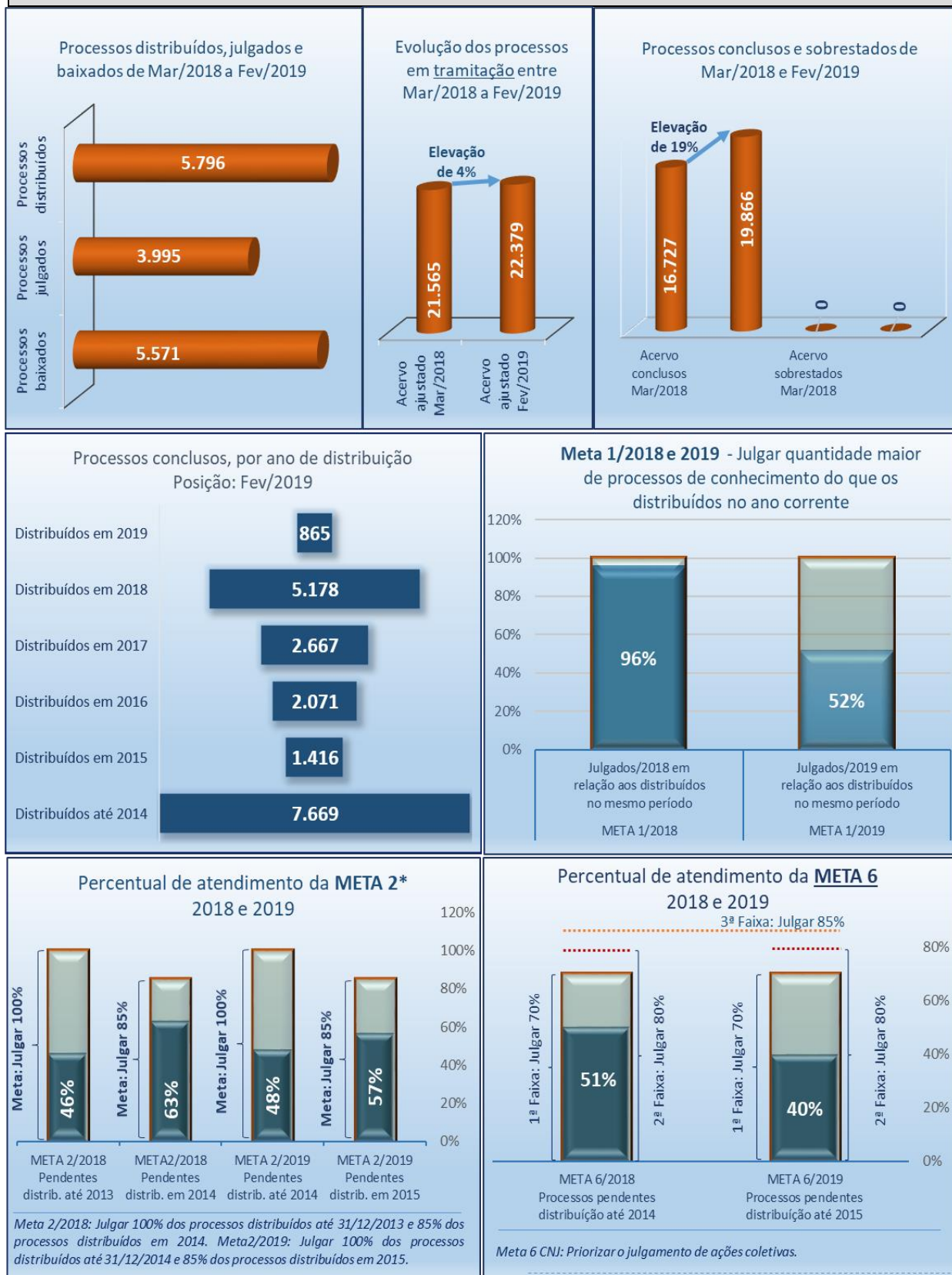
0016530-19.2007.4.01.3800	30/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo sobrestado atendendo deliberação da 2ª Seção do STJ, sessão de julgamento de 28/11/2018.		
0021584-02.2007.4.01.3400	5/6/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo sobrestado atendendo deliberação da 2ª Seção do STJ, sessão de julgamento de 28/11/2018.		
0001210-81.2007.4.01.3814	17/12/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo sobrestado atendendo deliberação da 2ª Seção do STJ, sessão de julgamento de 28/11/2018.		
0001712-20.2007.4.01.3814	31/3/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo sobrestado atendendo deliberação da 2ª Seção do STJ, sessão de julgamento de 28/11/2018.		
0017074-91.2003.4.01.3300	11/11/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo consta da pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0006680-80.2012.4.01.3600	13/5/2016	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento do dia 22/5/2019.		
0015130-16.2015.4.01.3500	24/10/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 3/4/2019.		
0000092-46.2010.4.01.3400	2/10/2015	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: processo na pauta de julgamento do dia 15/5/2019.		
0000290-58.2012.4.01.4000	14/7/2014	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: processo na pauta de julgamento do dia 15/5/2019.		
0001276-14.2008.4.01.3301	15/2/2011	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 29/5/2019.		
0017342-48.2017.4.01.3400	27/6/2017	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento do dia 22/5/2019.		
0001138-04.2009.4.01.3304	19/5/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de despacho no prazo de 30 dias.		
0001143-58.2011.4.01.3303	28/1/2015	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de despacho no prazo de 30 dias.		
1000067-55.2015.4.01.0000	22/1/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de despacho no prazo de 30 dias (Matéria Tributária - incompetência da 3ª Seção) - analisar prevenção.		
1000915-42.2015.4.01.0000	26/5/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de decisão no prazo de 30 dias (perda de objeto).		
1000976-97.2015.4.01.0000	6/6/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de decisão no prazo de 30 dias.		

0006684-53.2012.4.01.0000	8/2/2012	241 - Petição
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de despacho, no prazo de 30 dias.		
0050841-14.2012.4.01.0000	15/8/2012	244 - Reclamação
Observação/Providência: processo na pauta de julgamento do dia 15/5/2019.		
0043668-65.2014.4.01.0000	5/8/2014	309 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de decisão no prazo de 30 dias.		
0043670-35.2014.4.01.0000	5/8/2014	309 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: processo separado com elaboração, com prioridade, de decisão no prazo de 30 dias.		
0072641-59.2016.4.01.0000	15/12/2016	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de despacho abrindo vista ao MPF.		
0046430-49.2017.4.01.0000	15/9/2017	326 - Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de decisão, no prazo de 30 dias.		
1001267-97.2015.4.01.0000	14/7/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de despacho em 30 dias.		
1001865-51.2015.4.01.0000	24/9/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de despacho no prazo de 30 dias.		
1001730-39.2015.4.01.0000	10/9/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de despacho no prazo de 30 dias.		
0013337-38.2012.4.01.3600	9/10/2012	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de despacho nos próximos 30 dias.		
0028756-63.2014.4.01.0000	27/5/2014	241 - Petição
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de despacho no prazo de 30 dias.		
0018864-32.2012.4.01.4000	9/7/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de questão de ordem a ser levada em sessão dentro dos próximos 30 dias.		
0032824-03.2012.4.01.3500	7/5/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo separado para procedimento de publicação, dentro dos próximos 30 dias.		
0017950-22.2012.4.01.3400	2/4/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: processo separado para, com prioridade, ser levado a próxima sessão de julgamento, para apresentação de questão de ordem para corrigir erro material contido na certidão de julgamento.		
0014079-29.2013.4.01.3600	15/1/2015	198 - Apelação

Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de decisão no prazo de 30 dias.		
0001663-43.2011.4.01.4200	16/12/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo será incluído na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0005217-29.2009.4.01.3400	28/7/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo pendente de lavratura de acórdão. Prazo de lavratura, nos próximos 30 dias, com prioridade.		
0000708-37.2014.4.01.3802	3/5/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, da lavratura do acórdão faltante, no prazo de 30 dias.		
0000215-33.2014.4.01.3811	19/3/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 22/5/2019.		
0001586-97.2012.4.01.4200	20/10/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0005834-54.2011.4.01.3000	4/11/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0036210-94.2005.4.01.3400	12/7/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de decisão no prazo de 30 dias.		
0031198-94.2008.4.01.3400	16/9/2011	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 21/5/2019.		
0001101-15.2016.4.01.3600	30/3/2016	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 22/5/2019.		
0008793-88.2013.4.01.3400	23/8/2013	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de decisão nos próximos 30 dias.		
0000009-31.2009.4.01.3702	4/3/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 29/5/2019.		
0003153-97.2001.4.01.3700	2/8/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo separado para despacho prioritário nos próximos 30 dias.		
0000396-07.2009.4.01.4200	3/8/2009	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo aguardando o julgamento do processo 20074200001000-8, que foi julgado em 4/4/2019, para que seja elaborada a decisão, com prioridade, no prazo de 30 dias.		
0000107-05.2002.4.01.3300	6/12/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: processo sobrestado atendendo deliberação da 2ª Seção do STJ, na sessão de julgamento de 28/11/2018, em virtude de decisão proferida pelo STF no RE 632.212 (DJe 7/11/2018).		
0000751-91.1998.4.01.4300	16/12/2003	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 10/4/2019.		
0012460-98.1998.4.01.3500	5/3/2001	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 29/5/2019.		

0018524-63.1999.4.01.3800	15/5/2001	198 - Apelação
Observação/Providência: processo separado para julgamento prioritário nos próximos 30 dias.		
0009102-37.2007.4.01.0000	15/3/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de decisão no prazo de 30 dias.		
0009997-61.2008.4.01.0000	10/3/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo separado para elaborar, com prioridade, decisão no prazo de 30 dias.		
0023608-81.2008.4.01.0000	23/5/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de decisão em 30 dias.		
0001108-45.2013.4.01.0000	9/1/2013	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0018093-26.2012.4.01.0000	29/3/2012	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo na pauta de julgamento de 15/5/2019.		
0000639-49.2003.4.01.4300	25/3/2004	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com preferência, de despacho no prazo de 30 dias.		
0001511-58.1997.4.01.3400	9/4/2001	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 23/4/2019 - terceira seção.		
0068207-61.2015.4.01.0000	4/12/2015	327 - Embargos de Terceiro
Observação/Providência: processo separado para elaboração, com prioridade, de decisão nos próximos 30 dias.		
0056620-67.2000.4.01.0000	25/5/2000	198 - Apelação
Observação/Providência: este processo não pertence ao acervo do gabinete e encontra-se extraviado conforme noticiamos na última autoinspeção, item 3.15, do questionário encaminhado ao esse CJF, em 13/11/2018.		
0016181-09.2003.4.01.0000	15/7/2003	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo separado para elaboração prioritária de despacho nos próximos 30 dias.		

10 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Foram selecionados 62 processos para inspeção.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder a lavratura do acórdão em 30 dias: 0000708-37.2014.4.01.3802, 0005217-29.2009.4.01.3400;

b) encaminhar voto-vista em sessão de julgamento em 60 dias: 0001663-43.2011.4.01.4200;

c) julgar os embargos de declaração em 60 dias: 0012869-44.2011.4.01.0000;

d) proceda a localização dos autos e, se necessário, a sua restauração: 0056620-67.2000.4.01.0000.

12 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista com a chefe de gabinete e com o chefe da assessoria.

O gabinete encontra-se dividido em secretaria e assessoria.

Inicialmente, houve uma triagem global para conhecimento do acervo, após outra triagem para relacionar os processos por assunto e classificá-los em códigos no sistema. Cotidianamente a triagem é feita a partir da separação do que vai seguir para voto ou minuta de decisão monocrática.

Para a organização do acervo físico, foi estabelecido o critério de separação por volume do processo e conforme o espaço, por assunto e controle de movimento do e-Siest.

Para controle e situação do acervo, utilize-se o sistema e-Siest. No PJe, há filtros para seleção dos processos.

As atividades são trabalhadas em fluxos, com adoção de instruções normativas e passo a passo a fim de serem desempenhadas por todos da unidade.

A assessoria foi dividida por matéria, com prioridade atual aos processos mais antigos (Meta 1 e 2 CNJ).

A unidade dispõe de metas individuais de atividades. Cada servidor trabalha, em média, em 11 a 12 processos por semana. O servidor em teletrabalho tem, em média, 13 processos por semana. O controle da produtividade é feito semanal.

Há fixação de metas periódicas de produtividade. A meta do gabinete é de 90 processos por sessão, além de metas específicas para análise constante de ações

coletivas e individuais. As decisões com perda de objeto são minutas dentro da mesma semana.

Semanalmente é feita avaliação das atividades na unidade. A desembargadora realiza reuniões com todos servidores do gabinete para verificação de resultados.

Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ, com foco nas metas 1, 2 e 4 do CNJ.

Para o atendimento às partes e aos advogados, foi adotada planilha virtual com anotação de todos os dados do processo e advogados para agendamento duas vezes por semana pela desembargadora. A chefe de gabinete e o assessor chefe atendem as partes diariamente.

O controle estatístico da unidade é feito pelo relatório do sistema e-Siest e mensal com as informações da Turma. Para os processos pendentes de declaração de voto e lavratura de acórdão, há planilha virtual dos feitos por sessão, art. 942 do CPC.

A principal matéria relacionada a feitos sobrestados que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ é a de expurgo inflacionário da poupança.

As dificuldades informadas pelo gabinete foram: 1) elevado quantitativo de processos em trâmite; 2) reduzido número de servidores; e 3) competência ampla para processar e julgar feitos da Turma.

Como boas práticas, foram apontadas: 1) reunião quinzenal com toda a equipe; 2) adoção de fluxos de trabalho que sistematizaram as atividades; e 3) planilha virtual de atendimento a advogados e partes.

13 RECOMENDAÇÕES

- Cumprir as recomendações constantes do item 11.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Souza Prudente.

2.2 Turma

5ª Turma: desde 14/2/2012 até a presente data;

3ª Seção: desde 14/2/2012 até a presente data;

Corte Especial: desde 8/2/2018 até a presente data.

2.3 Competência

Competência: licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; Direito Ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e I Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Antônio Souza Prudente.

3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Perla Cristina Sansevero - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	3
Estagiários de nível superior	3
Estagiários de nível médio	0
Outros	0

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo <u>do gabinete*</u> (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	24.770
Processos suspensos/sobrestados	1.745
Processos conclusos	22.422
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	19
Processos em mutirão, Turma Suplementar	8

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	23.774
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	21.704
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	22.477
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	21.241
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	1.724
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.894

Nota: * O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete

é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuídos ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar sim ou não.	Sim.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim. Processos pendentes de cumprimento das metas do CNJ.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	70
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar número na data anterior e número na data posterior)	Não houve evolução significativa.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	332
Mandados de segurança	54
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	2
Conflitos de competência	104
Reclamações	7
Ações rescisórias	27
Outros	128

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	26.070

Recursos em mandados de segurança coletivos	26
Recursos em ações populares	21
Recursos em ações de improbidade administrativa	Não é da competência da 3ª Seção.
Recursos em ações civis públicas	487
Recursos em ações de desapropriação	Não é da competência da 3ª Seção.
Recursos em ações com preferência legal	466
Outros	56

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	26.070
Apelações cíveis	16.906
Agravos de instrumento	8.509
Outros	1

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	5
Ações penais	1
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	4

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0

Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	1.745
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	75
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	35
Agravos legais/regimentais	233
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	210
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	44
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	34

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	0 ⁹

4.13 Processos concluídos, por ano de distribuição	
Ano atual	771
Ano anterior	4.345
2º ano anterior	3.678
3º ano anterior	2.334

⁹ Conforme a equipe de inspeção apurou durante os trabalhos, este dado constou como "0" para todas as unidades, muito embora em todos os casos haja contingente expressivo de processos nesta situação.

4º ano anterior	1.863
5º ano anterior ou mais antigo	9.431

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	7 ¹⁰
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	7

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.480
Total de processos julgados*	3.212
Total de processos baixados	3.461
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	2.268
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	2.019

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	149
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	149
Total de feitos não regularizados	0

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	4.985
Processos julgados no ano anterior	2.628
Processos distribuídos no ano corrente	1.743
Processos julgados no ano corrente	1.190

¹⁰ Em outras unidades, a equipe de inspeção constatou que, a princípio, o dado lançado neste campo pelo setor de estatística refere-se a processos da unidade em inspeção com votos-vista pendentes em outros gabinetes. O cenário sugere ruído na comunicação dos parâmetros de extração de dados ao setor de estatística.

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	7.219
Porcentagem de atendimento da meta	40,84%

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	2.008
Porcentagem de atendimento da meta	54,75%

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	9.026
Porcentagem de atendimento da meta	36,5%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes	1.871
Porcentagem de atendimento da meta	45,14%

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	Não é da competência da 3ª Seção
Porcentagem de atendimento da meta	Não é da competência da 3ª Seção

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes	Não é da competência da 3ª Seção
Porcentagem de atendimento da meta	Não é da competência da 3ª Seção

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução¹¹)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	

¹¹ Segundo colheu a equipe de inspeção, o dado não foi informado ao gabinete pelas áreas técnicas do TRF1.

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	103
Porcentagem de atendimento da meta	95,24%

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	122
Porcentagem de atendimento da meta	71,13%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não é da competência da 3ª Seção
Processos baixados no ano anterior	Não é da competência da 3ª Seção
Processos julgados no ano anterior	Não é da competência da 3ª Seção
Processos distribuídos no ano corrente	Não é da competência da 3ª Seção
Processos baixados no ano corrente	Não é da competência da 3ª Seção
Processos julgados no ano corrente	Não é da competência da 3ª Seção

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018	Não é da competência da 3ª Seção
Porcentagem de atendimento da meta	Não é da competência da 3ª Seção

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes	Não é da competência da 3ª Seção
Porcentagem de atendimento da meta	Não é da competência da 3ª Seção

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Cumprir todas as recomendações dos processos inspecionados; aplicar as recomendações feitas nos feitos listados para todos os do acervo que se encontrem em situação semelhante; verificar se todos os processos desta inspeção, incluídos na pauta da sessão do dia 5/4/2017, foram efetivamente julgados; implantar, com urgência, plano de trabalho para elevar a produtividade, superando a distribuição e reduzindo o acervo; aumentar a meta individualizada de produção de cada servidor, a fim de incluir um número maior de processos por pauta de julgamento de sessão; aumentar o número de servidores atuando na área fim e, portanto, elaborando minutas de votos, decisões e despachos; propiciar, sempre que possível, a participação de servidores em cursos de capacitação; promover a especialização dos servidores por matéria, assim agilizando a elaboração das minutas de decisão/voto; e priorizar o julgamento dos processos incluídos nas metas do CNJ e dos demais feitos com distribuição mais antiga.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Foram cumpridas todas as recomendações dos processos inspecionados na última inspeção. Houve um aumento no número dos servidores atuando na área fim, pois foram nomeadas duas servidoras. Na medida do possível, estamos promovendo uma especialização dos servidores por matéria, para agilizar a elaboração de minutas. Os servidores do gabinete não são mais utilizados para serviços cartorários. Os processos incluídos nas metas do CNJ estão devidamente localizados. Quanto ao julgamento dos processos, o Desembargador Federal prioriza o julgamento das metas do CNJ e prioridades legais. Os servidores têm livre acesso aos cursos de especialização oferecidos pelo Tribunal.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

A média de processos incluídos em cada sessão de julgamento foi elevada para 60 processos, mas ainda não foi possível reduzir o acervo, pois o número de processos distribuídos mensalmente ainda é maior que os julgados.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Não foi possível atender todas as metas do CNJ, devido ao grande acervo de processos do gabinete, além do fato de que a Terceira Seção do TRF da 1ª Região engloba a

maior competência do tribunal, com processos de alta complexidade que demandam um período maior para análise e julgamento, bem assim, na própria sessão de julgamento.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Destaco que o maior problema enfrentado pelo gabinete inspecionado hodiernamente está no reduzido número de servidores em face do elevado acervo de processos em tramitação no aludido gabinete.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

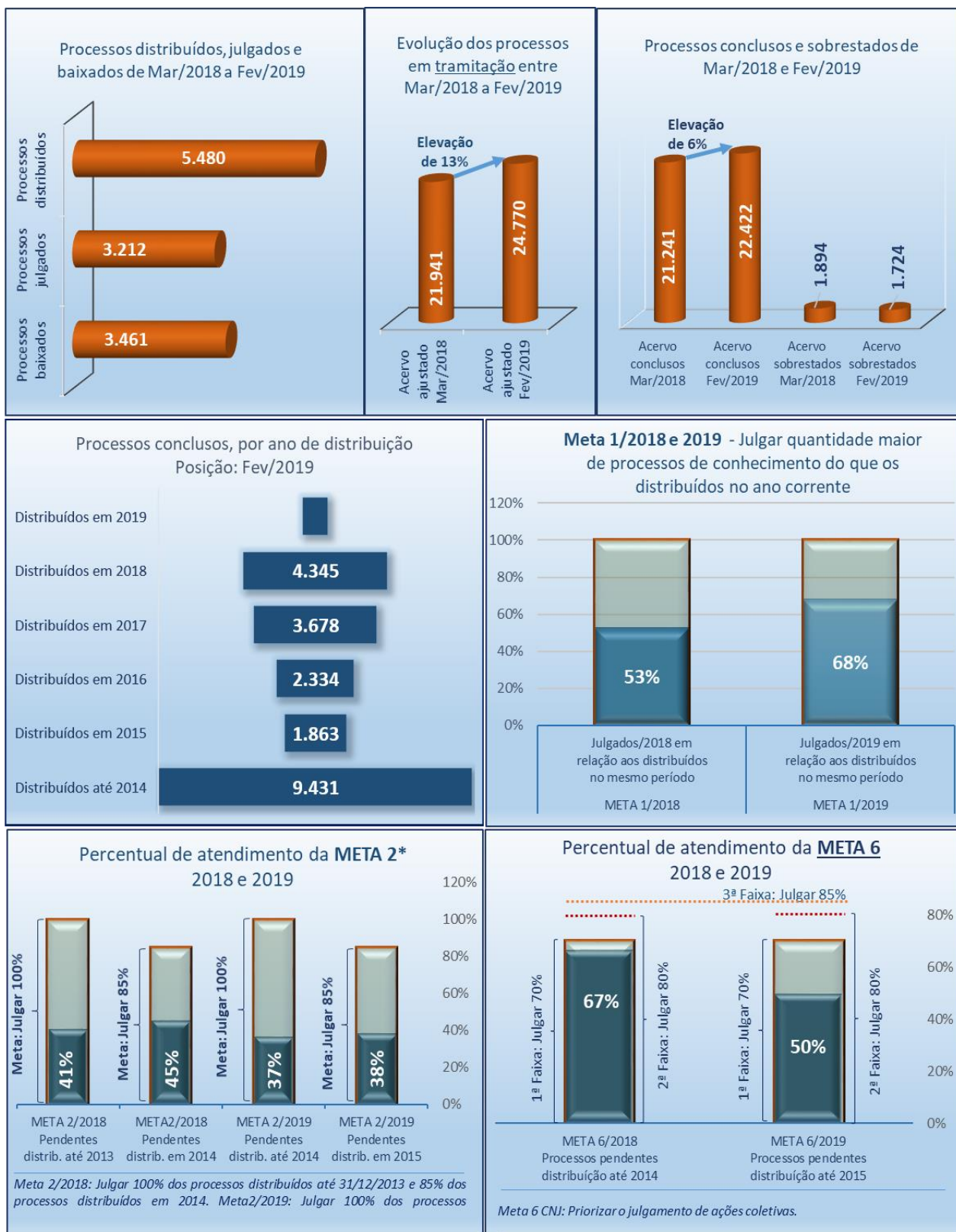
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0011700-60.2004.4.01.3300	12/9/2007	-
Observação/Providência: processo julgado na sessão de julgamento do dia 3/4/2019.		
0000494-45.2016.4.01.4200	25/5/2017	-
O processo é da relatoria do Desembargador Federal Souza Prudente, mas encontra-se no gabinete do Desembargador Federal Carlos Moreira Alves para voto-vista desde 19/3/2019.		
0007087-18.2000.4.01.3500	9/11/2001	-
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 14/5/2019		
0038530-78.2009.4.01.3400	24/4/2013	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão da Corte Especial do dia 2/5/2019.		
0011769-96.2008.4.01.3900	17/12/2012	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019		
0037836-07.2012.4.01.3400	15/8/2013	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0007317-27.2009.4.01.3700	4/11/2013	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0016260-42.2009.4.01.3600	4/11/2013	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0000644-14.2006.4.01.3800	11/11/2013	66 - Ação Popular
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0044913-67.2012.4.01.3400	12/11/2013	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0070381-14.2013.4.01.0000	25/11/2013	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		

0016282-60.2014.4.01.0000	26/3/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0065624-79.2010.4.01.0000	19/10/2010	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo aguardando nomeação de curador.		
0009352-89.2015.4.01.0000	2/3/2015	178 - Arresto
Observação/Providência: processo aguardando julgamento do feito principal AP 52502-13-2012.4.01.3400, em tramitação no gabinete do Desembargador Federal João Batista Moreira.		
0030260-07.2005.4.01.3400	14/11/2006	216 - Arguição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 16/5/2019.		
0053092-29.2017.4.01.0000	20/10/2017	244 - Reclamação
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
1001106-87.2015.4.01.0000	20/6/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: tendo em vista tratar-se de uma licitação com prazo de validade de 12 meses e o mandado de segurança ter sido ajuizado no ano de 2015, foi proferido despacho para que a impetrante manifeste se ainda tem interesse de agir no feito.		
0007828-17.2016.4.01.3300	23/6/2017	198 – Apelação
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0047668-45.2013.4.01.0000	15/8/2013	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 2/5/2019.		
0010974-87.2012.4.01.3500	18/2/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0029690-92.2013.4.01.3900	19/5/2015	198 – Apelação
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0045126-49.2016.4.01.0000	16/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0059715-46.2016.4.01.0000	6/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0071191-81.2016.4.01.0000	7/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0000301-81.2011.4.01.3302	13/12/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019		
0041852-58.2008.4.01.0000	29/8/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0002725-70.2005.4.01.3702	12/3/2008	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0056070-91.2008.4.01.0000	24/10/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0040062-39.2008.4.01.0000	12/8/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		

0024145-77.2008.4.01.0000	19/5/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0003910-39.2002.4.01.3803	9/3/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0003496-84.2001.4.01.3800	9/7/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0006229-88.2003.4.01.3400	7/1/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0030664-53.2008.4.01.3400	11/4/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0031390-71.2001.4.01.3400	20/10/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0003842-19.2002.4.01.3600	27/2/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0045401-03.2013.4.01.0000	6/8/2013	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0044101-16.2007.4.01.0000	1/10/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0003685-88.2007.4.01.3400	6/8/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0007062-47.2005.4.01.3300	19/6/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0008093-93.2014.4.01.0000	14/2/2014	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: proferida decisão monocrática terminativa em 27/3/2019.		
0001185-64.2007.4.01.0000	15/1/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído para julgamento no dia 8/5/2019.		
0007120-22.2006.4.01.0000	23/2/2006	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença aguardando bloqueio de ativos financeiros pelo sistema BacenJud.		
0020273-59.2005.4.01.0000	24/6/2005	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença aguardando o bloqueio de ativos financeiros pelo sistema BacenJud		
0017863-96.2003.4.01.0000	14/8/2003	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, entretanto não foram localizados bens em nome do devedor para o regular prosseguimento do feito.		
0059227-09.2007.4.01.0000	18/12/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0032475-48.2017.4.01.0000	10/7/2017	221 - Conflito de competência

Observação/Providência: processo redistribuído para o Desembargador Federal Ney Bello em 27/3/2019.		
0038395-03.2017.4.01.0000	2/8/2017	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: proferida decisão de extinção em 27/3/2019.		
0038357-25.2016.4.01.0000	7/7/2016	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 2/5/2019.		
0004823-42.1997.4.01.3400	17/1/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0000169-46.2005.4.01.3201	4/5/2006	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0026251-65.2006.4.01.3400	23/1/2012	216 - Argüição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 2/5/2019.		
0047308-57.2006.4.01.0000	5/12/2006	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 8/5/2019.		
0000617-53.2004.4.01.0000	12/1/2004	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: processo incluído para julgamento no dia 23/4/2019.		
0009470-85.2003.4.01.0000	23/4/2003	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: proferida decisão no dia 4/4/2019, determinando a suspensão do feito para aguardar o julgamento de repercussão geral no STF.		
0020866-08.2003.4.01.3800	6/10/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído para julgamento na sessão do dia 24/4/2019.		
0002315-21.2009.4.01.0000	19/1/2009	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo incluído para julgamento da sessão do dia 2/5/2019.		

10 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 58 processos selecionados por amostragem foram inspecionados (aqueles fora da unidade foram analisados pelos respectivos extratos), sendo 40 físicos e 18 eletrônicos (17 do sistema e-JUR e 1 do sistema PJe).

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados corretamente. Porém, verificou-se que nem todos os registros processuais pertinentes, que constam do andamento processual, foram espelhados nos autos, por exemplo, as baixas de autos à secretaria. Foi relatado à equipe de inspeção tratar-se de praxe do tribunal a ausência de certificação destas movimentações.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) lavrar acórdão em 20 dias: 0007828-17.2016.4.01.3300.

b) promover impulso processual/publicação de decisão ou acórdão em 20 dias:

0040062-39.2008.4.01.0000	0007120-22.2006.4.01.0000	0020273-59.2005.4.01.0000
0017863-96.2003.4.01.0000		

c) julgar no prazo de 60 dias:

0037836-07.2012.4.01.3400	0070381-14.2013.4.01.0000	0016282-60.2014.4.01.0000
0065624-79.2010.4.01.0000	0056070-91.2008.4.01.0000	0024145-77.2008.4.01.0000
0003910-39.2002.4.01.3803	0038357-25.2016.4.01.0000	0009470-85.2003.4.01.0000

12 OBSERVAÇÕES GERAIS

Pelos dados estatísticos fornecidos pelo tribunal, segundo posição aferida em 28/2/2019, o gabinete em inspeção tem acervo em tramitação bruta de 24.770 processos (excluídos os atribuídos, por exemplo, à Presidência e Vice-Presidência em razão de recursos excepcionais) e acervo de conclusos de 22.422 feitos (90,5%).

Contrastando-se os dados da inspeção realizada em 2017 com os colhidos para a esta análise, observa-se que, na evolução do estoque processual, o acervo ajustado da unidade teve aumento de 3.635 (de 20.139 para 23.774 processos), equivalente a 18%. Igualmente, houve aumento dos conclusos em 4.902 feitos (de 17.520 para 22.477), o que representa oneração de 27% no segmento.

Por outro lado, o contingente de embargos de declaração pendentes de apreciação regrediu de 126 para 75 feitos – 35 destes (46%) conclusos há mais de 30 dias. Opostamente, houve incremento do quantitativo de agravos regimentais que aguardam julgamento, de 171 para 233 processos, sendo que 252 (90,1%) estão conclusos há mais de 30 dias.

O perfil etário do acervo de conclusos da unidade, por ano de distribuição, revela a predominância de feitos com menos de cinco anos de tramitação (12.991, cerca de 58%), porém mantém-se elevado o acervo com distribuição mais antiga (9.431 processos),

potencialmente inserido na Meta 2/CNJ. Na composição do estoque processual, 332 feitos são originários (predomínio de conflitos de competência, dentre as classes identificadas) e, segundo o dado informado na tabela 4.6, 26.070 são feitos recursais¹². É expressivo o acervo de agravos de instrumento, com 8.509 processos - 32%¹³ do total de feitos recursais em tramitação na unidade¹⁴.

Na gestão das metas do Conselho Nacional de Justiça aplicáveis ao gabinete em inspeção, constata-se que a unidade não logrou desempenho estatístico capaz de reduzir o volume (Meta 1) e tampouco a idade do acervo (Meta 2). Com efeito, houve cumprimento apenas parcial da Meta 1/2018 (52%, déficit de 2.357 processos) e 2/2018 (40,84% entre feitos distribuídos até 31/12/2013 e 54,75% no segmento do acervo distribuído no ano de 2014¹⁵). Os dados fornecidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região indicam cumprimento de 71,13% da Meta 6/2018.¹⁶

O quadro geral delineável a partir de dados estatísticos e processuais do acervo em tramitação na unidade, além do extraído do acervo listado para inspeção por amostragem, é claro no sentido de demonstrar que não é possível enfrentar as atuais dificuldades com ações meramente corretivas, pontuais ou casuísticas, dada a própria enormidade dos acúmulos e atrasos. A quantidade de processos abrangidos em tal tarefa tornaria invencível o esforço. Por outro lado, não se encontram disponíveis todos os recursos e medidas que, de modo definitivo, poderiam resolver as situações críticas identificadas em extenso e complexo acervo processual. A solução passa, na percepção da equipe de inspeção, pela manutenção de estratégias de planejamento, organização e gestão global e, em seguida, setorial do acervo para viabilizar, desde logo, a identificação dos principais dados e situações que, de imediato, impactam e devem ser prioritariamente tratados para apontar e direcionar prováveis caminhos para o início da resolução do problema estrutural verificado na unidade.

A compreensão da necessidade de gerenciamento e planejamento, assim como do diálogo e da troca de experiência de gestão, é essencial para a construção de um projeto sólido para superar as dificuldades identificadas. É inquestionável que até mesmo o melhor gerenciamento e planejamento não serão suficientes para resolver a situação constatada na unidade. Várias alterações estruturais devem ser cogitadas para viabilizar um projeto de saneamento permanente e consistente de todas as deficiências apuradas.

Nesse contexto, a proposta ofertada objetiva, em curto prazo, dotar a unidade de instrumentos gerenciais para aferição e diagnóstico de situações e construção de

¹² É certo haver erro no valor, já que a tramitação bruta da unidade é de 24.770 feitos, segundo o dado da tabela 4.1.

¹³ Cálculo com referência ao total de 26.070 feitos.

¹⁴ O dado em referência merece destaque, por se tratar, em princípio, de classe processual de rito célere e processamento simples.

¹⁵ O atendimento da Meta 2/2018 exigia o julgamento de 100% dos feitos distribuídos até 2013 e 85% daqueles distribuídos em 2014.

¹⁶ Em que pese o enunciado da Meta 6/2018 exigisse, na faixa a que vinculado o TRF1, o julgamento de 70% das ações coletivas distribuídas até 2014, a equipe de inspeção apurou que o cálculo realizado pelas áreas técnicas do TRF1 definiu o estoque de processos necessários para atendimento da meta como 100% de cumprimento. Assim, a indicação de cumprimento de 71,13% denota que a unidade não atendeu à meta, remanescendo 28,87% para se atingir o quantitativo correspondente a 70% do acervo total de ações coletivas da unidade, como exigido pelo Conselho Nacional de Justiça.

soluções direcionadas e consistentes no sentido de reduzir os acúmulos e atrasos na tramitação processual. Os resultados, além de dependerem de outras medidas, demandam tempo considerável para maturação e aperfeiçoamento das práticas sugeridas, porém são imprescindíveis e urgentes para que se tenha, desde logo, alguma resposta e reação à situação atualmente existente.

Para fundamentar as sugestões propostas, a equipe de inspeção partiu de constatações realizadas nas atividades de acompanhamento da unidade, mediante relatórios apresentados e da análise do acervo listado para amostra da situação geral da gestão processual, além de informações pontuais colhidas junto aos gestores do gabinete.

Como apurado durante os trabalhos de inspeção, os dados gerenciais de acervo fornecidos pelas áreas administrativas do tribunal não são confiáveis¹⁷. Além disso, a unidade declarou ressentir-se da escassez de servidores frente à carga de trabalho existente.

Quanto a esse aspecto, colhe-se que a força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na última inspeção: houve aumento de 6 para 12 servidores efetivos, bem como de 0 para 3 servidores sem vínculo - incremento de força de trabalho parcialmente compensado, entretanto, houve redução de servidores requisitados (de 4 para 0) e de terceirizados (de 3 para 0). Considerando que, conforme dados estatísticos fornecidos, a unidade possui 24.770 processos em tramitação (fevereiro/2019), tem-se a média de 1.651 processos por servidor, em princípio¹⁸, muito superior aos indicadores de carga de trabalho por servidor, na 2ª instância da Justiça Federal, divulgados pelo anuário “Justiça em Números”, edição de 2018, que é de 561 processos por servidor.

Em que pese tais revezes, o gabinete, diferenciadamente, possui iniciativas gerenciais próprias em andamento, para melhor domínio da situação geral do acervo processual. Foram entregues à equipe de inspeção planilhas com dados básicos de “processos antigos”, agravos de instrumento e ações coletivas, bem como listagens da localização física de parte do acervo. Além desses documentos, uma lista de práticas de organização do estoque, assinada pelo Desembargador Federal Souza Prudente.

A equipe de inspeção entende que as tentativas de administração eficiente do acervo merecem reconhecimento, embora haja dificuldade em vencer-se a distribuição (no último ano a média foi de 415,4 processos por mês).

¹⁷ Foram constatadas, no decorrer dos trabalhos, muitas inconsistências de dados estatísticos. Há que se registrar que deste cenário não deriva, necessariamente, a conclusão de que a causa da assincronia de informações origina-se nos setores de estatística ou informática do tribunal. De fato, não se pode excluir, como hipóteses relevantes e prováveis, a existência de limitações dos próprios sistemas de processamento à extração de dados adequados, bem como, em alguma medida, a falta de instruções adequadas a tais setores (de regra, sem domínio do campo jurídico) a respeito dos parâmetros a serem observados para a obtenção de cada dado solicitado.

¹⁸ Não há como se calcular categoricamente a média em razão da ausência de informação de quantitativo de servidores atualmente dedicado à atividade-fim na unidade.

A título de colaboração, com o propósito de maior aproveitamento dessas informações, indica-se que a unidade prossiga, paulatinamente, na tabulação de seu acervo. Dada a magnitude do estoque processual, recomenda-se que a tarefa seja particionada, atacando-se o estoque processual por critérios uniformes, fixando-se metas de conclusão de cada fase da triagem, com designação de força de trabalho específica para tanto (de modo a manter o padrão de colheita de dados durante toda a triagem), com treinamento prévio, se necessário.

Sempre que possível, deve-se manter planilha única do acervo¹⁹ - ou, em caso de segmentação, com a utilização de recursos de totalização geral não-estanques²⁰. Além disso, é de utilidade que sejam coletadas informações de fase processual atual dos feitos.

Não se desconhece ou subdimensiona a dificuldade de trabalho frente a estoques processuais elevados como o do gabinete em referência. Contudo, ao que pôde a equipe de inspeção avaliar, não há perspectiva próxima de que os sistemas processuais em uso na Corte sejam readequados para permitir extrações de dados mais precisos pelo setor de estatística. Assim, recaem sobre a própria unidade a iniciativa e o encargo de avançar em controles internos que permitam o gerenciamento de seu acervo.

De posse de informações tabuladas de antiguidade, classe processual, matéria e tramitação, a aplicação de filtros dimensionaria a carga de trabalho em cada segmento, bem como promoveria a adoção de soluções melhor direcionadas e que proporcionariam redução de acervo em prazo calculado: mutirões setoriais por matéria ou classe recursal (v.g. iniciativas focadas em ações coletivas - ou embargos de declaração e agravos regimentais, recursos de apreciação mais simples, em regra), agrupamento de processos versando sobre a mesma questão de fundo, correção célere de irregularidades de tramitação (citam-se aqui os casos de redistribuição e remessas equivocadas à unidade) etc.

Estima-se, a depender de como manuseada a estratégia, que tais iniciativas possam permitir ganhos qualitativos substanciais ao plano de ação atualmente em desenvolvimento na unidade. O domínio de tais informações favorece o diagnóstico de gargalos produtivos nos processos de trabalho da unidade, que por vezes restam ocultos quando não promovidos o direcionamento e o planejamento específico no trato das rotinas usuais de gestão do acervo.

¹⁹ A multiplicação de planilhas estanques dificulta a gestão global do acervo, limitando análises gerais.

²⁰ Embora idealmente o uso de uma planilha única seja o recomendado, é de se considerar que uma planilha de mais de 24.000 entradas seria de difícil manejo. Em tais casos, uma opção é o uso de recursos dinâmicos (“tabelas dinâmicas”) dos programas de tabulação geralmente usados (Excel ou Calc), de modo a permitir que múltiplas planilhas e abas comuniquem-se entre si, totalizando à parte os dados selecionados como relevantes para o gerenciamento do acervo.

13 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Em entrevista com o Desembargador Souza Prudente, após a exposição das diretrizes de trabalho e dos objetivos a serem atingidos com a inspeção, especialmente no tocante à adoção de plano de trabalho para equalização do desempenho das unidades do tribunal e melhoria do quadro geral do acervo processual, com ênfase no desenvolvimento de rotinas e práticas de gerenciamento a partir de boas práticas verificadas, o magistrado em referência relatou a importância à triagem de processo, sendo apresentado roteiro de trabalho com proposta de gerenciamento da atividade, a despeito da enorme dificuldade de implementação, em razão da escassez e da falta de qualificação do pessoal para cumprir a tarefa. Foi salientado que a ausência de triagem acarreta, por vezes, entre outros problemas, a manutenção no acervo, por anos, de processos que sequer são da competência da Seção ou Turma a que distribuídos.

Aduziu-se estar o gabinete em fase de conclusão de procedimento de levantamento de dados do acervo por ordem de antiguidade na distribuição, objetivando o planejamento de julgamentos e feitos a serem priorizados, conforme a lei, especialmente as ações civis públicas, em razão da natureza coletiva e difusa dos interesses e bens jurídicos envolvidos. Ambos os documentos (procedimento de triagem adotado e levantamento de listagem do acervo por ordem de antiguidade) foram apresentados para juntada ao relatório de inspeção. Narrou que os dados da estatística oficial do tribunal apresentam defasagem e exigem aprimoramento.

Por fim, o Desembargador Souza Prudente também mencionou que cumula as funções de diretor da ESMAG e de juiz suplente do Tribunal Regional Eleitoral, defendendo a importância de permanecer à frente da jurisdição, apesar das dificuldades geradas pelo volume de serviço.

As informações sobre procedimentos, organização e dados gerais da unidade, colhidas junto aos servidores, foram inseridas diretamente nas descrições e análises expostas no capítulo das observações gerais deste relatório (item 12).

14 RECOMENDAÇÕES

a) cumprir todas as recomendações do item 11 (aqui incluídos esforços para que a unidade atinja a integralidade das metas do CNJ e do CJP, principalmente as metas do CNJ);

b) aprofundar métodos de controle de fluxo processual e panorama estatístico do acervo, padronizando a coleta de informações que abarquem dados de tramitação (fase processual), classes processuais, antiguidade de distribuição, metas incidentes e prioridades legais;

c) finalizar planejamento do trabalho desenvolvido da unidade, com metas quantitativas e temporais, analisando-se periodicamente o desempenho parcial da equipe, para calibração da estratégia adotada.

d) priorizar planos de redução de acervo orientados à baixa de feitos em ordem de cronologia da distribuição dos autos (atendendo-se, assim, a metas temporais), associadas, em segundo plano, à separação de processos por matérias (o que permite controle de metas por assunto); identificando, no panorama da força de trabalho, o proveito da adoção de mutirões parciais dentro desta estratégia;

e) envidar esforços para a redução especificamente do estoque de agravos de instrumentos pendentes de julgamento (8.509), embargos de declaração (75), agravos regimentais (233), conflitos de competência (104) e preferências legais (466);

f) designar auxiliares (preferencialmente de atividades-meio) para controle de fluxo processual (buscando-se treinamento específico, se o caso), notadamente quanto ao levantamento, acompanhamento e regularização de fases processuais; e

g) realizar reuniões periódicas com a equipe para discutir os planos de ação em andamento, bem como as alternativas de medidas de motivação e incentivo ao cumprimento de metas individuais, fazendo uma apuração das dificuldades de trabalho. Recomenda-se a inclusão da unidade jurisdicional em sistema permanente de acompanhamento de metas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS PIRES BRANDÃO

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão.

2.2 Turma

5ª Turma.

2.3 Competência

Nos termos do art. 8º, § 3º, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a 5ª Turma compõe a Terceira Seção, a qual cabe o processamento e julgamento dos feitos relativos: a) licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; b) concursos públicos; c) contratos; d) direito ambiental; e) sucessões e registros públicos; f) direito das coisas; g) responsabilidade civil; h) ensino; i) nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; j) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; k) propriedade industrial; l) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Sim. Remoção da Primeira Turma/Primeira Seção para a Quinta Turma/Terceira Seção, em 18/2/2019, conforme ATO Presi n. 7684374 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

O acervo da 3ª Seção e 5ª Turma foi de responsabilidade dos seguintes magistrados nos últimos 12 meses: 16/4/2018 a 18/11/2018 - Desembargador Federal Hilton Queiroz; 19/11/2018 a 16/2/2019 - Juiz Federal convocado Leão Aparecido Alves. A partir de 18/2/2019 - Desembargador Carlos Augusto Pires Brandão.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Thiago Emílio Alves Ferreira, chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	3 Terceirizados

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo <u>do gabinete</u>* (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	24.248
Processos suspensos/sobrestados	28
Processos conclusos	22.721
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	14
Processos em mutirão, Turma Suplementar	1

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no **gabinete**, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	19.851
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	19.125
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	22.198
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	18.575
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos ao magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar sim ou não.	Sim. Auxílio a Distância, pela Portaria Presi n. 36, de 1/9/2017.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim. Processos referentes à Meta 2 e 6 do Conselho Nacional de Justiça.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	O Projeto de Auxílio a Distância teve início em Outubro de 2017. Considerando que o Desembargador passou a compor a Quinta Turma em 18/2/2019, ainda não foram julgados processos pelo Juiz Auxiliar do Desembargador Brandão. Não obstante, de acordo com dados informados pela Divisão de Estatística do TRF da 1ª Região foram julgados, no âmbito da 5ª Turma 346 Processos pelo Regime de Auxílio no período de 1/10/2017 a 30/4/2019.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar número na data anterior e número na data posterior.	De acordo com dados informados pela Divisão de Estatística do TRF da 1ª Região foram julgados, no âmbito da 5ª Turma, 346 Processos pelo Regime de Auxílio no período de 1/10/2017 a 30/4/2019.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Sim. O Desembargador Carlos Brandão passou a integrar a 3ª Seção, 5ª Turma a partir de 18/2/2019. Foram recebidos 24.248 processos, não sendo possível informar, neste momento, o número de

	processos do acervo anterior, por inconsistência do sistema de informações. Foram solicitadas as informações à Divisão de Estatística para posterior informações.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	-

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	509
Mandados de segurança	49
IRDR	0
IAC	1
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	229
Reclamações	12
Ações rescisórias	53
Outros	166

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	23.645
Recursos em mandados de segurança coletivos	24
Recursos em ações populares	64
Recursos em ações de improbidade administrativa	105
Recursos em ações civis públicas	848
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	438
Outros	56

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	23.645
Apelações cíveis	16.444
Agravos de instrumento	6.051
Outros	1

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	5

Ações penais	0
Inquéritos	2
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	3

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	12
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	1
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	1

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	328
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	0
Agravos legais/regimentais	276

Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	28
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	2
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	0

4.13 Processos concluídos, por ano de distribuição	
Ano atual	467
Ano anterior	2.316
2º ano anterior	2.951
3º ano anterior	3.122
4º ano anterior	2.018
5º ano anterior ou mais antigo	9.652

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	6
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.704
Total de processos julgados*	2.743
Total de processos baixados	4.193
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	2.961
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.511

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Dados não disponíveis
Total de feitos não regularizados	Dados não disponíveis
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Dados não disponíveis
Total de feitos não regularizados	Dados não disponíveis

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	5.061
Processos julgados no ano anterior	2.644
Processos distribuídos no ano corrente	1.687
Processos julgados no ano corrente	1.181

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	6.264
Porcentagem de atendimento da meta	55,91%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	2.097
Porcentagem de atendimento da meta	63,49%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes	8.288
Porcentagem de atendimento da meta	48,64%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes	1.676
Porcentagem de atendimento da meta	52,91%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2018	6

Porcentagem de atendimento da meta	20,41%
------------------------------------	--------

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes	10
Porcentagem de atendimento da meta	12,99%

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	1
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	4
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	1

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	319
Porcentagem de atendimento da meta	60,75%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes	380
Porcentagem de atendimento da meta	38,86%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	-
Processos baixados no ano anterior	-
Processos julgados no ano anterior	-
Processos distribuídos no ano corrente	-
Processos baixados no ano corrente	-
Processos julgados no ano corrente	-

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018	-
-------------------------	---

Porcentagem de atendimento da meta	-
------------------------------------	---

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes	-
Porcentagem de atendimento da meta	-

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Considerando que o Desembargador Carlos Augusto Pires Brandão passou a compor a 5ª Turma, 3ª Seção, a partir de 18/2/2019, não foi possível obter informações sobre a última inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (ano 2017), razão pela qual solicita-se seja encaminhado a este gabinete o relatório final da última inspeção para análise e providências cabíveis.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Ver informação prestada no item 6.1.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Ver informação prestada no item 6.1.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim. Não foram atendidas as Metas 1, 2 e 6 do Conselho Nacional de Justiça. Inicialmente, justifica-se que o Desembargador Federal somente assumiu o presente acervo em 18/2/2019, o que prejudica sejam prestadas as informações referentes ao não cumprimento das metas pelo Gabinete. Todavia, para o corrente ano, o gabinete vem estabelecendo metas gerais e individuais a cada Assessor, estas de acordo com a matéria, grau de dificuldade, qualidade, capacidade e competência individual de cada servidor, sendo que alguns servidores são responsáveis por processos menos complexos - Meta 1 do CNJ (média de 15 processos semanais) e outros servidores são designados, em razão da experiência, para a análise dos processos mais complexos - Metas 2 e 6 do CNJ (média de 10 processos semanais).

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Inicialmente, conforme já mencionado, há que se salientar que o desembargador somente assumiu o presente acervo em 18/2/2019, razão pela qual está realizando as análises necessárias para a implementação dos ajustes adequados. Assim, o gabinete implantará, neste novo acervo, o plano estratégico, que contempla todas as ações da unidade para o período, estabelecendo os objetivos e metas a serem alcançados; analisará e diagnosticará os problemas enfrentados no exercício anterior que dificultaram o alcance das metas do CNJ; indicará as ações a serem desenvolvidas para a solução dos problemas e registrará as metas individuais e gerais da unidade; será elaborado e padronizado os procedimentos operacionais internos; e haverá o controle periódico quanto ao cumprimento dos objetivos e metas inicialmente estabelecidas.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0019496-44.2013.4.01.9199	10/4/2013	-
Observação/Providência: vistos em inspeção. Considerando a não localização dos autos no gabinete, cujo último deslocamento interno remonta ao ano de 2015, oficie-se o Desembargador João Luiz informando do ocorrido para, querendo, promover a restauração dos autos.		
0054494-53.2014.4.01.0000	25/9/2014	-
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à Coordenadoria da Turma, com voto, para a devida publicação.		
0020204-29.2012.4.01.3800	13/12/2012	-
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à Coordenadoria da Turma, com voto-vencedor, para devida publicação.		
0036399-14.2010.4.01.0000	27/7/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se a análise deste recurso, considerando a data do ajuizamento da ação, referente à Meta do CNJ, para julgamento após os trabalhos desta Inspeção, conforme cronograma a ser oportunamente estabelecido para esta finalidade.		
0025366-27.2010.4.01.0000	21/6/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se a análise deste recurso, considerando a data do ajuizamento da ação, referente à Meta 2 do CNJ, para julgamento após os trabalhos desta inspeção, conforme cronograma a ser oportunamente estabelecido para esta finalidade.		
0025583-70.2010.4.01.0000	16/6/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se a análise deste recurso, considerando a data do ajuizamento da ação, referente à Meta 2 do CNJ, para julgamento após os trabalhos desta Inspeção, conforme cronograma a ser oportunamente estabelecido para esta finalidade.		
0059272-08.2010.4.01.0000	8/10/2010	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se a análise deste recurso, considerando a data do ajuizamento da ação, referente à Meta 2 do CNJ, para julgamento após os trabalhos desta inspeção, conforme cronograma a ser oportunamente estabelecido para esta finalidade.		
0030491-58.2010.4.01.3400	11/9/2012	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo redistribuído ao Desembargador Wilson de Souza Alves, em razão da remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374.		
0002269-92.2006.4.01.3700	26/3/2012	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à Coordenadoria da Turma, em 25/3/2019, com voto, para devida publicação.		
0005139-22.2007.4.01.4300	29/4/2010	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo redistribuído ao Desembargador Wilson de Souza Alves, em razão da remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374.		
0029811-13.2005.4.01.3800	31/8/2007	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: vistos em inspeção. Considerando o julgamento do feito pelo juiz auxiliar, em regime de auxílio a distância, solicite-se os autos físicos ao mesmo para posterior publicação do acórdão.		
0007760-73.2007.4.01.3400	9/5/2012	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à Coordenadoria da Turma, em 25/3/2019, com voto, para devida publicação.		
0032005-85.2006.4.01.3400	16/8/2010	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à Coordenadoria da Turma, em 25/3/2019, com voto, para devida publicação.		
0017278-39.2011.4.01.3500	17/8/2012	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à Coordenadoria da Turma, em 25/3/2019, com voto, para devida publicação.		
0072173-03.2013.4.01.0000	26/11/2013	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo redistribuído ao Desembargador Wilson de Souza Alves, em razão da remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374.		
1014887-74.2018.4.01.0000	1/6/2018	157 - Cumprimento Provisório de Sentença
Observação/Providência: vistos em inspeção. Nada a prover, tendo em vista a remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, com a redistribuição do feito aos cuidados da relatoria do Desembargador Wilson de Souza Alves.		
1000811-11.2019.4.01.0000	17/1/2019	244 - Reclamação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Nada a prover, tendo em vista a remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, com a redistribuição do feito aos cuidados da Relatoria do Desembargador Wilson de Souza Alves.		
0039243-24.2016.4.01.0000	11/7/2016	244 - Reclamação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se a análise deste recurso, considerando a data do ajuizamento da ação, referente à Meta 02 do CNJ, para julgamento após os trabalhos desta Inspeção, conforme cronograma a ser oportunamente estabelecido para esta finalidade.		
0013809-37.2011.4.01.4000	10/2/2014	198 - Apelação

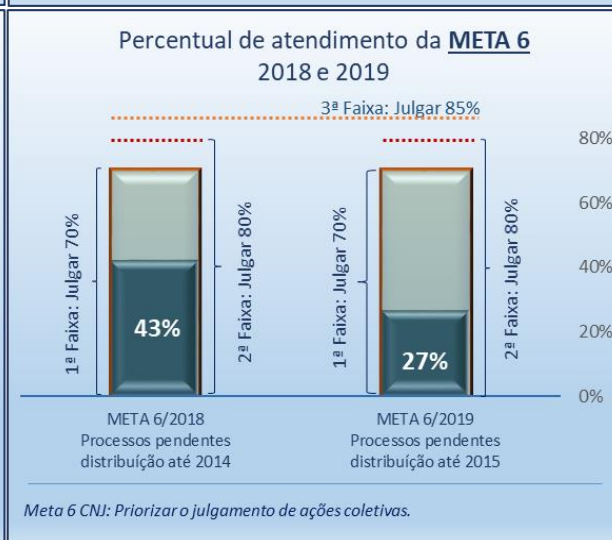
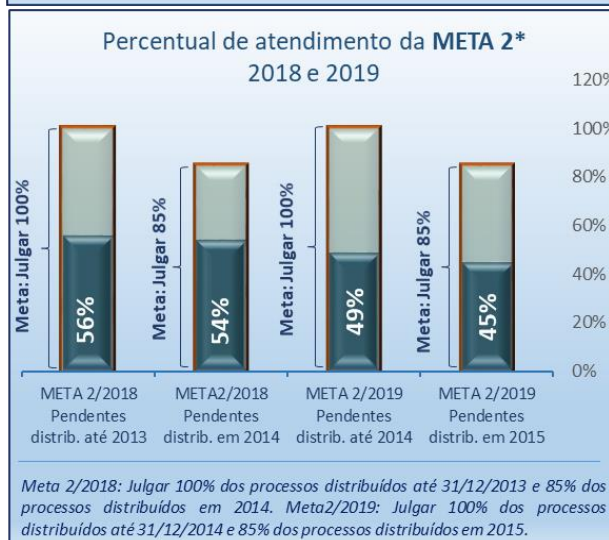
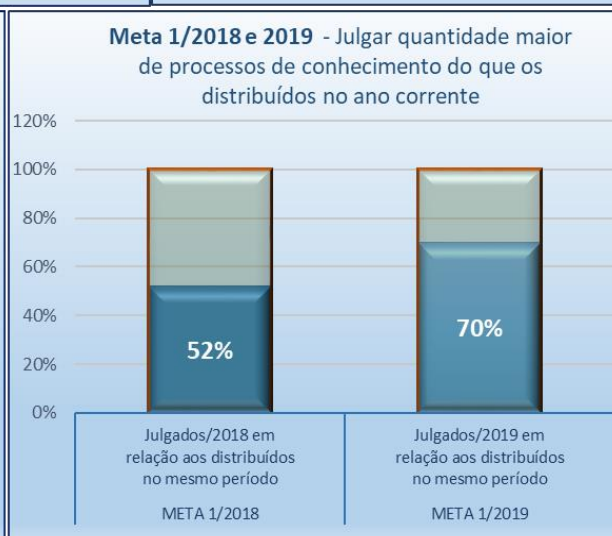
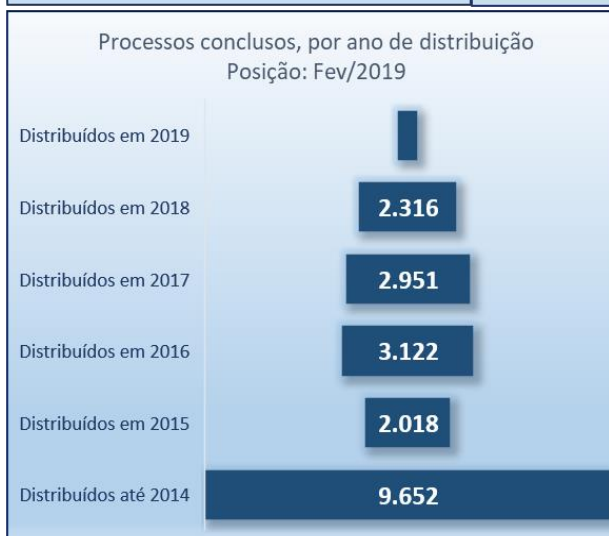
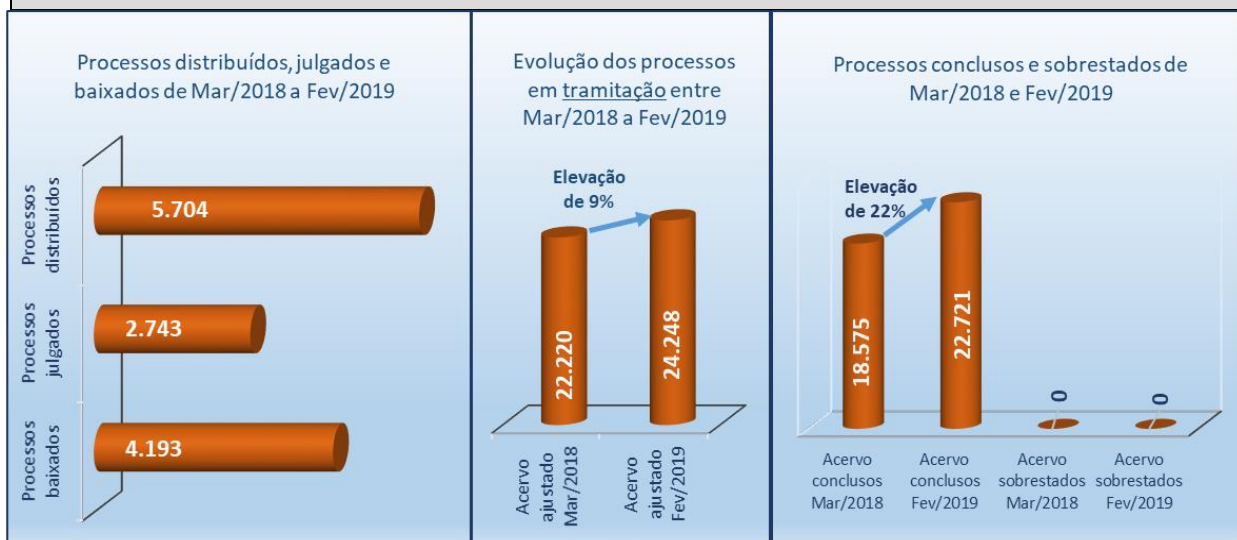
Observação/Providência: vistos em inspeção. Providenciar, com urgência, a lavratura do voto, remetendo os autos à coordenadoria para prosseguimento do feito.		
0035553-67.2015.4.01.3800	16/10/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à coordenadoria da Turma, com voto-vencedor, para devida publicação.		
0001926-63.2015.4.01.3803	29/10/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à coordenadoria da Turma, com voto-vencedor, para devida publicação.		
0027005-78.2014.4.01.3803	4/11/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à coordenadoria da Turma, com voto-vencedor, para a devida publicação.		
0009944-73.2015.4.01.3803	25/4/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se a lavratura do acórdão (voto-vencedor), com urgência, por se tratar de processo referente à Meta 2 do CNJ, com posterior encaminhamento à publicação.		
0061284-04.2015.4.01.3400	22/5/2018	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à coordenadoria da Turma, com voto-divergente, para devida publicação.		
0067713-84.2015.4.01.3400	25/6/2018	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à coordenadoria da Turma, com voto-divergente, para devida publicação.		
0060434-52.2012.4.01.3400	19/11/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: vistos em inspeção. Providencie-se, com urgência, a análise dos autos, promovendo o seu regular andamento.		
0042947-62.2014.4.01.3800	18/1/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à coordenadoria da Turma, com voto-vencedor, para devida publicação.		
0020399-74.2016.4.01.9199	3/6/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Nada a prover, tendo em vista a remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, com a redistribuição do feito aos cuidados da Relatoria do Desembargador Wilson de Souza Alves.		
0006246-96.2009.4.01.3600	12/8/2010	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado ao gabinete do Desembargador Wilson de Souza Alves, em razão da remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, para análise dos embargos de declaração.		
0011196-33.2009.4.01.3800	19/7/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo redistribuído ao Desembargador Wilson de Souza Alves, em razão da remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374.		
0004359-37.2014.4.01.0000	28/1/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo redistribuído ao Desembargador Wilson de Souza Alves, em razão da remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374.		

0009274-66.2013.4.01.0000	19/2/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à Coordenadoria da Turma, em 14/3/2019, com voto, para devida publicação.		
0022057-90.2013.4.01.0000	25/4/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo redistribuído ao Desembargador Wilson de Souza Alves, em razão da remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374.		
0048491-19.2013.4.01.0000	20/8/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à coordenadoria da Turma, em 14/3/2019, com voto, para devida publicação.		
0007933-34.2015.4.01.0000	26/2/2015	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: vistos em inspeção. Previsão de julgamento do pedido de vista, junto à Primeira Seção, para o dia 30/4/2019.		
0005014-93.2007.4.01.3802	28/10/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à coordenadoria da Turma, em 25/3/2019, com voto, para devida publicação.		
0005337-07.2007.4.01.3800	29/2/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: vistos em inspeção. Nada a prover, tendo em vista a remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, com a redistribuição do feito aos cuidados da relatoria do Desembargador Wilson de Souza Alves.		
0018314-76.2007.4.01.3300	13/11/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: vistos em inspeção. Nada a prover, tendo em vista a remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, com a redistribuição do feito aos cuidados da relatoria do Desembargador Wilson de Souza Alves.		
0002209-78.2009.4.01.4100	18/12/2009	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: vistos em inspeção. Nada a prover, tendo em vista a remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, com a redistribuição do feito aos cuidados da relatoria do Desembargador Wilson de Souza Alves.		
0028506-23.2007.4.01.3800	3/12/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: vistos em inspeção. Nada a prover, tendo em vista a remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, com a redistribuição do feito aos cuidados da relatoria do Desembargador Wilson de Souza Alves.		
0027780-27.2003.4.01.3400	18/10/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Considerando o julgamento do feito pelo Juiz Auxiliar, em regime de auxílio a distância, solicitem-se os autos físicos ao mesmo para posterior publicação do acórdão.		
0017299-97.2006.4.01.3400	15/10/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Nada a prover, tendo em vista a remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, com a redistribuição do feito aos cuidados da relatoria do Desembargador Wilson de Souza Alves.		
0030523-39.2005.4.01.3400	16/2/2009	198 - Apelação

Observação/Providência: vistos em inspeção. Nada a prover, tendo em vista a remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, com a redistribuição do feito aos cuidados da relatoria do Desembargador Wilson de Souza Alves.		
0008641-10.2004.4.01.3803	2/7/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo redistribuído ao Desembargador Wilson de Souza Alves, em razão da remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374.		
0002708-62.2008.4.01.3400	6/9/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Nada a prover, tendo em vista a remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, com a redistribuição do feito aos cuidados da Relatoria do Desembargador Wilson de Souza Alves.		
0000412-20.2007.4.01.3815	1/6/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: vistos em inspeção. Nada a prover, tendo em vista a remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374, com a redistribuição do feito aos cuidados da Relatoria do Desembargador Wilson de Souza Alves.		
0053555-44.2012.4.01.0000	30/8/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo encaminhado à Coordenadoria da Turma em razão da conclusão equivocada, considerando que fora julgado o recurso à unanimidade.		
0076666-23.2013.4.01.0000	16/12/2013	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: vistos em inspeção. Processo redistribuído ao Desembargador Wilson de Souza Alves, em razão da remoção do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão para a 5ª Turma, 3ª Seção, em 18/2/2019, conforme Ato Presi n. 7684374.		
0002493-04.2008.4.01.0000	10/1/2008	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se a lavratura do acórdão (voto-vencedor), considerando a data do ajuizamento da ação, referente à Meta do CNJ, com posterior encaminhamento à publicação.		
0015245-65.2009.4.01.3300	28/4/2011	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: vistos em inspeção. Providencie, com urgência, a lavratura do voto, remetendo os autos à Coordenadoria para prosseguimento do feito.		
0008953-02.2011.4.01.0000	4/3/2011	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se o cumprimento do acórdão proferido em ação originária desta Seção, por se tratar de processo afeto à Meta 2 do CNJ.		
0013993-91.2013.4.01.0000	13/3/2013	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se o cumprimento do acórdão proferido em ação originária desta Seção, por se tratar de processo afeto à Meta 2 do CNJ.		
0032514-07.2001.4.01.0000	6/9/2001	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se o cumprimento do acórdão proferido em ação originária desta Seção, por se tratar de processo afeto à Meta 2 do CNJ.		
0051754-93.2012.4.01.0000	20/8/2012	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se o cumprimento do acórdão proferido em ação originária desta Seção, por se tratar de processo afeto à Meta 2 do CNJ.		
0056051-12.2013.4.01.0000	18/9/2013	231 - Impugnação ao Valor da Causa

Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se a análise do processo, considerando a data da distribuição, referente à Meta 2 do CNJ, para julgamento após os trabalhos desta Inspeção, conforme cronograma a ser oportunamente estabelecido para esta finalidade.		
0001866-29.2006.4.01.3311	6/12/2010	216 - Argüição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se a análise e inclusão da arguição de inconstitucionalidade - processo referente à Meta 2 do CNJ, para julgamento após os trabalhos desta Inspeção, conforme cronograma a ser oportunamente estabelecido para esta finalidade.		
0057714-93.2013.4.01.0000	3/10/2013	231 - Impugnação ao Valor da Causa
Observação/Providência: vistos em inspeção. Priorize-se a análise do processo, considerando a data da distribuição, referente à Meta 2 do CNJ, para julgamento após os trabalhos desta Inspeção, conforme cronograma a ser oportunamente estabelecido para esta finalidade.		

10 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal João Batista Moreira.

2.2 Turma

6ª Turma.

2.3 Competência

De acordo com o RITRF-1, art. 8º, § 3º, compete à 3ª seção processo e julgamento de feitos relativos a: licitação, contratos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; Direito Ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; FGTS.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal João Batista Gomes Moreira.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Encerrou-se em 16 de abril de 2018 o mandato do Desembargador Federal João Batista Gomes Moreira no cargo de Corregedor Regional da Justiça Federal da Primeira Região. De acordo com a norma regimental, o Desembargador assumiu o acervo do

Desembargador Federal Kassio Nunes Marques, na 6ª Turma / 3ª Seção, a partir de 17 de abril de 2018.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Cristina Berquó e Silva - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível superior	3
Outros	4
Estagiários de nível médio	0

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo <u>do gabinete</u>* (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	22.463
Processos suspensos/sobrestados	33
Processos conclusos	18.770
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	17
Processos em mutirão, Turma Suplementar	25

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	21.686
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)	17.506
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	18.625
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	15.979
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim, de acordo com a Resolução Presi 36/2017.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	De acordo com o art. 4º, inciso II, da Portaria Presi 284.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	329.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: Informar n. na data anterior e n. na data posterior.	4/2018: 852; 2/2019: 859.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	353
Mandados de segurança	42
IRDR	3
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	83
Reclamações	1
Ações rescisórias	80
Outros	143

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	19.968
Recursos em mandados de segurança coletivos	25
Recursos em ações populares	46
Recursos em ações de improbidade administrativa	51
Recursos em ações civis públicas	767
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	474
Outros	38

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	19.968
Apelações cíveis	14.749
Agravos de instrumento	4.882
Outros	1

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	10
Ações penais	0
Inquéritos	2
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	8

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	6
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0

Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	426
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	413
Agravos legais/regimentais	282
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	274
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	70
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	63

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	2
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos concluídos, por ano de distribuição	
Ano atual	554
Ano anterior	4.310
2º ano anterior	2.100
3º ano anterior	1.821
4º ano anterior	1.467
5º ano anterior ou mais antigo	8.518

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	56
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	3
Total como relator para o acórdão	3

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	5.560
Total de Processos julgados	1.716
Total de Processos baixados	3.512
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	3.844
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	2.048

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	144
Total de feitos verificados na inspeção anterior	92
Total de feitos não regularizados	19
Total de feitos não regularizados	125

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	5.025
Processos julgados no ano anterior	1.662
Processos distribuídos no ano corrente	1.651
Processos julgados no ano corrente	1.483

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	6.657
Porcentagem de atendimento da meta	49,39%

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)

Pendentes em 31/12/2018	1.535
Porcentagem de atendimento da meta	71,32%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes	7.854
Porcentagem de atendimento da meta	47,52%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes	1.420
Porcentagem de atendimento da meta	65,1%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2018	N/A
Porcentagem de atendimento da meta	N/A

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes	N/A
Porcentagem de atendimento da meta	N/A

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	N/A
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	N/A
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	N/A
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	N/A

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	345
Porcentagem de atendimento da meta	51,42%

5.10. META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	407
Porcentagem de atendimento da meta	37,14%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	N/A
Processos baixados no ano anterior	N/A
Processos julgados no ano anterior	N/A
Processos distribuídos no ano corrente	N/A
Processos baixados no ano corrente	N/A
Processos julgados no ano corrente	N/A

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	N/A
Porcentagem de atendimento da meta	N/A

5.13. META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes	N/A
Porcentagem de atendimento da meta	N/A

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Dar cumprimento às recomendações nos feitos inspecionados e nos processos listados para todos os do acervo de situação semelhante; implantar plano de trabalho para elevar a produtividade a fim de superar a distribuição; procurar inserir em pauta processos com tutela provisória; incluir em pauta um maior número de feitos; aumentar o número de servidores na área-fim para possibilitar elaboração de minutas de votos, decisões e despachos; propiciar participação dos servidores em curso de capacitação; priorizar julgamento dos processos incluídos nas metas do CNJ e dos demais com prioridades legais e antigos; identificar feitos incluídos nas metas do CNJ com prioridade tanto fisicamente como no sistema; julgar processos contendo agravos

legais/regimentais e embargos de declaração conclusos há mais de 90 dias; proferir os votos-vista e declarações de votos pendentes em até 60 dias; apreciar o mérito dos agravos de instrumento antes da prolação da sentença.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

O Desembargador Federal João Batista Gomes Moreira assumiu o acervo em abril de 2018. Não foram encontrados registros de ações que tenham sido determinadas pelo Desembargador Kassio Nunes Marques para específico enfrentamento e/ou atendimento das aludidas recomendações. A situação do gabinete do Desembargador João Batista Gomes Moreira era deficitária no que tange ao quantitativo de servidores lotados na assessoria. Essa situação deficitária permanece. Os servidores que foram disponibilizados pelo Setor de Recursos Humanos, em sua maioria, não têm experiência na área judicante. O desembargador determinou especial atenção com a triagem, a fim de, se possível (atente-se para a extensa e complexa competência da 3ª Seção), elaborar votos e decisões com padronização que permita alavancar a produtividade.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Este gabinete tem situação deficitária em relação ao quadro de assessores. A maior parte deles não tem experiência judicante, especialmente com recursos. Foi encontrado um significativo número de processos cujo julgamento já deveria ter sido providenciado, em atendimento a metas do CNJ. A fim de enfrentar essa situação, o desembargador determinou que se tenha especial atenção com a triagem, a fim de elaborar decisões e votos com a padronização possível, o que, se espera, contribua para o aumento da produtividade.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim; Meta 1 Geral, Metas 1 e 2/2018. O gabinete está com déficit de assessores desde o ano de 2016. Atendendo ao apelo do gabinete, o Setor de Recursos Humanos disponibilizou quatro servidores, designados para a função de oficial de gabinete. No entanto, três deles sem nenhuma experiência com a atividade judicante. A competência da 3ª seção implica processos quase sempre singulares, inviabilizando a padronização de decisões e votos. O desembargador determinou a execução de triagem do acervo, a fim de eleger matérias para feitura de votos e decisões, o mais padronizadas possíveis, a fim de alavancar a produtividade do gabinete. Cumpre registrar, ainda, que, conquanto o tribunal tenha mantido a convocação de juízes para auxílio a distância, desde fevereiro do ano corrente esta relatoria não conta com tal apoio, tendo

em vista que a Presidência não consegue encontrar magistrado que atenda aos requisitos do normativo (produtividade) e/ou que aceite o encargo.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Atualmente, a dificuldade que mais impacta a produtividade do gabinete é a grande (e crescente) quantidade de tutelas de urgência requeridas. A complexidade das questões, decorrentes da competência da 3ª Seção, exige atenção em tempo integral da chefia de assessoria, inviabilizando maior apoio deste na preparação de votos. As tutelas de urgência impactam diretamente, ainda, a produtividade do desembargador, tendo em vista a recorrente solicitação dos advogados por audiências. O tribunal precisa repensar a distribuição de cargos em comissão, priorizando a área judicante, a fim de atrair servidores com experiência na área para atuar na assessoria. É necessária, ainda, uma revisão da distribuição de competências das Seções, medida que permitiria uma distribuição mais igualitária, em termos qualitativos (complexidade da matéria), aos Desembargadores.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

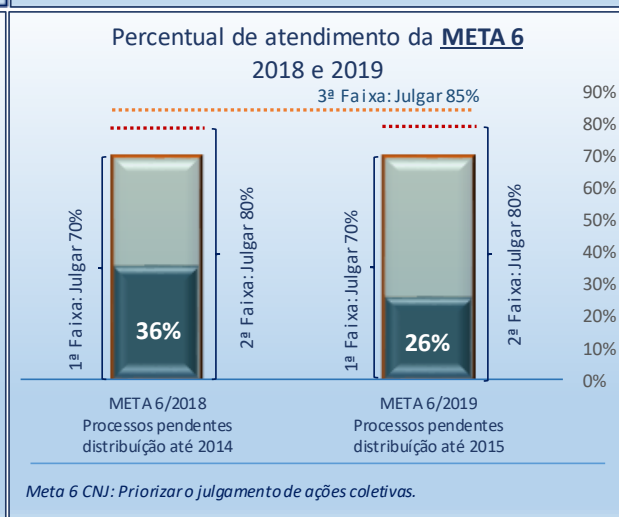
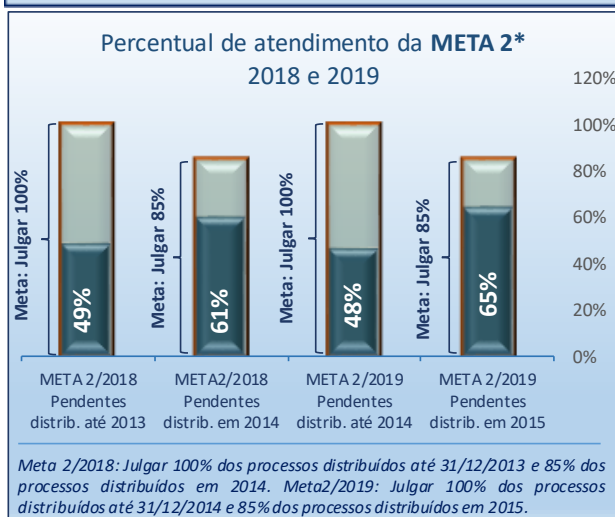
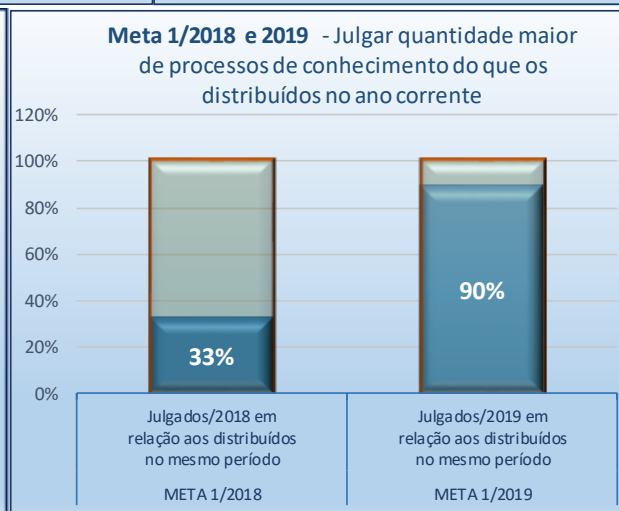
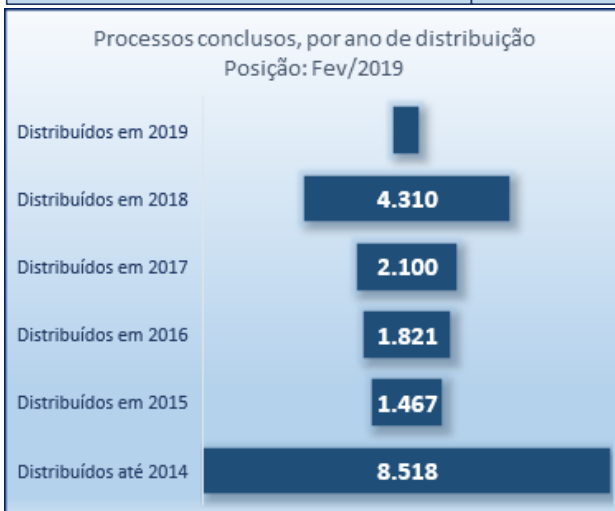
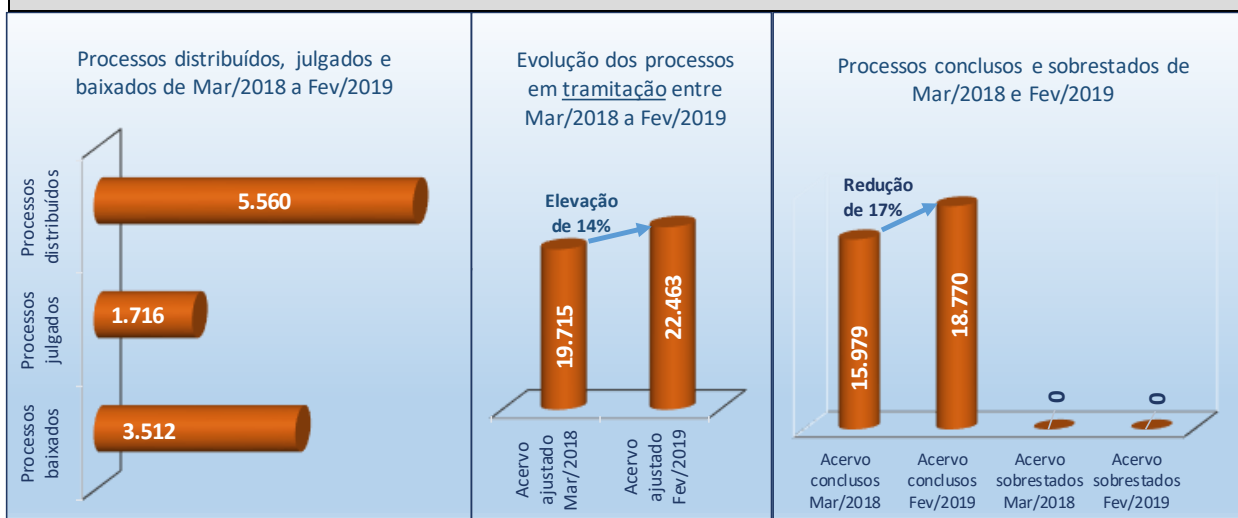
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0068344-14.2013.4.01.0000	13/11/2013	-
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0024598-09.2007.4.01.0000	25/6/2007	-
Observação/Providência: pauta de 19/3, mas com pedido de vista.		
0040609-79.2008.4.01.0000	18/8/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0038168-23.2011.4.01.0000	12/7/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0066289-27.2012.4.01.0000	24/10/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0022831-50.2005.4.01.3800	24/9/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0080010-46.2012.4.01.0000	19/12/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: pauta de 1/4/2019.		
0001468-67.2010.4.01.3400	19/4/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0000871-12.2017.4.01.3802	18/9/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: incluído na pauta de 15/4/2019.		

0009282-90.2007.4.01.3803	9/10/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0035410-58.2013.4.01.3700	11/9/2015	66 - Ação Popular
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0003554-35.2016.4.01.3809	17/8/2017	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0037683-47.2007.4.01.3400	29/6/2009	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
1000003-45.2015.4.01.0000	8/1/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
1000867-83.2015.4.01.0000	15/5/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
1008752-80.2017.4.01.0000	23/10/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0012804-44.2014.4.01.0000	12/3/2014	241 - Petição
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0010437-81.2013.4.01.0000	25/2/2013	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0051684-71.2015.4.01.0000	21/9/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
1000912-87.2015.4.01.0000	26/5/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0005561-32.2012.4.01.3100	2/12/2013	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0012879-20.2013.4.01.0000	7/3/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0043253-48.2015.4.01.0000	10/8/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0055559-30.2007.4.01.0000	3/12/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0001235-85.2006.4.01.3311	17/5/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0018045-09.2008.4.01.0000	7/4/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
1000009-52.2015.4.01.0000	9/1/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
1000346-41.2015.4.01.0000	9/3/2015	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		

1000838-33.2015.4.01.0000	13/5/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0000735-40.1998.4.01.4300	19/3/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: Será apreciado oportunamente.		
0011030-47.2003.4.01.3400	30/9/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0012096-71.2003.4.01.3300	14/9/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0031492-98.2007.4.01.0000	27/7/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0002527-87.2002.4.01.4300	17/5/2006	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: A ser apreciado oportunamente.		
0011784-37.1999.4.01.3300	22/6/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0050216-07.2004.4.01.3800	19/8/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0009939-92.2007.4.01.0000	16/3/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0020401-45.2006.4.01.0000	22/6/2006	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0002836-53.2002.4.01.3801	30/6/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0016184-51.2000.4.01.3400	25/2/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0000590-86.1999.4.01.3802	7/4/2003	198 - Apelação
Observação/Providência: Será apreciado oportunamente.		
0019621-66.2001.4.01.3400	14/8/2003	198 - Apelação
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0048803-20.1998.4.01.0000	10/7/1998	198 - Apelação
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0002625-03.1995.4.01.3400	20/5/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: A ser apreciado oportunamente.		
0004701-84.2006.4.01.3603	11/7/2012	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0026017-30.2008.4.01.0000	3/6/2008	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0057293-45.2009.4.01.0000	5/10/2009	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		

0001727-06.1999.4.01.3802	7/7/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: A ser apreciado oportunamente.		
0011645-13.2007.4.01.0000	11/4/2007	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0000033-48.2003.4.01.4000	2/5/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: Será apreciado oportunamente.		
0014975-03.2016.4.01.0000	18/3/2016	178 - Arresto
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0028381-91.2016.4.01.0000	25/5/2016	244 - Reclamação
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0020375-42.2009.4.01.0000	7/4/2009	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0031935-78.2009.4.01.0000	9/6/2009	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0003375-05.2004.4.01.0000	22/1/2004	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0013164-52.2009.4.01.0000	6/3/2009	231 - Impugnação ao Valor da Causa
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0039056-02.2005.4.01.0000	29/11/2005	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0014581-45.2006.4.01.0000	3/5/2006	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0029368-55.2001.4.01.0000	8/8/2001	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0013608-46.2004.4.01.3400	11/9/2006	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: A ser apreciado oportunamente.		
0044103-35.1997.4.01.0000	18/9/1997	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0045949-86.2017.4.01.0000	12/9/2017	313 - Pedido de Prisão Preventiva
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0045953-26.2017.4.01.0000	12/9/2017	326 - Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		
0045954-11.2017.4.01.0000	12/9/2017	326 - Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: será apreciado oportunamente.		

10 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

2.2 Turma

6ª Turma.

2.3 Competência

Licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; Direito Ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Juiz Federal convocado Roberto Carlos de Oliveira por afastamento do Desembargador Jirair Aram Meguerian.

Período: de 26/11 a 19/12/2018 (licença-médica) e de 28/1 a 26/2/2019 (férias).

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe de gabinete: Damiana Priscila de Sousa Castro.

Chefe de assessoria: Mariana Vieira Nunes.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	12 servidores
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	2
Outros	3 prestadores de serviço

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo <u>do gabinete*</u> (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	26.633
Processos suspensos/sobrestados	25
Processos conclusos	24.383
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	18
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	64

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	25.772
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	23.775
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	24.381
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	20.057
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos a magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuídos ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não.	Sim.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Processos da Meta 2.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	80 processos julgados.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	274
Mandados de segurança	49
IRDR	1
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	41
Reclamações	10
Ações rescisórias	36
Outros	134

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	26.262
Recursos em mandados de segurança coletivos	39
Recursos em ações populares	58
Recursos em ações de improbidade administrativa	79
Recursos em ações civis públicas	884
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	401
Outros	73

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	26.263

Apelações cíveis	15.680
Agravos de instrumento	9.485
Outros	1

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	9
Ações penais	1
Outros	8

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1
Apelações	1
Embargos infringentes e de nulidade	5

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	1
Outros	1

4.10. Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	-
Por IRDR	-
Por IAC	-
Por Recurso Especial	-
Por Recurso Extraordinário	-

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	783
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	731
Agravos legais/regimentais	688
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	680
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	39
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	29

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1

4.13 Processos concluídos, por ano de distribuição	
Ano atual	957
Ano anterior	4.595
2º ano anterior	3.961
3º ano anterior	3.005
4º ano anterior	2.261
5º ano anterior ou mais antigo	9.604

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	11

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	1

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.901
Total de processos julgados*	2.458
Total de processos baixados	3.843
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	3.443
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	2.058

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	-
Total de feitos não regularizados	-
Total de feitos verificados na inspeção anterior	-

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	5.415
Processos julgados no ano anterior	2.458
Processos distribuídos no ano corrente	1.948
Processos julgados no ano corrente	808

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013

Pendentes em 31/12/2018	6.683
Porcentagem de atendimento da meta	49,63%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	2.302
Porcentagem de atendimento da meta	53,04%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes	8.762
Porcentagem de atendimento da meta	41,2%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes	2.263
Porcentagem de atendimento da meta	41,62%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2018	9
Porcentagem de atendimento da meta	14,29%

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes	12
Porcentagem de atendimento da meta	10,99%

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	1
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	1
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	2
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	2

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	371
Porcentagem de atendimento da meta	44,34%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes	371
Porcentagem de atendimento da meta	44,34%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	-
Processos baixados no ano anterior	-
Processos julgados no ano anterior	-
Processos distribuídos no ano corrente	-
Processos baixados no ano corrente	-
Processos julgados no ano corrente	-

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2018	-
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes	-
Porcentagem de atendimento da meta	-

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Julgar os processos pendentes vistos em inspeção.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Estamos trabalhando arduamente para que as metas impostas sejam cumpridas.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

A medida adotada inicialmente será de incluir um número maior de processos por pauta de julgamento de sessão. O não cumprimento da meta é devido ao elevado número de processos e reduzida quantidade de servidores. Se caso o número de servidores fosse dobrados, ainda sim estaríamos longe do cumprimento das metas. Talvez a solução mais viável seria a criação de novos tribunais.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Incluir um número maior de processos por pauta de julgamento de sessão.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Boas práticas: classificação e separação física de processos: Os processos físicos são separados por assunto e por antiguidade na medida do possível; triagem dos processos digitais no próprio sistema PJE; especialização de servidores por matéria; há metas de trabalho fixadas pelo Desembargador, que sempre determina uma cota em torno de 12 processos por servidor a cada sessão. Além disso, cobra-se a elaboração de minutas em feitos com matérias urgentes a serem apreciadas.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

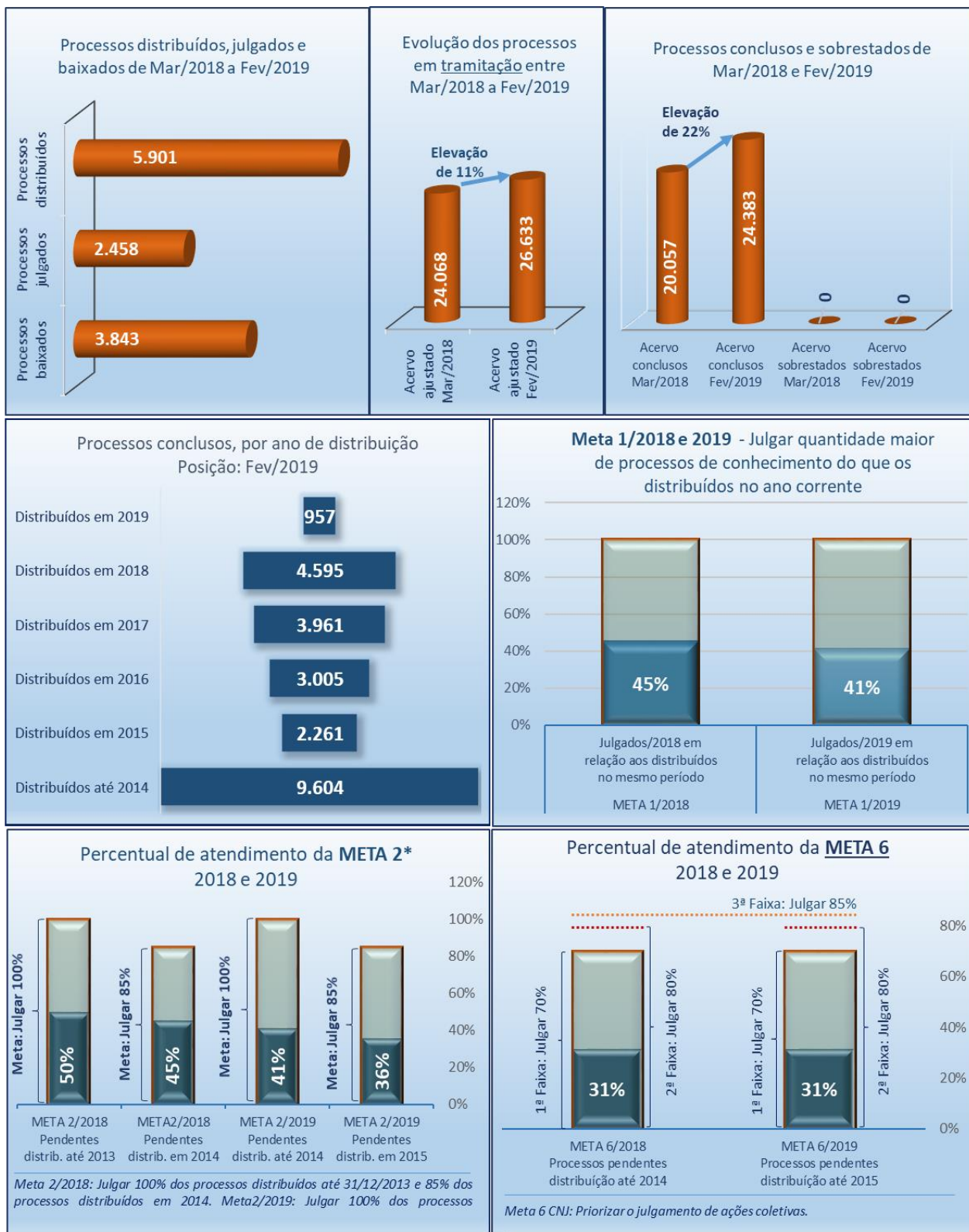
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0075567-23.2010.4.01.0000	17/12/2010	-
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0029663-33.2017.4.01.0000	16/6/2017	-
Observação/Providência: acórdão com erro pendente de retificação. Questão de ordem será na próxima seção prevista para maio de 2019		
0037025-86.2017.4.01.0000	2/8/2017	-
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0026680-08.2010.4.01.0000	14/6/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0021757-36.2010.4.01.0000	12/5/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0035326-07.2010.4.01.0000	13/7/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0016833-79.2010.4.01.0000	7/4/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0014051-75.2010.4.01.3500	30/6/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0010939-78.2008.4.01.3400	6/12/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0006408-41.1997.4.01.3300	16/9/2010	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0002324-80.2001.4.01.4100	26/11/2010	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0015952-85.2009.4.01.3800	26/10/2009	66 - Ação Popular
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0033272-24.2008.4.01.3400	4/3/2009	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0002989-35.2010.4.01.3501	14/3/2011	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0024400-30.2011.4.01.0000	2/5/2011	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0066019-66.2013.4.01.0000	4/11/2013	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0026849-87.2013.4.01.0000	14/5/2013	183 - Cautelar Inominada

Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0028748-23.2013.4.01.0000	22/5/2013	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
1001675-88.2015.4.01.0000	1/9/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo baixado por cancelamento da distribuição em 15/12/2015		
1001447-79.2016.4.01.0000	13/3/2016	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo baixado por cancelamento da distribuição em 5/10/2016		
0022712-28.2014.4.01.0000	28/4/2014	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0042323-93.2016.4.01.0000	25/7/2016	241 - Petição
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0028904-06.2016.4.01.0000	27/5/2016	244 - Reclamação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0024961-78.2016.4.01.0000	9/5/2016	244 - Reclamação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0010813-57.2010.4.01.3400	23/5/2013	216 - Argüição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0000749-18.2001.4.01.0000	19/1/2001	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0039573-94.2011.4.01.0000	18/7/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0057731-03.2011.4.01.0000	11/10/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0040012-71.2012.4.01.0000	27/6/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0016702-89.2010.4.01.3400	9/4/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0028261-53.2013.4.01.0000	21/5/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0057181-27.2010.4.01.3400	24/5/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0016299-96.2014.4.01.0000	26/3/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0048791-15.2012.4.01.0000	6/8/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0008185-95.2010.4.01.3400	25/9/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0041243-89.2010.4.01.3400	20/3/2012	1728 - Apelação / Reexame Necessário

Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0030495-18.2007.4.01.0000	25/7/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0004703-25.2004.4.01.3700	21/7/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0018237-38.2005.4.01.3300	7/11/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0002597-41.2000.4.01.3600	6/4/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0069666-74.2010.4.01.0000	9/11/2010	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Sobrestado: conta-poupança - a suspensão pelo STF de todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou de execução, que versem sobre a questão, pelo prazo de 24 meses a contar de 5/2/2018, data em que homologado o acordo e iniciado o prazo para a adesão.		
0069557-60.2010.4.01.0000	5/11/2010	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Sobrestado: conta- poupança - a suspensão pelo STF de todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou de execução, que versem sobre a questão, pelo prazo de 24 meses a contar de 5/2/2018, data em que homologado o acordo e iniciado o prazo para a adesão.		
0044741-80.1998.4.01.3800	14/5/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0005829-90.2002.4.01.3600	14/9/2004	198 - Apelação
Processo incluído na pauta do dia 15.04.2019		
0001036-74.1998.4.01.3301	26/4/2001	198 - Apelação
Sobrestado: conta-poupança - a suspensão pelo STF de todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou de execução, que versem sobre a questão, pelo prazo de 24 meses a contar de 5/2/2018, data em que homologado o acordo e iniciado o prazo para a adesão.		
0026028-35.2008.4.01.3500	3/9/2012	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: processo de relatoria do Desembargador Kassio Marques Nunes na Corte Especial		
0022057-57.1994.4.01.0000	15/8/1994	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
1000383-34.2016.4.01.0000	26/1/2016	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: previsão de julgamento até setembro de 2019		
0044527-09.1999.4.01.0000	10/6/1999	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0003469-37.2006.4.01.3700	15/2/2008	199 - Reexame Necessário
Previsão de julgamento: Até julho de 2019		
0008454-52.2001.4.01.3400	31/10/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0004331-95.2003.4.01.3802	2/7/2009	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		

0009467-03.2012.4.01.3400	8/10/2014	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0001001-27.1998.4.01.4300	24/4/2002	198 - Apelação
Previsão de julgamento: Até julho de 2019		
0019083-08.2003.4.01.3500	14/2/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0000205-44.2003.4.01.3400	8/6/2006	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0036452-29.2000.4.01.3400	3/2/2003	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0000853-85.2003.4.01.3800	17/2/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0025378-03.1994.4.01.0000	8/9/1994	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0007338-21.2004.4.01.0000	22/3/2004	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		
0020032-37.2000.4.01.3500	22/5/2001	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: previsão de julgamento até julho de 2019		

10 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 68 processos selecionados, por amostragem, foram inspecionados, sendo 35 físicos (5 fora da unidade, analisados pelos respectivos extratos) e 33 eletrônicos (30 do sistema e-Jur e 3 do sistema PJe).

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados corretamente. Porém, verificou-se que nem todos os registros processuais pertinentes, que constam do andamento processual, foram espelhados nos autos, por exemplo, as baixas de autos à secretaria. Foi relatado à equipe de inspeção tratar-se de praxe do tribunal a ausência de certificação destas movimentações.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0002324-80.2001.4.01.4100	0002989-35.2010.4.01.3501	0075567-23.2010.4.01.0000
0026680-08.2010.4.01.0000	0021757-36.2010.4.01.0000	0035326-07.2010.4.01.0000
0016833-79.2010.4.01.0000	0014051-75.2010.4.01.3500	0010939-78.2008.4.01.3400
0006408-41.1997.4.01.3300	0015952-85.2009.4.01.3800	0033272-24.2008.4.01.3400
0024400-30.2011.4.01.0000	0066019-66.2013.4.01.0000	0026849-87.2013.4.01.0000
0028748-23.2013.4.01.0000	0042323-93.2016.4.01.0000	0028904-06.2016.4.01.0000
0024961-78.2016.4.01.0000	0010813-57.2010.4.01.3400	0000749-18.2001.4.01.0000
0048791-15.2012.4.01.0000	0008185-95.2010.4.01.3400	0030495-18.2007.4.01.0000
0004703-25.2004.4.01.3700	0018237-38.2005.4.01.3300	0002597-41.2000.4.01.3600
0022057-57.1994.4.01.0000	0044527-09.1999.4.01.0000	0003469-37.2006.4.01.3700
0008454-52.2001.4.01.3400	0004331-95.2003.4.01.3802	0001001-27.1998.4.01.4300
0019083-08.2003.4.01.3500	0000205-44.2003.4.01.3400	0036452-29.2000.4.01.3400
0000853-85.2003.4.01.3800	0025378-03.1994.4.01.0000	0020032-37.2000.4.01.3500
1000383-34.2016.4.01.0000		

b) julgar no prazo de 30 dias:

0047335-25.2015.4.01.0000	0051257-06.2017.4.01.0000	0014371-08.2017.4.01.0000
0008486-64.2014.4.01.3800	0031962-51.2015.4.01.0000	

c) regularizar a fase processual, com a remessa dos feitos para outro relator, no prazo de 20 dias: 0026028-35.2008.4.01.3500

d) devolução de voto-vista, em 10 dias:

0039573-94.2011.4.01.0000	0057731-03.2011.4.01.0000	0040012-71.2012.4.01.0000
0016702-89.2010.4.01.3400	0028261-53.2013.4.01.0000	0057181-27.2010.4.01.3400
0009467-03.2012.4.01.3400		

12 OBSERVAÇÕES GERAIS

Pelos dados estatísticos fornecidos pelo tribunal, segundo posição aferida em 28/2/2019, o gabinete em inspeção tem acervo em tramitação bruta de 26.633 processos (excluídos os atribuídos, por exemplo, à Presidência e Vice-Presidência em razão de recursos excepcionais) e acervo de conclusos com 24.383 feitos (91,5%).

Contrastando-se os dados da inspeção realizada em 2017 com os colhidos para esta análise, observa-se que, na evolução do estoque processual, o acervo ajustado da unidade teve aumento de 4.733 feitos (de 21.039 para 25.772 processos), dado preocupante, em conjunto com a elevação de feitos conclusos (adição de 5.828 processos). Similarmente, o contingente de embargos de declaração pendentes de apreciação avançou de 375 para 783, sendo que 731 (93,3%) estão conclusos há mais de 30 dias e os pendentes de julgamento de agravos regimentais ascenderam de 143 para 688 processos, sendo que 680 (98,8%) estão conclusos há mais de 30 dias.

O perfil etário do acervo de conclusos da unidade, por ano de distribuição, revela a predominância de feitos com menos de cinco anos de tramitação (14.779, cerca de 60%), porém mantém-se elevado o acervo com distribuição mais antiga (9.604 processos), potencialmente inserido na Meta 2/CNJ. Na composição do estoque processual, 274 feitos são originários (predomínio de mandado de segurança – 49 – e conflitos de competência – 41 –, dentre as classes identificadas) e 26.262 são feitos recursais. É expressivo o acervo de agravos de instrumento, com 9.485 processos – 36,1% do total de feitos recursais em tramitação na unidade²¹.

Na gestão das metas do Conselho Nacional de Justiça aplicáveis ao gabinete em inspeção, constata-se que a unidade não logrou desempenho estatístico capaz de reduzir o volume (Meta 1) e tampouco a idade do acervo (Meta 2). Com efeito, houve cumprimento apenas parcial da Meta 1/2018 (45,9%, déficit de 2.957 processos) e 2/2018 (49,63% entre feitos distribuídos até 31/12/2013 e 53,04% no segmento do acervo distribuído no ano de 2014²²). De igual sorte, os dados fornecidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região indicam cumprimento de 44,34% da Meta 6/2018.

O quadro geral delineável a partir de dados estatísticos e processuais do acervo em tramitação na unidade, além do extraído do acervo listado para inspeção por amostragem, é claro no sentido de demonstrar que não é possível enfrentar as atuais dificuldades com ações meramente corretivas, pontuais ou casuísticas, dada a própria enormidade dos acúmulos e atrasos. A quantidade de processos abrangidos em tal tarefa tornaria invencível o esforço. Por outro, não se encontram disponíveis todos os recursos e medidas que, de modo definitivo, poderiam resolver as situações críticas identificadas em extenso e complexo acervo processual. A solução passa, na percepção da equipe de inspeção, pela adoção de estratégias de planejamento, organização, gestão global e, em seguida, setorial do acervo para viabilizar, desde logo, a identificação dos principais dados e situações que, de imediato, impactam e devem ser prioritariamente tratados para apontar e direcionar prováveis caminhos para o início da resolução do problema estrutural verificado na unidade.

A percepção da necessidade de gerenciamento e planejamento, assim como do diálogo e da troca de experiência de gestão, é essencial para a construção de um projeto

²¹ O dado em referência merece destaque, por se tratar, em princípio, de classe processual de rito célere e processamento simples.

²² O atendimento da Meta 2/2018 exigia o julgamento de 100% dos feitos distribuídos até 2013 e 85% daqueles distribuídos em 2014.

sólido no sentido de superar as dificuldades identificadas. É inquestionável que mesmo o melhor gerenciamento e planejamento não serão suficientes para resolver a situação constatada na unidade. Várias alterações estruturais devem ser cogitadas para viabilizar um projeto de saneamento permanente e consistente de todas as deficiências apuradas.

Nesse contexto, a proposta ofertada objetiva, em curto prazo, dotar a unidade de instrumentos gerenciais para aferição, diagnóstico de situações e construção de soluções direcionadas consistentes no sentido de reduzir os acúmulos e atrasos na tramitação processual. Os resultados, além de dependerem de outras medidas, demandam tempo considerável para maturação e aperfeiçoamento das práticas sugeridas, porém são imprescindíveis e urgentes para que se tenha, desde logo, alguma resposta e reação à situação atualmente existente.

Para fundamentar as sugestões propostas, a equipe de inspeção partiu de constatações realizadas nas atividades de acompanhamento da unidade, por meio dos relatórios apresentados e da análise do acervo listado para amostra da situação geral da gestão processual, além de informações pontuais colhidas junto aos gestores do gabinete.

Consultada pela equipe de inspeção, a unidade externou ressentir-se da escassez de funcionários frente ao acervo, bem como da precariedade do espaço de trabalho, conforme havia informado em resposta ao questionário enviado previamente pelo Conselho da Justiça Federal.

Quanto ao primeiro aspecto, colhe-se que a força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na última inspeção, passando de 13 para 12 servidores efetivos, além de um servidor sem vínculo, o que denota, em tese, diminuição de força de trabalho destinada à atividade-fim. Considerando que, segundo dados estatísticos fornecidos, a unidade possui 26.633 processos em tramitação (fevereiro/2019), tem-se a média de 2.219 processos por servidor, a princípio²³, muito superior aos indicadores de carga de trabalho por servidor, na 2ª instância da Justiça Federal, divulgados pelo anuário “Justiça em Números”, edição de 2018, que é de 561 processos por servidor.

A respeito das instalações físicas da unidade, de fato, a equipe de inspeção apurou que o espaço disponível é inadequado para o trabalho a ser desempenhado. Dado o grande acervo processual e o tamanho relativamente reduzido do gabinete, boa parte dos feitos é armazenada em depósito externo, circunstância dificultadora da correta administração do acervo – já que poucas informações gerenciais são obtidas a partir dos sistemas internos de processamento.

De maneira central, segundo pôde a equipe de inspeção colher junto aos gabinetes inspecionados, trata-se de circunstância generalizada, os dados gerenciais de acervo fornecidos pelas áreas administrativas do tribunal não são confiáveis. Cita-se aqui, como

²³ Não há como se calcular categoricamente a média em razão da ausência de informação de quantitativo de servidores atualmente dedicado à atividade-fim na unidade.

exemplo, o caso de feitos conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória: foi informado pelo setor de estatística do tribunal, que haveria apenas um processo nessa situação, o que não condiz com o elevado acervo da unidade inspecionada.

Há de se registrar que, desse cenário, não deriva, necessariamente, a conclusão de que a causa da assincronia de informações origina-se nos setores de estatística ou informática do tribunal. De fato, não se pode excluir, como hipóteses relevantes e prováveis, a existência de limitações dos próprios sistemas de processamento à extração de dados adequados, bem como, em alguma medida, a falta de instruções adequadas a tais setores (de regra, sem domínio do campo jurídico) a respeito dos parâmetros a serem observados para a obtenção de cada dado solicitado.

De toda forma, observou-se que tampouco o gabinete demonstrou possuir controle gerencial, próprio e preciso, do acervo. O fato é preocupante, na medida em que a base de qualquer projeto de gestão processual - seja de foco específico (v.g., atendimento de determinada meta) ou geral (v.g., redução de acervo) – é o manejo correto de metadados precisos acerca do estoque de processos (data de distribuição, fase, matéria, existência de decisão liminar). Assim, não causa espanto - embora preocupante – que a unidade tenha controle insatisfatório de metas de desempenho (vide o descumprimento reiterado daquelas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça) e de fluxo processual (evidenciado pela quantidade de processos sem movimentação desde a distribuição, identificados pela equipe de inspeção durante a análise da amostra do acervo).

Tal cenário encontra reflexo, também, na postura quanto ao questionário recebido pela unidade em antemão à inspeção. Veja-se a pergunta do item 4.3:

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	80 processos julgados
--	-----------------------

Juntamente com tal questionamento, havia outro item que solicitava a indicação, pela unidade, da evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio, porém não houve resposta a tal respeito.

Como se nota, uma percepção acerca da importância das análises gerenciais permitiria compreender que o fulcro das perguntas elaboradas era permitir que a unidade expusesse uma análise mais aprofundada do resultado do mutirão. Perceba-se que, evidentemente, a segunda questão visava à demonstração da evolução do acervo global, para contrastar-se o incremento da produtividade em mutirão em relação ao funcionamento regular da unidade, avaliando-se, assim, a eficiência da medida – inclusive com informações a respeito de metas estabelecidas (baixar determinado número de processos, por exemplo). Para isso, deveria ser informado o período preciso

do mutirão, bem como valores de entradas e saídas de feitos na unidade, tanto no período regular quanto no de mutirão.

Não se desconhece ou subdimensiona a dificuldade de trabalho frente a estoques processuais elevados como o do gabinete em referência. Contudo, ao que pôde a equipe de inspeção avaliar, não há perspectiva próxima de que os sistemas processuais em uso na Corte sejam readequados para permitir extrações de dados mais precisos pelo setor de estatística. Assim, recai sobre a própria unidade a iniciativa e o encargo de produzir controles internos que permitam o gerenciamento de seu acervo.

Dessa forma, é necessário, paulatinamente, que a unidade trie integralmente o acervo, colhendo dados de antiguidade, classe processual, incidências de metas ou prioridades legais e tramitação de cada feito. Dada a magnitude do acervo, recomenda-se que a tarefa seja particionada, atacando-se o estoque processual por critérios uniformes (em ordem de preferência: por prioridade legal, antiguidade e classe processual), fixando-se metas de conclusão de cada fase da triagem, com designação de força de trabalho específica para tanto (de modo a manter o padrão de colheita de dados durante toda a triagem), com treinamento prévio, se necessário.

A tabulação desses dados, em planilha única²⁴ - ou, em caso de segmentação, com a utilização de recursos de totalização geral²⁵ - permitiria a aplicação de filtros, dimensionando a carga de trabalho em cada segmento, promovendo a adoção de soluções melhor direcionadas e que proporcionariam redução de acervo em prazo calculado: mutirões setoriais por matéria ou classe recursal (v.g., iniciativas focadas em ações coletivas - ou embargos de declaração e agravos regimentais, recursos de apreciação mais simples, em regra), agrupamento de processos versando sobre a mesma questão de fundo, correção de irregularidades de tramitação (citam-se aqui os casos de redistribuição e remessas equivocadas à unidade) etc.

Estima-se, a depender de como manuseada a estratégia, que tais iniciativas possam permitir ganhos qualitativos a partir de medidas que o gabinete já utiliza de praxe, como a elaboração de pautas temáticas: o domínio completo do acervo permite aprimorar o planejamento e a seleção de processos antigos para julgamento, de modo a melhorar o perfil etário do acervo da unidade.

Além disso, o domínio de tais informações favorece o diagnóstico de gargalos produtivos nos processos de trabalho da unidade, que por vezes restam ocultos quando não promovido direcionamento e planejamento específico no trato das rotinas usuais de gestão do acervo.

²⁴ A multiplicação de planilhas estanques revela-se ineficiente para a gestão global do acervo, dificultando análises gerais.

²⁵ Embora idealmente o uso de uma planilha única seja o recomendado, é de se considerar que uma planilha de mais de 26.000 entradas seria de difícil manejo. Em tais casos, uma opção é o uso de recursos dinâmicos (“tabelas dinâmicas”) dos programas de tabulação geralmente usados (Excel ou Calc), de modo a permitir que múltiplas planilhas comuniquem-se entre si, totalizando à parte os dados selecionados como relevantes para o gerenciamento do acervo.

13 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Em entrevista com o Desembargador Jirair Meguerian, em 13/5/2019, após a exposição das diretrizes de trabalho e dos objetivos a serem atingidos com a inspeção, especialmente no tocante à adoção de plano de trabalho para equalização do desempenho das unidades do tribunal e melhoria do quadro geral do acervo processual, com ênfase no desenvolvimento de rotinas e práticas de gerenciamento a partir de boas práticas verificadas, o magistrado relatou ter dificuldade para prover cargos do gabinete, existindo duas vagas com função comissionada (FC-4 e FC-5), uma delas em vias de preenchimento.

Aduziu que a falta de ferramenta de pesquisa de jurisprudência e julgados do próprio gabinete no sistema do PJe prejudica a produtividade e que o setor de estatística não tem dados confiáveis, informando que, em dezembro de 2018, o acervo físico era de 20.000 processos e, em abril de 2019, atingiu 26.000, o que se revela contraditório, não existindo dados estatísticos acerca dos processos eletrônicos.

As informações sobre procedimentos, organização e dados gerais da unidade, colhidas junto aos servidores, foram inseridas diretamente nas descrições e análises expostas no capítulo das observações gerais deste relatório (item 12).

14 RECOMENDAÇÕES

a) cumprir todas as recomendações do item 11 (aqui incluídos esforços para que a unidade atinja a integralidade das metas do CNJ e do CJF, principalmente as metas do CNJ);

b) desenvolver métodos de controle de fluxo processual e panorama estatístico do acervo, abarcando informações de quantitativos seccionais, classes processuais, antiguidade de distribuição, metas incidentes e prioridades legais;

c) estabelecer planejamento do trabalho desenvolvido da unidade, com metas quantitativas e temporais, analisando-se periodicamente o desempenho parcial da equipe, para calibração da estratégia adotada;

d) priorizar planos de redução de acervo orientados à baixa de feitos em ordem de cronologia da distribuição dos autos (atendendo-se, assim a metas temporais), associadas, em segundo plano, à separação de processos por matérias (o que permite controle de metas por assunto); identificando, no panorama da força de trabalho, o proveito da adoção de mutirões parciais dentro desta estratégia;

e) envidar esforços para a redução especificamente do estoque de agravos de instrumentos pendentes de julgamento (9.485), embargos de declaração (783), agravos regimentais (688), mandado de segurança originário (45), conflitos de competência (41) e preferências legais (134);

f) designar auxiliares (preferencialmente de atividades-meio) para controle de fluxo processual (buscando-se treinamento específico, se o caso), notadamente quanto ao levantamento, acompanhamento e regularização de fases processuais; e

g) realizar reuniões periódicas com a equipe para discutir os planos de ação em curso e alternativas de medidas de motivação e incentivo ao cumprimento de metas individuais, bem como levantar dificuldades de trabalho.

Recomenda-se a inclusão da unidade jurisdicional em sistema permanente de acompanhamento de metas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Daniel Paes Ribeiro.

2.2 Turma

6ª Turma.

2.3 Competência

Art. 8º, § 3º, incisos I ao XII, do Regimento Interno do TRF 1ª Região: licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral - não incluídos na competência de outra seção -, concursos públicos, contratos, direito ambiental, sucessões e registros públicos, direito das coisas, responsabilidade civil, ensino, nacionalidade - inclusive a respectiva opção e naturalização -, constituição, dissolução e liquidação de sociedades, propriedade industrial, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não ocorreu.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não ocorreu tal substituição.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Fabício Ramos Ferreira - Chefe da Assessoria (art. 96, § 1º, do Regimento Interno).

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	3 prestadores de serviço terceirizados

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)

Total em tramitação**	23.486
Processos suspensos/sobrestados	101
Processos conclusos	21.594
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	20
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	15

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	22.202
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	20.221
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	21.125
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	20.232
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete

é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar sim ou não.	Sim. O Regime de Auxílio a Distância (Resolução Presi 36 de 1/9/2017, disciplinada pela Portaria Presi n. 284, de 1 de setembro de 2017). Participação da Juíza Federal Rosana Noya Alves Weilbel Kaufmann, titular da 6ª vara da Seção Judiciária da Bahia.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim: A prioridade atingiu os processos distribuídos até o ano 2012, físicos e eletrônicos, com possibilidade de inclusão de 85% de processos distribuídos até 2013, nos termos do art. 2º da Resolução Presi 36/2017.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Até o encerramento do prazo para transmissão da informação, o Relatório da Divisão de Estatística apresenta inconsistência, trazendo informações das Câmaras Regionais Previdenciárias, "mutirão" do âmbito da 1ª Seção do TRF.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar número na data anterior e número na data posterior)	Até o encerramento do prazo para transmissão da informação, o relatório da Divisão de Estatística apresenta inconsistência, trazendo informações das Câmaras Regionais Previdenciárias.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	410
Mandados de segurança	55
IRDR	1 (uma) - IRDR n. 0045947-19.2017.4.01.0000/DF (Relatório da Diest não encontrou nenhum caso).
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	101

Reclamações	O Relatório da Diest aponta 3 (três) casos: - A Reclamação 0054958-82.2011.4.01.0000/MG integra o acervo do Regime de Auxílio a Distância. Atribuição à Juíza Federal Rosana Noya Alves Weilbel Kaufmann em 25.01.2018. - A Reclamação 0077997-74.2012.4.01.0000/PA integra o acervo do Regime de Auxílio a Distância. Atribuição à Juíza Federal Rosana Noya Alves Weilbel Kaufmann em 31.01.2018. - A Reclamação 1012593-49.2018.4.01.0000/MG foi distribuída em 08.05.2018.
Ações rescisórias	83
Outros	168 (cento e sessenta e oito) processos. Situações processuais diversas, que na quase totalidade implicam baixa dos autos.

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	23.141
Recursos em mandados de segurança coletivos	26
Recursos em ações populares	54
Recursos em ações de improbidade administrativa	82
Recursos em ações civis públicas	858
Recursos em ações de desapropriação	1
Recursos em ações com preferência legal	413
Outros	60

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	23.141
Apelações cíveis	15.284
Agravos de instrumento	7.127
Outros	3

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	7
Ações penais	0

Inquéritos	1
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	6

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	21 (vinte e um) processo. Questionaremos a Diest, pois o item 4.8 alude a feitos recursais criminais.
Outros	0.

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Matéria eminentemente da competência da 2ª Seção (art. 8º, § 2º, do Regimento Interno/TRF 1ª Região). O relatório estatístico não apontou nenhum caso.

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	60.
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	707
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	629
Agravos legais/regimentais	298
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	287
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	86

Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	80
---	----

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	29
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	920
Ano anterior	4.814
2º ano anterior	3.442
3º ano anterior	2.574
4º ano anterior	1.603
5º ano anterior ou mais antigo	8.241

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	11
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.721
Total de processos julgados*	3.523
Total de processos baixados	4.083
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	2.198
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.638

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	170
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	90
Total de feitos não regularizados	0

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	5.149
Processos julgados no ano anterior	3.039
Processos distribuídos no ano corrente	1.575
Processos julgados no ano corrente	1.261

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	6.641
Porcentagem de atendimento da meta	55,48%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	1.637
Porcentagem de atendimento da meta	74,13%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes	8.089
Porcentagem de atendimento da meta	50,12%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes	1.441
Porcentagem de atendimento da meta	61,53%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2018	9

Porcentagem de atendimento da meta	25,97%
------------------------------------	--------

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes	12
Porcentagem de atendimento da meta	20,41%

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não consta distribuição
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	1
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	1
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	1

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	353
Porcentagem de atendimento da meta	47,35%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes	431
Porcentagem de atendimento da meta	34,65%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Matéria eminentemente da competência da 2ª Seção (art. 8º, § 2º, do Regimento Interno/TRF 1ª Região).
--	---

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018	Matéria da competência da 2ª Seção (art. 8º, § 2º, do Regimento Interno/TRF 1ª Região).
-------------------------	---

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes	Matéria da competência da 2ª Seção (art. 8º, § 2º, do Regimento Interno/TRF 1ª Região).
-----------	---

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

-

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

-

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim. Todas as metas foram parcialmente alcançadas. O acervo é permanentemente monitorado, por meio de planilha eletrônica. Tal ferramenta se presta ao conhecimento das matérias e das fases recursais, viabilizando o agrupamento de feitos pela origem, data de distribuição, estágio processual, etc. O teletrabalho, por meio da designação de 2 (duas) servidoras, tem-se mostrado mais produtivo que o modo convencional. Também é permanentemente aprimorado um repositório de posicionamentos dos colegiados, relacionado aos assuntos cuja compreensão esteja consolidada internamente, e pelos tribunais superiores.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

As principais práticas foram relatadas em tópico anterior. [...] As dificuldades estão diretamente relacionadas com o quantitativo e a complexidade dos processos, impossibilidade de julgamento monocrático da quase totalidade das demandas, e de

juízo em igual proporção, ante o imperativo da análise, ao menos razoável, do caso concreto. [...], nesta última instância para apreciação de fatos e provas. Carência de mais servidores capacitados e dispostos a atuarem na área fim, ante as 2ª e 3ª jornadas pessoais, que demandam - se possível fosse - liberação dos colaboradores para a necessária, merecida e devida reciclagem. O ainda elevado número de processos físicos, a inadequação do espaço físico para a realização de atividades elementares, o que acentua a insalubridade do ambiente de trabalho. Cientes de que a equipe não poupa esforços para entregar às partes o julgamento em tempo razoável, autoavalia positivamente a situação desta Unidade.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0000392-52.2012.4.01.0000	11/1/2012	-
Observação/Providência: decisão terminativa não recorrida. Pendente de baixa, o processo será encaminhado à Coordenadoria responsável pelo procedimento.		
0015752-15.2008.4.01.3800	6/8/2010	-
Observação/Providência: necessária a retificação do acórdão, a questão será sanada no prazo de até 30 (trinta) dias.		
0071627-57.2014.4.01.3800	17/11/2016	-
Observação/Providência: o acórdão está sendo retificado. A questão será sanada no prazo de até 30 (trinta) dias.		
0019160-79.2010.4.01.3400	25/9/2012	-
Observação/Providência: o acórdão será encaminhado à coordenadoria responsável pela publicação o quanto brevemente possível, considerando que o desembargador tem férias previstas para o período de 22.04.2019 a 21.05.2019.		
0060529-63.2013.4.01.0000	8/10/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: o pedido de reconsideração formulado pela parte agravante será decidido no prazo de até 90 (noventa) dias.		
0010229-63.2014.4.01.0000	26/2/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso será apreciado em até 60 (sessenta) dias.		
0009600-16.2011.4.01.4100	28/2/2012	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O recurso será incluído em pauta para julgamento, no prazo de até 90 (noventa) dias.		
0021611-17.2005.4.01.3800	13/8/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: o recurso será incluído em pauta no prazo de até 90 (noventa) dias.		
0003374-30.2003.4.01.3500	3/3/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: sobrestado: STF - Tema n. 249 (RE 627.106) - Decreto-lei 70/66. Execução extrajudicial das dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro da Habitação.		
0013736-28.2002.4.01.3500	2/3/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: sobrestado: STF - Tema n. 249 (RE 627.106) - Decreto-Lei 70/66. Execução extrajudicial das dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro da Habitação.		

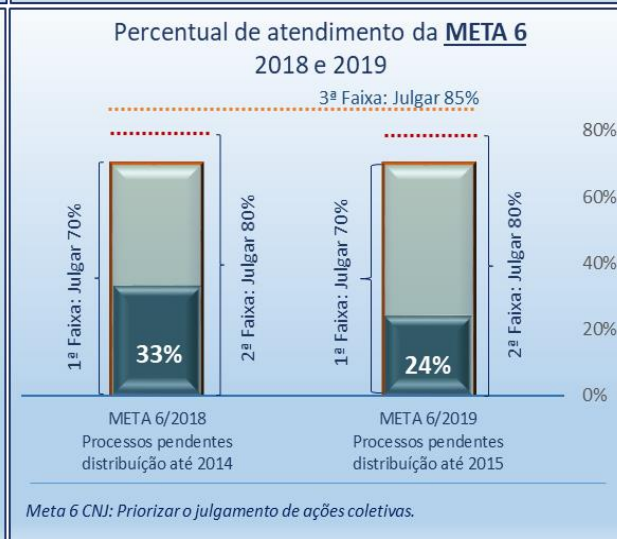
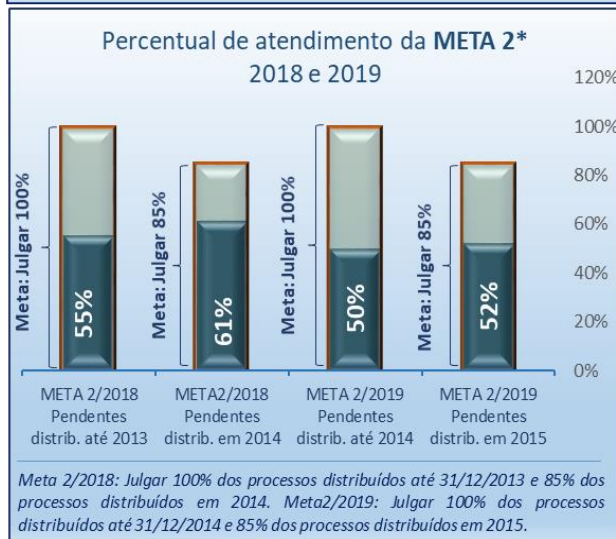
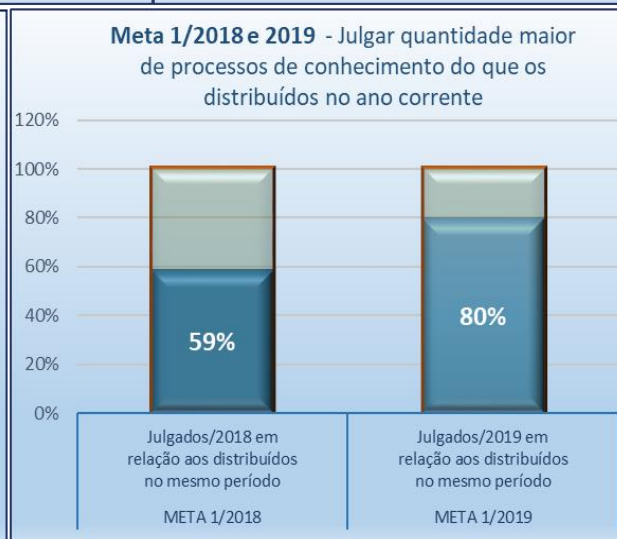
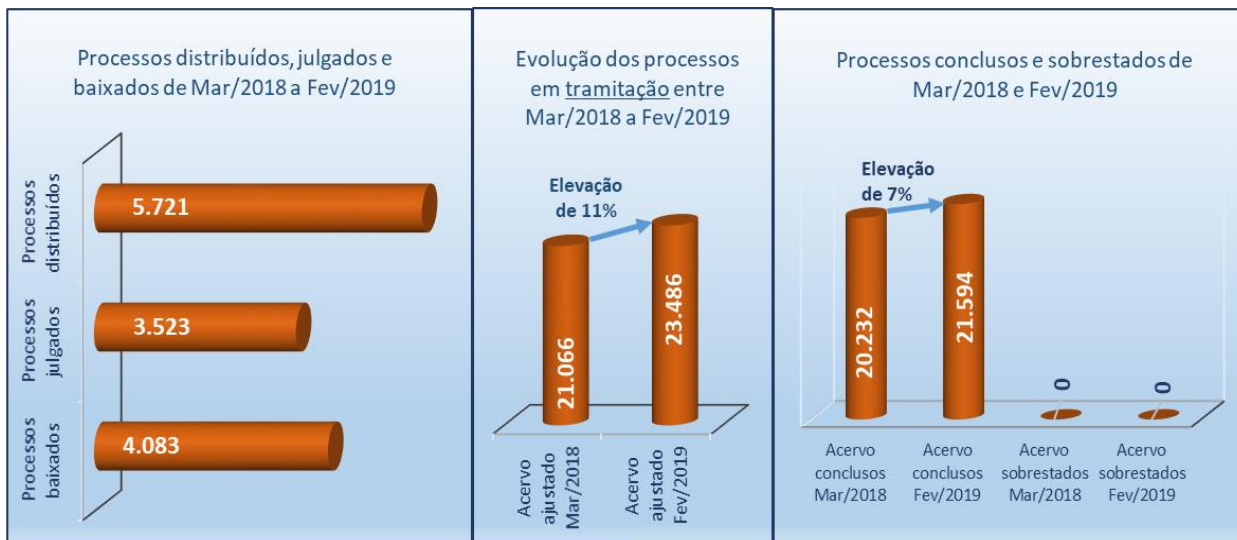
0005342-43.2013.4.01.3307	14/3/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo encaminhado ao Ministério Público Federal. Saneado, será julgado em até 90 (noventa) dias.		
0016995-77.2011.4.01.3900	10/3/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: o recurso será incluído em pauta de julgamento, no prazo de 90 (noventa) dias.		
0047140-28.2011.4.01.3800	10/12/2012	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento da sessão do dia 29.04.2019.		
0005801-50.2010.4.01.3307	2/8/2013	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: o processo será julgado em até 90 (noventa) dias.		
0011756-97.2008.4.01.3900	10/12/2013	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: o recurso será levado a julgamento oportunamente, o quanto antes possível.		
0000864-05.2012.4.01.3314	6/11/2012	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: processo será incluído em pauta no prazo de 60 (sessenta) dias.		
0003335-79.2012.4.01.3803	4/11/2013	66 - Ação Popular
Observação/Providência: o recurso será incluído em pauta no prazo de até 90 (noventa) dias.		
0053044-12.2013.4.01.0000	4/9/2013	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: o julgamento da AP 0001951920124014100/RO - ação principal -, no prazo de até 90 (noventa) dias, exaurirá a pretensão cautelar.		
0072180-92.2013.4.01.0000	26/11/2013	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: a ApReeNec 14043220124014000/PI - ação principal -, aguarda o juízo de admissibilidade de RE/REsp, pela Presidência do TRF 1ª Região. Configurado está o esvaziamento da pretensão veiculada na ação cautelar, ora inspecionada.		
0007342-09.2014.4.01.0000	13/2/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: decisão terminativa: requerente desistiu da pretensão, manifestamente prejudicada.		
0031968-97.2011.4.01.0000	6/6/2011	241 - Petição
Observação/Providência: perecimento do objeto do recurso. Não há registro de recurso em face da sentença nos autos de origem.		
0015620-68.2011.4.01.3600	13/12/2012	233 - Incidente de Uniformização de Jurisprudência
Observação/Providência: o caso será apresentado à Corte Especial o mais brevemente possível.		
0058545-10.2014.4.01.0000	14/10/2014	178 - Arresto
Observação/Providência: o julgamento da AP 525039520124013400/DF - ação principal -, o mais brevemente possível, deverá esgotar a pretensão veiculada na ação cautelar, ora inspecionada.		
0010770-76.2013.4.01.3801	1/4/2014	1230 - Exceção de Impedimento
Observação/Providência: o processo será levado a julgamento no prazo de 90 (noventa) dias.		
0012022-46.2015.4.01.3801	7/1/2016	1230 - Exceção de Impedimento
Observação/Providência: o processo será levado a julgamento o mais brevemente possível.		
0002451-87.2007.4.01.4300	14/6/2010	198 - Apelação

Observação/Providência: a questão de ordem será dirimida no prazo de 30 (trinta) dias. O processo foi devolvido pelo juízo de origem (fl. 436), ante as alegações de nulidade da sentença (fls. 414-418) e da intimação do acórdão (fl. 443), em face da certidão de trânsito em julgado do acórdão (fl. 391).		
0005365-84.2003.4.01.4100	24/3/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: o voto-vista será apresentado ao Colegiado o quanto brevemente possível, considerando que o desembargador tem férias previstas para o período de 22/4/2019 a 21/5/2019.		
0070450-41.2016.4.01.0000	2/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: o voto-vista será apresentado ao Colegiado o quanto brevemente possível, considerando que o desembargador tem férias previstas para o período de 22/ 4/2019 a 21/ 5/2019.		
0016580-51.2011.4.01.3300	5/10/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: acórdão lavrado, os autos se encontram na coordenadoria responsável pela publicação.		
0001358-29.2014.4.01.3303	20/9/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: Acórdão encaminhado à publicação.		
0000537-69.2016.4.01.0000	7/1/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão terminativa recorrida por meio de embargos de declaração. Será incluído em pauta no prazo de 60 (sessenta) dias.		
0013910-27.2008.4.01.3500	7/12/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: o recurso será incluído em pauta no prazo de até 90 (noventa) dias.		
0000746-35.2012.4.01.3603	6/11/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: embargos de declaração serão julgados na sessão do dia 16.05.2019.		
0028180-55.2014.4.01.3400	15/12/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: os embargos de declaração serão incluídos em pauta no prazo de 60 (sessenta) dias.		
0027708-35.2015.4.01.0000	27/5/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: os embargos de declaração serão incluídos em pauta no prazo de 60 (sessenta) dias.		
0041345-19.2016.4.01.0000	20/7/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: os embargos de declaração serão incluídos em pauta no prazo de 60 (sessenta) dias.		
0016687-96.2005.4.01.3400	3/5/2007	216 - Arguição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: o caso será apresentado à Corte Especial o mais brevemente possível (Resolução CONAMA n. 258/99).		
0005443-84.2008.4.01.4300	28/2/2011	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: processo retirado de pauta. Será levado a julgamento, oportunamente.		
0008814-45.2014.4.01.0000	20/2/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: o julgamento da ação principal, ApReeNec 200837000089425, no prazo de até 90 (noventa) dias, exaurirá a pretensão cautelar.		
0069617-33.2010.4.01.0000	8/11/2010	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: o recurso será apreciado no prazo de 90 (noventa) dias.		
0002967-09.2007.4.01.0000	30/1/2007	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: o recurso será incluído em pauta no prazo de até 90 (noventa) dias.		
0038001-45.2007.4.01.0000	22/8/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta para julgamento.		
0010559-74.2002.4.01.3300	1/10/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: o recurso será levado a julgamento no prazo de até 30 (trinta) dias.		
0028648-71.2000.4.01.3800	19/9/2001	198 - Apelação
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 29.04.2019.		
0034109-94.1999.4.01.3400	20/9/2001	198 - Apelação
Observação/Providência: incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 29.04.2019.		
0000376-58.2000.4.01.3803	16/2/2001	198 - Apelação
Observação/Providência: processo saneado, será incluído em pauta no prazo de 60 (sessenta) dias.		
0068558-44.2009.4.01.0000	23/11/2009	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será levado a julgamento o mais brevemente possível.		
0005221-75.2010.4.01.3806	21/2/2014	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: o recurso será julgado no prazo de até 90 (noventa) dias.		
0001612-31.2002.4.01.3300	15/8/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: o recurso à extinção da execução, e multa processual, será incluído em pauta o mais brevemente possível.		
0004964-41.2009.4.01.3400	30/3/2011	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: o recurso será incluído em pauta no prazo de 60 (sessenta) dias.		
0008334-09.2001.4.01.3400	7/6/2010	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: os embargos infringentes serão julgados no prazo de até 90 (noventa) dias.		
0005366-20.1999.4.01.4000	7/7/2000	198 - Apelação
Observação/Providência: o recurso será incluído em pauta no prazo de até 90 (noventa) dias.		
0001309-15.2001.4.01.3700	29/2/2008	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo será incluído em pauta no prazo de 90 (sessenta) dias.		
0033246-60.2007.4.01.3400	29/1/2009	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: o recurso será incluído em pauta no prazo de até 90 (noventa) dias.		
0001648-46.2012.4.01.3810	13/5/2013	324 - Exceção da Verdade
Observação/Providência: Embargos de Declaração serão incluídos em pauta no prazo de 60 (sessenta) dias.		
1001916-62.2015.4.01.0000	1/10/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta no prazo de 90 (noventa) dias.		
0030660-60.2001.4.01.3400	22/10/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o recurso será levado a julgamento oportunamente, o quão antes possível.		
0021226-81.2000.4.01.3400	6/8/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o recurso será incluído em pauta oportunamente, o quão brevemente possível.		
1000065-17.2017.4.01.0000	16/1/2017	221 - Conflito de competência

Observação/Providência: interpostos RE/REsp ao acórdão, os autos serão encaminhados à Presidência deste TRF da 1ª Região, a quem incumbe o juízo de admissibilidade dos aludidos recursos (art. 21, inciso XXXII, alínea "g", do Regimento Interno).		
0022814-45.2017.4.01.0000	17/5/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: o caso será incluído em pauta oportunamente, o mais brevemente possível.		
0028282-92.2014.4.01.0000	23/5/2014	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: o caso será impulsionado.		
0014761-85.2011.4.01.0000	16/3/2011	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: transitado em julgado o acórdão, cuida-se de liquidação de honorários sucumbenciais. Processado o despacho à fl. 708, o feito será impulsionado.		
0005362-90.2016.4.01.3901	16/3/2018	313 - Pedido de Prisão Preventiva
Observação/Providência: processo encaminhado será julgado em até 90 (noventa) dias.		
0026205-13.2014.4.01.0000	14/5/2014	1733 - Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)
Observação/Providência: o caso seguirá sendo impulsionado, para que seja apresentado ao Colegiado o mais brevemente possível.		
1012593-49.2018.4.01.0000	8/5/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: considerando informação de prevenção firmada pela distribuição do Agravo de Instrumento n. 402753520144010000/MG, nesta data, exarei despacho submetendo a questão ao eminente Desembargador João Batista Moreira, a quem foram conclusos aqueles autos.		
0000863-63.2015.4.01.0000	12/1/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo retirado de pauta. Será levado a julgamento, oportunamente.		
0023745-39.2003.4.01.0000	7/10/2003	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: a execução do julgado se encontra em fase final, e será impulsionada.		

10 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOSES

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2 UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Hercules Fajoses.

2.2 Turma

Sétima Turma; 4ª seção; Corte Especial (2017/2021); Conselho de Administração (2017/2021); vice-diretor da Escola da Magistratura Federal - Esmaf (2018/2020).

2.3 Competência

Direito Tributário; conselhos profissionais (art. 8º, § 4º, incisos I a VIII, do Regimento Interno - TRF 1ª Região).

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Hercules Fajoses.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Rosa Maria Silvestre - chefe de assessoria, analista judiciário (25/3/2019).

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	2
Outros	2 servidores comissionados (requisitados) com vínculo no serviço público.

4 DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)

Total em tramitação**	16.589
Processos suspensos/sobrestados	72
Processos conclusos	15.612
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	15.853
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)*	14.900
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	14.136
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	14.753
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar número na data anterior e número na data posterior.	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais - recebidos e enviados.	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	313
Mandados de segurança	40
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	134
Reclamações	4
Ações rescisórias	65
Outros	69

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	16.197
Recursos em mandados de segurança coletivos	27
Recursos em ações populares	14
Recursos em ações de improbidade administrativa	16
Recursos em ações civis públicas	38
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	64
Outros	247

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	16.197
Apelações cíveis	10.408
Agravos de instrumento	5.492
Outros	4

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	12
Ações penais	0
Inquéritos	2
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	10

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	18
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	24
Por IRDR	0
Por IAC	0

Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	462
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	300
Agravos legais/regimentais	172
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	155
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	356
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	248

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	23
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	666
Ano anterior	3.768
2º ano anterior	2.717
3º ano anterior	2.002
4º ano anterior	1.389
5º ano anterior ou mais antigo	5.070

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	2
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	3
Total como relator para o acórdão	3

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	4.565

Total de Processos julgados*	2.628
Total de Processos baixados	4.023
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	1.937
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	542

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	193
Total de feitos não regularizados	112
Total de feitos verificados na inspeção anterior	141
Total de feitos não regularizados	44

5 METAS

5.1 META 1/CNJ - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	4.479
Processos julgados no ano anterior	2.518
Processos distribuídos no ano corrente	1.335
Processos julgados no ano corrente	724

5.2 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013	
Pendentes em 31/12/2018	3.545
Porcentagem de atendimento da meta	60,54%

5.3 META 2/2018 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2018	971
Porcentagem de atendimento da meta	69,65%

5.4 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes	4.406
Porcentagem de atendimento da meta	49,85%

5.5 META 2/2019 CNJ - Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes	1.250
Porcentagem de atendimento da meta	68,74%

5.6 META 4/2018 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2019 CNJ - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes	1
Porcentagem de atendimento da meta	0%

5.8 META 5/CNJ - Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2018 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2018	24
Porcentagem de atendimento da meta	97,14%

5.10 META 6/2019 CNJ - Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes	27
Porcentagem de atendimento da meta	93,41%

5.11 META ESPECÍFICA 1 - Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	2
Processos baixados no ano anterior	1

Processos julgados no ano anterior	1
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12. META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

6 PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) dar cumprimento às recomendações lançadas nos itens 2 e 3 do relatório; b) dispensar tratamento prioritário aos processos da inspeção/2015 e autoinspeção/2016; c) priorizar impulso processos inspeção/2017; d) priorizar julgamento processos Meta 2 do CNJ, bem como dos processos envolvendo direitos e interesses coletivos e difusos - Meta 6 do CNJ; e) incrementar número de processos pautados por sessão de julgamento; f) priorizar julgamento de embargos de declaração e agravos legais/regimentais; g) dar preferência ao julgamento dos conflitos de competência; h) adotar critérios sistemáticos de acompanhamento de impulso processual de agravos de instrumento.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) todos os processos foram agrupados e triados novamente para uma solução mais rápida, porém sem descumprir as outras metas estabelecidas pelo Desembargador Federal e também pelo CJF/CNJ; b) também foram agrupados e priorizada a análise dos processos de inspeção anteriores para cumprimento total à recomendação; c) meta praticamente cumprida, restando apenas alguns processos que exigem uma análise mais apurada para solução dos mesmos; d) já determinada pelo desembargador o julgamento dos processos meta 2 e das ações coletivas - meta 6, estando praticamente concluída; e) já determinada e sendo cumprida pelo gabinete; f) determinada pelo Desembargador Federal e priorizada pela assessoria a fim de acelerar o julgamento

dos embargos de declaração e dos agravos legais/regimentais ; g) determinada pelo desembargador antes mesmo da inspeção; h) foi designado servidores para análise, minuta de decisões e pautar agravos de instrumento.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

As medidas adotadas pelo Desembargador Federal Hercules Fajoses após a inspeção estão sendo determinantes para o sucesso da baixa do acervo, que vêm sendo monitoradas pelo próprio desembargador, mensalmente, mediante reuniões com sua assessoria, objetivando melhorar a dinâmica dos julgamentos e das decisões monocráticas, bem como dos processos conclusos do Conselho de Administração e da Corte Especial.

7 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Meta 1 - segundo informação da coordenadoria da Turma, foram distribuídos 2.059 processos e julgados 4.951 – assim, houve o cumprimento integral da Meta 1. Meta 2 - diante da complexidade dos temas tratados nos processos que, em sua maioria, cuidam de matéria tributária, têm sido levados em todas as pautas de julgamento processos da Meta 2 (distribuídos até 2014). o empenho para o cumprimento da meta vem sendo constante e novas medidas estão sendo implementadas como a criação de grupo de trabalho regular para triagem e inclusão em pauta do maior número possível, visando o cumprimento integral no menor prazo. ressaltamos que até a presente resposta não havia sido disponibilizado pela divisão de estatística deste tribunal as informações para confirmação do cumprimento da Meta 2. Meta 6 - existem 21 ações coletivas distribuídas até o ano de 2014. ressaltamos que ainda não foi disponibilizado pela divisão de estatística as informações para confirmação do cumprimento da meta 6.

8 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

O gabinete trabalha com a triagem de todos os processos recebidos da distribuição, os processos originários e também os que chegam diariamente da Turma/seção, a fim de dar maior celeridade em despachos, decisões e resoluções dos conflitos. devido à restrição orçamentária imposta pela situação atual do país, está ocorrendo um esvaziamento no quadro de pessoal do tribunal/gabinete, seja por aposentadoria ou por migração para carreiras fora da instituição. infelizmente, há muita dificuldade na disponibilização de servidores qualificados/capacitados para tal mister. para fins de ilustração, o gabinete apresentava déficit de pessoal desde outubro do ano passado e

somente no mês de março do corrente ano foi possível iniciar o preenchimento do quadro, restando, ainda, duas funções a serem preenchidas. no tocante à parte tecnológica, deixa muito a desejar os sistemas judiciais (Juris; GPDe PJe) seria necessário um bom sistema processual para melhor controle e eficiência do gabinete.

9 LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

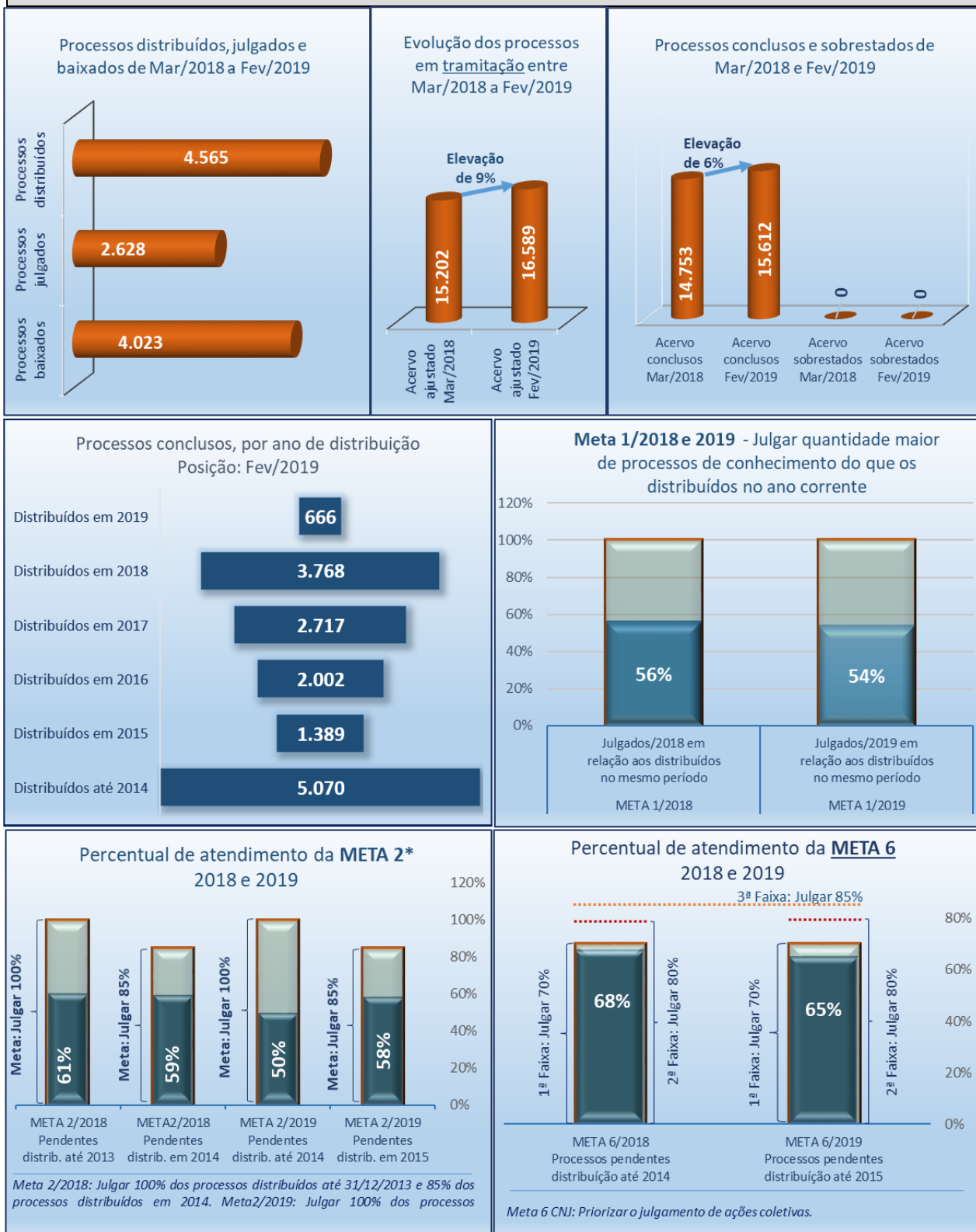
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0020067-62.2003.4.01.3800	25/8/2004	-
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0023596-67.1999.4.01.3400	21/6/2001	-
Providência: Processo SOBRESTADO - ADPF 77/2005.		
0027269-16.2014.4.01.3700	29/6/2016	-
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 22/5/2019.		
0018614-34.2013.4.01.0000	4/4/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0060456-91.2013.4.01.0000	7/10/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0022338-46.2013.4.01.0000	23/4/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0010890-25.2013.4.01.3800	28/5/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0012575-50.2006.4.01.3400	25/9/2008	198 - Apelação
Providência: redistribuído para 3ª Seção em 10/4/2019.		
0004090-61.2002.4.01.3801	14/3/2005	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0001351-78.2007.4.01.3304	7/6/2011	65 - Ação Civil Pública
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0019909-44.2011.4.01.3600	21/5/2013	65 - Ação Civil Pública
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0022566-83.2011.4.01.3300	19/5/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0051023-29.2014.4.01.0000	8/9/2014	183 - Cautelar Inominada
Providência: decisão julgando prejudicada a Medida Cautelar Incidental - 11/4/2019.		
0014971-97.2015.4.01.0000	27/3/2015	183 - Cautelar Inominada
Providência: decisão julgando extinta a Medida Cautelar - 11/4/2019.		
0054669-13.2015.4.01.0000	13/10/2015	221 - Conflito de competência
Providência: decisão terminativa em 25/3/2019.		

1000438-48.2017.4.01.0000	8/2/2017	120 - Mandado de Segurança
Providência: decisão não concedendo pedido liminar em 13/3/2019.		
0025144-15.2017.4.01.0000	24/5/2017	244 - Reclamação
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0032445-57.2010.4.01.0000	9/6/2010	120 - Mandado de Segurança
Providência: despacho intimando Impetrante para manifestar-se quanto ao interesse no prosseguimento do feito - 11/4/2019.		
0033454-49.2013.4.01.0000	14/6/2013	120 - Mandado de Segurança
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0029341-67.2004.4.01.0000	4/10/2004	156 - Cumprimento de sentença
Providência: decisão de 9/4/2019 - Cumprimento de sentença - Extinção parcial da execução.		
0026910-40.2016.4.01.0000	18/5/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0002823-48.2015.4.01.3300	5/7/2016	198 - Apelação
Providência: despacho intimando a parte apelante quanto ao interesse no prosseguimento do feito - 11/4/2019.		
0028038-31.2013.4.01.4000	12/7/2016	198 - Apelação
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0015742-15.2015.4.01.3803	14/7/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0004573-06.2015.4.01.3100	25/7/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0063810-22.2016.4.01.0000	25/10/2016	144 - Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Providência: voto-vista incluído na pauta do dia 2/5/2019 - Corte Especial		
0010217-72.2003.4.01.3900	9/7/2010	198 - Apelação
Providência: despacho para dar conhecimento ao Relator dos documentos juntados pela apelada após o início do julgamento, a fim de demonstrar que o crédito objeto da CDA n. 20.3.98.000052-91 não havia sido incluído em programa de parcelamento.		
0045255-80.2014.4.01.3700	14/9/2016	198 - Apelação
Providência: Voto-vista julgado em 9/4/2019.		
0053067-11.2011.4.01.3400	26/3/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: Voto-vista incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0049157-15.2016.4.01.0000	24/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação: Em análise para breve inclusão em pauta.		
0068518-18.2016.4.01.0000	23/11/2016	202 - Agravo de Instrumento
Providência: Voto-vista julgado em 9/4/2019.		
0039134-73.2017.4.01.0000	4/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Providência: Acórdão publicado em 4/4/2019.		
0034028-33.2017.4.01.0000	7/7/2017	202 - Agravo de Instrumento

Providência: Acórdão publicado em 4/4/2019.		
0060027-41.2015.4.01.3400	29/9/2017	198 - Apelação
Providência: acórdão publicado em 4/4/2019.		
0001247-56.2003.4.01.4200	21/9/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: vista à embargada em 8/4/2019.		
0010302-79.1998.4.01.3400	21/6/2006	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0008640-88.2005.4.01.3900	31/1/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0066635-36.2016.4.01.0000	14/11/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0040004-24.2004.4.01.3800	18/8/2010	198 - Apelação
Providência: vista à embargada em 8/4/2019.		
0000151-83.2000.4.01.3400	3/8/2001	198 - Apelação
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0001388-89.2000.4.01.4100	10/1/2001	198 - Apelação
Providência: redistribuído em 8/4/2019.		
0014720-80.2000.4.01.3500	29/11/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0014802-86.2010.4.01.0000	18/3/2010	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0033284-43.2014.4.01.0000	16/6/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0034740-02.1999.4.01.3800	10/7/2000	198 - Apelação
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0037530-39.2001.4.01.0000	5/10/2001	198 - Apelação
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0034315-38.2000.4.01.3800	6/11/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: decisão terminativa, perda de objeto em 8/4/2019.		
0044701-56.2015.4.01.0000	17/8/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0041145-13.1996.4.01.0000	1/10/1996	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0047612-41.2015.4.01.0000	3/9/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0053346-95.2000.4.01.0000	17/5/2000	198 - Apelação
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		

0032538-44.2015.4.01.0000	17/6/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0121490-24.2000.4.01.0000	4/5/2000	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: julgado em 12/3/2019; Publicado em 21/3/2019.		
0004757-72.2000.4.01.0000	17/1/2000	198 - Apelação
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0009447-41.2000.4.01.3300	3/10/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0003951-83.2000.4.01.3800	3/8/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0047925-36.2014.4.01.0000	25/8/2014	120 - Mandado de Segurança
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0062125-82.2013.4.01.0000	16/10/2013	120 - Mandado de Segurança
Providência: decisão julgando prejudicado o Mandado de Segurança - 11/4/2019.		
0040467-39.1999.4.01.3800	4/10/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0116954-67.2000.4.01.0000	6/12/2000	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 30/4/2019.		
0013738-17.2005.4.01.0000	13/5/2005	156 - Cumprimento de sentença
Providência: decisão de 9/4/2019 - cumprimento de sentença; deferi pedido de bloqueio de contas e ativos financeiros.		
0012442-04.2003.4.01.3500	21/7/2004	216 - Arguição de Inconstitucionalidade
Providência: inclusão na pauta de julgamento da Corte Especial do dia 2/5/2019.		
0050993-86.2017.4.01.0000	6/10/2017	1710 - Mandado de Segurança
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0031901-85.2014.4.01.3700	25/11/2015	208 - Embargos Infringentes
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0071337-35.2000.4.01.9199	29/6/2000	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0047948-79.2014.4.01.0000	27/8/2014	46 - Restauração de Autos
Observação: em análise para breve inclusão em pauta.		
0005829-21.2005.4.01.0000	11/3/2005	156 - Cumprimento de sentença
Providência: despacho intimando a Fazenda Nacional em 10/4/2019.		
0010479-62.2015.4.01.0000	12/3/2015	172 - Embargos à Execução
Providência: despacho 9/4/2019 - Certificar trânsito em julgado.		

10 HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador José Amilcar de Queiroz Machado

2.2 Turma

7ª Turma.

2.3 Competência

Tributário, Administrativo e matérias relativas a Conselhos profissionais.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal José Amilcar de Queiroz Machado, desde 2/5/2013.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Jackson R. Santos: chefe de gabinete.

Ana Cláudia de Arruda Santos Carneiro da Costa: chefe da assessoria.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	2
Estagiários de nível superior	0
Outros	3

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo <u>do gabinete</u>* (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	23.050
Processos suspensos/sobrestados	27
Processos conclusos	20.897
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	88

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	22.120
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	21.899
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	20.406
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	19.012
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	- 26
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	-27

Nota: * O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuídos ao seu nome.

²⁶ Segundo o chefe de gabinete, o dado não foi informado pelo setor de estatística do tribunal.

²⁷ Idem.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim. Convocação de um juiz auxiliar para julgamento a distância.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Sim. Processos antigos.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	179 processos no ano de 2018 e 25 em 2019.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Obviamente, houve uma redução de 204 processos.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	183
Mandados de segurança	17
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	2
Conflitos de competência	32
Reclamações	6
Ações rescisórias	62
Outros	64

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	22.800
Recursos em mandados de segurança coletivos	66
Recursos em ações populares	4

Recursos em ações de improbidade administrativa	12
Recursos em ações civis públicas	42
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	96
Outros	427

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	22.800
Apelações cíveis	15.383
Agravos de instrumento	7.126
Outros	6

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	4
Ações penais	1
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	3

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	13
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0

Outros	0
--------	---

4.10 Processos sobrestados no Gabinete²⁸	
Total de feitos	-
Por IRDR	-
Por IAC	-
Por Arguição de Inconstitucionalidade	-
Por Recurso Especial	-
Por Recurso Extraordinário	-

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	984
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	769
Agravos legais/regimentais	366
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	252
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	553
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	444

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	_ ²⁹

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	220
Ano anterior	4.031
2º ano anterior	3.366
3º ano anterior	2.507
4º ano anterior	2.172
5º ano anterior ou mais antigo	8.513

²⁸ Idem.

²⁹ Idem. A chefia de gabinete estimou serem mais de 2.500 feitos nesta situação.

4.14 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	21 ³⁰
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	6
Total como relator para o acórdão	6

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	4.480
Total de Processos julgados*	3.780
Total de Processos baixados	4.382
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	700
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	98

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	145
Total de feitos não regularizados	22
Total de feitos verificados na inspeção anterior	180
Total de feitos não regularizados	11

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	4.600
Processos julgados no ano anterior	3.642
Processos distribuídos no ano corrente	1.327
Processos julgados no ano corrente	665

³⁰ A chefia de gabinete afirmou não haver nenhum voto-vista pendente. Em outras unidades, a equipe de inspeção constatou que, a princípio, o dado lançado neste campo pelo setor de estatística refere-se a processos da unidade em inspeção com votos-vista pendentes em outros gabinetes. O cenário sugere ruído na comunicação dos parâmetros de extração de dados ao setor de estatística.

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	5.754
Porcentagem de atendimento da meta	63,85

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	1.533
Porcentagem de atendimento da meta	76,23

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	17.294
Porcentagem de atendimento da meta	58,34

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)	
Pendentes	1.943
Porcentagem de atendimento da meta	57,79

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	prejudicado
Porcentagem de atendimento da meta	prejudicado

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	prejudicado
Porcentagem de atendimento da meta	prejudicado

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	2 (os dados estatísticos informados pela estatística do Tribunal relativos à unidade estão totalmente equivocados). Temos muitas execuções fiscais, mas dada a urgência do tempo não há como fazer um relatório fiel. ³¹

³¹ Constatase aparente equívoco na resposta, na medida em que a meta em questão versa sobre execuções **não** fiscais.

Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	1 (mesma observação do item anterior).
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	dados não disponíveis.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	dados não disponíveis.

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)

Pendentes em 31/12/2018	157
Porcentagem de atendimento da meta	132,85%

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)

Pendentes	149
Porcentagem de atendimento da meta	122,72%

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)

Processos distribuídos no ano anterior	prejudicado
Processos baixados no ano anterior	prejudicado
Processos julgados no ano anterior	prejudicado
Processos distribuídos no ano corrente	prejudicado
Processos baixados no ano corrente	prejudicado
Processos julgados no ano corrente	prejudicado

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes em 31/12/2018	prejudicado
Porcentagem de atendimento da meta	prejudicado

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes	prejudicado
Porcentagem de atendimento da meta	prejudicado

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. Julgar os processos mais antigos.

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Mutirão para o julgamento dos agravos de instrumento e concentração dos esforços no julgamento dos processos antigos.

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Deslocamento de mais servidores para o julgamento dos processos antigos. O não atendimento é devido ao grande número de processos, cerca de 23.000, para 9 servidores que trabalham diretamente na confecção de minutas de relatórios, votos e decisões. Ou seja, 2.555 processos por servidor.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim. Praticamente todas. Exceto as metas 1 e 6. Esta última (6) foi cumprida em 122%, ou seja, acima da meta prevista. No ano de 2018, meta 1, foi cumprida em 91.12%. As demais metas foram cumpridas parcialmente, tendo em vista o grande número de processos e o pequeno número de servidores. São cerca de 2.555 processos por servidor. Os esforços serão feitos por meio de mutirão no Gabinete, concentrando-se os trabalhos, para o atendimento das metas especificadas. ALERTA: Os dados estatísticos fornecidos não são confiáveis e só não foram objeto de análise pela exiguidade do tempo. Foi disponibilizado para o Gabinete ontem, 11.4.19, final da tarde, com data de envio, hoje, 12.4.19. Portanto, estão sendo enviados como foram recebidos.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

As boas práticas referem-se aos mutirões, dentro de nossas limitações de pessoal. Obviamente, que a concentração de trabalho em determinadas metas impacta em outros processos que estão aguardando julgamento. Também buscamos agilizar os julgamentos por meio de pautas temáticas, com a separação de processos da mesma

matéria, só que, nesse caso, necessariamente há uma fuga das metas, notadamente porque nessas pautas ocorre julgamento de processos novos, mas não podemos deixar processos, embora novos, mas com entendimento já pacificado pelo STJ/STF (repetitivo e/ou repercussão geral da matéria). DIFICULDADES: As nossas principais dificuldades são: pequeno número de servidores, relativamente à grande quantidade de processos. Também o espaço físico muito apertado. Não há espaço físico suficiente, sendo certo que alguns servidores estão acomodados inadequadamente, com mesas pequenas, dificuldade de colocação de cadeiras nos espaços disponíveis.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

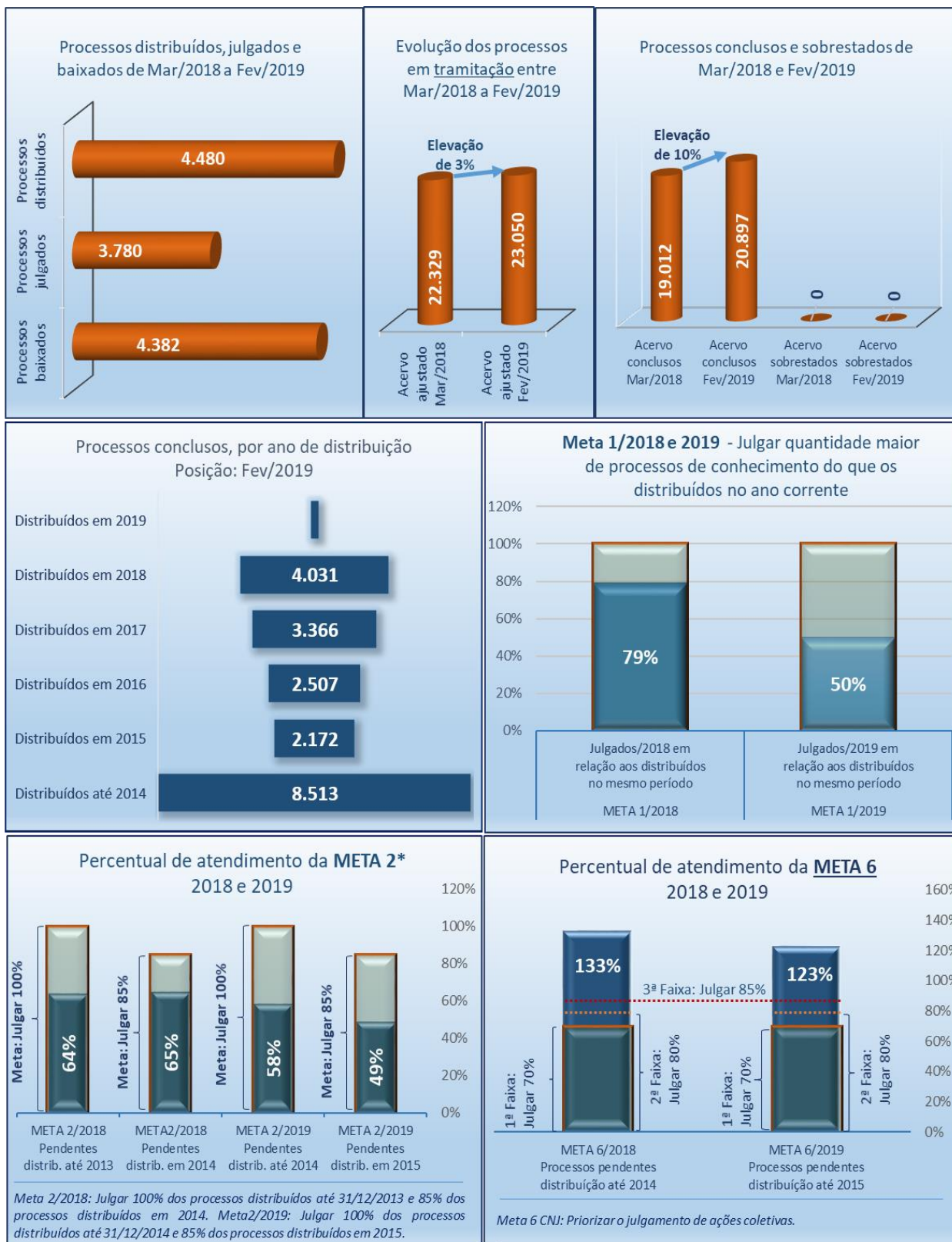
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0044453-55.2013.4.01.3300	6/11/2014	-
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0014120-50.2014.4.01.3700	21/2/2017	-
Observação/Providência: processo julgado por maioria e sujeito à aplicação do art. 942 do CPC. Entretanto, a matéria encontra-se suspensa por decisão da Vice-Presidência da Corte.		
0013999-93.2016.4.01.0000	15/3/2016	-
Observação/Providência: publicação será feita no mês de abril/2019.		
0048064-90.2011.4.01.0000	26/8/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0010991-06.2010.4.01.3400	30/3/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0055559-83.2014.4.01.0000	29/9/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0019324-30.2013.4.01.3500	21/5/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0004811-32.2006.4.01.3814	28/2/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento imediato.		
0010767-63.2013.4.01.3400	25/2/2014	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0001932-54.2012.4.01.4101	23/4/2014	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0000964-76.2015.4.01.3500	29/5/2015	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0040744-57.2014.4.01.3500	8/6/2015	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0042929-86.2014.4.01.3300	1/7/2015	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0004302-97.2012.4.01.4200	4/11/2015	65 - Ação Civil Pública

Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0047241-08.2014.4.01.3300	10/8/2016	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0076437-97.2012.4.01.0000	7/12/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0004440-20.2013.4.01.0000	25/1/2013	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo julgado extinto, sem resolução de mérito, em 20.3.2019.		
0000050-02.2016.4.01.0000	20/6/2016	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0007179-58.2007.4.01.3400	27/6/2008	216 - Argüição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0032984-81.2014.4.01.0000	13/6/2014	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo recebido no Gabinete em 14.2.2018, encontrando-se em tramitação para posterior inclusão em pauta.		
1002115-84.2015.4.01.0000	26/10/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0029461-76.2010.4.01.3500	17/6/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento do dia 9.4.2019.		
0023352-58.2006.4.01.3800	1/3/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: será juntado o voto vencedor e encaminhado para publicação.		
0052622-91.2000.4.01.0000	19/5/2000	198 - Apelação
Observação/Providência: será juntado o voto-vista e encaminhado para publicação em abril de 2019.		
0001654-36.2005.4.01.3701	29/5/2009	198 – Apelação
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento imediato.		
0000260-66.2010.4.01.3200	28/5/2010	198 – Apelação
Observação/Providência: processo da relatoria da Des. Ângela Catão.		
0045756-76.2014.4.01.0000	15/8/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0029917-26.2010.4.01.3500	18/7/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento do dia 9.4.2019.		
0006548-18.2015.4.01.3600	23/9/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0007081-38.2001.4.01.3900	29/1/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0008860-66.2003.4.01.3800	13/9/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0028146-30.2003.4.01.3800	10/11/2003	198 - Apelação
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		

0005101-13.2002.4.01.4000	23/11/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0023671-33.2013.4.01.0000	6/5/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgamento suspenso até decisão do STJ, considerando a afetação do REsp n. 1.643.944/SP, que trata de pedido de redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na hipótese de dissolução irregular, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC (ART. 256-I do RISTJ).		
0004101-75.2001.4.01.3300	9/10/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será incluído na pauta de julgamento de 16/4/2019.		
0028840-69.2002.4.01.3400	21/8/2003	198 - Apelação
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0041535-53.2001.4.01.3800	14/11/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0030463-08.2001.4.01.3400	8/4/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0037093-44.2001.4.01.3800	2/12/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0019542-51.2001.4.01.3800	23/4/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0006561-21.2013.4.01.0000	4/2/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo julgado, negando-se provimento ao agravo em 19.3.2019.		
0067917-85.2011.4.01.0000	6/12/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0039625-56.2012.4.01.0000	27/6/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0005657-32.2008.4.01.3700	23/3/2012	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo será incluído na pauta de julgamento do dia 16.4.2019.		
0038627-30.1999.4.01.3400	28/11/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo será incluído na pauta de julgamento do dia 16.4.2019.		
0004552-73.2001.4.01.3600	24/2/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo será incluído na pauta de julgamento de 16.4.2019.		
0002926-32.2000.4.01.3801	18/12/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0003152-65.1999.4.01.3900	19/8/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
1000763-76.2015.4.01.3400	18/12/2015	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
1000216-27.2015.4.01.3500	22/1/2016	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
1004372-48.2016.4.01.0000	4/10/2016	120 - Mandado de Segurança

Observação/Providência: decisão proferida em 27.10.2016, reconhecendo a incompetência da 4ª Seção. Processo redistribuído ao Des. Néviton Guedes.		
0026492-83.2008.4.01.0000	6/6/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0015157-49.2013.4.01.3700	24/10/2014	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: matéria com julgamento suspenso por decisão da Vice-Presidência da Corte.		
0032765-60.2013.4.01.3700	5/9/2014	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: matéria com julgamento suspenso por decisão da Vice-Presidência da Corte.		
0013489-27.2009.4.01.0000	10/3/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0013644-30.2009.4.01.0000	10/3/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0102476-54.2000.4.01.0000	9/10/2000	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão proferida em 20.3.2019, negando provimento ao recurso.		
0028754-06.2008.4.01.0000	17/6/2008	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0041648-14.2008.4.01.0000	28/8/2008	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: inclusão em pauta para julgamento.		
0035849-62.2014.4.01.3400	12/2/2015	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: processo julgado em 19.3.2019. Acórdão remetido para publicação do dia 29.3.2019.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 62 processos selecionados por amostragem foram inspecionados, sendo 38 físicos (24 fora da unidade, analisados pelos respectivos extratos) e 24 eletrônicos (20 do sistema e-Jur e 4 do sistema PJe).

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados corretamente. Porém, verificou-se que nem todos os registros processuais pertinentes, que constam do andamento processual, foram espelhados nos autos, por exemplo, baixas de autos à secretaria. Foi relatado à equipe de inspeção tratar-se de praxe do Tribunal a ausência de certificação destas movimentações.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0044453-55.2013.4.01.3300	0000050-02.2016.4.01.0000	1002115-84.2015.4.01.0000
1002115-84.2015.4.01.0000	0023671-33.2013.4.01.0000	0067917-85.2011.4.01.0000
0003912-02.2012.4.01.3304		

b) lavrar acórdão em 20 dias:

0052622-91.2000.4.01.0000	0023352-58.2006.4.01.3800
---------------------------	---------------------------

c) publicar acórdão em 20 dias:

0010767-63.2013.4.01.3400	0030463-08.2001.4.01.3400	0005657-32.2008.4.01.3700
---------------------------	---------------------------	---------------------------

d) incluir na próxima autoinspeção:

0014120-50.2014.4.01.3700	0010991-06.2010.4.01.3400	0019324-30.2013.4.01.3500
0004811-32.2006.4.01.3814	0001932-54.2012.4.01.4101	0042929-86.2014.4.01.3300
0007179-58.2007.4.01.3400	0001654-36.2005.4.01.3701	0006548-18.2015.4.01.3600
1000763-76.2015.4.01.3400	1000216-27.2015.4.01.3500	0015157-49.2013.4.01.3700
0032765-60.2013.4.01.3700	0028754-06.2008.4.01.0000	0041648-14.2008.4.01.0000

12. OBSERVAÇÕES GERAIS

Pelos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal, segundo posição aferida em 28/2/2019, o gabinete em inspeção tem acervo em tramitação bruta de 23.050 processos (excluídos os atribuídos, por exemplo, à Presidência e Vice-Presidência em razão de recursos excepcionais), e acervo de conclusos de 20.897 feitos (90,6%).

Contrastando-se os dados da inspeção realizada em 2017 com os colhidos para a presente análise, observa-se que, na evolução do estoque processual, o acervo ajustado da unidade teve diminuição de 1.849 feitos (de 23.969 para 22.120 processos), dado positivo. Por outro lado, houve aumento dos conclusos (adição de 1.066 processos). De outra parte, o contingente de embargos de declaração pendentes de apreciação avançou de 646 para 984 feitos – 769 destes (78%) com conclusão superior a 30 dias. Similarmente, houve incremento do quantitativo de agravos regimentais no aguardo de julgamento, de 137 para 366 processos, sendo que 252 (68%) estão conclusos há mais de 30 dias.

O perfil etário do acervo de conclusos da unidade, por ano de distribuição, revela a predominância de feitos com menos de cinco anos de tramitação (12.296, cerca de 59%), porém mantém-se elevado o acervo com distribuição mais antiga (8.513 processos), potencialmente inserido na Meta 2/CNJ. Na composição do estoque processual, 183 feitos são originários (predomínio de conflitos de competência, dentre as classes identificadas) e 22.800 são feitos recursais. É expressivo o acervo de agravos de instrumento, com 7.126 processos - 31% do total de feitos recursais em tramitação na unidade³².

Na gestão das metas do Conselho Nacional de Justiça aplicáveis ao gabinete em inspeção, constata-se que a unidade não logrou desempenho estatístico capaz de reduzir o volume (Meta 1) e tampouco a idade do acervo (Meta 2). Com efeito, houve cumprimento apenas parcial da Meta 1/2018 (79%, déficit de 958 processos) e 2/2018 (63,85% entre feitos distribuídos até 31/12/2013 e 76,23% no segmento do acervo distribuído no ano de 2014³³). Por outro lado, os dados fornecidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região indicam cumprimento de 132% da Meta 6/2018.³⁴

O quadro geral delineável a partir de dados estatísticos e processuais do acervo em tramitação na unidade, além do extraído do acervo listado para inspeção por amostragem, é claro no sentido de demonstrar que não é possível enfrentar as atuais dificuldades com ações meramente corretivas, pontuais ou casuísticas, dada a própria enormidade dos acúmulos e atrasos. A quantidade de processos abrangidos em tal tarefa tornaria invencível o esforço. Por outro, não se encontram disponíveis todos os recursos e medidas que, de modo definitivo, poderiam resolver as situações críticas identificadas em extenso e complexo acervo processual. A solução passa, na percepção da equipe de inspeção, pela adoção de estratégias de planejamento, organização e gestão global e, em seguida, setorial do acervo para viabilizar, desde logo, a identificação dos principais dados e situações que, de imediato, impactam e devem ser prioritariamente tratados para apontar e direcionar prováveis caminhos para o início da resolução do problema estrutural verificado na unidade.

A percepção da necessidade de gerenciamento e planejamento, assim como do diálogo e da troca de experiências de gestão, é essencial para a construção de um projeto sólido no sentido de superar as dificuldades identificadas. É inquestionável que mesmo o melhor gerenciamento e planejamento não serão suficientes para resolver a situação constatada na unidade. Várias alterações estruturais devem ser cogitadas para

³² O dado em referência merece destaque, por se tratar, em princípio, de classe processual de rito célere e processamento simples.

³³ O atendimento da Meta 2/2018 exigia o julgamento de 100% dos feitos distribuídos até 2013 e 85% daqueles distribuídos em 2014.

³⁴ O resultado indicado causa alguma dúvida, já que a princípio seria impossível (a Meta 6 exige o julgamento do acervo vinculado a uma data-limite fixa: não é possível julgar 132% das ações coletivas distribuídas até 2014). Supõe-se que, dado que o TRF1 estava vinculado à faixa 1 de cumprimento da Meta 6/2018, exigindo-se julgamento de 70% das ações coletivas distribuídas até 2014 para atendimento, o cálculo foi feito igualando o estoque de processos correspondentes a esta faixa (70%) a 100% - o que permitiria que o julgamento de parte do excedente (os 30% remanescentes) resultasse num valor final acima de 100%.

viabilizar um projeto de saneamento permanente e consistente de todas as deficiências apuradas.

Neste contexto, a proposta ofertada objetiva, em curto prazo, dotar a unidade de instrumentos gerenciais para aferição e diagnóstico de situações e construção de soluções direcionadas e consistentes no sentido de reduzir os acúmulos e atrasos na tramitação processual. Os resultados, além de dependerem de outras medidas, demandam tempo considerável para maturação e aperfeiçoamento das práticas sugeridas, porém são imprescindíveis e urgentes para que se tenha, desde logo, alguma resposta e reação ao quadro atualmente existente.

Para fundamentar as sugestões propostas, a equipe de inspeção partiu de constatações realizadas nas atividades de acompanhamento da unidade, através dos relatórios apresentados e da análise do acervo listado para amostra da situação geral da gestão processual, além de informações pontuais colhidas junto aos gestores do gabinete.

Consultada pela equipe de inspeção, a unidade externou ressentir-se da escassez de funcionários frente ao acervo, bem como da precariedade do espaço de trabalho, como havia informado em resposta ao questionário enviado previamente pelo Conselho da Justiça Federal.

Quanto ao primeiro ponto, colhe-se que a força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na última inspeção, passando de 12 para 15 servidores efetivos, além de um servidor sem vínculo, o que denota, em tese, aumento de força de trabalho destinada à atividade-fim. Considerando que, conforme dados estatísticos fornecidos, a unidade possui 23.050 processos em tramitação (fevereiro/2019), tem-se a média de 1.536 processos por servidor, a princípio³⁵, muito superior aos indicadores de carga de trabalho por servidor, na 2ª instância da Justiça Federal, divulgados pelo Anuário “Justiça em Números”, edição de 2018, que é de 561 processos por servidor.

A respeito das instalações físicas da unidade, de fato, a equipe de inspeção apurou que o espaço disponível é inadequado para o trabalho a ser desempenhado. Dado o grande acervo processual e o tamanho relativamente reduzido do gabinete, boa parte dos feitos é armazenada em depósito externo, circunstância dificultadora da correta administração do acervo – já que poucas informações gerenciais são obtidas a partir dos sistemas internos de processamento.

De maneira central - e, segundo pôde a equipe de inspeção colher junto aos gabinetes inspecionados, trata-se de circunstância generalizada -, os dados gerenciais de acervo fornecidos pelas áreas administrativas do tribunal não são confiáveis. Cita-se aqui, como exemplo, o caso das tutelas provisórias concedidas a mais de 90 dias sem

³⁵ Não há como se calcular categoricamente a média em razão da ausência de informação de quantitativo de servidores atualmente dedicado à atividade-fim na unidade.

apreciação colegiada: foi informado pelo setor de estatística do tribunal, que não haveria processos nesta situação, ao passo que o chefe de gabinete, junto à unidade inspecionada, estimou que, em verdade, há, ao menos, 2.500 feitos sob tal enquadramento.

Há que se registrar que deste cenário não deriva, necessariamente, a conclusão de que a causa da assincronia de informações origina-se nos setores de estatística ou informática do tribunal. De fato, não se pode excluir, como hipóteses relevantes e prováveis, a existência de limitações dos próprios sistemas de processamento à extração de dados adequados, bem como, em alguma medida, a falta de instruções adequadas a tais setores (de regra, sem domínio do campo jurídico) a respeito dos parâmetros a serem observados para a obtenção de cada dado solicitado.

De toda a forma, observou-se que tampouco o gabinete demonstrou possuir controle gerencial, próprio e preciso, do acervo. O fato é preocupante, na medida em que a base de qualquer projeto de gestão processual - seja de foco específico (v.g., atendimento de determinada meta) ou geral (v.g., redução de acervo) – é o manejo correto de metadados precisos acerca do estoque de processos (data de distribuição, fase, matéria, existência de decisão liminar). Assim, não causa espanto - embora de todo preocupante – que a unidade tenha controle insatisfatório de metas de desempenho (vide o descumprimento reiterado daquelas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça) e de fluxo processual (evidenciado pela quantidade de processos sem movimentação desde a distribuição, identificados pela equipe de inspeção durante a análise da amostra do acervo).

Tal cenário encontra reflexo, até mesmo, na postura quanto ao questionário recebido pela unidade em antemão à inspeção. Veja-se a resposta às perguntas do item 4.3:

<i>Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)</i>	<i>179 processos no ano de 2018 e 25 em 2019.</i>
<i>Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)</i>	<i>Obviamente, houve uma redução de 204 processos.</i>

Como se nota, uma percepção acerca da importância das análises gerenciais permitiria compreender que o fulcro das perguntas elaboradas era permitir que a unidade expusesse uma análise mais aprofundada do resultado do mutirão. Perceba-se que, evidentemente, a segunda questão visava à demonstração da evolução do acervo global, para contrastar-se o incremento da produtividade em mutirão em relação ao

funcionamento regular da unidade, avaliando-se, assim, a eficiência da medida – inclusive com informações a respeito de metas estabelecidas (baixar determinado número de processos, por ex.). Para tanto, haveria que ser informado o período preciso do mutirão, bem como valores de entradas e saídas de feitos na unidade, tanto no período regular quanto no de mutirão.

Não se desconhece ou subdimensiona a dificuldade de trabalho frente a estoques processuais elevados como o do gabinete em referência. Contudo, ao que pôde a equipe de inspeção avaliar, não há perspectiva próxima de que os sistemas processuais em uso na Corte sejam readequados para permitir extrações de dados mais precisos pelo setor de estatística. Assim, recai sobre a própria unidade a iniciativa e o encargo de produzir controles internos que permitam o gerenciamento de seu acervo.

Nesta linha, é necessário, paulatinamente, que a unidade trie integralmente seu acervo, colhendo dados de antiguidade, classe processual, incidências de metas ou prioridades legais e tramitação de cada feito. Dada a magnitude do acervo, recomenda-se que a tarefa seja particionada, atacando-se o estoque processual por critérios uniformes (em ordem de preferência: por prioridade legal, antiguidade e classe processual), fixando-se metas de conclusão de cada fase da triagem, com designação de força de trabalho específica para tanto (de modo a manter o padrão de colheita de dados durante toda a triagem), com treinamento prévio, se necessário.

A tabulação destes dados, em planilha única³⁶ - ou, em caso de segmentação, com a utilização de recursos de totalização geral³⁷ - permitiria a aplicação de filtros, dimensionando a carga de trabalho em cada segmento, promovendo a adoção de soluções melhor direcionadas e que proporcionariam redução de acervo em prazo calculado: mutirões setoriais por matéria ou classe recursal (v.g., iniciativas focadas em ações coletivas - ou embargos de declaração e agravos regimentais, recursos de apreciação mais simples, em regra), agrupamento de processos versando sobre a mesma questão de fundo, correção de irregularidades de tramitação (citam-se aqui os casos de redistribuição e remessas equivocadas à unidade), etc.

Estima-se, a depender de como manuseada a estratégia, que tais iniciativas possam permitir ganhos qualitativos a partir de medidas que o gabinete já utiliza de praxe, como a elaboração de pautas temáticas: o domínio completo do acervo permite aprimorar o planejamento e a seleção de processos antigos para julgamento, de modo a melhorar o perfil etário do acervo da unidade.

³⁶ A multiplicação de planilhas estanques revela-se ineficiente para a gestão global do acervo, dificultando análises gerais.

³⁷ Embora idealmente o uso de uma planilha única seja o recomendado, é de se considerar que uma planilha de mais de 22.000 entradas seria de difícil manejo. Em tais casos, uma opção é o uso de recursos dinâmicos (“tabelas dinâmicas”) dos programas de tabulação geralmente usados (Excel ou Calc), de modo a permitir que múltiplas planilhas comuniquem-se entre si, totalizando à parte os dados selecionados como relevantes para o gerenciamento do acervo.

Para além disso, o domínio de tais informações favorece o diagnóstico de gargalos produtivos nos processos de trabalho da unidade, que por vezes restam ocultos quando não promovido direcionamento e planejamento específico no trato das rotinas usuais de gestão do acervo.

13. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Em entrevista com o Desembargador Amílcar Machado, no dia 14/5/2019, após a exposição das diretrizes de trabalho e dos objetivos a serem atingidos com a inspeção, especialmente no tocante à adoção de plano de trabalho para equalização do desempenho das unidades do Tribunal e melhoria do quadro geral do acervo processual, com ênfase no desenvolvimento de rotinas e práticas de gerenciamento a partir de boas práticas verificadas, o magistrado em referência indicou, como dificuldades a impedir melhor desempenho: a escassez de servidores para o montante de processos em tramitação em razão do acúmulo de pessoal em área-meio; a insuficiência da estrutura de pessoal do Tribunal para a demanda existente; e a inexatidão de dados estatísticos oficiais e a inexistência ou insuficiência das ferramentas de tecnologia de informação disponibilizadas para gerenciamento do acervo, aduzindo que utiliza de relatórios estatísticos elaborados pela Coordenadoria da Turma.

Aludiu que, a despeito da metodologia de trabalho adotada em termos de gestão, que permitiu resultados de produtividade positivos, o acervo processual é desproporcional à estrutura existente, tanto de força de trabalho como de apoio administrativo pessoal, seja de recursos de tecnologia de informação.

As informações sobre procedimentos, organização e dados gerais da unidade, colhidas junto aos servidores, foram inseridas diretamente nas descrições e análises expostas no capítulo das observações gerais deste relatório (item 12).

14. RECOMENDAÇÕES

a) cumprir todas as recomendações do item 11 (aqui incluídos esforços para que a unidade atinja a integralidade das metas do CNJ e do CJP, principalmente as metas do CNJ);

b) desenvolver métodos de controle de fluxo processual e panorama estatístico do acervo, abarcando informações de tramitação (fase processual), classes processuais, antiguidade de distribuição, metas incidentes e prioridades legais.

c) estabelecer planejamento do trabalho desenvolvido da unidade, com metas quantitativas e temporais, analisando-se periodicamente o desempenho parcial da equipe, para calibração da estratégia adotada.

d) priorizar planos de redução de acervo orientados à baixa de feitos em ordem de cronologia da distribuição dos autos (atendendo-se, assim a metas temporais),

associadas, em segundo plano, à separação de processos por matérias (o que permite controle de metas por assunto); identificando, no panorama da força de trabalho, o proveito da adoção de mutirões parciais dentro desta estratégia;

e) envidar esforços para a redução especificamente do estoque de agravos de instrumentos pendentes de julgamento (7.126), embargos de declaração (984), agravos regimentais (366), conflitos de competência (32) e preferências legais (96);

f) designar auxiliares (preferencialmente de atividades-meio) para controle de fluxo processual (buscando-se treinamento específico, se o caso), notadamente quanto ao levantamento, acompanhamento e regularização de fases processuais; e

g) realizar reuniões periódicas com a equipe para discutir os planos de ação em curso e alternativas de medidas de motivação e incentivo ao cumprimento de metas individuais, bem como levantar dificuldades de trabalho.

Recomenda-se, ainda, a inclusão da Unidade Jurisdicional em sistema permanente de acompanhamento de metas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargadora Federal Ângela Catão.

2.2 Turma

7ª Turma.

2.3 Competência

Tributário.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Ângela Catão, 7ª Turma, 4ª Seção, Corte Especial.

A equipe de inspeção foi recebida pelo Juiz Federal convocado César Cintra Jatahy Fonseca.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não se aplica.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe de gabinete: Rose Anne Menezes Machado, analista judiciário.

Chefe de assessoria: Luciana Guatimosim Coutinho Kerpel Costa, técnico judiciário.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	3 prestadores

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	15.475
Processos suspensos/sobrestados	925
Processos conclusos	12.546
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	2
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	43

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	14.526
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	15.473
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	12.665
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	12.313
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Sim. Portaria Presidência
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Processos julgados: Dra. Ângela 4.644 e Dr. Marcel Peres de Oliveira 214.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Teve uma redução de 214 processos.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	266
Mandados de segurança	41
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	125
Reclamações	4
Ações rescisórias	63
Outros	36

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	16.030
Recursos em mandados de segurança coletivos	25
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	11
Recursos em ações civis públicas	13
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	53

Outros	245
--------	-----

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	16.031
Apelações cíveis	9.948
Agravos de instrumento	5.794
Outros	19

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	7
Ações penais	1
Inquéritos	1
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	5

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	1
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	26
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	848

Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	435
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	304
Agravos legais/regimentais	151
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	116
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	316
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	217

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	177
Ano anterior	3.996
2º ano anterior	1.597
3º ano anterior	1.565
4º ano anterior	1.239
5º ano anterior ou mais antigo	3.855

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	18
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	2
Total como relator para o acórdão	2

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	4.730
Total de Processos julgados*	4.644
Total de Processos baixados	5.066
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	86
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-336

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	119
Total de feitos não regularizados	Os poucos processos que não foram julgados encontram-se em regular tramitação.
Total de feitos verificados na inspeção anterior	126
Total de feitos não regularizados	Os poucos processos que não foram julgados encontram-se em regular tramitação.

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	4.544
Processos julgados no ano anterior	4.691
Processos distribuídos no ano corrente	1.156
Processos julgados no ano corrente	772

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	2.415
Porcentagem de atendimento da meta	74,61%

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	1.039
Porcentagem de atendimento da meta	77,25%

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	3.310
Porcentagem de atendimento da meta	66,16%

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)	
Pendentes	1.092
Porcentagem de atendimento da meta	72,51%

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	1
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	2
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	3
Porcentagem de atendimento da meta	138,89%

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	2
Porcentagem de atendimento da meta	139,5%

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Dar cumprimento às recomendações lançadas nos itens 2 e 3; b) Priorizar o impulso dos processos da listagem da presente Inspeção, segundo as recomendações nela indicadas; c) Completar a equipe de servidores com o preenchimento das funções vagas; d) Prosseguir nas buscas no Gabinete Desembargador José Amílcar Machado por 10 dias, com relação ao feito não localizado na unidade: 0000975-96.2002.4.01.4200. Após, uma vez encontrado, julgar em 30 dias. Caso contrário, instaurar processo de restauração de autos; e) Proceder a trabalho de triagem dos processos por ocasião da distribuição ao Gabinete, para fins de aferição sistemática e constante de providências de encaminhamento para parecer do Ministério Público Federal; f) Priorizar metodicamente o julgamento dos processos inseridos na Meta CNJ 2, bem como daqueles envolvendo direitos e interesses coletivos e difusos, Meta CNJ 6; g) Incrementar o número de processos pautados para as sessões de julgamento; h) Priorizar o julgamento dos 603 embargos de declaração e dos 183 agravos legais/regimentais; i) Priorizar o julgamento de 471 conflitos de competência; j) Adotar critérios sistemáticos de acompanhamento de impulso processual de agravos de

instrumento, especialmente daqueles que, dentre os 3.305 identificados no acervo, encontrem-se pendentes de submissão ao colegiado há mais de 90 dias, após juízo de cognição sumária por decisão monocrática; k) Aplicar as recomendações indicadas nos processos listados por amostragem a todos os do acervo geral que se encontrem em situação semelhante.

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Todos os processos da lista de amostragem tiveram tramitação priorizada e, em sua maioria, já foram julgados e estão baixados. Os poucos que ainda não foram julgados estão com minuta pronta para que sejam incluídos em pauta, sendo acompanhados com tramitação priorizada no Gabinete.

Quanto ao cumprimento das Metas do CNJ, especialmente a Meta 06, elas também são prioridade, tendo sido cumpridas nos percentuais seguintes em 2018: Meta 01: 118,73%; Meta 02: 74,61%; Meta 03: 14,08%; Meta 05: 100% e Meta 06: 138,89%.

Sobre a Meta 03, a competência do Gabinete impede seu incremento, uma vez que são muito poucos os processos de matéria tributária passíveis de conciliação.

Quanto ao sobrestamento dos feitos, já foi efetivada a rotina para sobrestar os processos com determinação de suspensão nacional pelo STF/STJ.

b) Vide resposta à alínea “a”.

c) Após a criação de FC-06 pela Portaria 6106833, o Gabinete encontra-se com apenas uma função vaga.

d) O processo 0000975-96.2002.4.01.4200 foi localizado no gabinete do Desembargador Federal Amílcar Machado e devolvido para a Turma no dia 19/06/2017, ocasião em que foi efetivamente entregue neste Gabinete. Ato contínuo, o processo foi incluído na pauta de julgamento e julgado no dia 14/11/2017. O acórdão foi publicado no dia 23/11/2017 e o processo encontra-se com baixa definitiva à origem, desde 01/10/2018.

e) Triagem está sendo realizada, bem como são emitidos relatórios regularmente para acompanhamento.

f) Vide resposta à alínea “a”.

g) Estão sendo proferidas muitas decisões, nos termos do art. 932, do CPC/2015, razão pela qual eventual menor quantidade de processos incluídos em pauta é compensada pelas decisões monocráticas.

h) O julgamento de embargos de declaração e dos agravos legais/regimentais é sempre prioridade, apesar da ausência de relatórios efetivos para controle.

i) O julgamento dos 471 conflitos de competência foi priorizado, sendo certo que, em relatório de dez/2018, constavam pendentes de análise apenas 14 (quatorze) conflitos de competência.

j) Dentre a enorme quantidade de agravos de instrumento recebidos diariamente, são priorizados os que possuem pedido de urgência da tutela jurisdicional. Devido as

particularidades de cada agravo, o que leva a análise minuciosa de cada recurso, tais decisões demandam tempo, o que, aliado a escassez de servidores, tornam morosa a análise dos agravos.

k) A tentativa que se faz em relação ao acervo geral é sempre de triagens efetivas e julgamento em bloco, com acompanhamento à parte das Metas do CNJ e dos relatórios gerenciais.

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Resposta no item anterior.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

A unidade deixou de cumprir as Metas 02 e 03 do CNJ no ano de 2018. A Meta 02 é constantemente acompanhada, havendo dificuldade em seu integral cumprimento, haja vista a complexidade das matérias e o reduzido quadro de servidores. Quanto à Meta 03, seu cumprimento é invariavelmente prejudicado pela competência da 7ª Turma, uma vez que são poucos os processos de matéria tributária passíveis de conciliação, à exceção de execução fiscal. Entretanto, o acervo de execução fiscal deste Gabinete é muito reduzido, não sendo possível o cumprimento dessa meta com os poucos processos que há no Gabinete.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Sobre o gerenciamento do Gabinete, muito embora a prioridade seja julgar processos mais antigos (Metas do CNJ), verifica-se que as tutelas de urgência, os pedidos de antecipação de efeito suspensivo à apelação e urgência nos agravos de instrumentos, além dos embargos de declaração, agravos internos e juízo de retratação, além do acúmulo de órgãos julgadores (agora com acréscimo dos processos da Corte Especial), constituem fatores que dificultam o cumprimento da Meta 02 do CNJ. Insta destacar que se procura conciliar todas essas prioridades com a Meta 01 do CNJ, o que foi cumprido em 2018. Nesse contexto, a fim de dar maior celeridade aos julgamentos de processos, na forma do art. 932 do CPC/15, passaram a ser analisados no ano de 2018 alguns temas tributários com entendimento pacificado por precedentes vinculantes, consolidados em súmula do STF, do STJ ou do próprio Tribunal; acórdão do STF ou STJ em julgamento de recursos repetitivos; ou incidente de resolução de demandas repetitivas ou assunção de competência, sendo realizado seu julgamento

por meio de decisão monocrática. Por fim, destaca-se que a promoção de julgamentos em bloco de embargos de declaração, agravos internos/regimentais e demandas repetitivas também é uma prática utilizada para atingir as metas estipuladas pelo CNJ e acelerar a prestação jurisdicional

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

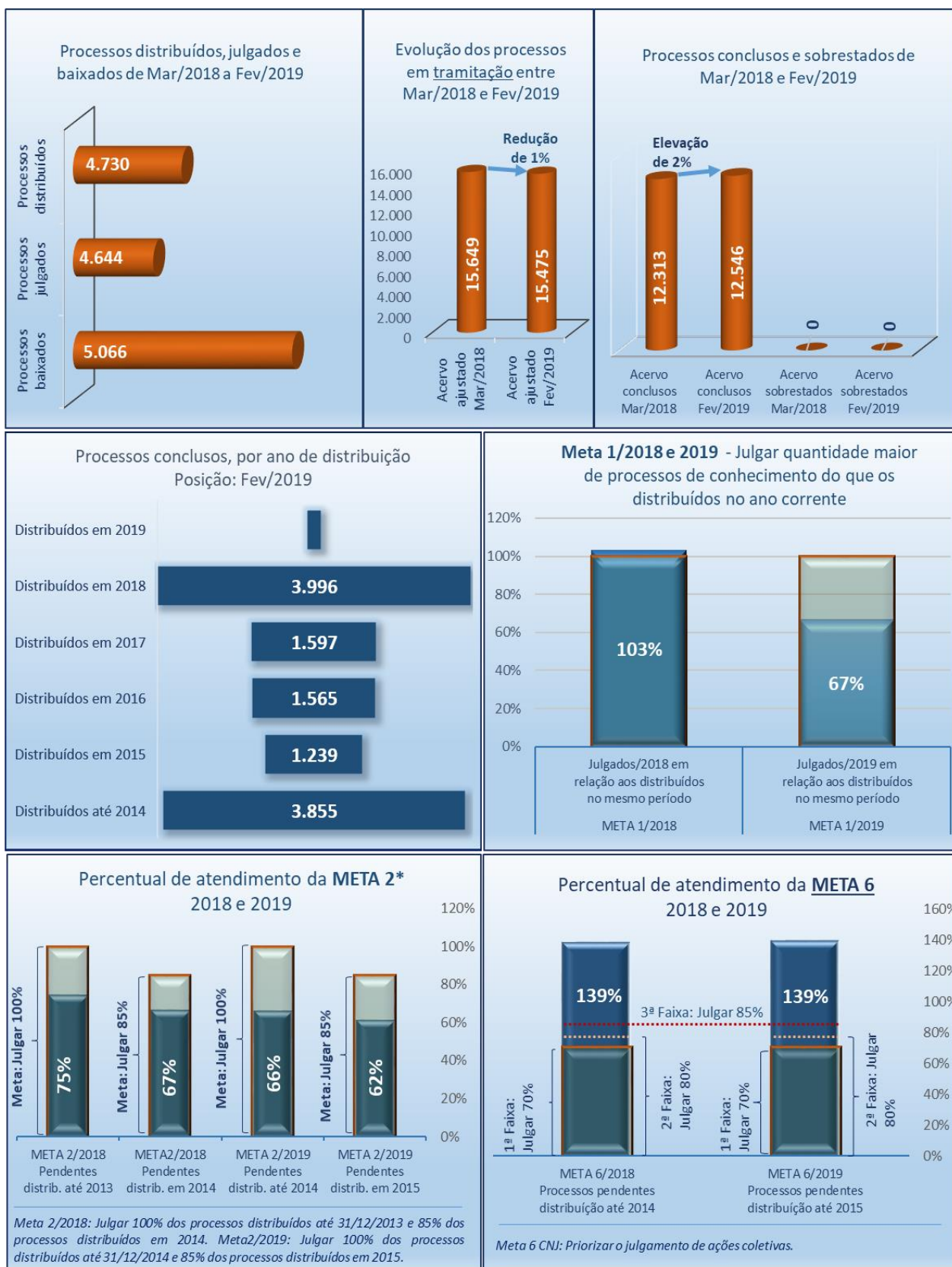
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0011838-14.2015.4.01.3600	13/9/2016	-
Observação/Providência: Suspensão		
0011899-08.2015.4.01.3200	20/10/2016	-
Observação/Providência: Suspensão		
0016677-30.2016.4.01.3800	27/9/2016	-
Observação/Providência: Suspensão		
0018288-63.2016.4.01.3300	16/11/2016	-
Observação/Providência: Suspensão		
0014981-10.2016.4.01.0000	18/3/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa.		
0039304-50.2014.4.01.0000	17/7/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Com decisão terminativa.		
0020569-66.2014.4.01.0000	15/4/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão terminativa.		
0073926-87.2016.4.01.0000	9/1/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento de 23.4.2019.		
0032466-15.2015.4.01.3700	31/5/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Com decisão.		
0016960-16.2007.4.01.3300	9/4/2008	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0004489-02.2011.4.01.3502	21/8/2013	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0004738-14.2015.4.01.3307	16/5/2016	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Em análise.		
0003722-65.2010.4.01.3803	20/2/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0004014-03.2007.4.01.3400	4/10/2011	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0006681-53.2016.4.01.3300	28/9/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Suspensão		
1000784-33.2016.4.01.0000	29/2/2016	221 - Conflito de competência

Observação/Providência: Com decisão		
0022094-78.2017.4.01.0000	9/5/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Com decisão.		
1003172-69.2017.4.01.0000	16/6/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Com decisão		
0031684-50.2015.4.01.0000	15/6/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
1007622-55.2017.4.01.0000	27/9/2017	1710 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: Relator Dr. Olindo - 2ª Seção		
1000033-85.2017.4.01.9999	10/7/2017	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: Relatora Desembargadora Gilda - 1ª Seção		
0048588-92.2008.4.01.0000	22/9/2008	172 - Embargos à Execução
Observação/Providência: Despacho 2.4.2019		
1023482-62.2018.4.01.0000	16/8/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: Suspensão		
0000536-44.2013.4.01.3604	1/1/2019	-
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0007150-26.2008.4.01.3900	1/1/2019	-
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0029375-17.2010.4.01.3400	14/2/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Julgado		
0029155-19.2010.4.01.3400	2/5/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Julgado		
0029372-62.2010.4.01.3400	13/12/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Julgado		
0014076-58.2000.4.01.3300	15/9/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: Em análise.		
0016088-65.2011.4.01.0000	22/3/2011	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Julgado voto-vista no apenso.		
0032185-67.2016.4.01.0000	13/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em análise		
0034952-78.2016.4.01.0000	23/6/2016	244 - Reclamação
Observação/Providência: Em análise		
0026352-63.2010.4.01.3400	26/9/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: Julgado		
0033386-28.2011.4.01.3700	11/6/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		

0020387-20.2014.4.01.3803	4/12/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Despacho 4.4.2019		
0001983-81.2014.4.01.3200	23/10/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: Em análise		
0002187-55.2016.4.01.4300	14/11/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0000229-87.2009.4.01.3812	16/8/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0002295-55.2009.4.01.3807	6/7/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0006244-90.2009.4.01.4000	7/12/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0025994-64.2010.4.01.9199	25/5/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0005954-55.2006.4.01.3200	8/9/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0000163-75.2007.4.01.3813	23/7/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Serão incluídos em pauta oportunamente.		
0000935-30.2005.4.01.3806	23/5/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Suspensão		
0003008-86.2001.4.01.3200	21/2/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Suspensão		
0017205-81.2007.4.01.9199	14/5/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Suspensão		
0046134-30.2004.4.01.3800	21/5/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Suspensão		
0030505-23.2011.4.01.0000	7/6/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Suspensão		
1004035-59.2016.4.01.0000	15/9/2016	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Com decisão		
0026022-81.2001.4.01.3400	14/9/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Suspensão		
1001015-26.2017.4.01.0000	13/3/2017	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: Relatora Dra. Danielle - 3ª Seção		
1001893-48.2017.4.01.0000	28/4/2017	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: Relatora dra. Danielle - 3ª Seção		
0001837-73.2006.4.01.3700	13/3/2009	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Suspensão		

0026348-97.2004.4.01.3800	16/2/2006	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Suspensão		
0013527-10.2007.4.01.0000	16/4/2007	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Despacho 2.4.2019		
0022520-76.2006.4.01.0000	19/6/2006	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: Com decisão.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 57 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados.

Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgar em 60 dias:

0002187-55.2016.4.01.4300	0002295-55.2009.4.01.3807	0006681-53.2016.4.01.3300
0005954-55.2006.4.01.3200	0004738-14.2015.4.01.3307	0013527-10.2007.4.01.0000
0034952-78.2016.4.01.0000	0016569-57.2004.4.01.3400	

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista realizada com o Juiz Convocado César Cintra Jatahy Fonseca, que atua em substituição à Desembargadora Ângela Catão, em férias à época da inspeção, e com as chefias do Gabinete e da Assessoria.

O gabinete se divide em Secretaria, que atua no exame de agravos e despachos, e Assessoria, que elabora com os votos para sessão.

Os processos do gabinete são divididos por matéria, competência/assunto, sendo que os físicos são separados por entidades e/ou assuntos.

O controle de movimentação interna é realizado pelo sistema interno do gabinete, Juris, por meio de código para cada assunto. A unidade trabalha com metas apenas na assessoria, não havendo individuais.

Dentre os feitos com tratamento específico com prioridade legal ou de metas do CNJ, apenas os processos que envolvem idosos têm preferência.

O atendimento às partes e advogados é feito por duas servidoras quando os processos se referem a agravo. Nas demais classes processuais, o atendimento é feito pela Desembargadora ou Juiz Federal convocado todas as quartas-feiras por ordem de chegada.

As estatísticas utilizadas para controle são as fornecidas pela Coordenadoria da Turma.

A chefia da Assessoria é responsável pelas providências de processos pendentes de declaração de voto e lavratura de acórdão.

As movimentações processuais são registradas no sistema interno do gabinete.

No tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, as matérias principais envolvidas são IPI e redirecionamento.

As dificuldades apontadas foram o reduzido quantitativo de servidores; o sistema PJe (procedimento de assinatura do inteiro teor e falta de assinatura em lote); e a lentidão desse sistema.

Como boas práticas, foi ressaltada a separação do acervo por matéria, bem como a utilização de precedente da Turma para julgamento de casos que o gabinete ainda não tenha julgado.

13. RECOMENDAÇÕES

- Cumprir as recomendações constantes do item 11.

GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO MENDES

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Ítalo Mendes.

2.2 Turma

8ª Turma

2.3 Competência

8ª Turma, 4ª Seção. Corte Especial Administrativa e Corte Especial.

4ª Seção - Especializada em inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos e questões de direito financeiro.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Ítalo Mendes

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Juíza Federal Dra. Rosimayre Gonçalves de Carvalho, em substituição ao Exmo. Desembargador Federal Italo Mendes, por motivo de férias. Permanência de 17/4/2018 até 6/9/2018.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

A unidade se divide em Assessoria e Secretaria. A Assessoria é chefiada pela Dra. Eunice Cardoso Pinto Andrade. A Secretaria é chefiada pela Chefe de Gabinete, Dra. Ana Carolina Portezan.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	11 - do quadro do Tribunal
Servidores sem vínculo	2
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	2
Outros	4 (quatro) servidores cedidos de outros órgãos, 3 (três) prestadores de serviço

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)

Total em tramitação**	21.492
Processos suspensos/sobrestados	55
Processos conclusos	18.221
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	153

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	20.303
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	19.183
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	17.621
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	17.616

Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim, houve auxílio para julgamento a distância, convocada a Exma. Juíza Federal Clemência Maria Almada Lima de Ângelo.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Sim, apenas processos constantes da Meta 2 do CNJ.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	199
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Sim. Assumimos o atual acervo em 15 de abril de 2018, saindo da Vice-Presidência.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	250
Mandados de segurança	24
Conflitos de competência	81
Reclamações	6
Ações rescisórias	56
Outros	83

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	21.191
Recursos em mandados de segurança coletivos	53
Recursos em ações populares	5
Recursos em ações de improbidade administrativa	12
Recursos em ações civis públicas	39
Recursos em ações com preferência legal	83
Outros	375

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	21.191
Apelações cíveis	13.979
Agravos de instrumento	6.620
Outros	3

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
<i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Revisões criminais	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Recursos em Sentido Estrito	Não se aplica
Recursos em <i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Recursos em Mandado de Segurança	Não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
<i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	Não se aplica
Por IRDR	Não se aplica

Por IAC	Não se aplica
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Não se aplica
Por Recurso Especial	Não se aplica
Por Recurso Extraordinário	Não se aplica

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	544
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	442
Agravos legais/regimentais	509
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	502
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	383
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	291

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	5
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	Não se aplica

4.13 Processos concluídos, por ano de distribuição	
Ano atual	670
Ano anterior	3.671
2º ano anterior	2.871
3º ano anterior	2.108
4º ano anterior	1.503
5º ano anterior ou mais antigo	7.398

4.14 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	6
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	2
Total como relator para o acórdão	2

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	4.639
Total de Processos julgados*	1.678
Total de Processos baixados	4.270
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	2.961
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	369

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	287
Total de feitos não regularizados	79
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Assumimos o acervo em 2018, não tendo participado da inspeção anterior deste acervo.
Total de feitos não regularizados	Não se aplica

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	4.489
Processos julgados no ano anterior	2.020
Processos distribuídos no ano corrente	1.196
Processos julgados no ano corrente	405

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	5.041
Porcentagem de atendimento da meta	54,96%

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	5.378
Porcentagem de atendimento da meta	61,28%

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	6.653
Porcentagem de atendimento da meta	44,7%

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)	
Pendentes	1.403
Porcentagem de atendimento da meta	61,66%

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	19
Porcentagem de atendimento da meta	126,31%

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	26
Porcentagem de atendimento da meta	119,2%

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Na última inspeção, realizada em 2017, o Exmo. Desembargador Federal Italo Mendes estava ocupando o cargo de Vice-Presidente deste Tribunal Regional Federal. Assim, o acervo de sua responsabilidade não era o mesmo que o atual, pois assumimos o atual acervo ao sair da Vice-Presidência, em 15 de abril de 2018. Assim, as recomendações feitas na última inspeção não se aplicam ao nosso acervo atual.

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Na última inspeção, realizada em 2017, o Exmo. Desembargador Federal Italo Mendes estava ocupando o cargo de Vice-Presidente deste Tribunal Regional Federal. Assim, o acervo de sua responsabilidade não era o mesmo que o atual, pois assumimos o atual acervo ao sair da Vice-Presidência, em 15 de abril de 2018. Assim, as recomendações feitas na última inspeção não se aplicam ao nosso acervo atual.

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Na última inspeção, realizada em 2017, o Exmo. Desembargador Federal Italo Mendes estava ocupando o cargo de Vice-Presidente deste Tribunal Regional Federal. Assim, o acervo de sua responsabilidade não era o mesmo que o atual, pois assumimos o atual acervo ao sair da Vice-Presidência, em 15 de abril de 2018. Assim, as recomendações feitas na última inspeção não se aplicam ao nosso acervo atual.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim, o Gabinete do Exmo. Desembargador Federal Italo Mendes deixou de atender, no ano de 2018, as Metas 1 e 2 do Conselho Nacional de Justiça, tendo sido apurado cumprimento de 51,66% na Meta 1 e de 54,96% na Meta 2 relativas a 2013 e 61,28% na Meta 2 relativa ao ano de 2014. No que diz respeito às iniciativas planejadas para cumprimento das referidas metas neste ano de 2019, este Gabinete informa que está buscando envidar esforços no sentido de, havendo possibilidade, ao formar, semanalmente, as pautas de julgamento, incluir mais processos distribuídos até 2014, constantes da Meta 2, buscando aumentar a quantidade de julgados de forma a alcançar melhores índices também na Meta 1.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Salienta-se, apenas, que o acervo foi recebido em abril de 2018, há menos de 1 (um) ano, e desde então este Gabinete está engajado em cumprir as metas, apesar da enorme quantidade de processos e diversidade de temas constantes do novo acervo e a necessidade de estudar as matérias e atualizar os assessores na legislação.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0047885-30.2009.4.01.0000	19/8/2009	-
Observação/Providência: processo julgado na sessão de julgamento da Oitava Turma de 11/2/2019, com previsão de publicação no EDJF1 de 5/3/2019.		
0028621-90.2010.4.01.0000	19/5/2010	-
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de decisão.		
0023106-44.2005.4.01.3300	8/7/2008	-
Observação/Providência: processo aguardando a lavratura do acórdão.		

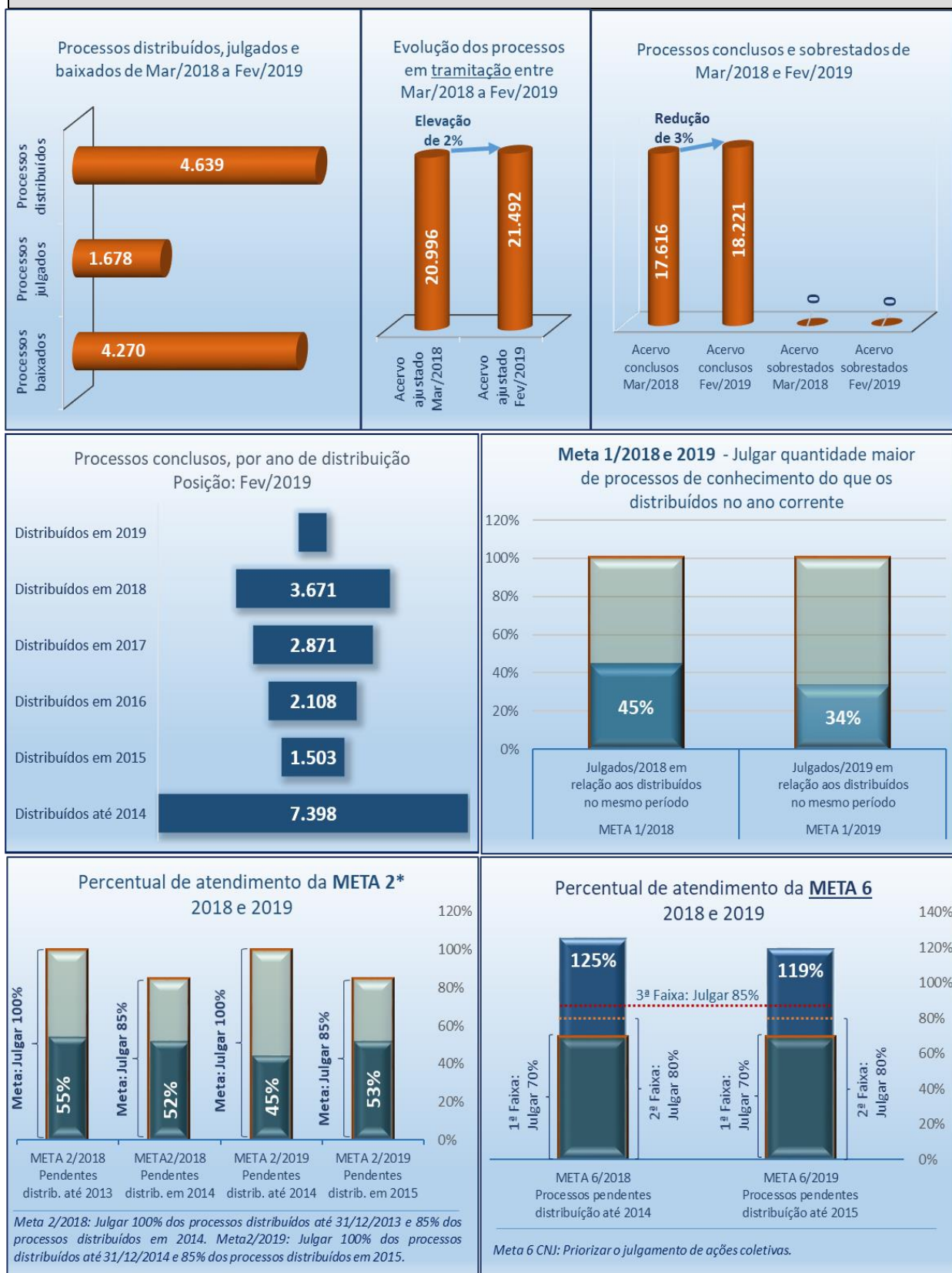
0072578-44.2010.4.01.0000	10/12/2010	-
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0065986-18.2009.4.01.0000	6/11/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0058789-12.2009.4.01.0000	15/10/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0073508-96.2009.4.01.0000	14/12/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0024655-70.2010.4.01.9199	17/5/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0024656-55.2010.4.01.9199	14/5/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0008566-98.2014.4.01.4100	27/7/2016	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 25/3/2019. Aguardando a lavratura do acórdão.		
0041932-69.2015.4.01.3300	9/12/2016	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente		
0015268-35.2014.4.01.3300	19/7/2016	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0023353-10.2014.4.01.3300	25/10/2016	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0001133-43.2013.4.01.3400	24/5/2016	66 - Ação Popular
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0003351-68.2005.4.01.4000	21/3/2007	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0002615-43.2006.4.01.3700	29/7/2011	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
1001565-55.2016.4.01.0000	18/3/2016	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
1001623-87.2018.4.01.0000	24/1/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: processo remetido para o gabinete do Exmo. Desembargador Federal Hércules Fajoses.		
0015879-09.2005.4.01.0000	1/6/2005	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0010044-06.2006.4.01.0000	29/3/2006	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0024699-36.2013.4.01.0000	3/5/2013	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0021048-55.1997.4.01.0000	16/6/1997	156 - Cumprimento de sentença

Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
1022593-11.2018.4.01.0000	10/8/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de decisão.		
0042107-95.2013.4.01.3700	24/2/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo remetido à 8ª Turma para publicação de despacho.		
0029848-34.2014.4.01.3700	3/2/2015	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: processo aguardando a lavratura do acórdão.		
0027373-08.2014.4.01.3700	8/10/2015	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: processo aguardando a lavratura do acórdão.		
0016318-97.2017.4.01.0000	5/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo aguardando a lavratura do acórdão.		
0004809-53.2015.4.01.4200	4/5/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0004233-21.2013.4.01.0000	28/1/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente		
0011174-16.2015.4.01.0000	11/3/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
1001994-56.2015.4.01.0000	14/10/2015	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo remetido para o gabinete do Exmo. Desembargador Federal Dr. Néviton.		
0045918-13.2000.4.01.9199	11/5/2000	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0045921-65.2000.4.01.9199	11/5/2000	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0003927-81.2015.4.01.0000	26/1/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente		
0004662-51.2014.4.01.0000	30/1/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0008507-91.2014.4.01.0000	18/2/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0011088-79.2014.4.01.0000	5/3/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0077414-60.2010.4.01.0000	7/12/2010	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: Aguardando julgamento de Recurso Especial.		
0000300-52.2000.4.01.3700	13/10/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0000732-64.2001.4.01.3400	18/7/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		

0004583-72.2001.4.01.3801	18/4/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0001998-95.2001.4.01.3300	1/2/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0002402-97.1998.4.01.3803	23/7/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0002404-15.1998.4.01.3400	19/4/2001	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0003413-98.1997.4.01.3803	3/10/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0005666-82.2008.4.01.3800	22/9/2008	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0027556-02.2006.4.01.0000	26/7/2006	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0034403-76.2014.4.01.3803	29/9/2015	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0020999-62.2007.4.01.0000	6/6/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0032910-71.2007.4.01.0000	15/8/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		
0029336-45.2004.4.01.0000	4/10/2004	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0013838-74.2002.4.01.0000	10/5/2002	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0046514-02.2007.4.01.0000	9/10/2007	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0037209-42.2017.4.01.0000	2/8/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente		
0014919-24.2003.4.01.0000	25/6/2003	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0015098-36.1995.4.01.0000	12/7/1995	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0014434-87.2004.4.01.0000	26/4/2004	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0003278-82.2016.4.01.0000	21/1/2016	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: processo haverá de ter andamento mediante a prolação de despacho.		
0108922-24.2000.4.01.9199	18/10/2000	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		

0032816-48.2002.4.01.3800	23/10/2002	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo haverá de ser incluído em pauta oportunamente.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Novély Vilanova

2.2 Turma

8ª Turma

2.3 Competência

4ª Seção - Especializada em inscrição em conselhos profissionais, exercício profissional e respectivas contribuições; impostos; taxas; contribuições de melhoria; contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS; empréstimos compulsórios; preços públicos e questões de direito financeiro.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Novély Vilanova da Silva Reis (desde 30/7/2012)

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Wilma Mazarak Macedo - chefe de gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	3 prestadores de serviço

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo <u>do gabinete*</u> (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	23.111
Processos suspensos/sobrestados	90
Processos conclusos	19.833
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	136

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	22.281
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	20.191
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	19.889
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	19.327
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	90
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	7

Nota: * O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuídos ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para	Sim.

juízo de julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Critério de antiguidade
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	375
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Dados não disponibilizados pelo relatório estatístico.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	171
Mandados de segurança	11
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	36
Reclamações	5
Ações rescisórias	64
Outros	54

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	22.892
Recursos em mandados de segurança coletivos	29
Recursos em ações populares	7
Recursos em ações de improbidade administrativa	15
Recursos em ações civis públicas	27
Recursos em ações de desapropriação	0

Recursos em ações com preferência legal	77
Outros	252

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	22.894
Apelações cíveis	16.121
Agravos de instrumento	6.267
Outros	21

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	8
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	33
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	386
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	317
Agravos legais/regimentais	337
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	324
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	222
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	162

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	13
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	443
Ano anterior	4.007
2º ano anterior	3.206
3º ano anterior	2.766
4º ano anterior	1.873
5º ano anterior ou mais antigo	7.538

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	6
Total como relator para o acórdão	6

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	4.667
Total de Processos julgados*	2.885
Total de Processos baixados	3.883
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	1.782
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	784

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Sem informação
Total de feitos não regularizados	Sem informação
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Sem informação
Total de feitos não regularizados	Sem informação

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	4.463
Processos julgados no ano anterior	3.349
Processos distribuídos no ano corrente	1.173
Processos julgados no ano corrente	803

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	5.426
Porcentagem de atendimento da meta	65,92

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	2.206
Porcentagem de atendimento da meta	56,22

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	7.416
Porcentagem de atendimento da meta	51,59

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)	
Pendentes	7.367
Porcentagem de atendimento da meta	51,91

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.
Porcentagem de atendimento da meta	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.
Porcentagem de atendimento da meta	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	1
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	2
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	informação não disponível no relatório estatístico
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	informação não disponível no relatório estatístico

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	4
Porcentagem de atendimento da meta	136,36

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	8
Porcentagem de atendimento da meta	124,72

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.
Processos baixados no ano anterior	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.
Processos julgados no ano anterior	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.
Processos distribuídos no ano corrente	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.
Processos baixados no ano corrente	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.
Processos julgados no ano corrente	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.
Porcentagem de atendimento da meta	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.
Porcentagem de atendimento da meta	Esta meta não abrange os processos deste órgão julgador.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sem informação

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Sem informação

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Sem informação

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Sim. Meta 2/2018 e Meta 2/2019. Priorizar a análise dos processos da Meta 2.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Poucos servidores para analisar o grande volume de processos do acervo

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

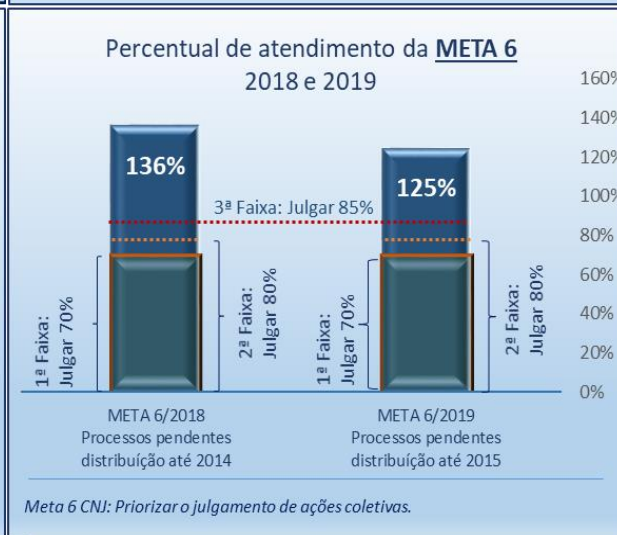
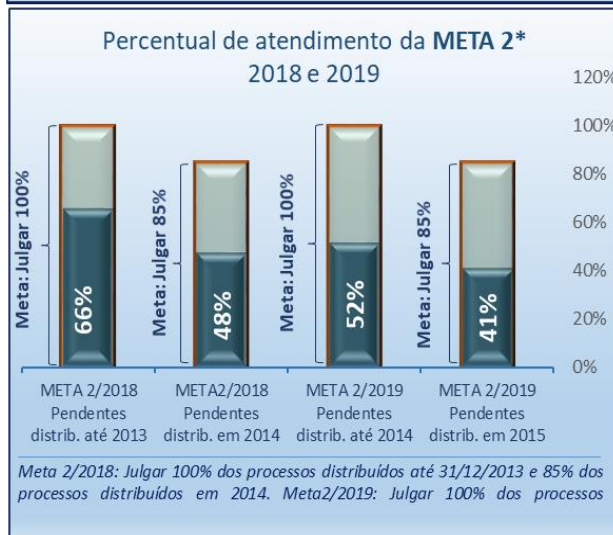
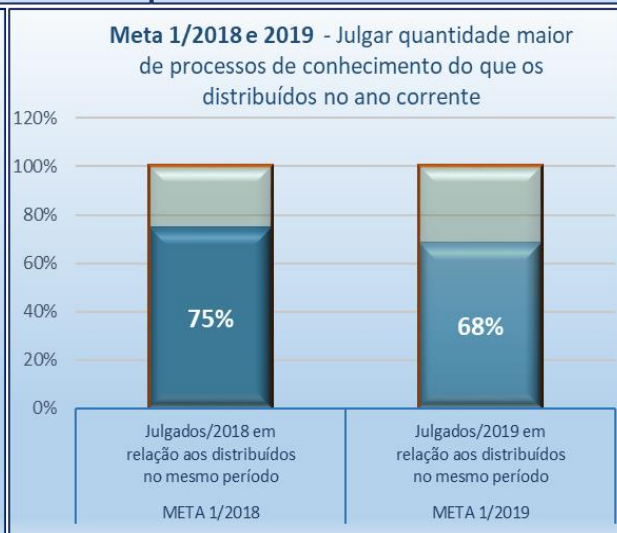
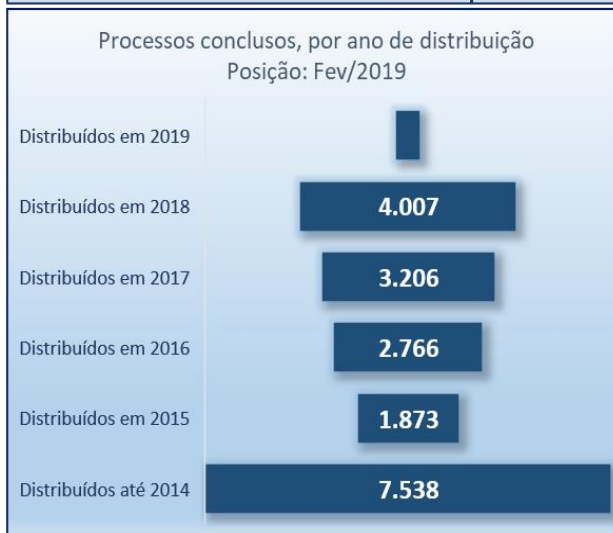
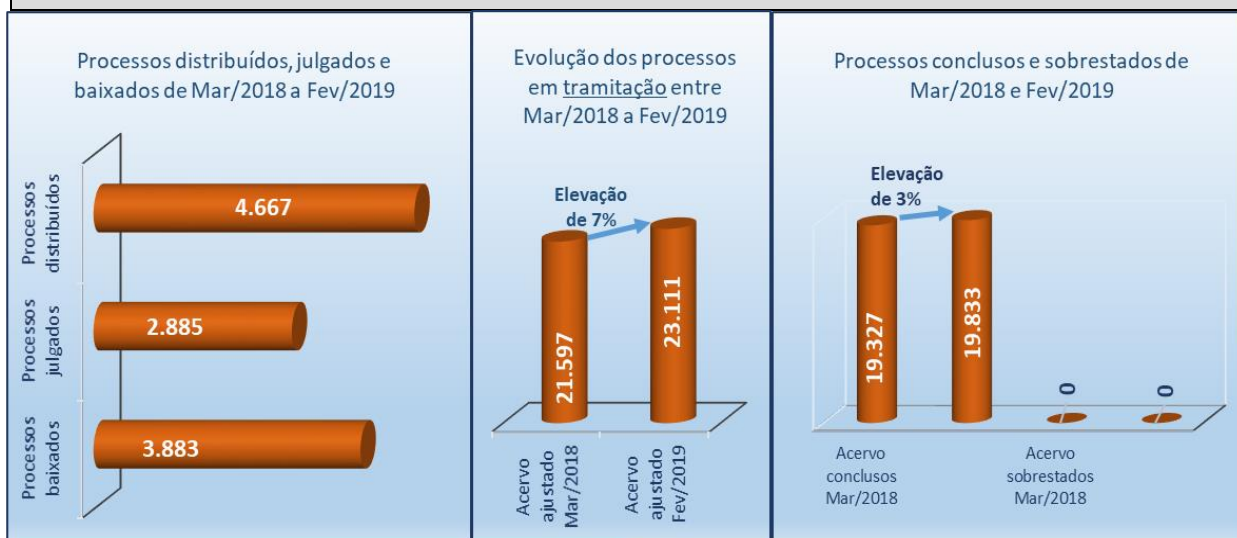
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0001602-88.2005.4.01.3200	1/10/2009	-
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0048662-08.2002.4.01.3800	30/10/2006	-
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0040166-26.2011.4.01.0000	19/7/2011	-
Observação/Providência: decidido monocraticamente em 4/4/2019.		
0062991-90.2013.4.01.0000	21/10/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado na sessão de 1/4/2019.		
0067641-83.2013.4.01.0000	11/11/2013	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: julgado na sessão de 25/3/2019.		
0010080-89.2009.4.01.3800	30/6/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0049090-45.2010.4.01.3400	12/2/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0010582-09.2014.4.01.3200	12/1/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0006368-16.2012.4.01.3500	6/6/2016	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: julgado na sessão de 25/3/2019.		
0051761-29.2015.4.01.3800	26/1/2016	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Decisão - desistência da apelação.		
0002628-90.2015.4.01.3000	6/2/2017	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 22/4/2019.		
0008557-26.2011.4.01.4300	19/1/2017	66 - Ação Popular
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0006361-24.2012.4.01.3500	4/5/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0004440-35.2010.4.01.4200	24/2/2012	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0044194-22.2011.4.01.3400	11/4/2012	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 22/4/2019.		
0001290-49.2014.4.01.3313	22/9/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0016433-89.2015.4.01.0000	7/4/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0040382-45.2015.4.01.0000	30/7/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0024889-57.2017.4.01.0000	22/5/2017	244 - Reclamação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
1009390-16.2017.4.01.0000	30/10/2017	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: decidido monocraticamente em 11/4/2019.		
1008954-57.2017.4.01.0000	24/10/2017	244 - Reclamação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0024883-50.2017.4.01.0000	22/5/2017	244 - Reclamação
Observação/Providência: pautado para a sessão de julgamento do dia 15/4/2019.		
1020452-19.2018.4.01.0000	25/7/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: processo já está arquivado.		
0072541-12.2013.4.01.0000	27/11/2013	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: processo está suspenso por decisão da relatora dos Recursos Especiais Representativos da Controvérsia nº 1.645.333-SP, 1.643.944-SP e 1.645.281-SP.		
0066385-08.2013.4.01.0000	25/11/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0011046-98.2012.4.01.0000	7/3/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento de 22/4/2019.		
0028037-30.2014.4.01.3800	19/5/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0025022-07.2005.4.01.3400	6/7/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Julgado na sessão de 18/3/2019		
0032588-02.2007.4.01.9199	16/8/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0000039-31.2007.4.01.3801	1/10/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 22/4/2019.		
0000170-88.2006.4.01.3300	16/12/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0019727-32.2004.4.01.3300	5/9/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0008861-51.2003.4.01.3800	14/3/2005	198 - Apelação
Observação/Providência: julgado na sessão de 25/3/2019.		
0014146-59.2002.4.01.3800	30/10/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0030233-34.1999.4.01.3400	2/2/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 22/4/2019.		
0005364-70.2000.4.01.3400	5/3/2001	198 - Apelação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0025698-86.2004.4.01.3400	14/3/2006	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: julgado na sessão de 1/4/2019.		
0009553-64.2000.4.01.3700	7/12/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: julgado na sessão de 25/2/2019.		
0027497-13.2003.4.01.3300	23/10/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0027498-95.2003.4.01.3300	23/10/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0031854-20.2005.4.01.3800	17/1/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0001505-43.2004.4.01.3000	24/8/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		

0003824-50.2010.4.01.0000	11/2/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado monocraticamente em 4/4/2019.		
0035892-53.2010.4.01.0000	16/7/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado monocraticamente em 4/4/2019.		
0008662-36.2010.4.01.0000	22/2/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: julgado por decisão monocrática em 5/4/2019.		
0035969-81.2009.4.01.3400	23/1/2012	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0007874-06.2003.4.01.3900	30/10/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0045470-40.2010.4.01.0000	30/8/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0025440-52.2008.4.01.0000	27/5/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamento do dia 29/4/2019.		
0002724-55.2000.4.01.3801	22/6/2001	198 – Apelação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0003206-03.2000.4.01.3801	6/7/2001	198 – Apelação
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0006084-24.1997.4.01.3600	21/1/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamentos do dia 22/4/2019.		
0012449-10.2009.4.01.0000	2/3/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0037520-72.2004.4.01.3400	4/9/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0017479-48.2004.4.01.3800	13/7/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: incluído na pauta de julgamentos do dia 22/4/2019.		
0012555-89.1997.4.01.0000	31/3/1997	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: a ser incluído na pauta de julgamentos de 19/6/2019.		
0013464-82.2007.4.01.0000	17/4/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		
0031374-81.2001.4.01.3800	7/10/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: será atribuída prioridade no julgamento.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11 PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Os 58 processos selecionados por amostragem foram inspecionados, sendo 37 físicos (21 fora da unidade, analisados pelos respectivos extratos) e 21 eletrônicos (18 do sistema e-Jur e 3 do sistema PJe).

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados corretamente. Porém, verificou-se que nem todos os registros processuais pertinentes que constam do andamento processual estão espelhados nos autos – como, por exemplo, baixas de autos à secretaria. Foi relatado à equipe de inspeção tratar-se de praxe do Tribunal a ausência de certificação destas movimentações.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar no prazo de 60 dias:

0048662-08.2002.4.01.3800	0010080-89.2009.4.01.3800	0016433-89.2015.4.01.0000
0040382-45.2015.4.01.0000	0024889-57.2017.4.01.0000	1008954-57.2017.4.01.0000
0066385-08.2013.4.01.0000	0028037-30.2014.4.01.3800	0000170-88.2006.4.01.3300
0019727-32.2004.4.01.3300	0014146-59.2002.4.01.3800	0031854-20.2005.4.01.3800
0001505-43.2004.4.01.3000	0003824-50.2010.4.01.0000	0037520-72.2004.4.01.3400
0013464-82.2007.4.01.0000	0031374-81.2001.4.01.3800	

b) regularizar a fase processual com a publicação do julgado, no prazo de 20 dias:

0006368-16.2012.4.01.3500	0007874-06.2003.4.01.3900
---------------------------	---------------------------

c) incluir na próxima autoinspeção:

0067641-83.2013.4.01.0000	0072541-12.2012.4.01.0000	0025698-86.2004.4.01.3400
0004440-35.2010.4.01.4200	0030233-34.1999.4.01.3400	0035969-81.2009.4.01.3400
0002724-55.2000.4.01.3801	0012449-10.2009.4.01.0000	0012555-89.1997.4.01.0000
0003206-03.2000.4.01.3801	0005364-70.2000.4.01.3400	

12. OBSERVAÇÕES GERAIS

Pelos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal, segundo posição aferida em 28/2/2019, o gabinete em inspeção tem acervo em tramitação bruta de 23.111 processos (excluídos os atribuídos, por exemplo, à Presidência e Vice-Presidência em razão de recursos excepcionais) e acervo de conclusos de 19.833 feitos (85,8%).

Contrastando-se os dados da inspeção realizada em 2017 com os colhidos para a presente análise, observa-se que, na evolução do estoque processual, o acervo ajustado da unidade teve aumento de 674 feitos (de 21.607 para 22.281 processos), variação menor do que a vista em outras unidades, porém com elevação significativa de feitos conclusos (adição de 2.697 processos). Similarmente, o contingente de embargos de declaração pendentes de apreciação avançou de 230 para 386, sendo que 317 (82,1%) estão conclusos há mais de 30 dias. Já os pendentes de julgamento de agravos regimentais ascenderam de 258 para 337 processos, sendo que 324 (96,1%) estão conclusos há mais de 30 dias.

O perfil etário do acervo de conclusos da unidade, por ano de distribuição, revela a predominância de feitos com menos de cinco anos de tramitação (12.095, cerca de 60,1%), porém mantém-se elevado o acervo com distribuição mais antiga (7.538 processos), potencialmente inserido na Meta 2/CNJ. Na composição do estoque processual, 171 feitos são originários (predomínio de ação rescisória – 64 – e conflitos de competência – 36 -, dentre as classes identificadas) e 22.894 são feitos recursais. É expressivo o acervo de agravos de instrumento, com 6.267 processos – 27,3% do total de feitos recursais em tramitação na unidade³⁸.

Na gestão das metas do Conselho Nacional de Justiça aplicáveis ao gabinete em inspeção, constata-se que a unidade não logrou desempenho estatístico capaz de reduzir o volume (Meta 1) e tampouco a idade do acervo (Meta 2). Com efeito, houve cumprimento apenas parcial da Meta 1/2018 (75%, déficit de 1.114 processos) e 2/2018 (65,92% entre feitos distribuídos até 31/12/2013 e 56,22% no segmento do acervo distribuído no ano de 2014³⁹). Por outro lado, os dados fornecidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região indicam cumprimento de 136,36% da Meta 6/2018.⁴⁰

O quadro geral delineável a partir de dados estatísticos e processuais do acervo em tramitação na unidade, além do extraído do acervo listado para inspeção por amostragem, é claro no sentido de demonstrar que não é possível enfrentar as atuais dificuldades com ações meramente corretivas, pontuais ou casuísticas, dada a própria enormidade dos acúmulos e atrasos. A quantidade de processos abrangidos em tal tarefa tornaria invencível o esforço. Por outro, não se encontram disponíveis todos os recursos e medidas que, de modo definitivo, poderiam resolver as situações críticas identificadas em extenso e complexo acervo processual. A solução passa, na percepção da equipe de inspeção, pela adoção de estratégias de planejamento, organização e gestão global e, em seguida, setorial do acervo para viabilizar, desde logo, a identificação dos principais dados e situações que, de imediato, impactam e devem ser prioritariamente tratados para apontar e direcionar prováveis caminhos para o início da resolução do problema estrutural verificado na unidade.

A percepção da necessidade de gerenciamento e planejamento, assim como do diálogo e da troca de experiência de gestão, é essencial para a construção de um projeto sólido no sentido de superar as dificuldades identificadas. É inquestionável que mesmo o melhor gerenciamento e planejamento não serão suficientes para resolver a situação

³⁸ O dado em referência merece destaque, por se tratar, em princípio, de classe processual de rito célere e processamento simples.

³⁹ O atendimento da Meta 2/2018 exigia o julgamento de 100% dos feitos distribuídos até 2013 e 85% daqueles distribuídos em 2014.

⁴⁰ O resultado indicado causa alguma dúvida, já que a princípio seria impossível (a Meta 6 exige o julgamento do acervo vinculado a uma data-limite fixa: não é possível julgar 132% das ações coletivas distribuídas até 2014). Supõe-se que, dado que o TRF1 estava vinculado à faixa 1 de cumprimento da Meta 6/2018, exigindo-se julgamento de 70% das ações coletivas distribuídas até 2014 para atendimento, o cálculo foi feito igualando o estoque de processos correspondentes a estes 70% como 100% - o que permitiria que o julgamento de parte do excedente (os 30% remanescentes) resultasse num valor final acima de 100%.

constatada na unidade. Várias alterações estruturais devem ser cogitadas para viabilizar um projeto de saneamento permanente e consistente de todas as deficiências apuradas.

Neste contexto, a proposta ofertada objetiva, em curto prazo, dotar a unidade de instrumentos gerenciais para aferição e diagnóstico de situações e construção de soluções direcionadas e consistentes no sentido de reduzir os acúmulos e atrasos na tramitação processual. Os resultados, além de dependerem de outras medidas, demandam tempo considerável para maturação e aperfeiçoamento das práticas sugeridas, porém são imprescindíveis e urgentes para que se tenha, desde logo, alguma resposta e reação ao quadro atualmente existente.

Para fundamentar as sugestões propostas, a equipe de inspeção partiu de constatações realizadas nas atividades de acompanhamento da unidade, através dos relatórios apresentados e da análise do acervo listado para amostra da situação geral da gestão processual, além de informações pontuais colhidas junto aos gestores do gabinete.

Consultada pela equipe de inspeção, a unidade externou ressentir-se da escassez de funcionários frente ao acervo, bem como da precariedade do espaço de trabalho, como havia informado em resposta ao questionário enviado previamente pelo Conselho da Justiça Federal.

Quanto ao primeiro ponto, colhe-se que a força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na última inspeção, passando de 9 para 15 servidores efetivos, além de um servidor sem vínculo, o que denota, em tese, aumento de força de trabalho destinada à atividade-fim. Considerando que, conforme dados estatísticos fornecidos, a unidade possui 23.111 processos em tramitação (fevereiro/2019), tem-se a média de 1.540 processos por servidor, a princípio⁴¹, muito superior aos indicadores de carga de trabalho por servidor, na 2ª instância da Justiça Federal, divulgados pelo Anuário “Justiça em Números”, edição de 2018, que é de 561 processos por servidor.

A respeito das instalações físicas da unidade, de fato, a equipe de inspeção apurou que o espaço disponível é inadequado para o trabalho a ser desempenhado. Dado o grande acervo processual e o tamanho relativamente reduzido do gabinete, boa parte dos feitos é armazenada em depósito externo, circunstância dificultadora da correta administração do acervo – já que poucas informações gerenciais são obtidas a partir dos sistemas internos de processamento.

De maneira central - e, segundo pôde a equipe de inspeção colher junto aos gabinetes inspecionados, trata-se de circunstância generalizada -, os dados gerenciais de acervo fornecidos pelas áreas administrativas do tribunal não são confiáveis. Cita-se aqui, como exemplo, o caso das tutelas provisórias concedidas a mais de 90 dias sem

⁴¹ Não há como se calcular categoricamente a média em razão da ausência de informação de quantitativo de servidores atualmente dedicado à atividade-fim na unidade.

apreciação colegiada: foi informado pelo setor de estatística do tribunal, que não haveria processos na situação, ao passo que o chefe de gabinete da unidade inspecionada informou, contrariamente, existirem feitos com tal tipo de pendência, embora sem precisar o quantitativo de feitos.

Há que se registrar que deste cenário não deriva, necessariamente, a conclusão de que a causa da assincronia de informações origina-se nos setores de estatística ou informática do tribunal. De fato, não se pode excluir, como hipóteses relevantes e prováveis, a existência de limitações dos próprios sistemas de processamento à extração de dados adequados, bem como, em alguma medida, a falta de instruções adequadas a tais setores (de regra, sem domínio do campo jurídico) a respeito dos parâmetros a serem observados para a obtenção de cada dado solicitado.

De toda a forma, observou-se que tampouco o gabinete demonstrou possuir controle gerencial, próprio e preciso, do acervo. O fato é preocupante, na medida em que a base de qualquer projeto de gestão processual - seja de foco específico (v.g., atendimento de determinada meta) ou geral (v.g., redução de acervo) – é o manejo correto de metadados precisos acerca do estoque de processos (data de distribuição, fase, matéria, existência de decisão liminar). Assim, não causa espanto - embora de todo preocupante – que a unidade tenha controle insatisfatório de metas de desempenho (vide o descumprimento reiterado daquelas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça) e de fluxo processual (evidenciado pela quantidade de processos sem movimentação desde a distribuição, identificados pela equipe de inspeção durante a análise da amostra do acervo).

Tal cenário encontra reflexo, até mesmo, na postura quanto ao questionário recebido pela unidade em antemão à inspeção. Veja-se a resposta às perguntas do item 4.3:

<i>Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)</i>	375
<i>Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)</i>	<i>Dados não disponibilizados pelo relatório estatístico</i>

Como se nota, uma percepção acerca da importância das análises gerenciais permitiria compreender que o fulcro das perguntas elaboradas era permitir que a unidade expusesse uma análise mais aprofundada do resultado do mutirão. Perceba-se que, evidentemente, a segunda questão visava à demonstração da evolução do acervo global, para contrastar-se o incremento da produtividade em mutirão em relação ao

funcionamento regular da unidade, avaliando-se, assim, a eficiência da medida – inclusive com informações a respeito de metas estabelecidas (baixar determinado número de processos, por ex.). Para tanto, haveria que ser informado o período preciso do mutirão, bem como valores de entradas e saídas de feitos na unidade, tanto no período regular quanto no de mutirão. A inexistência de dados de tal natureza, seja pelo setor de estatística, seja pelo próprio gabinete, impede a avaliação da eficácia das medidas adotadas no conjunto das atividades da unidade, partindo do pressuposto de que tais iniciativas não se destinam a substituir a ação do próprio gabinete, mais ampliar a respectiva capacidade de resposta, seja em termos de quantidade ou de especificidade de processos acumulados, agregando produtividade.

Não se desconhece ou subdimensiona a dificuldade de trabalho frente a estoques processuais elevados como o do gabinete em referência. Contudo, ao que pôde a equipe de inspeção avaliar, não há perspectiva próxima de que os sistemas processuais em uso na Corte sejam readequados para permitir extrações de dados mais precisos pelo setor de estatística. Assim, recai sobre a própria unidade a iniciativa e o encargo de produzir controles internos que permitam o gerenciamento de seu acervo.

Nesta linha, é necessário, paulatinamente, que a unidade trie integralmente seu acervo, colhendo dados de antiguidade, classe processual, incidências de metas ou prioridades legais e tramitação de cada feito. Dada a magnitude do acervo, recomenda-se que a tarefa seja particionada, atacando-se o estoque processual por critérios uniformes (em ordem de preferência: por prioridade legal, antiguidade e classe processual), fixando-se metas de conclusão de cada fase da triagem, com designação de força de trabalho específica para tanto (de modo a manter o padrão de colheita de dados durante toda a triagem), com treinamento prévio, se necessário.

A tabulação destes dados, em planilha única⁴² - ou, em caso de segmentação, com a utilização de recursos de totalização geral⁴³ - permitiria a aplicação de filtros, dimensionando a carga de trabalho em cada segmento, promovendo a adoção de soluções melhor direcionadas e que proporcionariam redução de acervo em prazo calculado: mutirões setoriais por matéria ou classe recursal (v.g., iniciativas focadas em ações coletivas - ou embargos de declaração e agravos regimentais, recursos de apreciação mais simples, em regra), agrupamento de processos versando sobre a mesma questão de fundo, correção de irregularidades de tramitação (citam-se aqui os casos de redistribuição e remessas equivocadas à unidade), etc.

Estima-se, a depender de como manuseada a estratégia, que tais iniciativas possam permitir ganhos qualitativos a partir de medidas que o gabinete já utiliza de

⁴² A multiplicação de planilhas estanques revela-se ineficiente para a gestão global do acervo, dificultando análises gerais.

⁴³ Embora idealmente o uso de uma planilha única seja o recomendado, é de se considerar que uma planilha de mais de 22.000 entradas seria de difícil manejo. Em tais casos, uma opção é o uso de recursos dinâmicos (“tabelas dinâmicas”) dos programas de tabulação geralmente usados (Excel ou Calc), de modo a permitir que múltiplas planilhas comuniquem-se entre si, totalizando à parte os dados selecionados como relevantes para o gerenciamento do acervo.

praxe, como a elaboração de pautas temáticas: o domínio completo do acervo permite aprimorar o planejamento e a seleção de processos antigos para julgamento, de modo a melhorar o perfil etário do acervo da unidade.

Para além disso, o domínio de tais informações favorece o diagnóstico de gargalos produtivos nos processos de trabalho da unidade, que por vezes restam ocultos quando não promovido direcionamento e planejamento específico no trato das rotinas usuais de gestão do acervo.

13 RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Em entrevista com o Juiz Convocado José Airton de Aguiar Portela, que atua em substituição ao Desembargador Federal Novély Vilanova, de férias no período de 12 de maio a 11 de junho de 2019, após a exposição das diretrizes de trabalho e dos objetivos a serem atingidos com a inspeção, especialmente no tocante à adoção de plano de trabalho para equalização do desempenho das unidades do Tribunal e melhoria do quadro geral do acervo processual, com ênfase no desenvolvimento de rotinas e práticas de gerenciamento a partir de boas práticas verificadas, o magistrado narrou as dificuldades encontradas em razão do acervo elevado causado pelo foro universal da União no Distrito Federal, e a amplitude e diversidade das Seções judiciárias que compõem a 1ª Região, além da reduzida estrutura do próprio Tribunal para a demanda existente.

As informações sobre procedimentos, organização e dados gerais da unidade, colhidas junto aos servidores, foram inseridas diretamente nas descrições e análises expostas no capítulo das observações gerais deste relatório (item 12).

14 RECOMENDAÇÕES

a) cumprir todas as recomendações do item 11 (aqui incluídos esforços para que a unidade atinja a integralidade das metas do CNJ e do CJF, principalmente as metas do CNJ);

b) desenvolver métodos de controle de fluxo processual e panorama estatístico do acervo, abarcando informações de quantitativos seccionais, classes processuais, antiguidade de distribuição, metas incidentes e prioridades legais;

c) estabelecer planejamento do trabalho desenvolvido da unidade, com metas quantitativas e temporais, analisando-se periodicamente o desempenho parcial da equipe, para calibração da estratégia adotada;

d) priorizar planos de redução de acervo orientados à baixa de feitos em ordem de cronologia da distribuição dos autos (atendendo-se, assim a metas temporais), associadas, em segundo plano, à separação de processos por matérias (o que permite

controle de metas por assunto); identificando, no panorama da força de trabalho, o proveito da adoção de mutirões parciais dentro desta estratégia;

e) envidar esforços para a redução especificamente do estoque de agravos de instrumentos pendentes de julgamento (6.267), embargos de declaração (386), agravos regimentais (337), conflitos de competência (36) e preferências legais (77);

f) designar auxiliares (preferencialmente de atividades-meio) para controle de fluxo processual (buscando-se treinamento específico, se o caso), notadamente quanto ao levantamento, acompanhamento e regularização de fases processuais; e

g) realizar reuniões periódicas com a equipe para discutir os planos de ação em curso e alternativas de medidas de motivação e incentivo ao cumprimento de metas individuais, bem como levantar dificuldades de trabalho.

Recomenda-se a inclusão da Unidade Jurisdicional em sistema permanente de acompanhamento de metas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

2.2 Turma

8ª Turma

2.3 Competência

Conselhos Profissionais: Inscrição; Exercício Profissional e Contribuições; Matéria de Direito Tributário e Financeiro.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Marcos Augusto de Sousa.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Antonio Carlos Guimarães Júnior, Analista Judiciário.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	3 Prestadores de serviço.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete* (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação**	22.902
Processos suspensos/sobrestados	35
Processos conclusos	19.030
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	199
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1

Notas: * Distribuição geral do acervo corresponde aos processos em andamento no tribunal **vinculados ao Gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

** Total de processos em tramitação no gabinete, excluem aqueles atribuídos à Presidência e à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	21.424
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	21.908
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	18.937
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	18.222
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	15.349

Nota: * O Acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete é sinal de que ainda restam processos a serem atribuídos aos magistrados, ou em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra competência atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Sim
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Meta 2
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	416
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não se aplica
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não se aplica

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Mandados de segurança	20
Conflitos de competência	108
Reclamações	3
Ações rescisórias	56
Outros	70
Total de feitos originários cíveis	258
Arguição de inconstitucionalidade	1
IRDR	Não se aplica
IAC	Não se aplica

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	22.605
Recursos em mandados de segurança coletivos	113
Recursos em ações populares	13
Recursos em ações de improbidade administrativa	24
Recursos em ações civis públicas	62
Recursos em ações com preferência legal	109
Outros	464

Recursos em ações de desapropriação	Não se aplica
-------------------------------------	---------------

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	22.605
Apelações cíveis	16.128
Agravos de instrumento	5.795
Outros	4

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Outros	1
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
<i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Revisões criminais	Não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Embargos infringentes e de nulidade	6
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Recursos em Sentido Estrito	Não se aplica
Recursos em <i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Recursos em Mandado de Segurança	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
<i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	Não se aplica
Por IRDR	Não se aplica
Por IAC	Não se aplica
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Não se aplica
Por Recurso Especial	Não se aplica
Por Recurso Extraordinário	Não se aplica

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	824
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	673
Agravos legais/regimentais	1.370
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	1.357
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	414
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	287

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	Não se aplica
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	Não se aplica

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	506
Ano anterior	3.658
2º ano anterior	2.641
3º ano anterior	1.836
4º ano anterior	1.263
5º ano anterior ou mais antigo	9.126

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	3
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	2

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator para o acórdão	6
Total como redator	6

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	4.514
Total de Processos julgados*	3.849
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	665
Total de Processos baixados	4.999
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-485

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	160
Total de feitos verificados na inspeção anterior	160
Total de feitos não regularizados	68
Total de feitos não regularizados	49

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano corrente	1.303
Processos julgados no ano corrente	1.068
Processos distribuídos no ano anterior	4.522
Processos julgados no ano anterior	4.397

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	5.959
Porcentagem de atendimento da meta	62,12%

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	1.365
Porcentagem de atendimento da meta	74,36%

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	7.000
Porcentagem de atendimento da meta	56,8%

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)	
Pendentes	985
Porcentagem de atendimento da meta	78,68%

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	1
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	2
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	112
Porcentagem de atendimento da meta	29,38%

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	123
Porcentagem de atendimento da meta	30,94%

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3. b) Estabelecer objetivo controle de prazos para julgamento dos feitos, adotando metas que priorizem o acervo mais antigo. c) Corrigir discrepâncias entre a movimentação processual e o real estado do feito. d) Priorizar o julgamento de embargos de declaração e agravos regimentais. e) Aplicar as recomendações feitas nos feitos listados aos demais do acervo que se encontrem em situação semelhante. f) Estabelecer controle de processos com tutelas judiciais provisórias concedidas e ainda não levados a julgamento. g) Julgamento, a critério do Desembargador, dos feitos que ainda estejam em trâmite e apensados aos descritos no item 3.

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

A) as recomendações relativas à administração do Gabinete foram acatadas; quanto aos processos apontados, grande parte deles já foi levada a julgamento. B) o julgamento de feitos mais antigos é priorizado no Gabinete. C) as discrepâncias

indicadas foram corrigidas. D) houve o julgamento de um grande número de embargos de declaração e agravos regimentais desde então. E) a recomendação foi acatada. F) ainda não há um controle efetivo quanto a este ponto, dada a inexistência de um relatório estatístico próprio. G) os processos têm sido julgados, na medida das possibilidades do Gabinete.

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

O julgamento de todos os processos apontados esbarra na dificuldade, de amplo conhecimento, representada pelo grande número de processos ainda existente no acervo em face do baixo número de servidores trabalhando na atividade-fim. O controle de processos com tutelas judiciais provisórias concedidas e ainda não levados a julgamento é dificultado pela inexistência de um relatório estatístico próprio, conforme consignado acima.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

A Meta 1 tem um índice de cumprimento perto dos cem por cento e o seu atendimento integral não foi atingido em face do aumento do número de julgamentos de embargos de declaração e agravos regimentais, com vistas à diminuição do acervo. Em relação à Meta 2, o julgamento dos processos respectivos é priorizado pelo Gabinete, valendo registrar a existência atualmente de um regime de auxílio pelo qual um juiz auxiliar foi designado para julgamento de feitos relativos a esta Meta. Em relação à Meta 3, há uma unidade encarregada das conciliações. A Meta 5 foi cumprida. Em relação à Meta 6, o julgamento dos processos respectivos é priorizado, mas o cumprimento é dificultado pelas razões já expostas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

O processo de trabalho descrito na inspeção anterior foi praticamente mantido, com alguns ajustes. Foi realizada uma triagem detalhada no acervo de processos físicos, que resultou na possibilidade de manutenção do bom número de julgamentos, retratado nos relatórios estatísticos, os quais revelam contínua diminuição do acervo. Referida triagem também possibilitou uma maior resolução de processos incluídos na Meta 2. Esse procedimento será estendido aos processos digitais em trâmite no Gabinete. As dificuldades existentes são aquelas já descritas notadamente o baixo número de servidores trabalhando na atividade-fim face ao ainda numeroso acervo.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

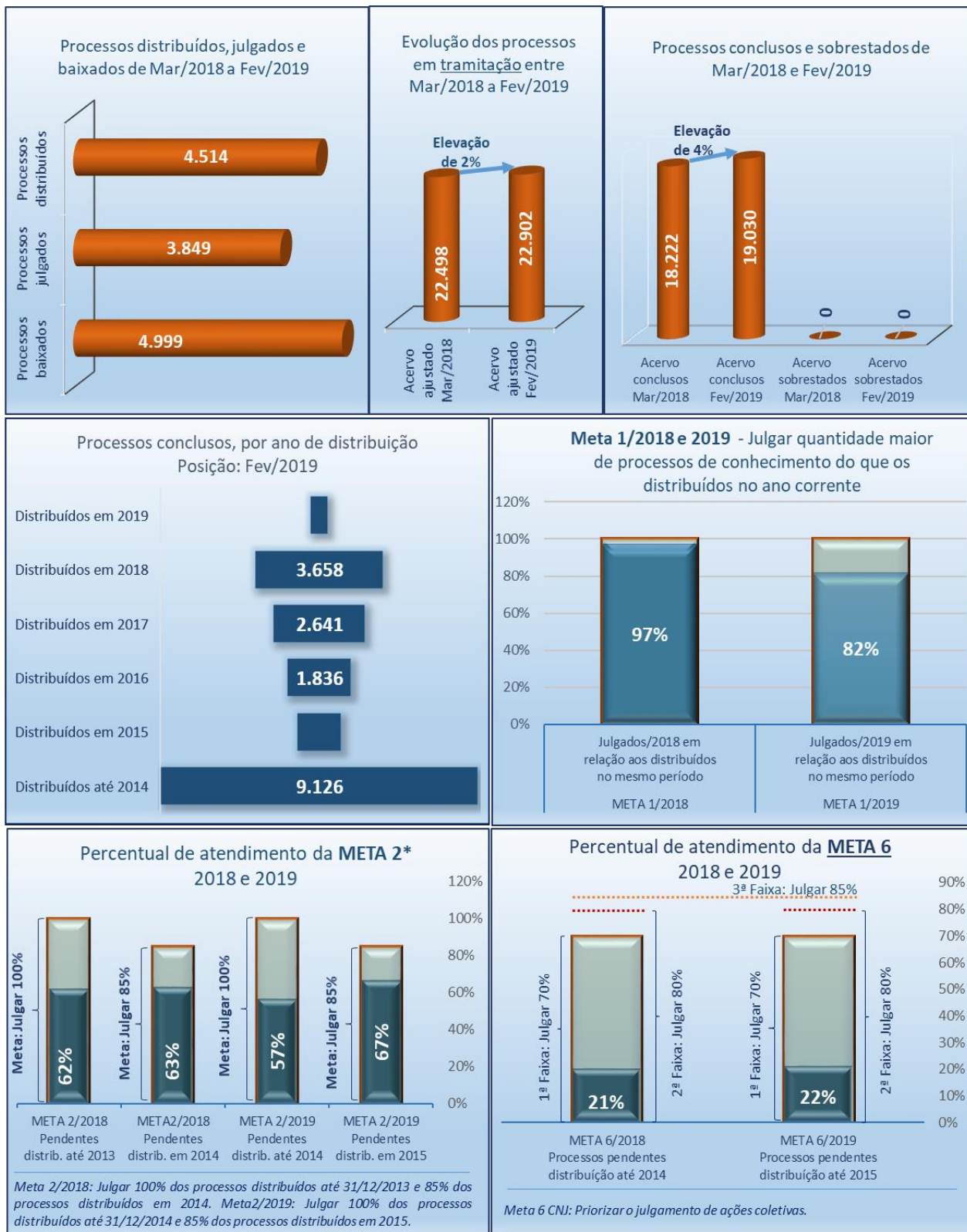
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0044327-21.2007.4.01.0000	26/9/2007	-
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0039045-02.2007.4.01.0000	3/9/2007	-
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0033107-55.2009.4.01.0000	15/6/2009	-
Observação/Providência: agravo de instrumento julgado por decisão monocrática. Embargos de declaração e agravo regimental pendentes de julgamento. O processo será incluído em pauta oportunamente.		
0006166-39.2007.4.01.0000	23/2/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0026335-47.2007.4.01.0000	3/7/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0045634-10.2007.4.01.0000	9/10/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0010513-95.2010.4.01.3400	10/11/2011	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Processo incluído na pauta de julgamento do dia 29/4/2019.		
0004413-52.2010.4.01.4200	23/8/2012	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0000172-80.2006.4.01.3810	11/7/2012	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente. Proferido despacho de encaminhamento do feito ao MPF para parecer.		
0000245-98.2009.4.01.3308	27/2/2012	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: proferido despacho de encaminhamento dos autos ao MPF para parecer.		
0019329-95.2012.4.01.3400	31/8/2012	66 - Ação Popular
Observação/Providência: proferido despacho de encaminhamento ao MPF para parecer.		
0009496-73.2009.4.01.0000	18/2/2009	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0050773-25.2016.4.01.0000	2/9/2016	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: processo rigorosamente em dia. Proferida decisão terminativa em 18/3/2019.		
1000411-02.2016.4.01.0000	28/1/2016	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: proferido despacho de intimação da parte para contrarrazões aos embargos de declaração.		
1002684-51.2016.4.01.0000	17/6/2016	120 - Mandado de Segurança
Processo incluído na pauta de julgamento do dia 22/5/2019.		
1004215-41.2017.4.01.0000	17/7/2017	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: proferido despacho de intimação da parte para contraminuta a agravo regimental.		

0000906-44.2014.4.01.3812	18/12/2014	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo rigorosamente em dia. Voto-vista proferido na sessão de julgamento de 25/3/2019. Autos remetidos à Secretaria da Turma para providências.		
0016327-59.2017.4.01.0000	5/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo rigorosamente em dia. Voto-vista proferido na sessão de 25/3/2019. Autos encaminhados à Secretaria da Turma para providências.		
0002712-57.2012.4.01.3304	8/7/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: processo a ser levado na sessão de 8/4/2019 para retificação da certidão de julgamento.		
0022029-54.2015.4.01.0000	12/5/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo rigorosamente em dia. Acórdão lavrado. Autos encaminhados à Secretaria da Turma para publicação do acórdão.		
0057735-98.2015.4.01.0000	23/10/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo rigorosamente em dia. Acórdão lavrado. Autos encaminhados à Secretaria da Turma para publicação do acórdão.		
0002110-84.2012.4.01.0000	16/1/2012	202 - Agravo de Instrumento
Processo incluído na pauta de julgamento do dia 29/4/2019.		
0014378-39.2013.4.01.0000	18/3/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 15/4/2019.		
0042227-83.2013.4.01.0000	24/7/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 15/4/2019.		
0017914-63.2010.4.01.0000	29/3/2010	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: processo de competência da Vice-Presidência, já julgado definitivamente. Solicitada a baixa na distribuição junto à Coordenadoria da Turma.		
0039214-38.1997.4.01.0000	29/9/1997	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0039582-08.2001.4.01.0000	9/11/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0063731-53.2000.4.01.9199	20/6/2000	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0031012-84.1998.4.01.3800	23/8/2001	198 - Apelação
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0035374-32.1998.4.01.3800	29/5/2001	198 - Apelação
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0001161-23.2000.4.01.3802	1/10/2001	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0003243-49.1999.4.01.4000	14/10/2005	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0000710-56.2000.4.01.4300	5/12/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		

0001382-71.1997.4.01.3200	24/7/2001	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo será levado em mesa na sessão de julgamento de 15/4/2019.		
0000203-88.2000.4.01.3300	6/10/2000	198 - Apelação
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente. Proferido despacho de encaminhamento do feito ao MPF para parecer.		
0000209-79.2001.4.01.3100	24/10/2002	198 - Apelação
Observação/Providência: processo rigorosamente em dia. Acórdão publicado no e-DJF1 22/3/2019.		
0006789-14.2004.4.01.3200	18/5/2007	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0003963-75.2005.4.01.0000	28/1/2005	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: o processo será levado em mesa na sessão de julgamento de 8/4/2019.		
0026482-10.2006.4.01.0000	19/7/2006	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0056694-72.2000.4.01.9199	26/5/2000	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0021154-64.2004.4.01.3300	28/9/2005	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0055387-20.2009.4.01.0000	23/9/2009	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: processo de competência da Vice-Presidência, já julgado definitivamente. Solicitada a baixa na distribuição junto à Coordenadoria da Turma.		
0035436-35.2012.4.01.0000	11/6/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0018707-27.2000.4.01.3500	12/8/2002	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0018297-95.1997.4.01.0000	11/6/1997	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0027133-96.1993.4.01.0000	28/9/1993	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0017138-25.1999.4.01.3500	13/12/2002	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0010356-93.2008.4.01.3400	10/7/2009	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0030793-63.2004.4.01.9199	27/10/2004	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0052292-02.1997.4.01.0000	31/10/1997	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0070437-42.2016.4.01.0000	12/12/2016	221 - Conflito de competência
Processo rigorosamente em dia. Decisão monocrática em 4/4/2019.		
0038655-13.1999.4.01.0000	26/5/1999	1728 - Apelação / Reexame Necessário

Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0001722-75.1998.4.01.0000	15/1/1998	198 - Apelação
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0060276-70.2016.4.01.0000	13/10/2016	221 - Conflito de competência
Processo rigorosamente em dia. Proferida decisão monocrática em 4/4/2019.		
0008455-28.1996.4.01.0000	11/3/1996	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0040559-05.1998.4.01.0000	12/6/1998	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0032884-15.2003.4.01.0000	6/5/2003	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo incluído na pauta de julgamento de 15/4/2019.		
0011314-12.1999.4.01.0000	9/2/1999	198 - Apelação
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0009436-61.2013.4.01.0000	19/2/2013	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: cumprimento de sentença a cargo do Presidente da Turma. Proferido despacho para redistribuição do feito.		
0039160-72.1997.4.01.0000	25/9/1997	198 - Apelação
Observação/Providência: o processo será incluído em pauta oportunamente.		
0037142-10.1999.4.01.0000	1/6/1999	198 - Apelação
Observação/Providência: processo rigorosamente em dia. Acórdão publicado no e-DJF1 de 22/3/2019.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



III – CÂMARAS REGIONAIS PREVIDENCIÁRIAS

1ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA

JUIZ FEDERAL ÁVIO MOZAR JOSÉ FERRAZ DE NOVAES

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Juiz Federal Convocado Dr. Ávio Mozar José Ferraz de Novaes

2.2 Turma

Primeira Câmara Regional Previdenciária da Bahia

2.3 Competência

A Primeira Câmara Regional Previdenciária da Bahia tem competência para julgamentos dos feitos previdenciários, preferencialmente provenientes da Seção Judiciária da Bahia e suas Subseções judiciárias, nos termos do art. 5º da Resolução consolidada - Presi 23/2014, com a redação dada pela Resolução Presi 7547292, de 31 de janeiro de 2019.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Ávio Mozar José Ferraz de Novaes, convocado a partir de 18/2/2019, por meio do ato Presi 7678358

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não se aplica.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não se aplica.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Denilson Matos de Araújo (Ba397703) - Oficial de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	1
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	1
Servidores sem vínculo	
Outros	

4. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

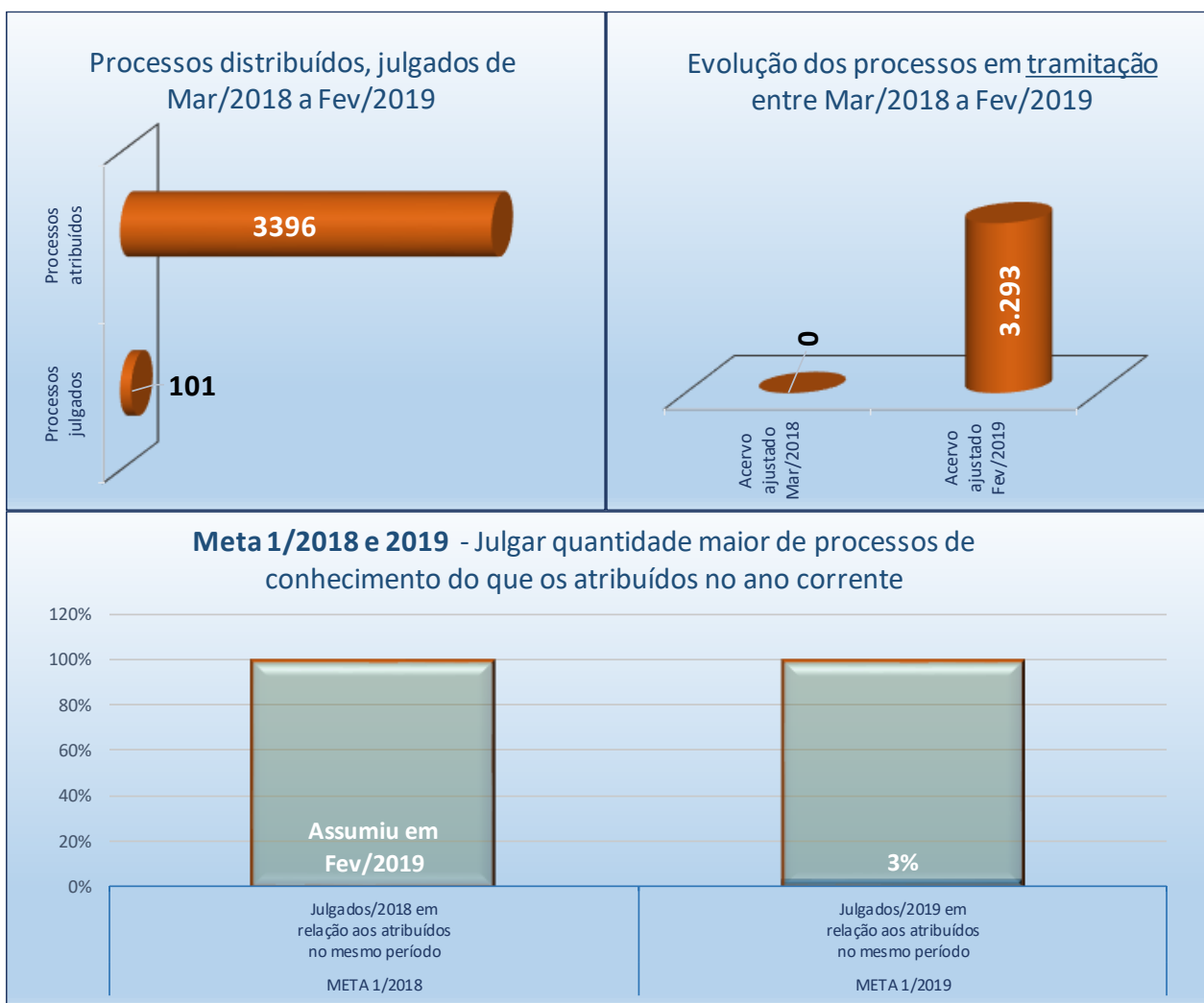
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000779-33.2009.4.01.3311	9/12/2011	-
Observação/Providência: Publicar acórdão de fl. 136/136v.		
0020826-90.2011.4.01.3300	21/1/2013	-
Observação/Providência: Intimação considerada válida nos termos do art. 188 do CPC. Certificar o trânsito em julgado e remeter ao Juízo de origem.		
0002349-63.2017.4.01.9199	24/1/2017	-
Observação/Providência: Intimar a embargada acerca do acórdão, por publicação, bem como para contrarrazões aos embargos de declaração.		
0067639-30.2014.4.01.9199	21/11/2014	-
Observação/Providência: Incluir na pauta do dia 7.6.2019. Desnecessária a publicação por se tratar de exercício do juízo de retratação, providência destinada ao próprio relator.		
0004284-47.2014.4.01.3314	3/10/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Intimar embargado para contrarrazoar.		
0001910-52.2017.4.01.9199	23/1/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0004256-05.2006.4.01.3300	8/8/2017	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0000578-72.2017.4.01.3307	23/5/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0000693-65.2009.4.01.3601	25/4/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Processo pautado para o dia 12.4.2019.		

0002529-40.2008.4.01.3300	23/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Intimar a possível habilitanda para manifestação nos autos acerca da cota de fl. 86.		
0002998-54.2011.4.01.3503	14/11/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0008138-53.2011.4.01.9199	9/3/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0037324-53.2013.4.01.9199	25/7/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0059824-16.2013.4.01.9199	9/12/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0072083-48.2010.4.01.9199	19/11/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0015602-47.2011.4.01.3600	19/4/2013	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0002216-84.2005.4.01.3300	12/3/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0021817-32.2012.4.01.3300	10/9/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Processo pautado para o dia 12.4.2019.		
0072287-92.2010.4.01.9199	22/11/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0072448-39.2009.4.01.9199	9/12/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0000319-07.2009.4.01.4100	18/8/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0074944-07.2010.4.01.9199	3/12/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0058262-45.2008.4.01.9199	3/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0001701-69.2006.4.01.9199	30/1/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0017580-82.2007.4.01.9199	14/5/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Intimar a Procuradoria Federal para regularizar vista dos autos (fl. 203v.)		
0025855-20.2007.4.01.9199	29/6/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0049355-13.2010.4.01.9199	25/8/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0052037-43.2007.4.01.9199	14/11/2007	198 - Apelação

Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0017421-42.2007.4.01.9199	11/5/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Oficiar o INSS para comprovar a implantação do benefício concedido na sentença e incluir na pauta do dia 7.6.2019		
0002285-18.2007.4.01.3601	20/8/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0012243-78.2008.4.01.9199	17/3/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0017798-08.2010.4.01.9199	29/3/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0027802-41.2009.4.01.9199	25/5/2009	198 - Apelação
Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0063464-03.2008.4.01.9199	20/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0033540-44.2008.4.01.9199	9/7/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Intimar a habilitanda para manifestação.		
0000369-49.2007.4.01.3600	3/7/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0036102-60.2007.4.01.9199	22/8/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0000344-45.2007.4.01.3306	17/10/2008	198 - Apelação
Inclusão em pauta do dia 7.6.2019		
0023001-19.2008.4.01.9199	5/5/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0026311-67.2007.4.01.9199	27/6/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0002859-44.2007.4.01.3600	21/10/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0006631-46.2006.4.01.3504	23/6/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Devolver os autos ao juízo de origem para recebimento e processamento do recurso.		
0008428-53.2007.4.01.3300	22/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0010731-65.2005.4.01.9199	31/3/2005	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão em pauta do dia 7.6.2019		
0011381-10.2008.4.01.9199	13/3/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0055959-58.2008.4.01.9199	23/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		

0005291-25.2010.4.01.3602	1/10/2012	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0011627-80.2012.4.01.3600	1/7/2013	199 - Reexame Necessário
Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0036080-70.2005.4.01.9199	11/11/2005	198 - Apelação
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		
0003663-04.2010.4.01.3504	4/10/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: Inclusão na pauta do dia 7.6.2019		

5. HISTÓRICO DO ACERVO



1ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA

JUIZ FEDERAL POMPEU DE SOUZA BRASIL

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Juiz Federal Pompeu de Sousa Brasil (Relator Convocado)

2.2 Turma

Câmara Regional Previdenciária da Bahia

2.3 Competência

Processar e julgar, em grau de recurso, as causas previdenciárias decididas pelos juízes federais e pelos juízes de direito no exercício de jurisdição federal, em que o INSS seja parte (arts. 17/ § 3º e 18/II, ambos da CF/88; e arts. 4º e 5º da Resolução Presi 23/2014).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Pompeu de Sousa Brasil.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Sim. Juízes Federais Valter Leonel Coelho Seixas (de agosto a novembro/2018) e Antônio Oswaldo Scarpa (dezembro/2018).

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Sílvia Nogueira Lima de Santana. Analista Judiciário, Oficial de Gabinete (3ª Vara Federal/SJBA)

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	2
Estagiários de nível médio	1
Servidores sem vínculo	0
Outros	
Estagiários de nível superior	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação	6.077
Processos suspensos/sobrestados	0
Processos conclusos	5.300
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	0
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica (v. resposta anterior).
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica (v. respostas anteriores).
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica (v. respostas anteriores)

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	2
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	2

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Total de feitos recursais cíveis	6.067
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações com preferência legal	124
Outros	1

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.067
Apelações cíveis	5.950
Agravos de instrumento	1
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	90
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	59
Agravos legais/regimentais	7
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	7
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	50
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	46

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	1
Ano anterior	664
2º ano anterior	1.352
3º ano anterior	1.274
4º ano anterior	624
5º ano anterior ou mais antigo	1.381

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0
Processos conclusos para voto-vista	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	0
Total de Processos julgados*	803
Total de Processos baixados	0

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-803
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	0

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não houve autoinspeção anterior.
Total de feitos não regularizados	Não se aplica.
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Não houve inspeção anterior.
Total de feitos não regularizados	Não se aplica.

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Ver informação constante do item 7.1.
Processos julgados no ano anterior	Ver informação constante do item 7.1.
Processos distribuídos no ano corrente	Ver informação constante do item 7.1.
Processos julgados no ano corrente	Ver informação constante do item 7.1.

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	Ver informação constante do item 7.1.
Porcentagem de atendimento da meta	Ver informação constante do item 7.1.

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Ver informação constante do item 7.1.
Porcentagem de atendimento da meta	Ver informação constante do item 7.1.

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	Ver informação constante do item 7.1.
Porcentagem de atendimento da meta	Ver informação constante do item 7.1.

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)	
Pendentes	Ver informação constante do item 7.1.
Porcentagem de atendimento da meta	Ver informação constante do item 7.1.

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	Ver informação constante do item 7.1.
Porcentagem de atendimento da meta	Ver informação constante do item 7.1.

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	Ver informação constante do item 7.1.
Porcentagem de atendimento da meta	Ver informação constante do item 7.1.

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Ver informação constante do item 7.1.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Ver informação constante do item 7.1.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Ver informação constante do item 7.1.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Ver informação constante do item 7.1.

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Ver informação constante do item 7.1.
Porcentagem de atendimento da meta	Ver informação constante do item 7.1.

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	Ver informação constante do item 7.1.
Porcentagem de atendimento da meta	Ver informação constante do item 7.1.

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Ver informação constante do item 7.1.
Processos baixados no ano anterior	Ver informação constante do item 7.1.
Processos julgados no ano anterior	Ver informação constante do item 7.1.
Processos distribuídos no ano corrente	Ver informação constante do item 7.1.

Processos baixados no ano corrente	Ver informação constante do item 7.1.
Processos julgados no ano corrente	Ver informação constante do item 7.1.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes em 31/12/2018	Ver informação constante do item 7.1.
Porcentagem de atendimento da meta	Ver informação constante do item 7.1.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes	Ver informação constante do item 7.1.
Porcentagem de atendimento da meta	Ver informação constante do item 7.1.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve inspeção anterior neste Gabinete.

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica (ver respostas anteriores).

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não se aplica (ver respostas anteriores).

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Os recursos são distribuídos aos Desembargadores Federais que atuam na 1ª Seção do Tribunal, e vinculados aos Juízes convocados das CRPs por atribuição, não havendo como mensurar o cumprimento das Metas do CNJ na esfera das Câmaras.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Os trabalhos, não obstante o significativo tempo de funcionamento da Câmara Regional Federal da Bahia (4 anos atualmente), são desenvolvidos em regime de mutirão, com os dois servidores do Gabinete do Juiz Titular deslocados, além de dois estagiários de nível superior e um de nível médio, equipe incumbida da administração do Gabinete, elaboração de minutas de decisões e relatório/voto/acórdão a serem submetidas ao Juiz convocado, bem como dos procedimentos próprios de pré e pós-sessão. Como boa prática, merecem registro os "mutirões de desistência do INSS" realizados em outubro/2017 e janeiro/2018. As maiores dificuldades enfrentadas pela unidade decorrem do tamanho reduzido da equipe (dois servidores e três estagiários), aliado às diversas tarefas envolvidas na administração e preparação dos recursos para julgamento, tudo potencializado pela rotatividade dos estagiários (maior parte do pessoal). A sugestão é estruturar a CRP, com servidores e recursos específicos.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0005131-33.2010.4.01.3300	10/8/2011	-
Observação/Providência: Ordenada a intimação da parte autora acerca do acórdão, oportunizando, ainda, sua manifestação sobre os embargos de declaração interpostos pelo INSS.		
0013247-28.2010.4.01.3300	15/10/2014	-
Observação/Providência: Efetuadas as intimações acerca dos acórdãos já proferidos. Retorno dos autos a esta CRP para eventual retratação em REsp interposto pelo INSS. Processo de nº 1.246 no último relatório de Ordem Cronológica (emissão: 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0018842-71.2011.4.01.3300	26/4/2012	-
Observação/Providência: Proferido despacho, ordenando a intimação das partes acerca do último acórdão proferido.		
0017738-30.2013.4.01.9199	2/4/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: Já apreciado pelo STJ o agravo, bem como o REsp interposto. Processo encaminhado a esta CRP para análise do recurso do INSS contra a nova sentença. Oportuna inclusão em pauta - feito de nº 512 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão: 14/2/2019).		
0037143-03.2010.4.01.3300	14/10/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: Proferido despacho para oportunizar ao INSS a manifestação acerca do agravo interno interposto pela parte autora.		
0054029-24.2016.4.01.9199	30/9/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para julgamento na sessão prevista para 7/6/2019 (primeira com possibilidade de inclusão em pauta, em razão de férias do magistrado).		
0000370-42.2012.4.01.9199	12/1/2012	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		

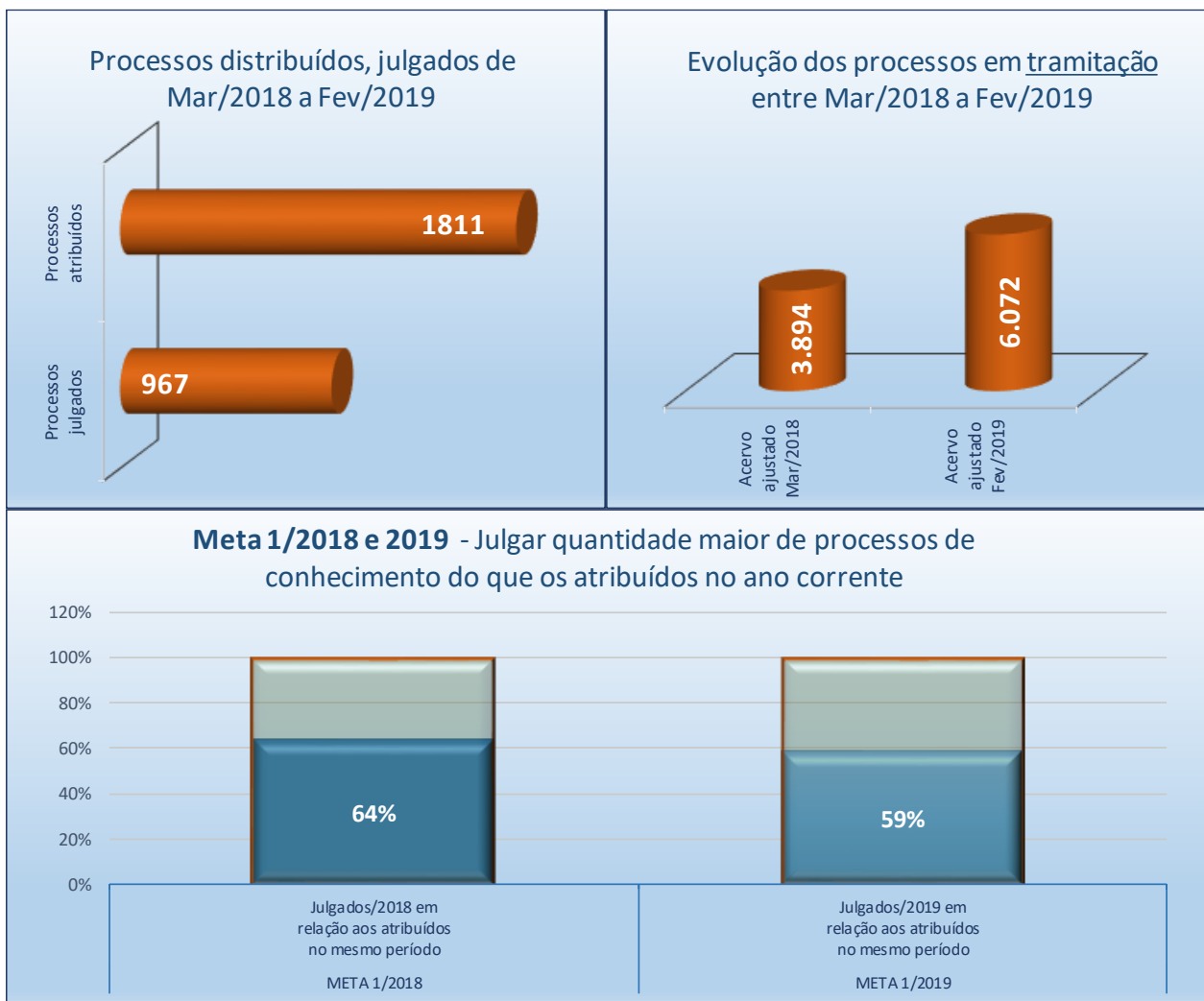
0005337-86.2006.4.01.3300	11/3/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0027629-26.2010.4.01.3300	15/1/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0002244-26.2008.4.01.3307	14/5/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0002724-20.2011.4.01.3300	5/6/2012	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Proferido despacho para oportunizar a manifestação das partes acerca dos embargos de declaração interpostos.		
0005707-76.2013.4.01.3314	19/1/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 1.408 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0064517-48.2010.4.01.9199	14/10/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 140 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0023161-84.1999.4.01.3500	12/4/2005	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 1.086 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0056326-97.2009.4.01.0000	28/9/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferido despacho para que o agravante se manifeste acerca da subsistência de interesse recursal.		
0043385-95.2011.4.01.9199	10/8/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0010572-16.2006.4.01.3500	1/7/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 109 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0023288-74.2011.4.01.9199	9/5/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Proferido despacho para oportunizar ao INSS a manifestação sobre a documentação colacionada pelo polo ativo após subida dos autos ao TRF.		
0002763-71.2011.4.01.9199	9/2/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0001326-10.2004.4.01.4100	28/8/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0013994-66.2009.4.01.9199	12/3/2009	198 - Apelação

Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0000204-75.2002.4.01.3600	12/12/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 612 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0009005-72.2005.4.01.3600	27/3/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 241 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0004864-47.1999.4.01.3300	31/8/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 29/3/2019. Autos encaminhados à Secretaria para as intimações e providências pertinentes.		
0020097-55.2010.4.01.9199	13/4/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0014037-19.2009.4.01.3600	25/3/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0025018-53.2008.4.01.3500	11/4/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 183 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0042267-84.2011.4.01.9199	8/8/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0003246-25.2008.4.01.3600	19/11/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0010441-95.2007.4.01.3600	15/1/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0024715-09.2011.4.01.9199	13/5/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0017324-58.2007.4.01.3600	23/11/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 148 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0011334-79.2008.4.01.3300	7/12/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0016829-36.2010.4.01.3300	20/6/2011	198 - Apelação

Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 224 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0023888-90.2001.4.01.3300	23/10/2003	198 - Apelação
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 121 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0017346-48.2009.4.01.3600	18/5/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Proferido despacho deferindo a prioridade de tramitação. Processo de nº 208 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0000014-46.2011.4.01.4102	5/5/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0012858-50.2009.4.01.3600	25/1/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 158 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0014500-56.2007.4.01.3300	10/3/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 2.075 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0002701-33.2000.4.01.3600	9/6/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 831 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0004082-95.2008.4.01.3600	11/12/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0006214-62.2007.4.01.3600	19/11/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0009448-18.2008.4.01.3600	22/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0061199-28.2008.4.01.9199	13/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0039253-97.2008.4.01.9199	13/8/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0000158-62.2006.4.01.3304	10/6/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		

0000921-87.2002.4.01.3600	1/8/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 605 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0009071-81.2007.4.01.3600	24/10/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0056857-71.2008.4.01.9199	23/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0000270-05.2005.4.01.4100	30/5/2006	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 807 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0010853-73.2008.4.01.9199	12/3/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 838 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0003101-50.2008.4.01.9199	24/1/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0001609-59.2006.4.01.4101	16/9/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Sem providências a serem adotadas no momento. Processo de nº 1.753 no último relatório de Ordem Cronológica de Conclusão (emissão em 14/2/2019). Oportuna inclusão em pauta.		
0001433-06.2007.4.01.3306	27/8/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0067932-10.2008.4.01.9199	9/12/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		
0004940-27.2006.4.01.3300	10/3/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo selecionado para inclusão na pauta da sessão de julgamento de 26/4/2019.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO



1ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DA BAHIA

JUIZ FEDERAL SAULO JOSÉ CASALI BAHIA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

CRP/BA - JF Saulo José Casali Bahia.

2.2 Turma

Câmara Regional Previdenciária-BA.

2.3 Competência

Previdenciário.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz Federal Saulo Casali Bahia.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não se aplica.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não se aplica.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Jamylle de Mello Santos Leahy - Oficial de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	2
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	1

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação	3.901
Processos suspensos/sobrestados	0
Processos conclusos	3.068
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	0 - Vide item 8 abaixo
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	0 - Vide item 8 abaixo
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	0 - Vide item 8 abaixo
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0 - Vide item 8 abaixo
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0 - Vide item 8 abaixo
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0 - Vide item 8 abaixo

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica, pois não houve mutirão.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica, pois não houve mutirão.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica, pois não houve mutirão.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não se aplica, pois não houve mutirão.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0 - Vide item 8 abaixo

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.899
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	4
Recursos em ações civis públicas	2
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	79

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.900
Apelações cíveis	3.818
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1
Apelações	1
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	90
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	22
Agravos legais/regimentais	0
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	32
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	21

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	598
2º ano anterior	979
3º ano anterior	841
4º ano anterior	297
5º ano anterior ou mais antigo	353

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	0 - Vide item 8 abaixo
Total de Processos julgados*	1.772
Total de Processos baixados	0 - Vide item 8 abaixo
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.772 - Vide item 8 abaixo
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	0 - Vide item 8 abaixo

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	0
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	0

Total de feitos não regularizados	0
-----------------------------------	---

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)

Pendentes	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)

Pendentes	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)

Pendentes	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
-----------	------------------------------------

Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
------------------------------------	------------------------------------

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes	Não se aplica - Vide item 8 abaixo
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica - Vide item 8 abaixo

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve.

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica.

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não se aplica.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

As câmaras regionais previdenciárias recebem basicamente acervo de processos antigos, a partir de gabinetes da 1ª Seção do TRF1, em matéria previdenciária. Com isto, deixam de atender, inevitavelmente e pelas circunstâncias de sua criação, a algumas das metas do CNJ. E os feitos conclusos e atribuídos aos juízes das CRPs, por serem residuais e antigos, possuem maior complexidade média, menor padronização ou repetição e maiores especificidades, o que reduz o número daqueles incluídos em pauta a cada sessão, comparando-se com os gabinetes da aludida 1ª Seção. O gabinete se esforça para pautar o maior número de feitos possível a cada sessão, consultando as prioridades legais e recomendações do CNJ. Contudo, percebe-se que somente com a ampliação do TRF1 ou com a criação de novos TRFs se conseguirá melhores condições de apoio administrativo e de assessoria para alcançar a celeridade desejada para os julgamentos dos processos em tramitação no TRF1.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Os magistrados lotados nas câmaras regionais previdenciárias atuam contando com o exclusivo apoio de seu Gabinete (dois servidores), que se divide ainda com a atenção aos feitos vinculados em primeiro grau de jurisdição. A secretaria da CRP ainda onera as Secretarias de varas, por não possuir quadro próprio. Com isto, não pode haver comparação com a produtividade de gabinetes da 1ª Seção. Sobre os itens 4.2, 4.4, 4.16 e 5 acima, deve-se esclarecer que não foram disponibilizadas pelo Setor de Estatística do TRF1 os dados solicitados, em razão das CRPs não receberem processos por distribuição. Com isto, o acervo varia enormemente durante os últimos 12 meses, em razão da atribuição de feitos ser inconstante, determinada pelas necessidades da 1ª Seção e pela capacidade de julgamento das CRPs (são atribuídos feitos sempre que o estoque é reduzido). A criação das CRPs significou iniciativa válida para redução de acervo de feitos na 1ª Seção, como se vê da produtividade alcançada.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

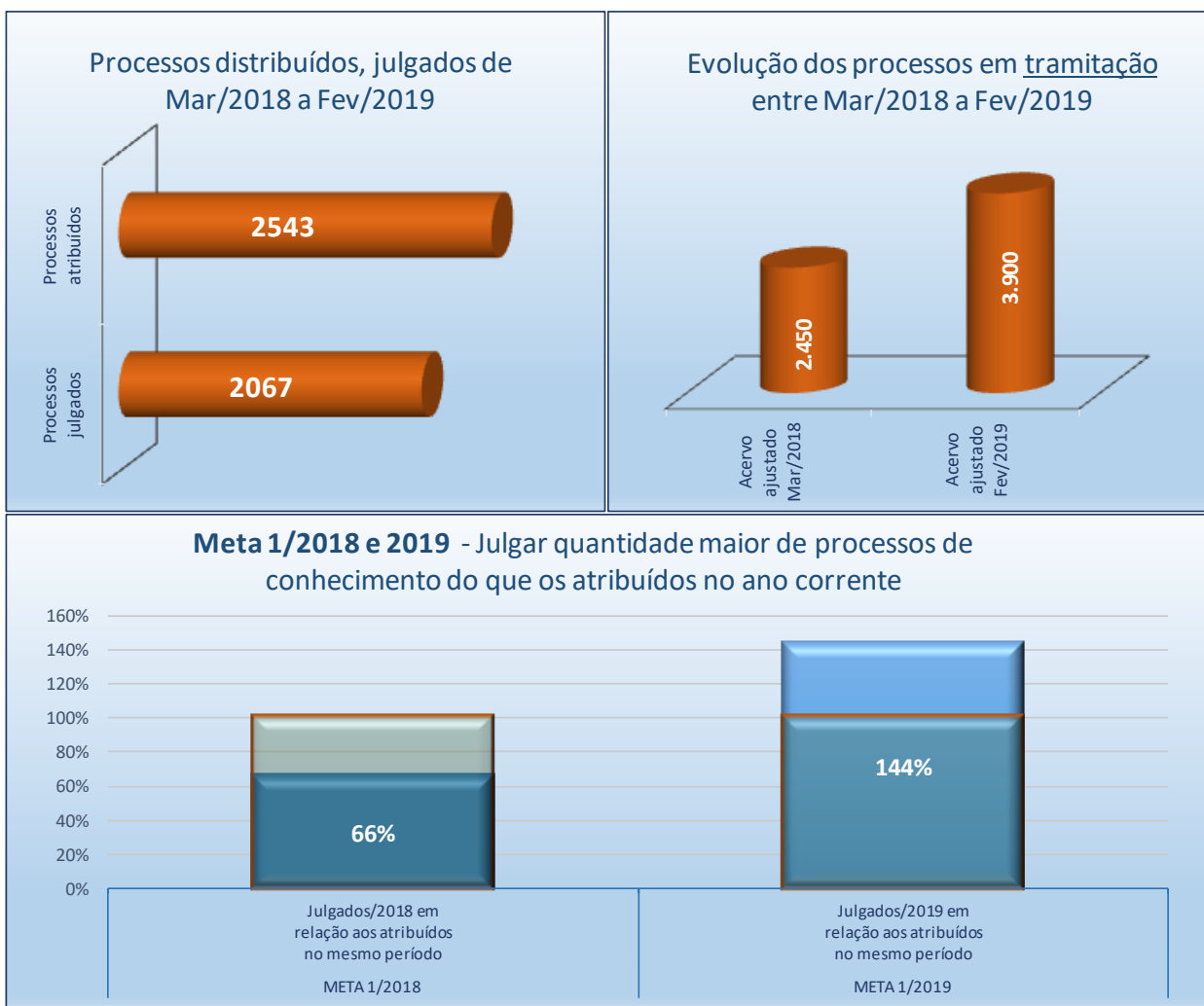
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0060904-44.2015.4.01.9199	19/11/2015	-
Incluído para a pauta de 12.4.2019.		
0000445-53.2005.4.01.3500	29/10/2008	-
Determinada a publicação da decisão - questão de ordem. Providência já adotada.		
0022444-61.2010.4.01.9199	5/5/2010	-
Processo retirado de pauta na sessão do dia 1.6.2018, e incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0000126-06.2018.4.01.9199	24/1/2018	-
Defensoria Pública da União intimada por vista dos autos. Determinada a intimação do INSS. Providências já adotadas.		
0049803-10.2015.4.01.9199	21/9/2015	-
Processo apresentado em mesa na sessão do dia 29.3.2019 para julgamento de questão de ordem. Determinada a regularização do feito, mediante a juntada aos autos do acórdão proferido na sessão de julgamento do dia 31.8.2018, a renumeração dos autos e publicação do referido acórdão.		
0001845-57.2017.4.01.9199	1/1/2019	-
Petição juntada. Processo pautado para a sessão designada para o dia 12.4.2019.		
0054093-44.2010.4.01.9199	1/1/2019	-
Petição juntada aos autos. Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019.		
0053578-96.2016.4.01.9199	1/1/2019	-
Determinada a juntada da petição aos autos (pedido de prioridade). Processo julgado na sessão de julgamento do dia 29.3.2019		

0003492-10.2011.4.01.3505	5/6/2012	198 - Apelação
Determinada a regularização da movimentação processual e a inclusão do processo em pauta para a sessão do dia 26.4.2019 Observação/Providência:		
0044062-52.2016.4.01.9199	8/9/2016	198 - Apelação
Determinada a retificação na movimentação processual, quanto à "conclusão para retificação de acórdão/decisão", ante a inexistência de julgamento do recurso. Determinada a inclusão do processo na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 26.4.2019		
0034863-40.2015.4.01.9199	7/7/2015	198 - Apelação
Determinada a inclusão do processo na pauta da sessão de julgamento do dia 26.4.2019 e, ainda, a exclusão da movimentação processual "conclusão para retificação de acórdão/decisão", ante a ausência de julgamento do recurso interposto.		
0039967-76.2016.4.01.9199	26/8/2016	198 - Apelação
Determinada a retificação na movimentação processual, quanto à "conclusão para retificação de acórdão/decisão", ante a inexistência de julgamento do recurso interposto. Determinada a inclusão do processo na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 26.4.2019		
0000918-93.2001.4.01.3301	5/2/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo pautado para a sessão designada para o dia 12.4.2019		
0074720-35.2011.4.01.9199	18/1/2012	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo incluído na pauta referente à sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0008343-48.2012.4.01.9199	27/2/2012	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 12.4.2019		
0005693-62.2011.4.01.9199	22/2/2011	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão do dia 12.4.2019		
0016061-96.2012.4.01.9199	22/3/2012	198 - Apelação
Determinada a inclusão em pauta na sessão de julgamento do dia 26.4.2019		
0020937-65.2010.4.01.9199	5/5/2010	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0041398-58.2010.4.01.9199	4/8/2010	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0055280-19.2012.4.01.9199	5/9/2012	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0077133-84.2012.4.01.9199	11/12/2012	198 - Apelação
Determinada a inclusão em pauta para a sessão de julgamento designada para o dia 26.4.2019		
0025719-47.2012.4.01.9199	9/5/2012	198 - Apelação
Determinada a inclusão em pauta para a sessão de julgamento do dia 26.4.2019		
0029245-56.2011.4.01.9199	30/5/2011	198 - Apelação
Determinada a inclusão em pauta para a sessão de julgamento do dia 26.4.2019		
0045500-55.2012.4.01.9199	2/8/2012	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0051459-07.2012.4.01.9199	20/8/2012	198 - Apelação

Observação/Providência: processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0001841-06.2008.4.01.4100	24/9/2009	198 - Apelação
Processo pautado para a sessão designada para o dia 12.4.2019		
0003303-56.2010.4.01.9199	17/2/2010	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão do dia 12.4.2019		
0003209-27.2010.4.01.3600	9/5/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo incluído na pauta da sessão designada para o dia 12.4.2019		
0029082-47.2009.4.01.9199	25/5/2009	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0041163-28.2009.4.01.9199	16/7/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo incluído na pauta referente à sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0012455-31.2010.4.01.9199	17/3/2010	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0018685-89.2010.4.01.9199	12/4/2010	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0000072-05.2008.4.01.3601	10/6/2010	198 - Apelação
Determinada a inclusão em pauta para a sessão do dia 26/4/2019		
0011440-77.2009.4.01.3600	1/9/2010	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0054672-26.2009.4.01.9199	21/9/2009	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 12.4.2019		
0063563-70.2008.4.01.9199	21/11/2008	198 - Apelação
Processo incluído na pauta referente à sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0021411-86.2009.4.01.3600	29/11/2010	199 - Reexame Necessário
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0011722-36.2008.4.01.9199	5/3/2008	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0018681-23.2008.4.01.9199	23/4/2008	198 - Apelação
Processo julgado na sessão do dia 29/3/2019		
0036888-36.2009.4.01.9199	10/7/2009	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0015238-73.2009.4.01.3300	24/11/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0011454-95.2008.4.01.3600	16/4/2009	198 - Apelação
Processo retirado de pauta na sessão do dia 29.3.2019 para vista ao MPF		
0051939-24.2008.4.01.9199	7/10/2008	198 - Apelação
Processo incluído na pauta da sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		

0067239-89.2009.4.01.9199	12/11/2009	198 - Apelação
Processo incluído na pauta referente à sessão de julgamento designada para o dia 12.4.2019		
0000478-91.2006.4.01.3311	29/4/2009	198 - Apelação
Determinada a inclusão do processo em pauta para a sessão do dia 26.4.2019		

10. HISTÓRICO DO ACERVO



11. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade.

O gabinete é composto por 1 juiz relator, 2 servidoras (auxílio em gabinete), 1 estagiário de nível superior e 1 estagiário de nível médio. A maior dificuldade apontada pela unidade, foi o fato de não possuir pessoal próprio, e em número compatível com as necessidades. O relator, ao ingressar na Câmara Regional Previdenciária - CRP, ainda deve oferecer um servidor da vara de origem para a Secretaria da CRP.

Após recebidos fisicamente e no sistema, os processos são triados pelo estado de origem, matéria e ano, com vista à localização específica.

Os autos físicos ficam localizados em armários dispostos na sala de audiências da vara.

As câmaras regionais previdenciárias trabalham em regime de distribuição periódica, nos termos dos atos do TRF1 que regulam a matéria. A movimentação dos processos no gabinete restringe-se a recebimento e remessa dos autos à CECAT e/ou CETRI.

Quanto ao controle do conteúdo e situação do acervo, são elaboradas listas por relator, pela Secretaria da 1ª CRP/BA, indicativas da ordem de antiguidade do feito e do total do acervo, e que orientam na seleção de processos para inclusão em pauta.

A cada sessão, os processos são triados para julgamento em observância aos seguintes critérios: ordem cronológica, pedido de prioridade legal, meta do CNJ, natureza das ações (mandado de segurança, ação civil pública etc.), processos que retornam ao Gabinete após cumprimento de diligência, embargos de declaração, bem como aqueles que retornam para juízo de retratação em face de interposição de recurso especial.

A distribuição das atividades entre os servidores é feita apenas entre duas servidoras. Uma delas é responsável pela parte administrativa (triagem dos processos, recebimento e remessa dos autos, lista de encaminhamento dos processos para inclusão em pauta, elaboração de sinopse de julgamento, organização dos autos para sessão de julgamento, inclusão de arquivos no GDOC e envio eletrônico, acompanhamento de processos no SEI, informações processuais, atendimento de partes e advogados, supervisão de estagiários), o que é feito com a colaboração do estagiário de nível médio. Esta servidora atua, ainda, na análise de processos, elaboração de minutas e suporte nas sessões de julgamento. A outra servidora é responsável pela análise de processos, elaboração de minutas, e suporte nas sessões de julgamento.

O trabalho é desenvolvido em equipe com vistas a atingir maior produtividade, sendo fixada uma cota diária de modo a permitir que uma sessão não se realize nunca com menos de cem processos pautados.

A cada dois meses ocorre avaliação periódica de resultados das atividades.

Na medida do possível, feitos com prioridade legal ou meta do CNJ são triados para julgamento juntamente com os mais antigos.

O atendimento de partes e advogados ocorre presencialmente e por telefone, mediante a prestação de informações processuais e vista dos autos. O juiz relator atende a todo e qualquer advogado, independentemente de prévio requerimento de audiência.

No controle estatístico são elaboradas listas por relator, pela Secretaria da 1ª CRP/BA, indicativas da ordem de antiguidade do feito e do total do acervo, e que

orientam na seleção de processos para inclusão em pauta. Anualmente, são elaboradas estatísticas comparativas de produtividade entre as câmaras regionais previdenciárias de toda a região.

Quanto ao controle de processos pendentes de declaração de voto, lavratura de acórdão etc., à medida que os processos são recebidos no gabinete, são triados de acordo com a natureza do ato decisório. Aqueles que demandam despachos e decisões são separados e imediatamente encaminhados à apreciação do magistrado. Os demais processos, são separados para inclusão em pauta conforme metas estabelecidas. A Secretaria da 1ª CRP/BA encaminha sempre após as sessões de julgamento, as demandas a serem atendidas.

No tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, a principal é o adicional de 25% sobre a aposentadoria (Tema 982).

OBSERVAÇÕES DA EQUIPE INSPEÇÃO

O TRF1 tem estrutura muito menor do que a necessária para atender a demanda, pelo que há um histórico de mutirões e regimes de auxílio. No item “Observações Gerais” deste Relatório, o funcionamento das Câmaras Regionais Previdenciárias – CRPs – é descrito. O regime é muito oneroso para o juiz e para a secretaria da vara federal respectiva. Cada juiz desloca da vara federal dois servidores para auxiliar na confecção dos votos e cede um servidor para a secretaria da câmara.

A secretaria da CRP funciona com três servidores, todos sem função comissionada, e faz a tramitação dos processos, desde que recebida a atribuição. Publica e organiza pauta, despachos e acórdãos. Os processos são devolvidos ao TRF1 apenas após o trânsito em julgado.

A produção é inferior àquela do TRF, tendo em vista que o número de servidores é pequeno.

12 RECOMENDAÇÕES

Não há recomendação a ser feita.

1ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS

JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Juiz Federal Murilo Fernandes de Almeida, convocado pela 1ª Câmara Regional Previdenciária do TRF da 1ª Região.

2.2 Turma

1ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.

2.3 Competência

Previdenciária.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Murilo Fernandes de Almeida

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Leda Cristina Garcia Morais, matrícula mg. 96703, técnica judiciária Supervisora da Seção de Suporte Administrativo - SESUD em exercício no Gabinete do Juiz Convocado pela 1a. Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais Dr. Murilo Fernandes de Almeida, Tel: (31) 3501.1337

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	3
Estagiários de nível superior	1
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição: 28/2/2019)

Total em tramitação	1.624
Processos conclusos	1.253

4.2 Evolução do acervo no último ano

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	0
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.624
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	32
Outros	8

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	1.624
Apelações cíveis	1.602
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	11
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	8
Agravos legais/regimentais	0
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	4
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	3

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	0
3º ano anterior	0
4º ano anterior	241
5º ano anterior ou mais antigo	1.008

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	0
Total de Processos julgados*	787
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-787
Total de Processos baixados	0
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	0

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não se aplica. Trata-se da primeira autoinspeção no órgão.
Total de feitos não regularizados	Não se aplica.

Total de feitos verificados na inspeção anterior	Não se aplica.
Total de feitos não regularizados	Não se aplica.

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

Processos distribuídos no ano anterior	Dados indisponíveis
Processos julgados no ano anterior	Dados indisponíveis
Processos distribuídos no ano corrente	Dados indisponíveis
Processos julgados no ano corrente	Dados indisponíveis

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)

Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)

Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)

Pendentes	Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)

Pendentes	Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)

Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Dados indisponíveis
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Dados indisponíveis
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Dados indisponíveis
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Dados indisponíveis

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Dados indisponíveis
Processos baixados no ano anterior	Dados indisponíveis
Processos julgados no ano anterior	Dados indisponíveis
Processos distribuídos no ano corrente	Dados indisponíveis
Processos baixados no ano corrente	Dados indisponíveis
Processos julgados no ano corrente	Dados indisponíveis

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes	Dados indisponíveis
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

É a primeira inspeção de que participamos.

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica.

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Já identificamos os 53 processos da inspeção e aqueles que não foram julgados serão incluídos na próxima pauta de julgamento de 27/5/2019. As demais providências competem à CECAT (Secretaria da 1ª CRP/MG).

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Embora os dados estejam indisponíveis, estamos cumprindo a META 1, pois julgamos mais processos que recebemos. Não conseguimos avaliar a META 2 por falta de dados disponíveis. As demais metas não se aplicam.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Temos buscado fazer triagens bem feitas para identificação de processos iguais, aumentar o número de modelos e realizar treinamento de pessoal para aumentar a produtividade. A dificuldade está no número pequeno de servidores, enorme quantidade de processos antigos e problemas com os sistemas informatizados, que constantemente estão fora do ar. Estamos todos participando do Curso de Gestão de Processos, realizado na Seção Judiciária de Minas Gerais, pelo Juiz Federal Carlos Henrique Borlido Haddad, para acelerar o julgamento dos processos.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

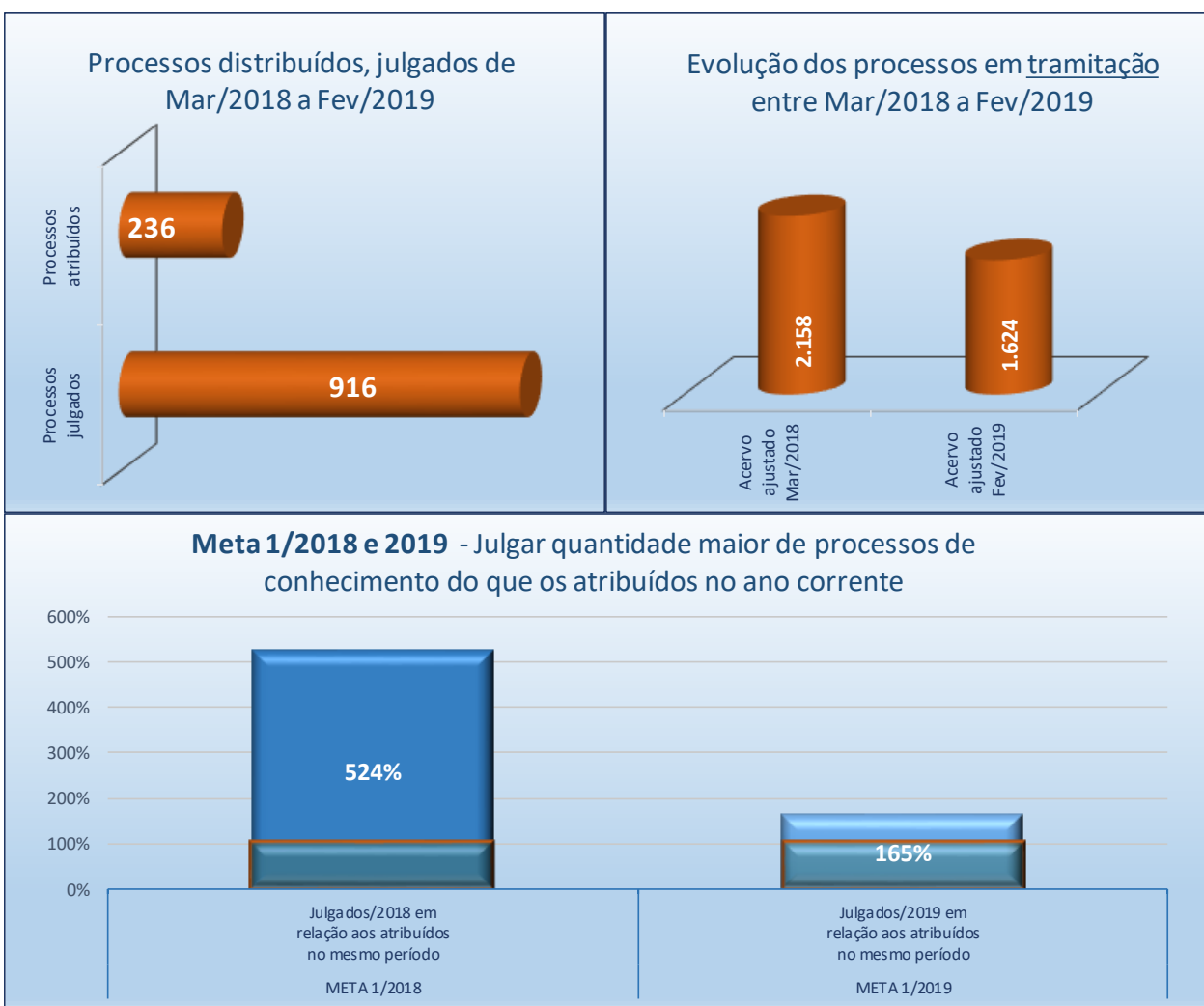
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0000676-86.2011.4.01.3818	17/7/2012	-
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0000293-23.2011.4.01.3814	24/7/2013	-
Acórdão publicado em 4/4/2019, aguardando prazo do advogado.		
0001245-07.2008.4.01.3814	19/5/2009	-
Acórdão publicado em 4/4/2019. Aguardando prazo do advogado.		
0001302-54.2010.4.01.3814	9/11/2011	-
Acórdão publicado em 4/4/2019. Processo com prazo para o advogado.		
0001410-60.2008.4.01.3812	25/4/2011	-
Acórdão publicado em 4/4/2019. Processo com prazo para o advogado.		
0012994-94.2010.4.01.9199	1/1/2019	-
Petição juntada nesta data. Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0014799-22.2006.4.01.3800	1/1/2019	-
Petição não remetida ao gabinete. Foi realizado pedido de apuração junto à CECAT. Determinada a inclusão em pauta de julgamento de 27/5/2019.		
0028922-20.2009.4.01.3800	1/1/2019	-
Acórdão publicado em 4/4/2019. Processo com prazo para a parte autora. Petição juntada em 12/4/2019.		
0002732-07.2011.4.01.3814	4/2/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Remetidos à CECAT (Secretaria da 1a. CRP/MG) com decisão em 12/4/2019. Aguardando publicação.		
0004458-34.2006.4.01.3800	10/11/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0004501-92.2007.4.01.3813	27/10/2010	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0050378-28.2009.4.01.9199	31/8/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário

Processo julgado em 25/3/2019. Aguardando publicação.		
0008399-86.2009.4.01.9199	17/2/2009	198 - Apelação
Determinada a remessa à Contadoria Judicial, processo na CECAT.		
0012620-15.2009.4.01.9199	26/2/2009	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2009).		
0026847-10.2009.4.01.9199	13/5/2009	198 - Apelação
Determinada a inclusão do processo na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0025874-55.2009.4.01.9199	12/5/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Determinada a inclusão do processo na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0043150-65.2010.4.01.9199	6/8/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0053664-77.2010.4.01.9199	9/9/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0030973-06.2009.4.01.9199	5/6/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo julgado em 25/3/2019, aguardando publicação.		
0036908-76.2009.4.01.0000	8/7/2009	198 - Apelação
Determinada a inclusão do processo na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0073421-91.2009.4.01.9199	14/12/2009	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0062253-92.2009.4.01.9199	23/10/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo julgado em 25/3/2019. Aguardando publicação.		
0000448-07.2010.4.01.9199	17/2/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0003517-81.2009.4.01.9199	2/2/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0067153-21.2009.4.01.9199	10/11/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0047570-16.2010.4.01.9199	23/8/2010	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0031040-34.2010.4.01.9199	11/6/2010	198 - Apelação
Determinada a inclusão do processo na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0058121-89.2009.4.01.9199	1/10/2009	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta (27/5/2019).		
0064358-42.2009.4.01.9199	5/11/2009	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0017349-84.2009.4.01.9199	26/3/2009	198 - Apelação
Processo julgado em 25/3/2019. Aguardando publicação.		
0023792-17.2010.4.01.9199	7/5/2010	198 - Apelação

Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0051052-69.2010.4.01.9199	31/8/2010	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0019853-61.2009.4.01.3800	13/12/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0024237-35.2010.4.01.9199	11/5/2010	198 - Apelação
Determinada a inclusão do processo na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0067982-65.2010.4.01.9199	28/10/2010	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0077095-43.2010.4.01.9199	16/12/2010	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0046334-63.2009.4.01.9199	7/8/2009	198 - Apelação
Processo remetido à CECAT (Secretaria da 1ª CRP) em 10/4/2019. Aguardando publicação.		
0073645-29.2009.4.01.9199	11/12/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo julgado em 25/3/2019. Aguardando publicação.		
0056390-58.2009.4.01.9199	1/10/2009	198 - Apelação
Processo julgado em 25/3/2019. Aguardando publicação.		
0057648-06.2009.4.01.9199	2/10/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo julgado em 25/3/2019. Aguardando publicação.		
0024210-86.2009.4.01.9199	7/5/2009	199 - Reexame Necessário
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0018130-09.2009.4.01.9199	31/3/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0037265-07.2009.4.01.9199	2/7/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo julgado em 25/3/2019. Aguardando publicação.		
0004264-29.2009.4.01.3800	14/10/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0059530-03.2009.4.01.9199	15/10/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo julgado em 25/3/2019. Aguardando publicação.		
0051273-86.2009.4.01.9199	3/9/2009	198 - Apelação
Processo julgado em 25/3/2019. Aguardando publicação.		
0049739-10.2009.4.01.9199	28/8/2009	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0031655-58.2009.4.01.9199	12/6/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Determinada a inclusão do processo na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0009888-61.2009.4.01.9199	25/2/2009	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0023978-74.2009.4.01.9199	7/5/2009	198 - Apelação

Processo julgado em 25/3/2019. Aguardando publicação.		
0013637-86.2009.4.01.9199	12/3/2009	198 - Apelação
Processo julgado em 25/3/2019, aguardando publicação.		
0073227-91.2009.4.01.9199	14/12/2009	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		
0014999-24.2009.4.01.3800	15/7/2009	198 - Apelação
Determinada a inclusão na próxima pauta de julgamento (27/5/2019).		

10. HISTÓRICO DO ACERVO



1ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS

JUIZ FEDERAL RODRIGO RIGAMONTE FONSECA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Relator Convocado Juiz Federal Rodrigo Rigamonte Fonseca

2.2 Turma

Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.

2.3 Competência

Processar e julgar, em grau de recurso, as causas previdenciárias decididas pelos juízes federais e juízes de direito no exercício de jurisdição federal no Estado de Minas Gerais, reservada a competência originária aos demais órgãos julgadores efetivos do TRF da 1ª Região (art. 5º, II da Resolução Presi nº 23/2014).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Rodrigo Rigamonte Fonseca.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve outros magistrados responsáveis pelo órgão.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Liliane de Paula Matias Pestana, analista judiciária, oficial de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	2
Estagiários de nível superior	2

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação	173
Processos suspensos/sobrestados	11
Processos conclusos	11
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	Não se aplica.
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	Não se aplica.

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	192
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	768
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	64
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	182
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	11
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado.

Houve modificação da competência? Se sim, especificar	A Portaria Presi nº 5626531, de 23/2/2018, incluiu na competência das CRP de Minas Gerais os processos que foram distribuídos no Tribunal até o ano de 2015 (no normativo anterior, a data limite era o ano de 2012). Já a Portaria Presi nº 7686143, de 22/2/2019, alterou novamente a competência para abranger os processos distribuídos no Tribunal até 31/12/2018.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não houve redistribuição.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	Não se aplica.
Mandados de segurança	Não se aplica.
IRDR	Não se aplica.
IAC	Não se aplica.
Arguição de inconstitucionalidade	Não se aplica.
Conflitos de competência	Não se aplica.
Reclamações	Não se aplica.
Ações rescisórias	Não se aplica.

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	208
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em mandados de segurança coletivos	Dados indisponíveis.

Recursos em ações com preferência legal	Dados indisponíveis.
---	----------------------

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	208
Apelações cíveis	208
Agravos de instrumento	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica.

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica.

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica.

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	12
Por Recurso Especial	12

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	7
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	0
Agravos legais/regimentais	0
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Não se aplica.
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Não se aplica.

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	Não se aplica.
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	Não se aplica.

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	Dados indisponíveis.

Ano anterior	Dados indisponíveis.
2º ano anterior	Dados indisponíveis.
3º ano anterior	Dados indisponíveis.
4º ano anterior	Dados indisponíveis.
5º ano anterior ou mais antigo	Dados indisponíveis.

4.14 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	2
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	206
Total de Processos julgados*	488 (não foi possível destacar julgamentos posteriores no mesmo processo - dados indisponíveis).
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	0
Total de Processos baixados	Dados indisponíveis.
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	Dados indisponíveis.

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não se aplica. Trata-se da primeira autoinspeção no órgão.
Total de feitos não regularizados	Não se aplica.
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Não se aplica.
Total de feitos não regularizados	Não se aplica.

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

Processos distribuídos no ano anterior	192
Processos julgados no ano anterior	682 (pelos dados disponíveis não foi possível excluir os embargos de declaração)
Processos distribuídos no ano corrente	54
Processos julgados no ano corrente	29

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)

Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)

Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)

Pendentes	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)

Pendentes	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)

Pendentes	Não se aplica.
-----------	----------------

Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.
------------------------------------	----------------

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica.

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica.
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica.
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não se aplica. Trata-se da primeira autoinspeção.

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica.

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não se aplica.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Diante da inexistência de dados, como informado nos campos próprios, não há como informar.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

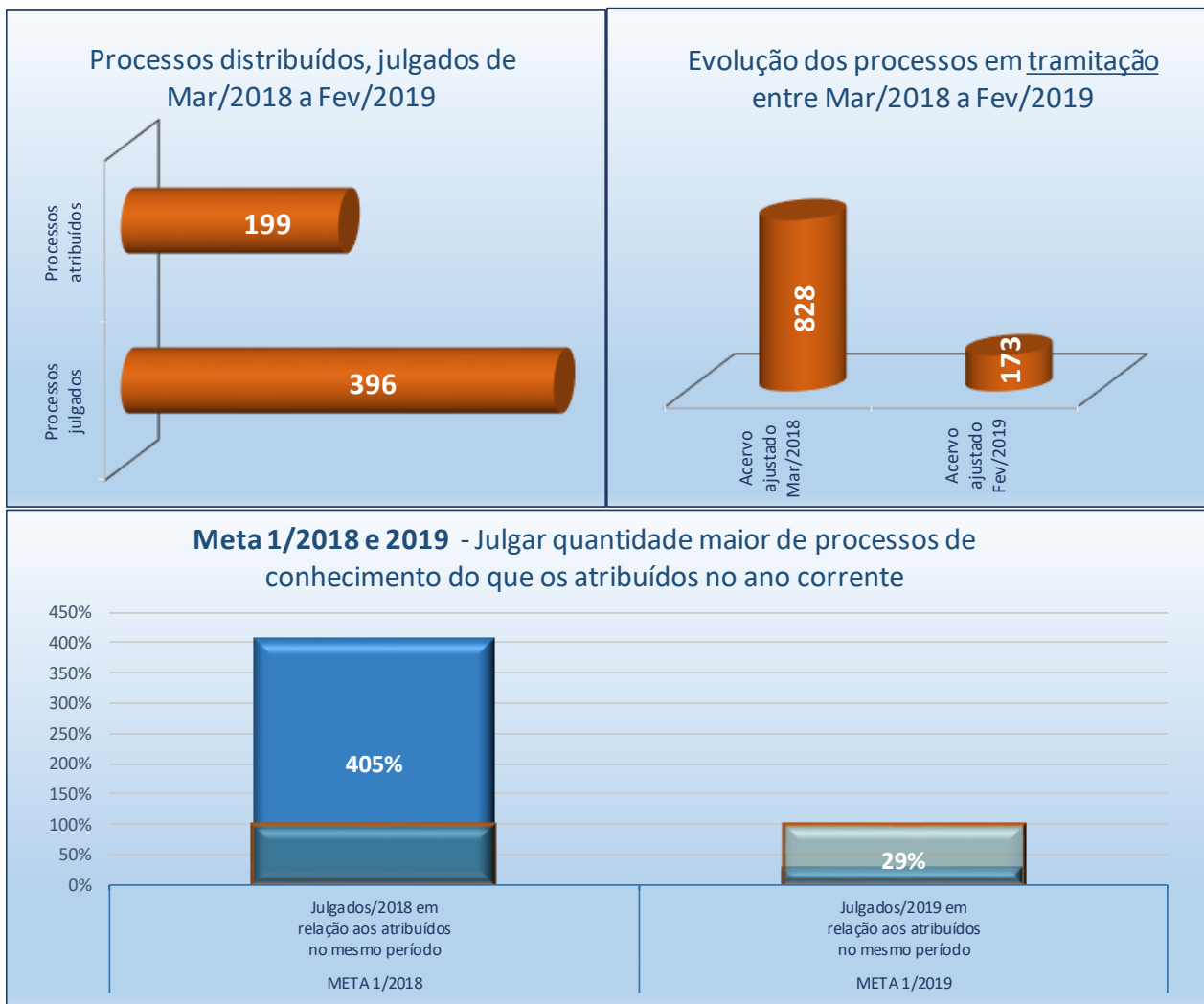
Desde o ano de 2018 - a partir de quando o acervo de processos conclusos para julgamento foi reduzido a zero -, a estratégia de trabalho do Gabinete consiste em levar a julgamento todos os processos que estiverem conclusos ao Relator até a data de envio da lista respectiva à Central de Apoio Cartorário - CECAT (para fins de publicação da inclusão em pauta), priorizando, se necessário, o julgamento dos embargos de declaração. Para tanto, são estipuladas metas semanais para a assessoria, objetivando a melhor prestação jurisdicional possível, incluída aí a celeridade na tramitação dos processos e a alta qualidade do trabalho prestado.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0011637-50.2008.4.01.9199	13/3/2008	-
Processo julgado em 19/2/18 e enviado fisicamente à CECAT em 6/3/18, sem registro da movimentação no JURIS. Devolvido ao juízo de origem em 11/7/2018, após o trânsito em julgado do apenso. Remetido de volta ao TRF em 10/4/2019. Aguarda-se o processo para publicação do acórdão pela CECAT.		
0001286-37.2009.4.01.3814	6/8/2010	198 - Apelação
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0005585-02.2009.4.01.3800	28/10/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo julgado na sessão realizada em 25/3/2019 (remessa à CECAT em 2/4/2019).		
0037270-87.2013.4.01.9199	29/7/2013	198 - Apelação
Autos baixados em diligência para intimação das partes acerca de documentos novos (remessa à CECAT em 13/3/2019).		
0042153-77.2013.4.01.9199	13/9/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Autos baixados em diligência para intimação das partes acerca de documentos novos (remessa à CECAT em 13/3/2019).		
0004943-10.2015.4.01.3803	6/12/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0008899-35.2014.4.01.3814	22/2/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0071623-20.2014.4.01.3800	19/2/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0001772-95.2011.4.01.9199	4/2/2011	198 - Apelação
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0019368-90.2011.4.01.3800	18/8/2016	198 - Apelação
Autos baixados em diligência para intimação do INSS acerca de petição e documentos juntados pela parte contrária (remessa à CECAT em 2/4/2019).		
0068745-56.2016.4.01.9199	25/11/2016	198 - Apelação
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0000579-79.2010.4.01.9199	17/2/2010	198 - Apelação
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0001756-68.2016.4.01.9199	3/2/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0018678-87.2016.4.01.9199	24/5/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário

Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0026823-69.2015.4.01.9199	1/6/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0050128-48.2016.4.01.9199	22/9/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0058392-54.2016.4.01.9199	13/10/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0062392-97.2016.4.01.9199	26/10/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0027106-58.2016.4.01.9199	7/7/2016	198 - Apelação
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0051869-26.2016.4.01.9199	27/9/2016	198 - Apelação
Voto já minutado no Gabinete a ser pautado para julgamento na próxima sessão da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.		
0015324-28.2011.4.01.3800	16/11/2011	198 - Apelação
Autos baixados em diligência para intimação das partes acerca de documentos e cálculos apresentados pela Divisão de Cálculos Judiciais do Tribunal (remessa à CECAT em 2/4/2019).		
0023869-92.2008.4.01.3800	27/5/2011	198 - Apelação
Processo julgado na sessão realizada em 25/3/2019 (remessa à CECAT em 2/4/2019).		

10. HISTÓRICO DO ACERVO



1ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS

JUÍZA FEDERAL LUCIANA PINHEIRO COSTA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Juíza Federal titular Doutora Luciana Pinheiro Costa.

2.2 Turma

Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.

2.3 Competência

Direito Previdenciário.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juíza Federal titular Doutora Luciana Pinheiro Costa.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não houve remoção nos últimos 2 anos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve outro responsável pelo órgão além da citada magistrada.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Vânia D. Sete (mg 100503), Oficiala de Gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	2
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação	763
Processos suspensos/sobrestados	0
Processos conclusos	306
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	904
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	1.347
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	315
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	828
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica.

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não se aplica.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não se aplica.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	763
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	225
Outros	3

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	763
Apelações cíveis	752
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	12
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	11
Agravos legais/regimentais	2
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	2
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	6
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	6

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	0
3º ano anterior	0
4º ano anterior	84
5º ano anterior ou mais antigo	222

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	1
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	0
Total de Processos julgados*	674
Total de Processos baixados	0

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-674
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	0

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	0
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	0
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Dados indisponíveis.
Processos julgados no ano anterior	Dados indisponíveis.
Processos distribuídos no ano corrente	Dados indisponíveis.
Processos julgados no ano corrente	Dados indisponíveis.

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)	
Pendentes	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Dados indisponíveis.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Dados indisponíveis.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Dados indisponíveis.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Dados indisponíveis.

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Dados indisponíveis.
Processos baixados no ano anterior	Dados indisponíveis.
Processos julgados no ano anterior	Dados indisponíveis.
Processos distribuídos no ano corrente	Dados indisponíveis.
Processos baixados no ano corrente	Dados indisponíveis.
Processos julgados no ano corrente	Dados indisponíveis.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes	Dados indisponíveis.
Porcentagem de atendimento da meta	Dados indisponíveis.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não se aplica, visto ser esta a primeira inspeção. Assim, não houve recomendações.

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica, visto ser esta a primeira inspeção. Assim, não houve medidas.

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não se aplica, visto ser esta a primeira inspeção. Assim, não houve recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Não se aplica, visto ser esta a primeira inspeção. Assim, não houve propositura de metas pelo CNJ.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Os processos que chegam na unidade são triados e levados a julgamento de acordo com a triagem realizada e com a observância da lista de antiguidade.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

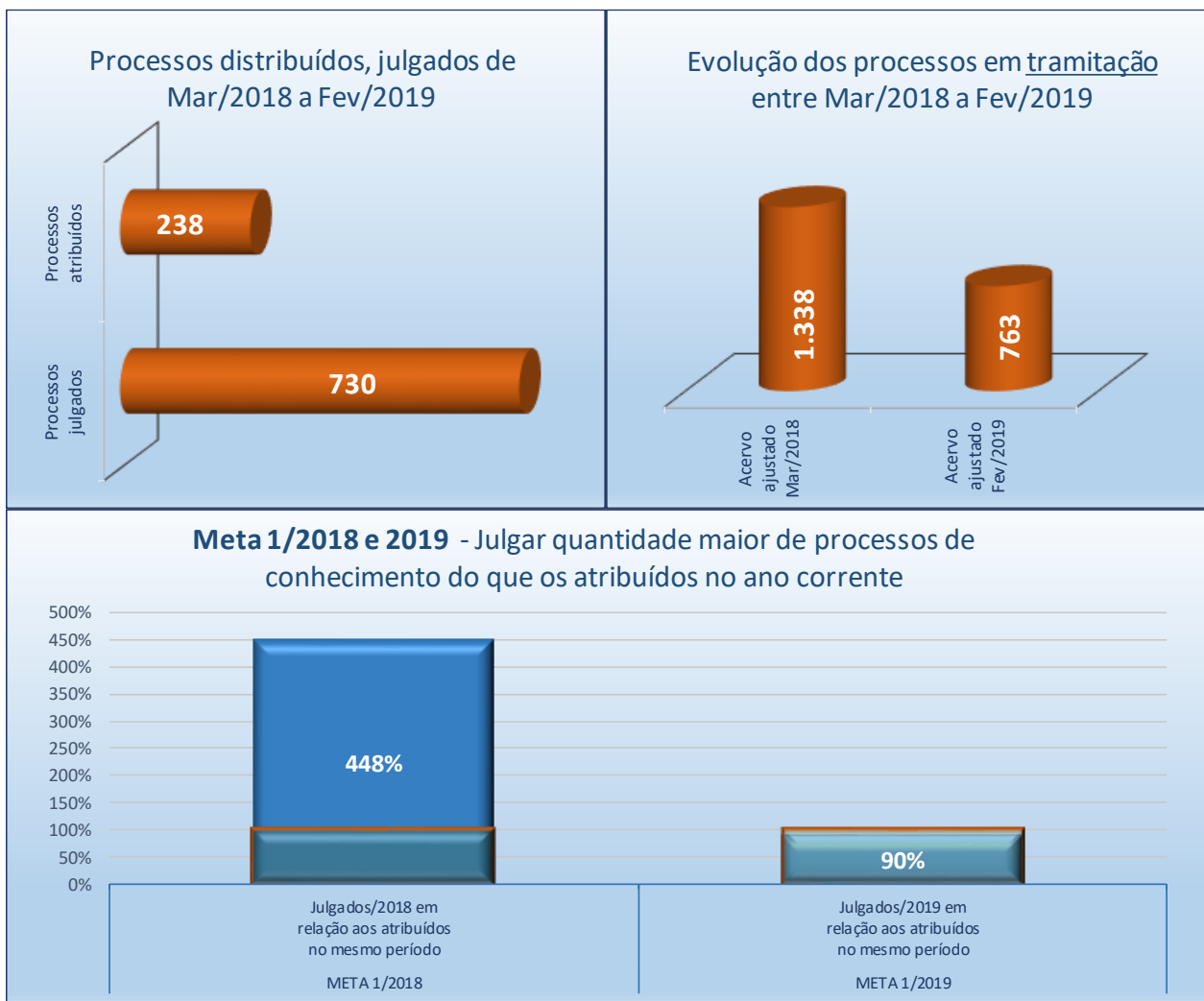
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0041305-95.2010.4.01.9199	4/8/2010	-
Observação/Providência: Minutado voto (embargos de declaração do autor), aguardando inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0044413-09.2005.4.01.3800	26/5/2008	-
Observação/Providência: Proferido despacho determinando a baixa dos autos à origem tendo em vista o trânsito em julgado do acórdão proferido em 25/9/2017.		
0003274-58.2011.4.01.3803	13/3/2014	-
Processo julgado e remetido à publicação. Aguardando, portanto, ato da Secretaria (publicação do acórdão).		
0000731-18.2007.4.01.3805	16/5/2011	-
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto dos embargos de declaração e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0006239-81.2012.4.01.3800	13/3/2014	-
Observação/Providência: processo julgado na sessão do dia 25/3/2019 e remetido à Secretaria da 1ª CRP/MG em 1/4/2019.		
0045279-70.2012.4.01.3800	24/4/2014	-
Observação/Providência: processo aguardando a assinatura eletrônica do magistrado.		
0022938-16.2013.4.01.3800	9/1/2014	-
Observação/Providência: processo julgado na sessão do dia 18/6/2018, remetido e recebido na Secretaria da 1ª CRP/MG, para a publicação do acórdão.		
0089812-85.2010.4.01.3800	5/3/2014	-
Observação/Providência: Acórdão publicado em 11/4/2019. Opostos embargos de declaração em 22/4/2019, pendente de remessa ao Gabinete pela Secretaria da 1ª CRP/MG.		
0012193-50.2008.4.01.3800	30/8/2010	-
Processo julgado e remetido à publicação. Aguardando, portanto, ato da Secretaria (publicação do acórdão).		
0009130-43.2006.4.01.3814	18/2/2011	-
Observação/Providência: Acórdão lavrado em 4/4/2019 e remetido os autos, nesta data, à Secretaria da 1ª CRP/MG.		
0000992-27.2009.4.01.3800	25/4/2011	65 - Ação Civil Pública

Devolução ao Gabinete do Desembargador originário, uma vez que se trata de ação civil pública, classe processual fora da competência desta 1ª CRP/MG.		
0000902-86.2009.4.01.3810	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0006604-06.2013.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo julgado na sessão do dia 25/2/2019, remetido em 18/3/2019 e recebido na Secretaria da 1ª CRP em 28/3/2019.		
0033217-42.2005.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo julgado na sessão do dia 11/3/2019, remetido em 29/3/2019 e recebido em 8/4/2019 na Secretaria da 1ª CRP/MG.		
0004859-62.2008.4.01.3800	17/11/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo remetido para a 1ª CRP/MG em 26/3/2019 e recebido lá em 29/3/2019, para sobrestamento.		
0006787-14.2009.4.01.3800	16/7/2012	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0055286-21.2015.4.01.9199	27/10/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Minuta de embargos de declaração confeccionada, aguardando inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0030813-52.2004.4.01.3800	9/11/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0023413-50.2005.4.01.3800	21/7/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0007708-67.2012.4.01.9199	22/2/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: Proferido despacho em 27/2/2019 para remessa ao setor de Cálculo. Processo remetido em 18/3/2019 e recebido na 1ª CRP/MG em 28/3/2019, para cumprimento.		
0010681-66.2007.4.01.3800	3/8/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0076319-43.2010.4.01.9199	15/12/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0000437-15.2006.4.01.3800	20/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo encontra-se na Secretaria da 1ª CRP/MG desde 28/3/2019.		
0001023-75.2008.4.01.3802	30/5/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo já julgado na sessão do dia 25/3/2019, remetido à Secretaria da 1ª CRP/MG em 4/4/2019 e lá recebido em 9/4/2019.		
0007744-40.2008.4.01.3803	1/7/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado na sessão do dia 25/3/2019. Remetido em 4/4/2019 e recebido na Secretaria da 1ª CRP em 8/4/2019.		

0018116-14.1995.4.01.3800	20/8/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado na sessão do dia 25/3/2019, remetido em 4/4/2019 na Secretaria da 1ª CRP/MG e recebido em 8/4/2019.		
0038215-82.2007.4.01.3800	22/7/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo remetido em 26/3/2019 e recebido em 29/3/2019 na Secretaria da 1ª CRP/MG, para envio à Turma de origem, pois se trata de processo alheio à competência da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais		
0001852-85.2006.4.01.3815	11/6/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0015696-76.2011.4.01.9199	5/4/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo minutado e aguardando a inclusão na pauta da próxima sessão.		
0026671-97.2007.4.01.3800	13/4/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo julgado na sessão do dia 25/3/2019, remetido em 4/4/2019 e recebido em 9/4/2019 na Secretaria da 1ª CRP/MG, para publicação do acórdão.		
0001633-56.2007.4.01.3809	23/3/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Proferido despacho no processo em 12/4/2019 para remessa à Contadoria do Juízo. Determinação cumprida e autos remetidos aquele setor em 22/4/2019.		
0000007-11.2007.4.01.3806	30/1/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0013148-52.2006.4.01.3800	21/10/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo minutado e aguardando a inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0018359-66.2009.4.01.9199	31/3/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0031134-16.2009.4.01.9199	4/6/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0002161-28.2009.4.01.3807	25/11/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0030554-18.2008.4.01.3800	17/11/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0041145-41.2008.4.01.9199	29/8/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Homologada transação nos autos. Processo remetido em 18/3/2019 e recebido em 28/3/2019 na Secretaria da 1ª CRP/MG para certificação do trânsito em julgado e baixar os autos à origem.		
0007239-58.2008.4.01.3800	18/8/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		

0019719-34.2009.4.01.3800	29/9/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0046253-46.2011.4.01.9199	18/8/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0000612-60.2007.4.01.3804	15/12/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0006516-83.2001.4.01.3800	26/4/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0008360-87.2009.4.01.3800	7/4/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Proferido despacho determinando a devolução dos autos à Turma de origem, pois se trata de processo alheio à competência da Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais. Remetido no dia 26/3/2019 e recebido na 1ª CRP/MG em 29/3/2019.		
0045777-50.2004.4.01.3800	26/2/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0013756-41.1992.4.01.3800	15/9/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0007309-12.2007.4.01.3800	13/9/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo já minutado, aguardando para inclusão na pauta da próxima sessão.		
0035323-21.1998.4.01.3800	3/12/2003	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		
0004937-63.2007.4.01.3809	26/5/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Proferida decisão e remetido o processo à 1ª CRP/MG para intimação pessoal do autor para providência, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.		
0037027-51.2010.4.01.9199	15/7/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: Aguardando diligência.		
0038267-49.2005.4.01.3800	28/10/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo triado para confecção de voto e inclusão na pauta da próxima sessão de julgamento.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO



2ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS

JUIZ FEDERAL HENRIQUE GOUVEIA DA CUNHA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Juiz Federal Henrique Gouveia da Cunha

2.2 Turma

2ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais

2.3 Competência

Julgamento de remessas *ex officio* e recursos interpostos contra sentença em matéria previdenciária.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Henrique Gouveia da Cunha.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

José Carlos da Silva, técnico judiciário, matrícula MG 182803.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	1
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação	434
Processos suspensos/sobrestados	4
Processos conclusos	189
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	486
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	1.196
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	250
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	773
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	4
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não se aplica
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica

Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	Não se aplica
Mandados de segurança	Não se aplica
IRDR	Não se aplica
IAC	Não se aplica
Arguição de inconstitucionalidade	Não se aplica
Conflitos de competência	Não se aplica
Reclamações	Não se aplica
Ações rescisórias	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	434
Recursos em mandados de segurança coletivos	Não se aplica
Recursos em ações populares	Não se aplica
Recursos em ações de improbidade administrativa	Não se aplica
Recursos em ações civis públicas	Não se aplica
Recursos em ações de desapropriação	Não se aplica
Recursos em ações com preferência legal	14
Outros	Não se aplica

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	434
Apelações cíveis	428
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica

Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
<i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Revisões criminais	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Recursos em Sentido Estrito	Não se aplica
Recursos em <i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Recursos em Mandado de Segurança	Não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
<i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	4
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	4
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	0
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	0
Agravos legais/regimentais	0
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	0
3º ano anterior	0
4º ano anterior	102
5º ano anterior ou mais antigo	81

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos julgados*	677
Total de Processos distribuídos	0
Total de Processos baixados	0

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-677
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	0

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não se aplica
Total de feitos não regularizados	Não se aplica
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Não se aplica
Total de feitos não regularizados	Não se aplica

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não se aplica

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não se aplica

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Não se aplica

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Registro que as informações constantes do relatório da Diest (item 4.2) não correspondem à realidade, vez que divergem daquelas constantes do relatório de acompanhamento das Câmaras Regionais Previdenciárias e do relatório em que se

divulga a ordem cronológica dos processos conclusos a este relator. Com relação aos itens 5.1 a 5.5, não tivemos acesso à base de dados, nem a relatórios que permitissem prestar as informações solicitadas. Ao acessar os links indicados no programa disponibilizado pela Diest, somente tivemos acesso aos percentuais de cumprimento das Metas 2018 e 2019 alcançados pelos Desembargadores do TRF da 1ª Região. Não obstante, é possível afirmar seguramente que o saldo remanescente do acervo atribuído até o ano de 2018 será julgado na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG. Desse modo, somente permanecerão pendentes de julgamento os processos atribuídos a este relator no corrente ano.

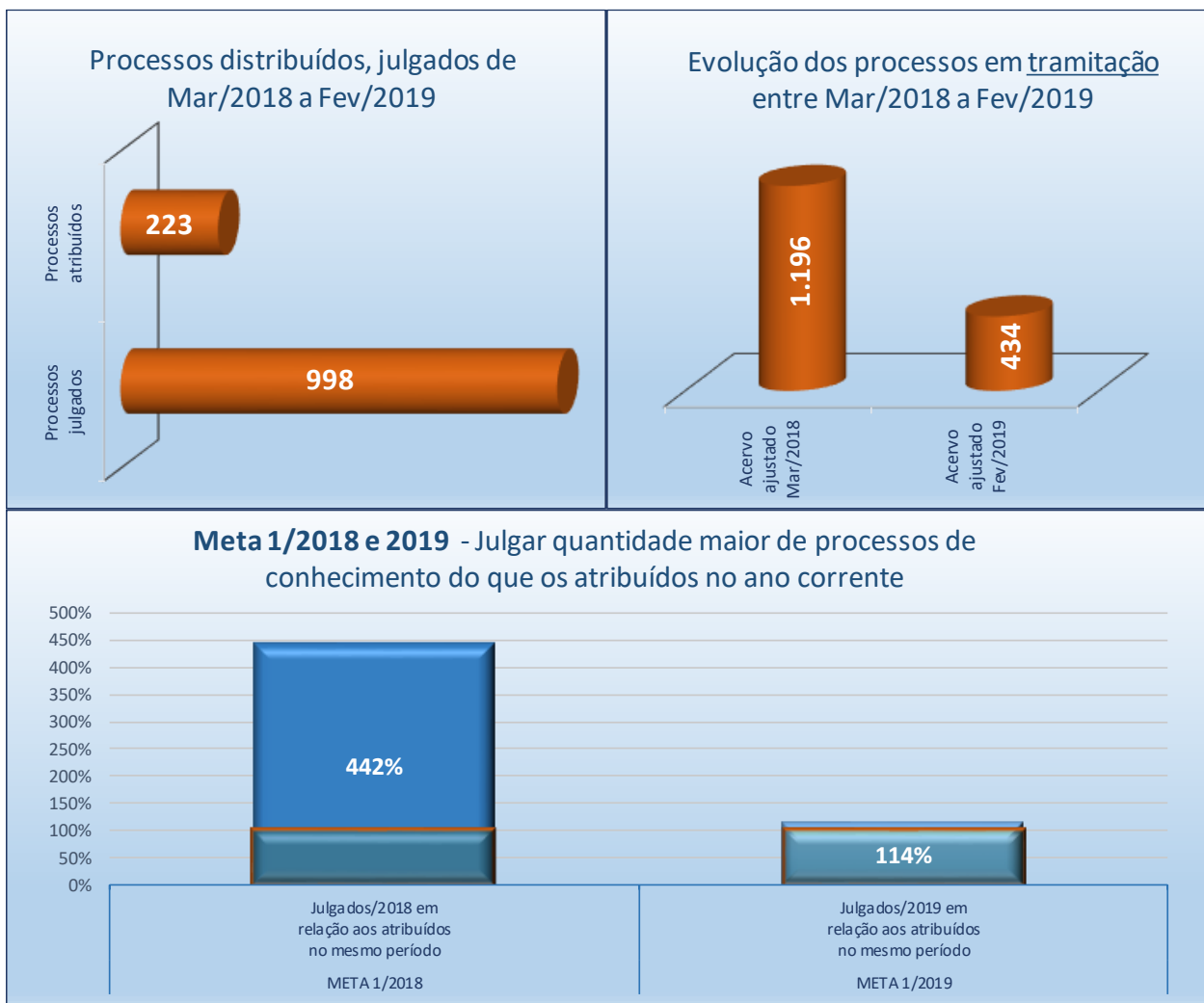
9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0019258-54.2015.4.01.9199	20/4/2015	-
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito foi(ram) julgado(s) na sessão realizada no dia 25/3/2019.		
0047356-49.2015.4.01.9199	1/1/2019	-
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0001136-02.2008.4.01.3811	20/3/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0020317-46.2013.4.01.3800	5/10/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0023002-26.2013.4.01.3800	16/10/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0030214-35.2012.4.01.3800	28/10/2014	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0033585-70.2013.4.01.3800	29/10/2014	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0046101-25.2013.4.01.3800	13/5/2014	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0049051-75.2011.4.01.3800	24/3/2014	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0052471-85.2014.4.01.9199	30/9/2014	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		

0056026-16.2011.4.01.3800	5/12/2014	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0062455-96.2011.4.01.3800	19/2/2014	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0013654-83.2013.4.01.9199	12/3/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0002407-28.2012.4.01.3804	20/3/2014	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito foi(ram) julgado(s) na sessão realizada no dia 25/3/2019.		
0007090-86.2013.4.01.3800	30/9/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0024578-85.2015.4.01.9199	21/5/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0053994-98.2015.4.01.9199	15/10/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito foi(ram) julgado(s) na sessão realizada no dia 25/3/2019.		
0005673-32.2015.4.01.9199	5/2/2015	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito foi(ram) julgado(s) na sessão realizada no dia 25/3/2019.		
0008942-69.2014.4.01.3814	1/12/2015	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito foi(ram) julgado(s) na sessão realizada no dia 25/3/2019.		
0034546-42.2015.4.01.9199	14/7/2015	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0002600-12.2013.4.01.3803	17/3/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito foi(ram) julgado(s) na sessão realizada no dia 25/3/2019.		
0023668-97.2011.4.01.9199	5/5/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0000407-21.2013.4.01.3804	3/2/2014	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0072613-18.2011.4.01.9199	13/12/2011	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito foi(ram) julgado(s) na sessão realizada no dia 25/3/2019.		
0017934-63.2014.4.01.9199	20/5/2014	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0046776-53.2014.4.01.9199	3/9/2014	198 - Apelação

O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0052613-58.2012.4.01.3800	14/1/2014	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		
0042190-36.2015.4.01.9199	12/8/2015	199 - Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito foi(ram) julgado(s) na sessão realizada no dia 25/3/2019.		
0018861-73.2007.4.01.9199	22/5/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito foi(ram) julgado(s) na sessão realizada no dia 25/3/2019.		
0063706-15.2015.4.01.9199	2/12/2015	199 - Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito foi(ram) julgado(s) na sessão realizada no dia 25/3/2019.		
0025606-93.2012.4.01.9199	9/5/2012	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito foi(ram) julgado(s) na sessão realizada no dia 25/3/2019.		
0030472-50.2009.4.01.3800	9/3/2012	198 - Apelação
O(s) recurso(s) interposto(s) no presente feito será(ão) julgado(s) na sessão designada para o dia 20/5/2019, conforme cronograma do 1º semestre de 2019 da 2ª CRP/MG.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO



2ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS

JUIZ FEDERAL DANIEL CASTELO BRANCO RAMOS

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Juiz Federal Daniel Castelo Branco Ramos

2.2 Turma

2ª Câmara Regional Previdenciária

2.3 Competência

Direito Previdenciário

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Daniel Castelo Branco Ramos

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Caroline Thaís Salomé de Oliveira Silva, analista judiciária. Inspeção iniciada em 29/3/2019.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	2
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição: 28/2/2019)	
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0
Total em tramitação	1.522
Processos suspensos/sobrestados	01
Processos conclusos	1.273

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	0
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Mandados de segurança	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.522
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	01
Recursos em ações de desapropriação	0
Outros	6
Recursos em ações com preferência legal	43

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	1.522
Apelações cíveis	1.501
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	9
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	8
Agravos legais/regimentais	0
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	4
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	2

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	0
3º ano anterior	1
4º ano anterior	290
5º ano anterior ou mais antigo	976

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	3
Total como relator para o acórdão	3

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	0
Total de Processos julgados*	312
Total de Processos baixados	0

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-312
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	0

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	0
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	0
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica.
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica.

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado.

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado.

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado.

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)	
Pendentes	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado.

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado.

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado.

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado.

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica.
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica.
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Prejudicado.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

É a primeira inspeção realizada.

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Prejudicado.

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Prejudicado.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Não se aplica.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Como exemplo de boa prática, citamos a triagem, adotada com o objetivo de reduzir o elevado acervo recebido por ocasião da convocação do magistrado no 1º semestre de 2018. Inicialmente, fez-se uma triagem geral dos processos por matéria e,

posteriormente, refinou-se a seleção, buscando identificar os feitos com discussões semelhantes, tornando-se este um processo contínuo na rotina do gabinete. Como dificuldades do processo de trabalho, citam-se: acervo elevado; escasso número de servidores; retomada da distribuição de processos; grande número de ações complexas, que demandam maior tempo para análise; cumulação de atividades judicantes e administrativas; lentidão e ineficiência dos sistemas G-DOC e Juris (se confrontados com os sistemas TRF 1.doc e Oracle). Sugestão: suspensão da distribuição de feitos ao magistrado, pelo prazo mínimo de 6 meses; unificação dos sistemas da 1ª e 2ª instâncias ou, pelo menos, alterações dos atuais sistemas para que sejam mais funcionais e ágeis.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS		
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0050382-89.2014.4.01.9199	18/9/2014	-
Observação/Providência: Despacho: Considerando que o processo foi julgado e não consta dos autos a lavratura do acórdão, foi ordenada a remessa dos autos para o Relator, Des. Fed. Francisco Neves da Cunha, para as providências pertinentes (art. 29, XI, do Regimento Interno TRF 1ª Região)		
0007510-96.2010.4.01.3800	4/11/2013	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0011888-92.2013.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: A petição registrada no sistema já tinha sido juntada pela CECAT, em 21/1/2019, mas sem baixa. Assim, apenas foi dada a respectiva baixa no sistema, preservando a data de juntada certificada nos autos. Processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento.		
0010704-70.2011.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: - Petição juntada. -Despacho: Intimada parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação do INSS, no prazo legal. Indeferido pedido de fls. 473/476, por desbordar da lide e do objeto da pretensão recursal.		
0000611-84.2012.4.01.3809	1/1/2019	-
Observação/Providência: Petição juntada. Processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0069914-49.2014.4.01.9199	2/12/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O acórdão foi lavrado e remetido para publicação no e-DJF1 do dia 21/3/2019.		
0015138-73.2009.4.01.3800	25/4/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0007869-51.2007.4.01.3800	3/8/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0037354-96.2007.4.01.3800	18/9/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0020196-57.2009.4.01.3800	22/7/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário

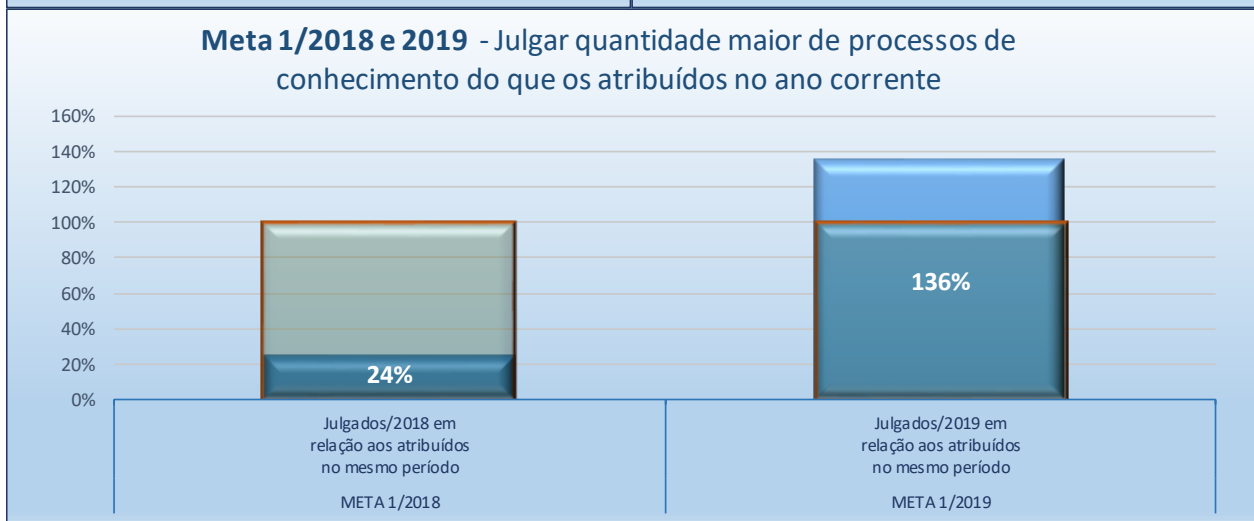
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0049624-23.2008.4.01.9199	25/9/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Decisão: Considerando que a questão submetida a julgamento envolve análise do critério de correção monetária a ser aplicado, sobrestou-se o processo até o julgamento dos embargos de declaração opostos em face do julgamento do RE 870.947 pelo STF.		
0030546-43.2008.4.01.9199	27/6/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado em sessão realizada no dia 25/3/2019. Acórdão lavrado. Aguarda remessa para publicação.		
0031473-41.2007.4.01.3800	5/3/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0067270-75.2010.4.01.9199	25/10/2010	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: Despacho: Ordenada à CECAT a inclusão do INSS como apelante no sistema Juris. Após, retorno dos autos à conclusão.		
0008050-18.2008.4.01.3800	29/7/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: - Processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0001620-38.2008.4.01.3804	13/5/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0035991-42.2008.4.01.9199	21/7/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0038513-08.2009.4.01.9199	1/7/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0027327-54.2007.4.01.3800	19/2/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento.		
0048049-33.2015.4.01.9199	11/9/2015	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0050756-81.2009.4.01.9199	4/9/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo julgado em sessão realizada no dia 25/3/2019. Acórdão lavrado. Aguarda remessa para publicação.		
0034986-51.2006.4.01.3800	13/3/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: - Processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0045463-38.2006.4.01.9199	27/11/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0004851-29.2006.4.01.3809	1/12/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário

Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0016831-29.2008.4.01.3800	17/8/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0021167-47.2006.4.01.3800	7/5/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0003341-41.2007.4.01.3810	13/2/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0051022-97.2011.4.01.9199	8/9/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo julgado em sessão realizada no dia 25/3/2019. Acórdão lavrado. Aguarda remessa para publicação.		
0002486-92.2007.4.01.3800	18/3/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Despacho: Ordenada à CECAT a inclusão do autor como apelante no sistema Juris. Após, retorno dos autos à conclusão.		
0027155-15.2007.4.01.3800	23/4/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0044897-24.2005.4.01.3800	5/10/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0004936-78.2007.4.01.3809	2/2/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: Despacho: Ordenada a inclusão do INSS como apelante no sistema Juris. Após, retorno à conclusão.		
0021289-47.2015.4.01.9199	5/5/2015	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: Despacho: Foi ordenada vista à parte autora acerca da sentença, pelo prazo legal de 15 dias. Após, ausente interposição de recurso, determinou-se o retorno dos autos à conclusão.		
0012197-55.2009.4.01.9199	4/3/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0002564-90.2006.4.01.3810	20/9/2006	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0051809-24.2014.4.01.9199	25/9/2014	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0014197-31.2006.4.01.3800	6/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado em sessão realizada no dia 25/3/2019. Acórdão lavrado. Aguarda remessa para publicação.		
0000324-54.2008.4.01.3812	26/3/2009	198 - Apelação

Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0003552-05.2006.4.01.3813	22/8/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0046352-55.2007.4.01.9199	10/10/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Despacho: Considerando o pedido de habilitação apresentado pelos herdeiros do apelado Sebastião de Oliveira Mendes, determinou-se a juntada de certidão de óbito da parte e a posterior intimação do INSS, no prazo de 5 dias.		
0039938-60.2015.4.01.9199	3/8/2015	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: Ordenada diligência: Intimação pessoal do INSS acerca da sentença proferida.		
0048333-51.2009.4.01.9199	31/8/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: Decisão monocrática: Não conhecimento da apelação, com fulcro no art. 932, III, do CPC, por intempestividade.		
0006791-53.2009.4.01.9199	11/2/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0015229-15.2002.4.01.9199	25/4/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0031648-69.2006.4.01.3800	8/2/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Despacho: Em cumprimento ao despacho de fl. 74, promova-se o apensamento deste feito ao processo nº 2006.38.00.032201-8.		
0003406-25.2005.4.01.3804	21/1/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0064101-17.2009.4.01.9199	4/11/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0000282-66.2007.4.01.3803	27/2/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Decisão de sobrestamento do feito, considerando que a matéria objeto de recurso (reafirmação da DER) está em discussão no STJ, sob a sistemática do recurso repetitivo (Tema 995).		
0011220-33.2006.4.01.3811	29/8/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0068987-93.2008.4.01.9199	15/12/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguarda inclusão em pauta para julgamento na sessão de 20/5/2019.		
0040217-56.2009.4.01.9199	23/7/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado em sessão realizada no dia 25/3/2019. Acórdão lavrado. Aguarda remessa para publicação.		
0000457-50.1999.4.01.3800	6/8/2009	198 - Apelação

Observação/Providência: processo julgado em sessão realizada no dia 25/3/2019. Acórdão lavrado. Aguarda remessa para publicação.

10. HISTÓRICO DO ACERVO



2ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS

JUIZ FEDERAL GRIGÓRIO CARLOS DOS SANTOS

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

JF Grigório Carlos dos Santos

2.2 Turma

2ª Câmara Regional Previdenciária

2.3 Competência

Direito Previdenciário.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Dr. Grigório Carlos dos Santos.

3.2. Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Nenhum.

3.4. Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Nalva Candida Rodrigues Figueiredo, Analista Judiciário - Área-Fim - Oficial de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	2
Estagiários de nível superior	1
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação	392
Processos suspensos/sobrestados	0
Processos conclusos	21
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	448
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	1.637
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	53
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	889
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	36
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	10

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	392
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	127
Outros	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	392
Apelações cíveis	389

Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	1
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	0
Agravos legais/regimentais	0
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	1
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	0
3º ano anterior	0
4º ano anterior	7
5º ano anterior ou mais antigo	9

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	0
Total de Processos julgados*	731
Total de Processos baixados	0

Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-731
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	0

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não houve
Total de feitos não regularizados	Não houve
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Não houve
Total de feitos não regularizados	Não houve

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	Não houve
Porcentagem de atendimento da meta	Nao houve

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve inspeção

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não houve

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não há

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Não

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

- Processos selecionados por data-ano de ajuizamento inicial (ex., 1998, 1999, 2000, por aí em diante), observado, ainda, agrupamento por matéria, sem descurar das prioridades legais; - Foi feita triagem dos processos que seriam objeto de decisão

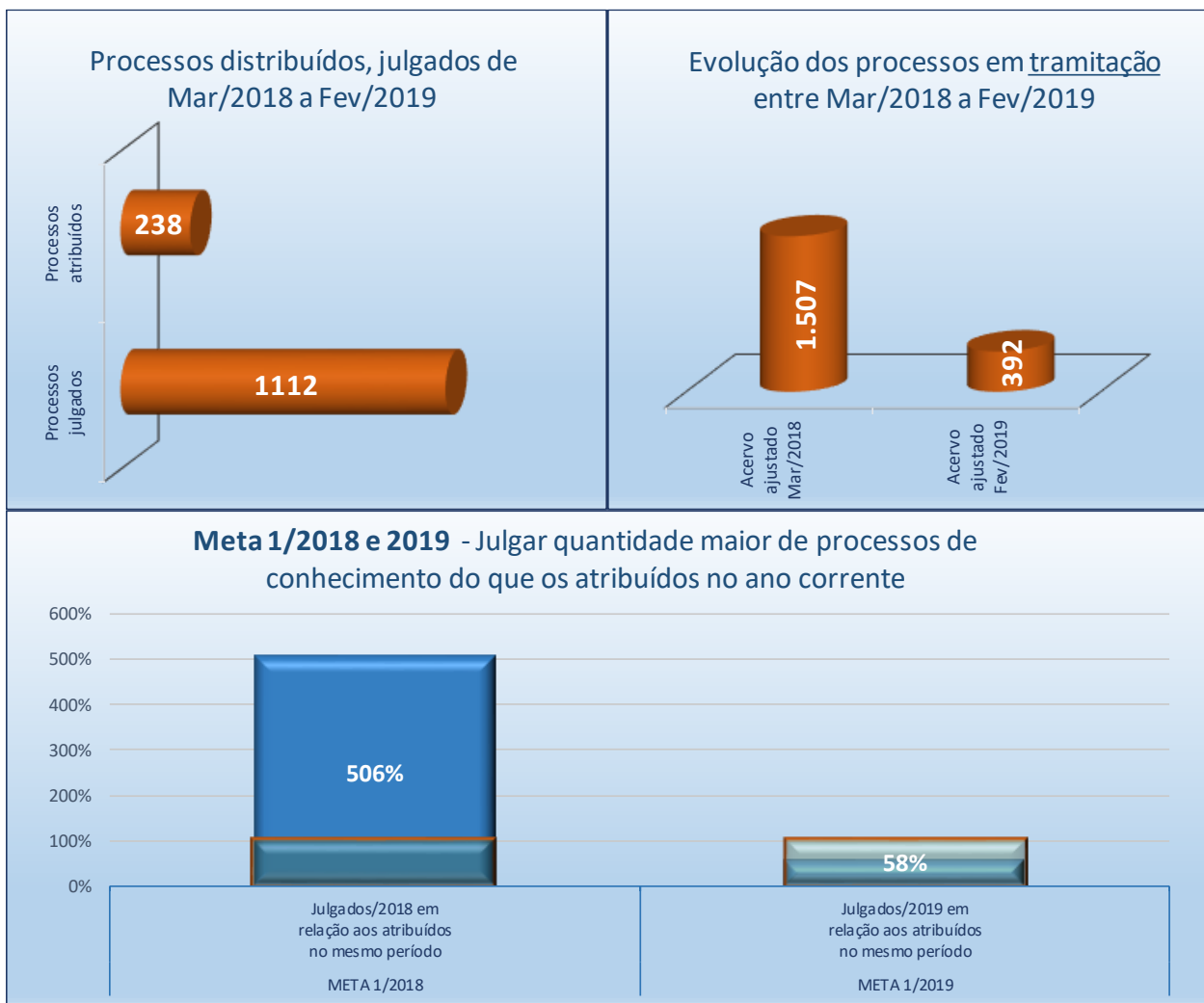
monocrática, agrupados por matéria. - Aos assessores cabe, além da orientação inicial aos estagiários e o acompanhamento/fiscalização do seu trabalho (preparação dos processos antes e depois do julgamento), auxílio ao Relator nas sessões de julgamento, a separação minuciosa dos processos, pesquisa de artigos, jurisprudência, para fins de elaboração das decisões, além de preparação de minutas, a partir de orientação geral e específica do Relator;- O trabalho dos estagiários foi desempenhado nas ações administrativas de busca de processos, preparação para a sessão, conferência de autos, prestação de informações via telefone, preparação dos processos para assinatura no GDOC. Com todas essas práticas conseguimos zerar o acervo.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0057209-87.2012.4.01.9199	14/9/2012	-
Observação/Providência: processo extinto sem julgamento merito - prejudicada apelação e ro. acórdão não publicado. processo apensado ao processo n. 57208-05.2012.4.01.9199 - baixado - trânsito em julgado em 22/6/17. Pedido desarquivamento - comarca de origem para publicação do acórdão		
0009314-23.2011.4.01.3814	6/7/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Apelação do INSS; julgamento em 25/6/18 - negado provimento embargos declaração: julgamento em 25/3/2019 - negado provimento. Observação/providência: aguardando publicação pela secretaria		
0061705-60.2012.4.01.3800	19/11/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
apelação autora: julgada em 25/6/18 - parcial provimento embargos declaração: julgado em 22/10/18 - negado provimento correção erro material: 25/3/19. Observação/providência: aguardando publicação pela secretaria		
0037179-92.2013.4.01.3800	14/1/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Apelação. Autora Julgada Em 22/10/18 - Provida Embargos Declaração: Julgado em 25/3/19 - provimento negado Observação/Providência: Aguardando publicação pela secretaria		
0010394-27.2015.4.01.9199	6/3/2015	198 - Apelação
Apelação: Julgado em 22/10/18 - parcial provimento embargos declaração: julgado em 25/3/2019 - negado provimento Observação/Providência: Aguardando publicação secretaria		
0006356-93.2013.4.01.3814	16/9/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Apelação: julgamento em 22/10/19 - negado provimento apelação inss embargos declaração: julgamento em 25/3/19 - negado provimento. Observação/Providência: aguardando publicação pela secretaria		
0051896-43.2015.4.01.9199	2/10/2015	198 - Apelação
Apelação: julgada em 22/10/18 - negado provimento embargos declaração: julgado em 25/3/19 - negado provimento. Observação/providência: aguardando publicação pela secretaria		
0051048-59.2012.4.01.3800	14/4/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Apelação do INSS: julgado em 22/10/18 - negado provimento embargos declaração: julgado em 25/3/19 - negado provimento		

Observação/Providência: aguardando publicação pela secretaria		
0053694-42.2012.4.01.3800	27/1/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Apelação da parte autora: julgada em 22/10/18 - parcial provimento embargos declaração: julgado em 25/3/19 - negado provimento. Observação/Providência: aguardando publicação pela secretaria		
0051103-75.2013.4.01.9199	25/10/2013	198 - Apelação
Apelação: julgada em 22/10/18 - parcial provimento embargos declaração: julgado em 25/3/19 - negado provimento. Observação/Providência: aguardando publicação pela secretaria		
0070406-25.2003.4.01.3800	1/6/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Apelação: julgada em 28/11/2016 - negado provimento último embargos declaração opostos: julgado em 25/3/19 - negado provimento. Observação/Providência: aguardando publicação pela secretaria		
0000145-60.2012.4.01.3819	9/12/2013	198 - Apelação
Apelação: julgamento em 22.10.18 - parcial provimento embargos declaração: julgados em 25/3/19 - negado provimento. Observação/Providência: aguardando publicação embargos pela secretaria		
0052650-53.2013.4.01.9199	5/11/2013	198 - Apelação
Apelação: julgada em 10/9/18 - dado provimento embargos declaração: julgado em 25/3/19 -parcial provimento. Observação/Providência: aguardando publicação pela secretaria		
0071294-10.2014.4.01.9199	11/12/2014	198 - Apelação
Apelação: julgada em 25/3/19 - negado provimento à apelação por maioria. Observação/Providência: aguardando publicação pela secretaria		
0014781-66.2007.4.01.9199	20/4/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo a ser pautado para julgamento na sessão de 20/5/19. Minuta pronta: dado provimento à apelação da parte autora para condenar o INSS à implantação e pagamento da pensão por morte.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO



1ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA

JUIZ FEDERAL LEANDRO SAON DA CONCEIÇÃO BIANCO

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

JF Leandro Saon da Conceição Bianco

2.2 Turma

Câmara Previdenciária - CRP de Juiz de Fora

2.3 Competência

Direito Previdenciário

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Leandro Saon da Conceição Bianco.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):

Não se aplica.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

José Luiz Fraga Filho

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	3
Estagiários de nível superior	3
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação	421
Processos suspensos/sobrestados	0
Processos conclusos	337
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	0
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não houve mutirão
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica

Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não se aplica
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não se aplica

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	421
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	10
Outros	1

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	421
Apelações cíveis	416
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	

<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	45
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	23
Agravos legais/regimentais	0
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	5

Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	5
---	---

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	0
3º ano anterior	0
4º ano anterior	208
5º ano anterior ou mais antigo	124

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	20
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	0
Total de Processos julgados*	278
Total de Processos baixados	0
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-278
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	0

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Esta é a primeira inspeção desta unidade
Total de feitos não regularizados	Esta é a primeira inspeção desta unidade

Total de feitos verificados na inspeção anterior	Esta é a primeira inspeção desta unidade
Total de feitos não regularizados	Esta é a primeira inspeção desta unidade

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)

Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)

Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não se aplica

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não se aplica

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Não se aplica

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

O Gabinete ratifica que os feitos constantes da lista do presente relatório serão incluídos em pauta nas próximas sessões.

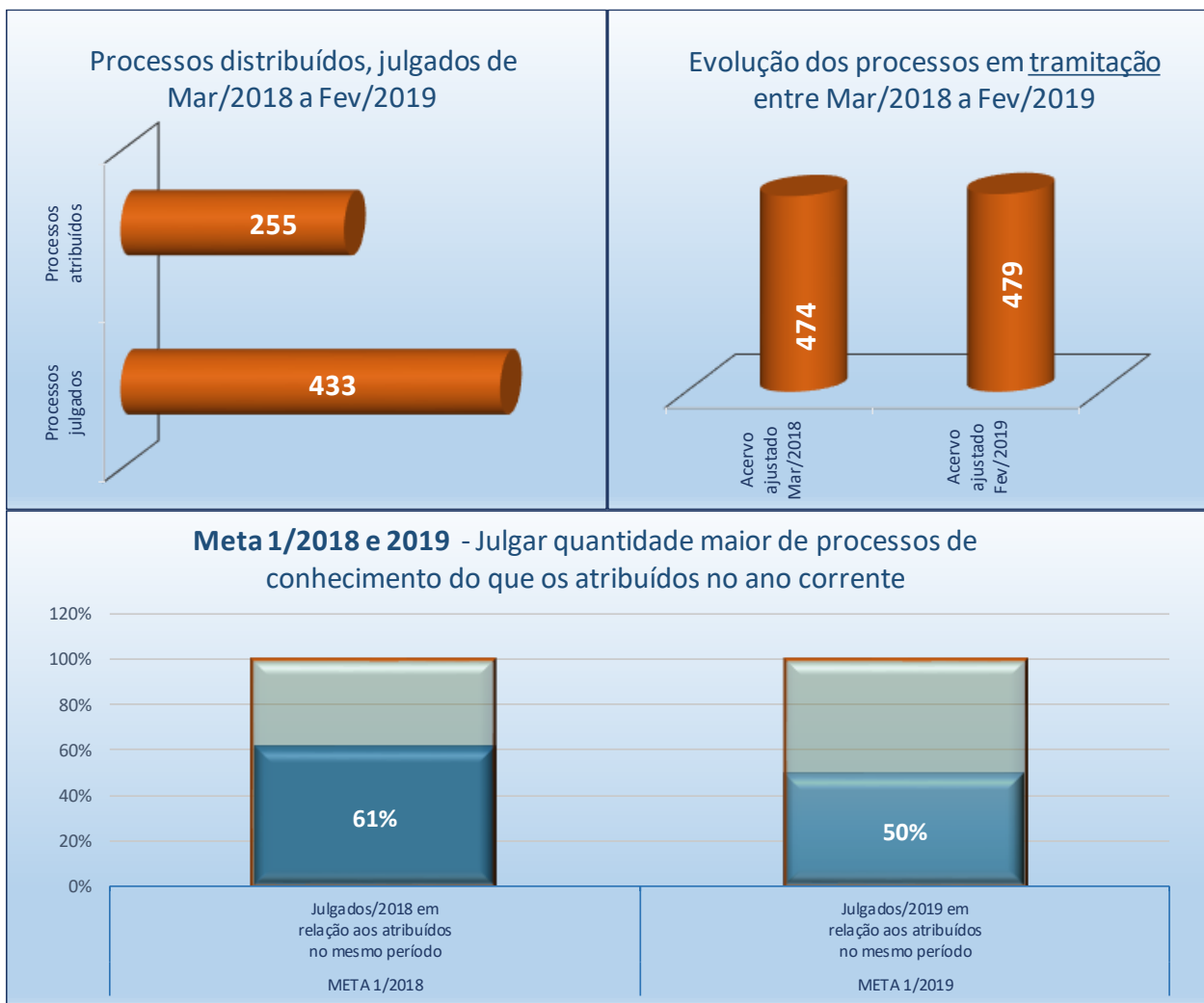
9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0019874-29.2015.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0077204-89.2009.4.01.3800	10/2/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0030652-66.2009.4.01.3800	19/2/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0002379-97.2011.4.01.3803	16/9/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com a instrução em ordem e será pautado nas próximas sessões.		
0077220-43.2009.4.01.3800	11/3/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0002399-85.2011.4.01.3804	12/5/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com a instrução em ordem e será pautado nas próximas sessões.		
0004206-84.2013.4.01.3800	6/2/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com a instrução em ordem e será pautado nas próximas sessões.		
0017843-65.2014.4.01.3801	16/7/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0000587-27.2005.4.01.3801	26/1/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: julgado pela CRP-JFA na sessão de 18/3/2019		
0006140-45.2011.4.01.3801	30/7/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0007445-30.2015.4.01.9199	20/2/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 18/3/2019.		
0057656-39.2013.4.01.3800	23/7/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0002155-29.2015.4.01.3801	4/11/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: o processo está com a instrução em ordem e será pautado nas próximas sessões.		
0066278-12.2013.4.01.9199	29/1/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 18/3/2019.		
0008109-61.2015.4.01.9199	24/2/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário

Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0012839-47.2014.4.01.3801	4/9/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0065606-33.2015.4.01.9199	15/12/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0088401-07.2010.4.01.3800	3/2/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0002150-92.2011.4.01.3818	9/9/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: julgado na sessão de 18/3/2019		
0042506-52.2012.4.01.3800	3/9/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0042798-68.2014.4.01.9199	22/8/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 18/3/2019.		
0061294-48.2014.4.01.9199	28/10/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0000226-29.2013.4.01.3801	24/9/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o presente processo será pautado nas próximas sessões.		
0000376-10.2013.4.01.3801	9/6/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo está com a instrução em ordem e será pautado nas próximas sessões.		
0001604-27.2012.4.01.3810	11/9/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: julgado pela CRP-JFA na sessão de 18/3/2019.		
0006193-16.2013.4.01.3814	31/7/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0007271-87.2013.4.01.3800	31/3/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		
0013442-28.2011.4.01.3801	23/10/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 18/3/2019		
0014047-71.2011.4.01.3801	13/1/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 18/3/2019.		
0028899-35.2013.4.01.3800	28/4/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluído em pauta nas próximas sessões.		

0002793-67.2012.4.01.3801	20/8/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com a instrução em ordem e será pautado nas próximas sessões.		
0003538-21.2011.4.01.3821	4/2/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com a instrução em ordem e será pautado nas próximas sessões.		
0005379-14.2014.4.01.9199	17/3/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com a instrução em ordem e será pautado nas próximas sessões.		
0010383-32.2014.4.01.9199	28/3/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 18/3/2019.		
0046548-88.2008.4.01.9199	19/9/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo remetido à Secretaria da 1ª CRP/JFA para publicação de despacho, em 9/4/2019.		
0003821-51.2004.4.01.3801	2/4/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado na sessão do dia 18/3/2019.		
0000564-11.2010.4.01.3800	21/1/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo suspenso, conforme acórdão de fls. 479 dos autos, em razão da afetação da matéria pelo julgamento do STJ, nos termos do voto do Relator.		
0003361-98.2003.4.01.3801	25/8/2005	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com a instrução em ordem e será pautado nas próximas sessões.		
0030650-59.2013.4.01.9199	11/6/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: processo julgado na sessão de 18/3/2019.		
0000472-64.2009.4.01.3801	11/1/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: o processo está com a instrução em ordem e será pautado nas próximas sessões.		
0073836-69.2012.4.01.9199	28/11/2012	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com instrução em ordem e será incluída em pauta nas próximas sessões.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO



1ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA

JUIZ FEDERAL MARCELO MOTTA DE OLIVEIRA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

JF Marcelo Motta de Oliveira

2.2 Turma

1ª Câmara Previdenciária de Juiz de Fora.

2.3 Competência

Previdenciário

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Marcelo Motta de Oliveira.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Prejudicado.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Não há.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Estagiários de nível superior	3
Servidores efetivos	-
Servidores sem vínculo	-
Estagiários de nível médio	-
Outros	-

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação	1.516
Processos suspensos/sobrestados	0
Processos conclusos	1.331
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	1.516
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	1.929
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	1.313
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.684
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Prejudicado
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica

Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.505
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	36
Outros	4

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	1.505
Apelações cíveis	1.490
Agravos de instrumento	2
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica

<i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Revisões criminais	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Recursos em Sentido Estrito	Não se aplica
Recursos em <i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Recursos em Mandado de Segurança	Não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
<i>habeas corpus</i>	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	38
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	15
Agravos legais/regimentais	1
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	4

Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	4
---	---

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos concluídos, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	1
3º ano anterior	0
4º ano anterior	220
5º ano anterior ou mais antigo	1.109

4.14 Processos concluídos de outros Gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	3
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	0
Total de Processos julgados*	424
Total de Processos baixados	0
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-424
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	0

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não se aplica
Total de feitos não regularizados	Não se aplica

Total de feitos verificados na inspeção anterior	Não se aplica
Total de feitos não regularizados	Não se aplica

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)

Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)

Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)

Pendentes	Não se aplica
-----------	---------------

Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica
------------------------------------	---------------

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não se aplica

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não se aplica

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Não se aplica

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

A Câmara enfrenta dificuldades em razão da falta de quadro próprio de servidores; a assessoria é feita exclusivamente por estagiários, cujo número diminuiu, com aumento de jornada, levando à saída conjunta dos estagiários. Não há nem mesmo função comissionada para a chefia da Secretaria. Todavia, com tais dificuldades e com os juizes convocados sem prejuízo de suas atribuições, acreditamos que a experiência tem sido exitosa, contribuindo para o julgamento de razoável número de recursos, desafogando a Corte em benefício do jurisdicionado.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0015945-17.2014.4.01.3801	29/7/2015	-
Observação/Providência: Partes intimadas por remessa. Embargos de declaração opostos. Aguardando inclusão em pauta.		
0043527-94.2014.4.01.9199	26/8/2014	-
Observação/Providência: Processo em ordem. Acórdão publicado. Aguardando decurso do prazo recursal.		
0020299-95.2011.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0029975-12.2004.4.01.3800	29/4/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Proferida decisão relativa aos embargos de declaração. Aguardando publicação. Aguardando inclusão em pauta.		
0045471-03.2012.4.01.3800	5/11/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta de julgamento		
0017728-23.2009.4.01.3800	9/3/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0004917-06.2006.4.01.3810	20/6/2012	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0000526-86.2007.4.01.3805	24/5/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0000845-32.2008.4.01.3801	6/10/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0001158-22.2006.4.01.3814	2/2/2009	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0002721-07.2008.4.01.3806	25/4/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0010143-51.2008.4.01.3800	19/10/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0036924-49.2007.4.01.9199	24/8/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0001387-94.2006.4.01.3809	12/2/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0012499-87.2006.4.01.3800	4/12/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Retirado de pauta. Será incluído na pauta da próxima Sessão.		
0004782-45.2007.4.01.3814	17/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Processo em ordem. Acórdão publicado. Aguardando decurso do prazo recursal.		
0028228-24.2007.4.01.9199	13/7/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário

Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0034767-06.2007.4.01.9199	13/8/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0038498-42.2006.4.01.3800	14/4/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0002509-69.2006.4.01.3801	3/12/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0004885-89.2006.4.01.3813	27/8/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0056206-39.2008.4.01.9199	22/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0012023-49.2006.4.01.3800	5/5/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0017346-66.2008.4.01.9199	7/4/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0000952-38.2006.4.01.3804	9/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Processo em ordem. Acórdão publicado. Aguardando decurso do prazo recursal.		
0005948-91.2006.4.01.3800	15/8/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0006462-35.2006.4.01.3803	16/4/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0007319-57.2006.4.01.3811	6/3/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Acórdão publicado. Aguardando decurso do prazo recursal.		
0007894-64.2007.4.01.3800	8/8/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0014363-97.2005.4.01.3800	27/3/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0017944-20.2008.4.01.9199	7/4/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Acórdão publicado. Aguardando decurso do prazo recursal.		
0025141-29.2005.4.01.3800	5/12/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: Retirado de pauta. Será incluído na pauta da próxima Sessão.		
0060243-12.2008.4.01.9199	18/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0062125-58.2008.4.01.0000	18/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0001340-05.2006.4.01.3815	20/3/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário

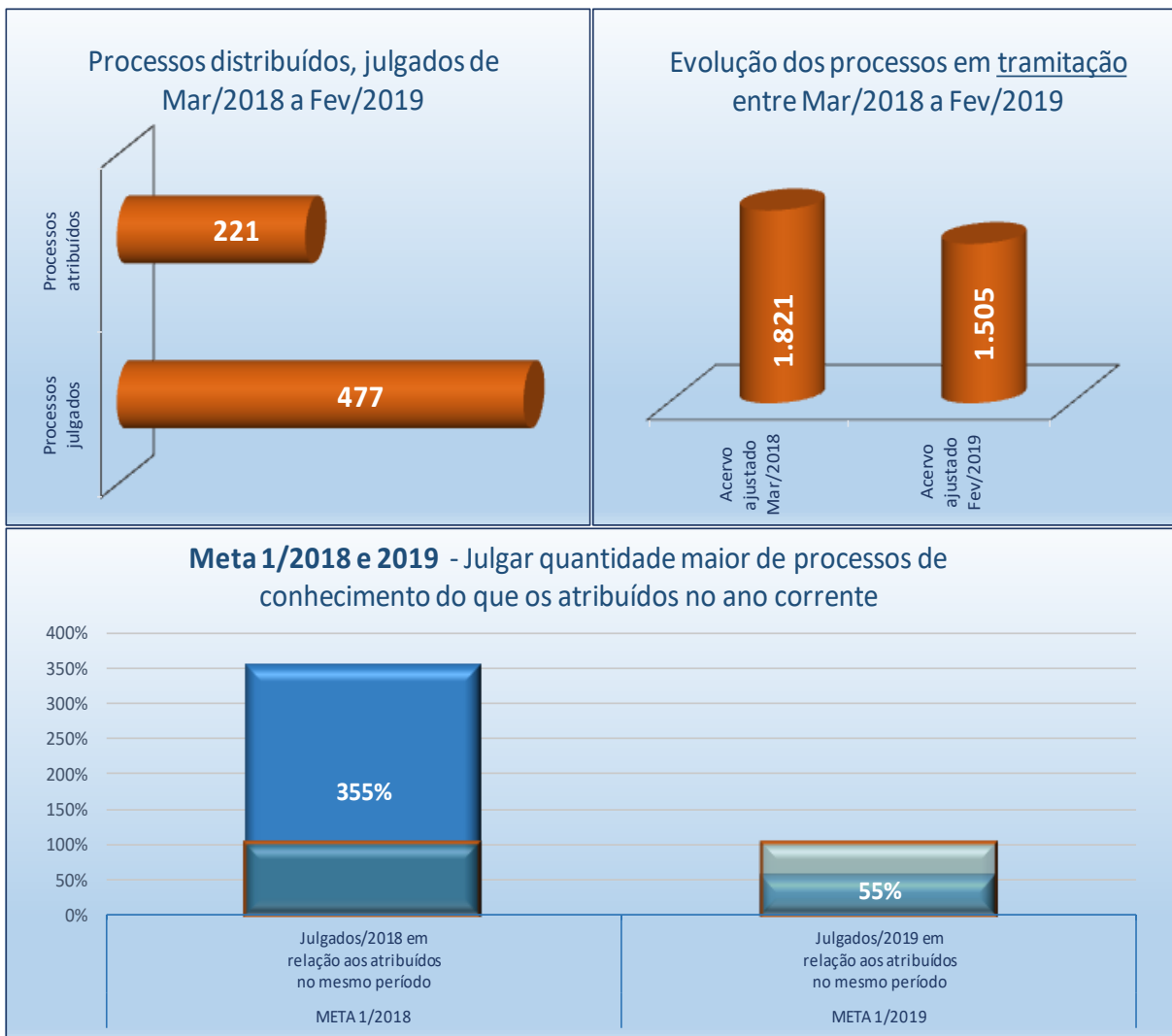
Observação/Providência: Processo em ordem. Acórdão publicado. Aguardando decurso do prazo recursal.		
0009740-14.2006.4.01.3813	13/2/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0035465-15.2004.4.01.3800	5/6/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0021170-02.2006.4.01.3800	18/12/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Processo em ordem. Acórdão publicado. Aguardando decurso do prazo recursal.		
0003843-12.2007.4.01.9199	26/1/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: Processo em ordem. Acórdão publicado. Aguardando decurso do prazo recursal.		
0002010-10.2005.4.01.3805	18/10/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0023725-26.2005.4.01.3800	15/10/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Retirado de pauta. Será incluído na pauta da próxima Sessão.		
0002763-08.2012.4.01.3809	14/8/2013	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0009131-61.2006.4.01.3803	7/11/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta de julgamento.		
0010255-59.2004.4.01.3800	7/2/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Processo em ordem. Acórdão publicado. Aguardando decurso do prazo recursal.		
0011608-24.2010.4.01.3801	30/8/2012	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: Processo em ordem. Acórdão publicado. Aguardando decurso do prazo recursal.		
0001172-79.2005.4.01.3801	15/10/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0001861-02.2000.4.01.3801	3/7/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0001131-15.2005.4.01.3801	15/10/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0002239-45.2006.4.01.3801	23/10/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0007686-19.2003.4.01.3801	7/3/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0009263-93.2007.4.01.3800	2/12/2014	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo em ordem. Aguardando inclusão em pauta.		
0004883-92.2005.4.01.3801	19/10/2009	199 - Reexame Necessário

Observação/Providência: Processo em ordem. Acórdão publicado. Aguardando decurso do prazo recursal.

0014662-40.2006.4.01.3800	8/10/2009	199 - Reexame Necessário
---------------------------	-----------	--------------------------

Observação/Providência: processo em ordem. Determinada a remessa à Secretaria para certificar o trânsito em julgado.

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



1ª CÂMARA PREVIDENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA

JUIZ FEDERAL UBIRAJARA TEIXEIRA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Juiz Federal Ubirajara Teixeira

2.2 Turma

Câmara Regional Previdenciária

2.3 Competência

Apreciação e o julgamento do acervo previdenciário pendente de julgamento no Tribunal, oriundo das respectivas Seções Judiciárias, nas ações em que o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS seja parte que, por conveniência da Corte, lhe devam ser cometidos".

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Ubirajara Teixeira

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Kelsy Conceição Caiafa Pereira, Analista Judiciária, matrícula 1010550, ocupante da função da Assistente Técnico III (FC-03) no Gabinete do Juiz Titular.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	1
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo (Posição: 28/2/2019)	
Total em tramitação	1.036
Processos suspensos/sobrestados	0
Processos conclusos	745
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em Mutirão, Turma Suplementar	0

4.2 Evolução do acervo no último ano	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	0
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior) *	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de conclusos no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao final do mês anterior)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar sim ou não	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por Desembargador e Juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	0
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	1.036
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	23

Outros	4
--------	---

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	1.036
Apelações cíveis	1.021
Agravos de instrumento	0
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em <i>habeas corpus</i>	0
Recursos em Mandado de Segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
<i>habeas corpus</i>	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no Gabinete	
Total de feitos	0

Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	93
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	62
Agravos legais/regimentais	0
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	0
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	11
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	9

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	0
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	0

4.13 Processos conclusos, por ano de distribuição	
Ano atual	0
Ano anterior	0
2º ano anterior	0
3º ano anterior	0
4º ano anterior	234
5º ano anterior ou mais antigo	511

4.14 Processos conclusos de outros Gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de Processos distribuídos	0
Total de Processos julgados*	640
Total de Processos baixados	0
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-640
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	0

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não houve
Total de feitos não regularizados	Não se aplica
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Não se aplica
Total de feitos não regularizados	Não se aplica

5. METAS

5.1 META 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.2 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2013)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.3 META 2/2018 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2014 a 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.4 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.5 META 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos de 1/1/2015 a 31/12/2015)

Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.6 META 4/2018 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2015)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.7 META 4/2019 CNJ (Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016)

Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.8 META 5/CNJ (Impulsionar processos à execução)

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2018 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.10 META 6/2019 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015)

Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.11 META ESPECÍFICA 1 (Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente)

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica

Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2018 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes em 31/12/2018	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2019 -Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo)

Pendentes	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Não houve inspeção anterior

6.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Não se aplica

6.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não se aplica

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A Unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso

Não se aplica

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Será priorizado o julgamento dos processos em conclusão há mais de dois anos, o que deverá ocorrer nas próximas quatro sessões de julgamento. Os trabalhos estão sendo organizados para o julgamento no corrente ano de 2019 de todos os processos remetidos a este relator até 31/12/2018.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

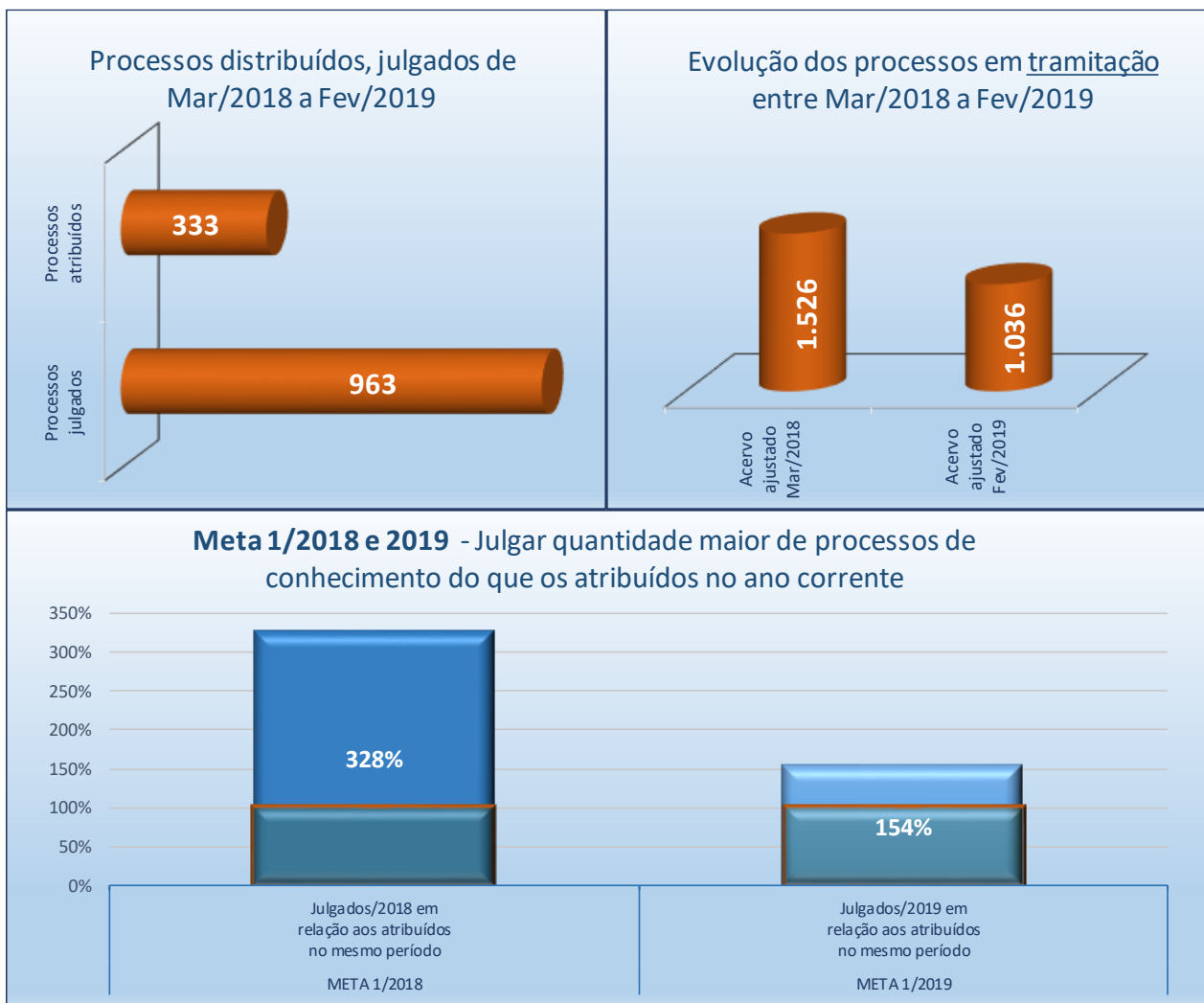
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0024148-73.2011.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0062631-72.2014.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0032770-07.2015.4.01.9199	7/7/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		
0012787-93.2010.4.01.3800	18/3/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0073261-61.2012.4.01.9199	26/11/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0024173-62.2006.4.01.3800	22/4/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0025399-05.2006.4.01.3800	15/2/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0011923-94.2006.4.01.3800	21/11/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0016925-13.2007.4.01.9199	10/5/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0022124-48.2006.4.01.3800	22/7/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		

0043339-17.2005.4.01.3800	27/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		
0010778-37.2005.4.01.3800	17/12/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		
0054764-38.2008.4.01.9199	21/10/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0059133-49.2003.4.01.3800	1/8/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		
0007952-97.2003.4.01.3803	10/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0050302-38.2008.4.01.9199	6/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0014329-88.2006.4.01.3800	4/11/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		
0000263-57.2007.4.01.3804	9/12/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas quatro sessões de julgamento.		
0000544-90.2008.4.01.9199	7/1/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas quatro sessões de julgamento.		
0002469-78.2006.4.01.3804	17/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		
0004883-22.2006.4.01.3813	24/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0036045-45.2004.4.01.3800	27/11/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0011196-05.2006.4.01.3811	25/10/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0016290-06.2002.4.01.3800	27/5/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0050525-96.2002.4.01.3800	30/7/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		
0033472-31.2007.4.01.9199	3/8/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		

0053097-17.2008.4.01.9199	10/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0004215-35.2007.4.01.3807	14/5/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0028209-84.2005.4.01.3800	13/11/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0004897-74.2008.4.01.3800	29/4/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		
0005181-78.2005.4.01.3803	26/6/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0049921-30.2008.4.01.9199	3/10/2008	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0019509-22.2005.4.01.3800	31/5/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0042562-32.2005.4.01.3800	23/11/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0014275-30.2003.4.01.3800	27/3/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0003572-05.2006.4.01.3810	26/6/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0013340-58.2001.4.01.3800	27/2/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0005242-02.2006.4.01.3803	28/9/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0000033-91.2007.4.01.3811	31/10/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0003848-42.2001.4.01.3800	21/11/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0037927-08.2005.4.01.3800	5/2/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário

Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0003651-08.2006.4.01.3802	5/3/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0003911-64.2006.4.01.3809	5/7/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0006421-41.2006.4.01.3812	20/4/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		
0028645-74.2007.4.01.9199	27/7/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		
0040034-30.2002.4.01.3800	25/10/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0001999-29.2006.4.01.3810	13/4/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas quatro sessões de julgamento.		
0014906-83.2007.4.01.0000	20/4/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0039839-74.2004.4.01.3800	26/2/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo foi identificado e será incluído numa das próximas três sessões de julgamento.		
0002359-52.2006.4.01.3813	7/2/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		
0006259-81.2003.4.01.3802	2/7/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: O processo já foi incluído em pauta e julgado.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO



E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

SECRETARIA JUDICIÁRIA

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1 Secretaria Judiciária

1.2 Diretora de Secretaria: Gisele Metello de Mattos

1.3 Tempo de atuação: 30/4/2018

1.4 Órgãos vinculados: Central de Triagem e Remessa às CRPs- CETRI; Núcleo Regional de Apoio do Processo Judicial Eletrônico – PJe – NUPJE; Seção de Suporte Administrativo – SESUD; Divisão de Sobrestamento e Arquivo Judicial – DISAR; Coordenadoria da Corte Especial, das Seções e de Feitos da Presidência – COSEP; Coordenadorias de Turmas – CTUR; Coordenadoria de Taquigrafia.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora em exercício da Secretaria, Cíntia Paganini Costa. A Diretora de Secretaria, Gisele Metello de Mattos, se encontrava em gozo de férias.

1.5 Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2017	4			3		7	
Inspeção/2019	4			2		6	4

Obs. A unidade conta com 4 Oficiais de Justiça, sendo 3 efetivos e 1 requisitado.

2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

1. Prestar apoio ao titular da unidade superior e aos demais servidores nos assuntos administrativos e no preparo e conferência de expedientes e correspondências.
2. Elaborar minutas de documentos, correspondências e expedientes, tabular dados e prestar informações.
3. Proceder ao recebimento de comunicações, processos e documentos eletrônicos ou em suporte papel, controlando prazos e orientações.
4. Expedir documentos, correspondências e processos.

5. Encaminhar atos e documentos para publicação.
6. Avaliar, selecionar, organizar e encaminhar ao Arquivo Administrativo os documentos e processos físicos para guarda intermediária ou permanente.
7. Recepcionar visitantes, marcar reuniões, fazer contatos telefônicos e prestar informações sobre assuntos pertinentes à unidade.
8. Zelar pela guarda e conservação do mobiliário e equipamentos da unidade.
9. Comunicar à área de controle patrimonial a ocorrência de danos, extravios, inutilização e transferência de material permanente.
10. Requerer à área responsável a limpeza das instalações e do mobiliário.
11. Providenciar requisição de materiais e de serviços, controlando sua execução.
12. Receber, controlar, guardar e distribuir material necessário ao desenvolvimento das atividades da unidade.
13. Alimentar os sistemas informatizados com dados referentes às atividades desenvolvidas pela área destinados à rede corporativa, intranet, internet e similares.
14. Manter organizados e atualizados os documentos da unidade, em suporte eletrônico ou em papel.
15. Providenciar o atendimento às consultas formuladas por unidades ou órgãos externos.
16. Elaborar estudos, relatórios e projetos para divulgação e aprimoramento das atividades da unidade.
17. Executar os contratos pertinentes às competências da área.
18. Desenvolver novas formas de trabalho para fomentar o incremento da eficiência, da eficácia e da efetividade da unidade.
19. Colaborar com a implementação do plano estratégico do TRF e o cumprimento de metas, projetos e iniciativas.
20. Desempenhar outras atribuições afetas à unidade previstas em normas ou delegadas pela autoridade superior.

3. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0012619-25.1999.4.01.3300	10/10/2002	198 - Apelação
Em cumprimento ao Of. 5316/STF, de 21/12/2017, reiterado pelo Of. 15660, de 13/8/2018, o TRF1 encaminhou ao STF, via malote, a referida Apelação (Of. SECJU n. 006, de 30/8/2018), faltando apenas o registro da movimentação processual no Sistema, a qual já foi inserida com a data do envio.		

4. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Constatou-se na data da inspeção que o processo n. 0012619-25.1999.4.01.3300 encontrava-se com o registro da movimentação processual regularizada no sistema eletrônico do Tribunal.

A grande demanda da Secretaria Judiciária concentra-se na Central e Mandados, com a distribuição e acompanhamento do cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça;

Foi criado um e-mail para as comunicações institucionais, com destaque para o acompanhamento sistemático por todos os servidores da unidade, com objetivo de evitar o perecimento de prazos, acompanhamento de demandas urgentes e o emprego da correspondente providência;

Como boa prática informada, o funcionamento da mensagem eletrônica entre as unidades componentes da Secretaria Judiciária, que vem dando satisfatório resultado ao acatar prazos e promover a devida providência às demandas apresentadas.

5. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendação a ser feita.

COORDENADORIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1 ÓRGÃO: Coordenadoria de Registros e Informações Processuais.

1.2 Diretora: Nelcília Maria Ladeira, atualmente licenciada. A chefia da Coordenadoria está sendo exercida pelo Aluizio Alves de Oliveira, substituto da Coordenadora. O Senhor Aluizio de Oliveira chefia a Divisão de Protocolo há 10 anos.

1.3 Tempo de atuação: Atuação do Coordenador substituto há aproximadamente 1 ano e 2 meses.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Coordenador Substituto, Aluizio Alves de Oliveira, pela chefe da Divisão de Análise, Classificação e Autuação de feitos Processuais, Edileuda Martins de Paiva, pelo Manoel Antônio Hosana de Oliveira, chefe da Divisão de Cadastro, Registro e Distribuição Processual.

A reunião foi realizada previamente aos testes feitos no sistema de distribuição, no dia 15/5/2019, com início às 9h05, prosseguiu durante a fase de testes, e foi concluída às 11h50.

1.4 Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Subsecretaria de Registros e Informações Processuais
Servidores efetivos	35
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	2
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	80
Vagas não ocupadas	(4)
Estagiários	37
TOTAL	154
Servidores em área-fim	37

2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

Atualmente a CORIP encontra-se subordinada à Secretaria de Análise, Regularidade Processual e Jurisprudência.

A Coordenadoria tem por atribuição coordenar as atividades relativas ao recebimento, protocolo, registro, classificação e distribuição das petições e processos, e às informações processuais no TRF 1ª Região.

As tarefas atribuídas à CORIP são diretamente afetas ao processamento de feitos de competência originária e recursal, razão pela qual deve ser questionado o fato de não estar subordinada à Secretaria Judiciária, já que se trata de fase inicial de processamento de feitos originários e recursais.

3. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0013480-63.2013.4.01.3803	16/1/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo recebido nesta CORIP em 3/4/2019 e está aguardando remessa para o STJ, com previsão para remessa até 12/4/2019.		
0037488-52.2012.4.01.9199	29/6/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ em 3/4/2019.		
0053954-73.2012.4.01.0000	29/8/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ em 3/4/2019.		
0050167-36.2012.4.01.0000	13/8/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ em 3/4/2019.		
0001016-45.2015.4.01.3800	22/1/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ em 27/3/2019.		
0000977-17.2011.4.01.3500	14/7/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ em 2/4/2019.		
0047711-30.2014.4.01.3400	22/6/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: processo digitalizado e encaminhado ao STJ em 3/4/2019.		
0021196-79.2018.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo recebido no gabinete do Desembargador Federal Francisco Neves da Cunha em 29/3/2019.		
0052011-69.2013.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso ao relator (Desembargador Federal Olindo Menezes) em 20/3/2019.		
0004747-23.2018.4.01.3807	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso à relatora (Desembargadora Federal Mônica Sifuentes) em 15/3/2019.		
0027952-75.2017.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso ao relator (Desembargador Federal Olindo Menezes) em 18/3/2019.		
0019313-43.2018.4.01.3300	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso ao relator (Desembargador Federal Néviton Guedes) em 26/3/2019.		
0000416-20.2017.4.01.4005	1/1/2019	-

Observação/Providência: processo recebido no gabinete da Desembargadora Federal Mônica Sifuentes em 20/3/2019.		
0001609-59.2015.4.01.3902	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso ao relator (Desembargador Federal Cândido Ribeiro) em 22/3/2019.		
0001147-32.2016.4.01.3817	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso à relatora (Desembargadora Federal Mônica Sifuentes) em 20/3/2019.		
0022449-20.2010.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso ao relator (Desembargador Federal Cândido Ribeiro) em 22/3/2019.		
0002481-73.2016.4.01.3503	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso ao relator (Desembargador Federal Cândido Ribeiro) em 22/3/2019.		
0003538-52.2000.4.01.4000	1/1/2019	-
Observação/Providência: Restauração de autos ordenada e distribuída em 9/12/2011 com o nº 0072870-92.2011.4.01.0000, ainda não concluída.		
0011642-56.2011.4.01.3803	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ em 19/3/2019.		
0004570-17.2003.4.01.3700	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso à relatora (Desembargadora Federal Mônica Sifuentes) em 21/3/2019.		
0001545-85.2011.4.01.4000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ em 14/3/2019 e autos físicos com baixa definitiva à origem, conforme determina Resolução CJF 237/2013 em 27/3/2019.		
0027809-41.2003.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ em 14/3/2019 e autos físicos com baixa definitiva à origem, conforme determina a Resolução CJF 237/2013 em 27/3/2019.		
0040009-22.1999.4.01.3800	19/9/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: Restauração de baixa definitiva lançada em 23/1/2014 foi equivocada. Processo distribuído neste Tribunal com o nº 0003420-08.2014.4.01.9199, originário da Comarca de Bonfim/MG (correção do lançamento da fase realizada em 2/4/2019).		
0029992-02.2004.4.01.0000	13/10/2004	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: processo não deveria estar na lista de inspeção desta CORIP, uma vez que o lançamento da fase do dia 17/12/2015, "processo remetido Diretoria-Geral do TRF" foi feita pela DIFEP - Divisão de Processamento dos Feitos da Presidência.		
0019200-04.2000.4.01.3500	11/3/2002	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Restauração de autos ordenada, distribuída em 17/2/2017 com o nº 73931520174010000, ainda não concluída.		
0016731-60.1997.4.01.3800	5/4/2004	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Restauração de autos ordenada, distribuída em 17/2/2017 com o nº 73923020174010000, ainda não concluída.		

0004174-52.2011.4.01.9199	15/2/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo remetido pela Comarca de Silvânia/GO ao TRF1 por equívoco. Devolvido à origem em 12/8/2017 (correção da movimentação realizada em 3/4/2019).		
0057882-46.2013.4.01.9199	29/11/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: processo remetido pela Comarca de Silvânia/GO ao TRF1 por equívoco. Autos devolvidos à origem em 12/6/2017 (correção da fase realizada em 3/4/2019).		
0062521-78.2011.4.01.9199	27/10/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Restauração de baixa definitiva lançada em 23/6/2017 foi equivocada. Processo teve declínio de competência para o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, conforme movimentação processual lançada em 2/9/2015 (correção da fase realizada em 2/4/2019).		
0009050-64.2009.4.01.3300	5/8/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo requisitado da origem para cumprimento de diligência determinada pelo STJ. Devolução dos autos ocorreu em 20/10/2017 e faltou lançamento da fase de baixa definitiva (correção realizada em 2/4/2019).		
0065277-55.2014.4.01.9199	12/11/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Restauração de baixa definitiva lançada em 31/10/2017 foi equivocada. A Comarca de Primavera do Leste/MT remeteu o processo ao TRF1 indevidamente e a devolução dos autos à Comarca ocorreu em 20/11/2017 (correção do lançamento da fase realizada em 2/4/2019).		
0046431-83.2007.4.01.0000	4/10/2007	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Restauração de baixa definitiva lançada em 10/11/2017 foi equivocada. Processo distribuído neste Tribunal com o nº 0056485-10.2017.401.9199 para julgamento de recurso (correção do lançamento da fase realizada em 25/3/2019).		
0018293-13.2014.4.01.9199	14/4/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: Restauração de baixa definitiva lançada em 18/1/2018 foi equivocada. Processo foi remetido pela Comarca de Araguacema/TO, via malote digital, a outro setor do TRF1. Informo que já localizamos os autos e estamos providenciando sua distribuição.		
0024924-70.2014.4.01.9199	15/5/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: Restauração de baixa definitiva lançada em 10/11/2017 foi equivocada. Processo distribuído neste Tribunal tendo como origem a Subseção Judiciária de Montes Claros/MG com o nº 0009254-32.2015.4.01.3807 (correção realizada em 2/4/2019).		
0020614-26.2011.4.01.9199	27/4/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Restauração de baixa definitiva lançada em 23/1/2018 foi equivocada, processo baixou à origem apensado ao feito nº 0003159-04.2018.4.01.9199 (correção do lançamento realizada em 2/4/2019).		
0043840-36.2006.4.01.9199	10/11/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: processo distribuído como apelação oriunda da Subseção Judiciária de Paracatu/MG com o nº 0000636-68.2015.4.01.3817 (correção do lançamento da fase realizada em 2/4/2019).		

4. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Foram selecionados 35 processos para inspeção presencial, todos físicos, os quais tramitavam em unidades externas, razão pela qual foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Observou-se ter sido dado andamento a todos os processos listados.

5. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Na entrevista realizada com os integrantes da equipe da Coordenadoria, nominados anteriormente, foi apurado:

- 1) A Divisão de Análise, Classificação e Autuação de Feitos processuais é composta por 19 servidores, 9 prestadores de serviço e 16 estagiários de nível superior.
- 2) Servidores, prestadores de serviço e estagiários, indistintamente, realizam as atribuições de competência da Divisão. (DIANC)
- 3) Incumbe à Divisão (DIANC):
 - a) Alimentar as informações processuais dos feitos no sistema;
 - b) Fazer o controle de prevenção para fins de distribuição de feitos;
 - c) Encaminhar, após o lançamento das informações no sistema, os processos para a Divisão de Cadastro, Registro e Distribuição, para subsequente distribuição do processo no sistema.
- 4) Especificamente em relação à atuação de estagiários, foi esclarecido que eles fazem tanto o lançamento de informações processuais, como o controle de prevenção dos processos;
- 5) Os estagiários são treinados por aproximadamente um mês. Após o período de treinamento o serviço feito por eles não é mais supervisionado ou revisto por outro servidor;
- 6) Qualquer um dos servidores, prestadores de serviços ou estagiários pode alterar as informações constantes no sistema, inclusive, o registro de impedimentos dos Desembargadores;
- 7) O controle de prevenção é realizado, exclusivamente, pelo número do processo indicado pela parte, “o que leva aos processos conexos”. Segundo explicitado, com base no número do processo informado pela parte é verificado no sistema se existem ou não feitos conexos em 1º Grau. Caso localizado algum processo conexo, ambos os números dos processos são considerados para fins de prevenção; se não localizados processos conexos, somente o número indicado pela parte é utilizado para busca de eventual prevenção. Existe, todavia, a possibilidade de indicação de número de processo cadastrado no 2º grau, como causa de distribuição por prevenção. De todo modo, o único critério utilizado para

- fins de verificação de prevenção é o número de processo, usualmente informado pelas próprias partes;
- 8) Apenas em situações excepcionais, e se houver justificativas para pesquisar, consulta-se o nome da parte, CPF ou CNPJ;
 - 9) Apesar de algumas informações serem buscadas diretamente do sistema, grande parte é lançada manualmente pelos servidores, terceirizados ou estagiários;
 - 10) Não há controle ou supervisão do lançamento das informações processuais e do controle de prevenção, ressalvada a existência das travas do próprio sistema, por exemplo o cadastramento do feito como previdenciário e não constar o INSS no polo passivo;
 - 11) A chefe da Divisão (DIANC) afirmou que “confia plenamente no sistema Juris”;
 - 12) Indagado sobre as atribuições da Seção de Registro e da Seção de Cadastro, o Chefe da Divisão DIRAD, não soube explicar as diferenças de atribuições, e concluiu ser inexistente;
 - 13) A DIRAD é composta por 9 servidores, 2 servidores requisitados, 4 terceirizados e 14 estagiários de nível médio. Ainda, há 58 terceirizados vinculados à DIRAD que prestam serviços para a CEDIG.
 - 14) A distribuição é feita ordinariamente uma vez por dia, às 18h, ressalvados os casos de distribuição manual;
 - 15) A distribuição extraordinária de feitos urgentes é realizada de hora em hora;
 - 16) Não há distribuição automática e imediata dos processos no Sistema Juris.

No período da tarde houve a continuação da entrevista com o Coordenador Substituto, oportunidade em que foram apresentadas as estruturas físicas da Coordenadoria e das respectivas divisões.

Foram esclarecidas, ademais, dúvidas relativas aos processos listados, ao cumprimento das recomendações anteriores, bem assim ao recebimento e trâmite dos processos na unidade.

Além do quanto apurado supra, constatou-se a inexistência de sistema eletrônico seguro para a emissão de certidões, providência já recomendada na inspeção anterior. Indagado, o Coordenador Substituto argumentou não possuir estrutura suficiente para tanto.

Foi esclarecido, ainda, ter deixado de existir a prática do peticionamento cruzado.

6. RECOMENDAÇÕES

- 1) A Coordenadoria de Registros e Informações processuais apresenta falhas graves que comprometem a segurança da informação processual e o controle de prevenção. Muitas destas já foram apontadas na Inspeção anterior, porém não foram corrigidas. Seguem alguns exemplos:
 - a) Delegar somente aos servidores do quadro as tarefas relevantes para a distribuição de processos e emissão de certidões;
 - b) Criar relatórios e procedimentos ordinários e periódicos para a auditoria e distribuição;
 - c) Melhorar a transparência nas informações cadastrais e suas alterações relevantes para fins de distribuição e prevenção;
 - d) Eliminar todas as possibilidades de exclusão de dados relevantes nos processos;
 - e) Melhorar a integração dos dados de 1º e 2º grau;
 - f) Implementar melhorias nas rotinas de análise e prevenção de distribuição tornando-as o mais automatizadas possível, minimizando a intervenção humana.
- 2) Os testes realizados pela equipe de Informática do CJF reprovaram a segurança do sistema JURIS: i) quanto à possibilidade de direcionamento da distribuição; ii) quanto à vulnerabilidade e ineficácia do controle de prevenção; iii) quanto à não aleatoriedade da distribuição livre devido à regra de compensação ativa no sistema;
- 3) Recomenda-se a imperiosa adoção das seguintes medidas:
 - a) Vedar aos estagiários lançar informações processuais no sistema ou fazer a análise de prevenção;
 - b) Fazer o controle de prevenção de todos os processos considerando, concomitantemente, os seguintes critérios: nome da parte, número de CPF ou CNPJ, e número do processo;
 - c) Registrar, obrigatoriamente, todas as informações importantes para o controle de prevenção no termo de autuação da distribuição;
 - d) Inserir mecanismo de controle para identificar de imediato a alteração ou supressão de informações lançadas no sistema;
 - e) Inserir mecanismo de controle de litispêndência;
 - f) Conservar o histórico de alterações e movimentações das informações e fases processuais, facilitando seu acesso aos usuários do sistema;
 - g) Limitar a possibilidade de inserção de informação ou de sua modificação somente pela área competente, eliminando a possibilidade que venha a ser indevidamente suprimida ou alterada por outra unidade administrativa;
 - h) Deslocar a Coordenadoria de Registros e Informações Processuais para a Secretaria Judiciária;

- i) Inserir mecanismo de controle e revisão das informações manualmente lançadas por servidores, pois sua inexistência dificulta a percepção de erro ou falha da informação processual lançada no sistema;
- j) Unificar na mesma divisão as unidades administrativas responsáveis por todas as fases do fluxo dos processos: registro, lançamento de informações processuais, análise de prevenção e impedimentos; autuação, e distribuição. A unificação é necessária como forma de racionalizar as tarefas, evitar a existência de conflitos de atribuições e a superposição de tarefas, propiciar economia de recursos materiais e humanos, e facilitar o controle das fases procedimentais referentes ao registro e distribuição de processos no TRF da 1ª Região. Atualmente existem 9 diferentes Seções administrativas responsáveis por essas tarefas, o que não se justifica. A racionalização propiciaria o direcionamento da força de trabalho para a área fim.
- k) Extinguir a seção de registro ou a de cadastro, pois há superposição de atribuições, não se justificando a existência de ambas;
- l) Renovar as funções diretivas das Seções e divisões, de modo a possibilitar a introdução de novas metodologias de trabalho e a correção de eventuais falhas existentes nas rotinas de trabalho;
- m) Providenciar setor específico para expedição de certidões de distribuição e eleitorais, sendo recomendável a criação de um sistema eletrônico, a fim de que seja possível a expedição de certidões confiáveis a partir da internet, mesmo para os feitos com mais de uma parte, considerando todas as partes e processos da Justiça Federal da 1ª Região, físicos e eletrônicos.

COORDENADORIA DA CORTE ESPECIAL, DAS SEÇÕES E DE FEITOS DA PRESIDÊNCIA

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1 Coordenadoria: da Corte Especial, das Seções e de Feitos da Presidência

1.2 Diretor de Coordenadoria: José Carlos de Oliveira

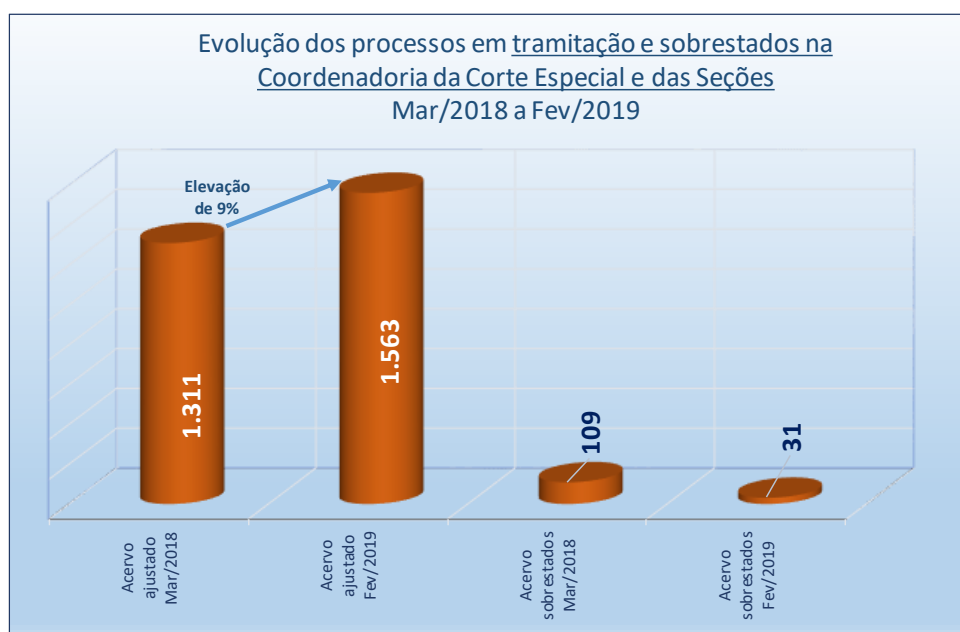
Tempo de atuação: desde 10/2/2011.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Coordenadoria.

1.3 Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2017	9	2	1	-	8	20	12
Inspeção/2019	9	2	2	3	5	21	13

2. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA COORDENADORIA



3. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0015080-53.2011.4.01.0000	22/3/2011	-
Observação/Providência: Aguardando cumprimento de Carta Precatória expedida para interrogatório do réu. Últimas informações sobre o andamento da CP - juntadas aos autos em 18/3/2019.		
0055482-21.2007.4.01.0000	23/11/2007	-

Observação/Providência: Aguardando cumprimento de Carta de Ordem expedida em 9/2/18 (prosseguimento com a instrução do feito até as alegações finais). Últimas informações sobre o andamento da CO - juntadas aos autos em 27/2/2019.		
0040286-35.2012.4.01.0000	28/6/2012	-
Observação/Providência: processo baixado por declínio de competência em 28/3/2019.		
0060652-56.2016.4.01.0000	11/10/2016	-
Observação/Providência: processo em fase de intimação do acórdão, aguardando prazo recursal.		
0046431-34.2017.4.01.0000	15/9/2017	-
Observação/Providência: Processo concluso em 4/4/2019, para análise dos Embargos de declaração.		
0029971-35.2018.4.01.0000	14/11/2018	-
Observação/Providência: processo aguardando trânsito em julgado		
0009597-03.2015.4.01.0000	5/3/2015	-
Observação/Providência: processo aguardando prazo para apresentação de contrarrazões ao RE e/ou RESP.		
0013624-49.2003.4.01.0000	30/5/2003	-
Observação/Providência: processo com tramitação regular, aguardando prazo recursal.		
0017751-39.2017.4.01.0000	24/4/2017	-
Observação/Providência: processo em fase de intimação do acórdão, aguardando prazo recursal.		
0027141-33.2017.4.01.0000	2/6/2017	-
Observação/Providência: processo em fase de intimação do acórdão, aguardando prazo recursal.		
0056551-39.2017.4.01.0000	20/11/2017	313 - Pedido de Prisão Preventiva
Observação/Providência: processo em processamento de decisão que determinou a baixa dos autos à primeira instância. Decisão publicada em 15/3/2019.		
0065019-26.2016.4.01.0000	7/11/2016	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: processo recebido em 11/2/2019. Carta de Ordem expedida em 14/2/2019, para oitiva de testemunhas.		
0060251-38.2008.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo remetido ao DPF em 21/11/2008, pendente de devolução até a presente data. A coordenadoria está diligenciando junto ao órgão para devolução/regularização da movimentação.		
0056676-56.2007.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo remetido ao DPF em 3/8/2009, pendente de devolução até a presente data. A coordenadoria está diligenciando junto ao órgão para devolução/regularização da movimentação.		
0048718-48.2009.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo remetido à PRR em 31/8/2009, pendente de devolução até a presente data. A coordenadoria está diligenciando junto ao órgão para devolução/regularização da movimentação.		
0014781-47.2009.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo remetido à PRR em 1/6/2010, pendente de devolução até a presente data. A coordenadoria está diligenciando junto ao órgão para devolução/regularização da movimentação		

0000190-22.2005.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo remetido à PRR em 11/6/2010, pendente de devolução até a presente data. A coordenadoria está diligenciando junto ao órgão para devolução/regularização da movimentação		
0051703-53.2010.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo remetido ao DPF em 16/9/2010, pendente de devolução até a presente data. A coordenadoria está diligenciando junto ao órgão para devolução/regularização da movimentação		
0009824-32.2011.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo remetido à PRR em 14/7/2011, pendente devolução até a presente data. A coordenadoria está diligenciando junto ao órgão para devolução/regularização da movimentação		
0055723-53.2011.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: movimentação regularizada, com lançamento de "baixa definitiva".		
0043744-94.2011.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo em fase de investigação. Movimentação regularizada de acordo com a Resolução 63/2009 - CJF.		
0012807-48.2004.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo remetido à PRR em 23/5/2012, pendente de devolução até a presente data. A coordenadoria está diligenciando junto ao órgão para devolução/regularização da movimentação.		
0041347-23.2015.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: Os autos permaneceram em secretaria de 30/7/2018 à 8/2/2019 em cumprimento a determinação de sobrestamento do feito, voltando a tramitar em razão de petição protocolada em 21/3/2019 no ARREST nº 31639-46.2015.4.01.0000.		
0031639-46.2015.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: Os autos permaneceram em secretaria de 30/7/2018 à 8/2/2019, em cumprimento a determinação de sobrestamento do feito, voltando a tramitar em razão de petição protocolada em 21/3/2019.		
0022324-91.2015.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: em 24/10/18 decisão: "acautelados em secretaria até ulterior deliberação".		
0020918-06.2013.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: concluso em 12/3/2019, para exame de admissibilidade.		
0008788-96.2004.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso em 18/3/2019.		
0031178-06.2017.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: os autos encontram-se em secretaria aguardando o retorno do IP 11017-72/2017. 4.01.0000, para apensamento.		
0006086-26.2017.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso para análise dos Embargos de Declaração.		
0009091-56.2017.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com Carta de Ordem expedida para instrução do feito até as alegações finais. Em ofício juntado em 22/2/2019, foram prestadas informações quanto ao andamento das diligências para cumprimento da Carta de Ordem.		

0002682-30.2015.4.01.4302	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo em fase de intimação do acórdão.		
0057148-52.2010.4.01.0000	15/9/2010	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: aguardando o cumprimento da Carta de Ordem 93/2018, tramitando na 1ª VF/PI sob o nº 0006242-08.2018.4.01.4000. Informações solicitadas por email em 28/3/2019.		
0070403-14.2009.4.01.0000	30/11/2009	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo concluso com a informação de valor depositado pela CEF (RPV 123235920194019198).		
0040636-18.2015.4.01.0000	27/7/2015	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: processo aguardando apensamento ao IP 602861720164010000, que se encontra em tramitação direta entre DPF e PRR.		
0013877-66.2005.4.01.0000	13/5/2005	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: processo em fase de cumprimento de sentença (execução de honorário). Encontra-se em secretaria para finalizar as intimações quanto a conversão em renda da Fazenda Nacional.		
0017918-22.2018.4.01.0000	3/7/2018	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: por determinação de 10/9/18 os autos encontram-se aguardando retorno do IP 0058214-57.2016.4.01.0000, para apensamento.		
0043957-61.2015.4.01.0000	14/8/2015	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: processo concluso em 25/3, com informações sobre o parcelamento do município (Valparaíso de Goiás/GO) e manifestação do Ministério Público.		
0025317-05.2018.4.01.0000	21/9/2018	261 - Carta Precatória Cível
Observação/Providência: Carta de Ordem devolvida em 29/3/2019. Processo devolvido ao deprecante em 1/4/2019.		
0051864-58.2013.4.01.0000	4/9/2013	120 - Mandado de Segurança
Observação/Providência: Concluso em 5/4/2019, com certidão.		
0015299-22.2018.4.01.0000	8/6/2018	1733 - Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)
Observação/Providência: processo permaneceu em secretaria de 29/10/2018 a 15/3/2018 em razão do processamento de determinação de arquivamento, encontrando-se recebido no arquivo desde 19/3.		
0001426-52.2018.4.01.0000	17/1/2018	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: processo concluso em 27/3/2019. Os autos permaneceram em secretaria de 6/11/2018 a 12/3/2019, aguardando cumprimento de despacho exarado no processo principal (IP 23096-54.2015.4.01.0000), que determinou a notificação dos indiciados.		
0041198-56.2017.4.01.0000	17/8/2017	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: processo arquivado em 25/3/2019. Os autos permaneceram em secretaria de 30/10/2019 a 22/3/2019 para processamento de determinação de arquivamento		
0022374-15.2018.4.01.0000	20/8/2018	1733 - Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)

Observação/Providência: o processo recebido no arquivo em 19/3/2019, os autos permaneceram em secretaria de 31/10/2018 a 15/3/2019 para processamento de determinação de arquivamento,		
0035033-61.2015.4.01.0000	2/7/2015	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: processo concluso com informação de baixa definitiva dos autos principais (IP 002366-22.2015.4.01.0000/AP).		
0078995-42.2012.4.01.0000	17/12/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: concluso em 21/3/2019, para exame de admissibilidade.		
0016602-42.2016.4.01.0000	31/3/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: concluso em 21/3/2019, para exame de admissibilidade.		
0018395-31.2012.4.01.3500	14/1/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: concluso em 21/3/2019, para exame de admissibilidade.		
0003582-86.2013.4.01.0000	22/1/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Concluso em 21/3/2019, para exame de admissibilidade.		

4. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) solicitar a devolução daqueles com carga/vista com prazo superior a 60 dias:

0000190-22.2005.4.01.0000	0009824-32.2011.4.01.0000	0012807-48.2004.4.01.0000
0014781-47.2009.4.01.0000	0048718-48.2009.4.01.0000	0051703-53.2010.4.01.0000
0056676-56.2007.4.01.0000	0060251-38.2008.4.01.0000	

b) fazer imediata conclusão dos autos: 0055482-21.2007.4.01.0000.

c) verificar a competência do tribunal, na forma da Jurisprudência do STF-AP N. 937 Q.O.: 0008788-96.2004.4.01.0000.

d) abrir vista para contrarrazões aos embargos declaratórios: 0003582-86.2013.4.01.0000 e 0078995-42.2012.4.01.0000.

5. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista.

O gabinete conta com duas divisões: Processamento e Julgamento.

Na divisão de Processamento, o trabalho é dividido em três grupos de ações (i - criminal; ii - mandados de segurança, conflitos de competência, suspensões de segurança, tutelas provisórias; iii - ações rescisórias), sendo que cada grupo fica organizado em armários separados, catalogados por data de recebimento ou tarefa.

Na triagem inicial, os processos são analisados individualmente para identificar o que deverá ser feito em cada um.

Os processos físicos são organizados em armários, separados por grupos, sendo que nesses há separação por data e entrada de tarefas.

Os métodos auxiliares de controle do acervo se dão por planilhas de assinaturas manuais e de recebimento de respostas.

Não há na unidade especialização de servidor por atividade, mas a oportunidade de que todos devem conhecer todas as tarefas. Como também não há metas individuais, mas procura-se sempre não deixar processos sem movimentação.

O atendimento de partes e advogados é feito presencialmente, no balcão, e por telefone.

A unidade apontou como dificuldade o fato de o PJe não disponibilizar relatórios gerencias para as unidades, o que prejudica o trabalho, diante da necessidade de fazer controles manuais estatísticos.

O controle de cargas e remessas é feito pelas guias de retirada. Ultrapassado o prazo de recursos, entra-se em contado com a parte solicitando a devolução dos autos.

No tocante às petições pendentes, tão logo chegam, consulta-se o andamento para ver se os autos encontram-se na secretaria. Em caso positivo, junta-se a petição de imediato. Caso não esteja, cobra-se a devolução dos autos das partes ou dos gabinetes para a devida juntada. Em sendo PJe, tempo médio de juntada é dentro da mesma semana ou em até no máximo 30 dias.

Para o controle de cartas de ordem, há um armário onde são guardados os processos catalogados por data de envio das cartas e precatórias. Mensalmente, faz-se uma triagem para verificar a tramitação no juízo deprecado ou ordenado e, quando necessário, solicita-se informação por e-mail ou malote digital.

A Coordenadoria não cobra os gabinetes no caso de demora da disponibilização dos votos pendentes.

Observações da equipe de inspeção

Há muitos servidores e prestadores de serviços envolvidos em tarefas burocráticas – juntadas de petições e documentos, publicação, manuseio e remessa de autos – que seriam eliminadas com a informatização do acervo.

Unidade com indicativo de dificuldade em lidar com processos físicos, com muitos volumes e réus.

No processo 0067837-19.2014.4.01.0000, verificou-se a demora de 4 anos e 6 meses, sem excesso de prazo em conclusão, para o julgamento de duas rodadas de embargos de declaração e tramitação de algumas petições incidentes.

Há considerável quantidade de idas e vindas, especialmente nos processos penais de competência originária do Tribunal.

6. RECOMENDAÇÕES

- Cobrar, ao menos a cada seis meses, por meio de ofício do Presidente do órgão processante, o andamento dos processos remetidos à Procuradoria Regional da República;
- Cobrar, anualmente, por meio de ofício do Presidente do Órgão Processante, o andamento dos inquéritos remetidos ao Departamento da Polícia Federal que tenham tramitação direta com o Ministério Público;
- Remeter os inquéritos e ações penais originárias para os Gabinete, com conclusão, tendo em vista a atual jurisprudência do STF sobre prerrogativa de foro;
- Verificar as rotinas de trabalho e a regularidade da tramitação dos feitos criminais de competência originária;
- Adotar por rotina extrair relatório dos processos não suspensos ou sobrestados, parados há mais de 30 e 60 dias;
- Cumprir as recomendações constantes do item 4.

COORDENADORIA DA 1ª TURMA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Coordenadoria da Primeira Turma

2.2 Competência

Cabe o processo e julgamento dos feitos relativos a servidores Públicos e militares bem como relativos a benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos. Compete, ainda, processar e julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes de direito no exercício de jurisdição federal, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts.102, II, "b" e 105, II, "c", da CF/1988 e as exceções de suspeição e impedimento contra juízes Federais.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas. Presidente da Turma no período de 18/2/2019 a 17/2/2021.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Jamil Rosa de Jesus Oliveira. 16/12/2016 a 21/1/2019.
Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão. 22/1/2019 a 17/2/2019.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Aline Gomes Teixeira. Diretora da Coordenadoria da Primeira Turma. Posse em 27/2/2019.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	14
Estagiários de nível médio	3
Estagiários de nível superior	2
Outros	Terceirizados: 5. Estagiários emprestados da Secretaria Judiciária-SECJU: 2
Servidores sem vínculo	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão/outros	12.813 - Não há processos pendentes de publicação nesta Unidade. Relatório não leva em consideração processos com julgamentos não finalizados, na forma do art. 942, que retornaram para os gabinetes com pedido de vista, com segredo de justiça, etc.
Expedição de carta/mandado/edital/ofício/outros	3.215 - Englobam processos eletrônicos que estão sendo encaminhados às Comarcas via Malote Digital. Não há providencias pendentes nos processos físicos.
Análise	0
Juntada	961
Conclusão	4.506
Extraviados/por restaurar	5 segundo a Estatística apresentada sendo que 3 estão com tramitação regularizada e 2 serão localizados e processados.
Em carga com prazo vencido	582
Outros	12.801

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

Total	20
-------	----

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na inspeção anterior	78
Total de feitos não regularizados	2
Total de feitos verificados na autoinspeção	17
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	37.735
Média de dias do julgamento à publicação	17,05
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	31.396
Pendentes de publicação	1.684 (Não há processos pendentes de publicação nesta Unidade. Relatório não leva em consideração processos com julgamentos não finalizados, na forma do art. 942 que retornaram para os gabinetes).
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0021210-25.2012.4.01.000 desde 17/5/2016 - Não foi publicado por ser Segredo de Justiça

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	2.265
Tempo médio	8,35
Publicações em prazo superior a 10 dias	583
Pendentes de publicação	0
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0

4.6 Processos sem movimentação na Unidade há mais de 90 dias, fora das situações anteriormente descritas - (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)
O sistema não verificou nenhum processo fora das situações anteriormente descritas.

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)
Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão: 4/4/2018 (férias), 11/4/2018 (férias). 30/5/2018 (cancelamento de voo pela operadora), 1/8/2018 (férias), 19/9/2018 (férias), 3/10/2018 (férias), 10/10/2018 (férias), 7/11/2018 (férias), 14/11/2018 (férias), 20/11/2018 (férias), 28/11/2018 (férias), 4/12/2018 (férias). Desembargador Federal Jamil Rosa de Jesus Oliveira: 4/4/2018 (férias), 11/4/2018 (férias), 22/8/2018 (férias), 5/9/2018 (férias), 12/9/2018 (férias).

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses
34 (trinta e quatro) Sessões ordinárias e 7 (sete) Sessões de Turma ampliada - art. 942 do CPC

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) colocar as duas salas no mesmo pavimento para aprimorar o desempenho do trabalho; b) Localização e devido processamento em 60 dias das petições não juntadas; c) aumento do número de servidores na unidade; d) destacar servidor para atribuição exclusiva de atendimento ao público; e) fixação de metas individuais e gerais; f) revisão das baixas à origem de forma indevida sem a juntada de petições pendentes; g) aprimoramento do controle do período em que os processos ficam em carga de advogados; h) remessa de todos os processos de conclusão aos gabinetes em 60 dias; i) expedição de certidões de conclusão em todos os feitos a serem encaminhados aos gabinetes; j) restauração, em 180 dias, dos processos extraviados em razão dos roubos a caminhões da ECT.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Não foi possível efetuar novo layout englobando as duas salas; b) as petições não juntadas foram organizadas por data e antiguidade e estão sendo processadas no prazo recomendado; c) Não foi possível o aumento do quantitativo de servidores nessa unidade, sendo, diminuído o número de estagiários em razão de corte de orçamento pelo Tribunal; d) não há como deslocar um servidor para atribuição exclusiva de atendimento ao balcão; e) Foram estabelecidas metas individuais para as servidoras da baixa de processos e para os servidores responsáveis pela juntada de petições. As demais fases de processamento são realizadas diariamente. f) A baixa à origem está tempestiva e está sendo revista semanalmente; g) foi solicitado à informática uma modificação do atual sistema de controle de processos com carga aos advogados; h) a remessa está dentro do prazo recomendado; i) certidões efetuadas conforme recomendado; j) solicitação de restauração de autos efetuada conforme recomendado.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

a) Tendo em vista o grande número de processos físicos, não foi possível efetuar novo layout englobando as duas salas. Com a digitalização e diminuição dos processos físicos, será possível a mudança em breve; c) O TRF da 1ª Região ainda está com déficit de servidores em todos os setores, não sendo possível o aumento do quantitativo nessa unidade, por essa razão não há como deslocar um servidor para atribuição exclusiva de atendimento ao balcão, permanecendo no setor 3 (três) prestadores de serviço com a supervisão de servidores e do Diretor; e) Os setores de julgamentos/pautas, publicação de decisões e de acórdãos não necessitam de metas individuais, eis que as atribuições são efetuadas diariamente sem atraso. Aos servidores que trabalham com os processos eletrônicos, além dos físicos, estão sendo estipuladas metas por atividades. Atualmente temos 9 (nove) servidores trabalhando com processos eletrônicos sendo que em 2017 tínhamos apenas 4 (quatro).

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

A metodologia de trabalho, em relação à última inspeção, foi alterada tão somente no que diz respeito à descentralização de alguns dos trabalhos, que anteriormente era realizada por 1 (um) servidor e agora está sendo estimulada a ser realizada por dois ou mais servidores bem como a priorização e inclusão dos Processos Judiciais Eletrônicos. O aumento do número de Processos Eletrônicos, que anteriormente ficavam sob a responsabilidade do Diretor e de 2 servidoras, fez com que houvesse uma mobilização por parte dessa gestora para buscar soluções visando completar a lacuna que antes existia na Turma, como servidores sem Token, sem certificação digital, sem treinamento, etc. Hoje estão trabalhando com o PJe 9 (nove) servidores, sendo que os outros 5 (cinco) servidores também farão o treinamento que já fora solicitado à área responsável do TRF. Objetiva-se, em breve, poder se aferir o desempenho individual, estimulando o teletrabalho e aumento da produtividade nesta Primeira Turma.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0004272-08.2010.4.01.3400	4/7/2012	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Acórdão publicado em 13/3/2019. Fase atual: embargos de declaração opostos pelo apelante.		
0009182-49.2008.4.01.3400	5/10/2009	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Acórdão publicado no e-DJF1 em 13/3/2019. Embargos de declaração opostos pelo apelante em 20/3/2019.		
0035021-21.2014.4.01.3803	7/4/2015	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Decisão terminativa publicada em 7/5/2018. Embargos de declaração juntados em 10/5/2018. Agravo Interno juntado em 15/5/2018. Contrarrazões juntadas em 2/10/2018. Mandado de intimação expedido à PRF em 18/3/2019.		
0050719-93.2015.4.01.0000	15/9/2015	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Acórdão publicado no e-DJF1 em 29/3/2019.		
0054717-86.2013.4.01.3800	18/9/2014	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Decisão publicada no e-DJF1 em 20/2/2018. Petição de embargos de declaração juntada em 27/2/2018. Conclusão para relatório e voto em 12/3/2019.		
0056426-93.2012.4.01.3800	25/2/2014	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Acórdão remetido em 5/4/2019 para publicação no e-DJF1 do dia 9/4/2019.		
0007019-16.2015.4.01.3800	1/3/2016	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Acórdão publicado no e-DJF1 em 29/3/2019. Petição (Recurso Extraordinário) juntada em 8/4/2019.		
0022011-79.2015.4.01.3800	4/2/2016	-

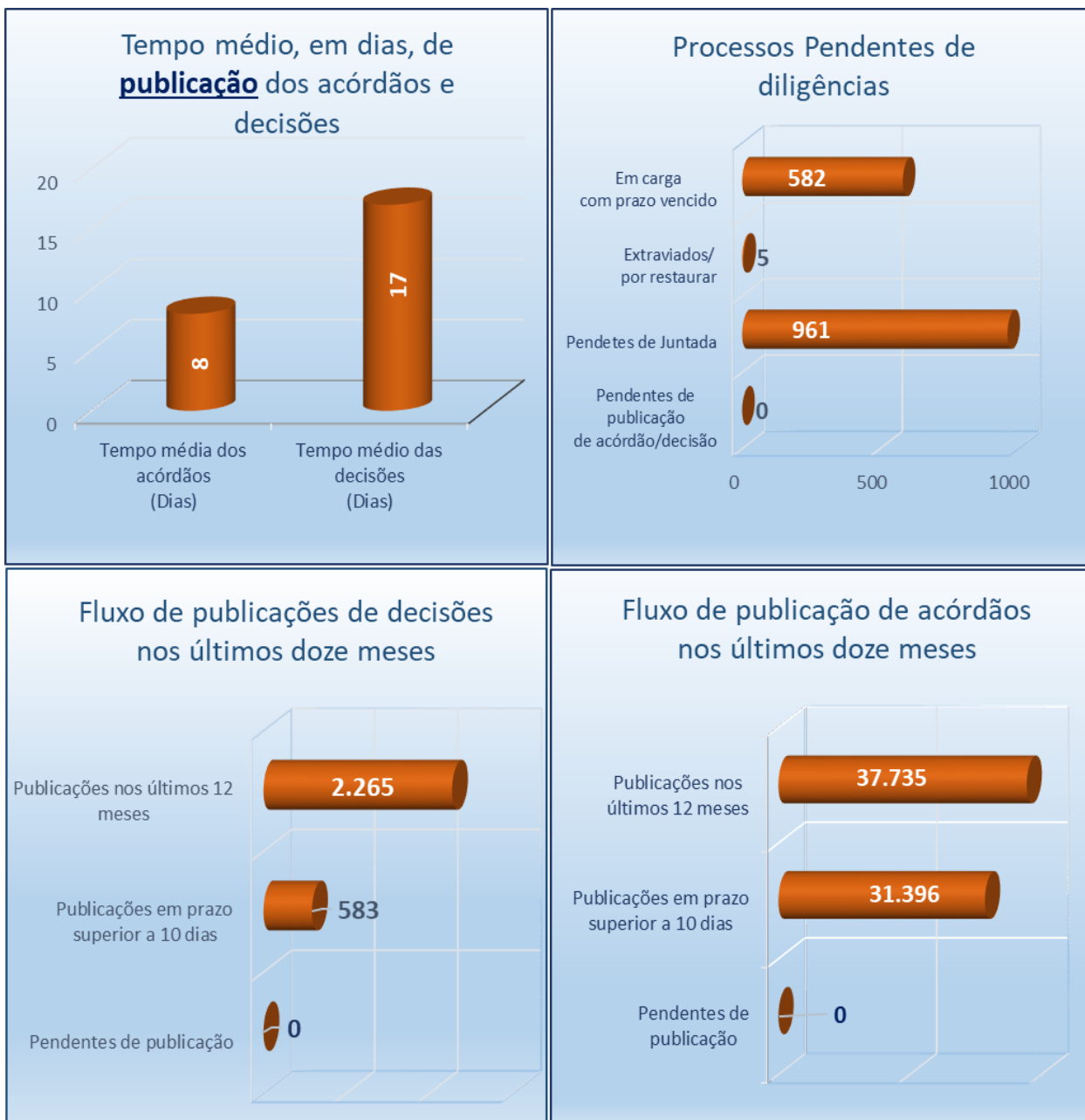
Observação/Providência: tramitação regularizada. Acórdão publicado no e-DJF1 em 29/3/2019.		
0035032-25.2015.4.01.3800	4/2/2016	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Agravo Interno interposto em 15/5/2018. Petição juntada (contrarrazões) em 2/10/2018. Mandado de intimação expedido à PRF em 18/3/2019.		
0064099-69.2014.4.01.3800	29/2/2016	-
Observação/Providência: Processo regularizado. Acórdão publicado no e-DJF1 em 29/3/2019.		
0066583-59.2014.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Localização do Processo em 8/4/2019, apensado ao de nº 0070967-57.20117.8.13.0015. Solicitação à Justiça Estadual de MG a devolução dos autos que foram incorretamente amarrados ao processo nº 66582-74.2014.4.01.9199, cujo número de origem é 0018447-08.2010.8.13.0015.		
0020056-44.2017.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Processo recebido na Primeira Turma em 22/9/2017 e remetido à Justiça Estadual de Guaraí- TO em 11/12/2017. Malote nº 20170000065947.		
0036968-73.2005.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Processo apensado ao 00036970-43.2005.4.01.3400 - 14ª Vara SJDF em 3/10/2017. Baixa definitiva à origem em 19/3/2018. Baixado o principal na origem em 17/1/2019.		
0044151-90.2017.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Recebido na Primeira Turma em 23/10/2017 e remetido à Justiça Federal de Cuiabá-MT em 15/2/2018. Malote nº PL 458686844BR.		
0075619-67.2010.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com tramitação regularizada. Processo devolvido pelo advogado em 29/3/2019. Fase atual: processo remetido ao Gabinete da Desemb. Federal Gilda Sigmaringa Seixas.		
0039637-84.2014.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Processo devolvido pela DPU em 8/4/2019. Providenciada a juntada de petições em 9/4/2019.		
0030031-59.2015.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: Foi localizado o processo no Núcleo Previdenciário-NUPREV da Procuradoria Regional Federal. A Advogada Responsável Dra. Simone providenciará a devolução imediata até a data de 11/4/2019.		
0021272-09.2015.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Processo devolvido em 14/3/2019. Petição Juntada em 18/3/2019. Processo remetido para o Gabinete da Des. Federal Gilda Sigmaringa Seixas em 20/3/2019.		
0035451-43.2013.4.01.3500	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Processo devolvido em 19/3/2019. Petição juntada em 20/3/2019. Fase atual: incluído em pauta de julgamento do dia 15/5/2015.		
0058775-71.2013.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Processo devolvido em 19/3/2019. Petição juntada em 20/3/2019. Conclusão para relatório e voto em 21/3/2019.		
0013545-87.2014.4.01.3200	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Petição juntada em 12/3/2019. Fase atual. Vista publicada no e-DJF1 para manifestação do apelado em 25/3/2019.		

0055828-49.2009.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Processo devolvido na Primeira Turma em 19/2/2019. Processo remetido à Vice-Presidência para exame de admissibilidade em 27/3/2019.		
0006735-76.2013.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Petição juntada em 11/2/2019. Redistribuição do feito por sucessão em 19/2/2019 ao Des. Federal Wilson Alves de Souza. Fase atual: Mandado de Intimação expedido à Procuradoria Regional Federal em 25/3/2019.		
0039036-33.2014.4.01.3803	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Petição juntada em 1/3/2019. Mandado de intimação expedido ao Ministério Público Federal juntado em 8/3/2019.		
0025624-85.2010.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Petição juntada em 5/4/2019. Acórdão remetido para publicação no e-DJF1 do dia 10/4/2019.		
0066138-46.2011.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Petição Juntada na Origem, Vara Única da Comarca de Araputanga em 5/4/2019.		
0071727-92.2016.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: Petição digital não localizada no sistema. Solicitação à informática nº SS165100.		
0019218-24.2006.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Petição de substabelecimento juntada em 13/3/2019. Processo retirado pelo apelante em 13/3/2019 e devolvido em 18/3/2019.		
0059544-06.2017.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo regularizado. Petição juntada em 20/3/2019. Conclusão para relatório e voto em 26/3/2019.		
0017709-58.2006.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação regularizada. Petição juntada em 13/3/2019. Vista à Advocacia-Geral da União em 19/3/2019.		
0001021-04.2014.4.01.3800	3/2/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo Digital não localizado na unidade. Solicitação à informática nº SS160951.		
0017774-34.2007.4.01.0000	10/5/2007	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Tramitação regularizada. Processo apensado à Apelação nº 28122-67.2005.4.01.3400, julgada em 6/2/2019. Acórdão publicado no e-DJF1 em 13/3/2019.		
0027627-67.2007.4.01.0000	16/7/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Solicitado ao Diretor de Secretaria da 2ª Vara Federal do Piauí, em 11/4/2019, e-mail de 16:20h, que confirmasse se o AI estava apensado ao processo originário sob o nº 2006.40.00.000433-9 para regularização no sistema juris.		
0032221-32.2004.4.01.0000	4/11/2004	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo apensado à AP.30882-23.2004.01.3400. Concluso no gabinete para inclusão em pauta.		
0061829-65.2010.4.01.0000	1/10/2010	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário

Observação/Providência: tramitação regularizada. Baixa definitiva à origem- AI com perda de Objeto em 9/4/2019. Processo apensado ao de nº 2568-11.2009.4.01.0000.		
0071279-41.2014.4.01.9199	15/12/2014	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com tramitação regularizada. Processo remetido com baixa definitiva à origem em 9/11/2015- Remetido à Justiça Estadual - Alvorada do Norte em 18/11/2015, recebido em 19/11/2015. Malote PE 17853690BR.		
0026389-42.2009.4.01.0000	18/5/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão terminativa publicada em 28/3/2016. Trânsito em julgado em 5/5/2016. Traslado de peças para autos principais (Resolução 18/2012) em 14/9/2016. Autos eliminados em 14/9/2016 com petição nº 3984767 juntada ao processo na Origem 2009.32.00.000853-9.		
0023964-13.2007.4.01.0000	25/6/2007	241 - Petição
Observação/Providência: tramitação regularizada. Processo apensado ao de nº 20063500015258-5. Remetido para a 9ª Vara SJGO- Goiânia em 20/7/2016.		
0001535-57.2004.4.01.0000	27/11/2004	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: tramitação regularizada. Baixado definitivamente em 26/3/2019. Processo apensado ao processo 0135309-28.2000.4.01.0000 (2000.01.00.0054377-7).		
0006397-17.2004.4.01.3801	13/11/2008	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: tramitação regularizada. Restauração de autos em 14/12/2018. Concluso ao gabinete em 17/12/2018.		
0003988-70.2006.4.01.3810	24/1/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: tramitação regularizada. Processo remetido à Advocacia-Geral da União para vista da decisão terminativa em 29/3/2019.		
0015077-96.2015.4.01.3803	6/12/2017	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo Digital não localizado na unidade. Solicitação à informática nº SS160951.		
0059202-78.2016.4.01.0000	5/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo regularizado. Decurso de Prazo para Recurso em 1/4/2019. Baixa definitiva à origem - Comarca de Rosário Oeste- MT em 1/4/2019.		
0029748-52.2013.4.01.3300	23/11/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: tramitação regularizada. Acórdão publicado no e-DJF1 em 29/3/2019.		
0032193-27.2015.4.01.3800	3/5/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: tramitação Regularizada. Mandado de Intimação expedido para a PRF em 18/3/2019 e juntado em 25/3/2019. Prazo para contrarrazões ao ED da COBAP expira em 8/4/2019.		
0025157-14.2017.4.01.0000	24/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: tramitação regularizada. Acórdão publicado no e-DJF1 em 19/12/2018. Trânsito em julgado em 25/3/2019. Processo baixado à origem- 14ª Vara SJBA em 25/3/2019.		
0024061-44.2016.4.01.3800	18/10/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: tramitação regularizada. Mandado expedido à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região em 25/3/2019 para se manifestar sobre o Agravo interposto pelo apelante.		
0005417-69.2014.4.01.3300	17/8/2017	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: tramitação regularizada. Vista ao agravado para manifestação. Vista publicada no e-DJF1 em 18/3/2019.		

0061342-34.2016.4.01.3800	27/2/2018	198 - Apelação
Observação/Providência: processo regularizado. Embargos de declaração opostos em 13/6/2018. Mandado de intimação à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região em 26/3/2019.		
0008728-77.2015.4.01.3900	1/8/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: tramitação regularizada. Processo recebido na Primeira Turma em 11/4/2019. petição juntada em 11/4/2019. Conclusos ao Gabinete em 11/4/2019.		
0056172-23.2012.4.01.3800	21/6/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: tramitação regularizada. Embargos de declaração opostos em 15/10/2018. Vista publicada no e-DJF1 de 29/3/2019.		
0057075-31.2011.4.01.3400	17/8/2012	198 - Apelação
Observação/Providência: tramitação regularizada. Vista dos embargos de declaração opostos publicada no e-DJF1 em 29/3/2019. Petição juntada em 3/4/2019.		
0067759-10.2014.4.01.3400	22/8/2017	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo regularizado. Embargos de declaração opostos em 17/10/2018. Vista dos embargos publicada no e-DJF1 em 29/3/2019.		
0071072-62.2012.4.01.0000	14/11/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo regularizado. Embargos de Declaração opostos em 23/10/2018. Vista publicada no e-DJF1 em 29/3/2019. Contrarrazões apresentadas em 5/4/2019.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA TURMA



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) Certificar o decurso de prazo: 0003988-70.2006.4.01.3810

b) Regularizar a informação processual no sistema:

0020056-44.2017.4.01.9199	0020056-44.2017.4.01.9199	0023964-13.2007.4.01.0000
---------------------------	---------------------------	---------------------------

0036968-73.2005.4.01.3400	0044151-90.2017.4.01.0000	
---------------------------	---------------------------	--

c) regularizar atraso na juntada de documentos/ofícios/mandados:

0071727-92.2016.4.01.0000	0017709-58.2006.4.01.3400
---------------------------	---------------------------

d) acompanhar ordens de serviço formuladas em março/2019 pela Coordenadoria da Turma à TI para localização de dois feitos digitais que não são visualizáveis no sistema GPD, porém constantes da plataforma Juris:

0001021-04.2014.4.01.3800	0015077-96.2015.4.01.3803	0071727-92.2016.4.01.0000
---------------------------	---------------------------	---------------------------

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista.

A coordenadoria está organizada com os seguintes setores: apoio ao processamento, coordenação e apoio aos julgamentos; publicações; intimações, certidões e expedições diversas; e procedimentos diversos.

A triagem inicial dos feitos é realizada por 2 servidoras. O acervo físico encontra-se localizado em 2 andares, no 2º e o no 7º andar.

O controle do acervo é feito semanalmente, por meio de relatório extraído dos 3 sistemas: e-Siest; júris e GPD.

O atendimento de partes e advogados é feito no balcão por 3 terceirizados, sob a supervisão de 2 servidores, e por telefone e/ou e-mail.

O controle estatístico da unidade é realizado pelo sistema e-Siest, Juris e GPD.

O controle de carga ou remessa é realizado pelo sistema Juris e manualmente pela Turma. Quanto aos processos parados na unidade o controle é feito mensalmente pelo sistema e-Siest.

O sistema Juris é utilizado para o controle das petições pendentes de juntada. Já o e-Siest é o sistema utilizado para efetuar o controle de processos pendentes nos Gabinetes de declaração de voto, lavratura de acórdão.

Os atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC) praticados pela Coordenadoria são as intimações para apresentação de contrarrazões de embargos e recursos.

A Coordenadoria apontou como boas práticas o treinamento de todos os servidores para o sistema PJe e a descentralização das atividades.

A unidade relatou dificuldades em relação ao Sistema PJe pelo fato de não permitir a realização de trabalho em lote, não se comunicar com o PJe da 1ª instância e não produzir relatórios dos processos.

Observações da equipe inspeção

Há muitos servidores e prestadores de serviços envolvidos em tarefas burocráticas – juntadas de petições e documentos, publicação, manuseio e remessa de autos – que seriam eliminadas com a informatização do acervo.

Unidade com alto volume de processos, mas com bom fluxo de tramitação.

11 RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se adotar por rotina extrair relatório dos processos não suspensos ou sobrestados, parados há mais de 30 e 60 dias.
- Cumprir as recomendações constantes do item 9.

COORDENADORIA DA 2ª TURMA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Coordenadoria da Segunda Turma - CTUR2

2.2 Competência

Servidores públicos civis e militares, exceto quando a matéria estiver prevista na competência de outra seção; e benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Francisco Neves da Cunha

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

José Deusimar Mineiro Pimenta - Diretor da Coordenadoria; Demétrio Gonçalves Lara - Diretor da Divisão de Processamento e Procedimentos Diversos

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	8
Servidores sem vínculo	3
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	4

Outros	5
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão/outros	Processos julgados em 20.3, 27.3 e 3.4.2019.
Expedição de carta/mandado/edital/ofício/outros	0
Análise	0
Juntada	3.367
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	2
Em carga com prazo vencido	94
Outros	120

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade

Total	Não há
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	Não há
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	Não há

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na inspeção anterior	59
Total de feitos não regularizados	2
Total de feitos verificados na autoinspeção	51
Total de feitos não regularizados	2

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

Total de publicações nos últimos 12 meses	37.148
Média de dias do julgamento à publicação	15
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	25.154

Pendentes de publicação	Processos julgados nas sessões de 20.3, 27.3 e 3.4, que estão em processamento.
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	resposta contida no item anterior.

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	1.607
Tempo médio	8 dias
Publicações em prazo superior a 10 dias	63
Pendentes de publicação	0
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0

4.6 Processos sem movimentação na Unidade há mais de 90 dias, fora das situações anteriormente descritas - (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)
Ap 0030322-90.2017.4.9199. Na Turma desde abril/2018 aguardando Recurso Especial interposto, por equívoco, no processo Ap nº 0063254-73.2013.4.9199. AR 2006.01.00.0047848-7/MG. Na Unidade desde 12.2.2019. Ap 0055681-92.1997.4.01.0000, Na Turma desde novembro de 2018, aguardando intimação da parte.

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)
Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, ausente justificadamente nas sessões ordinárias: 9ª a 30ª/2018 e 1ª sessão extraordinária/2018; por motivo de férias nas Seções ordinárias: 1ª e 2ª de 2019. Desembargador Federal Dr. João Luiz de Sousa. Ausente, justificadamente, nas sessões ordinárias: 9ª e 10ª/2018 e 2ª sessão extraordinária/2018; eventualmente: 21ª e, por motivo de férias, nas sessões ordinárias 24ª a 27ª, 36ª, 40ª a 43ª/2018 e 1ª sessão extraordinária/2019. Desembargador Federal Francisco Neves da Cunha. Ausente, justificadamente, nas sessões ordinárias: 34ª e 35ª e, por motivo de férias: 28ª, 29ª, 37ª, 38ª, 42ª, 43ª/2018, 3ª sessão extraordinária/2018 e 7ª a 9ª sessões ordinárias/2019 e 1ª sessão extraordinária/2019. Juiz Federal Convocado César Jatahy Fonseca, por motivo de férias: 13ª.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses
46 sessões ordinárias e 5 sessões extraordinárias até 3/4/2019.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) Aperfeiçoamento do sistema informatizado; b) Aprimoramento do peticionamento eletrônico; c) Criação de dinâmica mais eficiente para a juntada de petições; d) Aprimoramento da comunicação entre a coordenadoria e a divisão de informática; e) Incremento no número de servidora; f) Realização do registro no sistema processual; g) Especial atenção ao declarado na autoavaliação; Regularização do controle dos processos com carga ou vista; i) regularização do atraso na juntada de petições; j) regularização no controle dos dados sobre petições/documentos a juntar; k) Mantido o registro do ponto, estudo de alternativas para tornar a marcação mais simples e l) Cumprimento das recomendações lançadas pela equipe nos feitos inspecionados e aplicar aos demais do acervo geral que se encontrem em situação semelhante. Todas as recomendações constam no relatório Processo CJP-PCO 2017/0106.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

As medidas adotadas para cumprimento das recomendações foram encaminhadas por e-mail a essa Corregedoria em 5/11/2018 - Ofício TRF1-CTUR2 - 7099890.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Incremento do número de servidores na Unidade.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

O processo de trabalho nesta Coordenadoria permanece praticamente inalterado desde a última correição, no entanto, os serviços de processamento tem aumentado vertiginosamente em razão do grande volume de julgados e de novas atribuições, como: - processar os recursos RE e REsp antes de encaminhar os autos para Vice-Presidência; - processar todos os feitos julgados no Regime de Auxílio de Julgamento a Distância; - retorno dos autos à Turma para exercer juízo de retratação. Importante observar também houve uma redução na força de trabalho em razão da política de contenção de gasto.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0007619-09.2007.4.01.3900	14/5/2012	-

Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da fase: processo retirado pela agu, intimação do despacho.		
0071729-33.2014.4.01.0000	18/12/2014	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: processo retirado pela AGU (para intimação pessoal do Acórdão, a parte agravada foi intimada por ofício). Acórdão não deverá ser publicado, processo em segredo de justiça.		
0000663-90.2010.4.01.3311	2/3/2012	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada com a publicação do acórdão em 3/4/2019.		
0003138-19.2014.4.01.0000	22/1/2014	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: conclusão para prejudicar o agravo interno.		
0065368-53.2011.4.01.9199	14/11/2011	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: processo devolvido no segunda turma (aguardando transcurso de prazo para trânsito em julgado do acórdão)		
0019894-69.2006.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: Este processo foi objeto da inspeção passada. Situação processual permanece a mesma. Advogado em causa própria retirou o processo para cópias, em 9/9/2016, e não devolveu os autos. Realizadas várias diligências sem sucesso. A Turma submeteu essa situação ao Relator.		
0064231-41.2009.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: processo remetido para gab. df francisco betti - conclusão para relatório e voto.		
0001235-89.2017.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no juris: baixa definitiva à origem. conforme consulta ao site do TJ/GO, tribunal de origem, o processo encontra-se com baixa definitiva.		
0008323-81.2017.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no JURIS: baixa definitiva à origem. conforme consulta ao site do TJ/GO, tribunal de origem, o processo encontra-se com baixa definitiva.		
0014606-23.2017.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no JURIS: baixa definitiva à origem. conforme consulta ao site do TJ/GO, tribunal de origem, o processo encontra-se com baixa definitiva.		
0017243-44.2017.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no JURIS: baixa definitiva à origem. conforme consulta ao site do TJ/MG, tribunal de origem, o processo encontra-se com baixa definitiva des de 23/10/2017.		
0042214-30.2016.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no JURIS: baixa definitiva à origem. conforme consulta ao site do TJ/RO, tribunal de origem, o processo encontra-se com baixa definitiva desde 27/11/2017.		
0058124-73.2011.4.01.9199	1/1/2019	-

Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no JURIS: baixa definitiva à origem. conforme consulta ao site do TJ/MG, tribunal de origem, o processo encontra-se com baixa definitiva desde 23/11/2017.		
0060110-86.2016.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no JURIS: baixa definitiva à origem. conforme consulta ao site do TJ/MG, tribunal de origem, o processo encontra-se com baixa definitiva desde 26/9/2017.		
0064759-65.2014.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no JURIS: baixa definitiva à origem. conforme consulta ao site do TJ/MG, tribunal de origem, o processo encontra-se com baixa definitiva desde 3/10/2017.		
0003100-32.1989.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Autos baixaram em diligência à Comarca de Passos em 13/9/1990. Mantivemos contato, telefônico e por e-mail, com a Subseção Judiciária e com as Varas Cíveis da Comarca de Passos objetivando a localização dos autos, que não foram devolvidos a este Tribunal até a presente data.		
0002698-27.2014.4.01.3814	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo encontra com Recurso Especial interposto pelo INSS em 21/3/2019 e juntado aos autos em 27/3/2019. Aguarda contrarrazões. Processamento normal.		
0005924-82.2014.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: A secretaria certificou nos autos (fls. 218) que a Petição nº 3675158 não foi anexada devido a uma falha do sistema de peticionamento eletrônico, conforme noticiado no atendimento de solicitação nº 2016010001331013310160000011. Ofício expedido solicitando cópias das petições		
0045435-89.2014.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: processo remetido para gab. DF Francisco Betti - conclusão para relatório e voto.		
0034573-57.2014.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: mandado de intimação expedido n. 66/2019 - ministério público federal.		
0040514-76.2014.4.01.3803	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: processo remetido para gab. DF Francisco Betti.		
0040516-46.2014.4.01.3803	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: autos eliminados pela coordenadoria (resolução 5/2017, art. 32, IV).		
0056873-13.2014.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: conclusão para exame de admissibilidade do recurso especial.		
0073986-77.2014.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema juris: mandado de intimação expedido n. 65/2019 - procuradoria regional federal da 1ª região. (Para contrarrazoar dos Embargos de Declaração).		
0015750-16.2006.4.01.3800	27/3/2007	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: O processo encontra concluso ao Gabinete.		

0040696-69.2007.4.01.0000	12/9/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: autos eliminados pela coordenadoria (resolução 5/2017, art. 32, IV).		
0068125-40.2009.4.01.0000	18/11/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: autos eliminados pela coordenadoria (resolução 5/2017, art. 32, IV)		
0071661-59.2009.4.01.0000	2/12/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: autos eliminados pela coordenadoria (resolução 5/2017, art. 32, IV).		
0012998-20.2009.4.01.0000	12/3/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: autos eliminados pela coordenadoria (resolução 5/2017, art. 32, IV).		
0060585-38.2009.4.01.0000	8/10/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: autos eliminados pela coordenadoria (resolução 5/2017, art. 32, IV).		
0072502-05.2009.4.01.9199	10/12/2009	198 - Apelação
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento no sistema JURIS: com o lançamento da fase: baixa definitiva a origem. (Conforme consulta ao site do TJ/MG, tribunal de origem, o processo encontra-se com baixa definitiva desde 29/6/2016, apensado ao 72501-20.2009.4.01.9199)		
0035912-62.2015.4.01.3300	25/4/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: mandado de intimação expedido N. 71/2019 - Procuradoria Regional da República 1ª região.		
0002174-98.2012.4.01.3814	12/7/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: processo remetido para gab. DF Francisco Neves da Cunha - conclusão para relatório e voto.		
0055685-02.2015.4.01.0000	8/10/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: baixa à origem 1ª Vara da Seção Judiciária de Tocantins.		
0013816-04.2012.4.01.3803	16/12/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: baixa definitiva à origem (em consulta a vara de origem constatou-se que o processo se encontra apensado ao processo 11715-91.2012.4.01.3803).		
0022655-73.2005.4.01.9199	30/6/2005	198 - Apelação
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: baixa definitiva à origem, distribuição cancelada após cumprimento das diligências determinadas pelo relator às fls. 37. autos passaram a tramitar sob o nr 1087-27.2014.4.01.		
0040500-69.2015.4.01.9199	4/8/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: conclusão para exame de admissibilidade do recurso especial.		
0066291-06.2016.4.01.9199	16/11/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: processo remetido para gab. DF Francisco Betti (com petição apresentando desistência dos embargos de declaração).		

0069796-35.2008.4.01.0000	12/12/2008	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: processo remetido para gab. DF Francisco Neves da cunha (apensados ao 19653-23.2005.4.01.3500) - Autos sobrestado na DIFEP aguardando decisão AIREsp 2008.01.00.068461-6.		
0069409-78.2012.4.01.0000	16/11/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamentos das movimentações no sistema JURIS: processo remetido para gab. DF Francisco Betti (PAUTA DE 3.4.2019) - conclusão para relatório e voto.		
0073119-09.2012.4.01.0000	23/11/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamentos das movimentações no sistema JURIS: incluído na pauta de julgamento do dia 3/4/2019 - conclusão para relatório e voto.		
0075446-24.2012.4.01.0000	3/12/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: incluído na pauta de julgamento do dia 3/4/2019 - conclusão para relatório e voto.		
0024219-82.2009.4.01.3400	25/4/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: a turma, à unanimidade, deu provimento à apelação.		
0002812-42.2012.4.01.3100	6/6/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: situação processual regularizada no sistema juris com o lançamento da fase: baixa definitiva à origem.		
0043187-51.2014.4.01.3800	2/2/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: conclusão para exame de admissibilidade do recurso especial.		
0008740-77.2017.4.01.3300	31/7/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: situação processual regularizada com o lançamento da fase: processo retirado pela Procuradoria Regional Federal para intimação do INSS do acórdão e contrarrazoar os embargos de declaração.		
0003709-81.2014.4.01.3300	27/2/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: situação processual regularizada no sistema juris com o lançamento da fase: vista publicada para contrarrazoar os embargos de declaração da União Federal.		
0074126-84.2013.4.01.3400	3/9/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: processo remetido para gab. DF Francisco Betti - conclusão para relatório e voto.		
0009901-14.2016.4.01.3800	9/1/2018	198 - Apelação
Observação/Providência: Situação processual regularizada no sistema JURIS com o lançamento da fase: processo remetido ao Gabinete para julgamento dos Embargos de Declaração.		
0003445-74.2014.4.01.3814	15/4/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: situação processual regularizada no sistema juris com os lançamentos das fases: petição juntada e processo remetido para gab. DF Francisco Neves para julgar os embargos de declaração.		
0059321-22.2015.4.01.3800	26/8/2016	198 - Apelação

Observação/Providência: Situação processual regularizada. Lançamento da movimentação no sistema JURIS: mandado de intimação expedido n. 65/2019 - Procuradoria Regional Federal da 1ª Região para contrarrazoar os embargos de declaração.

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA TURMA



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Em relação aos processos, recomenda-se:

- Fazer conclusão ao gabinete: 0015750-16.2006.4.01.3800

b) Acompanhar a localização do processo extraviado: 0019894-69.2006.4.01.3400 e 0003100-32.1989.4.01.9199.

c) Acompanhar a localização dos autos digitais, não constante do sistema GPD, mas constando na plataforma Juris. Solicitada a solução à TI em 9/5/2019: 0035912-62.2015.4.01.3300

d) Ajustar a fase do processo no sistema: 0060585-38.2009.4.01.0000, 0068125-40.2009.4.01.0000 e 0071661-59.2009.4.01.0000.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista.

A Coordenadoria está organizada com os seguintes setores: de publicação acórdão, publicação despacho/decisão, pauta, processamento e procedimentos diversos.

A triagem dos feitos físicos é sempre direcionada para o setor responsável. E, em relação aos processos eletrônicos, um servidor fica responsável pela triagem inicial.

O controle de movimentação interna é realizado pelo cadastro manual extraído do sistema juris e, para o controle do conteúdo e situação do acervo, a unidade utiliza estatística extraída mensalmente pela Turma. O controle estatístico da unidade é feito mensalmente por meio de planilha cujos dados são extraídos do sistema juris.

O atendimento de partes e advogados é realizado no balcão por 3 estagiários sob a supervisão do Diretor, e por telefone e/ou e-mail.

O controle de cargas e remessas de autos é realizado pelo sistema Juris.

O procedimento adotado para as petições pendentes de juntadas é o encaminhamento para o setor competente.

Em relação aos processos que não se encontram na Coordenadoria, semanalmente são solicitados aos gabinetes.

O controle de processos pendentes nos Gabinetes de declaração de voto, lavratura de acórdão, em razão do número reduzido de feitos nessa situação, é feito manualmente, por meio de escaninhos.

A Turma tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios como correção de intimações equivocadas; e, em alguns casos, podem abrir vista para a parte apresentar contrarrazões em Embargos de Declaração.

A unidade apontou como dificuldades a autuação no PJe, a falta de servidores, e o espaço físico reduzido.

Observações da equipe de inspeção

Há muitos servidores e prestadores de serviços envolvidos em tarefas burocráticas – juntadas de petições e documentos, publicação, manuseio e remessa de autos – que seriam eliminadas com a informatização do acervo.

Unidade com alto volume de processos, mas com bom fluxo de tramitação.

11 RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se adotar por rotina extrair relatório dos processos não suspensos ou sobrestados, parados há mais de 30 e 60 dias.
- Cumprir as recomendações constantes do item 9.

COORDENADORIA DA 3ª TURMA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Coordenadoria da Terceira Turma.

2.2 Competência

Desapropriação, improbidade administrativa e criminal.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Ney Bello.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Des. Fed. Mônica Sifuentes: 6, 13 e 14/3/2018; 3 e 24/4/2018; 8, 9 e 15/5/2018; 12, 19, 20 e 26/6/2018; 14, 15 e 21/8/2018; 9 e 10/10/2018; 21/11/2018; 19, 26 e 27/3/2019.
Des. Fed. Jamil Rosa de Jesus: 3/7/2018. Des. Fed. Jirair Aram Meguerian: 17/7/2018.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Cláudia Mônica Ferreira - Diretora da Coordenadoria da Terceira Turma

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	8
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3

Outros	2 prestadores de serviço
--------	--------------------------

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão/outros	75
Extraviados/por restaurar	17
Juntada	101
Outros	171
Expedição de carta/mandado/edital/ofício/outros	0
Análise	0
Conclusão	0
Em carga com prazo vencido	12

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade	
Total	62
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	0
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	0

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	23
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	0
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	3.612
Média de dias do julgamento à publicação	9,35
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	1.095
Pendentes de publicação	157
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	442
Tempo médio	7,82

Publicações em prazo superior a 10 dias	92
Pendentes de publicação	0
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0

4.6 Processos sem movimentação na Unidade há mais de 90 dias, fora das situações anteriormente descritas - (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)

0006314-09.2014.4.01.3200

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Ausente o Des. Fed. Mário César Ribeiro, por motivo de licença médica: 6, 13 e 14/3, 3, 17, 24/4, 8, 9, 15, 22, 23 e 29/5, 5, 6, 12, 19, 20 e 26/6, 3, 17, 24 e 31/7, 1, 7, 14, 15, 21, 28 e 29/8, 1, 11, 12, 18, 25 e 26/9, 2, 9, 10, 16, 23, 24 e 30/10, 6, 7 e 13/11/2018. Ausente o Des. Fed. Ney Bello, por motivo de férias nas sessões de: 3, 13 e 14/3, 8, 9 e 15/5, 12, 19, 20 e 26/6, 3 e 17/7/2018, 19, 26 e 27/3/2019 e por ausência justificada nas sessões de: 3/4, 14, 15 e 21/8 (inspeção TRF3), 9 e 10/10, 21/11/2018. Ausente a Des. Fed. Mônica Sifuentes, por motivo de férias nas sessões de: 3, 24 e 31/7, 1/8, 4, 11, 12, 18, 25 e 26/9, 27/11, 4, 5, 11 e 18/12/2018 e por ausência justificada nas sessões de: 23/5, 23 e 24/10, 13/11/2018, 12 e 13/3/2019. Ausente o Des. Fed. Hilton Queiroz, por motivo de férias nas sessões de: 21 e 27/11, 4, 5, 11 e 18/12/2018, 22, 29/1 e 5/2/2019.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

67 ordinárias 4 extraordinárias (Art. 942 do CPC)

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

a) Se possível, juntamente com as demais unidades processantes do Tribunal, a realização de mapeamento das dificuldades enfrentadas diariamente na realização do trabalho das coordenadorias por conta da ineficiência dos sistemas processuais disponíveis, de modo a formalizar objetivamente essas demandas à Administração (e se for o caso, ao CJF), por meio de um projeto que atenda às suas necessidades, com soluções tecnológicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços. b) Maior atenção no sentido de não deixar de datar e rubricar as juntadas, certificações e demais atos processuais efetuados nos autos físicos (carimbos e/ou impressos). c) Prioridade no cumprimento dos apontamentos lançados pela equipe nos processos inspecionados (item 3), bem como em relação aos demais na mesma condição eventualmente existentes no acervo da unidade.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Quanto ao item "a", as unidades processantes têm buscado junto à administração do Tribunal soluções tecnológicas que atendam à nossa crescente demanda de feitos. Exemplo disso foi a criação do grupo de gerenciamento de riscos, o aumento do número de servidores lotados na Secretaria de Informática, a implementação e expansão do PJe nos diversos Estados da 1ª Região, a instituição do teletrabalho, entre outras. Ocorre que o TRF1, com a sua enorme dimensão territorial e instalação crescente de SubSeções, tem recebido um número cada vez maior de processos para julgamento. Quanto ao item "b", foi repassado a todos os servidores a necessidade de datar e rubricar as juntadas e certificações. Quanto ao item "c" os processos inspecionados na última inspeção tiveram prioridade no seu cumprimento.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Todas as recomendações foram atendidas.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

A unidade está organizada em setores: 1. Um setor só para *habeas corpus*; 2. Publicação de acórdão e acompanhamento das juntadas de petições e prazos processuais; 3. Publicação de despachos, vista para contrarrazões ao REsp/RE e acompanhamento das juntadas de petições e prazos processuais; 4. Expedição de ofícios e cartas de ordem/precatória e acompanhamento das juntadas de petições e prazos processuais; 5. Atendimento ao público em geral e recebimento/entrega de documentos e processos; 6. Juntada de petições e acompanhamento de prazos processuais dos processos que retornaram dos órgãos externos; 7. Baixa, expedição de certidões, controle dos processos com baixa em diligência; 8. Pauta de julgamento; 9. Acompanhamento das sessões de julgamento. A dificuldade maior continua sendo a falta de servidores e espaço físico reduzido.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0009120-61.2008.4.01.3900	11/10/2010	-
Processo julgado em 23/10/2018, recebido na Coordenadoria em 11/3/2019 e acórdão publicado em 22/3/2019.		
0022022-52.2012.4.01.3400	17/3/2014	-
Processo digital que não estava na caixa de triagem. Normalizado o fluxo e providenciada a publicação.		
0000071-59.2014.4.01.3908	18/3/2015	-

Acórdão publicado em 22/3/2019.		
0041976-26.2017.4.01.0000	21/8/2017	-
Iniciado o julgamento em 18/12/2018 e, nos termos do art. 942 do CPC, foi suspenso o julgamento e deverá prosseguir em 15/5/2019.		
0000928-14.2014.4.01.4100	19/1/2016	-
Acórdão publicado em 22/3/2019.		
0009708-48.2006.4.01.3800	28/9/2018	-
Processo julgado em 5/2/2019. Autos recebidos na Coordenadoria em 27/2/2019 e acórdão publicado em 12/3/2019.		
0023568-55.2015.4.01.0000	8/5/2015	-
Processo julgado em 12/2/2019, recebido na Coordenadoria em 11/3/2019 e acórdão publicado em 22/3/2019.		
0003125-58.2008.4.01.4000	26/4/2017	-
O julgamento foi iniciado e, nos termos do art. 942 do CPC, foi suspenso e incluído na pauta de 15/5/2019.		
0038002-64.2011.4.01.3500	14/1/2016	-
Processo julgado em 19/2/2019, recebido na Coordenadoria em 27/2/2019 e acórdão publicado em 12/3/2019, tendo em vista que estava aguardando voto revisor.		
0004776-49.2013.4.01.3807	1/1/2019	-
Processo retirado pela DPU em 30/7/2018 e devolvido em 4/4/2019.		
0015572-43.2015.4.01.3900	1/1/2019	-
Processo retirado pela DPU em 20/8/2018 e devolvido em 8/4/2019.		
0004132-57.2014.4.01.4103	1/1/2019	-
Processo retirado pela PRR1 em 23/10/2018 e devolvido em 15/3/2019.		
0007993-49.2011.4.01.3200	1/1/2019	-
Processo retirado pela PRR1 em 13/11/2018 e devolvido em 22/3/2019.		
0005693-90.2006.4.01.3200	1/1/2019	-
Processo retirado pela PRR1 em 20/11/2018 e devolvido em 26/3/2019.		
0005704-71.2016.4.01.3814	1/1/2019	-
Processo retirado pela DPU em 3/12/2018 e devolvido na Coordenadoria em 10/4/2019.		
0006314-09.2014.4.01.3200	1/1/2019	-
Processo retirado pela DPU em 10/12/2018 e devolvido em 12/4/2019.		
0001231-62.2013.4.01.4100	1/1/2019	-
Processo retirado pela PRR1 em 13/12/2018 e devolvido em 21/3/2019.		
0032714-31.2013.4.01.3900	1/1/2019	-
Processo retirado pela DPU em 17/12/2018 e devolvido em 8/4/2019.		
0002109-82.2016.4.01.3808	1/1/2019	-
Processo retirado pela PRR1 em 18/12/2018 e devolvido em 25/3/2019.		
0000432-93.2011.4.01.3904	1/1/2019	-
Petições juntadas.		

0001496-92.2006.4.01.3200	1/1/2019	-
Processo extraviado. Determinada a restauração.		
0005181-21.2009.4.01.4100	1/1/2019	-
Processo extraviado. Determinada a restauração.		
0003203-56.2010.4.01.3200	1/1/2019	-
Petições juntadas.		
0006512-91.2015.4.01.3400	22/7/2016	417 - Apelação
Corrigida a ausência do lançamento da fase de baixa definitiva.		
0004474-66.2012.4.01.3803	15/7/2016	417 - Apelação
Processo aguardando cumprimento da carta de ordem para intimação do réu Raimundo Jose Lopes De Macedo.		
0025248-73.2005.4.01.3800	16/11/2010	417 - Apelação
Processo extraviado. Determinada a restauração.		
0007372-78.2004.4.01.3400	9/2/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo extraviado. Determinada a restauração.		
0007138-57.2009.4.01.4100	28/4/2011	417 - Apelação
Processo extraviado. Determinada a restauração.		
0002724-39.2006.4.01.3803	24/1/2012	198 - Apelação
Processo extraviado. Determinada a restauração.		
0035933-73.2017.4.01.0000	27/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Expedição de intimação para a PRR1.		
0002389-56.2011.4.01.3702	25/11/2015	198 - Apelação
O presente feito está apensado à Ap 0005668-84.2010.4.01.372/MA, que por sua vez, estava aguardando prazo para o Município até 29/3/2019. Certificado e concluso à Relatora, a Des. Fed. Mônica Sifuentes.		
0040381-94.2014.4.01.0000	22/7/2014	202 - Agravo de Instrumento
Processo aguardando publicação de vista para contrarrazões ao REsp.		
0005668-84.2010.4.01.3702	25/11/2015	198 - Apelação
Processo aguardando prazo para o Município até 29/3/2019. Certificado e concluso à Relatora.		
0001024-45.2012.4.01.3503	23/7/2018	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Processo sobrestado - STJ - Recursos repetitivos.		
0000997-62.2012.4.01.3503	23/10/2017	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Sobrestado - STJ - Recursos repetitivos.		
0053747-35.2016.4.01.0000	13/9/2016	244 - Reclamação
Esse processo estava com problema para o lançamento da fase de baixa. A informática corrigiu o problema e agora está arquivado.		
0028294-67.2018.4.01.0000	23/10/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Processo aguardando o cumprimento de carta de ordem para intimação do réu Leonardo Dias de Mendonça.		
0002315-92.2013.4.01.3908	20/9/2018	198 - Apelação

Processo com o Relator, o Des. Fed. Ney Bello, aguardando inclusão em pauta para julgamento.		
0004205-20.2009.4.01.3807	8/11/2016	198 - Apelação
Os autos ainda não foram conclusos para o Relator para julgamento dos embargos. O feito está com carga para a AGU para ciência do acórdão.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA TURMA



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) cobrar a devolução dos autos: 0001496-92.2006.4.01.3200 e 0004132-57.2014.4.01.4103.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista.

A coordenadoria está organizada com os seguintes setores: *habeas corpus*, pauta, publicação de despacho/intimações, publicações de acórdãos, juntada de petições e baixa de autos.

Os feitos são triados por setor responsável.

O controle do acervo é realizado por uma rotina interna no sistema juris “gabinete”.

Já o controle do conteúdo e situação do acervo é feito por meio de relatório extraído do sistema e-Siest. No PJe, o controle é realizado manualmente.

O atendimento às partes e aos advogados é realizado no balcão, onde são deslocados 3 servidores. Também há atendimento por telefone, a ligação é direcionada para o ramal da Diretora, e por fim, por e-mail.

O controle estatístico é realizado por meio de tabela em Excel que é alimentada pelos relatórios extraídos dos sistemas e-Siest e Juris.

A cobrança de processos é feita pelo e-Siest. e os autos com vista há mais de 60 dias, o controle é realizada por telefone, não obtendo resultado é expedido ofício.

O controle de cobrança de cartas de ordem é realizado por meio de tabela de Excel.

O controle de feitos pendentes nos gabinetes de declaração de voto, lavratura de acórdão é realizado por meio de tabela. Atualmente, constam pendentes 4 processos com relatores.

As práticas consideradas como modelo pela Coordenadoria são a triagem e o acompanhamento do andamento processual por meio de planilhas são feitos diariamente, bem como a verificação das petições a serem juntadas.

A unidade relatou dificuldade pelo fato de o PJe não possuir modo criminal, o que faz com que os prazos sejam contados manualmente.

Todos os servidores trabalham com todos os sistemas.

Os processos em diligência são controlados pelo sistema e-Siest.

A Turma tem competência para expedir guia de execução depois do julgamento do último recurso.

Observações da equipe de inspeção

Há muitos servidores e prestadores de serviços envolvidos em tarefas burocráticas – juntadas de petições e documentos, publicação, manuseio e remessa de autos – que seriam eliminadas com a informatização do acervo.

Unidade com alto volume de processos, mas com bom fluxo de tramitação.

11 RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se adotar por rotina extrair relatório dos processos não suspensos ou sobrestados, parados há mais de 30 e 60 dias.
- Cumprir as recomendações constantes do item 9.

COORDENADORIA DA 4ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Coordenadoria da Quarta Turma.

2.2 Competência

Improbidade Administrativa, Desapropriação e Penal.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Cândido Ribeiro.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período):

Desembargador Federal Olindo Menezes 15/5/2018 a 25/9/2018 e 25/2/2019 a 2/4/2019; Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso em 17 e 18/12/2018; Desembargador Federal Néviton Guedes em 28 e 29/1/2019.

3.3 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Lúcia Helena Pires Ferreira de Barros, Coordenadora da Coordenadoria da Quarta Turma.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	5
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	4

Outros	1 servidor requisitado e 3 prestadores de serviços
--------	--

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão/outros	76
Expedição de carta/mandado/edital/ofício/outros	0
Análise	0
Juntada	38
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	12
Outros	113

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	15
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	12
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	0

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	18
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	42
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	2.086
Média de dias do julgamento à publicação	13.06
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	998
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0
Pendentes de publicação	166

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	306
Tempo médio	8.01
Publicações em prazo superior a 10 dias	52
Pendentes de publicação	0
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0

4.6 Processos sem movimentação na unidade há mais de 90 dias, fora das situações anteriormente descritas - (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)
Consta o Processo n. 11020-61.2016.401.0000, que se encontra nesta coordenadoria para o cumprimento de diligência de intimação do agravado sem advogado constituído nos autos por meio de aviso de recebimento. Atualmente está com decurso de prazo para Procuradoria Regional da República apresentar parecer.

4.7 Ausências de membros do Colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)
Desembargador Federal Cândido Ribeiro - ausência justificada do Desembargador Federal Olindo Menezes

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses
62

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim, solicitar devolução de processos com carga/vista, com prazo superior a 60 dias. Priorizar os processos nas metas do CNJ. Priorizar a tramitação do Processo n. 653979.2013.401.4100. Atualizar fase processual do Processo n. 73397-15.2009.4010000, proceder retificação de fase processual para baixa definitiva no Processo n. 834-58.2002.4013301 e excluir fase equivocada de baixa em diligência no Processo n. 43192-17.2001.401.3400.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)
Todas as fases dos processos mencionados nos itens anteriores foram ajustadas. Estamos realizando um maior controle em relação aos processos com carga/vista; estamos tendo maior atenção nas juntadas de documentos, numerações e rubricas com certificação. Em relação ao mapeamento das dificuldades enfrentadas por todas

as unidades processantes do tribunal, foi elaborada uma Resolução Presi 5, unificando os procedimentos cartorários, que se encontra ajustada com o novo CPC e o Regimento Interno do TRF. Em relação às dificuldades tecnológicas enfrentadas, pelas processantes, com a implantação do PJe, vem suprindo gradativamente todas as necessidades.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não temos recomendações pendentes na coordenadoria.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Tendo em vista a situação atual do País e a redução no orçamento do tribunal, foi reduzido o número de estagiários, o que ocasionou mais esforços dos servidores para manter os processos em dia e cumprir as metas do CNJ. A ausência de servidores suficientes, sem dúvida, é a maior dificuldade enfrentada por esta coordenadoria, a qual não mede esforços para prestar um bom serviço ao jurisdicionado, bem como tem atendido as preferências elencadas na legislação vigente (idoso e deficiente).

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
0005428-22.2005.4.01.0000	23/2/2005	-
Observação/Providência: acórdão não publicado processo sigiloso, as partes foram intimadas pessoalmente.		
0004719-35.2011.4.01.3505	30/7/2013	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 18/3/2019.		
0028770-64.2012.4.01.3800	18/9/2015	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 13/3/2019.		
0028247-30.2017.4.01.0000	8/6/2017	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 15/3/2019.		
0004110-28.2015.4.01.3500	5/10/2017	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 20/3/2019.		
0003102-54.2017.4.01.3400	15/12/2017	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 12/3/2019.		
0053048-10.2017.4.01.0000	19/10/2017	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 20/3/2019.		
0003875-67.2006.4.01.3600	13/2/2014	-

Observação/Providência: acórdão publicado em 22/3/2019.		
0001278-16.2011.4.01.3806	8/9/2015	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 13/3/2019.		
0079306-04.2010.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo baixado por declínio de competência em 18/3/2011. Não poderia constar na inspeção.		
0045587-89.2014.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo foi arquivado na Procuradoria-Geral da República, por equívoco daquele órgão. Sendo devolvida a esta coordenadoria em 2/4/2019, com manifestação explicando o equívoco, encontrando-se atualmente concluso ao relator.		
0046457-56.2013.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: fase ajustada processo encaminhado a Procuradoria-Geral da República em 28/10/2014, por declínio de competência.		
0024238-74.2007.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: fase ajustada processo baixado à origem em 21/11/2014, transladado de peças ao processo principal 1999.32.00.004654-5.		
0014744-05.2009.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo não devolvido pelo advogado fase não pode ser ajustada para não mudar a realidade dos fatos. Os autos foram restaurados - Processo n. 8379-32.2018.401.0000.		
0000761-65.2012.4.01.4100	1/1/2019	-
Processo requisitado da Procuradoria Regional da República, onde foi protocolado manifestação, neste tribunal, informando que os autos não foram devolvidos, tendo em vista que aguarda perícia para subsidiar o parecer.		
0024285-03.2012.4.01.4000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo devolvido pela Defensoria Pública da União em 27/3/2019.		
0002453-80.2004.4.01.4100	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo devolvido pela Procuradoria Regional Federal em 20/3/2019.		
0010169-57.2014.4.01.3600	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo devolvido pelo MPF em 15/3/2019, encontrando-se conclusos ao relator.		
0002301-59.2013.4.01.3601	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo requisitado e devolvido a esta coordenadoria em 27/3/2019, pela Defensoria Pública da União, com petição.		
0005256-71.2011.4.01.4300	1/1/2019	-
Observação/Providência: fase ajustada petição remetida à origem em 26/3/2019. Processo baixado à origem em 11/4/2016.		
0007186-05.2007.4.01.3900	1/1/2019	-
Observação/Providência: petição juntada em 26/3/2019, petição recebida na coordenadoria e os autos estavam em julgamento a distância.		
0002086-23.2013.4.01.4300	1/1/2019	-
Observação/Providência: petição juntada em 19/3/2019.		
0003337-16.2016.4.01.3704	1/1/2019	-

Observação/Providência: petição protocolada em duplicidade, foi cancelada.		
0000914-27.2005.4.01.4300	1/1/2019	-
Observação/Providência: foi verificado que a petição em aberto foi protocolada em duplicidade, sendo cancelada.		
0001861-81.2005.4.01.4300	1/1/2019	-
Observação/Providência: Foi verificado que a petição em aberto foi protocolada em duplicidade, sendo cancelada a referida petição.		
0043772-23.2015.4.01.0000	12/8/2015	307 - Habeas Corpus
Observação/Providência: processo com distribuição cancelada por determinação do relator, processo arquivado apensado ao Processo n. 43054-26.2015.4010000.		
0023011-83.2006.4.01.0000	29/6/2006	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: fase ajustada processo baixado à origem em 19/1/2018, apensado ao Processo n. 18354-88.2003.401.3400.		
0039927-27.2008.4.01.0000	14/8/2008	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: fase ajustada processo baixado à origem em 19/1/2018, apensado ao Processo n. 18354-88.2003.4013400.		
0067119-51.2016.4.01.0000	16/11/2016	355 - Carta Precatória Criminal
Observação/Providência: fase ajustada baixa definitiva para ao TRF da 3ª Região.		
0043403-10.2007.4.01.0000	17/9/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: fase ajustada processo baixado à origem em 7/4/2017, apensado ao Processo n. 2004.33.00.004719-9.		
0049939-85.2017.4.01.0000	3/10/2017	355 - Carta Precatória Criminal
Observação/Providência: fase ajustada, processo encaminhado para Seção Judiciária de Minas Gerais em 11/10/2017, pelo caráter itinerante das cartas precatórias.		
0041801-71.2013.4.01.0000	24/7/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: fase ajustada, transladadas peças ao processo principal em 24/1/2018, autos eliminados pela coordenadoria Resolução Presi n. 05, art. 32, inciso IV.		
0011020-61.2016.4.01.0000	3/3/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: foi expedido mandado de intimação para o Ministério Público Federal em 27/3/2019, para parecer. O mandado de intimação foi juntado aos autos em 1/4/2019. Os autos encontram-se nesta coordenadoria aguardando decurso de prazo para o MPF.		
0011632-75.2012.4.01.3900	27/11/2012	418 - Carta Testemunhável
Observação/Providência: fase ajustada processo baixado à origem em 28/11/2018, apensado ao Processo n. 313895.2014.401.3900.		
0008385-39.2018.4.01.0000	23/3/2018	355 - Carta Precatória Criminal
Observação/Providência: fase regularizada processo carta precatória remetida para Seção Judiciária do Estado de Goiás em caráter itinerante ao dia 18/4/2018.		
0073931-12.2016.4.01.0000	9/1/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo concluso ao relator em 29/3/2019.		
0000562-32.2015.4.01.3908	22/1/2018	417 - Apelação
Observação/Providência: processo estava na turma aguardando cumprimento de Carta de Ordem, a qual foi devolvida em 26/3/2019, sendo os autos conclusos ao relator em 2/4/2019.		

0003060-14.2004.4.01.3900	28/1/2009	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: fase regularizada processo sobrestado até 24/7/2019.		
0013743-53.2016.4.01.0000	15/3/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo concluso em 28/3/2019.		
0036581-92.2013.4.01.0000	28/6/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: retificado o cadastro da petição cadastrada por equívoco como agravo regimental.		
0003859-30.2003.4.01.3500	15/6/2005	198 - Apelação
Observação/Providência: processo foi remetido ao MPF, para ciência do acórdão sendo devolvido a esta coordenadoria com contrarrazões aos embargos de declaração, encontrando-se concluso ao relator.		
0004511-53.2008.4.01.3700	6/6/2011	417 - Apelação
Observação/Providência: processo devolvido pelo MPF com contrarrazões aos embargos de declaração, na presente data os autos encontram-se conclusos ao relator.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA 4ª TURMA



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Em relação aos processos inspecionados, não constam recomendações.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A unidade está organizada nos seguintes setores: de expedição; PJe; de mandado de intimação (auxílio ao PJe); processamento; triagem; atendimento, e publicação de acórdãos. Os processos são inicialmente triados e os físicos levados ao setor responsável.

A organização interna segue critérios baseados em planilha elaborada pela própria Turma, alimentada pelo sistema e-Siest e manualmente. O atendimento a partes e aos advogados é feito no balcão por dois terceirizados com supervisão de um servidor.

A unidade tem controle mensal de estatística; o do acervo é realizado pelo sistema E-siest ou manualmente; e o de cargas e remessas é realizado pelos servidores do balcão. A cobrança é feita mensalmente por telefone e, não obtendo resultado, é expedido ofício.

O controle das petições pendentes de juntada é realizado semanalmente e, no caso de pendência, a unidade solicita ao gabinete a remessa do processo. Recebidos os autos, a petição é juntada no mesmo dia. A cobrança de cartas de ordem é realizada por telefone ou *e-mail*. O controle de processos pendentes nos gabinetes de declaração de voto e lavratura de acórdão é realizado mediante certidão de julgamento.

Os atos meramente ordinatórios realizados pela unidade são, dentre outros, os de oficial para cobrar devolução de processo; desentranhar petição juntada erroneamente, além das demais atribuições constantes na Resolução Presi 5/2017 do TRF.

A coordenadoria apontou como prática realizada com presteza, eficiência e efetividade o controle interno de movimentação localizado na capa do processo físico.

Foram relatadas dificuldades como poucos servidores, com o espaço físico limitado e com operacionalidade do PJe.

No cumprimento de liminares/decisões, a coordenadoria comunica as instâncias de origem por fax.

A Turma possui competência para expedir guia de execução depois do julgamento do último recurso.

Observações da equipe de inspeção

- Há muitos servidores e prestadores de serviços envolvidos em tarefas burocráticas – juntadas de petições e documentos, publicação, manuseio e remessa de autos – que seriam eliminadas com a informatização do acervo.

- Unidade com alto volume de processos, mas com bom fluxo de tramitação.

11. RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se adotar, por rotina extrair relatório dos processos não suspensos ou sobrestados, parados há mais de 30 e 60 dias.

COORDENADORIA DA 5ª TURMA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Coordenadoria da Quinta Turma

2.2 Competência

Licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; concursos públicos; contratos; direito ambiental; sucessões e registros públicos; direito das coisas; responsabilidade civil; ensino; nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; propriedade industrial; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Daniele Maranhão Costa.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Souza Prudente e Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Livia Miranda de Lima Varela, Analista Judiciário - área fim.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	11
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	4
Outros	3 Prestadores de Serviço

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão/outros	115
Expedição de carta/mandado/edital/ofício/outros	206
Análise	0
Juntada	164
Conclusão	34
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	148
Outros	0

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade	
Total	1.593
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	0
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	0

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	23
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	23
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	5.616
Média de dias do julgamento à publicação	9.36

Número de publicações em prazo superior a 10 dias	1.191
Pendentes de publicação	253
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	O formulário de Inspeção fornecido pela Diest fornece uma lista de 231 processos com as respectivas datas de publicação dos acórdãos.

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	4.282
Tempo médio	6.53
Publicações em prazo superior a 10 dias	172
Pendentes de publicação	5
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	O formulário de Inspeção fornecido pela Diest fornece uma lista de 2 processos com as respectivas datas de publicação das decisões.

4.6 Processos sem movimentação na Unidade há mais de 90 dias, fora das situações anteriormente descritas - (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)
Relatório indisponível.

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)
Desembargador Federal Carlos Moreira Alves: 5 (férias). Desembargador Federal Hilton Queiroz: 11 (férias); 11 (licença médica) E 4 (compensação de dias trabalhados em plantão judicial). Desembargador Federal Souza Prudente: 6 (férias); 4 (ausências justificadas); 1 (licença médica). Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão: 2 (ausência justificada). Desembargadora Federal Daniele Maranhão Costa: 7 (férias); 2 (licença médica).

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses
52 sessões, entre ordinárias e extraordinárias.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim: a) Atentar para as recomendações do item 2 acima, em especial no que toca às providências a serem tomadas nos processos relacionados (alíneas "a" a "d"). b) Continuar exercendo controle e cobrança dos autos em carga com prazo excedido; c) Observar o prazo para publicação de acórdãos. d) Apresentar à Presidência da Turma proposta de aperfeiçoamento do procedimento de juntada de petições aos processos que estão nos gabinetes. e) Submeter à Administração do Tribunal propostas de: I) adoção de sistema de processo eletrônico compatível com a demanda de trabalho; e II) desenvolvimento de sistema de comunicação interna.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) todos os processos constantes do item 2, alíneas "a" a "d", foram regularizados, com o lançamento das respectivas fases. b) a cobrança de autos em carga é feita a cada mês. c) a publicação de acórdãos continua no prazo regimental. d) a cobrança de processos pendentes de juntada de petições é feita por e-mail, telefonemas e guias impressas no JURIS. e) ver resposta ao item 5.3.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Todas as recomendações pendentes foram atendidas, com exceção do item "e", que entendemos ser de competência da Secretaria Judiciária. Contudo, procuramos sempre recorrer ao Núcleo do PJe para o atendimento das demandas que surgem diuturnamente no uso da ferramenta, sugerindo melhorias, que nem sempre são atendidas pela própria limitação do sistema, que continua com o principal entrave para o seu devido aperfeiçoamento, no caso, a não execução, por lotes, de todas as tarefas de atribuição das Coordenadorias.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Todas as Coordenadorias têm por função precípua a de receber os processos dos gabinetes a que estão vinculadas, triá-los de acordo com as tarefas a serem executadas, promovendo a publicação das decisões/acórdãos e as intimações pessoais dos entes públicos, a contagem do prazo para manifestação/recurso e, de acordo com o ocorrido, fazer a conclusão dos processos aos seus respectivos gabinetes ou à baixa definitiva, depois do trânsito em julgado/decurso do prazo para recurso. As dificuldades existentes estão diretamente relacionadas à carência de pessoal para movimentar o enorme acervo físico ainda existente no Tribunal.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0009255-80.2006.4.01.3500	27/2/2007	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 19/12/2018.		
0005688-57.2005.4.01.3700	24/1/2008	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 22/1/2019. baixa à origem 6ª Vara da Seção judiciária do Maranhão - MA/SAO LUIS, malote No. 977 - GRPJ n. 20190000018850 remetido em 19/3/2019.		
0044046-50.2007.4.01.3400	28/1/2009	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 18/12/2018. baixa à origem 22ª vara da seção judiciária do Distrito Federal GRPJ n. 20190000022701, em 29/3/2019.		
0055238-31.2013.4.01.3800	6/7/2015	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 21/3/2019.		
0006604-26.2016.4.01.3500	12/12/2016	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 20/3/2019.		
0011762-07.2008.4.01.3900	18/10/2011	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 25/3/2019.		
0000871-84.2013.4.01.3500	23/7/2013	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 5/4/2019.		
0000283-42.2007.4.01.3903	9/2/2009	-
Observação/Providência: acórdão publicado em 21/3/2019.		
0001473-50.2015.4.01.4100	17/5/2016	-
Observação/Providência: JULGAMENTO SOBRESTADO: A Turma, à unanimidade, após o relatório, decidiu converter o julgamento em diligência, determinando que o autor comprove a efetiva conclusão do 2º grau, no prazo de dez dias.		
0036065-14.2009.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo extraviado. Restauração de autos ordenada/processo n. 527770620144010000 - devolução lançada para acerto de fase.		
0027390-47.2009.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo devolvido pelo advogado em 26/3/2019.		
0016941-39.2009.4.01.3300	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo devolvido pelo advogado em 27/3/2019.		
0089090-48.2014.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo devolvido pelo advogado em 27/3/2019.		
0058532-84.2009.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo devolvido pelo advogado em 27/3/2019. baixa à origem 8ª Vara da Seção Judiciária de Goiás - GO/Goiânia, malote no. pm374067569br - GRPJ n. 20190000022601 remetido em 3/4/2019.		
0019785-55.2015.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: este processo não tem petição pendente de juntada.		

0040939-32.2015.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: este processo não tem petição pendente de juntada,		
0042106-84.2015.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: petição juntada em 3/4/2019.		
0028457-51.2012.4.01.3300	1/1/2019	-
Observação/Providência: petição juntada em 3/4/2019.		
0014806-75.2005.4.01.3500	1/1/2019	-
Observação/Providência: petição juntada em 1/4/2019.		
0038075-65.1999.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: petição juntada em 27/3/2019.		
0035163-12.2010.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: este processo não tem petição pendente de juntada.		
0000892-85.1999.4.01.4200	1/1/2019	-
Observação/Providência: petição juntada em 14/3/2019.		
0006286-44.2015.4.01.3802	1/1/2019	-
Observação/Providência: petição juntada em 12/3/2019.		
0007408-26.2013.4.01.3200	1/1/2019	-
Observação/Providência: petição juntada em 27/3/2019.		
0037201-80.2008.4.01.0000	1/8/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo remetido para gab. DF Souza Prudente (apensados aos autos do processo 20083800017712-7), em 17/3/2017.		
0000053-93.2012.4.01.0000	9/4/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos eliminados pela CTUR5 (acerto de fase).		
0004213-30.2013.4.01.0000	24/1/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: mandado de intimação juntado MI 346/2019 Ministério Público Federal, em 9/4/2019.		
0003568-38.2009.4.01.3300	28/6/2010	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: decisão/despacho publicado no e-DJF1 de 29/3/2019. mandado de intimação juntado MI 354/2019 - Procuradoria Regional Federal da 1ª Região, em 9/4/2019.		
0000767-18.2015.4.01.3308	13/7/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso em 26/3/2019.		
0000004-13.2016.4.01.0000	7/1/2016	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: processo concluso em 28/3/2019.		
0003128-42.2009.4.01.3300	4/11/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso em 5/4/2019.		
0001188-28.2013.4.01.3809	27/11/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso em 28/3/2019.		
0044086-47.2007.4.01.0000	1/10/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos eliminados pela Coordenadoria em 4/4/2018.		

0020056-59.2009.4.01.3400	29/8/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo concluso em 27/3/2019.		
0016303-36.2014.4.01.0000	26/3/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão/despacho publicado no e-DJF1. (terminativo), em 29/3/2019.		
0067912-09.2015.4.01.3400	7/12/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo concluso em 3/4/2019.		
0000710-90.2008.4.01.3810	22/6/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: suspensão/sobrestamento - decisão tribunal superior - repercussão geral (STF) 264 - STF (626307), 265 - STF (591797, 632212).		
0000585-75.2009.4.01.3200	3/10/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: suspensão/sobrestamento - decisão tribunal superior - repercussão geral (STF) 264 - STF (626307), 265 - STF (591797, 632212).		
0014013-43.2017.4.01.0000	27/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: decisão/despacho publicado no e-DJF1. (interlocutório) em 26/3/2019.		
0005967-49.2009.4.01.3200	18/4/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo concluso em 27/3/2019.		
0014546-02.2017.4.01.0000	29/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo concluso em 27/3/2019.		
0043016-43.2017.4.01.0000	25/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo concluso em 27/3/2019.		
0042531-31.2013.4.01.3800	4/9/2017	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo concluso em 28/3/2019.		
0001664-45.2017.4.01.3803	11/6/2018	198 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso em 28/3/2019.		
0005433-48.2013.4.01.3400	12/6/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: processo concluso em 28/3/2019.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA TURMA



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Em relação aos processos, recomenda-se:

- a) Promover o andamento do feito: 0000767-18.2015.4.01.3308.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista.

A Coordenadoria está organizada com as divisões de julgamento e de processamento e de procedimentos diversos.

Os processos, quando físicos, são recebidos no balcão e por meio do sistema. Quando os feitos são disponibilizados com acórdão, são imediatamente colocados em armários. Os procedimentos diversos ficam sob a responsabilidade da divisão competente.

A triagem dos processos eletrônicos, sendo pelo GPD, é feita a partir da análise processo por processo. Após, são encaminhados à Divisão responsável. Com relação às intimações, o procedimento segue o rito similar ao do processo físico. Quanto à intimação dos entes, somente após a expedição e cumprimento dos mandados e diligências é que, são digitalizados e anexados aos respectivos autos para a contagem do prazo. Os processos de PJe chegam separados para Divisão de Julgamento e de Processamento.

Quando a intimação é realizada, todos os processos são enviados para a mesma tarefa “aguardar prazo”. Para classificar, são etiquetados e após entregues à divisão responsável.

O acervo físico é armazenado em armários com identificação necessária. Sendo processo físico, se constar a presença de acórdão, os feitos são armazenados para o acompanhamento do correspondente decurso de prazo. Sendo processo eletrônico, são subdivididos por tarefas.

Para o controle do acervo, são prioritariamente extraídos relatórios pelo e-Siest.

As tarefas são distribuídas conforme as atribuições dos servidores. Havendo necessidade, o servidor é deslocado para atender a urgência. A unidade destacou como meta principal, o rígido controle dos prazos por todos da secretaria.

Em relação aos feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ, foi informado que quando os processos chegam à Coordenadoria recebem prioridade para o cumprimento do despacho/acórdão/decisão.

O atendimento de partes e advogados é feito no balcão, por e-mail e telefone.

O controle estatístico da Coordenadoria é feito a partir de ferramenta usual para a manutenção e por meio dos relatórios gerados pelo e-Siest, e o da movimentação de vista dos autos é realizado com base no termo de carga e após com lançamento da informação no Sistema. Já para a cobrança de devolução de autos com vista superior há 60 dias, é feita por meio de contato telefônico, ou por e-mail, quando é fornecido o endereço eletrônico.

Nos casos de petições pendentes de juntada, estando o processo na Coordenadoria, a juntada ocorre em média dentro do prazo de 10 dias. Estando o processo com o Relator, o feito é requisitado ao gabinete por meio de uma guia encaminhada por e-mail. O controle de cartas de ordem é realizado por e-mail e/ou por telefone.

O controle de processos pendentes nos gabinetes de declaração de voto, lavratura de acórdão é feito pelo e-Siest, mas, em regra. Os três gabinetes da Quinta Turma costumam enviar os processos julgados na quarta-feira, na sexta-feira ou na segunda-feira da semana seguinte.

A Coordenadoria tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios como intimação para contrarrazões de REsp e RE e retificação de autuação.

Foi apontado como boas práticas a utilização de “marcadores/etiquetas” para melhor controle do acervo e das tarefas a serem realizadas.

As dificuldades informadas foram a falta de servidores; e fato de o PJe não gerar relatórios para acompanhamento das tramitações dos feitos. O sistema também apresenta impossibilidade de geração de despachos em lote, além de não oferecer meios para suprir a necessidade de promover o prosseguimento do julgamento, conforme prevê o § 2º do art. 942 do CPC.

Observações da equipe de inspeção

Há muitos servidores e prestadores de serviços envolvidos em tarefas burocráticas – juntadas de petições e documentos, publicação, manuseio e remessa de autos – que seriam eliminadas com a informatização do acervo.

Unidade com alto volume de processos, várias pilhas de processos a merecer processamento. Responsáveis pela unidade relatam que os processos empilhados são fruto de movimentação recente, que gerou acúmulo.

11 RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se adotar por rotina extrair relatório dos processos não suspensos ou sobrestados, parados há mais de 30 e 60 dias.
- Cumprir as recomendações constantes do item 9.

COORDENADORIA DA 6ª TURMA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Coordenadoria da Sexta Turma

2.2 Competência

Licitação, contratos administrativos e atos administrativos em geral não incluídos na competência de outra seção; II - concursos públicos; III - contratos; IV - direito ambiental; V - sucessões e registros públicos; VI - direito das coisas; VII - responsabilidade civil; VIII - ensino; IX - nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização; X - constituição, dissolução e liquidação de sociedades; XI - propriedade industrial; XII - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal João Batista Moreira.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro (março de 2018 a julho de 2018).

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Vanessa Ferreira dos Santos, Diretora da Coordenadoria da Sexta Turma, 27/3/2019.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	2
Estagiários de nível superior	3
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão/outros	170 (processos recebidos na coordenadoria nos dias 25/3/2019 e 26/3/2019)
Expedição de carta/mandado/edital/ofício/outros	124
Análise	163
Juntada	148
Conclusão	80
Extraviados/por restaurar	2 processos (extraviados pelo advogado)
Em carga com prazo vencido	43
Outros	0

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade	
Total	PJe nº 1004193-12.2019.4.01.0000 (aguardando decisão no conflito de competência)
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	0
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	0

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	30
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	29
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	5.791
Média de dias do julgamento à publicação	10,64
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	2029
Pendentes de publicação	187 processos (voto-vista, processo com prosseguimento no art. 942 do CPC, adiados, retirados de pauta e não encaminhados pelos gabinetes para publicação)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0071627-57.2014.4.01.3800

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	2.612
Tempo médio	7,55
Publicações em prazo superior a 10 dias	353
Pendentes de publicação	13
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Dado não fornecido

4.6 Processos sem movimentação na Unidade há mais de 90 dias, fora das situações anteriormente descritas - (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)
Relatório indisponível.

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)
Março/2018 (Kassio Nunes Marques: 12, 19, e 26) - férias regulamentares abril/2018 (Kassio Nunes Marques: 2) - férias regulamentares junho/2018 (João Batista Moreira: 18 e 25) - férias regulamentares julho/2018 (Daniel Paes Ribeiro e João Batista Moreira: 9, 16, 23 E 30) - férias regulamentares setembro/2018 (Jirair Aram Meguerian: 3 e 10 - férias regulamentares e Daniel Paes Ribeiro: 10, 17 e 24) - motivo justificado outubro/2018 (Daniel Paes Ribeiro: 1, 8 e 29) - motivo justificado novembro/2018 (Jirair Aram Meguerian e João Batista Moreira: 19 e 26) licença médica e férias regulamentares dezembro/2018 (Jirair Aram Meguerian e João Batista Moreira: 3 e 17) licença médica e férias regulamentares janeiro/2019 (Jirair Aram Meguerian: 28) - férias regulamentares fevereiro/2019 (Jirair Aram Meguerian: 4, 11, 18 e 25) - férias regulamentares

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

40 sessões.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. 1) Atentar ao item 2 (alíneas "a" e "f") Encaminhar para processamento do recurso especial o processo n. 0017871-68.2006.4.01.0000 e certificar a devolução da carta de intimação sem cumprimento e fazer conclusão (processo n. 0044198-98.2016.4.01.0000). 2) Evitar que os feitos não permaneçam paralisados, sem justificativa. 3) Observar prazo para juntada de petições, em relação aos processos que estejam localizados, em especial nos gabinetes. 4) Continuar exercendo controle e cobrança dos autos em carga 5) Apresentar ao Presidente a Turma, proposta para adoção pela a Administração do Tribunal de sistema processual eletrônico compatível com a demanda do trabalho

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

1) Os processos n. 0017871-68.2006.4.01.0000 e 0044198-98.2016.4.01.0000 não haviam sido remetidos aos respectivos setores, pois, como eram processos a serem inspecionados, aguardamos a inspeção para depois remetê-los. 2) A recomendação está sendo cumprida com a retirada de relatórios do e-Siest (estatística) 3) Os processos estão sendo solicitado pelo sistema, e-mail e por telefone. O tempo médio de atendimento da solicitação melhorou. 4) Estão sendo retirados relatórios semanais para análise dos processos com carga fora do prazo.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Os sistemas judiciais não ajudam no desempenho das funções da secretaria: o juris e o GPD, sem melhoria alguma, pois, todos os investimentos são para o PJe, que infelizmente precisa de aperfeiçoamentos (não temos tarefas em lote, problemas nas baixas, instabilidade de sistema). Pensa-se no futuro com um acervo enorme de processos físicos e digitais.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

O trabalho da Sexta Turma é de cumprimento de decisões/acórdãos e atendimento ao público e advogados, assim, procuramos processar as decisões/acórdãos com a maior celeridade possível e atendemos o público com presteza. Temos problemas com nossos sistemas processuais: lentidão, falta de ferramentas adequadas e por vezes ficam fora do ar. O sistema PJe não trouxe a celeridade desejada. Não temos ações em lote para as secretarias, as sessões de julgamento não funcionam bem e continuamos com problema na expedição de ofícios e cartas (ordem e precatória) que são processadas manualmente. A Sexta Turma está localizada em um ambiente escuro e sem ventilação adequada. Contudo, não nos falta coragem.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0005298-46.2016.4.01.0000	1/2/2016	-
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Aguardando decurso de prazo para baixa.		
0011877-44.2006.4.01.3400	10/4/2008	-
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Enviado para a Coordenadoria da Sexta Turma com acórdão, em 8/3/2019 e foi publicado em 18/3/2019.		
0001815-89.2008.4.01.3200	11/10/2010	-
Observação/Providência: processo baixado. Transitado em julgado em 11/2/2019.		
0007691-40.2014.4.01.4000	5/5/2017	-
Observação/Providência: processo aguardava nota taquigráfica para publicação. Nota juntada. Acórdão remetido para publicação em 29/3/2019.		
0045304-78.2015.4.01.3800	27/4/2017	-
Observação/Providência: processo aguardava nota taquigráfica para publicação. Notas juntadas. Acórdão remetido para publicação de 29/3/2019.		
0067201-38.2014.4.01.3400	17/3/2017	-
Observação/Providência: processo aguardava juntada de notas taquigráficas para publicar acórdão. Notas juntadas. Acórdão publicado em 29/3/2019.		
0019789-58.2016.4.01.0000	13/4/2016	-
Observação/Providência: processo baixado/arquivado.		
0036427-37.2010.4.01.3700	19/11/2012	-
Observação/Providência: processo baixado.		
0055951-23.2014.4.01.0000	1/10/2014	-
Observação/Providência: processo baixado.		
0005695-76.2005.4.01.3400	1/1/2019	-

Observação/Providência: processo extraviado pela advogada. Avulso formado e encaminhado, junto com as petições pendentes de juntada para o gabinete. Aguardando determinação para restauração.		
0022796-63.2004.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo extraviado pela advogada. Formou-se um avulso, juntamente com todas as petições pendentes de juntada e encaminhado ao gabinete. Aguarda-se a determinação para restauração, se for o caso.		
0002454-60.2007.4.01.3809	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo devolvido pela Caixa Econômica Federal em 12/6/2018 (carga feita para tentativa de conciliação). Processo concluso.		
0019225-40.2011.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Embargos de declaração da União (remetidos em 16/3/2019 para Sexta Turma pela distribuição e juntados em 20/3/2019). Vista para contrarrazões aos embargos publicada, em 27/3/2019. Aguardando o prazo para contrarrazões.		
0037747-48.2002.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Processo retirado pela Advocacia-Geral da União, em 27/3/2019, para contrarrazões aos embargados de declaração opostos pela Mendes Junior S.A.		
0049085-11.2015.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Processo retirado pela Procuradoria Regional Federal, em 25/3/2019, para contrarrazões aos embargos de declaração opostos.		
0003774-13.2013.4.01.3300	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Aguardando o prazo para contrarrazões ao recurso especial e extraordinário (Município e Defensoria Pública), após os autos serão encaminhados ao setor de processamento dos recursos especial e extraordinário.		
0006710-30.2008.4.01.3900	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Processo concluso.		
0010405-56.2012.4.01.3801	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Petição juntada. Processo julgado e publicado. Aguardando prazo para baixa.		
0004882-72.2002.4.01.3200	23/9/2011	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Processo concluso.		
0036328-29.2008.4.01.3800	17/6/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: processo baixado.		
0001118-23.2008.4.01.3603	6/10/2011	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Aguardando decurso de prazo da carta de ordem.		
0008300-20.2014.4.01.3807	18/7/2014	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Carta de ordem juntada em 26/3/2019. Aguardando decurso de prazo da carta.		
0001402-97.2013.4.01.0000	10/1/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Processo concluso.		
0018174-38.2013.4.01.0000	9/4/2013	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: processo com tramitação regular. Juntada de AR (Aviso de Recebimento), certificação e remessa ao gabinete.		
0027200-60.2013.4.01.0000	15/5/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Juntada de AR (Aviso de Recebimento) de ofício de intimação. Processo certificado e remetido ao gabinete.		
0004899-74.2004.4.01.3900	13/5/2011	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Alteração da autuação por determinação judicial, republicação do acordão e intimação, por ofício, da Universidade do Estado do Pará. Aguardado decurso de prazo para baixa.		
0027043-14.2018.4.01.0000	15/10/2018	261 - Carta Precatória Cível
Observação/Providência: Carta Precatória baixada e remetida ao juízo deprecante, em 8/11/2018, via malote digital.		
0062119-12.2012.4.01.0000	5/10/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo baixado.		
0001878-05.2014.4.01.3815	1/7/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: processo baixado. Transitado em julgado em 11/12/2018.		
0017062-34.2013.4.01.0000	26/3/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Juntada de AR (Aviso de Recebimento) de ofício para intimação do agravado). Processo certificado e remetido ao gabinete.		
0017221-74.2013.4.01.0000	26/3/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Juntada de AR (Aviso de Recebimento) do ofício de intimação do agravado, certificação e remessa ao gabinete.		
0021882-96.2013.4.01.0000	19/4/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Expedição de ofício para intimação do agravado, em 27/2/2019, aguardando a remessa de AR (aviso de recebimento) do Correio do Pará.		
0075253-43.2011.4.01.0000	12/1/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Processo julgado e publicado. Aguardando prazo para baixa.		
0006548-85.2014.4.01.0000	10/2/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Aguardando prazo para baixa.		
0010616-10.2016.4.01.0000	1/3/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Processo com decisão publicada, em 28/3/2019, para contrarrazões ao agravo interno. Aguardando prazo para posterior envio ao gabinete.		
0016962-40.2017.4.01.0000	10/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo tramitação regular. Vista publicada para contrarrazões ao agravo interno. Aguardando prazo para remessa ao gabinete.		
0041266-74.2015.4.01.0000	29/7/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Aguardando para contrarrazões ao agravo interno, para posterior remessa ao gabinete.		
0005769-46.2014.4.01.3811	17/3/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Processo conclusão. Aguardando julgamento do agravo interno.		

0013513-42.2011.4.01.3700	8/5/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Aguardando prazo para contrarrazões aos embargos de declaração do apelante.		
0028462-51.2009.4.01.3600	10/1/2018	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Vista publicada para contrarrazões aos embargos de declaração. Aguardando o prazo, para posterior remessa ao gabinete.		
0008779-48.2011.4.01.3700	4/4/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Processo remetido à Defensoria Pública da União para contrarrazões aos embargos de declaração.		
0010704-82.2015.4.01.0000	9/3/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados e processo baixado.		
0030399-95.2001.4.01.3400	14/5/2007	198 - Apelação
Observação/Providência: processo com tramitação regular. Vista para contrarrazões aos embargos de declaração. Aguardando o prazo, para posterior remessa ao gabinete.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA 6ª TURMA



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Em relação aos processos, recomenda-se:

- Promover a restauração: 0005695-76.2005.4.01.3400 e 0022796-63.2004.4.01.3400.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista.

A Coordenaria está dividida em setores, quais sejam, o da triagem, o de juntada de petição e expedientes; o de publicação, que conta com dois subsetores: decisão e acórdão; e o setor de confecção da pauta de julgamento.

A triagem inicial dos feitos é realizada com base na urgência fixada pela matéria. Após a separação, os processos são divididos entre os setores. O acervo é controlado por meio dos sistemas e-Siest, Juris e PJe.

A distribuição de atividades entre os servidores é feita conforme a especialização por matéria. Não há meta individual por servidor. No entanto, a produção de todos que compõem a Coordenadoria é monitorada pela Diretora por meio do sistema. Há avaliação periódica de resultados das atividades pela triagem e extração de relatório de produtividade.

O atendimento das partes e advogados é feito no balcão, por e-mail e telefone.

O controle de cargas e remessas é monitorado por geração de relatórios obtidos no sistema e-Siest. A devolução de processo com vista há mais de 60 dias é solicitada por ofício ou por telefone. Para o controle de processos pendentes de juntada, a unidade para os feitos por desembargador, e caso o processo esteja na Secretaria, a juntada da petição ocorre imediatamente. Todavia, se o processo se encontra no gabinete é o caso de solicitar a devolução pelo sistema e/ou por e-mail.

O controle de cobrança de cartas de ordens é feito por e-mail ao juízo deprecado, solicitando informações acerca do cumprimento e devolução da carta de ordem; não sendo devolvida, certifica-se, juntam-se os e-mails e devolve-se o processo concluso ao gabinete.

No tocante ao controle de feitos nos gabinetes pendentes de declaração de voto e lavratura de acórdão, a unidade extrai relatórios no sistema e-Siest, conforme a situação de processo julgado e acórdão não publicado.

As dificuldades apontadas pela unidade foram a falta de servidores, e o fato de o PJe não gerar relatórios para acompanhamento das tramitações dos feitos. Informaram, ainda, que o sistema apresenta impossibilidade de geração de despachos em lote, além de não oferecer meios para suprir a necessidade de promover o prosseguimento do julgamento, conforme prevê o § 2º do art. 942 do CPC.

Observações da equipe de inspeção

Há muitos servidores e prestadores de serviços envolvidos em tarefas burocráticas – juntadas de petições e documentos, publicação, manuseio e remessa de autos – que seriam eliminadas com a informatização do acervo.

Unidade com alto volume de processos, mas com bom fluxo de tramitação.

11 RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se adotar por rotina extrair relatório dos processos não suspensos ou sobrestados, parados há mais de 30 e 60 dias.
- Cumprir as recomendações constantes do item 9.

COORDENADORIA DA 7ª TURMA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Coordenadoria da Sétima Turma

2.2 Competência

Matéria Tributária e Conselhos Profissionais.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Hercules Fajoses.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

O Desembargador Federal José Amilcar Machado, no período de março/2018 a março/2019, presidiu 7 Sessões. A Desembargadora Federal Ângela Catão, no período de março/2018 a março/2019, presidiu 12 Sessões.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Joaquim José de Sousa Neto - Analista Judiciário - Diretor da Coordenadoria.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	2
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	4

Outros	3 servidores terceirizados (prestadores de serviço)
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Extraviados/por restaurar	1 (processo n. 0022495-51.2002.4.01.3800) estamos providenciando a restauração
Em carga com prazo vencido	33
Outros	4.658
Publicação de acórdão/decisão/outros	877
Expedição de carta/mandado/edital/ofício/outros	0
Análise	0
Juntada	539
Conclusão	1.445

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade	
Total	0
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	Não se aplica
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	Não se aplica

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	23
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	23
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	17.462
Média de dias do julgamento à publicação	8,16
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	4.374
Pendentes de publicação	1.131

Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	2001.37.00.008493-6 (julgado em 4/12/2018).
---	---

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	3.635
Tempo médio	8,16
Publicações em prazo superior a 10 dias	670
Pendentes de publicação	4
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0

4.6 Processos sem movimentação na Unidade há mais de 90 dias, fora das situações anteriormente descritas - (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)
Não há. OBS: convém lembrar que a área de TI adotou como base limite o mês de fevereiro/2019, o que gerou inconsistências com relação aos dados reais encontrados nesta unidade.

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)
Desembargador Federal José Amilcar Machado Ausência Justificada nos dias: 10/4/2018, 23/10/2018, 13/11/2018 e 12/3/2019. Desembargadora Federal Ângela Catão Ausência Justificada no dia 18/12/2018. Licença Médica nos dias: 12/6/2018, 19/6/2018 e 16/10/2018. Desembargador Federal Hercules Fajoses Ausência justificada nos dias: 30/1/2018 e 6/2/2018. Licença Médica no dia 11/12/2018.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses
43 Sessões ordinárias e 8 Sessões extraordinárias.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sim, são elas: a) juntada imediata de todas as petições, cartas, ofícios e documentos pendentes; b) atualização da fase de conclusão no sistema: 0011043-80.2002.4.01.3400; c) restauração da petição extraviada: 0003132-59.2007.4.01.3200; d) correção da data de verificação se há mais processos na mesma situação: 0000002-29.2015.4.01.3508 e 0009739-10.2015.4.01.3200 e) estudo conjunto com o Setor de Informática para elaboração de sistemas voltados a auxiliar os trabalhos.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) todas as petições, cartas, ofícios e documentos pendentes - foram devidamente juntados e processados; b) atualização da fase de conclusão no sistema: 0011043-80.2002.4.01.3400 - fase devidamente atualizada; c) restauração da petição extraviada: 0003132-59.2007.4.01.3200 - petição devidamente restaurada; d) correção da data de verificação se há mais processos na mesma situação: 0000002-29.2015.4.01.3508 e 0009739-10.2015.4.01.3200 - datas devidamente corrigidas e lançadas. e) estudo conjunto com o Setor de Informática para elaboração de sistemas voltados a auxiliar os trabalhos - ainda não conseguimos melhoras significativas no Setor de Informática

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Todas as recomendações foram atendidas. Estamos em contato permanente com a área de informática visando melhorar as rotinas, com o objetivo de auxiliar nas tarefas desta Coordenadoria.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Com a participação de todos os colaboradores (espírito de equipe), temos alcançado bons resultados na realização das tarefas. Dificuldades: 1) o número de servidores lotados nesta Unidade é pequeno, considerando o grande volume de trabalho. Cada dia a demanda aumenta e o número de servidores diminui (inclusive com aposentadorias em breve). 2) o Sistema de informática é lento, instável em alguns dias, não oferece os meios de que necessitamos para agilizar as tarefas. 3) o Sistema PJE não oferece as facilidade e agilidade a que se propunha e traz muitos problemas técnicos na realização das tarefas, provocando constantes atrasos e dificuldades.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0068558-05.2013.4.01.0000	14/11/2013	-
Observação/Providência: autos conclusos ao Relator em 27/3/2019.		
0001488-52.2015.4.01.3604	17/11/2016	-
Observação/Providência: tramitação normal, autos conclusos ao relator em 27/3/2019.		
0044710-64.2015.4.01.3800	7/3/2016	-
Observação/Providência: autos conclusos ao Relator.		
0000570-10.2008.4.01.3502	16/5/2017	-
Observação/Providência: tramitação normal, acórdão publicado em 5/4/2019.		

0004591-28.2010.4.01.3803	12/6/2013	-
Observação/Providência: autos conclusos à ASRET. Admissibilidade de RESP/RE.		
0002602-06.2004.4.01.3800	27/4/2009	-
Observação/Providência: autos com tramitação regular, conclusos ao relator em 3/4/2019.		
0000494-85.2015.4.01.3810	18/8/2016	-
Observação/Providência: tramitação normal, acórdão publicado em 29/3/2019.		
0002635-53.2010.4.01.3810	15/4/2014	-
Observação/Providência: tramitação normal, acórdão publicado em 29/3/2019.		
0002663-69.2010.4.01.3600	27/5/2011	-
Observação/Providência: tramitação normal, acórdão publicado em 15/3/2019.		
0049224-48.2014.4.01.0000	1/9/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: andamento normal, despacho publicado em 22/3/2019. Processo em Secretaria, aguardando decurso de prazo.		
0031924-73.2014.4.01.0000	10/6/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos na Secretaria, aguardando decurso de prazo para a Fazenda Nacional.		
0027493-93.2014.4.01.0000	21/5/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos na Secretaria, aguardando decurso de prazo para a Fazenda Nacional.		
0005237-88.2016.4.01.0000	16/2/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: andamento normal, Fazenda Nacional intimada em 1/4/2019 para manifestação Agravo Regimental.		
0058781-88.2016.4.01.0000	3/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos com baixa definitiva ao Juízo de origem em 27/3/2019.		
0014335-37.2016.4.01.3803	12/6/2017	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: autos conclusos ao Relator em 28/3/2019.		
0066033-16.2014.4.01.0000	13/11/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos conclusos ao Relator em 27/3/2019.		
0004688-50.2013.4.01.3600	30/5/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: andamento normal, Fazenda Nacional intimada em 2/4/2019, para contrarrazões aos Embargos de Declaração.		
0056913-75.2016.4.01.0000	26/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos conclusos ao Relator em 4/4/2019.		
0017513-20.2017.4.01.0000	17/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos conclusos ao Relator em 27/3/2019.		
0032600-45.2010.4.01.3400	22/8/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: andamento normal, despacho publicado em 22/3/2019. Processo em Secretaria, aguardando decurso de prazo.		
0010974-23.2017.4.01.3400	18/1/2018	198 - Apelação
Observação/Providência: atos conclusos ao Relator em 2/4/2019.		
0038804-76.2017.4.01.0000	2/8/2017	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: autos conclusos à relatora, em 8/4/2019, para apreciar Embargos de Declaração.		
0053959-70.2017.4.01.9199	9/11/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: andamento normal, despacho publicado em 22/3/2019. processo em Secretaria, aguardando decurso de prazo.		
0003389-67.2001.4.01.3500	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo remetido ao Juízo de origem em 10/8/2007, com baixa definitiva.		
0003525-37.2015.4.01.3900	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso para exame de admissibilidade RESP/RE em 2/4/2019.		
0004591-70.2015.4.01.3312	1/1/2019	-
Observação/Providência: autos conclusos à ASRET para admissibilidade de RESP/RE.		
0011706-59.1998.4.01.3500	1/1/2019	-
Observação/Providência: autos com baixa definitiva em 19/3/2019.		
0026185-34.2015.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: autos conclusos ao Relator em 2/4/2019.		
0026619-66.2014.4.01.3700	1/1/2019	-
Observação/Providência: autos conclusos ao relator.		
0032666-86.2010.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: autos conclusos ao Vice-Presidente, via ASRET, exame de admissibilidade RESP/RE.		
0047270-42.2016.4.01.3800	1/1/2019	-
Observação/Providência: autos conclusos ao Relator.		
0001453-54.2013.4.01.3801	1/1/2019	-
Observação/Providência: tramitação normal, acórdão publicado em 29/3/2019.		
0013684-17.2011.4.01.3500	1/1/2019	-
Observação/Providência: autos conclusos ao relator em 4/4/2019.		
0031683-57.2014.4.01.3700	1/1/2019	-
Observação/Providência: autos recebidos na Divisão de Feios da Presidência - DIFEP.		
0037713-29.2009.4.01.0000	1/7/2009	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: autos com baixa definitiva em 28/3/2019.		
0034125-53.2005.4.01.0000	18/10/2005	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos com baixa definitiva em 28/3/2019.		
0011918-21.2009.4.01.0000	3/3/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos eliminados, nos termos da Resolução n. 5.		
0022495-51.2002.4.01.3800	23/8/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: autos não encontrados nesta Secretaria, estamos envidando todos os esforços para encontrá-lo.		
0020605-14.2015.4.01.3900	16/8/2017	199 - Reexame Necessário
Observação/Providência: autos com baixa definitiva ao Juízo de origem.		

0047076-92.2013.4.01.3300	7/12/2015	198 - Apelação
Observação/Providência: autos conclusos ao Relator.		
0043663-09.2015.4.01.0000	15/9/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos eliminados em 8/4/2019, nos termos da Resolução Presi 5 - 2017.		
0031969-37.2015.4.01.3300	27/7/2017	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: autos com baixa definitiva ao Juízo de origem.		
0001097-46.2014.4.01.3600	20/10/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: problema técnico não permite lançar fase (movimentação). Já solicitamos providências à área de TI (solicitação de serviço n. SS166888).		
0015852-41.2015.4.01.3600	4/5/2016	198 - Apelação
Observação/Providência: autos com baixa definitiva ao Juízo de origem.		
0000966-02.2009.4.01.4100	29/11/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: autos remetidos ao Juízo de origem, baixa definitiva em 27/3/2019.		
0001729-03.2009.4.01.4100	29/11/2010	198 - Apelação
Observação/Providência: autos com baixa definitiva em 27/3/2019.		
0065321-89.2015.4.01.0000	23/11/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos eliminados, em 19/3/2019, nos termos da Resolução 5 - 2017.		
0017147-83.2014.4.01.0000	31/3/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: autos com baixa definitiva ao Juízo de origem.		
0040575-34.2014.4.01.3803	12/5/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: autos com baixa definitiva ao Juízo de origem em 27/3/2019.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA TURMA



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Em relação aos processos, recomenda-se:

- Acompanhar a localização do processo extraviado até a restauração dos autos, se necessário: 0022495-51.2002.4.01.3800.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista.

A Coordenadoria está organizada em 5 setores: apoio a julgamentos, publicação de acórdãos, publicação de decisões monocráticas, processamento e apoio.

A triagem inicial nos processos físicos segue primeiramente a verificação de existência de petição pendente de juntada. E quando devolvidos do gabinete com acórdão, é feita a conferência do inteiro teor para lançamento no sistema e, em seguida, a publicação.

Para organização do acervo, a unidade utiliza relatórios gerados pelo e-Siest e a cada 90 e 120 dias, a Coordenadoria realiza inspeção interna de verificação do acervo, pelo critério de processos em excedido prazo de paralização.

O atendimento às partes e advogados é feito, prioritariamente, no balcão por 2 servidores e um terceirizado, por telefone e/ou e-mail.

Com relação ao controle de cargas e remessas, nos processos físicos é utilizado o sistema Juris, e no próprio sistema PJe, estando os advogados e entes públicos constituídos. Nos processos com carga excedida, é promovida a cobrança dos autos por meio de contato telefônico, e-mail e/ou expedição de ofício.

O controle de petições pendentes, nos processos físicos, é feito pela ferramenta do Juris. A cobrança das cartas de ordens é feita por e-mail ou ofício.

Para os processos com pendências, nos gabinetes, de declaração de voto, lavratura de acórdão, a unidade trabalha com a fase “controle” lançada no sistema Juris.

Para a prática de atos meramente ordinatórios, a Coordenadoria tem autorização para fazer a intimação da parte contrária nos casos de Embargos de Declaração, independente do despacho do relator.

Apontaram como dificuldade o fato de o PJe não realizar intimações por lote.

Observações da equipe de inspeção

Há muitos servidores e prestadores de serviços envolvidos em tarefas burocráticas – juntadas de petições e documentos, publicação, manuseio e remessa de autos – que seriam eliminadas com a informatização do acervo.

Unidade com alto volume de processos, mas com bom fluxo de tramitação.

11 RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se adotar por rotina extrair relatório dos processos não suspensos ou sobrestados, parados há mais de 30 e 60 dias.
- Cumprir as recomendações constantes do item 9.

COORDENADORIA DA 8ª TURMA

1 DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Ordinária

1.3 Período: 25/3/2019 a 17/5/2019

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Coordenadoria da Oitava Turma do TRF1 da 1ª Região

2.2 Competência

Processamento de autos com matéria de direito tributário e financeiro, via de regra em sede Recurso, com enfoque em análise de petições e documentos, instrução processual e devido encaminhamento de autos -conclusão/publicação/remessa a órgãos públicos/expedição de Mandados, controle de prazos, certificação de trânsito em julgado, baixa definitiva ou em diligência, expedição de certidões narrativas de inteiro teor elaboração de Pauta e realização de sessão de julgamento, atendimento ao público , cumprimento de Ordens, Decisões , Despachos emanados pelos Srs. Desembargadores que compõem a Oitava Turma.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Italo Fioravante Sabo Mendes.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa de 16/4/2016 a 15/4/2018.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Jesus Narvaez da Silva, Analista Judiciário - Coordenador - Inspeção de 25/3/19 a 5/4/19.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	4
Outros	3 prestadores - terceirizados.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão/outros	444
Juntada	637
Em carga com prazo vencido	116
Outros	n/a
Expedição de carta/mandado/edital/ofício/outros	0
Análise	0
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na Unidade	
Total	Processos sobrestados ficam no Gabinete do Relator.
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	GAB
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	GAB

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	GAB
Total de feitos não regularizados	GAB
Total de feitos verificados na autoinspeção	GAB
Total de feitos não regularizados	GAB

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	13.857

Média de dias do julgamento à publicação	12.23
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	.5973
Pendentes de publicação	824
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	ApReNec (d) 0044968-54.2013.4.01.3700; ApReNec (d) 0032159-03.2011.4.01.3700; ApReNec(d) 0024689-81.2012.4.01.3700 de relatoria de Juiz Convocado que não consegue acessar e-jur. 22/6/2018.

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	2.499
Tempo médio	12,45
Publicações em prazo superior a 10 dias	1365
Pendentes de publicação	100
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0

4.6 Processos sem movimentação na Unidade há mais de 90 dias, fora das situações anteriormente descritas - (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)
0

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)
Marcos Augusto de Sousa: 19/3/18;4/6/18;30/7/18;6/8/18;13 e 20/8/18;28/1/19; 4 e 11/2/19. Novély Vilanova: 5, 12, 19, 26/3/2018; 3, 10, 17, 24/9/2018 e 1/10/2018.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses
42 Sessões Ordinárias. ref. 2018 4 Sessões Extraordinárias. ref. 2018

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Sintetizar junto ao Tribunal um método de tratamento quanto à baixa dos Agravos com autos eliminados em razão de constarem do acervo de ativos.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

n/a

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Quanto à recomendação do item 5.1: Trata-se de problema no sistema Juris. Creio que a área de informática deva estar ciente disso.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Boas práticas: Adesão ao Sistema de Postagem Eletrônica - SPE; um programa/produto oferecido pela Empresa Brasileira de Correios o qual envia correspondência utilizando a Internet proporcionando economia de material de expediente (papel, etiqueta e envelope) e, principalmente, simplifica/reduz os procedimentos de expedição de cartas de intimação, bem como agiliza significativamente a entrega da mesma ao destinatário.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0011019-91.2007.4.01.0000	22/3/2007	-
Observação/Providência: Acórdão publicado em 10/8/2007. Baixa à origem em 3/4/2019.		
0040036-07.2009.4.01.0000	7/7/2009	-
Observação/Providência: Acórdão publicado em 9/11/2018. Baixa definitiva à origem em 25/3/2019.		
0020049-82.2009.4.01.0000	7/4/2009	-
Despacho terminativo publicado em 13/10/2009. Processo findo. Autos eliminados em 26/3/2019 conf. Resolução Presi n.5 de 3/2/2017.		
0001138-94.2006.4.01.3502	17/11/2009	-
Observação/Providência: Decisão terminativa publicada em 27/11/2018. Baixa definitiva à origem, em 25/3/2019.		
0050379-91.2011.4.01.0000	1/9/2011	-
Observação/Providência: Decisão exarada em 25/3/2019, julgando prejudicado o agravo interno. Decisão publicada em 2/4/2019.		
0054943-16.2011.4.01.0000	26/9/2011	-
Observação/Providência: 8/3/2013 - Acórdão publicado; 5/11/2018 - Despacho exarado; 13/11/2018 - Despacho publicado; 25/3/2019 - Processo remetido ao gabinete do Relator, Desembargador Federal I'talo Mendes.		
0000350-67.1998.4.01.3500	31/5/2001	-

Observação/Providência: processo remetido ao gabinete do Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa, em 3/4/2019, para apreciação de Embargos de Declaração.		
0008835-89.2012.4.01.0000	29/2/2012	-
Observação/Providência: Acórdão publicado em 19/10/2018. Baixa à origem em 25/3/2019.		
0070682-29.2011.4.01.0000	15/12/2011	-
Observação/Providência: 23/11/2018 - acórdão publicado; 21/1/2019 - Petição juntada - Recurso Especial; 28/3/2019 - Vista publicada para contrarrazões - Processo com prazo em curso.		
0059441-24.2012.4.01.0000	25/9/2012	-
Observação/Providência: 17/4/2017 - contrarrazões apresentadas 23/5/2017 - Conclusão para a Relatora; 16/4/2018 - Redistribuição e conclusão ao Desembargador Federal I'talo Mendes; 23/1/2019 - Recebido na 8ª Turma. 4/2/2019 - Petição juntada; 25/3/2019 - conclusão ao relator.		
0034986-14.2011.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo devolvido pelo advogado em 28/3/2019. Fazenda Nacional intimada do despacho em 2/4/2019. Processo com prazo em curso.		
0007460-33.2015.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo devolvido pela Fazenda Nacional, petição juntada e remetido ao gabinete do Relator, Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes em 29/3/2019.		
0000244-67.2006.4.01.3810	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo concluso ao Desembargador Federal I'talo Mendes, em 2/4/2019.		
0001623-69.2016.4.01.3300	1/1/2019	-
Observação/Providência: Expedição de e-mails ao advogado que retirou o processo em 25 e 26/3/2019 e expedido ofício em 2/4/2019 para devolução dos autos.		
0009537-30.2006.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: 21/3/2019 - Baixa definitiva à origem.		
0029781-72.2009.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: processo devolvido pela Fazenda Nacional em 11/1/2019. Baixa definitiva à origem em 21/3/2019.		
0002633-49.2011.4.01.4101	1/1/2019	-
Observação/Providência: Sem pendência de juntada de petição. Acórdão publicado em 15/3/2019.		
0007257-41.2006.4.01.3803	1/1/2019	-
Observação/Providência: Petição extraviada. Contato com os advogados do Apelado através dos e-mails de 13/12/17, 16/2/18 e 29/3/19 para apresentar cópia da petição extraviada, para juntada.		
0023778-17.2013.4.01.3900	1/1/2019	-
Observação/Providência: Petição cadastrada equivocadamente pela Seção Judiciária do Pará, conforme e-mail anexado ao processo. A petição foi cadastrada no Sistema Juris como "Petição não localizada".		
0033151-83.2013.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Petição juntada em 18/3/2019 e decisão publicada em 26/3/2019. Processo com prazo em curso.		
0002217-36.2010.4.01.3804	1/1/2019	-
Observação/Providência: Petição juntada em 25/3/2019 e remessa ao gabinete do Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa, em 27/3/2019.		

0010927-15.2017.4.01.9199	1/1/2019	-
Observação/Providência: Petição extraviada. Expedido ofício em 27/3/2019 ao Advogado Ordálio Gonçalves Brito para que apresente cópia da petição.		
0000646-24.2014.4.01.3502	1/1/2019	-
Observação/Providência: Petição extraviada. Foi expedido ofício ao advogado do apelante, em 26/3/2019 para apresentar cópia da petição para juntada		
0026837-83.2012.4.01.3500	1/1/2019	-
Observação/Providência: Petição juntada em 28/3/2019 - Processo remetido para a Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários, em 2/4/2019.		
0068892-34.2016.4.01.0000	1/1/2019	-
Observação/Providência: 22/3/2019 - Petição juntada; 3/4/2019 - Fazenda Nacional intimada - Prazo em curso.		
0026266-19.2015.4.01.3400	1/1/2019	-
Observação/Providência: Petição juntada em 19/3/2019 - Recurso Especial. Autarquia intimada em 27/3/2019, para apresentar contrarrazões ao Recurso Especial. Aguardando prazo.		
0036380-13.2007.4.01.0000	23/8/2007	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Processo baixado em 28/11/2012 via GRPJ n.20120000048696 pensado à AP2000.39.00.007329-6 à SJPA, onde foi feito traslado das peças principais e restante do AG e encaminhado para descarte em 27/5/2013 conf. Certidão fl.150 verso da AP. Em 8/4/2019 esta CTUR8 regularizou situação no JURIS,		
0040216-57.2008.4.01.0000	19/8/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo findo. Autos eliminados em 28/3/2016 conf. Resolução Presi n. 5 de 3/2/2017.		
0018753-25.2009.4.01.0000	6/4/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo julgado. Autos eliminados em 26/3/2019 conf. Resolução Presi n.5 de 3/2/2017.		
0035290-38.2005.4.01.0000	8/11/2005	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo findo. Autos eliminados em 26/3/2019 conf. Resolução Presi n.5 de 30/2/2017.		
0034956-96.2008.4.01.0000	22/7/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo findo. Autos eliminados em 26/3/2019 conf. Resolução Presi n. 5 3/2/2017.		
0034567-53.2004.4.01.0000	24/11/2004	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo findo. Autos eliminados em 26/3/2019 conf. Resolução Presi n.5 de 3/2/2017.		
0009059-37.2006.4.01.0000	15/3/2006	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo findo. Autos eliminados em 26/3/2019 conf. Resolução Presi n.5 de 3/2/2017.		
0029020-90.2008.4.01.0000	17/6/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo findo. Autos eliminados em 26/3/2019 conf. Resolução Presi n. 5 3/2/2017.		
0071248-02.2016.4.01.0000	9/12/2016	241 - Petição

Observação/Providência: 12/1/2018 - Decurso de prazo em 20/3/2017; Processo digital arquivado no GPD.		
0012587-69.2003.4.01.3400	6/11/2006	198 - Apelação
Observação/Providência: processo havia sido remetido à Oitava Turma pela CORIP e não foi recebido. Constatado o erro e corrigido pela CORIP, o processo foi remetido e recebido na Oitava Turma em 4/4/2019 e concluso ao Exmo. Sr. Des. Fed. l'Talo Mendes em 5/4/2019		
0013091-75.2003.4.01.3400	9/7/2004	198 - Apelação
Observação/Providência: Ministério Público Federal intimado do acórdão em 29/3/2019, Processo na Coordenadoria da Oitava Turma - armário 31B.		
0041254-60.2015.4.01.0000	29/7/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Cautelar Inominada com decurso de prazo em 11/6/2018 e remetido para o arquivo digital, pois trata-se de processo digital e originário do TRF.		
0015638-20.2014.4.01.0000	24/3/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despacho publicado em 26/3/2019, mandado de intimação juntado em 29/3/2019. Processo na Coordenadoria da Oitava Turma.		
0027639-37.2014.4.01.0000	21/5/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão publicada em 28/3/2019, Fazenda Nacional intimada do despacho em 29/3/2019.		
0009466-20.2014.4.01.3700	15/5/2017	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: Julgamento realizado em 19/11/2018, acórdão publicado em 14/12/2018 e mandado de intimação expedido em 2/4/2019 para a PRR 1ª Região.		
0025646-51.2017.4.01.0000	25/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Baixa à origem em 25/3/2019.		
0022006-71.2012.4.01.3700	19/3/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
Observação/Providência: processo concluso ao relator, Desembargador Federal l'talo Mendes, para juízo de retratação, em 25/3/2019.		
0039897-74.2017.4.01.0000	9/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo remetido para o relator, Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa, em 25/3/2019.		
0031964-21.2015.4.01.0000	1/7/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo remetido ao gabinete do Relator, Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa, em 25/3/2019.		
0027181-06.2014.4.01.3820	23/11/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: 7/2/2019 - Petição juntada - Embargos de Declaração. Despacho publicado em 2/4/2019.		
0054583-03.2010.4.01.3400	23/1/2013	198 - Apelação
Observação/Providência: 26/3/2019 - Petição juntada - impugnação aos Embargos; 3/4/2019 - Processo remetido para o Relator, Desembargador Federal Novély Vilanova.		
0016338-18.2009.4.01.3800	22/2/2017	198 - Apelação
Observação/Providência: Autarquia intimada dos Embargos de Declaração em 26/3/2019. Processo na Coordenadoria da Oitava Turma aguardando prazo.		
0002575-20.2017.4.01.0000	19/1/2017	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: processo remetido ao gabinete do Relator em 25/3/2019, com Embargos de Declaração.		
0064057-37.2015.4.01.0000	17/11/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: 25/3/2019 - Conclusão ao Relator, Desembargador Federal Novély Vilanova, com Embargos de Declaração.		
0064185-23.2016.4.01.0000	27/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: 5/11/2018 - Embargos de Declaração juntados; 26/3/2019 - Decisão exarada p/apresentar contrarrazões aos embargos de declaração; 28/3/2019 - Decisão publicada. Processo com prazo em curso.		
0000290-30.2012.4.01.0000	19/1/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: processo remetido ao gabinete do Relator em 25/3/2019, para julgamento dos Embargos de Declaração.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA TURMA



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Em relação aos processos, recomenda-se:

- regularizar atraso na juntada de documentos/ofícios/mandados: 0000646-24.2014.4.01.3502, 0010927-15.2017.4.01.9199; 0007257-41.2006.4.01.3803, e 0010927-15.2017.4.01.9199.

b) Regularizar o andamento processual, com a inclusão da fase de baixa definitiva dos autos: 0018753-25.2009.4.01.0000, 0020049-82.2009.4.01.0000, 0029020-90.2008.4.01.0000.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As informações a seguir foram prestadas pela unidade durante a entrevista.

A Coordenadoria encontra-se organizada em sete divisões: publicação de acórdãos; cumprimento das decisões; pautas; processamentos diversos; baixa processual; processamento específico dos agravos e a de atendimento às partes e representantes legais.

O acervo físico é organizado conforme as providências a serem tomadas no processamento, utilizam, para controle, a plataforma e-Siest.

São extraídos relatórios mensais do acervo para o controle dos processos paralisados.

O atendimento às partes e advogados é realizado por dois terceirizados no balcão, e, caso haja necessidade de maiores informações, o atendimento é encaminhado ao diretor.

O controle de cargas é realizado por meio de guia de vista dos autos e do Sistema Juris.

No caso de petições pendentes de juntada, a unidade requisita o feito ao gabinete, quando não está na Coordenadoria, para regularização. Em situação normal, o tempo médio de juntada é de 3 dias.

As cartas de ordem são cobradas por telefone, e-mail e/ou ofício.

Para os processos pendentes de declaração de voto e lavratura de acórdão, a unidade encaminha o feito ao gabinete para que efetue a juntada.

Há atos meramente ordinatórios que são praticados na Coordenadoria (art. 162, § 4º, do CPC), como intimação para apresentar contrarrazões nos casos de RE e embargos de declaração.

A unidade apontou como boa prática o convênio estabelecido no ano de 2018 com os Correios para postagem eletrônica, no caso de correspondência simples. Informara que tal medida agilizou o procedimento de intimação. Em contrapartida, foram apontadas dificuldades: i) quanto à intimação pessoal de Municípios e conselhos de classes; ii) na atualização de cadastro de advogados nos processos digitais, iii) e ao PJe, que não realiza intimações por lote.

A unidade apontou queixa quando da remessa dos autos físicos para os juízes em auxílio a distância.

Observações da equipe de inspeção

Há muitos servidores e prestadores de serviços envolvidos em tarefas burocráticas – juntadas de petições e documentos, publicação, manuseio e remessa de autos – que seriam eliminadas com a informatização do acervo.

A Unidade possui alto volume de processos, mas com bom fluxo de tramitação.

11 RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se adotar por rotina extrair relatório dos processos não suspensos ou sobrestados, parados há mais de 30 e 60 dias.
- Cumprir as recomendações constantes do item 9.

F. UNIDADES ESPECIAIS

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1 UNIDADE INSPECIONADA

1.1 Nome do coordenador dos Juizados Especiais Federais

Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

1.2 Competência

Art. 100 do RI dos Juizados Especiais Federais, Turmas Recursais e Turma Regional de Uniformização

1.3 Tempo de atuação na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais

11 meses.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidores em atividade

Servidores efetivos	7
Servidores sem vínculo	-
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	2
Outros (prestadores)	3

2.2 Cargos e Funções Comissionadas em atividade

CJ-2	1
FC-3	1
FC-4	1
FC-5	4
CJ-1	-
CJ-3	-
CJ-4	-
FC-1	-
FC-2	-

FC-6	-
------	---

2.3 Força de trabalho em atividade-fim	
Total de processos em tramitação no gabinete	548
Número de servidores em atividade-fim	2
Relação de processos por servidor em atividade-fim	274

3. DADOS ESTATÍSTICOS - Período: Março/2018 a Fevereiro/2019 ou Posição: 28/2/2019

3.1 Distribuição geral do acervo da CJEF/TRU (Sempre utilizar para todos os subitens a mesma data, de posição ou período, informada no item 3)	
Total em tramitação na COJEF/TRU	548
Processos concluídos	432
Processos sobrestados/suspensos	178
Processos baixados em diligência à 1ª instância no período	Não Informado
Outras situações (especificar)	Não Informado

3.2 Histórico do acervo de processos concluídos na COJEF/TRU	
Na inspeção atual	432
Na assunção	Não Informado
Na inspeção anterior	Não Informado

3.3 Total de feitos recursais criminais e ações criminais em tramitação na COJEF/TRU	
Nenhum	

3.4 Ações em tramitação na COJEF/TRU por ano de distribuição	
Processos distribuídos em períodos anteriores a 2014 (inclusive)	Não Informado
Processos distribuídos em 2015	Não Informado
Processos distribuídos em 2016	Não Informado
Processos distribuídos em 2017	Não Informado

3.5 Processos extraviados e restaurados	
Processos extraviados e não restaurados	2 - em processo de restauração
Processos extraviados e restaurados	Não Informado

O mais antigo extraviado e não restaurado (indicar número e desde quando)	Não Informado
---	---------------

3.6 Processos conclusos e ainda sem julgamento na COJEF/TRU	
Desde a distribuição	Não Informado
Há mais de 5 anos	Não Informado
Há mais de 4 anos	Não Informado
Há mais de 3 anos	Não Informado
Há mais de 2 anos	Não Informado
Há mais de 1 ano	Não Informado

3.7 Processos distribuídos na COJEF/TRU	
Total	639 (ano de 2018)
Maior distribuição em	190 em 13/8/2018
Menor distribuição em	82 em 23/3/2018

3.8 Processos sobrestados	
Total	178
Processos de Metas CNJ	Não Informado
Por decisão do STF/STJ	Não Informado
Outras situações processuais	Não Informado

3.9 Total de decisões proferidas na COJEF/TRU
Decisões monocráticas: 33 agravos em PUIF (admissibilidade); 436 admissibilidades de PUIF /TNU: 33 admissibilidades RE: 15 Total (2018): 517

3.10 Total de processos na condição de META2/CNJ da COJEF/TRU	
Meta 2/2018 (Atual)	11 - Sobrestados por decisão do Relator
Anos Anteriores	-

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?
Não

4.2 - Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

-

4.3 - Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

-

5. ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS

A Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais é um órgão de estrutura relativamente pequena, com apenas 7 servidores efetivos. A carga de trabalho afigura-se módica, com 432 processos conclusos. Nesta linha, foi relatado não ter havido recomendações à unidade na última inspeção.

Trata-se de órgão eminentemente administrativo, mas como o Desembargador Federal coordenador é, também, presidente da Turma Regional de Uniformização, há apreciação judicial pontual - cujas tarefas correlatas estão atribuídas a dois servidores efetivos. Afora isto, os trabalhos da COJEF resumem-se, em essência, ao processamento cartorário de feitos e à redação de minutas de decisão monocrática. Não foram avistadas dificuldades a respeito do controle interno de expedientes, dado o baixo fluxo na unidade - razão pela qual tampouco existem, formalmente, metas de desempenho.

Foram listados 20 processos para inspeção, todos feitos físicos. Destes, 18 encontravam-se sobrestados e 1 havia sido redistribuído. Quanto ao remanescente, pendiam de apreciação embargos de declaração (autos 0007244-40.2009.4.01.3802).

No tocante ao desempenho frente às metas do Conselho Nacional de Justiça, identificou-se apenas alguns feitos afetos, em tese, à Meta 2/CNJ. Contudo, todos se encontram com tramitação suspensa por decisões em recursos de repercussão geral.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Em entrevistas realizadas em 13 e 15/5/2019, respectivamente com o coordenador e a vice-coordenadora, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian e Daniele Maranhão, foram expostas as diretrizes de trabalho e objetivos a serem atingidas com a inspeção, com ênfase no desenvolvimento de rotinas e práticas de gerenciamento a partir de boas práticas verificadas.

Nas oportunidades, corroborado por contatos com a equipe da Coordenadoria dos Juizados Especiais, aferiu-se que o órgão se ressentia de dificuldade orçamentária e falta de estrutura para desenvolver projetos maiores na Região. Percebeu-se, também,

como em outras unidades, que o espaço destinado ao funcionamento é reduzido e inadequado. Não obstante as dificuldades de toda a ordem, foi mencionada, entre outros desafios e iniciativas da gestão, a tentativa de renovação de convênios com o INSS para a realização de mutirões localizados – inclusive na região amazônica, com apoio logístico e operacional da Marinha do Brasil.

A respeito dos trabalhos propriamente de coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, informou-se que há 25 Turmas regionais, que se reúnem semestralmente, por videoconferência. Segundo a estimativa fornecida, o custo da realização destas reuniões é de R\$ 52.000,00.

7. RECOMENDAÇÕES

Apreciar os embargos de declaração opostos nos autos 0007244-40.2009.4.01.3802 e eventuais outros pendentes há mais de 30 dias.

Por igual, solicitou-se ao Desembargador Coordenador, Jirair Meguerian, para a solução de pendência administrativa existente, o encaminhamento de resposta ao ofício CJP-OFI-2018/4269, de 23 de novembro de 2018 (Processo CJP-ADM-2017/0196, Processo SEI 0001282-63.2019.4.90.8000), que tratou de informações sobre o resultado dos trabalhos referentes ao regime de auxílio suplementar para as Turmas Recursais da Seção Judiciária de Minas Gerais, instituído pela Resolução Presi 48/2016.

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA 1ª REGIÃO

1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1 Coordenador: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

1.2 Tempo de atuação: desde 16/4/2018

O Desembargador acumula as funções com o respectivo gabinete jurisdicional.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete;

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador Cândido Ribeiro e pela Secretária Executiva, Dra. Raquel Jorge, no dia 16/5/2019.

1.3 Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Gabinete de Conciliação
Servidores efetivos	3
Servidores sem vínculo	1
Servidores requisitados	1
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	3
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	3
TOTAL	11
Servidores em área-fim	3

1.4 Cargos e funções comissionadas em atividade: 5 funções gratificadas, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ-3	CJ-2	CJ-1	FC-6	FC-5	FC-4	FC-3	FC-2	FC-1
Gabinete de Conciliação		1		1	1		2		

2. METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS

A unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições: Raquel Lopes Jorge, CJ-2; Grazielle Frota Monte Coelho, FC-6; Rosana Marques Esteves Nogueira, FC-5; Ângela Felix de Lima da Silva, FC-3 e Edivá José dos Santos, FC-3.

a) organização dos processos: os processos são organizados em armários, identificados conforme a fase em que se encontram e lançados no sistema Juris.

b) gestão do acervo: os processos previdenciários e outros de matérias de competência da Caixa Econômica Federal são recebidos da CORIP, após a distribuição ao Desembargador Relator; os processos são atribuídos ao Núcleo de Conciliação após a solicitação do interessado pelo programa “Quero Conciliar” ou por peticionamento ao respectivo relator.

c) critérios utilizados para seleção dos processos: processos de matéria previdenciária e outros identificados como passíveis de conciliação, a exemplo dos casos em que figura no polo passivo a Caixa Econômica Federal.

d) organização do acervo e controle de movimentação interna: o controle se dá respeitadas as prioridades legais e processuais, bem como são atendidos os pedidos de preferência formulados pelas partes.

e) prática de atos processuais antes e após a conciliação (intimação das partes, publicação): a unidade realiza a intimação das partes, bem como as publicações dos feitos. As intimações são feitas por telefone, e-mail e pelo diário oficial.

f) dinâmica das conciliações (periodicidade, local, conciliadores): a maior parte das conciliações em matéria previdenciária é realizada de forma virtual (proposta enviada por e-mail), diariamente pelos próprios servidores. Algumas conciliações são realizadas por áudio/vídeoconferência, conectando os interessados no próprio setor, bem como aos CEJUCS vinculados às Seções e Subseções Judiciárias.

g) controle estatístico (existência e meios utilizados): são utilizados os sistemas e-Siest e e-Siac, que são alimentados pela informática com base nas informações do sistema processual.

h) tempo de tramitação dos procedimentos na unidade: média de 6 meses, a depender da complexidade do caso.

i) distribuição interna das atividades: após distribuídos, os processos de matéria previdenciária são encaminhados para o INSS para avaliação de uma possibilidade de acordo. Após é realizada triagem por duas servidoras, que analisam a existência de proposta ou não. Em caso negativo, os autos são devolvidos para o relator. Havendo proposta, esta é digitalizada e encaminhada por e-mail para a parte, que possui o prazo de 10 dias para manifestação. Se houver anuência, o processo é formalmente analisado e encaminhado para o Desembargador para homologação. Após, o processo retorna para o INSS para ciência da decisão de homologação e eventual manifestação. Por fim, há a publicação para ciência da parte contrária. No caso da Caixa Econômica Federal, havendo manifestação pela possibilidade do acordo, há a designação de sessões de conciliação, marcadas semanalmente.

j) atendimento às partes e aos advogados: o atendimento é realizado no balcão e por telefone em sua grande maioria.

k) boas práticas: pode ser citado o implemento semanal de conciliações. Todas as sextas-feiras são realizados mutirões para homologação de acordo. O orçamento do NUCON passou a ser destinado para o implemento do curso de formação de conciliadores e mediadores voluntários, em periodicidade mensal, nas 28 unidades de conciliação da 1ª Região. Em algumas unidades, o NUCON está apoiando a formação de práticas de justiça restaurativa, a exemplo do CEJUC Uberaba.

Estão sendo realizados encontros circulares mensais, ferramenta utilizada da justiça restaurativa com os servidores e demais integrantes do Núcleo a fim de trabalhar as relações interpessoais e institucionais, fato que aumentou a produtividade e desenvolveu melhor cooperação entre todos.

Com a nova equipe foram fortalecidas as parcerias com as instituições que atuam no Tribunal (INSS, Caixa, União, MPF, INCRA, etc.).

3. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE

Não foi possível colher os dados estatísticos da unidade, pois a Diretora informou não possuir dados consistentes devido a dificuldades pertinentes à área de informática do Tribunal.

Há no site do Tribunal estatística referente ao número de acordos homologados, constando terem sido realizados, entre março de 2018 e fevereiro de 2019, 5.756 acordos em segunda instância.

Através da formação de novos conciliadores e mediadores é que a unidade visa atingir a meta 3 do CNJ, e dar apoio às unidades de conciliação distribuídas pela 1ª Região.

Como planos e projetos em andamento, a unidade apontou o apoio no desenvolvimento da justiça restaurativa em matérias penais, contribuindo para uma maior efetividade na fixação, e o acompanhamento e fiscalização de medidas e sanções penais, com o custeio e a capacitação de facilitadores restaurativos, buscando contribuir com a execução penal.

4. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
0014452-83.2010.4.01.3400	19/8/2013	-
- Processo digital com conciliação obtida entre as partes desde 15/12/2016. - Encontrava-se aguardando informação acerca do cumprimento do acordo. - Foi baixado à origem, por inexistirem outras providências a serem adotadas nesta unidade.		
0009545-55.2015.4.01.9199	3/3/2015	-

- Decisão de homologação de acordo em 21/2/2017. -Em fase de cumprimento do acordo, o INSS apresenta novos cálculos para evitar pagamento em duplicidade do benefício. - A parte autora manifesta anuência com os novos valores. - Decisão de homologação dos novos cálculos em abril/2019.		
0047464-15.2014.4.01.9199	9/9/2014	-
Processo com decisão homologatória de acordo em 2/2017, mas que, na fase de cumprimento do acordo, foi identificado erro na DIB estipulada na proposta, pois a parte não tinha idade suficiente para aposentar. Foi revogada a decisão homologatória e, diante de novo ajuste, homologado novo acordo.		
0024535-80.2004.4.01.3300	28/6/2010	-
- Processo digital com conciliação obtida entre as partes desde 5/4/2017. - Decisão de homologação proferida em audiência. - Encontrava-se aguardando informação acerca do cumprimento do acordo. - Foi certificado o decurso do prazo recursal da decisão homologatória e baixado à origem em 3/2019		
0035548-47.2015.4.01.9199	10/7/2015	-
- Obtida conciliação, com decisão de homologação do acordo em junho/2017. - Em fase de cumprimento do acordo, foi identificado erro na DIP da proposta, pois o benefício estava implantado. Reformulada a planilha de cálculos, houve anuência da autora. - Homologada a nova planilha em 14/3/2019.		
0037421-82.2015.4.01.9199	21/7/2015	-
- Processo com acordo já homologado em 7/2017 - Identificado, na fase de cumprimento do acordo, erro na DIP da proposta, pois o benefício estava implantado. Apresentada nova planilha de cálculos, houve anuência da parte autora. - Foi homologada a nova planilha de cálculos (decisão em 3/2019)		
0033947-40.2014.4.01.9199	15/7/2014	-
Obtida a conciliação. Decisão de homologação do acordo em 11/2017 Em fase de cumprimento, foi identificado erro na DIP da proposta da morte da parte. Apresentada nova conta, houve anuência dos sucessores - Foi deferida a habilitação de herdeiros e homologada a nova planilha de cálculos		
0027249-81.2015.4.01.9199	3/6/2015	-
- Processo em que obtida conciliação entre as partes, com decisão homologatória do acordo em 11/1/2019. - Realizadas as intimações e comunicado pelo INSS a implantação/revisão do benefício previdenciário, o processo foi baixado à origem em 2/4/2019.		
0038099-34.2014.4.01.9199	7/8/2014	-
- Processo em que obtida conciliação, com decisão de homologação do acordo em 11/1/2019 - Intimado o INSS, foi informado o falecimento da parte autora em data anterior à formalização do acordo - Foi determinada a suspensão do processo e intimados herdeiros para sucessão processual em 3/2019		
0001674-37.2016.4.01.9199	4/2/2016	-
-Processo com homologação de acordo em 8/3/2018 -Remetidos os autos ao INSS para implantação do benefício, ocasião em que adveio informação de que a parte já recebe aposentadoria decorrente de outra ação judicial. - Autos conclusos ao Coordenador-Geral da Conciliação para análise.		
0001295-24.2007.4.01.3602	11/3/2009	198 – Apelação
- Processo referente a expurgos inflacionários de cadernetas de poupança que estava sobrestado aguardando julgamento de paradigma. - Recebido nesta unidade de conciliação em dezembro/2018. - Deferido prazo de 15 dias à CAIXA para apresentação da proposta de acordo.		
0015514-02.2012.4.01.3300	1/2/2016	198 – Apelação
- Processo digital recebido nesta unidade em 2/2016. - CAIXA ofereceu proposta de acordo em 2/2017. - DPU requer prazo para manifestação - Determinada intimação da CAIXA para que informe a validade da proposta de acordo e se persiste interesse na tentativa de conciliação em março de 2019		
0008747-25.2011.4.01.3900	1/1/2019	-

Processo que se encontrava com carga ao advogado do apelante desde 18/9/2017 para que informasse a realização ou não de acordo extrajudicial noticiado nos autos. Requisitados os autos, o processo foi devolvido sem petição em 1/4/2019 e será devolvido ao Relator ao término da inspeção.		
0032058-80.2016.4.01.9199	1/1/2019	-
- Processo com proposta de acordo oferecida pelo INSS em março/2018. - conciliação não realizada, por ausência de manifestação da parte autora, embora intimada por e-mail e publicação. - processo devolvido ao gabinete do Relator em 21/3/2019.		
0032951-37.2017.4.01.9199	1/1/2019	-
- Processo referente a benefício previdenciário recebido nesta unidade e remetido ao INSS para verificar possibilidade de conciliação desde 31/10/2017. - Foi expedido o Ofício/SistCon 7, de 3/4/2019, ao Sr. Procurador Regional Federal da 1ª Região, requisitando o retorno dos autos ao Nucon.		
0047778-58.2014.4.01.9199	1/1/2019	-
- Processo em que se obteve acordo entre as partes, com decisão de homologação em 20/11/2017 - Remetidos os autos ao INSS para intimação/implantação do benefício em 21/11/17. - Expedido o Ofício/SistCon 7, de 3/4/2019, ao Procurador Regional Federal da 1ª Região, requisitando o retorno dos autos		
0024109-05.2016.4.01.9199	1/1/2019	-
- Processo em que se obteve acordo entre as partes, com decisão de homologação em 30/11/2017 - Remetidos os autos ao INSS para intimação/implantação do benefício em 11/12/17. - Expedido o Ofício/SistCon 7, de 3/4/2019, ao Procurador Regional Federal da 1ª Região, requisitando o retorno dos autos		
0001774-59.2007.4.01.3200	1/1/2019	-
- Processo recebido nesta unidade e remetido à CAIXA para verificar possibilidade de acordo desde outubro/2017. - Sem devolução desde então, foram requisitados os autos por telefone, tendo a CAIXA apresentado petição requerendo o agendamento de audiência de conciliação.		
0044886-45.2015.4.01.9199	1/1/2019	-
- Processo remetido ao INSS em 11/2016 para verificar possibilidade de acordo. - Proposta oferecida em 11/2017. - Após negociações e reformulação da proposta, houve anuência da autora em 7/2018. - Obtida a conciliação, foi proferida decisão de homologação do acordo em 26/3/2019.		
0006554-96.2008.4.01.3300	1/1/2019	-
- Processo requisitado da CAIXA e devolvido pela empresa pública com nova proposta de acordo. Validade de 30 dias. - Foram remetidos os autos à DPU para manifestação sobre a nova proposta em 9/4/19.		
0003891-82.2018.4.01.9199	1/1/2019	-
- Processo referente a benefício previdenciário recebido nesta unidade e remetido ao INSS para verificar possibilidade de conciliação desde 15/3/2018. - Foi expedido o Ofício/SistCon 7, de 3/4/2019, ao Sr. Procurador Regional Federal da 1ª Região, requisitando o retorno dos autos ao Nucon.		
0005575-42.2018.4.01.9199	1/1/2019	-
- Processo referente a benefício previdenciário recebido nesta unidade e remetido ao INSS para verificar possibilidade de conciliação desde 27/3/2018. - Foi expedido o Ofício/SistCon 7, de 3/4/2019, ao Sr. Procurador Regional Federal da 1ª Região, requisitando o retorno dos autos ao Nucon.		
0060137-40.2014.4.01.9199	1/1/2019	-
Concedido prazo derradeiro de 10 dias para que a parte autora se manifeste sobre a petição apresentada pelo INSS, na qual requer a desconsideração da proposta de acordo e alega a existência de coisa julgada (decisão em 15/3/2019).		
0000928-73.2007.4.01.3804	1/1/2019	-

- ACP que objetiva preservação de área ambiental às margens da Usina Hidroelétrica Mascarenhas de Moraes. - Recebida nesta unidade em 13/2/2019. - Determinada a intimação do MPF e apelados/requeridos para manifestação sobre a petição do IBAMA, o qual se posiciona pela tentativa de conciliação.		
0031143-02.2014.4.01.9199	1/1/2019	-
- Processo com proposta de acordo oferecida pelo INSS em outubro de 2018. - Foi intimada a parte autora, por e-mail, em 27/3/2019, para se manifestar sobre a referida proposta de acordo.		
0000791-90.2016.4.01.9199	1/1/2019	-
- Processo remetido ao INSS em dezembro/2016 para verificar possibilidade de acordo. - Proposta de acordo apresentada em março/2018. - Anuência da parte autora em julho/2018. - Obtida a conciliação, foi proferida decisão de homologação do acordo em 15/3/2019.		
0043759-38.2016.4.01.9199	1/1/2019	-
- Processo com proposta de acordo oferecida pelo INSS em 2/2018 e anuência em 8/2018. - Foi determinada a regularização processual da parte autora para apresentar procuração com poderes de transigir (decisão de 15/3/2019).		
0000165-74.2013.4.01.3606	1/1/2019	-
Processo com proposta de acordo do INSS e anuência do autor. Antes da homologação, foi identificado erro na formulação da proposta, pois o processo trata apenas de execução complementar. Determinado o retorno dos autos ao INSS para reformulação da proposta nos limites do conflito em 3/2019.		
0010639-48.2011.4.01.4100	15/9/2015	198 – Apelação
- Processo digital recebido nesta unidade em setembro/2015. - Petição da CAIXA requerendo prazo para apresentação de proposta de acordo em junho/2016. - Foi proferida decisão em março/2019, concedendo o prazo derradeiro de 5 dias para manifestação da CAIXA.		
0000386-11.2004.4.01.3400	14/7/2010	198 – Apelação
- Ação de manutenção de posse de imóvel, objeto de contrato de arrendamento residencial (PAR), na qual a autora renunciou ao direito sobre que se funda a ação, em face de acordo celebrado com a CAIXA - Foi homologada a renúncia e extinto o processo em 19/3/2019. Publicada a decisão em 1/4/2019		
0043479-24.2013.4.01.0000	5/8/2013	202 - Agravo de Instrumento
- Agravo de instrumento digital requisitado a esta unidade de conciliação, em razão do acordo celebrado entre as partes na ação originária em novembro de 2016. - Foi proferida decisão dando perda de objeto ao referido agravo, prejudicado pelo acordo, em março de 2019.		
0004623-67.2009.4.01.3803	10/5/2011	198 – Apelação
- Embargos à execução com proposta de acordo oferecida pela União em setembro/2016. - Intimados por e-mail, em fevereiro/2017, os embargados não se manifestaram. - Publicado, em 27/3/2019, ato ordinatório de vista aos embargados para que se manifestem sobre a proposta de acordo da União.		
0007374-27.2009.4.01.3803	19/5/2011	198 – Apelação
- Processo com proposta de acordo oferecida pela União desde setembro/2016. - Intimado o apelado a se manifestar sobre a proposta, por e-mail, em fevereiro/2017, não foi atendida a intimação. - Publicado ato ordinatório em 29/3/2019, concedendo vista dos autos ao apelado para se manifestar.		
0042198-13.2015.4.01.9199	10/8/2015	1728 - Apelação / Reexame Necessário
- Processo em que se obteve acordo entre as partes, com decisão de homologação em 18/3/2019 - Remetidos os autos ao INSS para intimação/implantação do benefício em 18/3/19 - Expedido o Ofício/SistCon 7, de 3/4/2019, ao Procurador Regional Federal da 1ª Região, requisitando o retorno dos autos		
0005452-06.2012.4.01.0000	7/2/2012	202 - Agravo de Instrumento

<p>- Agravo de instrumento digital requisitado a esta unidade de conciliação, em razão do acordo celebrado entre as partes na ação originária em março de 2017. - Foi proferida decisão dando perda de objeto ao referido agravo, prejudicado pelo acordo, em março de 2019.</p>		
0061494-55.2014.4.01.9199	24/10/2014	198 – Apelação
<p>- Processo com proposta de acordo oferecida pelo INSS em 1/2017. - Houve anuência em 4/2017. Parte falecida em 2014. - Contatado, adveio petição do espólio, requerendo habilitação nos autos em 3/2019. - Determinada a citação do INSS para se pronunciar sobre o pedido de sucessão processual.</p>		
0003194-23.2013.4.01.3804	13/3/2017	198 – Apelação
<p>- Processo recebido nesta unidade de conciliação em 15/3/2017 - Submetidos os autos ao advogado da CAIXA/apelante, que ocupava sala dentro desta unidade, adveio petição em 7/2018, informando a impossibilidade de acordo. - O processo aguarda o término da inspeção para ser devolvido ao Relator</p>		
0041053-96.2014.4.01.3300	6/3/2017	198 – Apelação
<p>- Processo digital recebido nesta unidade em 6/3/2017. - Intimada a CAIXA para verificar a possibilidade de acordo em 17/3/2017. - Foi proferida decisão renovando a intimação da Caixa para, no prazo derradeiro de 5 dias, manifestar-se sobre a possibilidade de conciliação.</p>		
0036963-12.2009.4.01.3400	19/9/2013	1728 - Apelação / Reexame Necessário
<p>- Processo com manifestação de interesse da União em formular proposta de acordo. - Foi concedido o prazo derradeiro de 10 dias para que o Sindicato apelante providencie a juntada aos autos da relação de filiados à época da propositura da ação, conforme solicitado pela União.</p>		
0003197-19.2011.4.01.3813	20/10/2014	1728 - Apelação / Reexame Necessário
<p>- Processo com proposta de acordo oferecida pelo INSS em 3/4/2017 e anuência ao acordo em 5/4/2017. - Em decisão de 15/3/2019, foi determinada a intimação dos autores para regularizarem a representação processual, apresentando procurações com poderes para transigir.</p>		
0016213-58.2015.4.01.3600	3/5/2016	198 – Apelação
<p>- Processo digital com conciliação obtida entre as partes desde 30/3/2017. - Encontrava-se aguardando informação acerca do cumprimento do julgado. - Foi certificado o decurso do prazo recursal da decisão homologatória e baixado à origem.</p>		
0005587-95.2014.4.01.9199	17/3/2014	198 – Apelação
<p>- Processo com proposta de acordo oferecida pelo INSS em janeiro de 2019. - Foi intimada a parte autora, por e-mail, em 27/3/2019, para se manifestar sobre a referida proposta de acordo.</p>		
0063522-25.2016.4.01.9199	3/11/2016	1728 - Apelação / Reexame Necessário
<p>- Processo remetido ao INSS em 12/2017 para verificar possibilidade de acordo. - Proposta oferecida em 2/2018, com anuência da parte autora e regularização da sua representação processual em 18/3/19. - Obtida a conciliação, foi proferida decisão de homologação do acordo em 26/3/2019.</p>		

5. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Foram inspecionados 43 processos, sendo 33 físicos e 10 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se promover o andamento em 20 dias: 0001674-37.2016.4.01.9199, 0003194-23.2013.4.01.3804 e 0008747-25.2011.4.01.3900.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Entrevista realizada com o Desembargador Cândido Ribeiro, no dia 16/5/2019, das 10h40 às 11h40. A partir das 11h15 participou também da entrevista a Dra. Raquel Lopes Jorge. A entrevista durou até as 11h50.

Segundo o Desembargador Cândido Ribeiro:

A Coordenação da Central de Conciliação é feita de modo descentralizado, permitindo aos Núcleos de Conciliação em todos os 13 Estados e no Distrito Federal apresentarem seus planos de conciliação, de acordo com a necessidade da região;

A Semana da Conciliação é realizada em todos os Estados, de acordo com cronograma previamente estabelecido;

Os processos previdenciários, em que o INSS é vencido, são remetidos diretamente da Distribuição para a Conciliação, por força de ato normativo do Tribunal, e constituem a expressiva maioria dos processos existentes na conciliação;

Além dos processos previdenciários, existem alguns casos na conciliação envolvendo ações indenizatórias e a CEF, notadamente os relativos ao SFH;

É realizada triagem dos processos quando chegam na conciliação;

Os processos da Meta 2 foram resolvidos;

Processos com pedidos de desistência de recurso formulado pelas partes, que eram indevidamente remetidos à conciliação, foram devolvidos aos respectivos relatores. Os embargos de declaração opostos pelas partes nesses casos também estão sendo encaminhados aos relatores, para oportuno julgamento;

Não há juiz auxiliar.

A Dra. Raquel Lopes Jorge esclareceu o que se segue.

Foi herdado acervo muito grande, mas já reduzido, aproximadamente em 50%;

A Secretária executiva anterior centralizava muito os atos, como a conferência das peças necessárias para homologação, o que ocasionou grande acúmulo de atos e providências administrativas a resolver;

Com a descentralização instituída pela nova administração, o represamento de atos e processos foi resolvido;

Havia atraso de cerca de um ano nas homologações de acordo. Hoje, estão sendo homologados os acordos celebrados em setembro e outubro 2018;

A nova gestão da conciliação imprimiu nova dinâmica à análise dos processos da conciliação;

Melhorou-se a comunicação com o INSS;

Os trabalhos da Central de Comunicação são prejudicados por falta de atendimento das demandas da Conciliação por parte da TI – Setor de Informática;

A força de trabalho é insuficiente para a demanda da conciliação;

Cerca de 90% dos processos encaminhados, tendo o INSS no polo passivo, são conciliados;

As partes são regularmente intimadas dos atos processuais ocorridos na conciliação;

É realizada, ainda, comunicação por telefone com as partes e com o INSS visando agilizar os acordos;

Apenas recentemente tomou conhecimento de problemas relacionados à não devolução de processos em carga com advogados;

O INSS comunica o cumprimento dos acordos ou informa sobre o fato de ser a providência de competência da unidade administrativa da Autarquia.

7. RECOMENDAÇÕES

1) Em função dos critérios atualmente adotados para encaminhamento de processos para a Central de Conciliação, há nítido descompasso entre a demanda do setor e a força de trabalho. A situação deve ser equilibrada, seja pela revisão da forma de atuação da conciliação, seja pelo aumento dos servidores do setor;

2) A questão funcional poderia ser adequadamente resolvida com a redução da estrutura administrativa do tribunal e o direcionamento da força de trabalho para a área fim;

3) Estender os cursos de capacitação de conciliadores para os servidores;

4) Não há conciliação em fase pré-processual. Recomenda-se o desenvolvimento de política que estimule a conciliação pré-processual, bem como política específica voltada para a conciliação em segundo grau, como em relação aos processos na Vice-Presidência.

5) Melhorar a estrutura material da conciliação;

6) Desenvolver sistema próprio de estatística, para não depender do sistema de dados do setor de informática, que contenha, no mínimo, os seguintes indicadores: número total de processos na unidade, o número de processos que entram, número de

processos que saem, o número de conciliações realizadas, número de conciliações frustradas, bem como causa pelo qual não foram realizadas;

7) Desenvolver sistema de estatística que permita às centrais de conciliações localizadas no Distrito Federal e nos Estados sob jurisdição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região a obtenção de dados relativamente aos mesmos indicadores mencionados no item anterior;

8) Acompanhar e cumprir, sempre que possível, as recomendações listadas em inspeções anteriores, ainda que os problemas e as inconsistências tenham origem em gestões passadas.

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome da Escola de magistratura

Escola De Magistratura Federal da 1ª Região

1.2 Região

1ª Região

1.3 Diretor da Escola

Desembargador Federal Antônio Souza Prudente

1.4 Responsável pela resposta

Juiz Federal Pedro Felipe De Oliveira Santos - coordenador pedagógico da ESMAF TRF1; Gabriela Vaz Junqueira Artiaga - Secretária-Executiva.

2. FORMAÇÃO CONTINUADA

2.1 Relate as dificuldades no planejamento e execução da formação continuada (explícite em relação ao público: desembargadores e juízes)

A ESMAF dispõe do menor orçamento entre as escolas federais, o que gera dificuldades para atender as demandas de formação e de aperfeiçoamento dos 581 magistrados de primeira e de segunda instância atualmente em exercício. Em alguns casos, os próprios magistrados que necessitam completar as horas de formação para promoção e/ou vitaliciamento têm arcado com as próprias despesas de deslocamento e estadia. Como solução, a ESMAF tem investido em três frentes. Primeiro, tem realizado cursos menores nas 14 Seções judiciárias que compõem o TRF1, atendendo demandas locais de capacitação. Os cursos são transmitidos em tempo real pelo Youtube, possibilitando acesso em outros Estados. Segundo esta gestão tem investido no sistema informatizado de EAD, que deverá ser lançado neste ano, com cursos credenciados pela ENFAM. Terceiro, esta gestão tem dinamizado o diálogo com outras escolas judiciais, para fins de compartilhamento de vagas e de experiências em cursos presenciais e a distância.

2.2 Do total dos desembargadores do Tribunal quantos possuem as horas determinadas para formação continuada (considerando horas credenciadas pela Enfam)?

Não há registros de cursos em nome dos Desembargadores que superem a quantidade de horas-aula estabelecida pela Enfam para a formação continuada (art. 33 da Resolução Enfam n. 2/2016).

2.3 Anexe lista nominal dos desembargadores e o total de carga horária executada nos anos 2017 e 2018.

2017 Daniele Maranhão Costa - 56 horas-aula 2018 Carlos Pires Brandão - 4,8 horas-aula
Kassio Nunes Marques - 4,8 horas-aula Gilda Sigmaringa Seixas - 4,8 horas-aula

3. FORMAÇÃO DE FORMADORES

3.1 Quantos magistrados da Região são formadores (participaram de curso de formação de formadores)? Informe quantitativo de desembargadores e juízes separadamente.

49 Juízes Federais; 2 Desembargadores Federais

4. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

1. Promover atividades de ensino e pesquisa.
2. Manter intercâmbio com a ENFAM, com o CEJ e as demais Escolas da Magistratura.
3. Promover encontros, seminários e palestras.
4. Realizar cursos regulares de preparação, formação, aperfeiçoamento e promoção dos magistrados.
5. Participar da comissão examinadora do concurso para ingresso na magistratura federal.
6. Providenciar a edição de trabalho de interesse jurídico, inclusive as teses dos magistrados afastados para capacitação.

5. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

As instalações da ESMAF possuem alto padrão de qualidade e organização. Foi relatado que a maior dificuldade enfrentada diz respeito aos cortes orçamentários, agravados face às dimensões geográficas da Região, o que eleva sobremaneira os custos para a realização de atividades. Estão sendo envidados esforços para implantação dos cursos no formato de Ensino a Distância (EAD). Foram instituídos o Conselho Consultivo da ESMAF, com a finalidade prioritária de elaborar o Plano Anual de Metas, e Núcleos da ESMAF nas Seções Judiciárias da Região. Também foram firmados convênios com universidades em Lisboa e Salamanca. A ESMAF tem realizado cursos menores nas Seções Judiciárias que compõem o TRF1, atendendo demandas locais de capacitação. Os cursos são transmitidos em tempo real pelo Youtube, possibilitando acesso em outros Estados. Estão sendo convidados professores/palestrantes locais, o que diminui custos e prestigia esses profissionais.

6. RECOMENDAÇÕES

1. Implantar cursos no formato de Ensino a Distância (EAD).
2. Intensificar a troca de experiências e boas práticas com as escolas das outras regiões.
3. Utilizar o sistema de videoconferência para realização de eventos e reuniões entre núcleos.

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1 Órgão: Coordenadoria de Execução Judicial (Precatórios)

1.2 Diretor: Hilton Vieira Coelho

1.3 Tempo de atuação: desde 3 de fevereiro de 2017

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Coordenadoria, Hilton Vieira Coelho, e pelo Diretor da Divisão de Cálculos Judiciais, Francisco Araújo Soares.

1.4 Quadro de pessoal

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
	12	1	2	2	2	19	15

2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

Compete à unidade coordenar as atividades relativas a cálculos judiciais e pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs), orientar essas atividades nas respectivas Seções e Subseções judiciárias e prestar apoio jurídico, técnico e administrativo especializado aos magistrados sobre cálculos judiciais em processos submetidos à apreciação do TRF 1ª Região.

Podem ser elencadas, ainda, as seguintes atribuições:

- coordenar e orientar o recebimento, o processamento e todos os procedimentos necessários ao pagamento de precatórios e de RPVs;
- atuar como gestora do sistema de processamento eletrônico das requisições de pagamento desenvolvido pela área de tecnologia da informação;
- coordenar a expedição eletrônica dos precatórios e requisições de pequeno valor pela Justiça Federal da 1ª Região;
- coordenar o sistema de cálculos na Justiça Federal;
- coordenar e fiscalizar o controle dos precatórios extraorçamentários de responsabilidade da Fazenda Pública Estadual, Distrital e Municipal, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, INFRAERO e eventuais entidades equiparadas à Fazenda Pública, por lei ou decisão judicial;

- orientar e coordenar a elaboração de cálculos de custas judiciais;
- acompanhar os registros de precatórios e RPVs, a elaboração das listas de processos e a relação de beneficiários no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) para posterior pagamento pela área competente;
- elaborar proposta orçamentária dos precatórios;
- comunicar ao juízo de origem a disponibilidade de recursos para pagamento de precatórios e RPVs;
- coordenar a elaboração:
 - I. do banco de dados dos precatórios autuados, cadastrados e processados até 1º de julho e o encaminhamento anual à área de planejamento e orçamento do Tribunal para inclusão na proposta orçamentária para pagamento no ano subsequente;
 - II. do banco de dados das RPVs, remetendo-o à área de planejamento e orçamento do Tribunal dentro do prazo estabelecido; e
 - III. de relatórios gerenciais mensais e anuais sobre as RPVs e os precatórios da União e das entidades federais, individualizados por beneficiário e por natureza da despesa, bem como sua remessa à Advocacia-Geral da União e às entidades federais.

A estrutura da Coordenadoria é a seguinte:

A) Seção de apoio à Execução Judicial, subordinada diretamente ao respectivo diretor e comandada por um supervisor, tem por atribuições prestar apoio técnico, jurídico e administrativo especializado, bem como elaborar estudos e preparar informações e expedientes da coordenadoria.

B) Núcleo de Processamento de Requisições de Pagamento, comandada por um diretor, tem por atribuições dirigir e executar as atividades relativas à análise, processamento e registro das requisições de pagamento.

B.1) Subordinada ao Núcleo de Processamento de Requisições de Pagamento há a Seção de Cadastramento e Processamento, comandada por um supervisor, cujas atribuições são autuar, registrar e distribuir as requisições de pagamento.

B.2) Subordinada também ao Núcleo de Processamento de Requisições de Pagamento há a Seção de Análise de Requisições de pagamento, comandada por um supervisor, cujas atribuições são receber as requisições de pagamento e zelar pela observância da ordem cronológica de recebimento para efeitos de autuação e processamento.

C) Divisão de Cálculos Judiciais, comandada por um diretor, tem por atribuições dirigir e executar as atividades relativas a cálculos processuais e procedimentos

aplicáveis nos pagamentos de débitos judiciais contra a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal.

C.1) Subordinada à Divisão de Cálculos Judiciais há a Seção de Controle de Pagamento, comandada por um supervisor, cujas atribuições são conferir, classificar e preparar os precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) para pagamento.

C.2) Subordinada também à Divisão de Cálculos Judiciais há a Seção de Cálculos Judiciais, comandada por um supervisor, cujas atribuições são prestar apoio técnico especializado em cálculos judiciais solicitados pelos desembargadores e juízes auxiliares.

3. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Entrevista realizada com os Diretores da Coordenadoria de Execução Judicial e da Divisão de Cálculos Judiciais, no dia 16/5/2019, das 10h10 às 10h45. Após a entrevista, foram visitados os espaços físicos destinados a uso da unidade.

Os Diretores têm experiência administrativa e processual, demonstrando conhecimento e responsabilidade. Existe fixação de metas para toda a equipe, consubstanciada em vencer a distribuição mensal, o que vem sendo cumprido. Objetiva-se, ademais, o constante aprimoramento do sistema eletrônico de processamento dos precatórios/RPV, motivo pelo qual 3 servidores do setor de TI passaram a compor a equipe.

Os dados estatísticos apresentados na tabela abaixo revelam que, no período de abril de 2018 a março de 2019, foram distribuídas 459.608 RPVs, das quais 421.251 foram pagas. No mesmo período, foram distribuídos 27.385 precatórios, dos quais 19.987 foram pagos. Foram incluídos, nesse montante, as requisições de devedores federais, estaduais e municipais.

O valor total pago no período correspondeu a R\$ 16.165.851.936,03, sendo R\$ 11.453.957.754,95, a título de precatórios; e R\$ 4.711.894.190,08 referentes às RPVs.

Requisições de Pequeno Valor Autuadas entre Abril 2018 a Março 2019

RPVs	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	TOTAL
Processados	33.311	36.837	42.992	30.162	40.811	36.540	43.325	34.455	33.568	19.791	37.956	34.299	35.561	459.608
Pagos	33.141	36.551	42.710	29.450	40.586	36.362	43.151	34.241	33.417	19.709	37.775	34.158	em processamento	421.251

Precatórios Autuados

Precatórios	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	TOTAL
Processados	2.026	2.755	10.825	713	1.191	1.006	1.305	1.090	1.154	736	1.411	1.385	1.788	27.385
Pagos	13	28	21	19	8	27	17	12	23	26	17	18.543	1.233	19.987

Precatórios						
Em processamento	11.779	Precatórios autuados de 02/07/2018 a 30/04/2019				

Valores Pagos no período de maio/2018 a abril/2019	
Precatórios	R\$ 11.453.957.745,95
RPV	R\$ 4.711.894.190,08
Total	R\$ 16.165.851.936,03

Obs.: Incluídos os precatórios de devedores federais (pagos em março e abril/2019), estaduais e municipais (mensalmente)

Atualmente, na unidade, há 11.779 precatórios em tramitação. Não foi constatado atraso no pagamento de precatórios e RPVs.

O processamento das requisições oriundas da Justiça Estadual, cuja remessa se dava por meio de formulário impresso, foi integralmente informatizado, passando a tramitar por sistema próprio (*e-PrecWeb*, instituído pela Resolução Presi 32, de 25/8/2017). Referido sistema contribuiu para racionalizar os procedimentos de emissão e processamento das requisições de pagamento, resultando em celeridade e redução de erros.

Dessa forma, há dois sistemas eletrônicos em operação: *Oracle*, para as requisições pertinentes à Justiça Federal; e *e-PrecWeb*, destinado àquelas provenientes da Justiça Estadual.

Segundo informado, o sistema *e-PrecWeb* se revela mais moderno e seguro, motivo pelo qual está em andamento projeto para estender sua utilização para as requisições da Justiça Federal. A unificação dos sistemas seria oportuna sob os aspectos técnico e prático.

Os expedientes administrativos tramitam por e-mail e/ou pelo sistema SEI.

No tocante à atualização dos precatórios/RPVs, utiliza-se o mesmo sistema de atualização de cálculos da Justiça Federal, baseado no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal aprovado pelo CJF.

A estrutura física da unidade sofreu redução em virtude da introdução de sistema eletrônico para remessa e processamentos dos precatórios/RPVs oriundos da Justiça Estadual. O espaço, no entanto, mostra-se adequado e bem organizado.

A informatização das requisições oriundas da Justiça Estadual e o projeto de unificação dos sistemas eletrônicos de processamento das requisições, inclusive com o destacamento de 3 servidores de TI para essa finalidade, constituem boas práticas da unidade.

4. RECOMENDAÇÕES

Não foram constatados problemas ou inconsistências na Coordenadoria de Execução Judicial, recomendando-se tão somente a manutenção dos esforços para aprimoramento e unificação dos sistemas eletrônicos de processamento das requisições.

ESTATÍSTICA

1. ANÁLISE DA BASE DE DADOS E DE OUTRAS INFORMAÇÕES OBTIDAS DURANTE A INSPEÇÃO

Na etapa preparatória da inspeção, realizou-se, para fins de seleção dos processos a serem inspecionados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas de cada processo, tais como: número do processo, data da última movimentação, data da primeira distribuição, data da última conclusão, descrição da última fase e da classe processual, tempo de publicação do acórdão ou da decisão, prazos para votos-vista e revisor, petições pendentes de juntada e processos com carga há mais de 60 dias.

Em conformidade com a nova metodologia estabelecida pelo Provimento n. 3/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o Tribunal produziu e disponibilizou na primeira etapa da inspeção, realizada no período de 25 de março a 12 de abril de 2019, relatórios estruturados em ferramenta de *Business Intelligence (e-Siest)*, com *link* direto, via *Web*, a bancos de dados, atualizados em tempo “d-1”, e painéis/relatórios para gestão de acervo. Tais informações, em conjunto com o questionário preenchido no mesmo período, por gabinetes e unidades processantes no Sistema de Inspeção - SINSP, viabilizaram a produção de análises cruzadas entre dados coletados pelo setor de estatística e a percepção das unidades quanto a sua consistência.

Os resultados desse trabalho de mineração dos processos, associados aos demais dados de movimentação processual, permitiram perceber, *a priori*, que o TRF 1ª Região está evoluindo nos mecanismos de coleta e armazenamento de dados, e tem atuado preventivamente na depuração de inconsistências, na criação de filtros para contornar erros em lançamentos processuais que possam afetar a consistência das estatísticas do tribunal, e na construção de bases de dados mais robustas que atendam tanto às unidades do TRF quanto ao público externo.

1.1 Pendências da inspeção anterior

Na última inspeção realizada em agosto de 2017, foi apresentado relatório específico sobre as estatísticas do tribunal – Processo n. 0000711-30.2019.4.90.8000 – com importantes recomendações a respeito dos dados produzidos pela Diest e as recorrentes reclamações de gabinetes e unidades processantes quanto à sua consistência.

Naquele período, persistiam a desconfiança na qualidade dos dados, bem como problemas com lançamentos equivocados de movimentações, exclusões retroativas de registros no sistema processual físico (Juris), indisponibilidade das estatísticas sobre

processos com tutela provisória e ainda não levados para exame do Colegiado, e processos conclusos para exame da tutela provisória.

Durante os trabalhos de inspeção, ficou constatado que as dificuldades identificadas persistem e as recomendações previstas no relatório permanecem pendentes de cumprimento.

1.2 Cenário atual das informações produzidas pela Divisão de Estatística do Tribunal - DIEST

Durante os trabalhos, *in loco*, foi possível, assim como nas inspeções anteriores, constatar que problemas antigos ainda persistem, principalmente aqueles relacionados à inconsistência dos dados coletados do sistema processual físico (Juris) e à falta de comunicação entre área-fim e área-meio, o que inviabiliza a construção de mecanismos para validação contínua das estatísticas e indicadores do tribunal.

Diversas unidades reportaram à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, por meio do Sistema de Inspeção – SINSP, significativos erros nos dados e apresentaram, por meio de controles internos, outras informações que consideraram corretas. Tanto os dados apresentados pelo setor de estatística quanto aqueles informados pelas unidades foram devidamente registrados nos relatórios individualizados de cada equipe.

A DIEST reconhece que as inconsistências apresentadas ocorrem e entende que estão associadas, em parte, ao não lançamento correto das movimentações no sistema processual, à prática recorrente de exclusão ou correção de fases registradas no Siapro, por meio de lançamentos retroativos, bem como à permissividade do sistema Juris em aceitar que o usuário apague conteúdo de um registro processual, por exemplo, de petições pendentes de juntada.

Foram identificados mais de 24.000 casos de petições que, ao longo dos anos, foram registradas no sistema processual e que, por razões desconhecidas, tiveram seus números apagados, ou seja, o usuário remove a petição, porém o registro permanece no sistema como pendente. Casos como este, quando não percebidos pelo setor de estatística, produzem números que não coincidem com a realidade, e demonstram o prejuízo que exclusões diversas no andamento processual podem provocar nos indicadores estatísticos do Tribunal.

A situação em questão foi identificada pois, durante o trabalho de mineração dos processos, alguns feitos foram selecionados equivocadamente por motivo de petição pendente de juntada com data antiga. Para solucionar tal problema, a ferramenta de *Business Intelligence* foi atualizada para desconsiderar os registros dessa natureza.

Percebe-se que há o interesse contínuo pelo aprimoramento da ferramenta de *Business Intelligence* como recurso estratégico para gestão de dados e geração de

relatórios inteligentes. Esse controle de acervo, a partir dessa tecnologia, tem contribuído decisivamente como recurso imprescindível para a boa gestão administrativa das unidades judiciárias. No entanto, para continuar esse trabalho de aperfeiçoamento da ferramenta e de ampla divulgação de sua importância, a DIEST precisa do apoio conjunto e continuado da Secretaria Judiciária e da Secretaria de Tecnologia da Informação para superar as barreiras relacionadas a temas que estão além da sua competência ou do seu poder de decisão.

Outra questão importante, também identificada em outros tribunais, é a dificuldade de comunicação ou de colaboração entre a área judiciária e o setor de estatística/informática no sentido de ratificar as estatísticas produzidas. A política de valorização da informação como instrumento de controle e melhoria das atividades exige da administração, além do investimento em tecnologia, o estímulo contínuo à realização de fóruns de discussão entre área-fim e área-meio, produção de tutoriais, e, em outros níveis, *workshops* que abordem o acesso à informação como mecanismo de gestão do acervo e otimização dos recursos.

Recomendações

- 1) Firmar grupo permanente de trabalho com representantes da área judiciária, de tecnologia, de planejamento estratégico e de estatística** com o objetivo de solucionar os principais apontamentos identificados, além de outros não previstos, necessários para a elaboração de estatísticas confiáveis e convergentes com os interesses dos gabinetes e demais unidades.

Apontamentos identificados:

- a) ausência de mecanismos no sistema processual físico (Juris) que permitam coletar as estatísticas de processos com tutela provisória deferida e ainda não levados para exame do Colegiado, bem como os processos conclusos para exame da tutela provisória;
- b) divergência entre as estatísticas apuradas pelas unidades julgadoras e aquelas apresentadas pela Divisão de Estatística;
- c) falta de comunicação entre área-fim e área-meio com o objetivo de ratificar as estatísticas produzidas pela DIEST; e
- d) pouca disseminação ou utilização da ferramenta de relatórios inteligentes – *Business Intelligence*.

- 2) Proibir a prática de lançamentos retroativos de movimentação processual**, seja para ajustar erros aleatórios de curto ou médio prazos, seja para apagar

conteúdo de um registro processual como o caso identificado de exclusão de petição. A correção de eventos equivocados deve ocorrer com o lançamento de um novo movimento e não com ajustes em lançamentos já homologados no sistema processual.

2. DETALHAR A ESTRUTURA, AS BOAS PRÁTICAS E O AMBIENTE DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DOS SETORES DE ESTATÍSTICA

A Divisão de Estatística e Gestão Estratégica – DIEST está implantada no Tribunal em conformidade com a Resolução CNJ n. 49/2007, que dispõe sobre a organização dos Setores de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário⁴⁴. A DIEST é subordinada à Secretaria de Governança Estratégica e Inovação - SECGE que, por sua vez, está vinculada à Diretoria Geral - DIGES.

Cabe à DIEST dirigir e executar as atividades relativas à obtenção, à centralização e ao tratamento dos dados processuais do Tribunal, das seções e das subseções judiciárias, visando divulgar as atividades jurisdicionais da 1ª Região e subsidiar a gestão de processos. Para atingir tais atribuições, apresenta ampla competência, tais como:

- atua como órgão central para fornecimento das estatísticas processuais do tribunal, seções e subseções judiciárias a entidades internas e externas;
- coordena o levantamento, processamento e tratamento dos dados processuais disponíveis no sistema de acompanhamento processual de 1ª e 2ª instâncias;
- mantém contato com as varas, no sentido de fazer as adequações dos dados no sistema de controle processual;
- acompanha a emissão dos relatórios consolidados das informações recebidas;
- providencia o envio mensal dos boletins às unidades do Tribunal, seções e subseções judiciárias;
- auxilia outras unidades no estudo de tarefas ou procedimentos que, direta ou indiretamente, apresentem reflexos em dados estatísticos;
- mantém organizados e atualizados os documentos da unidade, em suporte eletrônico ou em papel; e
- desempenha outras competências típicas da unidade, delegadas pela autoridade superior ou contidas em normas.

⁴⁴ Art. 1º Os órgãos do Poder Judiciário relacionados no art. 92 incisos II ao VII da Constituição Federativa do Brasil devem organizar em sua estrutura unidade administrativa competente para elaboração de estatística e plano de gestão estratégica do Tribunal.

[...]

Art. 2º O núcleo de estatística e gestão estratégica, subordinado ao Presidente ou Corregedor do Tribunal, deve subsidiar o processo decisório dos magistrados conforme princípios estritamente profissionais, científicos e éticos.

§ 1º O núcleo de estatística e gestão estratégica do Tribunal, sob a supervisão do Presidente ou Corregedor do Tribunal, enviará dados para o Conselho Nacional de Justiça quando solicitados, a fim de instruir ações de política judiciária nacional.

[...]

Segundo o diretor da Divisão de Estatística, o ambiente de trabalho é bom e a equipe é comprometida com a qualidade da prestação das informações estatísticas.

A ferramenta de *Business Intelligence - BI* (e-Siest), em franco desenvolvimento, é exemplo de boas práticas do setor e demonstra o compromisso do grupo com a celeridade na coleta dos dados, com a consistência das estatísticas fornecidas e com a gestão do Tribunal. A Divisão tem cumprido suas atribuições e persiste evoluindo na produção e disponibilização às unidades do TRF - 1ª Região de diferentes tipos de relatórios estruturados que contribuam nos trabalhos de gestão e no processo de tomada de decisão.

Todavia, como verificado em inspeções anterior, a ferramenta ainda não é utilizada, de forma continuada, por todos os setores do Tribunal. Justificado pela resistência natural à mudança e pela insegurança na qualidade dos dados, que são gerados a partir de um sistema que ainda acumula problemas relacionados aos lançamentos das movimentações processuais.

3. SISTEMAS UTILIZADOS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

As estatísticas de 1º grau são armazenadas em dois tipos de repositórios: Banco de dados Oracle e MS-Access.

Para manipulação desses repositórios são utilizadas, como instrumento de extração e geração de relatórios, as ferramentas a seguir:

- Forms6i/Report em banco de dados Oracle de cada seção e subseção judiciária para produção dos boletins estatísticos.
- Visual *Basic* para produção do “BOLETIEX” com programação desenvolvida pela DIEST.
- JEF Virtual;
- Transparência em Números, sistema desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal;
- JURIS; e
- E-Siest – *Business Intelligence*.

Quanto ao Provimento n. 2/2009, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal denominado pelo Tribunal de “Transparência em Números”, observou-se que todas as publicações estão disponíveis e atualizadas. Os relatórios de 1º e 2º graus podem ser visualizadas no portal eletrônico do TRF 1ª Região, e, até a data desta inspeção, não foram constatados erros.

SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

Durante a inspeção foram realizadas reuniões e visitas às áreas judiciária e de tecnologia da informação a fim de colher informações a respeito dos procedimentos adotados pelos usuários operadores dos sistemas judiciais.

A inspeção consistiu em verificar se as providências oriundas da inspeção anterior foram executadas e, ainda, examinar os sistemas processuais eletrônicos ou de acompanhamento processual, conforme as seguintes vertentes:

1) Infraestrutura de tecnologia da informação

Análise dos aspectos relativos à gestão e governança de TI, infraestrutura, rede de comunicação, sistemas e atendimento ao usuário interno e clientes externos do tribunal e região com base nas Resoluções CJF n. 355/2015, do Conselho da Justiça Federal, e n. 211/2015, do Conselho Nacional de Justiça.

2) Segurança da informação

Verificação macro da operação de segurança da informação no âmbito do tribunal e aplicação de todos os itens contidos na Resolução CJF n. 6/2008 e seus documentos acessórios.

3) Distribuição processual

Análise dos sistemas e rotinas de trabalho adotados na distribuição processual no âmbito do tribunal, tanto para os processos físicos quanto para os eletrônicos, inclusive aplicando bateria de testes em ambiente computacional controlado e análise de códigos-fonte, consoante a Resolução CJF n. 441/2005.

Verificação do atendimento às recomendações da inspeção anterior

Constatou-se que as seguintes determinações ainda não foram atendidas:

- a) imediata revisão dos acessos aos sistemas judiciais, retirando qualquer credencial cadastrada de forma genérica;
- b) imediata revisão de controle de prevenção vinculado aos sistemas de processo judicial, seja eletrônico ou físico;
- c) implementação imediata de funcionalidade que controle a emissão de liminares e a devida vinculação com as decisões colegiadas, bem como ofereça ferramentas estatísticas;

- d) revisão dos procedimentos e funcionalidades dos sistemas judiciais para emissão automática de certidões negativas pela internet, administradas pelas próprias varas;
- e) especial atenção às falhas apontadas nos testes de distribuição, notadamente na possibilidade de exclusão de relatores impedidos após a distribuição;
- f) maior transparência nos parâmetros de distribuição, fazendo constar nas atas e termos de distribuição, assim como nas consultas processuais disponíveis na internet;
- g) maior transparência nas consultas dos históricos de alteração de informações - logs relevantes para a distribuição e certidões.

Em resposta, o TRF1 indicou a Portaria CNJ n. 26/2015, quando se trata do PJe, informando que as demandas devem ser direcionadas para o comitê gestor nacional. No entanto, nada falam a respeito dos demais sistemas.

Embora a equipe de inspeção tenha solicitado que as respostas aos questionamentos fossem entregues por meio de mídia dvd-r, as informações foram disponibilizadas mediante recurso *Microsoft teams* no seguinte *link*: <https://teams.microsoft.com/_?tenantId=963819f6-e1a3-491c-a1cc-5096f914cf4b#/conversations/Geral?threadId=19:c26be9bcfb504f5aa2e98995e205834a@thread.skype&ctx=channel>.

Infraestrutura de tecnologia da informação

Foram analisados diversos aspectos relativos à gestão e governança de TI, infraestrutura, rede de comunicação, sistemas e atendimento ao usuário interno e clientes externos do TRF da 1ª Região com base nas Resoluções CNJ n. 211/2015 e CJF n. 355/2015.

Foram solicitadas informações iniciais por ofício (Ofício 0026718 – 2019) e posteriormente, complementares; realizadas reuniões com os interlocutores indicados pela Secretaria de Tecnologia da Informação - SECIN; bem como houve visita ao datacenter do tribunal.

Governança

O Tribunal possui Comitê Gestor de TI ativo, e seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação/PDTI está sendo executado em consonância com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação/PETI-JF. O PDTI está publicado no site do TRF1 e existe controle atualizado de sua execução. A última revisão ocorreu em novembro de 2018 e a próxima está prevista para junho de 2019.

Infraestrutura e sistemas

Segundo as informações prestadas pela SECIN, todos os sistemas que dão suporte às atividades da Justiça Federal de 1º grau são gerenciados pelo TRF da 1ª Região.

O parque de equipamentos e os sistemas viabilizam as atividades de cerca de 15 mil usuários internos (incluindo não só o TRF1, mas toda a 1ª Região) e 860 mil usuários externos.

Foram noticiados 162 sistemas e aplicações informatizadas na Justiça Federal da 1ª Região mantidos pelo TRF1. Desses, 34 foram elencados como principais, todos da área judicial e administrativa.

As aplicações mais importantes possuem redundância de aplicação e de *storage*. A redundância de dados no mínimo é feita por *software* (RAID). Apenas dois dos sistemas mais críticos (PJ-e e Sei!) possuem, além de redundância e balanceamento de carga da aplicação, redundância em *storage* com duplicação assíncrona de dados, em equipamento específico, atualmente localizado nas dependências da JF-DF.

O Datacenter do TRF1 está localizado em ambiente onde o controle e registro de acesso e a monitoração ocorrem por vídeo. Possui os requisitos mínimos para manutenção de funcionamento como ar-condicionado, *nobreaks* e grupo gerador.

Rede

A Justiça Federal da 1ª Região abrange 97 localidades, incluindo o Distrito Federal, sede do TRF 1ª Região, 14 seções judiciárias e 83 subseções judiciárias.

As localidades eram, até recentemente, interligadas por rede de comunicação de longa distância (Rede WAN) centralizada no TRF1. Essa rede constituía a infraestrutura de comunicação necessária para o funcionamento dos serviços corporativos, tais como: correio eletrônico, intranet, sistemas administrativos e judiciais, serviços de armazenamento de arquivos, dentre outros.

Atualmente encontra-se em andamento projeto de descentralização. No modelo novo, as seções, nas capitais, interligam-se diretamente ao TRF1, e as demais seccionais ligam-se às capitais. Dessa forma, o tribunal pretende alcançar, além de economia no tráfego de dados, economia financeira, com redução significativa nos valores ao contratar *links* locais ao invés de nacionais.

A conexão com o tribunal é alcançada mediante *links* WAN direcionados pelas seccionais ao nó central do tribunal. Após a conclusão do referido projeto, as seções judiciárias serão responsáveis pela interligação (contrato) com subseções no âmbito estadual e o TRF será o responsável pela manutenção da rede, conectando-a às seções judiciárias. Esse modelo também dá suporte ao projeto de descentralização do acesso à internet (saída), conforme a seguir.

No Distrito Federal, a interligação entre as diversas unidades do TRF1 é feita pela Infovia do Serpro, rede MAN que conecta diversas áreas em que se localizam órgãos públicos no Distrito Federal. Com a Justiça Federal do Distrito Federal/JFDF, a conexão é mediante *link* de fibra ótica dedicado; já com o DPF é feita pela rede WAN.

O acesso à internet (saída) na Justiça Federal da 1ª Região até 2015 era completamente centralizado em Brasília, por intermédio do TRF 1ª Região. Desde então, está em andamento o projeto de descentralização, que passa a ser centralizado nas seccionais, visando desonerar a rede WAN. Pelas informações e planilhas apresentadas, esse projeto encontra-se plenamente implantado e operacional em 65% das localidades, operacional com pendências em 20%, e não implementado (não licitado) nas demais. Nessas últimas será mantida saída para internet pelo tribunal ou seção judiciária do respectivo estado.

No caso da JF/DF, também foi mantida a saída por intermédio do TRF1, que tem link redundante de 380MBps. Atualmente nenhum dos circuitos apresenta redundância, exceto o do TRF1.

O acesso externo via internet aos sistemas e portais da 1ª Região permanece centralizado no tribunal, que possui circuitos redundantes de 380 Mbps cada. A publicação nos portais é restrita ao TRF1.

Inexiste solução corporativa de acesso sem fio (Wi-Fi) no TRF1 e na Justiça Federal da 1ª Região. Quando necessário, são improvisados acessos com roteadores Wi-Fi de uso doméstico, sem monitoramento e com cobertura limitada.

Videoconferência

O Tribunal atende aos padrões e requisitos prescritos pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça, e possui processos de trabalho definidos para o agendamento, preparação e acompanhamento de videoconferências.

Atendimento a usuários internos

Os serviços e o parque de equipamentos são suportados por 203 funcionários, sendo 145 servidores do quadro e 58 estagiários, além das empresas prestadoras de serviços de tecnologia da informação contratadas pelo tribunal.

O atendimento de 1º e 2º níveis é feito por empresa terceirizada, assim como o recebimento das solicitações referentes a problemas com os sistemas.

O Tribunal possui processos de gerenciamento de serviços de TI baseados em boas práticas (ITIL) definidos e mapeados. Existem quinze processos mapeados e documentados, dos quais doze já estão implementados. Há previsão de implantação de mais dois ainda este ano. O processo de “Gestão de Mudanças” está em fase de homologação e refinamento de algumas funcionalidades, com previsão de entrada para a 1ª quinzena de junho. O início da implantação do “Processo de Gestão de Problemas” está previsto para agosto do corrente ano. O processo de liberação e implantação não está no escopo de implantação definido.

Segundo informações obtidas, esses processos vêm sendo implantados e aperfeiçoados ao longo do tempo e são avaliados continuamente visando alcançar maior maturidade e eficiência. Os processos de trabalho, apesar de implementados, não estão formalmente instituídos no TRF1 ou na região como um todo. Ou seja, constituem

elemento de iniciativa positiva da gestão, mas não estão instituídos como instrumento de governança no âmbito corporativo.

O TRF1 implementa *software* de gestão *Control Desk* da empresa IBM, adquirido em 2017, que fornece ferramentas de acompanhamento do cumprimento de níveis de serviço do contrato de prestação de serviços de suporte de 1º e 2º níveis. Solicitamos a extração dos dados de atendimento das solicitações e respectiva satisfação dos usuários atendidos.

A mesma ferramenta é utilizada para gestão do contrato do tribunal como dos contratos das 14 seccionais, e conta com mecanismo, dentre outros, que solicita manifestação pelo usuário da satisfação quanto ao atendimento recebido.

Apesar da mínima fração dos usuários que recebem atendimento responderem à pesquisa de nível de satisfação, esse índice situa-se acima dos 95% de satisfação positiva. Os chamados, no entanto, são encerrados, em sua maioria, automaticamente ou manualmente pelo responsável pelo sistema de atendimento, sem a avaliação do atendimento pelo usuário.

Todo chamado, seja de infraestrutura, rede, recursos de *desktop* ou aplicação, segundo o TRF1, é direcionado pela ferramenta. Dessa forma, esse percentual, supostamente, refere-se a toda demanda de solicitações, incluindo as aplicações (corretivas).

Por outro lado, na pesquisa de satisfação bianual realizada em 2017 para obtenção dos índices e verificação das metas do PETI do indicador “Índice de satisfação dos clientes internos” e do “Índice de satisfação dos clientes externos”, observamos índices de 74% e 54,30%, respectivamente, e em relação à meta de 60%.

Não houve pesquisa em 2018, devendo ocorrer nova rodada em 2019. Percebe-se, na pesquisa voltada aos usuários internos, que, apesar de os números mostrarem resultados positivos, há muitas reclamações no campo “comentários”, especialmente nas seccionais, com relação à ausência de servidores de TI para atendimento, demora ao atender, lentidão dos sistemas e instabilidade da rede de comunicações.

Seção Judiciária do Pará – inoperância

No dia 15/5/2019 às 11h20, o Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, Daniel Marchionatti, reuniu-se com os servidores Marcos Barbosa Andrade, coordenador de sistemas, e Bento Gomes Barbosa Junior, coordenador de infraestrutura, para colherem informações sobre a notícia de problemas nos serviços informatizados do Pará disponível no *link*:

<<https://portal.trf1.jus.br/sjpa/comunicacao-social/imprensa/noticias/secao-judiciaria-esclarece-sobre-problemas-em-seus-sistemas-informatizados.htm>>.

“TRF1 - Seção Judiciária esclarece sobre problemas em seus sistemas informatizados:

Em respeito à sociedade, aos jurisdicionados e a todos os órgãos que integram o sistema de Justiça, bem como em respeito ao princípio da transparência, a Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará presta esclarecimentos sobre problemas que estão ocorrendo desde o dia 24 de abril.

Disponível no portal.trf1.jus.br”.

Em 15/4/2019, o servidor de informática do Pará foi desligado em razão da mudança do Centro de Processamento de Dados para outro local, serviço que demandaria uma semana. Em 22/4/2019, foi religado, tendo apresentado instabilidade decorrente da alimentação elétrica. Em 24/4/2019, ocorreu nova pane.

Apurou-se que, nas obras da nova sala onde o servidor trabalhava, uma das tomadas elétricas estava com a inversão do neutro com o positivo. Além disso, dois cabos lógicos teriam sido ligados de forma errada.

Após a correção das ligações, o servidor passou a funcionar normalmente, mas o banco de dados foi corrompido. Buscou-se recuperar o *backup*, que estava preservado, mas houve corrupção da biblioteca que indica a localização dos arquivos. Até o momento, o serviço não foi normalizado.

A Secretaria de Tecnologia foi questionada sobre o andamento dessa manutenção mediante *e-mail*, anexo a este relatório (*e-mail* indisponibilidade da JFPA STI - TRF1.pdf).

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Durante o período de inspeção, foram analisados processos administrativos e documentos que foram apresentados pelo TRF1 em resposta ao Ofício DIAFI 0026718/CJF, bem como documentação suplementar solicitada para avaliar o estabelecimento e adoção de regras e boas práticas de segurança da informação no âmbito de atuação do tribunal.

A análise dos atos de gestão relacionados à segurança da informação foi realizada com base nos seguintes normativos:

- Resolução CJF n. 6/2008 - Política de Segurança Informação do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau.
- Portaria CJF-POR-2014/00093, que dispõe sobre a aprovação do Documento Acessório Comum “Política de Gestão de Riscos”, de que trata a mencionada Resolução n. 6/2008.

- Portaria CJF-POR-2015/00103, que dispõe sobre a aprovação do documento acessório comum "Política de Auditoria de Segurança da Informação", de que trata a Resolução n. 6/2008.
- Portaria CJF-POR-2015/00104, que dispõe sobre a aprovação do documento acessório comum "Política de Segurança para Desenvolvimento, Aquisição e Manutenção de Sistemas", de que trata a Resolução n. 6/2008.
- Norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, Tecnologia da Informação – Técnicas de segurança – Sistemas de gestão de segurança da informação – Requisitos.
- Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013, Tecnologia da informação — Técnicas de segurança — Código de prática para controles de segurança da informação.
- Boas Práticas em Segurança da Informação, Tribunal de Contas da União – TCU – 4. ed.

Política de segurança da informação

Com relação à aplicação dos *Documentos Acessórios Comuns* previstos na Política de Segurança da Informação que foram regulamentados pelo Conselho da Justiça Federal, foram apuradas as seguintes vertentes:

Política de Gestão de Risco de Segurança da Informação, Portaria CJF-POR-2014/00093: a gestão de riscos, apesar de normatizada no TRF1, não está sendo aplicada no que se refere à segurança da informação. Ressalta-se que não existe formalização dos processos críticos de negócio da Justiça Federal da 1ª Região. Os inventários de ativos em geral são mantidos pelas unidades responsáveis, inexistindo processo formal de inventário ou vinculação dos ativos com sistemas ou processos críticos de negócio. Em consequência, não são feitas a identificação e a avaliação dos riscos dos ativos de informação e tampouco foi elaborado um Plano de Tratamento dos Riscos.

Política de Segurança para Desenvolvimento, Aquisição e Manutenção de Sistemas, Portaria CJF-POR-2015/00104: foram relatadas iniciativas voltadas à aplicação de controles de segurança no desenvolvimento de aplicações que aparentemente foram iniciadas após a apresentação de Relatório Preliminar de Auditoria, elaborado pela Auditoria Interna do TRF1, presente no Processo TRF1 0018424.88.2017.4.01.8000/SEI. Foi informado que o tribunal possui a custódia dos códigos-fonte, analisa a qualidade do código com relação a vulnerabilidades de segurança por meio da solução *SonarQube*, avalia vulnerabilidades antes da entrada do sistema em produção, implementa criptografia de informações sensíveis e registra informações relevantes em *LOGs* e restringe o acesso de ambientes de produção. Não

foi possível avaliar o grau de abrangência dessas práticas ou atestar a verificação de atendimento de todos os itens previstos na referida política.

Política de Auditoria de Segurança da Informação, Portaria CJF-POR-2015/00103: o programa de auditoria aborda o tema “Segurança da Informação” nas questões de auditoria relacionadas à atuação da área de TI junto às comissões relativas à segurança da informação, elaboração e regulamentação dos documentos acessórios que compõem a Política de Segurança da Informação, e se o processo de desenvolvimento respeita as diretrizes. A Auditoria Interna do TRF1 realizou, em 2017, auditoria em que tais objetivos de segurança foram analisados e os resultados constam do Processo TRF1 0018424.88.2017.4.01.8000/SEI. No relatório de auditoria, registraram-se as seguintes recomendações:

“Providenciar a devida formalização do Modelo de Governança de TI, constante do PAe 0004687-23.2014.4.01.8000, para regulamentar alterações na composição e no cronograma de reuniões da Comissão Local de Segurança da Informação - CLSI.”

“Elaborar documentos acessórios previstos na Resolução CJF 006/2008.”

“Estabelecer e manter, por meio da Comissão Local de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação, ações preventivas e educativas na área de Segurança da Informação.”

“Implantar metodologia na gestão de incidentes de segurança da informação por parte da Comissão Local de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação.”

Quanto aos “Documentos Acessórios Diferenciados”, previstos na Resolução CJF 6/2008, foi apurado que a Política de Segurança de Acesso Físico, a Política Permanente de Conscientização e Treinamento, a Política de Controle de Acesso Lógico, a Política de Classificação de Informações e o Plano de Continuidade de Negócios ainda não foram normatizados no âmbito do TRF1, sendo que a Resolução CJF 6/2008 prevê:

[...]

“Art. 2º A fim de conferir plena efetividade à segurança da informação, cada órgão responsável pela implantação da Política de Segurança da Informação deverá elaborar documentos próprios e diferenciados, conforme orientações contidas no Anexo I desta Resolução.”

“Art. 3º Os sistemas de informações do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus deverão ser adaptados ao disposto nesta Resolução **no período máximo de dois anos, contados a partir de sua publicação.**” (grifo nosso)

Apesar de a Política de Utilização de Recursos de TI não ter sido editada, existe a Resolução Presi 600-007/2017, que trata do uso de equipamentos e programas de informática. Considerando as profundas e extensas **mudanças** ocorridas nos serviços, produtos e equipamentos de informática ao longo do período, é altamente recomendado tornar o documento consentâneo com a realidade atual.

Observou-se, também, que, embora a *Política Permanente de Conscientização e Treinamento* não ter sido editada, foram identificadas ações relativas à conscientização de usuários sobre a aplicação de boas práticas de segurança. Utilizou-se o **envio** de comunicados gerais, via *e-mail*, e foram publicadas, em área exclusiva para o tema, cartilhas desenvolvidas pelo Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil – CERT.br que são voltadas para a conscientização de usuários para a segurança na internet.

Comitês de segurança da informação

Tendo em vista o previsto na Resolução n. 6/2008, foi apurado que a Comissão Local de Segurança da Informação/CLSI foi estabelecida por meio da Portaria/Presi 600-270/2009 e que a Comissão Local de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação - CLRI foi estabelecida pela Portaria/Presi 600-271/2009.

Ao serem solicitadas as três últimas atas de reunião dos comitês, constatou-se que, embora formalizada, a CLSI nunca se reuniu em quase 10 anos de criação.

Com relação à CLRI, foi informado sobre a realização de reuniões, sem registro em ata, para tratar de incidentes de segurança ocorridos. Considerando que a designação da comissão foi editada há aproximadamente 10 anos, e que as reuniões que eventualmente ocorriam para tratar de incidentes graves de segurança não contavam com a participação de membros formalmente designados, nota-se que a mencionada CLRI também não estava atuando.

Atribuições da unidade de segurança da informação

Inicialmente, foi solicitada a apresentação do organograma e das atribuições das áreas responsáveis por segurança da informação ou segurança de Tecnologia da Informação no tribunal, bem como a informação de como está distribuída a atuação do tribunal e das seções judiciárias em assuntos relativos à segurança da informação.

Averiguou-se, no Regulamento de Serviço do TRF1, que as seguintes unidades possuem atribuições voltadas para gestão de segurança da informação:

- Núcleo de Apoio ao Sistema de Inteligência – NUINT: propor o desenvolvimento de medidas voltadas à segurança e ao sigilo de dados, informações e conhecimentos de interesse da instituição.

- Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica – COINT: propor a elaboração e atualização das políticas, planejamentos, diretrizes, procedimentos, padrões, metodologias e normas que orientem e disciplinem a infraestrutura de TI no âmbito da JF1, inclusive em relação à segurança da informação digital.
- Seção de Segurança da Informação Digital – SESEI: efetuar levantamentos, identificar e analisar as necessidades de segurança da informação do TRF1 e das seções e subseções judiciárias, tanto em suas redes corporativas quanto nos sistemas informatizados, bem como sugerir mudanças que proporcionem aumento da segurança das informações corporativas do TRF1 e das seções e subseções judiciárias.

Ao analisar as atribuições dessas unidades, observa-se que, excetuando-se a Seção de Segurança da Informação Digital, as atividades principais estão voltadas para outras áreas de atuação. O tema “Segurança da Informação” eventualmente faz parte de suas atribuições. Não foi encontrada unidade que tenha por objetivo o aprimoramento e a promoção de segurança da informação, em todas as suas vertentes, ou pela gestão de segurança da informação.

Tal competência é, muitas vezes, atribuída à área de Tecnologia da Informação, contudo a segurança da informação é multidisciplinar e permeia diversas áreas de atuação. Assuntos como segregação de funções, segurança em recursos humanos, controle de acesso físico a ativos de informação (ex.: processos físicos) e segurança física do ambiente são previstos na Norma de Gestão de Segurança ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 e são temas que visivelmente não fazem parte das atribuições da área de Tecnologia da Informação.

Nesse sentido, o Manual de Boas Práticas em Segurança da Informação do Tribunal de Contas da União – TCU menciona:

“É recomendável que na estrutura da instituição exista uma área responsável pela segurança de informações, a qual deve iniciar o processo de elaboração da política de segurança de informações, bem como coordenar sua implantação, aprová-la e revisá-la, além de designar funções de segurança. Vale salientar, entretanto, que pessoas de áreas críticas da instituição devem participar do processo de elaboração da PSI, como a alta administração e os diversos gerentes e proprietários dos sistemas informatizados.”

Observa-se que a Seção de Auditoria Temática – SEATE possui, dentre outras, a atribuição de realizar auditorias operacionais sobre os sistemas eletrônicos de processamento de dados quanto à eficiência e segurança física do ambiente, segurança lógica e confidencialidade dos sistemas desenvolvidos em computadores existentes nas unidades do tribunal e das seccionais vinculadas.

Com relação à distribuição das atribuições relacionadas à Segurança da Informação, foi informado que é de responsabilidade do TRF1 a gestão da segurança no acesso externo ao portal e aplicações disponibilizadas ao público externo, enquanto centralizadas no TRF1, bem como da solução de *firewall* e autenticação de usuários para

navegação na internet. Essa navegação, nas demais seccionais, encontra-se em processo de migração para os acessos locais já contratados, que se encontram em diferentes estágios de implantação. A gestão do *firewall* nas seccionais que possuem acesso local à internet é realizada pelas respectivas unidades de TI, com apoio da equipe da SESEI quando baseada em *software* livre. Eventuais incidentes de segurança da informação, quando comunicados pelas seccionais, são tratados de forma conjunta pela SESE e pela unidade local de Tecnologia da Informação.

Incidentes de segurança

Em análise a incidentes apresentados pela equipe do tribunal, verificou-se que a atuação pareceu adequada, contudo, não existe processo de resposta a incidentes de segurança definido. Em razão disso, não ocorrem registro, triagem, classificação, tratamento, comunicação e análise estatística de maneira estruturada. Sem um processo definido, as ações tornam-se empíricas e erráticas.

No incidente em que houve uma tentativa de extorsão de servidor do órgão, a equipe de inspeção verificou e identificou que o tribunal está utilizando as seguintes definições com relação à política de senhas:

- as senhas devem possuir cumprimento mínimo de seis caracteres;
- não existe política de complexidade de senha, permitido utilizar, por exemplo, uma sequência de números ou letras (ex.: 123456);
- não existe período de expiração de senhas para magistrados, servidores, prestadores e estagiários;
- a expiração de senha somente é utilizada para prestadores que atendem por suporte especializado de contratos mediante abertura de ordens de serviço/projetos. Nesses casos a conta é desabilitada automaticamente após a data informada;
- não existe bloqueio de contas após elevado número de tentativas erradas, permitindo ataques de força-bruta.

Distribuição processual

A distribuição ordinária ocorre automaticamente, em horários previamente programados no sistema (no intervalo de uma hora a partir das 9h), sem a interferência humana. Raramente ocorrem distribuições urgentes fora desse horário. Os parâmetros lançados no sistema para a distribuição não estão disponíveis para consulta aos usuários. O Processo 0054142-27.2016.4.01.0000, por exemplo, foi distribuído por sorteio com um impedimento, cujas informações, no entanto, não estão disponíveis na consulta pela internet.

Testes na rotina de preparação para a distribuição

Foram realizados testes nos módulos de distribuição, em ambiente controlado, onde simulou-se a distribuição do Processo 0012835-59.2017.4.01.0000 por sorteio (distribuição livre) com o impedimento de um desembargador federal, contudo essa informação não aparece na ata de distribuição publicada, ficando restrita à etiqueta de autuação do processo.

Foi simulada uma distribuição por sorteio com impedimento de dois desembargadores. Preparado o processo e informados os relatores impedidos, procedeu-se à distribuição por sorteio. Os relatores impedidos não constaram da ata ou do termo de distribuição, ato contínuo, então comandou-se a exclusão dos impedidos. O sistema alertou que a operação não poderia ser executada, como era de se esperar, visto que o processo já havia sido distribuído, contudo, confirmada a exclusão, a operação foi efetivada, evidenciando vulnerabilidade grave e falta de transparência na inclusão e alteração de dados relevantes para a distribuição do feito. Ainda que o *log* do sistema tenha registrado esta operação, assim como a identificação do servidor que a comandou, não é permitida a visualização aos usuários ou aos jurisdicionados na consulta disponível na internet, prejudicando a transparência dos registros processuais.

Foi solicitado relatório (Relatório Inspeção CJF 2017 - Registros alterados 2016) de todos os processos que tiveram suas informações de partes ou de impedimentos alteradas após a distribuição a partir do ano de 2016. Foram encontrados: 269 impedimentos excluídos; 15 impedimentos atualizados; 1.452 partes autoras alteradas, sendo cerca de 50% em requisições de pequeno valor e precatórios. Nenhuma dessas alterações pode ser verificada nas informações disponíveis na consulta processual pela internet. Há de se consignar que se trata da mesma vulnerabilidade encontrada na inspeção anterior e já comunicada ao TRF1.

O tribunal recebe, em grau de recurso ou originariamente, processos e petições, físicos e eletrônicos, oriundos dos mais diversos sistemas utilizados no seu âmbito de atuação. Essa realidade configura fator de complicação, visto que a Região é composta por 14 estados da Federação em diferentes níveis de desenvolvimento. Além disso, as unidades da CORIP estão fisicamente distribuídas em vários locais, até em prédios distintos, o que pode agravar a situação devido à enorme quantidade de feitos e petições sob suas atribuições que transitam nas dependências da unidade. Some-se a esse quadro o fato de os sistemas não serem integrados entre si e a existência do peticionamento cruzado.

Em que pese ter-se encontrado alguns (poucos) processos sem o devido tratamento há mais de 30 dias, tal situação é pontual. É de causar espécie o fato de os procedimentos da CORIP não estarem explicitamente documentados. Os funcionários utilizam o conhecimento tácito para se desincumbirem de suas tarefas, exigindo a consulta a servidores mais experientes para tratarem de casos menos corriqueiros ou

mais complicados. Outro aspecto a ser considerado é o grande número de colaboradores terceirizados e estagiários que desempenham as tarefas de análise e preparação dos processos para distribuição: dos 42 servidores daquela área, apenas 19 são do quadro de pessoal do tribunal. As atividades que compreendem a distribuição dos processos e emissão de certidões não devem ser executadas por trabalhadores que não pertençam ao quadro de pessoal. De todo o modo, devido ao grau de especialização e ao comprometimento dos servidores da CORIP, não foram encontrados problemas destoantes daquela realidade laboral.

Distribuição

O TRF1 opera basicamente dois sistemas principais na 2ª instância: o *Juris*, desenvolvido em tecnologia já defasada, qual seja, *Oracle forms* com banco de dados *Oracle* que, pela sua própria arquitetura, já representa grande risco ao TRF; e o PJe, sistema desenvolvido em tecnologia Java com banco de dados *Postgresql*.

Análise da porção de código fonte do Sistema Juris

A distribuição no sistema Juris pode ser agendada em lotes a serem distribuídos do tipo “ordinária” ou “extraordinária”, neste último um processo pode ser distribuído individualmente (execução de hora em hora).

A execução é feita por um timer que executa a rotina:
“pkg_jrs_distribuicao.job_distribuicao_agendada”

São executados os *procedures* abaixo relacionados em sequência:

PROCEDURE D1 _DISTRIBUI

1. Seleciona os juízes da COJEF, Corte Especial, Seção, Turma ou Presidência com base na tabela GRUPO e grava tabela auxiliar "lista_juiz" para posterior escolha do juiz relator do processo.

PROCEDURE D2 _DISTRIBUI

1. Retira os impedidos da lista de juízes ("lista_juiz") que concorrem a juiz relator do processo.

2. Com base nos milissegundos da data/hora atual do servidor onde está instalado o sistema, escolhe-se um número na tabela “numero_aleat”, em sequência, e atribui a cada um dos magistrados da tabela “lista_juiz”.

```
t_seq_aleat := TO_NUMBER (SUBSTR (TO_CHAR (SYSDATE, 'sssss'), 4, 2));
```

LOOP

....

t_seq_aleat := t_seq_aleat + 1;

SELECT num_aleat_val

INTO t_aleat_val

FROM numero_aleat

WHERE num_aleat_seq = t_seq_aleat;

....

UPDATE lista_juiz

SET l_juiz_num_aleat = t_aleat_val

WHERE l_juiz_cod = d2.l_juiz_cod;

.....

END LOOP;

PROCEDURE D3_DISTRIBUI

1. Calcula dados estatísticos sobre a distribuição e grava tabela auxiliar estatística_distribuicao.

2. Seleciona da tabela “lista_juiz” o juiz relator da seguinte maneira:

Utiliza o número aleatório gravado em “lista_juiz.l_juiz_num_aleat” como segundo critério de ordenação da consulta (primeiro é o contador):

SELECT ... FROM lista_juiz

ORDER BY l_juiz_cont_tot, l_juiz_num_aleat;

LOOP

.....

IF (distribuicao_juiz.dist_juiz_cont + 1) > contador_distribuicao.cont_max

THEN

Pega o proximo magistrado;

ELSE

UPDATE distribuicao_juiz

SET dist_juiz_cont = distribuicao_juiz.dist_juiz_cont + 1

WHERE dist_juiz_cod = juiz_cod AND dist_juiz_grupo_cod =
proc_cod_grupo;

IF s_juiz_relator IS NULL AND t_juiz_relator IS NOT NULL

THEN

...

s_juiz_relator := t_juiz_relator;

s_juiz_org_julg := t_juiz_org_julg;

END IF;

.....

END LOOP;

O órgão julgador - OJ é escolhido quando seu acumulador é menor que o dos demais concorrentes ou seu número aleatório atribuído for o menor.

Levantou-se a hipótese de que o sistema realiza sorteio apenas entre os magistrados que estão empatados com menor número de processos (contadores iguais), excluindo-se do sorteio os que possuem mais feitos, devido ao fato de o primeiro critério de ordenação, em ordem crescente (ordenação padrão), ser o contador (`l_juiz_cont_tot`).

Para sanear dúvida sobre a correta interpretação do código, foi realizada reunião com a equipe de TI do TRF1, representada pelo servidor Jonatas Igidio, no intuito de testar o funcionamento da rotina de distribuição utilizando ambiente de desenvolvimento do tribunal. Nessa ocasião, a hipótese sobre o funcionamento anteriormente descrito foi reforçada.

Foi marcada, então, uma reunião, com o Desembargador Mairan Maia, com os servidores do CJF, Divailton Teixeira Machado, Glaucio Southier e Renato Solimar Alves, e com os servidores do Tribunal, Aluizio Alves de Oliveira, Manoel Antonio Hosana de Oliveira, e Edileuda Martins de Paiva, com o objetivo de realizar testes no que tange ao mecanismo de distribuição do sistema Juris, bem como nas rotinas de autuação e alteração de dados cadastrais do processo (como nome das partes e lista de magistrados impedidos) e geração de termo e etiqueta.

Do teste de distribuição no Sistema Juris

Foi realizado teste em ambiente computacional controlado disponibilizado pelo TRF1 com objetivo de averiguar a aleatoriedade do algoritmo de distribuição implementado no sistema.

O teste consistiu em autuar 12 processos e distribuir um de cada vez, verificando o órgão julgador atribuído ao feito a cada distribuição.

Os processos foram deliberadamente cadastrados com classe e assunto pertencentes a uma mesma seção, composta por seis desembargadores competentes para a matéria.

Os contadores de processos de cada um dos órgãos julgadores foram igualados de forma a se ter um equilíbrio inicial (todos partiram com 10 processos).

Os processos foram incluídos separadamente em lotes com distribuição do tipo “extraordinária”, o que pode ser lançado de hora em hora pelo “agendador” do sistema.

Para agilizar os trabalhos, um servidor da Secretaria de TI do TRF1 fez a execução da rotina de distribuição manualmente, via banco de dados, após a inclusão em lote.

A cada distribuição anotou-se o relator escolhido e o incremento no respectivo contador. A sequência dos relatores escolhidos foi a seguinte:

Controle da compensação do sistema juris												
Relator	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Des_01					x					x		
Des_02						x						x
Des_03	x						x					
Des_04		x						x				
Des_05			x								x	
Des_06				x					x			

Turma 01 – Verde

Turma 02 - Amarelo

Observou-se que o sistema se comportou da seguinte maneira:

- Até os primeiros seis processos serem todos distribuídos não houve repetição de nenhum magistrado;
- a partir do sétimo processo, houve a primeira repetição, não sendo nenhum magistrado sorteado 3 vezes até o 12º processo;
- no 6º processo foi possível determinar com 100% de certeza o relator;
- no 12º sorteio foi possível determinar com 100% de certeza o relator;
- uma vez sorteado, é possível afirmar que um magistrado somente participará do sorteio quando todos os demais tiverem seus contadores igualados com este.

O teste confirmou a hipótese levantada com a análise do código fonte de que o sistema prioriza a compensação dos processos entre os julgadores em detrimento da aleatoriedade na escolha do relator, uma vez que exclui do sorteio o magistrado que possui mais processos, sorteando apenas entre os que estão empatados com menor acumulador.

Em determinados intervalos (tamanho do colegiado), só haverá um magistrado concorrendo à relatoria do processo, pois os demais terão valores maiores do contador.

Análise da porção de código fonte do Sistema PJe

O código de distribuição do PJe encontra-se no arquivo: DistribuicaoService.java cujo hash sha1, encontrado no repositório git do CNJ (branch origin/2.0.0.7_cnj) é: bf7268f725f620c764f9a82b28d3e6fa412b1811

O *hash* coincide com o do arquivo que foi disponibilizado pelo TRF1 à equipe de inspeção. Trata-se da mesma implementação encontrada no repositório oficial, dispensando maiores análises sobre o código.

Funcionamento:

Conforme documentação oficial do CNJ sobre a distribuição do PJe disponível no *link*: <<http://www.pje.jus.br/wiki/index.php/Distribui%C3%A7%C3%A3o>>, o peso de um processo é calculado da seguinte forma: $Ppr = Pc * Ppa * MAX(Pa)$, onde:

1. Ppr = Peso do processo

2. Pc = Peso da classe judicial
 3. Pa = Peso do assunto (No caso de processo com mais de um assunto, o PJe considera o assunto de maior peso)
 4. Ppa = Peso decorrente da quantidade de partes
- O peso da distribuição é calculado com a seguinte fórmula:
 $P_{dist} = P_{pr} * P_{prev} * 100 / P_{org}$, onde :
1. P_{dist} = Peso da distribuição
 2. P_{pr} = Peso do processo
 3. P_{prev} = Peso da prevenção (pode ser utilizado para diminuir o peso de processos distribuídos por prevenção)
 4. P_{org} = Peso do órgão (pode ser utilizado para fazer com que um cargo receba menos processos que outro de mesma competência)

Resumo dos passos da distribuição:

1. Recuperar todos os julgadores competentes para o processo;
2. Remover os órgãos julgadores impedidos;
3. Selecionar, dentre os competentes, o com menor acumulador de peso de distribuição (cálculo feito dinamicamente);
4. Calcular o valor de corte somando a distância máxima da distribuição (D_{max}) ao acumulador do julgador selecionado no passo anterior;
5. Avaliar a exclusão do sorteio dos julgadores com acumulador maior que o valor de corte calculado no passo anterior;
(são excluídos os OJ que possuem acumulador maior que o OJ de menor acumulador + D_{max})
6. Sortear o processo entre os julgadores não excluídos do sorteio;
7. Incrementar o peso da distribuição no acumulador do julgador sorteado.

Para garantir maior aleatoriedade, o sistema sorteia um número aleatório entre 0 e 100. Se este número for menor que 25, o OJ, mesmo possuindo acumulador maior que o valor de corte, será incluído na lista dos OJ participantes do sorteio.

```
if (distanciaMaximaDistribuicao > 0.0) {  
    for (OrgaoJulgadorCargo orgaoJulgadorCargo : orgaoJulgadorCargoTempList) {  
        if (orgaoJulgadorCargo.getAcumuladorDistribuicao() <= distanciaMaximaDistribuicao || random.nextInt(100) < 25) {  
            orgaoJulgadorCargoList.add(orgaoJulgadorCargo);  
        }  
    }  
} else {  
    orgaoJulgadorCargoList = orgaoJulgadorCargoTempList;  
}
```

Em outras palavras, o OJ tem 25% de chance de ser incluído na lista de participantes do sorteio, mesmo possuindo acumulador de peso maior que o valor de corte.

Forçoso notar que o correto dimensionamento do parâmetro “DistanciaMaximaDistribuicao” é de extrema importância para o funcionamento do algoritmo, pois se possuir um valor pequeno, por excluir rapidamente os OJ do sorteio, diminui a aleatoriedade do algoritmo e, caso seja muito elevado, prejudicará a compensação entre os magistrados.

Do teste de distribuição no Sistema PJe

Foi realizado teste no sistema PJe para verificar o comportamento do mecanismo de distribuição na instalação do TR1.

Para o teste, foram iguados os acumuladores de peso dos órgãos julgadores da 1ª Seção (1ª e 2ª Turmas).

Foram protocolados 12 processos da mesma classe de forma que a competência limitasse a distribuição aos magistrados da 1ª Seção. A cada processo distribuído foi anotado o relator sorteado.

Análise estatística de distribuição do Pje - trf1												
segunda sessão												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Des_01			x						x			
Des_02		x			x							
Des03				x								x
Des_04						x		x				
Des_05	x									x		
Des_06							x				x	

O teste evidenciou que a distribuição processual ocorre, de fato, de forma aleatória, pois houve repetição de relator sorteado antes que se esgotasse a totalidade dos participantes e não foi possível identificar um padrão entre os sorteios.

RECOMENDAÇÕES

1 – Realizar pesquisa de satisfação dos usuários internos e externos, de periodicidade anual, em vez de bianual, para proporcionar medição atualizada dos problemas enfrentados pelos usuários, e possibilitar melhor direcionamento das ações, investimentos e melhoria no atendimento;

2 – Formalizar a institucionalização do processo de gerenciamento de serviços de TI, denominando formalmente os responsáveis pela manutenção do processo e pela verificação de resultados e indicadores;

3 – Criar grupos de discussão mistos, formados por usuários finais e técnicos de TI, estratificados por áreas de atuação e/ou sistemas, com mediadores que encaminhem

propostas ao Comitê Gestor de TI no que se refere à adoção, implantação e atualização de sistemas, conforme previsto no art. 7º, parágrafo único, da Resolução CNJ 211/2015;

4 – Prestar especial atenção às falhas apontadas nos testes de distribuição, notadamente na possibilidade de exclusão de relatores impedidos e de nome de partes após a distribuição;

5 – Possibilitar maior transparência nos parâmetros de distribuição, de forma que constem, nas atas e termos de distribuição, assim como nas consultas processuais disponíveis na internet;

6 – Proporcionar maior transparência, também, nas consultas dos históricos de alteração de informações - *logs* relevantes para a distribuição e certidões;

7 – Implantar serviço de *logs* dos registros de distribuição mais acessíveis;

8 – Normatizar os documentos acessórios diferenciados: Política de Segurança de Acesso Físico, Política Permanente de Conscientização e Treinamento, Política de Controle de Acesso Lógico, Política de Classificação de Informações e o Plano de Continuidade de Negócios previstos na Resolução CJF 6/2008 para toda a Região;

9 – Estabelecer processo de resposta a incidentes de segurança da informação a ser seguido pelas áreas responsáveis, que permita determinar registro, triagem, classificação, tratamento, comunicação e análise estatística dos incidentes de segurança da informação;

10 – Verificar os responsáveis pela obra civil na Seção Judiciária do Pará e pelo teste da instalação elétrica, para futura responsabilização;

11 – Realizar treinamento do pessoal envolvido no recebimento das obras e nos testes da Seção Judiciária do Pará e do TRF, para evitar erros futuros;

12 – Dar continuidade aos serviços de informática, evitando-se o desligamento do sistema, especialmente em dias úteis, com o uso de alternativas para desviar o tráfego de dados entre as seções judiciárias e o TRF.

Permanecem as recomendações não atendidas na última inspeção.

G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 11 horas e 30 minutos do dia 17/5/2019, conforme ata lavrada oportunamente, sendo elaborado posteriormente o presente Relatório.

Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, o acompanhamento dos prazos para o atendimento das recomendações deverá ser realizado pela própria Secretaria da Corregedoria-Geral. Assim, uma vez certificado o transcurso dos prazos, deverá relacionar e certificar nos autos as unidades que responderam, procedendo à sua imediata remessa ao Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as recomendações foram devidamente atendidas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

Registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para a apresentação deste Relatório, tanto aos integrantes da equipe da Corregedoria-Geral, como aos membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

É o relatório.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
Corregedora-Geral da Justiça Federal

H. ANEXOS

SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

INFORMAÇÃO DO SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TRF1 ACERCA DA INOPERÂNCIA CONSTADA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

De: Lucio Melro da Silva
Para: Divailton Telesera Machado
Cc: Cassel Machado Barbosa
Assunto: RE: Indisponibilidade dos serviços na JPPA
Data: segunda-feira, 27 de maio de 2019 19:22:24
Anexos: Outlook-01a99002.png
 Outlook-sid_muae0.png
 Outlook-afirmam0.png
 Outlook-01b03a0.png

Prezado Divailton,

Segue informação que foi prestada à Presidência, Corregedoria Regional, Diretoria do Foro da SJPA e Diretoria-Geral do TRF1 no dia 20/05/2019, que consta do PAe 0003227-92.2019.4.01.8010, onde foram disponibilizadas todas as informações acerca do incidente ocorrido:

"Trata de problemas no datacenter da Seccional do Pará, ocasionando inoperância dos sistemas judiciais e administrativos na sede da Seccional e de suas subseções judiciais.

Em atenção ao "Despacho Presi TRF1-PRESI 8132693", diante da gravidade do problema, cumpre informar que as unidades desta Secretaria prosseguem de forma prioritária e ininterrupta na execução das ações a fim de restabelecer o funcionamento dos sistemas daquela SJ-PA.

Na "Despacho TRF1-DITEC 8113664", "Despacho TRF1-SEBAN 8129386" e "Despacho TRF1-DITEC 8140257", constam relatos dos problemas que ocasionaram a indisponibilidade dos serviços e a sequência de ações realizadas e em andamento.

Informo que a equipe trabalha com a expectativa de no dia de amanhã, 21/05/2019, serão restabelecidos os serviços com o conjunto de dados e documentos incluídos no sistema até o dia 06/04/2019. Ao longo desta semana temos a expectativa de disponibilizar também, numa área interna, para consulta apenas dos servidores e magistrados da Seccional, os dados (movimentações processuais, atualizações de cadastro, petições, etc) lançados no sistema até o dia 23/4. Desse modo, será necessário que oportunamente seja realizada uma verificação dos documentos que foram inseridos no sistema entre os dias 7 a 14 e 21 a 23/4/2019 para inclusão manual.

Tais atividades serão necessárias porque, apesar do enorme esforço realizado pela equipe para regularização dos serviços, em virtude dos problemas ocorridos em equipamentos que compõem a infraestrutura da Seccional, não se conseguiu recuperar o último backup realizado naquela Unidade, que data de 11 e 12/4/2019. Os equipamentos ficaram desligados para a mudança física do CPD no período de 15 a 20/04/2019. Após essa data os equipamentos ficaram instáveis e posteriormente indisponíveis, impedindo a realização de novos backups."

Consta, ainda, no mesmo PAe, a seguinte informação com todas as atividades que foram desenvolvidas pelas equipes da Secin-TRF1 e Nutec-SJPA:

Data	Eventos
15 a 18/04	Mudança do CPD Suporte remoto por parte da Seeco para religamento do CPD. Detectada inversão de cabeamento do Core e outros ajustes necessários no ambiente, que foram conduzidos localmente.
19 – 6ª	Identificada falha na Controladora SPB do Storage Solicitada a verificação elétrica das tomadas de alimentação do Storage Storage encontrava-se operacional uma vez dotada de redundância de controladoras.
20 – Sab.	Informação do Nutec-PA no sentido de que a equipe de engenharia não identificou nenhuma anormalidade.
22 – 2ª	Interrupção do acesso ao Storage SPA apresentou desligamento SPB em falha Registro de interrupção elétrica no Storage
23 – 3ª	Nutec-PA realiza a retirada e realocação da SPB, por diretriz do fabricante e orientado pela Seeco, na tentativa de fazer com que a SPB voltasse a funcionar.
24 – 4ª	Indisponibilidade de serviços dependentes do Storage Detectada corrupção lógica de unidade de disco do servidor de Banco de dados Atendimento EMC SPB permanece em falha
25 – 5ª	SPA com registros de instabilidade Gerenciamento inacessível Recebimento da SPB reserva Na seccional Atendimento EMC SPB Substituída SPA Agendada substituição
26 – 6ª	Detectada inversão de fibras entre SPA e SPB Registro de problemas na alimentação elétrica por parte do suporte Seinf-PA informa não haver qualquer anormalidade na rede elétrica, até então não levantada a questão da potencial inversão de fases. Movimentação das VM srvdc1-pa e srvdc2-pa para o disco local do servidor propicia restauração do acesso ao SEI, e-mail, arquivos no W; internet, Pje e outros que não dependem do BD local.
27 - Sab	Seban acionada para verificação do Banco de dados Equipe de Backup não localizada Seban realiza a primeira tentativa de restauração do banco de MBA com backup do dia 12/04.
29 – 2ª	Foi detectada perda de disco lógico e acionado o suporte da Oracle. Suporte Oracle conclui chamado ratificando a perda de disco lógico indicando que não existe procedimento de restauração para tal e que a recomposição do BD somente seria factível por restauração do backup Recriado o disco lógico no servidor de Banco de Dados Alinhada a necessidade de restauração com a Seeco.
30 – 3ª	Verificação da solução de backup não aponta restrições para a restauração requerida. Nutec-PA detecta inversão de fases em tomadas do CPD, com manutenção agendada para o dia 1º. Tendo em vista o tempo necessário para realização de restauração e o prejuízo que a mesma sofreria com sua interrupção, a atividade de foi agendada para dia 2.
1º/05 - 4ª	Desligamento do CPD para realização de ajustes na rede elétrica Storage não apresenta alertas ou registros de falha ou instabilidade. Substituição da SPA passou a ser tratada pelo fabricante como de caráter preventivo.

Corregedoria-Geral da Justiça Federal
Inspeção ordinária no Tribunal Regional Federal da 1ª Região – 25/3 a 17/5/2019

- 2 – 5ª Equipe da Seeco ao dar início aos procedimentos de restauração detectou que o ambiente não estava íntegro, com serviços indisponíveis. Abertura de chamado técnico para análise e início dos procedimentos de recuperação dos serviços. Após atuação técnica foi iniciada a restauração do ambiente, a ser realizada no período noturno. Restauração retornou falha. Reiniciados os procedimentos de recuperação do servidor de backup, com apoio da empresa ISH.
- 3 – 6ª No decorrer do procedimento, por volta das 16h, ocorreu indisponibilidade do circuito de comunicação com Belém, posteriormente informada pelo Nutec-PA como decorrente de queda de um dos Nobreaks, acarretando desligamento do roteador bem como dos Switches iSCSI. Detectada pelos registros interrupção da comunicação do servidor de backup com o Storage no decorrer da atividade. Agendado retorno da atividade para o dia subsequente. Sr. Arian e técnica da empresa ISH Detectada corrupção da base do servidor Netbackup.
- 4 – Sab. Iniciados os procedimentos de Disaster Recover em novo ambiente computacional virtualizado, de forma a não impactar o ambiente atual (físico) No início dos procedimentos de criação da máquina virtual e repositórios foi detectada indisponibilidade da interface de gerenciamento do Storage. Aberto chamado técnico junto à EMC e realização de contato telefônico com o plantão endereçando a questão e indicando os contatos da parte do TRF1 e SJPA.
- 5 – Dom. Realizado acesso remoto ao ambiente com apoio da Seeco para coleta dos logs. Detectada falha na SPA.
- 6 – 2ª Substituição da SPA
- 7 a 9 – 3ª a 5ª Provocada a falha de um disco que se encontrava em status de pré-falha, forçando seu rebuild, para substituição posterior. Início dos procedimentos de Disaster Recover do ambiente de Backup em conjunto com a empresa ISH. Iniciados os procedimentos de recomposição do catálogo com importação das informações em fita. Testes de restauração permaneceram em falha, indicando inconsistências nos registros do Netbackup frente aos existentes no Oracle RMAN. Na madrugada de 9 para 10 o Sr. Arian obtém sucesso na restauração do catálogo do Netbackup com informações até dia 12 (Incremental). Início da restauração do BD de Marabá, com a base do dia 12 – aproximadamente 20h.
- 10 – 6ª Detectado prejuízo para as imagens dos dias 22 a 24 que se encontravam no disco corrompido. Iniciada a restauração do BD SJPA. Informações no Catálogo do Netbackup apontavam para informações apenas até dia 5. Verificado nos registros do RMAN necessidade de carregamento de 2 fitas, sendo que 1 delas não se encontrava no Robô. Detectado pelo Netbackup necessidade de carregamento de outra fita não referenciada pelo RAMN, indicando eventual inconsistência. Solicitada à Seinf substituição das fitas (20:56).
- 11 – Sab. Tendo em vista liberação dos drivers, foi comandada a realização do backup do ambiente restaurado de Marabá. Foi detectado pela equipe que uma das fitas havia sido expirada automaticamente no decorrer do sábado (1 mês). Correção de erros no backup de Marabá pela Seban. BD Marabá disponibilizado para produção. Substituição das fitas realizada às 10:30.
- 12 – Dom. Realização de novo Disaster Recover visando recuperação das imagens expiradas, mas com prejuízo de alguns de seus segmentos relativos aparentemente aos dias 12 e 13. Tentativas de restauração das fitas em disco alternativo, sem sucesso.
- 13 – 2ª Re-importadas manualmente as fitas como tentativa de recuperação dos fragmentos até dia 14, sem sucesso. Reabertura de chamado técnico. Chamado em verificação.
- 14 – 3ª Realizada nova tentativa de restauração do BD SJPA com data limite inferior, em período pouco inferior a dos fragmentos perdidos. Até início da noite já haviam sido restaurados 10 dos 20 fragmentos requeridos.
- 15 – 4ª Restauração retornou falha no segmento de 10-04 por volta de 4 da manhã. Ação de especialistas da ISH e escalção do problema à Veritas. Restauração em andamento. Foi procedida carga das fitas necessárias ao processo de restauração à medida de sua necessidade.
- 16 – 5ª Reunião com presidente da OAB-PA, esclarecendo o cenário, indicando as alternativas do momento e informando a perda de dados esperada. Processo de restauração que se encontrava em curso retornou erro devido a estouro da capacidade do volume utilizado para tal. Corrigido o problema todo processo foi reiniciado às 14h aproximadamente. Restauração do backup full do dia 05-06 não localizou um segmento de arquivelag. Feito tentativa de recuperação do banco de dados que apresentou erro de inconsistência impossibilitando seu uso.
- 17 – 6ª Preparação do ambiente para restaurar um backup lógico (sem documentos) do dia 23. Ao meio-dia inicia-se a restauração do backup do dia 12-13. Em seguida, foi realizada 1ª tentativa de importar dados do backup lógico do dia 23 para outra instância (JFPACON)
- 18 – Sab. Às 18:00 a restauração do dia 12-13 é interrompida por não localizar segmentos da fita 511468. Resultado da importação do backup lógico apresentou vários erros na criação de objetos necessitando ajustes por parte do DBA. Às 22:30 inicia-se a restauração com os backups full 05-06, cumulativo 11 e incremental 11-12. Às 10:00 inicia-se a 2ª tentativa de importar dados do backup lógico do dia 23. Às 17:00 ocorre erro na busca do backup cumulativo do dia 11 parando o processo de restauração. Iniciou-se a recuperação do banco apenas com o backup full do dia 05-06. O banco é restaurado com sucesso. Realizado o penúltimo passo do Disaster/Recovery que é abrir banco de dados para limpar os arquivelogs. Apresentado erro de falta de espaço nos discos de REDOLOG, não passível de correção no mesmo dia. Às 9:00 é feita a expansão dos discos REDOLOG e executado a limpeza dos arquivelogs. Às 10:00 iniciada a execução do backup full em disco para permitir o uso do banco de dados. Estimativa de 14hs para conclusão. Às 20:00 ocorre erro no backup full em disco. Nova execução disparada às 22:00.
- 19 – Dom. Tendo em vista a proximidade da conclusão do backup foi realizada às 14:30 reunião no Secin com integrantes das unidades e infraestrutura e desenvolvimento para exposição dos cenários de restauração e levantamento dos impactos de cada um deles, ocasião em que foi caracterizada a necessidade de verificação prévia por parte da Cosis previamente à disponibilização em produção, analisando-se impacto nos principais sistemas. O processo de importação do backup lógico contendo apenas os metadados até o dia 23 (JFPACON) apresentou problemas e será retomada após restauração do Banco em produção, atividade priorizada frente às demais. Backup full concluído às 12:45, ocasião em que o ambiente foi disponibilizado para verificação pelas equipes da Cosis.
- 20 – 2ª Ambiente atualizado com as atualizações (deploys de aplicação) referentes ao período de indisponibilidade do Banco de Dados, evitando inconsistência a execução de aplicações. Concluídas as principais ações por parte da Cosis, o Banco de Dados foi liberado para produção às 18:15.
- 21 – 3ª

A ação voltada à disponibilização de Banco de Dados contendo exclusivamente o conjunto de metadados do Banco JFPA e que deve auxiliar no processo de recomposição dos feitos no período compreendido entre o dia 06 e 24/04 foi retomada no dia de hoje (22/05), com previsão de conclusão parcial até a sexta-feira dia 24/05, mas de

Corregedoria-Geral da Justiça Federal
Inspeção ordinária no Tribunal Regional Federal da 1ª Região – 25/3 a 17/5/2019

forma que deverá propiciar consultas diretamente no BD por parte do Cosis e geração de relatórios diferenciais.

Persiste ainda a intenção de realização de nova tentativa de recuperação do Banco com base no dia 11 ou 12 de abril, mais recente que a liberada em produção que observou o dia 05/04, que poderia ser viabilizada após os últimos ajustes na solução de backup conduzidos pela equipe da Seeco. Considerando a diretriz emanada pela Ilma. Dir. do Foro da JFPA, o histórico de falhas, a infraestrutura requerida e o tempo necessário para realização da atividade e a incerteza com relação ao sucesso da operação, a alternativa não foi considerada como prioritária, mas se exitosa poderá propiciar melhores condições para recomposição de feitos.

Destacamos que o Nutec-PA apresenta por meio da Informação 8192385 o conjunto de registros relacionados ao processo de construção do novo CPD e respectiva mudança. Rememoro, ainda, informação obtida no decorrer da visita à seccional no sentido de que a movimentação da unidade de armazenamento, pivô dos diversos problemas que provocaram corrupção lógica do Banco e posteriormente da base de dados da solução de backup, ocorreu de forma integral, ou seja, sem desmontagem e posterior remontagem de seus componentes, afastando ação descuidada por parte do Nutec com relação ao equipamento.



Com relação à informação solicitada no decorrer da visita à seccional relativa ao conjunto de providências que estão sendo adotadas com vista à redução dos riscos de repetição do incidente no âmbito da JF1, embora único com a magnitude e impacto observados, elencamos:

- Revisão dos procedimentos e políticas de cópias de segurança dos Bancos de Dados.
- Sugestão para seguimento do processo de expansão do PJe bem como o de digitalização do legado para migração para o sistema, que já conta com redundância de armazenamento do Banco de Dados e de seu repositório de arquivos, facilitada em função de seu caráter centralizado.
- Revisão das capacidades de armazenamento em fase de planejamento da contratação, de forma a propiciar dupla abordagem de armazenamento das cópias de segurança de curto prazo (em fito e disco).
- Atualização das plataformas tecnológicas.
- Incremento da capacitação das equipes envolvidas, incluindo ações de Disaster-Recover.
- Elaboração de procedimento básico para observação em caso de incidentes com potencial perda de dados, visando rápida e devida preservação dos ativos e informações necessárias para realização de eventual Disaster Recover, englobando:
 - Comunicação imediata do incidente à Seeco.
 - Elencar os servidores com melhor skill técnico em cada unidade envolvida, para ciência, contribuição e preparação para eventual necessidade.
 - Dar ciência à administração superior e, se pertinente, solicitar aprovação prévia para realização de atividade extraordinária.
 - Verificação imediata de todos os políticos registrados no Netbackup e identificação de todos os fitos potencialmente envolvidos.
 - Verificação dos dados de expiração das imagens potencialmente envolvidos, estendendo-os caso pertinente.
 - Preservação completa do ambiente e de quaisquer informações que porventura estejam gravadas exclusivamente em disco.
 - Verificação da disponibilidade e reserva de área de armazenamento compatível com o ambiente afetado, em caso de necessidade de criação de novo ambiente sem prejuízo do afetado.

Por fim destacamos o fato das equipes terem se dedicado diuturnamente e com prioridade total à restauração dos ambientes.

Conforme mencionado na informação do dia 21/5 as equipes da área de desenvolvimento estão atuando para recuperar os metadados incluídos no período de 7 a 14/4 e 21 a 23/4/2019. Vários relatórios foram produzidos e encaminhados para as Varas da Seccional do Pará, que já estão providenciando a recuperação dos documentos.

Atenciosamente,

 **Lucio Melre da Silva** (TR301366)
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin
JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da Primeira Região – TRF1
TRF1 (61) 3334-3501 lucio.melre@trf1.jus.br secin@trf1.jus.br
 Antes de imprimir, avalie seu compromisso com o MEIO AMBIENTE e seu comprometimento com os CUSTOS.

De: Lucio Melre da Silva
Enviado: sexta-feira, 24 de maio de 2019 16:51
Para: Divailton Teixeira Machado
Cc: Daniel Marchionatti Barbosa
Assunto: Re: Indisponibilidade dos serviços na JFPA

Prezado Divailton,

Segunda-feira encaminho as informações pra vc.

Atenciosamente,

Obter o [Outlook para iOS](#)

De: Divailton Teixeira Machado <divailton@cjf.jus.br>
Enviado: sexta-feira, maio 24, 2019 11:02
Para: Lucio Melre da Silva
Cc: Daniel Marchionatti Barbosa
Assunto: RE: Indisponibilidade dos serviços na JFPA

Prezado Melre,
Releito o pedido abaixo.
Obrigado.

 JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Divailton Teixeira Machado
Secretário de Tecnologia da Informação
sti_gab@cjf.jus.br
(61) 3022-7400

Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho III - Polo 8 - Lote 9 - Brasília/DF. CEP: 70200-003

De: Divailton Teixeira Machado

Enviada em: quarta-feira, 22 de maio de 2019 16:26

Para: Lucio Melre da Silva <lucio.melre@trf1.jus.br>

Cc: Daniel Marchionatti Barbosa <daniel.barbosa@cjf.jus.br>

Assunto: Indisponibilidade dos serviços na JFPA

Prezado Melre,

De ordem, solicito informações a respeito das soluções adotadas na recuperação dos serviços de TI relativos à Seção Judiciária do Pará.

Att.



Divailton Teixeira Machado

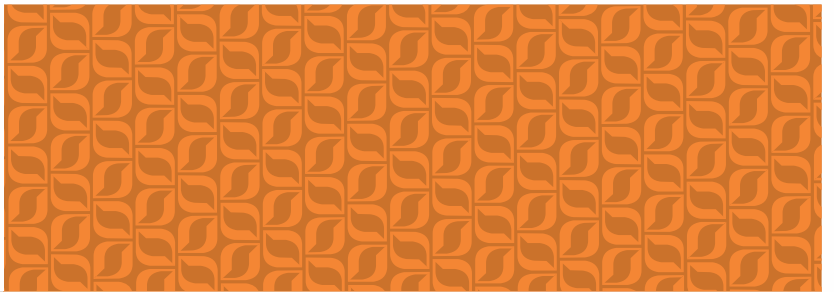
Secretário de Tecnologia da Informação

sti_qab@cjf.jus.br

(61) 3022-7400

Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho III - Polo 8 - Lote 9 - Brasília/DF. CEP: 70200-003.

Esta mensagem do CONSELHO da JUSTIÇA FEDERAL - CJF e quaisquer arquivos transmitidos com ela, é enviada exclusivamente a seu(s) destinatário(s) e pode conter informações confidenciais, protegidas por sigilo profissional. Sua utilização desautorizada é ilegal e sujeita o infrator às penas da lei. Se você a recebeu indevidamente, queira, por gentileza, reenviá-la ao emitente, esclarecendo o equívoco.



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

